

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado



BALANÇO GERAL

2019

Eduardo Leite

Governador do Estado

Marco Aurelio Santos Cardoso

Secretário de Estado da Fazenda

Rogério da Silva Meira

Contador e Auditor-Geral do Estado

EQUIPE TÉCNICA

Gilberto Fonseca Raymundo - Adjunto da CAGE para Assuntos de Contabilidade e Controle

Felipe Severo Bittencourt - Chefe da Divisão de Informação e de Normatização Contábil

Claudio Teixeira Seelig

Gélisson Pelizzari

Guilherme Speroni Lentz

João Batista dos Santos

Márcia Silvane Estraich Cardoso

MENSAGEM DO SECRETÁRIO

O Governo do Estado elegeu a implementação de reformas estruturais como agenda prioritária para restaurar o equilíbrio fiscal e impulsionar o desenvolvimento social e econômico do RS, alinhado com o Mapa Estratégico.

Para reverter um desequilíbrio que remonta a décadas, as medidas estruturais priorizadas pela Administração Estadual compreendem ações em três eixos: *racionalização dos gastos públicos, modernização da estrutura de arrecadação tributária e execução de um programa de desestatizações e parcerias com o setor privado*.

A partir do diagnóstico de que a crise fiscal aguda demanda um conjunto amplo de reformas, o plano de ação envolve iniciativas simultâneas e complementares, que incluem reformas estruturais para conter o crescimento das despesas de pessoal ativo e com previdência (Reforma RS), um conjunto de ações orientadas para a modernização da estrutura tributária, um novo plano de gestão dos benefícios fiscais, os projetos de privatização, concessões e parcerias-público-privadas, a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e uma postura proativa nas questões federativas, além do controle permanente das despesas correntes e da busca por receitas extraordinárias.

A Reforma RS incluiu nove projetos focados na reforma da previdência estadual e dos estatutos dos servidores civis e militares. As medidas atacam a origem dos déficits financeiros, viabilizando a desaceleração do crescimento das despesas correntes. A repercussão financeira é crescente ao longo dos anos: a economia financeira estimada é de R\$ 18 bilhões em 10 anos e a economia atuarial é estimada em R\$ 74 bilhões.

A reforma administrativa extinguiu avanços temporais, adicionais e gratificações por tempo de serviço, assim como as promoções automáticas e a incorporação das funções na aposentadoria, preservando o direito adquirido sobre valores que já tinham sido incorporados aos pagamentos dos servidores. Além dessas mudanças, que foram implementadas transversalmente nas categorias de servidores estaduais, o Governo aprovou a reforma dos Estatutos do Magistério e da Brigada Militar, que correspondem às categorias que concentram a maior parcela dos servidores.

A reforma da previdência estadual representa a fonte mais importante de economia fiscal no longo prazo. Na medida em que os sucessivos déficits do sistema previdenciário constituíam um fator-chave de pressão fiscal, a adequação do sistema previdenciário à rápida transição demográfica vivenciada no Estado é fator fundamental para a sustentabilidade fiscal. As alterações na previdência estadual, voltadas para reduzir o déficit atuarial e o déficit financeiro anual nas contas estaduais,

incluíram desde a ampliação da base de incidência à adoção de alíquotas progressivas, correspondendo à reforma de regime próprio mais profunda realizada entre os Estados até o momento.

Outras ações no campo das despesas merecem destaque. O rígido controle das despesas correntes contingenciáveis resultou em redução de 4% em termos reais. O zelo com a qualidade do gasto também é preocupação permanente da Secretaria da Fazenda: o Programa de Qualidade do Gasto tem desenvolvido tecnologia para gerar preços de referência para compras públicas, a partir da base de dados da nota fiscal eletrônica e de análises estatísticas apoiadas em algoritmos proprietários, infraestrutura e inteligência de negócio. Além de evitar a aquisição de bens a preços acima dos praticados no mercado, o Programa subsidia a administração pública com informações essenciais para realizar a comparação e negociação nas compras públicas.

Em relação ao *segundo eixo da agenda prioritária*, o Governo do Estado lançou o Receita 2030, um programa que consiste em trinta ações voltadas para a modernização tributária e a criação de um ambiente de negócios favorável ao crescimento econômico. As ações destinadas a potencializar a arrecadação estadual priorizam medidas de otimização e eficiência da arrecadação, de revisão de alíquotas e de benefícios fiscais e de combate à sonegação. Com foco na administração tributária, mesmo diante de um cenário adverso em 2019, a arrecadação estadual registrou crescimento de 1,5% em termos reais, beneficiando também os quase 500 municípios gaúchos.

As propostas do Receita 2030 buscam ainda simplificar as obrigações tributárias, ampliar a oferta de serviços digitais, agilizar o atendimento das demandas e aprimorar o relacionamento entre as partes por meio do diálogo, da transparência e da inovação. Entre as inúmeras ações implementadas em 2019, cabe destacar a construção, em conjunto com a sociedade, de soluções para amenizar os impactos da implementação da mudança na cobrança da Substituição Temporária. Além da prorrogação do prazo de adequação às novas regras para a grande maioria das empresas, foram aprovados o Refaz Ajuste-ST, para regularizar débitos tributários de complementação do ICMS retido por substituição tributária, e o Regime Optativo de Tributação da Substituição Tributária (ROT-ST), permitindo aos contribuintes optar pelo modelo na cobrança de ICMS que prevê definitividade da Substituição Tributária. Também foi autorizada a utilização de créditos oriundos do ajuste da Substituição Temporária entre estabelecimentos da mesma empresa e executada a revisão de margens de produtos como autopeças, produtos alimentícios, eletrônicos e materiais de construção. Essas soluções foram desenhadas tendo como condicionantes a situação das contas públicas e a repercussão econômica de cada medida.

A avaliação dos efeitos econômicos é também um dos princípios que orientam o novo plano de gestão das desonerações fiscais, além da transparência e governança. Além de ter criado um grupo técnico diversificado responsável pela elaboração de estudos sobre os benefícios fiscais, o novo governo firmou convênio inédito entre um Estado e o Ministério da Economia para colaboração nos estudos.

Pautado pelos princípios que regem o novo plano de gestão das desonerações fiscais, o Governo do Estado disponibilizou ao Tribunal de Contas informações completas sobre os benefícios fiscais concedidos desde 2014, incluindo a lista com mais de 25 mil empresas, que era uma demanda de muitos anos por parte daquela Corte. Outra ação que merece destaque foi a aprovação de lei estadual para adequar os benefícios fiscais concedidos no RS às exigências da legislação federal, garantindo maior segurança jurídica aos empreendedores.

Entre as medidas do Receita 2030, cabe ressaltar ainda, a nova forma de atuação no combate à sonegação e fraudes fiscais. O foco do trabalho concentra-se no fortalecimento de ações de prevenção, autorregularização e especialização por setores econômicos.

Foram deflagradas 37 operações de fiscalização e oito programas de autorregularização para os contribuintes. Ao todo, foram constituídos cerca de R\$ 2,06 bilhões em autuações no combate à sonegação.

A nova forma de atuação também gerou resultados positivos no julgamento de processos decorrentes de contestações por parte de contribuintes em relação à tributação. Não apenas o valor julgado em 2019 (R\$ 4,7 bilhões) correspondeu a quase cinco vezes o valor julgado no mesmo período de 2018 (R\$ 997 milhões), como logrou-se reduzir o valor do estoque de processos, que caiu de R\$ 4 bilhões para R\$ 1,6 bilhão ao longo de 2019.

Houve ainda fortalecimento das ações coordenadas pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do RS (CIRA-RS), composto por membros da Secretaria da Fazenda, PGE e Ministério Público, para combate à sonegação fiscal, cobrança dos devedores e responsabilização criminal nos casos de crime contra a ordem tributária.

Por fim, o fortalecimento do programa de compensação de dívida ativa com uso de precatórios registrou quitação recorde em 2019. Os débitos de precatórios foram quitados por meio de diferentes formas de pagamentos, incluindo os repasses pecuniários mensais de 1,5% da RCL com recursos do Tesouro (cerca de R\$ 580 milhões), as baixas pelo programa Compensa RS e a atuação da Câmara de Conciliação. Com melhorias em processos de pagamentos de precatórios e programas de compensação e conciliação de dívidas, houve inédita redução líquida no estoque de precatórios. Os esforços envolveram os trabalhos conjuntos das equipes do Tesouro, PGE e Tribunal de Justiça.

O terceiro eixo prioritário na agenda do Governo corresponde ao programa de desestatização e parcerias com o setor privado. Além de impulsionar o investimento e gerar ganhos em termos de eficiência econômica, o programa de desestatização é peça essencial no reequilíbrio das finanças públicas, na medida em que funcionará como catalizador de crescimento econômico e geração de renda, com reflexos sobre a arrecadação tributária.

O governo do RS lançou o maior pacote de desestatização entre os entes federativos e vem se destacando pela celeridade na condução desses projetos. A retirada do plebiscito previsto na Constituição Estadual e as leis autorizativas da privatização da CEEE, CRM e Sulgás foram aprovadas no primeiro semestre de 2019. Para contemplar a especificidade de cada projeto, outras formas de parcerias com o setor privado além das privatizações estão sendo aplicadas, como concessões, PPPs, e/ou abertura de capital de empresas estaduais. O BNDES foi contratado para prestar esse complexo serviço e, desde o segundo semestre de 2019, as equipes do Estado e do Banco vêm trabalhando, com o apoio de consultorias especializadas, na modelagem da privatização da CEEE-D, CEEE-GT e Sulgás; na modelagem das concessões de rodovias estaduais e na estruturação de PPPs do setor de saneamento, já tendo sido assinada pela CORSAN a parceria público-privada da região metropolitana de Porto Alegre.

Dada a natureza estrutural dos três eixos que compõem a agenda prioritária do Governo, a repercussão financeira dessas medidas se dará principalmente a médio e longo prazo. Por isso, a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal é peça importante na estratégia de reequilíbrio fiscal, na medida em que propiciará o fôlego financeiro necessário para atravessar as restrições de fluxo de caixa no curto prazo. As tratativas com a União foram retomadas já no início de 2019 e estão avançadas. O RS participou ainda das discussões para alteração da Lei 159/2017, que regulamenta o Regime de Recuperação Fiscal.

Cabe ainda destacar alguns resultados importantes obtidos em 2019 para a gestão de caixa e a garantia da prestação de serviços públicos. A administração estadual não recorreu a saques de depósitos judiciais, e o saldo de precatórios e do caixa único foi estabelecido, o que comprova que o Estado não acumulou passivos para equilibrar suas contas.

Em ação conjunta com a Secretaria de Saúde, houve a liberação de linha de crédito de R\$ 160 milhões para as Santas Casas e hospitais filantrópicos e já em maio foi definido um plano de quitação, em 16 parcelas, de passivos acumulados desde 2014. Foi necessário adequar o fluxo de pagamentos para fornecedores e para realização de investimentos, por conta da antecipação do recolhimento de tributos estaduais (ICMS e IPVA) da competência do exercício financeiro de 2019 para dezembro de 2018, cujo montante totalizou R\$ 720 milhões.

Entre as ações que geraram recursos extraordinários, merecem destaque a venda de créditos do Fundopem/RS, que resultou em R\$ 467,4 milhões, e a venda de lote residual de ações PNB do Banrisul, que gerou ingresso de R\$ 49,5 milhões. Adicionalmente, o STF confirmou ganho de causa ao Estado em processo que já tramitava relativo à incidência de ICMS sobre itens da Cesta Básica, cuja estimativa de ingresso de caixa é de cerca de R\$ 500 milhões. Parte desses recursos já ingressaram no caixa.

Por fim, a Secretaria da Fazenda assumiu um papel de protagonismo na pauta federativa, engajando-se nas discussões mais relevantes, em particular a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária. Com uma postura proativa do nas questões federativas, logrou-se a elevação dos valores transferidos ao Estado resultantes do leilão dos volumes excedentes de cessão onerosa à Petrobras de quatro blocos do pré-sal.

Embora o ano termine com um déficit orçamentário de R\$ 3,4 bilhões (ou R\$ 3,2 bilhões, sem considerar as receitas e despesas intraorçamentárias), que corresponde a 0,7% do PIB gaúcho, a gestão rigorosa da Secretaria da Fazenda, pautada por soluções estruturais, resultou em uma redução equivalente a quase R\$ 2,0 bilhões sobre o déficit previsto na Lei Orçamentária Anual de 2019, ajustada para considerar o efeito da prorrogação até dezembro de 2020 das alíquotas extraordinárias do ICMS que se encerravam em 2018.

O ano de 2019 encerrou com a Receita Total do Estado atingindo R\$ 70,4 bilhões, um crescimento nominal de 5,7% sobre 2018, acima da inflação anual medida pelo IPCA (4,31%). Neste mesmo período, a Despesa Total Empenhada elevou-se em 6,5%, atingindo R\$ 73,8 bilhões, consolidando um déficit orçamentário total de R\$ 3,4 bilhões, R\$ 695 milhões acima de 2018, variação essa diretamente relacionada ao crescimento do déficit previdenciário do Plano Financeiro, que aumentou R\$ 821 milhões no ano.

Em termos das Despesas, o principal grupamento segue sendo o de Despesas de Pessoal, com um crescimento nominal de 6,7% (cerca de 2,5% em termos reais), mantendo a trajetória dos anos anteriores de aumento vegetativo mesmo sem reajustes anuais do funcionalismo. Dentro do conjunto das Despesas de Pessoal, a questão previdenciária manteve-se como um elemento chave no déficit do Estado. O Plano Financeiro apresentou um déficit de R\$ 12,5 bilhões, com um crescimento de 7,1% sobre o ano de 2018, representando um crescimento real de 3,0% em relação ao IPCA do período e acima do crescimento das despesas de pessoal como um todo, conforme visto acima. Somando o aporte financeiro e as contribuições patronais, o Tesouro Estadual atualmente cobre 89,4% das despesas de R\$ 17,3 bilhões do Plano Financeiro.

O Estado cumpriu com as aplicações mínimas da Constituição Federal em Educação (25%) e Saúde (12%), atingindo 27,3% e 12,1% da Receita Líquida de Impostos

e Transferências (RLIT), respectivamente, percentuais idênticos ao ano de 2018. O mínimo anual de aplicação de 60% do FUNDEB na remuneração dos professores da rede básica foi atingido, completando 65,01%.

Em relação aos limites da LRF, o Estado permanece acima do limite máximo da Dívida Consolidada Líquida (200% da RCL), encerrando o ano em 224,38%, relativamente estável em relação a 2018 (222,90%). O limite máximo de 16% da RCL para receitas de novas operações de crédito foi amplamente observado. Impedido de contratar novas operações de crédito exceto em situações especiais, o Estado vem apenas recebendo as últimas liberações de operações assinadas em anos anteriores e assim essas entradas foram de apenas 0,46% da RCL.

Por seu turno, o indicador de despesas de pessoal evoluiu positivamente ao final de 2019, fazendo com que o Poder Executivo do Estado fique abaixo do limite prudencial após quatro quadrimestres, encerrando o ano com 45,60% contra 46,59% em 2018. Considerando todos os Poderes, esse indicador fica em 53,61% frente a 54,47% no final do exercício anterior. Ressalte-se que esses valores seguem os critérios de cálculo do TCE-RS e divergem da apuração feita pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Considerando os critérios federais, o Estado superaria até mesmo o limite máximo, tanto para o Poder Executivo (57,89% acima do máximo de 49%), como para o Consolidado de Todos os Poderes (68,22% frente ao máximo de 60%).

O fechamento do ano de 2019 comprova a grave situação de déficit do Governo do Rio Grande do Sul, com altíssima proporção de gastos obrigatórios, demonstrando a necessidade de persistir num amplo ajuste fiscal, que congregue o controle da evolução das despesas de pessoal (em especial na Previdência), a manutenção da suspensão dos pagamentos de dívida com a União, o manejo responsável de outros passivos (como Precatórios, Depósitos Judiciais e Caixa Único), além de um esforço para aumento da arrecadação e da atividade econômica no Estado.

As reformas estruturais, que formam o eixo de ações da atual administração, continuarão a pavimentar o caminho para a sustentabilidade fiscal e a criação de um ambiente de negócios no RS favorável ao investimento e geração de emprego e renda.

Cordialmente.

Marco Aurelio Santos Cardoso
Secretário de Estado da Fazenda

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	19
1.1 Planejamento	19
1.1.1 Plano Plurianual (PPA)	19
1.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	20
1.1.2.1 Prioridades e Metas	20
1.1.2.2 Anexo de Metas Fiscais	20
1.1.2.3 Anexo de Riscos Fiscais	22
1.1.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)	23
1.2 Balanço Orçamentário	26
1.2.1 Série Histórica do Resultado Orçamentário	28
1.3 Resultado Primário	29
1.3.1 Série Histórica do Resultado Primário	30
1.4 Receita Realizada	31
1.4.1 ICMS	32
1.4.2 IPVA	34
1.4.3 ITCD	35
1.4.4 Participação dos Municípios na Receita do Estado	36
1.4.5 Receita de Contribuições	37
1.4.6 Transferências Correntes	38
1.4.7 Operações de Crédito	39
1.4.8 Alienação de Bens	40
1.5 Despesa Realizada	40
1.5.1 Pessoal e Encargos Sociais	43
1.5.2 Serviço da Dívida	44
1.5.3 Outras Despesas Correntes	45
1.5.4 Investimentos	47
1.5.5 Inversões Financeiras	47
2. GESTÃO FISCAL	50
2.1 Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF	50
2.1.1 Receita Corrente Líquida (RCL)	50
2.1.2 Despesa com Pessoal	51
2.1.2.1 Poder Executivo	52
2.1.2.2 Poder Judiciário	53
2.1.2.3 Poder Legislativo	53
2.1.2.4 Ministério Público	53
2.1.3 Dívida Consolidada Líquida (DCL)	53
2.1.4 Operações de Crédito	56

2.1.4.1 Ingressos	56
2.1.4.2 Aplicação.....	57
2.2 Vinculações Constitucionais e Legais	58
2.2.1 Despesa com Educação	58
2.2.1.1 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).....	59
2.2.1.2 Limites Constitucionais da Educação	59
2.2.2 Despesa com Saúde	60
2.2.2.1 Limites Constitucionais da Saúde	61
2.2.3 Despesa com Ensino Superior	61
2.2.4 Despesa com Pesquisa Científica e Tecnológica.....	62
2.3 Despesa com Segurança	62
2.3.1 Despesa com Segurança Pública x RLIT	63
2.4 Resultado Previdenciário	63
2.4.1 Plano Financeiro	64
2.4.2 Fundo Previdenciário (FUNDOPREV)	65
2.4.3 Regime de Previdência Complementar – RPC/RS	66
2.5 Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual.....	67

3. GESTÃO PATRIMONIAL 70

3.1 Ativo.....	73
3.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa	75
3.1.1.1 Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC)	76
3.1.2 Créditos a Curto Prazo e Ativo Realizável a Longo Prazo.....	77
3.1.2.1 Créditos Tributários a Receber – Auto de Lançamento.....	77
3.1.2.2 Clientes	78
3.1.2.3 Empréstimos e Financiamentos Concedidos.....	78
3.1.2.4 Dívida Ativa	79
3.1.2.4.1 Dívida Ativa da Administração Direta	79
3.1.2.4.2 Dívida Ativa da Administração Indireta	83
3.1.2.5 Devedores	83
3.1.2.6 Responsáveis por Pagamentos Irregulares e Sequestros Judiciais a Regularizar	84
3.1.2.7 Demais Créditos de Curto e Longo Prazo (Financeiro).....	85
3.1.2.8 Demais Créditos de Curto e Longo Prazo (Permanente)	85
3.1.3 Estoques.....	86
3.1.4 Investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo	87
3.1.5 Imobilizado mantido para Venda.....	87
3.1.6 Participações Acionárias	87
3.1.7 Fundos para Financiamento.....	89
3.1.8 Imobilizado e Intangível.....	90
3.2 Passivo	91
3.2.1 Passivos Financeiros.....	94
3.2.1.1 Restos a Pagar	94

3.2.1.2 Depósitos Judiciais	95
3.2.1.3 Passivos do SIAC.....	96
3.2.1.4 Demais Passivos Financeiros	97
3.2.2 Passivos Permanentes de Curto Prazo	97
3.2.3 Empréstimos e Financiamentos	98
3.2.4 Débitos Parcelados.....	99
3.2.5 Precatórios, Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais.....	100
3.2.5.1 Precatórios	100
3.2.5.2 Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais.....	104
3.2.6 Provisões	105
3.2.6.1 Provisão de Repartição Tributária.....	105
3.2.6.2 Provisão Atuarial do RPPS	106
3.2.6.3 Provisão de Remuneração do SIAC	107
3.2.6.4 Provisão para Indenizações Trabalhistas, Riscos Fiscais e Riscos Cíveis	108
3.2.6.5 Provisão de Pensões Integrais a Pagar	112
3.2.6.6 Outras Provisões de Longo Prazo	113
3.2.7 Resultado Diferido.....	114
3.2.8 Patrimônio Líquido.....	114
3.2.8.1 Resultado Patrimonial do Período	115
3.2.8.2 Ajustes de Exercícios Anteriores	115
3.2.8.3 Resultado de Exercícios Anteriores.....	117
3.3 Contas de Controle	117
3.3.1 Atos Ativos e Passivos	117
3.3.2 Passivos Contingentes	120
3.3.3 Outros Controles	124
4. GESTÃO FINANCEIRA.....	128
4.1 Patrimônio Financeiro.....	129
4.2 Recursos Vinculados e Situação Financeira Potencial	131
4.2.1 Receita Arrecadada e Parcelas Vinculadas	132
4.2.2 Movimentação Financeira dos Recursos Vinculados.....	133
4.3 Situação Líquida Financeira	135
4.3.1 Situação Líquida Financeira Real.....	136
4.3.2 Situação Líquida Financeira Ajustada	136
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	137
DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS DO SETOR GOVERNAMENTAL	147

INTRODUÇÃO

Apresenta-se o Balanço Geral do Estado, relativamente ao exercício financeiro de 2019, como peça fundamental a permitir o cumprimento dos preceitos constitucionais que atribuem ao Governador do Estado e à Assembleia Legislativa a prestação e o julgamento das contas estaduais, respectivamente. Tais preceitos, em sua essência e no que visam a possibilitar o controle externo sobre a atividade administrativa do Estado, remontam às primeiras Constituições do Brasil (1824) e do Estado do Rio Grande do Sul (1891). Constituem, pois, comandos basilares da organização do Estado brasileiro e, já sob o regime republicano, expressam um valor essencial de qualquer democracia, qual seja, a *accountability* (obrigação de prestar contas). Dada a sua ampla divulgação, revela-se também o Balanço Geral instrumento a propiciar o controle social, ensejando o pleno exercício da cidadania e contribuindo para a consolidação de uma democracia cada vez mais representativa e participativa.

Há 71 anos, a elaboração do Balanço Geral, tanto quanto a execução de todos os demais serviços de contabilidade da Administração Direta do Estado competem à Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), originalmente intitulada Contadoria-Geral do Estado. A partir de 1970, este Órgão passou a gerir o sistema de contabilidade e auditoria do Estado, assumindo também as funções de orientação e auditoria contábil da Administração Indireta. Já a atual Constituição Estadual alçou a CAGE à condição de Órgão central do sistema de controle interno previsto no art. 74 da Carta Federal, com delegações junto às unidades administrativas dos três Poderes e demais Órgãos autônomos do Estado. Com isso, novas atividades foram inseridas no escopo de sua atuação, tais como a proposição e/ou implementação de mecanismos que assegurem a fidedignidade dos demonstrativos financeiros, preparados no âmbito de todos os órgãos e entidades estaduais.

Atualmente, a CAGE está submetida ao regime jurídico especial estabelecido pela Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010, que dispôs sobre as suas funções institucionais, organização e quadro de pessoal, este consistente com a carreira de Auditor do Estado. Em relação ao Balanço Geral, a referida Lei Orgânica repisa a competência original do Órgão, além de acrescentar a análise, a interpretação e a avaliação dos elementos que o integram.

Conforme definido pelo Decreto Estadual nº 50.063, de 8 de fevereiro de 2013 (art. 15), o Balanço Geral do Estado - ou a Prestação de Contas Governamental - compreende o conjunto ordenado das Demonstrações Contábeis das Entidades integrantes da Administração Pública Estadual, das demonstrações consolidadas do setor governamental, de demonstrativos extraídos do Sistema Finanças Públicas do Estado e de outras fontes, bem como

do relatório de análise e interpretação dos resultados da gestão governamental. Tudo isso está contemplado na presente edição, que está estruturada nos seguintes volumes:

- I - Análise e Interpretação dos Resultados: contém as demonstrações financeiras consolidadas do Setor Governamental do Estado (Administração direta, autárquica e fundacional), bem como a análise dos indicadores fiscais, dos índices constitucionais e legais, e do efeito das principais transações realizadas no período, relativos à gestão orçamentária, fiscal, patrimonial e financeira do referido Setor. Inclui a análise horizontal (entre exercícios financeiros) e vertical (entre órgãos/entidades e/ou componentes de um grupo de contas) da execução orçamentária, e de elementos do ativo, do passivo e das variações patrimoniais;
- II - Demonstrativos da Administração Direta: compreende todos as peças previstas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, tais como os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, e as demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa. Inclui também diversos demonstrativos acerca da execução orçamentária e dos recursos vinculados, o demonstrativo financeiro dos fundos especiais, além da prestação de contas dos recursos do FUNDEB;
- III - Demonstrativos da Despesa, por Órgão da Administração Direta: contempla demonstrativos que discriminam a despesa segundo a sua classificação funcional-programática (funções, subfunções, programas, subprogramas, projetos e atividades) e econômica (categoria, grupo, modalidade, elemento e rubrica);
- IV - Demonstrativos da Administração Indireta - Autarquias e Fundações: compreende todos as peças previstas na Lei Federal nº 4.320/64, notas explicativas, além de demonstrativos da execução orçamentária e dos recursos vinculados; e
- V - Demonstrativos da Administração Indireta - Estatais: contempla as demonstrações financeiras previstas na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tais como o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração dos fluxos de caixa, e, se companhia aberta, a demonstração do valor adicionado. São acompanhadas de notas explicativas, do relatório da administração, do parecer dos conselhos fiscal e de administração, e, conforme o caso, do relatório do comitê de auditoria e dos auditores independentes.

Cabe destacar que a CAGE vem atuando intensamente no sentido de que a escrituração contábil, tanto quanto a elaboração dos demonstrativos supra referidos sejam realizadas de acordo com os procedimentos previstos nas Normas Brasileiras de

Contabilidade - de caráter geral (NBC TG) e aplicadas ao setor público (NBC TSP) -, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Com esse propósito, novas práticas foram adotadas a partir desse exercício, em especial para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos seguintes fatos:

- a. depreciação dos bens móveis;
- b. amortização dos bens intangíveis; e
- c. provisionamento de receitas a serem repartidas com municípios, decorrentes da inscrição de créditos tributários.

Além disso, com vistas a disseminar o conhecimento e consolidar a adoção das práticas já disciplinadas pela CAGE, no âmbito do Setor Governamental, em atenção ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estabelecido na Portaria STN nº 548/2015, foram realizadas, entre outras, as seguintes ações:

- a. edição de duas novas instruções normativas dispondo sobre créditos tributários e débitos judiciais;
- b. elaboração e disponibilização de dois guias de lançamentos contábeis: para registros do ativo imobilizado e do ativo intangível, e para registros das contribuições e dos benefícios previdenciários dos Poderes e Órgãos Autônomos;
- c. realização de 7 (sete) encontros com contadores, abordando assuntos como contabilização de passivos líquidos e certos, de provisões, e de ativos e passivos contingentes, conciliação bancária e dos recursos orçamentários, ementários da receita e da despesa, apuração da despesa com pessoal para efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, elaboração de notas explicativas às demonstrações contábeis, utilização da ferramenta de *power BI* para extração de dados, e encerramento do exercício;
- d. envio de solicitação a todos os órgãos e entidades para que procedessem ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação das obrigações pendentes de execução orçamentária, das provisões e dos passivos contingentes;
- e. desenvolvimento de funcionalidade no Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (Sistema APE) para permitir que o inventário anual possa ser realizado com a utilização de leitores de códigos de barras tradicionais ou do tipo de identificação por rádio frequência (RFDI);

- f. revisão detalhada dos critérios de elaboração de todos os demonstrativos que integram o Relatório de Gestão Fiscal, e de 82% dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, com base no Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela STN;
- g. publicação, no sítio eletrônico da Secretaria da Fazenda, dos seguintes relatórios mensais: Execução Orçamentária dos Recursos do Tesouro, Demonstrativo do Comprometimento da Receita Líquida de Impostos e Transferências com Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde, e com Despesas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, e Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
- h. coordenação do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul (GTCON/RS), instituído pelo Decreto nº 48.344, de 6 de setembro de 2011; e
- i. participação no Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público do Conselho Federal de Contabilidade (GA/CFC), na Câmara Técnica das Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF/STN), e no Grupo de Gestores das Finanças Públicas Estaduais (GEFIN).

Importante referir que a CAGE revisou o seu mapa estratégico para o quadriênio 2019-2022, adotando o seguinte propósito: “Qualificar a gestão pública para a realização dos seus objetivos em prol do bem-estar da sociedade gaúcha”. E a seguinte missão: “Promover a boa governança dos recursos públicos por meio de orientação, controle, combate à corrupção e estímulo ao controle social”.

Com base no referido mapa, o Órgão adaptou e executou o seu planejamento estratégico para 2019, alcançando expressivos resultados no desempenho de todas as suas macrofunções: de contabilidade, de controladoria e de auditoria, incluindo-se a correspondente orientação à Administração. Tais resultados, com o detalhamento dos serviços, produtos e projetos desenvolvidos, constarão do seu Relatório de Atividades, anualmente publicado no sítio da Secretaria da Fazenda. Convém mencionar, porém, diante de sua relevância para a gestão e para o controle, que a CAGE iniciou o desenvolvimento dos seguintes projetos prioritários:

- a. regulamentação, em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado, da Lei Estadual nº 15.228, de 25 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública;

- b. MINA (Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria), que consiste em uma solução que emprega inteligência artificial para controlar de modo sistemático um determinado conjunto de transações. O primeiro programa desenvolvido incide sobre as despesas de água, energia e serviços de TI, registradas no módulo Integração Estado-Fornecedor (IEF) do Sistema Finanças Públicas do Estado (Sistema FPE);
- c. implantação do uso de cartão de pagamentos, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Estado; e
- d. renovação do Portal da Transparência, para qualificar seus atributos de responsividade e acessibilidade, além de possibilitar novas consultas, em especial, quanto ao patrimônio, à execução de obras públicas, e ao gasto com materiais, água e energia.

O conjunto dessas realizações certamente constituem motivo de orgulho aos servidores que compõem a força de trabalho da CAGE; contingente este que, nos últimos cinco anos, se reduziu em expressivos 19%. Ao final do período, o Órgão contava com 142 servidores em efetivo exercício, sendo 97 auditores, 43 técnicos, além de dois agentes de carreira em extinção.

Assegurar que a gestão dos recursos estaduais se faça em estrita observância aos princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da economicidade, da transparência, além de outros referidos na nossa Constituição, constitui um mister por demais desafiador. E assume ainda maior relevância no contexto de um Ente com as finanças combalidas, que tarda em alcançar uma condição de sustentabilidade fiscal.

Diante disso, a CAGE continuará empenhada na busca de soluções ainda mais efetivas para o fortalecimento do sistema do controle interno do Estado, contando, para isso, com a competência, o comprometimento, o desvelo e a criatividade do seu corpo técnico.

Porto Alegre, 3 de abril de 2020,

Rogério da Silva Meira,
Contador e Auditor-Geral do Estado



1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 Planejamento

O planejamento estatal é formalizado, por expressa previsão constitucional, por meio de três leis ordinárias, cuja iniciativa pertence ao Poder Executivo. São elas: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. As atribuições definidas pela Constituição Federal para cada um desses instrumentos de planejamento, bem como o conteúdo das leis que vigem no Estado do Rio Grande do Sul, serão objeto de análise nos itens a seguir.

1.1.1 Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento estatal com maior alcance temporal, pois estabelece diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos. A lei que formaliza o PPA é editada no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo e vige a partir do segundo, gerando efeitos até o primeiro ano do mandato seguinte.

Além disso, segundo o § 8º do artigo 149 da Constituição Estadual, os demais instrumentos de planejamento estatal (LDO e LOA) devem estar compatibilizados com o PPA, o que ressalta a importância desse instrumento para o atingimento dos fins pretendidos pelo Estado.

A Lei Estadual nº 14.755, de 20 de outubro de 2015, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, define as diretrizes estratégicas para o período, bem como os programas a serem perseguidos pela Administração Pública.

São diretrizes estratégicas definidas na referida lei:

- I. Gerar novo ciclo de desenvolvimento sustentável;
- II. Reforçar e ampliar as garantias dos direitos sociais;
- III. Prover as condições de infraestrutura necessárias ao pleno desenvolvimento sustentável e regional;
- IV. Produzir resultados por meio do planejamento e integração das políticas públicas.

Em termos quantitativos o PPA projetou uma despesa total de R\$ 265,2 bilhões para os quatro anos a que se refere. A execução da despesa nesse período atingiu o valor de R\$ 263,2 bilhões, o que representa 99,24% do total previsto para o quadriênio. Ressalta-se que, segundo o § 1º do artigo 6º da Lei nº 14.755-2015 (PPA), os valores financeiros apresentados são meramente referenciais, não constituindo limites a serem observados na programação das despesas expressas nas leis orçamentárias.

1.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento orientador da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e estabelece metas e prioridades da Administração Pública de acordo com os objetivos estratégicos definidos no PPA.

A Lei Estadual nº 15.202, de 25 de julho de 2018, dispõe sobre as diretrizes para elaboração da LOA referente ao exercício econômico-financeiro de 2019 e compreende os seguintes anexos:

- I. Prioridades e Metas da Administração Pública Estadual
- II. Anexo de Metas Fiscais, compreendendo:
 - a. demonstrativo das metas anuais;
 - b. avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência do Estado;
 - c. evolução do saldo patrimonial, origem e aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos; e
 - d. renúncia de receitas e despesas de caráter continuado; e
- III. Anexo de Riscos Fiscais.

1.1.2.1 Prioridades e Metas

Este anexo lista as prioridades e as metas dos Poderes e dos Órgãos autônomos do Estado para o exercício a que a lei se refere.

1.1.2.2 Anexo de Metas Fiscais

A meta de resultado primário estabelecida no Anexo II da LDO para o ano de 2019 foi de R\$ 3.592,2 milhões, resultado de receitas e despesas primárias (excluídas as operações intraorçamentárias¹) que somam R\$ 56.152,8 milhões e R\$ 52.560,6 milhões, respectivamente. Na apuração do resultado primário não são computadas as receitas e despesas financeiras, ou seja, aquelas relacionadas ao financiamento do Estado, tais como a contratação de operações de crédito (receita) e o pagamento do serviço da dívida (despesa).

Diversos dispositivos legais estabelecem a necessidade de acompanhamento da execução orçamentária, a fim de que as condições necessárias ao atingimento da referida meta possam ser criadas, o que reforça sobremaneira a sua importância. São eles:

¹ As operações intraorçamentárias se referem, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde, à contribuição patronal ao Regime de Repartição Simples (RPPS) e à contribuição patronal ao RPPS-Fundoprev, bem como à complementação financeira ao RPPS. Tais operações não representam, de fato, ingressos de recursos, mas sim transações entre órgãos e entidades do Estado.

- Artigo 5º, inciso I, da LRF: Dispõe que a LOA deve conter anexo que demonstre a compatibilidade da programação orçamentária com as metas definidas na LDO;
- Artigo 9º, caput, da LRF: Determina que, se for verificado ao final de um bimestre que a realização da receita pode comprometer a meta de resultado primário estabelecida na LDO, os Poderes devem promover, por ato próprio, nos 30 dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios definidos na própria LDO;
- Artigo 9º, § 3º, da LRF: Autoriza o Poder Executivo a limitar os valores financeiros transferidos aos Poderes no caso destes não efetuarem a limitação de empenho referida no item anterior (este dispositivo foi suspenso, por medida cautelar, em decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.238-5);
- Artigo 30 da Lei 15.202/2018 (LDO): Atribui ao Poder Executivo a incumbência de apurar o montante necessário de limitação de empenho e de movimentação financeira, bem como de informá-lo aos Poderes;
- Artigo 30, § único, da Lei 15.202/2018 (LDO): Estabelece que o montante de uma eventual limitação de empenho a ser procedida pelos Poderes será proporcional à participação de cada um no total da despesa primária orçada inicialmente, excluindo-se as transferências constitucionais aos municípios.

Bimestralmente, o Relatório de Execução Orçamentária é publicado apresentando a reestimativa da receita primária e informando a despesa a ser contingenciada, por Poder, para que a meta de resultado primário definida na LDO possa ser atingida. A reestimativa da receita considera aquela que foi arrecadada até o correspondente bimestre e estima a que se realizará até o final do exercício. Assim, a cada relatório publicado, a precisão da reestimativa aumenta.

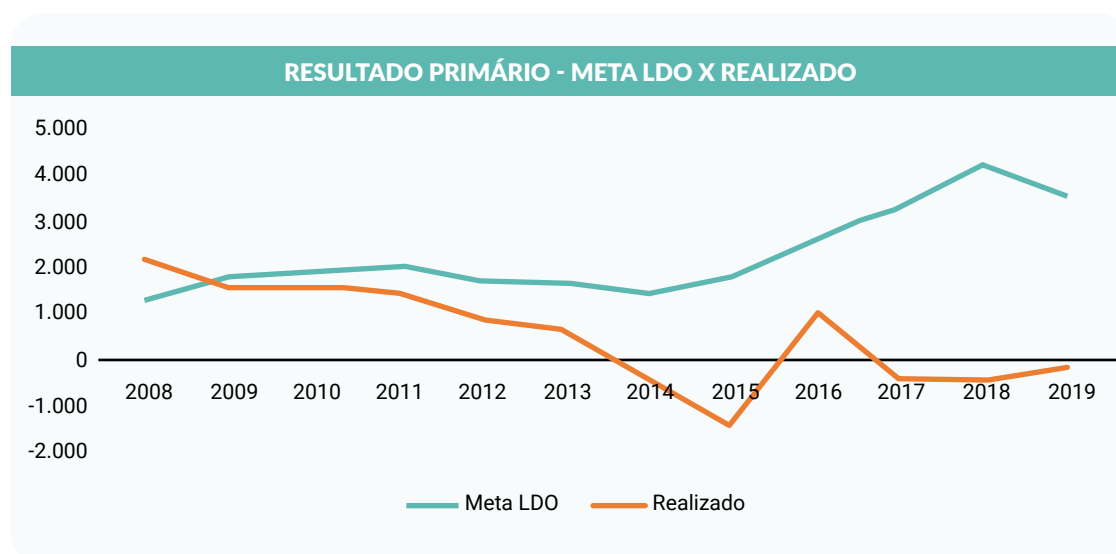
No exercício de 2019, a comparação, por Poder, entre a despesa realizada e os limites máximos que seriam necessários para o atingimento da meta de resultado primário prevista na LDO é demonstrada na próxima tabela.

O limite de despesa primária demonstrado (R\$ 39.562,2 milhões) é calculado considerando a receita primária arrecadada até o final do exercício (excluídas as intraorçamentárias e os valores transferidos aos municípios) subtraída da meta de resultado primário da LDO. Assim, caso a despesa executada apresentasse esse total, a meta seria atingida. Ocorre que, como demonstrado na tabela seguinte, a despesa primária superou em R\$ 3.355,9 milhões o referido limite, o que resultou no descumprimento da meta.

Em milhões de R\$

Poderes / Órgãos	Dotação Inicial	% Distribuição	Limite da Despesa Primária	Despesa Primária Executada	Excesso de Despesa Primária	% Excesso
Poder Executivo	39.773,1	86,0%	34.025,5	37.158,1	3.132,6	9,21%
Poder Judiciário	3.726,5	8,1%	3.188,0	3.227,4	39,4	1,24%
Assembleia Legislativa	680,8	1,5%	582,4	538,9	-43,4	-7,46%
Tribunal de Contas	555,2	1,2%	475,0	536,1	61,1	12,86%
Ministério Público	1.097,8	2,4%	939,2	1.075,5	136,3	14,51%
Defensoria Pública	411,7	0,9%	352,2	382,2	30,0	8,51%
Total Exceto Intraorçamentárias	46.245,0	100,0%	39.562,2	42.918,1	3.355,9	

O gráfico a seguir demonstra novo descolamento entre a meta definida na LDO e o resultado primário realizado (excluídas as receitas e as despesas intraorçamentárias), fato que vem se repetindo nos últimos anos.



A importância desta análise decorre do fato de que superávits primários podem ser direcionados para o pagamento dos serviços da dívida, contribuindo, assim, com a redução do estoque total da dívida líquida. Assim, caso a receita primária seja frustrada ao longo de um exercício financeiro, a limitação das despesas primárias inicialmente fixadas no orçamento se faz necessária, dentro dos parâmetros definidos em lei e com a participação proporcional de cada Poder, para que o Estado, ao longo do tempo, consiga manter sua dívida sob controle e possa assim viabilizar os investimentos necessários ao seu desenvolvimento.

1.1.2.3 Anexo de Riscos Fiscais

No Anexo de Riscos Fiscais, destaca-se o alerta quanto às possíveis variações no nível de atividade econômica e suas consequências na arrecadação da receita,

principalmente aquelas relacionadas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços (ICMS).

A proposta orçamentária para o ano de 2019 (LOA/2019), que será analisada no próximo item, foi elaborada com base nos parâmetros macroeconômicos estabelecidos na LDO, evidenciados na tabela a seguir:

Variáveis	2019
Crescimento Real do PIB BR (% ano)	3
Crescimento Real do PIB RS (% ano)	3
IPCA (variação % acumulada)	4,2
Taxa de Câmbio (R\$/US\$) – dezembro	3,4

O Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, em 2019, cresceu 2,0%, índice superior ao do PIB nacional, que apresentou variação anual positiva de 1,1%. Além disso, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 4,31% em 2019 e o dólar americano fechou o ano cotado em R\$ 4,03.

Os desvios demonstrados entre os parâmetros macroeconômicos utilizados quando da elaboração do orçamento e os valores efetivamente medidos ao final do exercício, principalmente no tocante à cotação do dólar e ao crescimento do PIB, confirmam os riscos associados à arrecadação nominal do ICMS. A repercussão de tais diferenças está apresentada no item 1.4 (Receita Realizada).

1.1.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o instrumento de planejamento de curto prazo que estima as receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro. A Lei Estadual 15.237, de 21 de dezembro de 2018, apresentou, para o ano de 2019, um orçamento equilibrado de R\$ 73,36 bilhões, incluindo operações intraorçamentárias de R\$ 15,52 bilhões.

O orçamento do Estado compreende a Administração Direta, que inclui os Poderes, as Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

A próxima tabela apresenta os valores originalmente orçados para o ano de 2019, comparativamente com os do exercício anterior.

O demonstrativo apresenta o orçamento de ambos os exercícios sob a nova classificação da receita orçamentária, aprovada pela Portaria Interministerial STN-SOF nº 01, de 14 de junho de 2018, que alterou o artigo 2º e o Anexo I da Portaria Interministerial STN-SOF nº 163, de 4 de maio de 2001. Dentre as alterações trazidas pelo referido normativo, destaca-se o registro da arrecadação da dívida ativa juntamente com as respectivas naturezas de receitas que a originaram, e não mais em Outras Receitas Correntes.

Em milhões de R\$

Receita Orçamentária	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Receitas Correntes	72.837,5	69.203,8	3.633,6	5,25%
Receita Tributária	35.336	35.604,7	-268,6	-0,75%
Receita de Contribuições	7.777,1	6.516,5	1.260,6	19,34%
Receita Patrimonial	955,3	978,6	-23,3	-2,38%
Receita Agropecuária	35,9	1,1	34,8	3291,89%
Receita Industrial	0	0	0	–
Receita de Serviços	533,6	529,5	4,2	0,78%
Transferências Correntes	8.576,3	8.556,8	19,5	0,23%
Outras Receitas Correntes	19.623,2	17.016,8	2.606,4	15,32%
Receitas de Capital	525,4	865,2	-339,7	-39,27%
Operações de Crédito	268,5	648,1	-379,6	-58,57%
Alienação de Bens	12,3	14,2	-1,9	-13,26%
Amortização de Empréstimos	29,4	28,4	0,9	3,30%
Transferências de Capital	215,3	174,5	40,8	23,39%
Outras Receitas de Capital	0	0	0	–
Receita Total (a)	73.362,9	70.069	3.293,9	4,70%

Em milhões de R\$

Despesa Orçamentária	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Despesas Correntes	69.655,7	66.171,8	3.483,8	5,26%
Pessoal e Encargos Sociais	46.087,9	41.793,1	4.294,7	10,28%
Juros e Encargos da Dívida	2.596,8	3.812,2	-1.215,5	-31,88%
Outras Despesas Correntes	20.971,0	20.566,5	404,6	1,97%
Despesas de Capital	2.679,6	2.992,8	-313,2	-10,46%
Investimentos	1.012,0	1.556,7	-544,8	-34,99%
Inversões Financeiras	124,5	95,0	29,5	31,06%
Amortização da Dívida	1.543,1	1.341,0	202,1	15,07%
Reserva Orçamentária	1.027,6	904,4	123,2	13,63%
Despesa Total (b)	73.362,9	70.069,0	3.293,9	4,70%
Orçamento Equilibrado (c=a-b)	-	-	-	-

Além disso, o IPE-Prev registra orçamentariamente a cobertura de déficit do Plano Financeiro por força do artigo 3º da Lei Complementar Estadual 12.065, de 29 de março de 2004. Essa receita, anteriormente classificada como Receita de Contribuições Intraorçamentária, passou a compor a linha de Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias.

Pela análise dos números, verifica-se que o orçamento apresentou um crescimento de 4,70%, passando de R\$ 70,07 bilhões, em 2018, para R\$ 73,36 bilhões, em 2019.

Na receita, destaca-se o decréscimo verificado nos valores orçados para a Receita Tributária, da ordem de R\$ 268,6 milhões, mesmo que os parâmetros da respectiva LDO indicassem crescimento da atividade econômica e inflação positiva. Também houve

diminuição dos montantes previstos para os ingressos decorrentes de operações de crédito, no montante de R\$ 379,6 milhões, principalmente as oriundas do mercado externo, que apresentaram decréscimo de R\$ 335,0 milhões.

Já as expansões das Receitas de Contribuição e de Outras Receitas Correntes têm relação direta com os valores fixados no orçamento para as Despesas com Pessoal, já que as primeiras registram as receitas de contribuições previdenciárias, descontadas dos servidores, bem como as respectivas contribuições patronais, arcadas pelo Tesouro. Como mencionado acima, o registro da cobertura do déficit do Plano Financeiro passou a compor a linha de Outras Receitas Correntes e, como está diretamente relacionada ao crescimento das Despesas com Pessoal, também apresentou grande variação positiva. Da mesma forma, contribuiu para essa variação a previsão de R\$ 7,39 bilhões, em 2019, para a receita Demais Compensações Financeiras da União. Esse valor corresponde a um incremento de R\$ 516,8 milhões em relação ao exercício anterior. Os montantes registrados nessa classificação não são receitas cujas fontes sejam conhecidas nem cujos ingressos ocorram de fato, registrando, tão somente, os montantes necessários para equilibrar o orçamento.

Pelo lado da Despesa, destaca-se o crescimento de R\$ 4,29 bilhões no grupo de Pessoal e Encargos Sociais e o decréscimo de R\$ 1,22 bilhão em Juros e Encargos da Dívida.

A despesa inicialmente fixada para o ano de 2019 sofreu, ao longo do exercício, acréscimos e reduções mediante créditos adicionais. Essas movimentações, por grupo de despesa, são demonstradas a seguir:

Em milhões de R\$					
Despesa Orçamentária	Dotação Inicial (a)	Acréscimos (b)	Reduções (c)	Despesa Atualizada (d=a+b-c)	Variações (e=d-a)
Despesas Correntes	69.655,7	10.308,6	6.365,4	73.598,9	3.943,2
Pessoal e Encargos Sociais	46.087,9	6.783,5	5.037,5	47.833,9	1.746
Juros e Encargos da Dívida	2.596,8	160	27,9	2.728,9	132,1
Outras Despesas Correntes	20.971	3.365,2	1.300	23.036,2	2.065,2
Despesas de Capital	2.679,6	2.726,7	2.218,2	3.188,1	508,5
Investimentos	1.012	618	244,8	1.385,2	373,2
Inversões Financeiras	124,5	98,1	80,2	142,5	17,9
Amortização da Dívida	1.543,1	2.010,6	1.893,3	1.660,5	117,4
Reserva Orçamentária	1.027,6	0	462,6	565	-462,6
Despesa Total	73.362,9	13.035,4	9.046,3	77.352	3.989,1

A origem de recursos indicada na abertura dos referidos créditos adicionais é resumida conforme a tabela a seguir:

Em milhões de R\$	
Com Impacto no Total do Orçamento	3.989,1
Maior Arrecadação	2.428,9
Convênios	47
Maior Arrecadação (Autarquias e Fundações)	522
Passivo Potencial	991,1
Sem Impacto no Total do Orçamento	9.046,3
Redução de Dotações	9.046,3
Total de Créditos Adicionais Abertos	13.035,4

Na análise conjunta das duas tabelas pode-se verificar que, quando a origem de recursos utilizada na abertura de um crédito adicional decorre da redução de outras dotações, não há alteração no total do orçamento. Já, da utilização de outras fontes, conforme demonstrado acima, decorrem variações quantitativas no total das despesas.

1.2 Balanço Orçamentário

A seguir, apresenta-se o Balanço Orçamentário consolidado do Estado.

Em milhões de R\$				
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	72.837,5	72.837,5	69.589,5	-3.248,0
Receita Tributária	35.336,0	35.336,0	39.673,2	4.337,2
Receita de Contribuições	7.777,1	7.777,1	7.616,7	-160,4
Receita Patrimonial	955,3	955,3	925,0	-30,4
Receita Agropecuária	35,9	35,9	1,1	-34,8
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	533,6	533,6	521,7	-11,9
Transferências Correntes	8.576,3	8.576,3	8.348,5	-227,8
Outras Receitas Correntes	19.623,2	19.623,2	12.503,2	-7.120,0
Receitas de Capital (II)	525,4	525,4	839,7	314,3
Operações de Crédito	268,5	268,5	191,9	-76,6
Alienação de Bens	12,3	12,3	570,1	557,7
Amortização de Empréstimos	29,4	29,4	27,5	-1,9
Transferências de Capital	215,3	215,3	43,0	-172,3
Outras Receitas de Capital	-	-	7,3	7,3
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	-	-	-	-
Subtotal Das Receitas (IV) = (I + II + III)	73.362,9	73.362,9	70.429,2	-2.933,8
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV+V)	73.362,9	73.362,9	70.429,2	-2.933,8
Déficit (VII)	-	-	3.432,5	3.432,5
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	73.362,9	73.362,9	73.861,6	498,7

(continua)

Em milhões de R\$

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesa Corrente (IX)	69.655,7	73.598,9	71.321,1	70.534,0	63.930,0	2.277,8
Pessoal e Encargos Sociais	46.087,9	47.833,9	46.744,6	46.406,2	43.230,9	1.089,3
Juros e Encargos da Dívida	2.596,8	2.728,9	2.726,3	2.726,3	360,3	2,6
Outras Despesas Correntes	20.971,0	23.036,2	21.850,2	21.401,5	20.338,8	1.185,9
Despesa Capital (X)	2.679,6	3.188,1	2.540,5	2.275,1	1.050,7	647,6
Investimentos	1.012,0	1.385,2	837,4	572,8	440,5	547,7
Inversões Financeiras	124,5	142,5	90,9	90,1	83,1	51,6
Amortização da Dívida	1.543,1	1.660,5	1.612,2	1.612,2	527,1	48,3
Reserva de Contingência (XI)	452,1	0,8	–	–	–	0,79
Reserva do RPPS (XII)	575,57	564,20	–	–	–	564,20
Subtotal das Despesas (XIII)=(IX + X + XI + XII)	73.362,9	77.352,0	73.861,6	72.809,0	64.980,7	3.490,4
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XIV)	–	–	–	–	–	–
Subtotal com Refinanciamento (XV)= (XIII + XIV)	73.362,9	77.352,0	73.861,6	72.809,0	64.980,7	3.490,4
Superávit (XVI)	–	–	–	–	–	–
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	73.362,9	77.352,0	73.861,6	72.809,0	64.980,7	3.490,4

Conforme demonstrado no item 1.1.3 (LOA) e no Balanço Orçamentário, foram previstas para o exercício financeiro de 2019 receitas de R\$ 73,36 bilhões. Desse total, foram arrecadados R\$ 70,43 bilhões.

A frustração de Outras Receitas Correntes ocorreu principalmente pela previsão de receitas a título de “Demais Compensações Financeiras da União” sem sua respectiva arrecadação. Na prática, trata-se de um mecanismo utilizado para que os orçamentos sejam aprovados com equilíbrio entre receitas e despesas. Os montantes dessa natureza previstos nos últimos anos, sem que houvesse nenhum ingresso no caixa do Estado são demonstrados a seguir:

Em milhões de R\$

Demais Compensações Financeiras da União	
2012	246,1
2013	1.201,3
2014	2.305,2
2015	1.790,5
2016	4.621,3
2017	2.971,9
2018	6.874,0
2019	7.390,8
Total	27.401,1

Ressalta-se que na Lei Estadual nº 15.399 – LOA de 2020 –, de 12 de dezembro de 2019, tal mecanismo não está previsto. Assim, para o ano de 2020, foram previstas receitas de R\$ 61,16 bilhões frente a despesas de R\$ 66,44 bilhões, totalizando um déficit de R\$ 5,28 bilhões.

Por outro lado, houve excesso de R\$ 4,34 bilhões na arrecadação das Receitas Tributárias em decorrência, principalmente, dos R\$ 3,51 bilhões de ICMS arrecadados além do que havia sido previsto na LOA. Além do principal do ICMS, que também apresentou desempenho bastante superior ao previsto (R\$ 2,07 bilhões), houve grande crescimento nas receitas de Dívida Ativa, superando em R\$ 1,38 bilhão a previsão inicial. Desse valor, destaca-se que R\$ 788,5 milhões foram compensados com precatórios, no âmbito do programa Compensa-RS.

Destaca-se também a receita de R\$ 509,4 milhões, derivada da desconstituição de fundos (Fundopem), classificada em Alienação de Bens, que não havia sido prevista inicialmente.

Na análise da execução da despesa, o saldo de R\$ 1,09 bilhão na dotação do grupo Pessoal e Encargos Sociais decorre, principalmente, dos R\$ 540,9 milhões não utilizados, que são relacionados à modalidade 91 (operações intraorçamentárias), cuja contrapartida compõe as Receitas de Contribuições. Também se verificou, nesse mesmo grupo, um saldo de R\$ 264,8 milhões relativos a vencimento e vantagens de pessoal civil.

No grupo Outras Despesas Correntes, apurou-se um saldo de dotação de R\$ 1,19 bilhão não empenhado. Desse montante, R\$ 428,3 milhões estão relacionados ao elemento 39 (Outros Serviços de Terceiros).

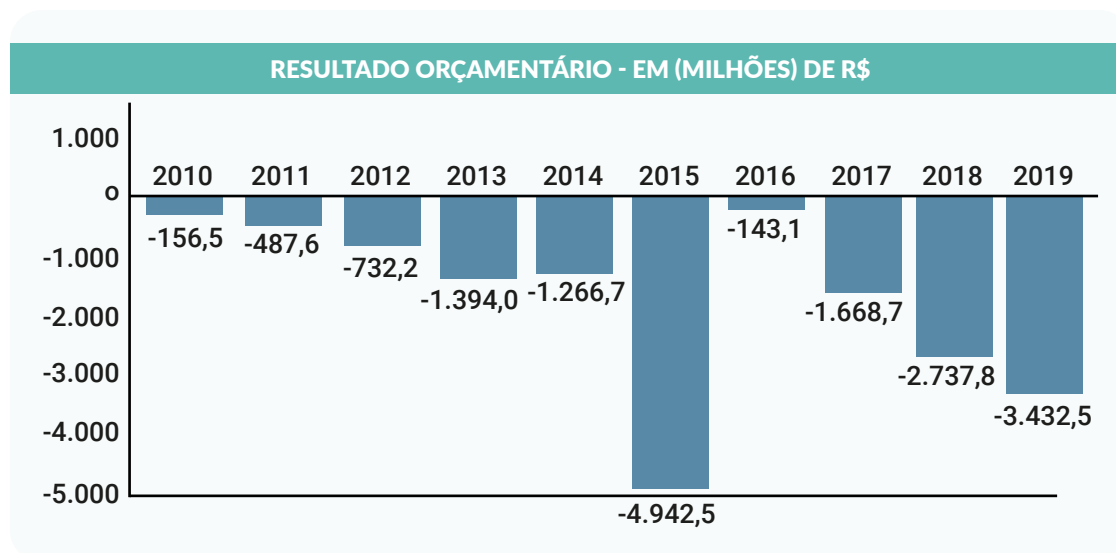
No grupo de Investimentos, verifica-se um saldo de dotação de R\$ 547,7 milhões de um total atualizado de R\$ 1,39 bilhão. A maior parte está relacionado aos elementos 51 (Obras e Instalações) e 52 (Equipamento e Material), em que não foram executados R\$ 284,7 milhões e R\$ 208,0 milhões, respectivamente.

Para o pagamento dos serviços da dívida, que englobam os grupos Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida, foram orçados e empenhados R\$ 4,39 bilhões e R\$ 4,34 bilhões, respectivamente. Os pagamentos relativos à dívida com a União estiveram suspensos por força de liminar que antecipou os efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

1.2.1 Série Histórica do Resultado Orçamentário

A série histórica do resultado orçamentário demonstra a deterioração da situação financeira do Estado, uma vez que os déficits crescentes vinham sendo supridos pelos ingressos decorrentes da utilização dos depósitos judiciais não tributários. Em 2016, houve uma sensível melhora nesse indicador, devido a fatos extraordinários que contribuíram para essa evolução, tais como a cessão onerosa dos direitos de operacionalização

da folha de pagamento, que gerou um ingresso de R\$ 1,25 bilhão. Nos últimos anos, a suspensão dos pagamentos da dívida com a União tem sido o principal fato que permite ao Estado algum controle de suas contas, sob a ótica de caixa.



1.3 Resultado Primário

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não financeiras). Superávits primários são importantes, uma vez que representam a suficiência de recursos para o pagamento dos serviços da dívida (despesas com juros/ encargos e amortizações) e, desta forma, contribuem para a redução do estoque da dívida líquida. O resultado primário pode ser obtido a partir do resultado orçamentário, excluindo-se as receitas e despesas financeiras. A seguir, são demonstrados os montantes previstos de receitas e despesas primárias em comparação com as respectivas execuções, além da conciliação com o resultado orçamentário. O critério utilizado na tabela difere daquele aplicado na definição da meta da LDO, pois acresce os montantes das operações intraorçamentárias.

Em milhões de R\$				
Resultado Primário e Orçamentário	Orçado	Realizado ¹	Variação Absoluta	% Realizado
Receita Primária	72.808,4	69.076,7	3.731,7	94,9%
Despesa Primária	69.207,3	69.513,9	-306,6	100,4%
Resultado Primário	3.601,1	-437,1	4.038,3	
Receita Financeira	554,5	1.352,4	-797,9	243,9%
Despesa Financeira	4.155,7	4.347,8	-192,1	104,6%
Resultado Orçamentário	0	-3.432,5	3.432,5	

¹ O Anexo 6 do RREO do 6º Bimestre de 2019 apresentou resultado primário positivo de R\$669,4 milhões. Esse montante difere do apresentado nessa tabela (Déficit de R\$ 437,1) devido ao alinhamento do RREO com o Manual de Demonstrativos Fiscais 9ª Edição, que, em linhas gerais, aplica o regime de caixa na apuração do Resultado Primário.

Observa-se que, do total de receitas primárias previstas inicialmente, 94,9% foram arrecadadas, o que correspondeu a uma insuficiência de arrecadação de R\$ 3,73 bilhões de receitas com essa natureza. Por outro lado, a despesa primária fixada inicialmente foi superada em R\$ 306,6 milhões quando de sua realização. Assim, o superávit primário de R\$ 3,60 bilhões previsto na LOA inverteu para um déficit de R\$ 437,1 milhões, o que equivale a um desvio de R\$ 4,04 bilhões em relação ao orçamento inicial.

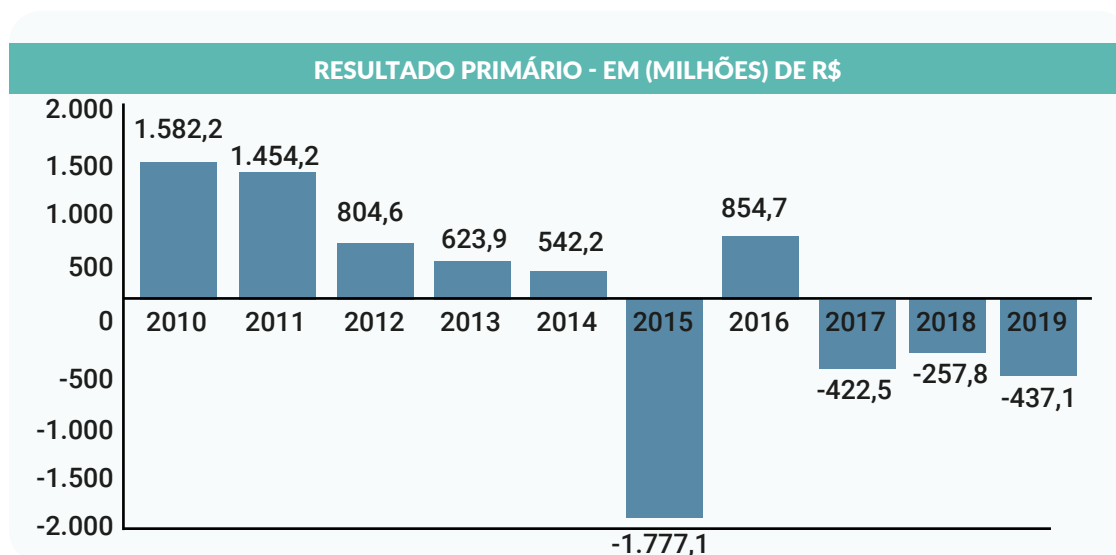
Dentre as principais causas para a frustração da receita primária, destacam-se algumas daquelas já identificadas no item 1.2 (Balanço Orçamentário), em especial os R\$ 7,39 bilhões orçados em “Demais Compensações Financeiras da União”, sem nenhuma arrecadação.

Parte dessa insuficiência de arrecadação da receita primária foi compensada pelos ingressos em montantes superiores aos orçados nas Receitas Tributárias (R\$ 4,34 bilhões).

As Despesas com Pessoal e Encargos executadas excederam o orçamento inicial em R\$ 656,7 milhões. Essa diferença decorreu da limitação imposta pela LDO, em seu artigo 36, para os montantes orçados na LOA para as despesas com essa natureza. Prevê a LDO um limite de 3% de correção para o conjunto de dotações fixadas, acrescidas dos créditos adicionais sancionados até 30 de abril de 2018. Assim, esse excesso de empenhos em relação à dotação inicial foi suprido por créditos adicionais abertos durante o exercício.

Conforme o Balanço Orçamentário apresentado anteriormente, houve previsão inicial de R\$ 452,1 milhões em Reserva de Contingência. Desse montante, R\$ 451,3 milhões foram utilizados ao longo do exercício para a abertura de créditos adicionais.

1.3.1 Série Histórica do Resultado Primário



A trajetória decrescente do resultado primário ao longo dos últimos anos demonstra a dificuldade que o Estado vem tendo para administrar suas finanças de forma a atingir o equilíbrio fiscal e, consequentemente, diminuir o estoque de sua dívida.

1.4 Receita Realizada

A seguir, passa-se à análise da arrecadação da receita orçamentária de 2019, comparativamente ao exercício de 2018. Nesse ponto, não serão confrontados valores orçados e realizados, pois essa comparação já foi efetuada no item 1.2 (Balanço Orçamentário). Assim, serão avaliadas as variações nos montantes efetivamente arrecadados de um ano para o outro, tanto em termos nominais quanto reais, ou seja, atualizados mensalmente pela variação do IPCA, que apresentou variação acumulada de 4,31% no exercício de 2019.

Em milhões de R\$

Arrecadação Nominal	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Receitas Correntes	69.589,5	65.263,5	4.326	6,63%
Receita Tributária	39.673,2	37.593,1	2.080,1	5,53%
Receita de Contribuições	7.616,7	6.558,8	1.057,9	16,13%
Receita Patrimonial	925	791	134	16,94%
Receita Agropecuária	1,1	1,6	(0,5)	-29,14%
Receita Industrial	0	0	–	0%
Receita de Serviços	521,7	534,9	(13,2)	-2,46%
Transferências Correntes	8.348,5	8.128,2	220,3	2,71%
Outras Receitas Correntes	12.503,2	11.655,8	847,4	7,27%
Receitas de Capital	839,7	1.353,9	(514,2)	-37,98%
Operações de Crédito	191,9	270,2	(78,3)	-28,99%
Alienação de Bens	570,1	852	(281,9)	-33,09%
Amortização de Empréstimos	27,5	25,1	2,4	9,56%
Transferências de Capital	43	206,6	(163,6)	-79,18%
Outras Receitas de Capital	7,3	–	7,3	0%
Total Geral	70.429,2	66.617,4	3.811,8	5,72%

Em milhões de R\$

Arrecadação Real (Atualização Mensal pelo IPCA)	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Receitas Correntes	71.269,2	69.377,3	1.891,9	2,73%
Receita Tributária	40.631,2	39.964	667,3	1,67%
Receita de Contribuições	7.795,6	6.967,4	828,3	11,89%
Receita Patrimonial	947,5	838,4	109,1	13,02%
Receita Agropecuária	1,2	1,7	(0,5)	-31,67%
Receita Industrial	0	0	–	0%
Receita de Serviços	534,7	568,6	(33,9)	-5,96%

(continua)

Em milhões de R\$

Arrecadação Real (Atualização Mensal pelo IPCA)	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Transferências Correntes	8.552,4	8.645,6	(93,2)	-1,08%
Outras Receitas Correntes	12.806,6	12.391,7	414,9	3,35%
Receitas de Capital	858,4	1.442,3	(583,9)	-40,48%
Operações de Crédito	195,5	285,8	(90,3)	-31,61%
Alienação de Bens	583,1	910,3	(327,2)	-35,94%
Amortização de Empréstimos	28,2	26,7	1,5	5,58%
Transferências de Capital	44,2	219,5	(175,4)	-79,88%
Outras Receitas de Capital	7,5	-	7,5	0%
Total Geral	72.127,6	70.819,7	1.308	1,85%

Conforme demonstrado, a receita apresentou um crescimento nominal e real de 5,72% e 1,85%, respectivamente, em decorrência, principalmente, dos incrementos verificados nas receitas Tributária, de Contribuições e Outras Receitas Correntes. Nas próximas seções serão analisadas as variações dos principais componentes da receita orçamentária do Estado.

1.4.1 ICMS

A seguir, são demonstrados os valores nominais de ICMS arrecadados em 2019, a qualquer título, incluindo os oriundos de dívida ativa, de multas e de juros, em comparação com o ano anterior. Observe-se que a arrecadação da Dívida Ativa, multas e juros, até 2018, era classificada como Outras Receitas Correntes. A partir de 2019, com a adoção do novo ementário da receita orçamentária, a arrecadação desses valores passou a ser registrada na mesma natureza que a originou. Para viabilizar a comparabilidade entre os períodos, o exercício de 2018, também é apresentado conforme a nova classificação.

Em milhões de R\$

Receita de ICMS	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
ICMS	34.111,7	33.532,9	578,8	1,73%
Principal	33.892,1	33.266	626,1	1,88%
Multas e Juros	219,6	266,9	(47,3)	-17,71%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) – ICMS	1.330	983,6	346,4	35,22%
Principal DA	768,3	509,5	258,8	50,79%
Multas e Juros DA	561,7	474,1	87,6	18,48%
Dívida Ativa compensada com Precatórios	788,5	34	754,5	2219,07%
Ampara RS	301,1	288,1	12,9	4,49%
Total	36.531,3	34.838,6	1.692,6	4,86%

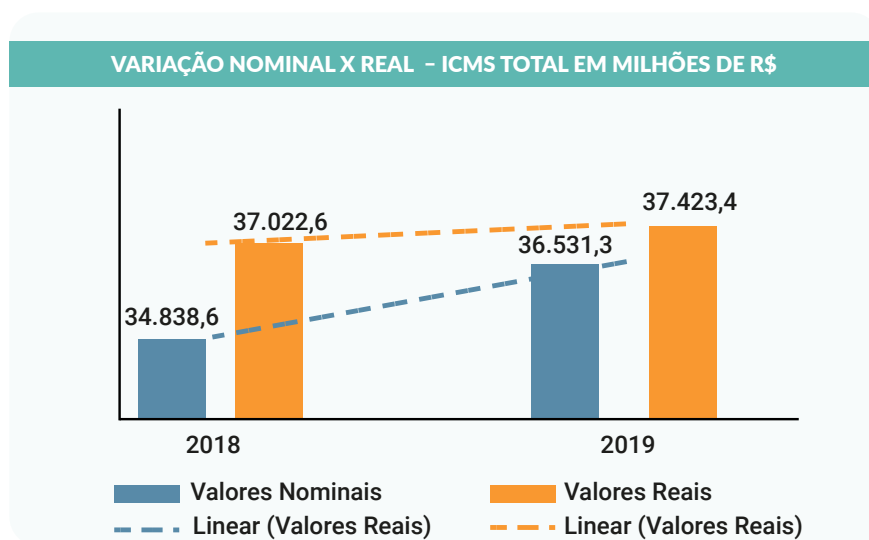
A tabela seguinte evidencia os valores corrigidos mensalmente pelo IPCA.

Em milhões de R\$				
Receita de ICMS – Corrigida pelo IPCA	2019	2018	Varição Absoluta	Varição %
ICMS	34.956,8	35.639,4	(682,6)	-1,92%
Principal	34.732,4	35.356,6	(624,1)	-1,77%
Multas e Juros	224,4	282,8	(58,5)	-20,67%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) – ICMS	1.350,4	1.041,1	309,4	29,72%
Principal DA	779,7	539,5	240,3	44,54%
Multas e Juros DA	570,7	501,6	69,1	13,77%
Dívida Ativa compensada com Precatórios	807,5	35,6	771,8	2166,29%
Ampara RS	308,7	306,5	2,2	0,72%
Total	37.423,4	37.022,6	400,8	1,08%

A arrecadação total do ICMS apresentou crescimento tanto em termos nominais (4,86%), quanto reais (1,08%). Destaca-se que, devido à edição do Decreto nº 54.348, de 26 de novembro de 2018, que dividiu a apuração do ICMS dos estabelecimentos enquadrados na categoria geral em dois períodos quinzenais, sendo o pagamento relativo à primeira quinzena devido até a data de 26 de dezembro de 2018 (o vencimento original era no mês de janeiro de 2019), a arrecadação desse imposto, em 2019, foi prejudicada em R\$ 347,0 milhões. Assim, caso não houvesse a referida antecipação em 2018, as variações nominal e real seriam de 6,92% e 3,07%, respectivamente. Verifica-se que, considerando esse ajuste, a variação real da arrecadação do ICMS foi superior ao crescimento do PIB do Rio Grande do Sul, que foi de 2%.

Ressalta-se que, no exercício de 2019, R\$ 788,5 milhões, registrados como receita de ICMS de Dívida Ativa, não corresponderam a ingressos financeiros, mas sim a baixa de passivos do Estado relacionados a precatórios, no âmbito do Programa Compensa-RS.

Por fim, apresenta-se gráfico da arrecadação nominal e real do ICMS total, ressaltando que, como já referido, a correção para os montantes reais é realizada mensalmente, ou seja, a arrecadação nominal de cada mês é atualizada pelo IPCA até a data de 31 de dezembro de 2019.



1.4.2 IPVA

A seguir, são demonstrados os valores nominais de IPVA arrecadados em 2019, em comparação com o ano anterior.

Em milhões de R\$				
Receita de IPVA	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
IPVA	2.864,7	2.933,7	(69)	-2,35%
Principal	2.799,1	2.879,2	(80,1)	-2,78%
Multas e Juros	65,6	54,5	11,1	20,34%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) – IPVA	209,4	201,5	7,8	3,90%
Principal DA	156,3	151,2	5,1	3,38%
Multas e Juros DA	53,1	50,3	2,7	5,43%
Dívida Ativa compensada com Precatórios	–	–	–	0%
Total	3.074	3.135,2	(61,2)	-1,95%

A tabela a seguir apresenta os valores de IPVA arrecadados em 2019 e 2018 corrigidos mensalmente pelo IPCA.

Em milhões de R\$				
Receita de IPVA – Corrigida pelo IPCA	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
IPVA	2.929,4	3.135,7	(206,3)	-6,58%
Principal	2.862,1	3.077,6	(215,4)	-7%
Multas e Juros	67,3	58,2	9,1	15,65%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) – IPVA	214	213,3	0,7	0,34%
Principal DA	159,8	160,0	(0,2)	-0,14%
Multas e Juros DA	54,3	53,3	0,9	1,78%
Dívida Ativa compensada com Precatórios	–	–	–	0%
Total	3.143,4	3.349	(205,6)	-6,14%

Conforme demonstrado nessas duas tabelas, a arrecadação nominal do IPVA apresentou pequena queda de 1,95% na comparação dos períodos. Já em termos reais, quando os valores são atualizados pelo IPCA, essa retração foi de 6,14%.

Um fator que pressiona a evolução da arrecadação do IPVA é o envelhecimento da frota de veículos do Estado, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

Frota	2019	2018	Var. R\$	Var. %
Tributáveis	3.755.291	3.706.251	49.040	1,32%
Não Tributáveis	3.513.256	3.382.802	130.454	3,86%
Frota Total	7.268.547	7.089.053	179.494	2,53%

Participação %	2019	2018
Tributáveis	51,66%	52,28%
Não Tributáveis	48,34%	47,72%

Nota-se, na comparação dos dois exercícios, a diminuição de 52,28% para 51,66% da representatividade dos veículos tributáveis em comparação com o total de veículos, em decorrência de um aumento da frota de veículos tributáveis (1,32%) inferior à de veículos não tributáveis (3,86%).

1.4.3 ITCD

A seguir, são demonstrados os valores nominais de ITCD arrecadados em 2019, em comparação com o ano anterior.

Em milhões de R\$				
Receita de ITCD	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
ITCD	666,5	577,3	89,2	15,45%
Principal	659,9	567	92,9	16,38%
Multas e Juros	6,6	10,3	(3,7)	-35,69%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) – ITCD	7,2	6,7	0,5	7,43%
Principal DA	3,1	2,9	0,2	8,49%
Multas e Juros DA	4,1	3,8	0,3	6,64%
Dívida Ativa compensada com Precatórios	0,4	0,3	0,1	0%
Total	674,2	584,3	89,8	15,37%

Já em termos reais (valores atualizados mensalmente pelo IPCA), a arrecadação em 2019 foi superior àquela de 2018 em 11,30%.

Em milhões de R\$				
Receita de ITCD – Corrigida pelo IPCA	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
ITCD	681,9	612,3	69,7	11,38%
Principal	675,1	601,3	73,8	12,28%
Multas e Juros	6,8	10,9	(4,2)	-37,93%
Recebimentos da Dívida Ativa (DA) – ITCD	7,4	7,1	0,3	3,52%
Principal DA	3,2	3,1	0,1	4,58%
Multas e Juros DA	4,2	4,1	0,1	2,72%
Dívida Ativa compensada com Precatórios	0,4	0,3	0,1	0%
Total	689,8	619,7	70,1	11,30%

De acordo com as tabelas precedentes, a arrecadação nominal total do ITCD em 2019 atingiu o montante de R\$ 674,2 milhões, o que representa uma variação nominal positiva de 15,37% em relação ao ano anterior.

Vale ressaltar que em 2019, R\$ 0,4 milhão de dívida ativa de ITCD foi compensado com precatórios devidos pelo Estado, suas autarquias ou fundações. Tal possibilidade foi estabelecida pela Lei Estadual nº 15.038, de 16 de novembro de 2017.

1.4.4 Participação dos Municípios na Receita do Estado

A tabela a seguir apresenta o demonstrativo da arrecadação a qualquer título dos impostos e transferências que possuem valores pertencentes aos Municípios.

		Em milhões de R\$	
Código	Discriminação	Arrecadação	Participação
ICMS			25%
111802110002	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Inter-municipal e de Comunicação (ICMS)	33.212	
111802110012	ICMS – Auto de Lançamento	680	
111802160002	Juros de Mora do ICMS	24,2	
111802150002	Multas do ICMS	19,6	
111802160012	Juros de Mora ICMS – Auto de Lançamento	55,8	
111802150022	Multas do ICMS – Auto de Lançamento	70	
111802150012	Multas Moratórias ICMS – Auto de Lançamento	50	
111802170002	Multa da Dívida Ativa do ICMS	166	
111802180002	Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS (art. 69, da Lei 6537/1973)	332	
111802170012	Multa de Mora da Dívida Ativa do ICMS	55	
111802180022	Arrecadação do Compensa/RS – Juros de Mora Dívida Ativa do ICMS	6,7	
111802170022	Arrecadação do Compensa/RS – Multa da Dívida Ativa do ICMS	0,9	
111802170032	Arrecadação do Compensa/RS – Multa de Mora da Dívida Ativa do ICMS	0,9	
111802130002	Receita ICMS Dívida Ativa	761,2	
111802130022	Arrecadação do Compensa/RS – Receita ICMS Dívida Ativa	7,1	
Rubrica 9339	Repetição de Indébito – ICMS	-2,5	
Soma		35.439,2	8.859,8
Valor empenhado no Projeto 2653, Recurso 0118 relativo a transferência aos Municípios			8.859,7
IPVA			50%
111801210001	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	2.799,1	
111801250001	Multas do IPVA	59,4	
111801260001	Juros de Mora do IPVA	6,2	
111801270001	Multa de Mora da Dívida Ativa – IPVA	39	
111801280001	Juro de Mora da Dívida Ativa do IPVA (art. 69, da Lei 6.537/1973)	14	
111801230001	Juros de Mora da Dívida Ativa do IPVA (art. 69, da Lei 6.537/1973)	156,3	
Soma		3.074	1.537
Valor empenhado no Projeto 2663, Recurso 0116 relativo a transferência aos Municípios			1.537
ITBI			50%
111801410001	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	3,2	
Soma		3,2	1,6
Valor empenhado no Projeto 2662, Recurso 0111 relativo a transferência aos Municípios			1,6
Cota-Parte IPI-Exportação			25%

(continua)

		Em milhões de R\$	
Código	Discriminação	Arrecadação	Participação
171801610001	Cota-Parte do Imposto sobre Produtos Industrializados – Estados Exportadores	533,8	
	Soma	533,8	133,4
	Valor empenhado no Projeto 2629, Recurso 0218 relativo a transferência aos Municípios		133,4
	Multas por Infrações de Trânsito		100%
191001110018	Multas de Infração de Trânsito	0	
	Soma	0	0
	Valor empenhado no Projeto 2642, Recurso 0198 relativo a transferência aos Municípios		0
	Cota-Parte do Petróleo Bruto de Produção Nacional¹		25%
171802610070	Cota-Parte do Valor do Petróleo Bruto de Produção Nacional	4,7	
	Soma	4,7	1,2
	A Empenhar Referente ao Período de janeiro a dezembro de 2019		1,2
	CIDE		25%
171801710013	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	45,4	
	Soma	45,4	11,3
	Valor empenhado no Projeto 2962, Recurso 0230 relativo a transferência aos Municípios		11,3
			10.544,4

¹ O valor decorrente da Cota-Parte do Petróleo Bruto de Produção Nacional, a ser transferido para os municípios, não foi empenhado em 2019. Assim, o total dessa tabela (R\$ 10.544,4), supera o apresentado no item 1.5.3 (R\$ 10.543,1).

1.4.5 Receita de Contribuições

As receitas de contribuições são arrecadadas pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE-Prev) e pelo Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (IPE-Saúde). A maior parte delas são arcadas pelo próprio Estado por meio de despesas intraorçamentárias (contribuições patronais). A partir do exercício de 2019, a cobertura do déficit do RPPS – Plano Financeiro passou a ser registrada em Outras Receitas Correntes e não mais em Receitas de Contribuições. Devido a essa nova classificação, tais ingressos, em ambos os exercícios, estão em linha destacada na tabela a seguir:

Em milhões de R\$				
Receita	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)	5.285,2	4.351,9	933,3	21,45%
Ativos	1.140,6	1.182,4	(41,8)	-3,53%
Inativos	658,1	606,1	52	8,58%
Pensionistas	184,2	162,9	21,3	13,09%
Patronal (RPPS)	3.278,6	2.373,4	905,2	38,14%
Outras (RPPS)	23,7	27,1	(3,4)	-12,71%
Fundo de Assistência à Saúde (FAS)	2.331,5	2.203,8	127,7	5,79%

(continua)

Em milhões de R\$

Receita	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Servidores	681,7	652,9	28,8	4,41%
Patronal (FAS)	628,4	585,9	42,5	7,26%
Plano de Assistência Médica Complementar (PAC)	291,7	277,9	13,9	4,99%
Plano de Assistência Médica Suplementar (Pames)	184,9	181,1	3,8	2,12%
Prefeituras	369,6	350,4	19,2	5,47%
Outras (FAS)	175,2	155,7	19,5	12,50%
Outras Contribuições	0	3,1	(3,1)	-99,30%
Total de Receita de Contribuições	7.616,7	6.558,8	1.057,9	16,13%

Cobertura de Deficit RPPS¹	11.424,3	10.405,6	1.018,7	9,79%
--	-----------------	-----------------	----------------	--------------

Total de Receitas Previdenciárias	19.041	16.964,5	2.076,5	12,24%
--	---------------	-----------------	----------------	---------------

¹ O registro da complementação financeira para Plano Financeiro (RPPS) é realizado a partir da adoção do Ementário da Receita 2019, em Outras Receitas Correntes. Apesar disso, os montantes que ingressaram no IPE Prev nos períodos analisados foram incluídos na tabela para complementar a informação a que a tabela se propõe.

1.4.6 Transferências Correntes

Nas tabelas a seguir, são resumidas as principais receitas de transferências recebidas pelo Estado.

Em milhões de R\$

Receita de Transferências Correntes	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Cotas-Partes em Receitas da União	2.276,0	2.173,6	102,4	4,71%
Transferências do SUS	813,6	826,8	(13,2)	-1,60%
Transferências do FNDE	432,1	444,3	(12,1)	-2,73%
Compensação Lei Kandir	–	115,1	(115,1)	-100,00%
Transferência Fundeb - Retorno	4.411,1	4.483,0	(71,9)	-1,60%
Emendas Parlamentares Obrigatórias	129,1	–	129,1	–
Parcela Leilão Cessão Onerosa Pré-Sal	219,4	–	219,4	–
Demais Transferências Correntes	67,2	85,5	(18,3)	-21,37%
Total	8.348,5	8.128,2	220,3	2,71%

Em milhões de R\$

Receita de Transferências Correntes - Corrigidas IPCA	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Cotas-Partes em Receitas da União	2.334,2	2.313,6	20,6	0,89%
Transferências do SUS	831,9	877,9	(45,9)	-5,23%
Transferências do FNDE	443,4	472,2	(28,8)	-6,10%
Compensação Lei Kandir	–	122,4	(122,4)	-100%
Transferência Fundeb – Retorno	4.521,8	4.768,6	(246,8)	-5,18%
Emendas Parlamentares Obrigatórias	131,8	–	131,8	–
Parcela Leilão Cessão Onerosa Pré-Sal	220,4	–	220,4	–
Demais Transferências Correntes	68,8	90,8	(22)	-24,23%
Total	8.552,4	8.645,6	(93,2)	-1,08%

As Transferências Correntes apresentaram pequena variação positiva nominal, totalizando 2,71% de um ano para o outro. Já em termos reais, com valores atualizados mensalmente pelo IPCA, houve decréscimo de 1,08%.

Destacam-se, nas tabelas, as cotas-partes em receitas da União, que são compostas por valores relacionados ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), IPI-Exportação, Cide-Combustíveis e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Em termos reais, houve um acréscimo de 0,89% entre 2018 e 2019 nestas receitas que representam mais de 1/4 das transferências recebidas.

Observa-se também que, em 2019, não houve ingressos relacionados à Lei Kandir, que isentou o ICMS dos produtos e serviços destinados à exportação, causando perdas na arrecadação estadual, que deveriam ser compensadas por transferências do Governo Federal. O valor dessa compensação, no entanto, sempre foi muito inferior às perdas de arrecadação que o Estado teve ao longo dos anos com a referida lei. Está tramitando no Congresso Nacional projeto de lei prevendo o ressarcimento aos estados de parte dessas perdas.

Por outro lado, duas novas transferências ingressaram no Estado em 2019, quais sejam as emendas parlamentares obrigatórias e a parcela do Estado no leilão para a cessão onerosa do Pré-Sal, que totalizaram, respectivamente, R\$ 129,1 milhões e R\$ 219,4 milhões.

Observa-se, porém, que o maior valor recebido em transferência – retorno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) – representa aproximadamente 70,30% dos valores enviados pelo Estado ao referido fundo e 52,84% do total de transferências correntes recebidas. O fluxo financeiro relacionado ao Fundeb será detalhado no item 2.2.1.1 (FUNDEB).

1.4.7 Operações de Crédito

A seguir, apresenta-se o detalhamento dos ingressos de operações de crédito em 2019, comparativamente a 2018.

Em milhões de R\$					
Receita de Operações de Crédito	Lei Autorizativa	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Operações de Crédito Internas		58,1	36,7	21,4	58,38%
Proredes (BNDES)	13.699/2011	50	32	18	56,36%
Programa de Modernização – Defensoria Estadual (BNDES)	14.389/2013	8,1	4,7	3,4	72,11%
Operações de Crédito Externas		133,8	233,5	(99,7)	-42,71%
Proredes (BIRD)	13.700/2011	81,7	213,5	(131,8)	-61,73%
Profisco (BID)	13.289/2009	–	20	(20)	-100%
Programa de Oportunidades e Direitos (BID)	14133/2012	52,1	–	52,1	–
Total		191,9	270,2	(78,3)	-28,99%

A tabela seguinte traz informações adicionais sobre as operações de crédito com ingresso em 2019.

Operação (Instituição)	Finalidade	Prazos (em anos)			Encargos
		Total	Carência	Amortização	
Proredes (BNDES)	Viabilizar a execução de programas de desenvolvimento integrado constantes no PPA e LOA.	10	2	8	TJLP limitada a 6%
Programa de Modernização – Defensoria Estadual (BNDES)	Modernização da Administração Geral e Patrimonial da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul	16	3	13	Subcrédito A – Juros 1,2% aa, acima da variação acumulada das taxas médias da Selic e spread; Subcrédito B – Juros 1% aa, acima da TJLP
Proredes (BIRD)	Investimentos constantes do PPA 2012-2015, aprovados pelo Banco.	30	4	26	libor dólar 6 meses + spread BID – opção do Estado pelas taxas variáveis
Profisco (BID)	Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul	20	5	15	libor dólar 3 meses + spread BID – opção do Estado pelas taxas variáveis

Fonte: Divisão da Dívida Pública – Tesouro do Estado.

1.4.8 Alienação de Bens

A tabela abaixo evidencia os valores nominais de receita da alienação de bens arrecadada em 2019, comparativamente ao ano anterior.

Em milhões de R\$				
Alienação de Bens	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Venda de Ações / Redução de Capital – Banrisul	49,3	704,7	(655,5)	-93,01%
Desconstituição de Fundos	509,4	116,8	392,6	336,27%
Outros	11,4	30,5	(19,1)	-62,69%
Total	570,1	852,0	-281,9	-33,09%

Destaca-se, no exercício de 2019, a cessão onerosa dos créditos decorrentes do Fundopem/RS a qual gerou um ingresso de receita de R\$ 416,2 milhões que está incluído no valor de R\$ 509,4 milhões, relativos as receitas com Desconstituição de Fundos, apresentado na tabela anterior.

1.5 Despesa Realizada

A análise da despesa orçamentária do exercício de 2019 será efetuada comparativamente ao exercício de 2018. Neste ponto, não serão confrontados os valores orçados com os realizados, pois esse comparativo já foi demonstrado no item 1.2 (Balanço Orçamentário). Seguindo a classificação por grupos de despesa definida pela Portaria

Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, a Despesa Empenhada, em valores nominais, ficou assim representada:

Em milhões de R\$				
Grupo de Despesa	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Pessoal e Encargos Sociais	46.744,6	42.408	4.336,6	10,23%
Juros e Encargos da Dívida	2.726,3	2.571,5	154,8	6,02%
Outras Despesas Correntes	21.850,2	21.225,4	624,8	2,94%
Investimentos	837,4	1.642	(804,5)	-49%
Inversões Financeiras	90,9	109,3	(18,4)	-16,81%
Amortização da Dívida	1.612,2	1.399	213,2	15,24%
Total	73.861,6	69.355,1	4.506,5	6,50%

Destaca-se que, do total de R\$ 73,86 bilhões empenhados no exercício, R\$ 15,61 bilhões são classificados como despesas intraorçamentárias, referindo-se, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde, à contribuição patronal ao RPPS – Regime de Repartição Simples e à contribuição patronal ao RPPS – Fundoprev, bem como à complementação financeira ao RPPS. Essas despesas têm como contrapartida as receitas intraorçamentárias registradas no IPE-Prev e no IPE-Saúde, que suportam, juntamente com as contribuições dos servidores, o pagamento de aposentadorias e pensões, além das despesas com saúde dos servidores.

A seguir, demonstram-se as despesas intraorçamentárias, segregadas por grupo de despesa:

Em milhões de R\$				
Grupo de Despesa	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Pessoal e Encargos Sociais	15.584,2	13.192,5	2.391,7	18,13%
Outras Despesas Correntes	27	18,9	8,1	42,83%
Total	15.611,2	13.211,4	2.399,8	18,16%

A análise da Despesa Empenhada por grupo/órgão, com identificação dos elementos de maior peso na sua composição é apresentada a seguir:

DESPESA POR ÓRGÃO/ENTIDADE E GRUPO DE DESPESA

Em milhões de R\$

Órgão	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização Da Dívida	Total
Encargos Financeiros	3.812,3	2.726,3	11.566,3	–	–	1.581,1	19.686
SSP	9.678,8	–	472,2	87,3	0,8	–	10.239,1
SE	7.546	–	818,2	50,3	–	–	8.414,5
SES	715,4	–	3.649,6	19,6	–	–	4.384,6
TJ	3.602,8	–	561,6	93,5	–	–	4.257,9
MP	1.108,3	–	129,6	33,4	–	–	1.271,3
SEAPEN	686,7	–	219,6	9,5	–	–	915,8
TCE	753,3	–	37	3	–	–	793,3
AL	711,8	–	58,9	6,9	–	–	777,5
SEFAZ	411,1	–	119,9	7,9	–	–	538,9
DPE	400,3	–	55,1	13,9	–	–	469,3
Agricultura	122,4	–	225,6	22,5	37,1	–	407,5
PGE	254,4	–	21	0,2	–	–	275,6
Planejamento	166	–	39,7	8,9	–	–	214,7
SEMA	34,9	–	32,1	4,5	53	–	124,4
Governo do Estado	72	–	33,3	0,8	–	–	106,2
SJCDH	13	–	21,4	39,9	–	–	74,2
TJM	55,7	–	3,4	0,2	–	–	59,3
SOP	27,5	–	14,4	4,5	–	–	46,4
SEDAC	19,3	–	17,6	3,1	–	–	40,1
SEDETUR	18,8	–	5,9	0	–	–	24,7
Transportes	13,9	–	6	1,2	–	–	21
SICT	15,3	–	0,4	0	–	–	15,7
STAS	1,4	–	14,1	0	–	–	15,6
Esporte	1,9	–	8,4	0,2	–	–	10,4
SGGE	4	–	2,8	-	–	–	6,8
SAAM	0,6	–	0	0	–	–	0,7
CEE	-	–	0,3	-	–	–	0,3
Administração Direta	30.247,9	2.726,3	18.134,3	411,4	90,9	1.581,1	53.191,9
IPE PREV	15.423,2	–	365,5	0,4	–	8,6	15.797,7
IPE SAÚDE	15,5	–	2.275,3	0,4	–	22,3	2.313,5
DETRAN	114,2	–	675,7	2,8	–	–	792,7
DAER	180,3	–	90,5	414,7	–	–	685,4
SUPRG	62,2	–	54,7	0,3	–	0,1	117,3
IRGA	26,3	–	24,6	0,5	–	–	51,4
FOSPA	16,4	–	2	0,3	–	0	18,6
AGERGS	13,1	–	3,5	0,7	–	–	17,3
JUCISRS	5,6	–	10,6	0	–	–	16,3
EDP	4,8	–	0,5	-	–	–	5,4
Autarquias	15.861,6	–	3.503	420	-	30,9	19.815,6

(continua)

DESPESA POR ÓRGÃO/ENTIDADE E GRUPO DE DESPESA

Em milhões de R\$

Órgão	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização Da Dívida	Total
FASE	227,4	–	64,7	1,5	–	0,1	293,7
Proteção	106,4	–	24,3	0,4	–	–	131,1
UERGS	84,3	–	18,4	2	–	–	104,7
FEPAM	62,7	–	15,5	0,4	–	–	78,6
FGTAS	59,9	–	15,3	0	–	0	75,3
FETLSVC	56,4	–	7,3	0,2	–	–	63,9
METROPLAN	12	–	26,4	1,5	–	–	40
FAPERGS	4,5	–	30,1	0	–	–	34,6
FADERS	13,8	–	2,9	0	–	–	16,8
CIENTEC	4,9	–	2,9	–	–	–	7,9
FTSP	1,5	–	3	–	–	–	4,5
FZB	1,1	–	2	–	–	–	3,2
Fundações	635,1	–	212,9	6	-	0,1	854,2
Total geral	46.744,6	2.726,3	21.850,2	837,4	90,9	1.612,2	73.861,6

1.5.1 Pessoal e Encargos Sociais

A princípio cabe ressaltar que, neste item, as análises são dissociadas do item 2.1.2, que trata da Despesa com Pessoal para fins de limite da LRF. A seguir, apresenta-se a tabela demonstrativa dos principais itens que compõem o grupo Pessoal e Encargos Sociais, conforme classificação da Portaria STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, sendo desconsiderados quaisquer ajustes ou reclassificações realizados para fins de apuração do limite de Despesa com Pessoal. Cumpre salientar que para esta análise foram eliminadas as despesas intraorçamentárias.

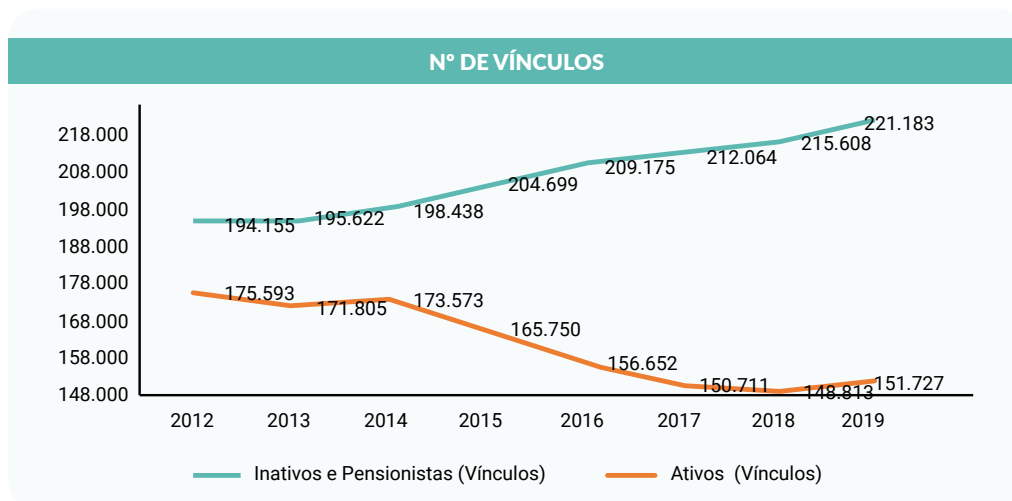
Em milhões de R\$

Pessoal e Encargos	%	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Inativos	43,05%	13.413,1	12.608,4	804,7	6,38%
Ativos	37,18%	11.585,8	11.279,8	306	2,71%
Pensionistas	10,73%	3.344,7	3.162,7	182	5,76%
Sentenças Judiciais	5,91%	1.841,6	1.086,7	755	69,47%
Indenizações e Ressarcimentos	1,66%	518,2	498,9	19,3	3,87%
Patronal Celetistas	1,40%	437,3	456,7	(19,4)	-4,25%
Patronal RS Prev	0,03%	10,7	15,8	(5,1)	-32,30%
Outros Benefícios Previdenciários	0,03%	8,9	106,5	(97,6)	-0,92
	100%	31.160,3	29.215,4	1.944,9	6,66%

Pela análise da tabela, verifica-se que as despesas empenhadas com inativos e pensionistas cresceram respectivamente 6,38% e 5,76% nos períodos analisados. Já na despesa com pessoal ativo houve incremento de 2,71%. Nos últimos anos, esse comportamento

vem se repetindo, fazendo com que, atualmente, a despesa com pessoal inativo e pensionistas represente 53,78% do total desse grupo, diante dos 37,18% de pessoal ativo.

A seguir, apresenta-se graficamente o comportamento do número de vínculos de servidores ativos e inativos (incluindo pensionistas) nos últimos anos:



De 2012 a 2019, o total de vínculos de servidores inativos (incluindo pensionistas) cresceu 27.028, ao passo que o de ativos caiu 23.866. A queda de 13,59% nos vínculos ativos desse período expõe a situação atual do Estado: o crescimento de sua principal despesa não é suficiente para, sequer, manter a força de trabalho ao longo dos anos.

1.5.2 Serviço da Dívida

O serviço da dívida compreende juros e encargos, bem como a amortização da dívida que, por serem relacionados, serão analisados conjuntamente.

A tabela a seguir apresenta a despesa com o serviço da dívida:

Em milhões de R\$				
Serviço da Dívida (Empenhado)	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Juros e Encargos	2.726,3	2.571,5	154,8	6,02%
Dívida Interna	2.465,9	2.341,5	124,4	5,31%
Dívida Externa	260,4	201,2	59,2	29,43%
Outros	–	28,9	(28,9)	-100%
Amortização	1.612,2	1.399	213,2	15,24%
Dívida Interna	1.270,7	1.137,7	133	11,69%
Dívida Externa	310,4	232,4	78	33,56%
Outros	31,1	28,8	2,3	7,84%
Total	4.338,5	3.970,5	368	9,27%

O crescimento de R\$ 368,0 milhões entre os períodos analisados decorre, sobretudo, dos empenhos relacionados à dívida com a União. A Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabeleceu o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal, previu, no § 4º do artigo 3º, descontos regressivos sobre o valor da parcela calculada nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Assim, de janeiro de 2017 a junho de 2018, foram aplicados descontos que variaram de 94,73% a 5,26%, sendo o montante integral restabelecido em junho de 2018. Como os empenhos foram realizados com base nos valores descontados, conforme a previsão da Lei Complementar nº 156/2016, as parcelas foram crescendo, o que resultou em um total empenhado, em 2019, superior ao de 2018.

Em julho de 2017, o Estado obteve, junto ao Supremo Tribunal Federal, liminar que suspendeu quaisquer pagamentos relacionados às leis citadas, antecipando os efeitos da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ainda em negociação quando da elaboração deste documento. Assim, de forma atípica, o fluxo de pagamento dos serviços da dívida ficou muito abaixo dos valores empenhados, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Em milhões de R\$				
Serviço da Dívida (Pago)	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Juros e Encargos	360,3	326,3	34	10,41%
Dívida Interna	99,9	96,3	3,6	3,77%
Dívida Externa	260,4	201,2	59,2	29,43%
Outros	–	28,9	(28,9)	-100%
Amortização	527,1	445,7	81,4	18,26%
Dívida Interna	186,7	184,5	2,2	1,20%
Dívida Externa	310,4	232,4	78	33,56%
Outros	30	28,8	1,2	4,08%
Total	887,4	772	115,4	14,94%

Verifica-se que o crescimento dos montantes efetivamente pagos de um ano para o outro tem relação direta com a Dívida Externa, já que os pagamentos para a União, conforme mencionado, estão suspensos por força da referida liminar.

1.5.3 Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes (ODCs) corresponde às despesas destinadas à manutenção da máquina administrativa (exceto pessoal), à prestação de serviços públicos, bem como às transferências correntes aos Municípios e a outras instituições não pertencentes à Administração Pública Estadual.

A tabela a seguir apresenta os principais itens de despesa que compõem esse grupo:

Em milhões de R\$

Outras Despesas Correntes	%	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Distribuição de Receitas (Municípios)	48,25%	10.543,1	10.344,5	198,6	1,92%
Outros Serviços de Terceiros – PJ	23,30%	5.091,4	5.154	(62,6)	-1,22%
Contribuições	6,01%	1.312,9	1.149,6	163,4	14,21%
Indenizações e Restituições	4,33%	946	849,3	96,7	11,38%
Sentenças Judiciais	3,23%	705,1	533,2	171,9	32,24%
Material de Consumo	2,81%	613,7	587,2	26,5	4,52%
Obrigações Tributárias e Contributivas	2,41%	526,9	478,3	48,6	10,16%
Outros	2,09%	457,1	544,2	(87,1)	-16%
Locação de Mão de Obra	2,02%	440,6	421,6	19	4,51%
Serviços TIC	1,96%	428,3	386,4	41,9	10,84%
Outros Serviços de Terceiros - PF	1,91%	417,2	399,9	17,3	4,32%
Auxílio Alimentação	1,68%	367,9	377,2	(9,3)	-2,47%
Total	100%	21.850,2	21.225,4	624,8	2,94%

O item de maior relevância no grupo, Distribuição de Receitas aos Municípios, representando quase a metade do total empenhado no grupo, apresentou variação positiva de 1,92%. São transferidos aos municípios 25% da arrecadação do ICMS e 50% do IPVA, a qualquer título, antes da dedução do Fundeb.

O segundo item mais representativo no grupo, Outros Serviços de Terceiros – PJ, apresentou variação negativa de 1,22% entre os períodos analisados. O detalhamento desse elemento é apresentado na tabela a seguir, observando-se que, do total empenhado em Serviços Médicos, 99,54% foram executados pelo IPE-Saúde. Além disso, as despesas com o SUS, com os Serviços Credenciados – Detran e com a Assistência Técnica e Extensão Rural foram executados pelos respectivos órgãos. Os demais gastos apresentados são comuns à maior parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Em milhões de R\$

Outros Serviços de Terceiros - PJ	%	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Serviços Médicos	37,34%	1.901,3	1.756,1	145,2	8,27%
SUS	29,86%	1.520,2	1.587,5	(67,3)	-4,24%
Outros	11,42%	581,4	630,4	(49)	-7,78%
Serviços Credenciados – Detran	6,38%	325	304,6	20,4	6,69%
Assistência Técnica e Ext. Rural	3,28%	167,1	206,3	(39,2)	-18,99%
Energia Elétrica	3,08%	156,9	132,1	24,8	18,80%
Comunicação	2,65%	135	163,7	(28,7)	-17,53%
Conservação Bens Imóveis	2,10%	106,8	166,8	(59,9)	-35,93%
Água e Esgoto	1,97%	100,5	90,8	9,7	10,67%
Locação de Máquinas e Equipamentos	1,91%	97,1	115,8	(18,6)	-16,09%
Total	100%	5.091,4	5.154	(62,6)	-1,22%

A despesa com Contribuições atingiu R\$ 1.312,9 milhões em 2019, representando um acréscimo de 14,21% em relação a 2018. Desse valor, R\$ 1,04 bilhão (78,95%) é relativo a repasses aos Fundos Municipais de Saúde. Outro item de grande relevância nesse elemento são as despesas com Assistências Financeiras a Municípios, executadas, quase em sua totalidade, na Secretaria da Educação. A maior parte desse valor tem relação com o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no Rio Grande do Sul (Peate/RS), que transfere recursos financeiros aos municípios que efetuam o transporte de alunos da Educação Básica da Rede Pública Estadual residentes no meio rural. Os gastos são realizados principalmente com a utilização dos recursos do Salário-Educação.

1.5.4 Investimentos

O detalhamento do grupo Investimentos no exercício de 2019, em comparação com 2018, ficou assim demonstrado:

Em milhões de R\$					
Investimentos	%	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Obras e Instalações	64,93%	543,8	1.064,1	(520,4)	-48,90%
Equipamentos e Materiais	24,76%	207,3	424,1	(216,8)	-51,11%
Auxílios	4,05%	33,9	54,8	(20,9)	-38,11%
Outros	3,28%	27,5	23,8	3,7	15,44%
Indenizações e Restituições	2,97%	24,9	75,1	(50,2)	-66,85%
Total	100%	837,4	1.642	(804,5)	-49%

Em 2019, o total investido pelo Estado foi 49% inferior ao exercício anterior. O montante empenhado de R\$ 837,4 milhões executado no ano correspondeu a 1,13% do total da despesa.

Destacam-se no grupo os valores investidos em Obras e Instalações, na maior parte executados no Daer, correspondente a R\$ 396,4 milhões, em projetos de ampliação e manutenção da malha rodoviária.

Também contribuíram para o decréscimo verificado nesse grupo os R\$ 281,3 milhões empenhados a menos pelo Tribunal de Justiça do Estado, quando comparado aos números do exercício anterior. Essa diminuição se deu, principalmente, com Obras e Instalações e Equipamentos e Materiais.

1.5.5 Inversões Financeiras

O grupo Inversões Financeiras abrange gastos com aquisição de imóveis em utilização, aquisição de bens para revenda, aquisição de títulos de crédito, de títulos

representativos de capital já integralizado, constituição ou aumento de capital de empresas, concessão de empréstimos, dentre outros.

A seguir, apresenta-se o detalhamento do grupo no exercício, comparativamente ao exercício anterior.

Em milhões de R\$					
Inversões Financeiras	%	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	88,26%	80,2	93,7	(13,4)	-14,35%
Concessão de Empréstimos	10,22%	9,3	15	(5,7)	-38,19%
Outros	1,52%	1,4	0,6	0,8	143,12%
Total	100%	90,9	109,3	(18,4)	-16,81%

Os adiantamentos para futuro aumento de capital demonstrados acima foram analisados no item 3.1.6 (Participações Acionárias). A concessão de empréstimos está relacionada ao Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper).



2. GESTÃO FISCAL

A Constituição Federal de 1988 apresentou uma série de normas para regular a gestão fiscal. Uma das principais leis que surgiram na esteira da Carta Magna foi a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com o propósito de assegurar a consecução das metas fiscais e a transparência dos gastos públicos.

2.1 Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

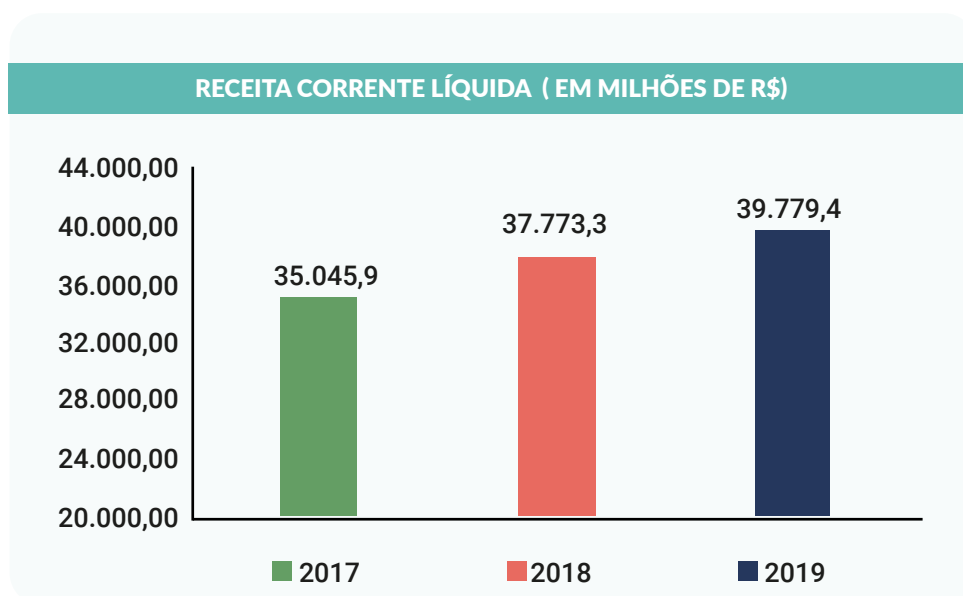
A LRF estabelece para os entes da federação limites de gastos relativos à despesa com pessoal, à dívida consolidada líquida, à concessão de garantias e à contratação de operações de crédito. Tais limites são definidos em percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL).

2.1.1 Receita Corrente Líquida (RCL)

A RCL corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidos alguns itens, como as transferências constitucionais e legais a municípios.

Além dos previstos na LRF, a RCL também é utilizada como parâmetro para outros limites estabelecidos em resoluções do Senado Federal.

A RCL é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência com as dos onze meses anteriores. Demonstra-se a seguir o gráfico com o comportamento da RCL nos últimos três anos, em valores históricos:



A RCL cresceu 5,31% em 2019 em comparação com 2018, índice superior ao IPCA do período (4,31%). O crescimento real pode ser atribuído, em sua maior parte, ao reconhecimento de receitas orçamentárias oriundas da compensação de créditos inscritos em dívida ativa com precatórios devidos pelo Estado, no valor de R\$ 795 milhões, por meio do programa Compensa, instituído pelo Decreto nº 53.974, de 21 de março de 2018, que regulamentou a Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017.

2.1.2 Despesa com Pessoal

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e deve ser elaborado pelos poderes e órgãos autônomos: Poder Executivo, Poder Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas), Poder Judiciário (Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça Militar do Estado) e Ministério Público. O RGF deve ser apurado ao final de cada quadrimestre e publicado até trinta dias após o encerramento do período de referência.

A Despesa Total com Pessoal (DTP) é apurada somando-se a despesa do mês de referência com as dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência. Tal gasto, nos poderes e órgãos autônomos, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da RCL previstos na LRF. Cabe destacar que, para fins de cálculo do percentual da DTP/RCL, deve ser utilizada a RCL ajustada, com a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 16 do artigo 166 da Constituição Federal.

A seguir, são apresentados os quadros da despesa com pessoal dos últimos dois anos, bem como os percentuais da RCL atingidos por poder ou órgão com o seu respectivo limite máximo e prudencial (95% do limite máximo). Todos os poderes e órgãos obrigados a apresentar o demonstrativo da despesa com pessoal o fazem utilizando os critérios definidos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), órgão responsável pela emissão do Parecer Prévio das contas estaduais.

Em milhões de R\$				
2019				
Poder/órgão Autônomo	Despesa com pessoal	% da RCL	Limite prudencial	Limite máximo
Executivo	18.082,0	45,60%	46,55%	49,00%
Tribunal de Justiça	1.822,2	4,60%	5,59%	5,88%
Tribunal de Justiça Militar	20,0	0,05%	0,11%	0,12%
Assembleia Legislativa	351,3	0,89%	1,73%	1,82%
Tribunal de Contas	352,3	0,89%	1,12%	1,18%
Ministério Público	628,8	1,59%	1,90%	2,00%
Total	21.256,6	53,61%	57,00%	60,00%
Receita corrente líquida ajustada	39.650,3			

Em milhões de R\$

2018				
Poder/órgão autônomo	Despesas com pessoal	% da RCL	Limite prudencial	Limite máximo
Executivo	17.599,8	46,59%	46,55%	49,00%
Tribunal de Justiça	1.706,2	4,52%	5,59%	5,88%
Tribunal de Justiça Militar	18,9	0,05%	0,11%	0,12%
Assembleia Legislativa	360,1	0,95%	1,73%	1,82%
Tribunal de Contas	326,6	0,86%	1,12%	1,18%
Ministério Público	562,6	1,49%	1,90%	2,00%
Total	20.574,2	54,47%	57,00%	60,00%
Receita corrente líquida ajustada	37.773,3			

Nota-se que houve relativa estabilidade nos percentuais de despesa com pessoal dos poderes em relação ao ano anterior, tendo em vista que a variação positiva da RCL foi acompanhada pelo crescimento da despesa. Destaca-se que o Poder Executivo ficou abaixo do limite prudencial em 2019, diferentemente do que ocorreu em 2018.

Em milhões de R\$

Despesa Líquida com Pessoal – LRF				
Poder/órgão autônomo	2019	2018	Variação absoluta	Variação %
Executivo	18.082,0	17.599,8	482,2	2,74%
Tribunal de Justiça	1.822,2	1.706,2	116,0	6,80%
Tribunal de Justiça Militar	20,0	18,9	1,1	5,80%
Assembleia Legislativa	351,3	360,1	-8,9	-2,46%
Tribunal de Contas	352,3	326,6	25,7	7,86%
Ministério Público	628,8	562,6	66,3	11,78%
Total	21.256,6	20.574,2	682,4	3,32%

Em 2019, o Relatório Consolidado, ou seja, a soma da despesa com pessoal de todos os poderes e órgãos atingiu 53,61% da RCL, ficando abaixo do limite prudencial (57%), com redução de 0,86 ponto percentual em relação ao exercício anterior, que totalizou 54,47%. Na despesa total consolidada, o aumento foi de 3,32%, totalizando R\$ 21.256,6 milhões.

Se utilizado o critério previsto no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), ou seja, desconsiderando as decisões do TCE/RS, a despesa com pessoal consolidada, em 2019, atingiria 68,22% da RCL ajustada.

2.1.2.1 Poder Executivo

O Poder Executivo atingiu 45,6% da RCL, ficando abaixo do limite prudencial (46,55%) pela primeira vez desde o segundo quadrimestre de 2018. Em relação ao fechamento de 2018, houve uma expansão de 2,74% na despesa total com pessoal. Salienta-se que a

despesa com pessoal da Defensoria Pública, que é um órgão autônomo, está incluída na despesa do Poder Executivo, por não possuir um limite específico definido em lei.

2.1.2.2 Poder Judiciário

O Poder Judiciário possui limite máximo de despesa com pessoal de 6%, percentual dividido entre o Tribunal de Justiça (5,88%) e o Tribunal de Justiça Militar (0,12%).

O Tribunal de Justiça teve crescimento de 6,8% na sua despesa total com pessoal atingindo o montante de R\$ 1.822,2 milhões. O percentual de comprometimento da despesa total com pessoal em relação à RCL subiu para 4,6%.

O Tribunal de Justiça Militar atingiu R\$ 20 milhões de despesa total com pessoal. Em relação ao ano anterior, houve aumento de 5,8%. O percentual de comprometimento da despesa total com pessoal manteve-se estável em 0,05% da RCL, ficando abaixo da metade do seu limite máximo (0,12%).

2.1.2.3 Poder Legislativo

O Poder Legislativo é composto pela Assembleia Legislativa e pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os dois órgãos, juntos, possuem limite máximo de despesa com pessoal de 3% da RCL, sendo 1,82% para a Assembleia Legislativa e 1,18% para o TCE.

A despesa total com pessoal da Assembleia Legislativa foi de R\$ 351,3 milhões, tendo uma redução de 2,46% em relação ao ano anterior. Já o percentual em relação à RCL atingiu 0,89%, valor abaixo do limite máximo (1,82%). O TCE teve um aumento na despesa com pessoal de 7,86%, atingindo R\$ 352,3 milhões, o que representa 0,89% da RCL, abaixo do limite máximo (1,18%).

2.1.2.4 Ministério Público

O Ministério Público atingiu R\$ 628,8 milhões em despesa total com pessoal. Quando comparado a 2018, houve aumento de 11,78%. Em 2019, o MP chegou a 1,59% de despesa total com pessoal em relação à RCL, enquanto que o limite máximo é de 2%.

2.1.3 Dívida Consolidada Líquida (DCL)

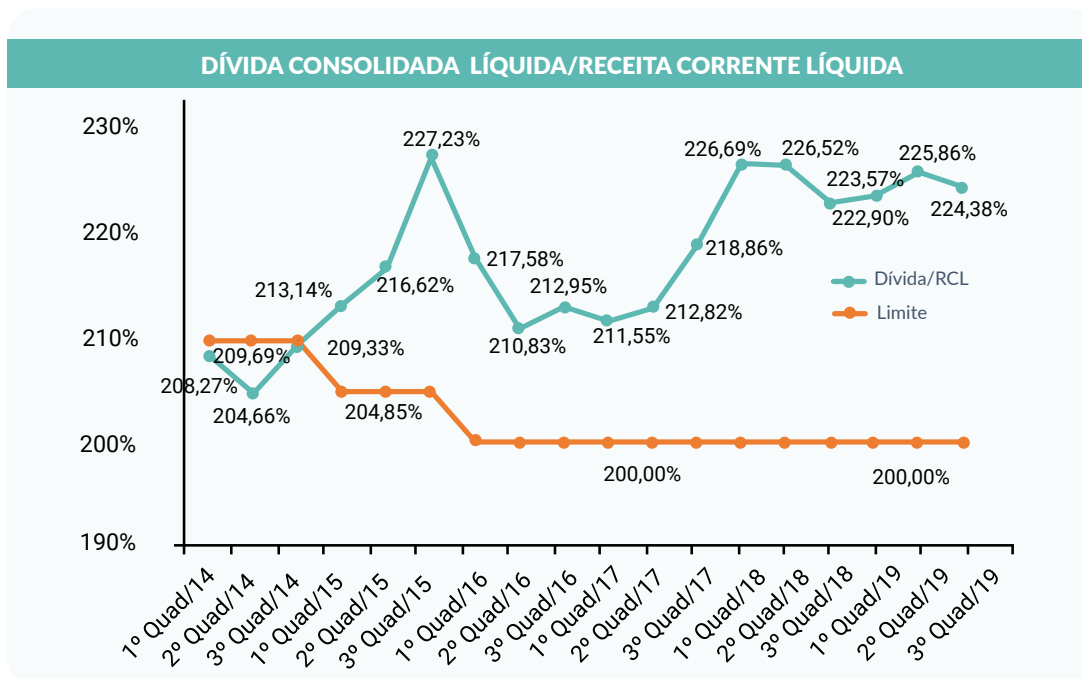
Conforme assevera a Lei de Responsabilidade Fiscal, a dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de

operações de crédito. Também compõem a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Além da dívida mobiliária e contratual, integram a Dívida Consolidada, para fins de aplicação dos limites, os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, além de estabelecer o limite da DCL, incluiu prazo para adequação do endividamento dos entes da federação que não estivessem enquadrados naquele parâmetro, determinando aos estados que, até o final do 15º exercício (2016), sua DCL não excedesse duas vezes o valor da RCL.

Em 2001, o Estado estava com sua DCL em 272,74%, acima do limite em 72,74%, portanto. O referido excesso deveria ser reduzido à razão de 1/15 ao ano, ou 4,85%. Assim, em 2016 o percentual da DCL/RCL não poderia exceder 200%, ficando estável para os períodos seguintes. Em 2019, o percentual da dívida subiu em relação a 2018, atingindo 224,38% e ficando substancialmente acima do limite previsto na Resolução do Senado Federal.



O valor da DCL atingiu R\$89,26 bilhões no terceiro quadrimestre de 2019, apresentando a composição a seguir.

Dispõe a LRF que, uma vez ultrapassado o limite, o excesso deverá ser eliminado até o término dos três quadrimestres subsequentes, devendo 25% desse excesso ser reduzido ainda no primeiro. Caso o Estado não efetue a adequação dentro do período, fica proibido de realizar operação de crédito e deverá obter resultado primário, com limitação de empenho.

Permanecendo acima do limite após o prazo para adequação, ficará impedido de realizar operação de crédito e de receber transferências voluntárias, exceto as relativas a ações de educação, saúde e assistência social, além de ser obrigado a obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, a partir de limitação de empenho, dentre outras medidas.

Em milhões de R\$		
Composição Dívida	2019	2018
Interno	68.388,1	64.553,7
União Lei 9.496/1997	66.914,9	63.005,8
União Lei 8.727/1993	52,3	79,8
BNDES	735,9	784,6
BB	683,7	681,6
Caixa	1,4	1,9
Externo	8.624,5	8.468,6
Bird	6.702,2	6.553,2
BID	1.922,4	1.915,4
Parcelamento e renegociação dívidas	615,6	681,0
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	11.627,2	10.474,2
Outros	0,0	20,2
Dívida consolidada líquida total	89.255,4	84.197,6

Importante salientar que a própria LRF, em seu artigo 66, prevê a possibilidade de duplicarem-se os prazos de adequação no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres. O PIB do Rio Grande do Sul passou por um período crítico entre 2014 e 2016; portanto, o Estado fez jus a essa dilatação de prazo para readequação aos limites da DCL. A seguir é apresentada tabela com o crescimento do PIB daquele período.

					(%)
Crescimento do PIB-RS	3º tri de/ 2015	4º tri/ 2015	1ºtri/ 2016	2ºtri/ 2016	3ºtri/ 2016
Trimestre/ mesmo trimestre do ano anterior	-5,2	-5,6	-4,5	-4,0	-1,7
Acumulada ao longo do ano/ mesmo período ano anterior	-2,7	-3,4	-4,5	-4,2	-3,5
Últimos quadrimestres/ quatro trimestres anteriores	-2,5	-3,4	-3,9	-4,8	-4,0

Fonte: FEE/CIE/Núcleo de Contas Regionais

A expectativa gerada com a aprovação pelo Senado Federal da Lei Complementar nº 148/2014, que altera o indexador da dívida dos estados e municípios com a União (principal parcela no cômputo da DCL), era de que, com sua implementação, o saldo da dívida reduzisse substancialmente. No entanto, apesar da redução produzida pela alteração de

indexador, que era retroativa a 2013, o saldo devedor aumentou, devido ao desconto escalonado no pagamento das parcelas previsto na Lei Complementar nº 156/2016. Esse desconto fez com que a parcela ficasse menor e o saldo não pago fosse incorporado ao montante da dívida. Porém o fator determinante para o crescimento do saldo devedor foi o Estado ter obtido junto ao Supremo Tribunal Federal, em 2017, liminar que permitiu a suspensão do pagamento da dívida junto à União como antecipação do Regime de Recuperação Fiscal (Lei Complementar nº 159/2017) e que previu o não pagamento da dívida por três anos prorrogáveis por igual período. Desde então, os valores não pagos em decorrência dessa liminar foram empenhados e liquidados, estando inscritos em restos a pagar. O saldo de restos a pagar processados relacionado a essa dívida com a União totalizou, ao final do exercício de 2019, o valor de R\$ 7.651,6 milhões:

	Em milhões de R\$
Restos a Pagar Processados	
Exercício 2017	1.003,1
Exercício 2018	3.198,5
Exercício 2019	3.450,0
Total em 31/12/2019	7.651,6

2.1.4 Operações de Crédito

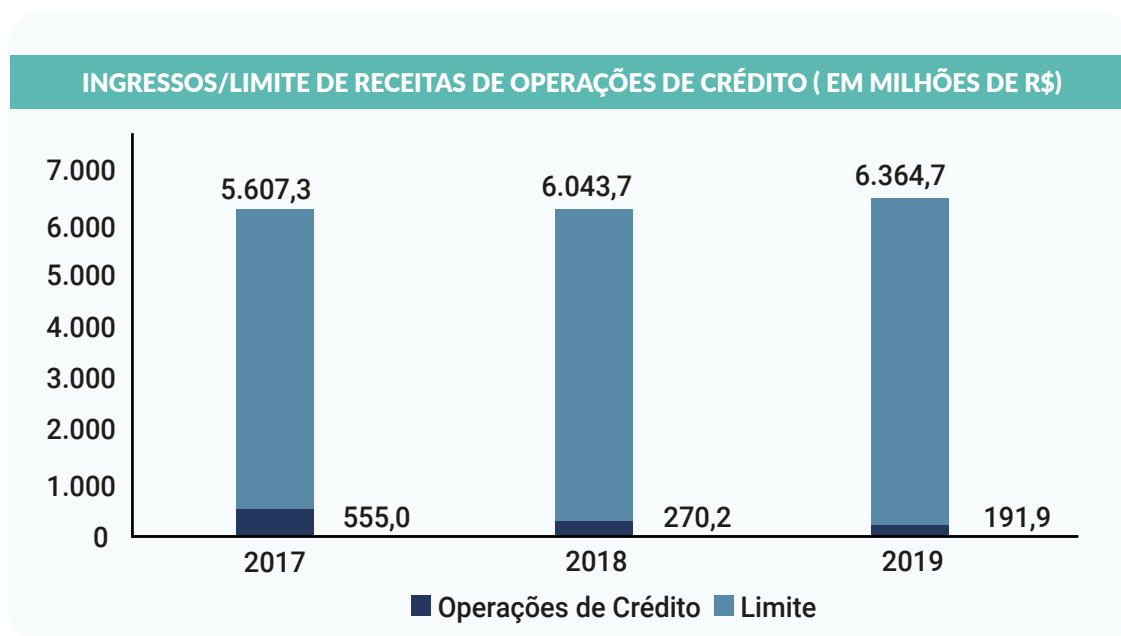
As operações de crédito têm limites previstos na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. Para os estados, o limite global de operações de crédito é 16% da RCL do período de referência.

2.1.4.1 Ingressos

O Estado continua impedido de contratar novas operações de crédito por ter ultrapassado o limite da dívida consolidada líquida (vide item 2.1.3). No entanto, houve ingresso de parcelas de contratações já efetuadas, que totalizaram R\$ 191,9 milhões em 2019.

	Em milhões de R\$
Linha de Crédito	
Proredes-Bird	81,7
Lei 14.227 POD-BID	52,1
Proredes-BNDES	50,0
PMAE-Defensoria	8,1
Total	191,9

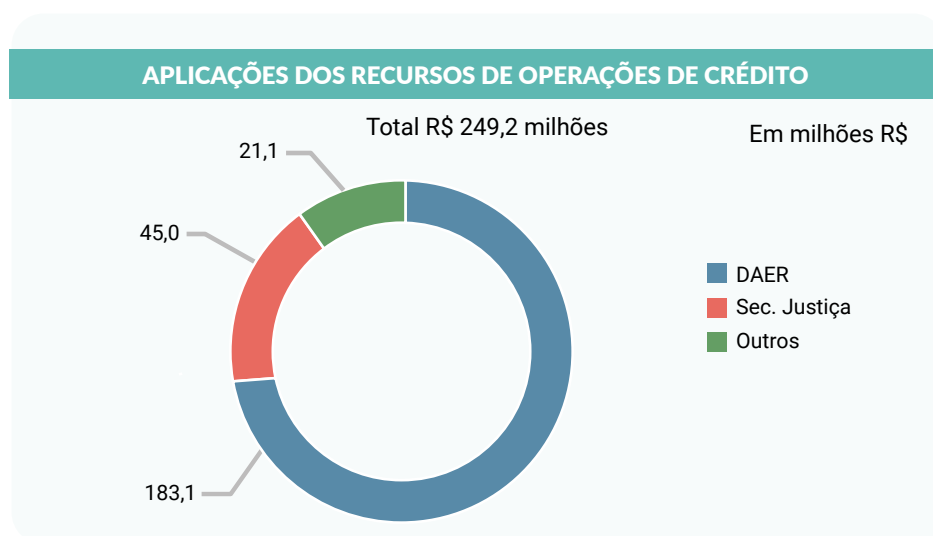
O gráfico a seguir demonstra o ingresso de recursos de operações de crédito, bem como o limite máximo dos últimos três exercícios.



Como pode ser observado no gráfico, o ingresso de recursos de operações de crédito vem diminuindo nos últimos exercícios e apresenta-se abaixo do limite máximo determinado na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.

2.1.4.2 Aplicação

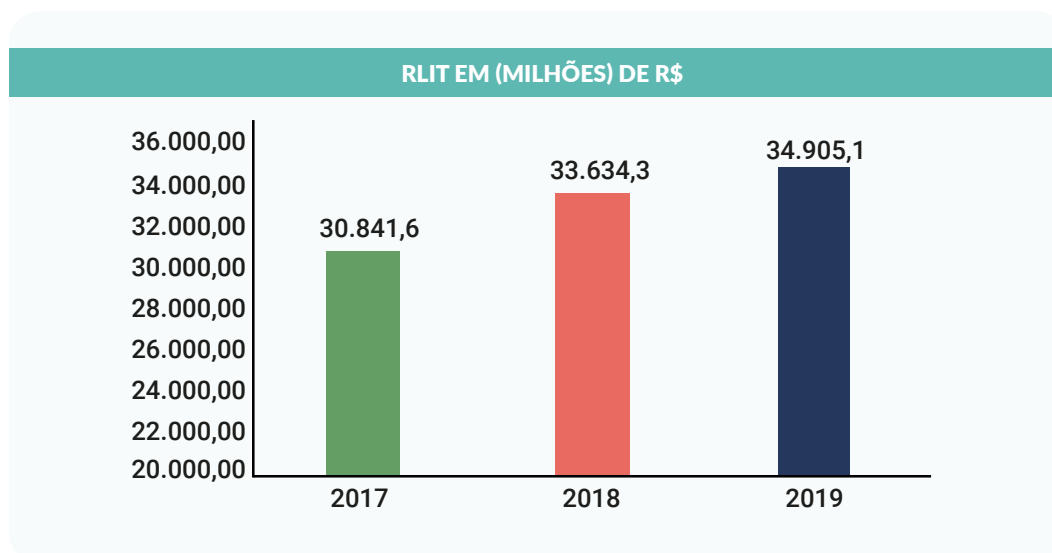
Foram aplicados, em 2019, R\$ 249,2 milhões em recursos oriundos de operações de crédito, principalmente Proredes com Bird e Proredes com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A principal utilização foi no Daer, com a restauração e manutenção de malha rodoviária e restauração e ampliação da ERS/118, seguida de investimentos em aprimoramento do processo de ressocialização (POD), pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Os recursos foram distribuídos conforme o gráfico a seguir.



2.2 Vinculações Constitucionais e Legais

A Constituição Federal estabeleceu percentuais mínimos de gastos do orçamento público com algumas funções do Estado. A Constituição Estadual e outros instrumentos legais fizeram o mesmo, buscando direcionar os recursos públicos para as áreas tidas como mais importantes ou estratégicas para atendimento à população. A base de cálculo desses percentuais é a Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), composta pela soma da arrecadação de impostos do Estado acrescida dos valores de transferências constitucionais recebidos de outros entes e pela dedução das participações dos municípios nessas receitas. A RLIT é utilizada para calcular o valor mínimo a ser aplicado no exercício nas duas principais funções do Estado: Saúde e Educação.

O gráfico a seguir apresenta os valores da RLIT dos últimos três anos.



A RLIT de 2019 avançou 3,78% em relação ao ano anterior, impactando nas despesas com educação e saúde, que estão atreladas a ela pelos mínimos constitucionais.

2.2.1 Despesa com Educação

O governo do estado utiliza-se de três fontes principais de recursos para custeio das despesas com educação. A próxima tabela demonstra, por fonte de recurso, o total das despesas executadas.

A principal fonte de financiamento (92,46% do total de despesas realizadas em 2019) são recursos provenientes de impostos e transferências constitucionais. Outra fonte que se destaca é a de transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (transferências obrigatórias), representando 7,2% da despesa total em 2019.

Fonte	Em milhões de R\$					
	2019		2018		2017	
	Aplicação	%	Aplicação	%	Aplicação	%
1 – Impostos e transferências constitucionais	7.682,9	92,46%	7.551,1	91,80%	7.517,8	92,46%
2 – Transferências obrigatórias	597,9	7,20%	623,0	7,57%	548,2	6,74%
3 – Transferências voluntárias	16,8	0,20%	4,4	0,05%	5,1	0,06%
4 – Outras fontes	11,8	0,14%	47,1	0,57%	59,7	0,73%
Total das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (1+2+3+4)	8.309,4	100,00%	8.225,6	100,00%	8.130,7	100,00%

2.2.1.1 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

Além das despesas aplicadas em Educação com as fontes indicadas no item “1 – Impostos e transferências constitucionais” da tabela anterior, as chamadas “perdas com o Fundeb” também são computadas como despesa de educação. O Fundeb é um fundo de natureza contábil (escritural) e de âmbito estadual (um para cada estado), constituído por parte das receitas arrecadadas por estados e por municípios. Nos estados, são repassados 20% de todos os recursos arrecadados para o Fundo de Participação dos estados (FPE), ICMS, ICMS Desoneração (LC 87/1996), IPI Exportação, ITCD e IPVA. O somatório dos recursos enviados ao Fundeb de cada unidade da federação é redistribuído ao estado e seus municípios conforme o número de matrículas em escolas de ensino fundamental regular, ensino médio, de educação especial e educação de jovens e adultos (fundamental e médio). Nessa divisão, o Estado do Rio Grande do Sul recebeu em 2019 R\$ 1,86 bilhão a menos que o valor de suas receitas transferidas ao Fundo, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Fundeb	Em milhões de R\$		
	2019	2018	2017
1 – Contribuição do Estado ao Fundeb	6.275,1	6.103,5	5.580,1
2 – Retorno recebido pelo Estado	4.411,1	4.483,0	4.170,4
Perda relacionada ao Fundeb (1-2)	1.863,9	1.620,4	1.409,7
Perda relacionada ao Fundeb (%)	29,70%	26,55%	25,26%

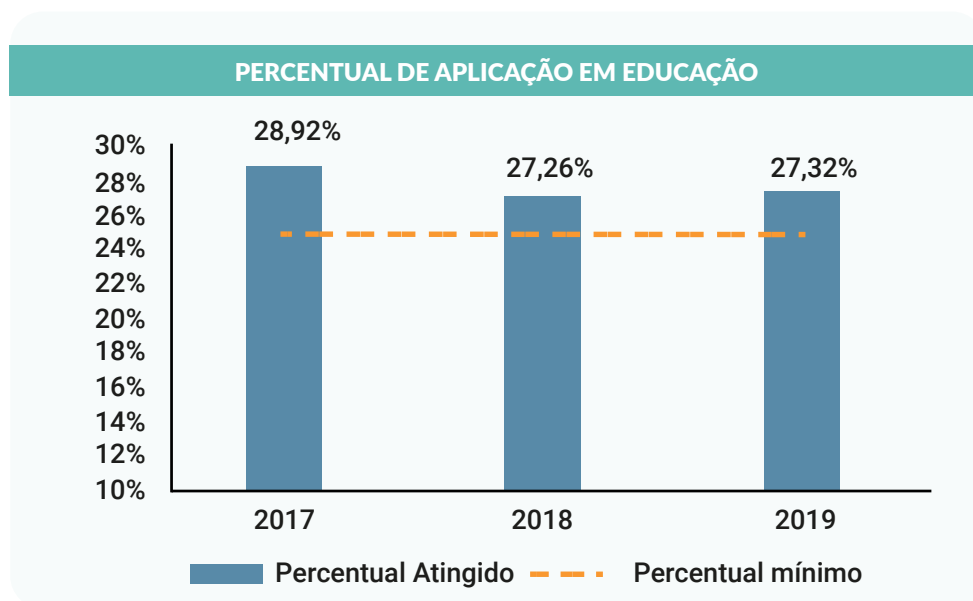
O Estado vem aumentando o percentual de perda com o Fundeb nos últimos anos, atingindo 29,7% em 2019. Ressalte-se que essas perdas constituíram ganho para o conjunto dos municípios gaúchos.

2.2.1.2 Limites Constitucionais da Educação

O artigo 212 da Constituição Federal dispõe que 25% da RLIT deve ser aplicado em despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE),

conforme o artigo 70 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). No estado, esse percentual é fixado em 35%, segundo o artigo 202 da Constituição Estadual.

O cumprimento do percentual mínimo de despesas com educação dos últimos três anos é evidenciado no gráfico a seguir.



Dessa forma, o Estado do Rio Grande do Sul vem cumprindo o mínimo de 25% da RLIT com despesas em educação previsto na Constituição Federal, tendo em 2019 atingido o percentual de 27,32% da RLIT, estável em relação ao ano anterior, mas distante do percentual de 35% previsto na Constituição Estadual.

2.2.2 Despesa com Saúde

O governo do Estado utiliza-se de duas fontes principais de recursos para custeio das despesas com saúde. Segue quadro demonstrativo, por fonte de recurso, do total das despesas executadas nos últimos três anos.

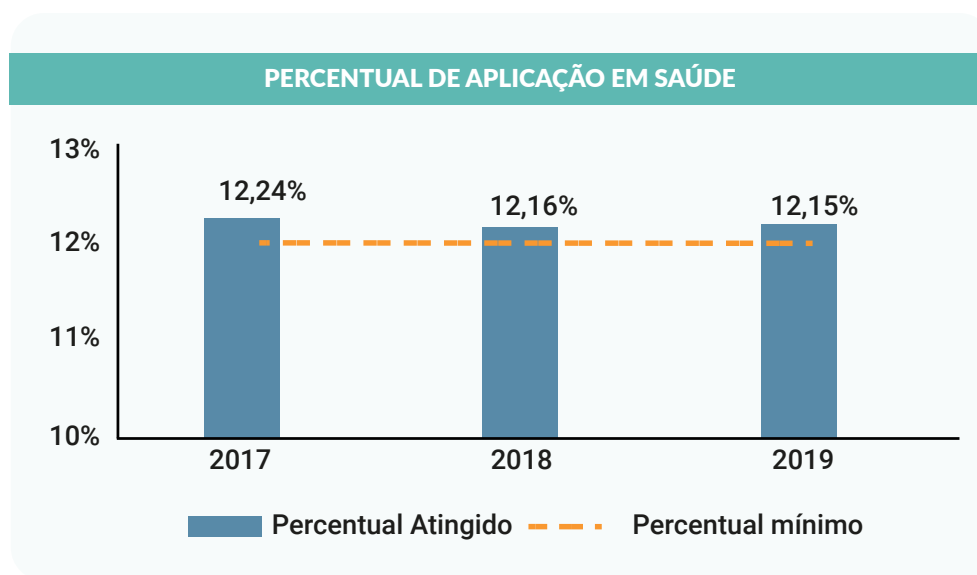
Em milhões de R\$

Despesas com saúde por fonte de recurso	2019	%	2018	%	2017	%
1 – Impostos e transferências Constitucionais	4.252,3	81,59%	4.099,5	82,31%	3.787,4	82,25%
2 – Transferências do SUS	944,6	18,12%	844,6	16,96%	803,4	17,45%
3 – Outras Fontes	15,1	0,29%	36,4	0,73%	13,8	0,30%
Total	5.212,0	100,00%	4.980,5	100,00%	4.604,5	100,00%

A principal fonte de financiamento à Saúde, que representou 81,59% do total de despesas em 2019, são os impostos arrecadados pelo Estado (ICMS, IPVA, ITCD e IRRF) e as transferências constitucionais (Fundo de Participação dos Estados – FPE –, Desoneração do ICMS – LC 87/1996 –, IPI Exportação), base de cálculo do limite constitucional, conforme item “Limites Constitucionais da Saúde” (2.2.2.1). Cabe destacar também as transferências do Sistema Único de Saúde (SUS), que representaram 18,12% da despesa total em 2019.

2.2.2.1 Limites Constitucionais da Saúde

A Constituição Federal determina que 12% da RLIT deve ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde. Em 2019, o total da RLIT foi de R\$ 34.905,1 milhões, e as despesas liquidadas custeadas com recursos de impostos e transferências constitucionais totalizaram R\$ 4.242 milhões (não são consideradas no cálculo as despesas empenhadas e não liquidadas – R\$ 10,3 milhões), resultando em uma aplicação de 12,15% da RLIT. É apresentado, a seguir, o percentual de gastos com saúde a partir de 2017, conforme os critérios determinados pela Lei Complementar nº 141/2012, em que se observa que o Estado vem atingindo o mínimo constitucional previsto:



2.2.3 Despesa com Ensino Superior

O artigo 201 da Constituição Estadual, em seu parágrafo 3º, determina que o Estado deve aplicar 0,5% da sua Receita Líquida de Impostos Próprios (RLIP) na manutenção e desenvolvimento do ensino superior público, mediante crédito educativo e bolsa de estudos, integral ou parcial, no ensino superior comunitário. A RLIP é composta pela receita com os impostos próprios do ente, descontada a parte relativa a esses impostos pertencente aos municípios.

Segue abaixo quadro com a aplicação de recursos no ensino superior e o percentual em relação à RLIP.

Em milhões de R\$						
Especificação	2019	% aplicação	2018	% aplicação	2017	% aplicação
Aplicação dos recursos no ensino superior	99,1		96,5		85,9	
Pessoal e encargos	83,5	84,27%	79,1	81,97%	71,5	83,19%
Outras despesas correntes	15,4	15,52%	16,6	17,23%	13,7	15,99%
Investimentos	0,2	0,21%	0,8	0,80%	0,7	0,82%
Receita líquida de impostos Próprios	32.323,4		30.999,6		28.346,0	
Percentual de aplicações	0,31%		0,31%		0,30%	

Conforme a tabela, o Estado não tem aplicado o percentual mínimo determinado em sua Constituição. Cabe destacar que os gastos com pessoal e encargos têm concentrado mais de 80% dos valores empenhados no ensino superior ao longo dos últimos exercícios.

2.2.4 Despesa com Pesquisa Científica e Tecnológica

O artigo 236 da Constituição Estadual estabelece que o Estado deve destinar, no mínimo, 1,5% da sua RLIP para aplicações de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs).

A tabela a seguir demonstra a aplicação de recursos em pesquisa nos últimos três exercícios.

Em milhões de R\$			
Especificação	2019	2018	2017
Fomento à pesquisa científica	28,1	26,5	26,1
Receita líquida de impostos próprios (RLIP)	32.323,4	30.999,6	28.346,0
Percentual de aplicações	0,09%	0,09%	0,09%

Observa-se que o Estado está aplicando um montante abaixo do mínimo determinado em sua Constituição para pesquisa científica e tecnológica.

2.3 Despesa com Segurança

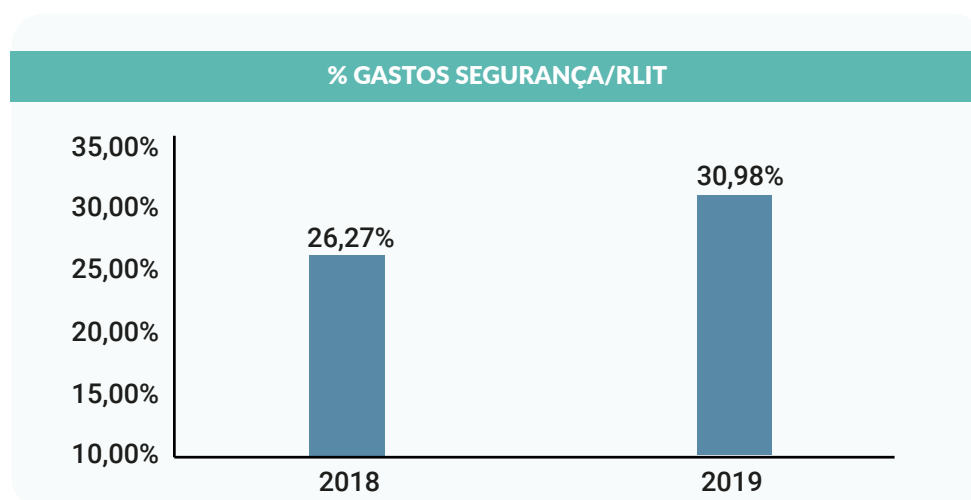
O governo do Estado utiliza-se de várias fontes de recursos para custeio das despesas com segurança pública. Segue tabela demonstrativa do total das despesas executadas nos últimos dois anos:

Fonte	Em milhões de R\$			
	2019		2018	
	Aplicação	%	Aplicação	%
1 - Tesouro – Livres	10.372,3	95,91%	8.256,8	93,46%
2 - Tesouro – Vinculados por lei	375,4	3,47%	421,9	4,78%
3 - Convênios	67,4	0,62%	155,9	1,76%
3 - Outras fontes	–	0,00%	0,1	0,00%
Total das despesas com segurança	10.815,0	100,00%	8.834,8	100,00%

A principal fonte de financiamento para a segurança pública, perfazendo 95,91% do total aplicado em 2019, são recursos livres. Destaca-se o acréscimo de 25,62% nos gastos com segurança pública custeados com essa fonte.

2.3.1 Despesa com Segurança Pública x RLIT

Diferentemente das despesas com saúde e educação, a segurança pública, também considerada uma das principais funções do Estado, não possui um percentual mínimo de aplicação definido pela Constituição Federal. Para fins comparativos, optou-se por apresentar o comprometimento da RLIT com despesas de segurança pública, tomando por base os critérios aplicados nos cálculos de saúde e educação.



O acréscimo salientado no tópico anterior explica o considerável aumento dos gastos com segurança pública, em percentual da RLIT, em relação ao ano anterior.

2.4 Resultado Previdenciário

Para efeito de análise, o resultado previdenciário será desdobrado em Plano Financeiro (Regime de Repartição Simples), Fundo Previdenciário (Fundoprev – Regime de Capitalização) e Regime de Previdência Complementar (RPC).

Com a aprovação da Lei Complementar nº 15.429, de 22 de dezembro de 2019, as alíquotas previdenciárias foram alteradas, gerando faixas de alíquotas conforme o valor da base de contribuição. No entanto, em razão do princípio tributário da noventena, essas alterações terão efetividade a partir de abril de 2020, impactando positivamente tanto o plano financeiro, quanto o plano previdenciário, pois tendem a aumentar a arrecadação. Além disso, no início de 2020 também foram aprovadas novas leis e uma emenda à Constituição que alteraram diversos dispositivos relacionados a benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais, o que tende a auxiliar na redução do déficit previdenciário ao longo dos próximos anos.

2.4.1 Plano Financeiro

O resultado previdenciário demonstrado a seguir decorre do confronto entre receitas e despesas previdenciárias. As receitas contemplam, entre outras, contribuições dos segurados, contribuição patronal, receitas de valores mobiliários, receitas de compensações entre os regimes próprios (RPPS) e o Regime Geral de Previdência (RGPS). Já as despesas estão relacionadas basicamente aos pagamentos de aposentadorias e pensões. No quadro a seguir, as contribuições para a cobertura do déficit, pagas pelo Estado ao Instituto de Previdência do Estado (IPE Prev), não compõem o total da receita.

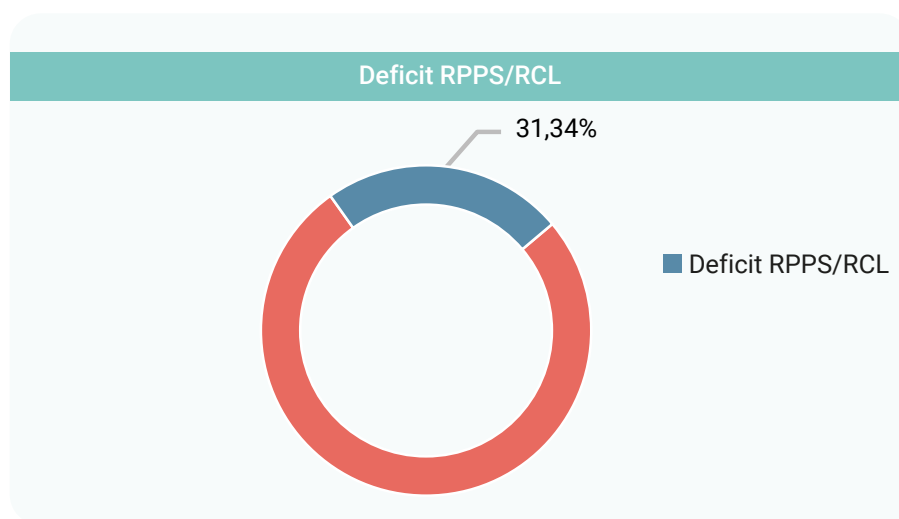
Em milhões de R\$				
Resultado previdenciário – RPPS	2019	2018	Variação absoluta	Variação %
Receita	4.865,8	4.581,1	284,7	6,21%
Despesa	17.332,5	16.226,8	1.105,7	6,81%
Resultado	(12.466,8)	(11.645,7)	(821,1)	7,05%

O déficit demonstrado é resultado de um regime que passou a ter caráter contributivo e solidário apenas com as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais 20 e 41, de 1998 e 2003, respectivamente. Assim, os resultados negativos que esse plano apresenta atualmente têm origem, sobretudo, em períodos anteriores às referidas emendas. Destaca-se que o déficit continua crescente devido a um aumento nominalmente maior das despesas previdenciárias.

A representatividade desse déficit nas contas do Estado pode ser melhor entendida a partir da tabela a seguir, onde se observa que, além do crescimento nominal, a proporção em relação à RCL também vem subindo.

Em milhões de R\$					
	2019	2018	2017	Variação % 2018-2019	Variação % 2017-2018
RCL	39.779,4	37.773,3	35.045,9	5,31%	7,78%
Deficit RPPS	12.466,8	11.645,7	10.562,4	7,05%	10,26%
% da RCL	31,34%	30,83%	30,14%		

Note-se que o deficit do principal regime de previdência do Estado consumiu, no último ano, 31,34% da receita corrente líquida.



2.4.2 Fundo Previdenciário (Fundoprev)

O Fundo Previdenciário (Fundoprev) foi instituído pela Lei Complementar nº 13.758, de 15 de julho de 2011, e abrange os servidores que ingressaram no serviço público desde essa data. Ele é gerido pelo IPE Prev, com segregação contábil e fiscal dos demais recursos e fundos da autarquia. Dessa forma, com a segregação de massas do RPPS, existem, desde 15 de julho de 2011 dois tipos de servidores/segurados: os que ingressaram no Estado antes dessa data e estão abrangidos pelo Plano Financeiro e os que ingressaram depois e estão abrangidos pelo Plano Previdenciário.

Em razão do pouco tempo de existência do Fundoprev, o resultado é superavitário, conforme tabela a seguir.

Em milhões de R\$				
Resultado previdenciário – Fundoprev	2019	2018	Var. Absoluta	Var. %
Receita	837,5	623,3	214,2	34,37%
Despesa	12,0	108,3	(96,3)	-88,94%
Resultado	825,5	514,9	310,6	60,31%

O artigo 5º da Lei Complementar Estadual nº 13.758/2011 previa que o Fundoprev deveria custear, por reembolso, o auxílio-doença, o salário-maternidade e o auxílio-reclusão dos servidores a ele vinculados. Em 2018, esse dispositivo foi revogado pela Lei Complementar Estadual nº 15.142/2018. Desde o surgimento do Fundo, a administração direta do Poder Executivo descontava de suas contribuições o valor desses benefícios, em lugar de repassar a contribuição integral e solicitar o reembolso. Em 2018, foi

firmado um termo de ajuste pelo qual o Estado efetuou essas contribuições e recebeu o reembolso pelas despesas, gerando, de forma acumulada, registros de receitas e despesas que explicam as expressivas variações demonstradas na tabela. Em 2019 os registros seguiram dentro da normalidade, fazendo com que o superavit do fundo voltasse a crescer consideravelmente.

O Fundoprev fechou 2019 com R\$2.732,2 milhões depositados em aplicações em contas bancárias. Importante destacar que esses valores não estão aplicados no Caixa Único do Estado, estando totalmente disponíveis para a gestão do fundo.

2.4.3 Regime de Previdência Complementar – RPC/RS

O Regime de Previdência Complementar (RPC), instituído pela Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, entrou em funcionamento após a autorização concedida pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) por meio da Portaria nº 382, publicada no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 2016.

A partir da autorização, os servidores que ingressam no serviço público estadual têm suas aposentadorias e pensões limitadas ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), fixado em R\$ 5.839,45 no exercício de 2019. Isso significa que tanto a contribuição do servidor, de 14% sobre a remuneração, quanto a contribuição equivalente do Estado, também estão limitadas ao referido teto.

Para complementar o benefício da aposentadoria, o servidor poderá aderir ao plano oferecido pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul (RS-Prev), contribuindo sobre o valor da remuneração que exceder o teto do RGPS. Nesse caso, o Estado também contribuirá para o plano de previdência complementar com o mesmo valor da contribuição realizada pelo servidor, limitado à alíquota de 7,5%.

Com a implementação do RPC, a tendência é que o Estado reduza a despesa com pessoal na medida em que não é mais responsável pela contribuição previdenciária de 14% a partir de abril de 2017, conforme Lei Complementar Estadual nº 14.967, de 30 de dezembro de 2016, para a parcela da remuneração que exceder ao teto estabelecido pelo RGPS.

Considere-se, ainda, que, no longo prazo, o Fundoprev arcará com aposentadorias e pensões limitadas ao teto do RGPS, o que contribuirá para o equilíbrio atuarial do fundo.

O regime de previdência complementar do RS atingiu 1.028 participantes no final de 2019.

2.5 Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual

A Lei Complementar nº 14.836, de 14 de janeiro de 2016, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, traz normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal, criando mecanismos prudenciais de controle com objetivo de alcançar o equilíbrio financeiro das contas públicas.

Essa lei inovou no controle dos gastos públicos em relação à LRF e avançou nas restrições aos aumentos desses gastos. Além disso, trouxe outras vedações, como a proibição de aumentos salariais a servidores para o período posterior ao mandado do titular do Poder Executivo. Destaca-se que a ADI nº 70069406122 afastou a aplicação da lei aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MP, ao TCE e à DPE.



3. GESTÃO PATRIMONIAL

A contabilidade pública brasileira está avançando no processo de convergência aos padrões internacionais. Nesse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) está editando gradualmente as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), convergidas das International Public Sector Accounting Standard (IPSAS).

A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia (STN/ME), por força de mandamento legal contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tem o papel de consolidar as contas públicas nacionais, bem como normatizar as regras gerais dessa consolidação. Assim, anualmente são publicadas alterações no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e periodicamente é publicada nova edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que já está na oitava edição. Além disso, em 2015 foi publicada a Portaria STN nº 548, que dispôs sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estabelecendo prazos para os entes da federação aplicarem os procedimentos contidos no MCASP, que estão alinhados com as NBC TSP editadas pelo CFC.

A seguir, apresenta-se quadro demonstrativo dos prazos estipulados pela STN no PIPCP e a situação do Estado em relação a esses:

	PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
1	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Implantado
4	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2017	Implantado
5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado
6	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado
7	Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Implantado
8	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Implantado

(continua)

	PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
9	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2019	Implantado
10	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implantado
11	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Em implantação / Parcialmente Atendido
12	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2020	Parcialmente atendido
13	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Implantado
14	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2021	Parcialmente atendido
15	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2022	Planejamento GTCON RS
16	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2022	Planejamento GTCON RS

Considera-se implantado o procedimento contábil que está alinhado às regras estabelecidas no MCASP e NBC TSP vigentes; em implantação os iniciados em 1º de janeiro de 2020, sobre os quais já foram expedidos normativos e/ou guias de lançamentos contábeis; parcialmente atendidos os que estão consideravelmente aproximados do estabelecido nas NBC TSP e no MCASP cujos ajustes necessários serão efetuados de acordo com os prazos estabelecidos. O status de “Planejamento GTCON RS” refere-se àqueles que ainda não foram iniciados, entretanto foram incluídos no planejamento do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul (GTCON/RS), instituído pela Portaria Sefaz/RS nº 45, de 10 de abril de 2019.

O Estado está buscando atender o PIPCP, o MCASP e as NBC TSP de acordo com os prazos estipulados e, concomitantemente, revendo as políticas contábeis, visando melhorar a qualidade da informação prestada. Nesse sentido, e com o objetivo de eliminar saldos escriturais que impactam a situação de caixa do Estado, foi modificada a política contábil relacionada à apresentação das disponibilidades financeiras centralizadas no Sistema

Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC – caixa único do Estado). A escrituração do SIAC envolve as contas do Ativo Circulante (Caixa e Equivalente de Caixa e Créditos a Curto Prazo) assim como do Passivo Circulante (Demais Obrigações a Curto Prazo), considerando que essa última registra o Passivo da Administração Direta com as entidades da Administração Indireta, em decorrência das aplicações realizadas por elas no Caixa Único do Estado e do saldo utilizado pelo Tesouro do Estado das aplicações realizadas no sistema. Em decorrência disso, o Caixa e Equivalente de Caixa e os Créditos a Curto Prazo, até o exercício de 2018, sempre foram apresentados com os saldos escriturais do SIAC, enquanto o valor resgatado, que deve ser considerado para apuração do saldo disponível, era apresentado no passivo. A partir das Demonstrações Contábeis de 2019, o saldo do SIAC será apresentado no Caixa e Equivalente de Caixa pelo valor líquido, deduzindo-se os valores resgatados pelo Tesouro do Estado que estão registrados no passivo. Para fins de comparabilidade, reapresenta-se a seguir o Balanço Patrimonial do exercício de 2018:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO – EXERCÍCIO 2018 REAPRESENTADO

Em milhões de R\$			
	2018	Ajustes	2018
	Apresentado		Reapresentado
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.542,3	(6.671,6)	2.870,7
Créditos a Curto Prazo	27.910,3	(11.439,5)	16.470,9
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.878,3	-	1.878,3
Estoques	176,7	-	176,7
Imobilizado Mantido para Venda	17,0	-	17,0
Total do Ativo Circulante	39.524,6	(18.111,0)	21.413,6
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo	11.552,4		11.552,4
Créditos a Longo Prazo	11.539,1		11.539,1
VPD pagas antecipadamente	13,3		13,3
Investimentos	12.334,8		12.334,8
Imobilizado	9.471,7		9.471,7
Intangível	15,6		15,6
Total do Ativo Não Circulante	33.374,4		33.374,4
TOTAL DO ATIVO	72.899,1	(18.111,0)	54.788,0
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	3.766,3	-	3.766,3

(continua)

Em milhões de R\$			
	2018	Ajustes	2018
	Apresentado		Reapresentado
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	7.820,6	-	7.820,6
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.907,8	-	2.907,8
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	51,4	-	51,4
Obrigações de Repartição a Outros Entes	178,6	-	178,6
Provisões a Curto Prazo	-	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	33.328,9	(18.111,0)	15.217,8
Total do Passivo Circulante	48.053,6	(18.111,0)	29.942,6
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	9.390,6	-	9.390,6
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	65.221,8	-	65.221,8
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.608,7	-	1.608,7
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	206,8	-	206,8
Provisões a Longo Prazo	10.137,6	-	10.137,6
Resultado Diferido	409,8	-	409,8
Total do Passivo Não Circulante	86.975,4	-	86.975,4
Patrimônio Líquido			
Resultados Acumulados	(62.129,9)	-	(62.129,9)
Total do Patrimônio Líquido	(62.129,9)	-	(62.129,9)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72.899,1	(18.111,0)	54.788,0

Dessa forma, neste capítulo 3 da Prestação de Contas, serão considerados os saldos reapresentados do exercício de 2018, para fins de comparação com o exercício de 2019.

3.1 Ativo

Em 31 de dezembro de 2019, o Ativo do Estado, comparado com o do ano anterior, pode ser verificado no quadro a seguir:

Em milhões de R\$						
Títulos	Atributo*	2019		2018		Δ% 2019/2018
		R\$	%	R\$	%	
ATIVO CIRCULANTE		20.759,1	33,05%	21.413,6	39,08%	-3,06%
Caixa e Equivalente de Caixa		3.027,2	4,82%	2.870,7	5,24%	5,45%
Caixa e Equivalente de Caixa	Financeiro	2.987,6	4,76%	2.562,3	4,68%	16,60%
Caixa e Equivalente de Caixa – SIAC	Financeiro	39,5	0,06%	308,4	0,56%	-87,18%
Créditos a Curto Prazo		14.701,3	23,40%	16.470,9	30,06%	-10,74%
Créditos Tributários a Receber	Permanente	7.789,6	12,40%	8.235,5	15,03%	-5,41%
Clientes	Permanente	60,3	0,10%	51,9	0,09%	16,16%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	Financeiro	935,5	1,49%	940,3	1,72%	-0,51%
Dívida Ativa Tributária	Permanente	1.700,0	2,71%	2.942,4	5,37%	-42,22%

(continua)

Em milhões de R\$

Títulos	Atributo*	2019		2018		Δ%
		R\$	%	R\$	%	2019/2018
Dívida Ativa Não Tributária	Permanente	41,8	0,07%	65,4	0,12%	-36,18%
Devedores	Financeiro	142,0	0,23%	230,7	0,42%	-38,47%
Responsáveis por Pagamentos Irregulares	Financeiro	1.713,7	2,73%	1.697,3	3,10%	0,97%
Sequestros Judiciais a Regularizar	Financeiro	1.595,8	2,54%	1.457,6	2,66%	9,48%
Demais Créditos de Curto Prazo	Permanente	258,4	0,41%	335,5	0,61%	-22,98%
Demais Créditos de Curto Prazo	Financeiro	584,9	0,93%	599,6	1,09%	-2,45%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Curto prazo	Permanente	(120,7)	-0,19%	(85,3)	-0,16%	41,41%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		2.732,2	4,35%	1.878,3	3,43%	45,46%
Aplicações em Segmento de Renda Fixa – RPPS	Financeiro	2.329,2	3,71%	1.619,1	2,96%	43,85%
Aplicações em Segmento de Renda Variável – RPPS	Financeiro	403,1	0,64%	259,2	0,47%	55,52%
Estoques		265,9	0,42%	176,7	0,32%	50,44%
Mercadorias para Revenda	Permanente	0,1	0,00%	15,9	0,03%	-99,14%
Almoxarifado	Permanente	265,7	0,42%	160,8	0,29%	65,22%
Ativo não circulante mantido para venda	Permanente	32,6	0,05%	17,0	0,03%	91,49%
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		42.060,6	66,95%	33.374,4	60,92%	26,03%
Ativo Realizável a Longo Prazo		19.627,2	31,24%	11.552,4	21,09%	69,90%
Clientes	Permanente	2,2	0,00%	5,2	0,01%	-57,50%
Dívida Ativa Tributária	Permanente	44.071,2	70,16%	41.631,7	75,99%	5,86%
Dívida Ativa Não Tributária	Permanente	729,9	1,16%	667,7	1,22%	9,32%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	Financeiro	45,2	0,07%	45,2	0,08%	0,00%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	Permanente	1.016,4	1,62%	1.015,0	1,85%	0,14%
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	Permanente	19,9	0,03%	13,3	0,02%	49,66%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos de Longo Prazo	Permanente	(26.257,7)	-41,80%	(31.825,8)	-58,09%	-17,50%
Investimentos		12.124,2	19,30%	12.334,8	22,51%	-1,71%
Participações Acionárias	Permanente	9.577,1	15,25%	9.479,0	17,30%	1,04%
Fundos para Financiamento	Permanente	2.542,8	4,05%	2.851,5	5,20%	-10,83%
Demais Investimentos Permanentes	Permanente	4,3	0,01%	4,3	0,01%	0,00%
Imobilizado		10.262,3	16,34%	9.471,7	17,29%	8,35%
Bens Móveis	Permanente	3.541,9	5,64%	3.351,3	6,12%	5,69%
Bens Imóveis	Permanente	6.732,9	10,72%	6.120,4	11,17%	10,01%
(-) Depreciação Acumulada	Permanente	(12,6)	-0,02%	-	0,00%	-
Intangível		46,9	0,07%	15,6	0,03%	200,66%
Total		62.819,7	100,00%	54.788,0	100,00%	14,66%

* Classificação conforme o artigo 105 da Lei nº 4.320/1964.

O Ativo do Estado aumentou 14,66% em 2019, sendo 26,03% de crescimento no Ativo Não Circulante e 3,06% de decréscimo no Ativo Circulante.

No Ativo Circulante, destaca-se o subgrupo Créditos a Curto Prazo, o que mais decresceu em valores nominais – R\$ 1,77 bilhão, totalizando, ao final do exercício, R\$ 14,70 bilhões. O decréscimo teve maior representatividade nos Créditos Tributários a Receber e na Dívida Ativa Tributária, ambos com a expectativa de recebimento até 31 de dezembro de 2020. Todavia a Dívida Ativa Tributária de Longo Prazo teve acréscimos nominais de R\$ 2,44 bilhões.

Do Ativo Não Circulante, destaca-se o acréscimo de 69,90% – R\$ 8,07 bilhões – no Ativo Realizável a Longo Prazo, que totalizou R\$ 19,63 bilhões em 31 de dezembro de 2019. Esse acréscimo decorre principalmente da variação dos créditos inscritos em Dívida Ativa, o que será detalhado no item 3.1.2.4.

3.1.1 Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa cresceu em valores nominais R\$ 156,5 milhões, totalizando, ao final do exercício, R\$ 3,03 bilhões. Já o saldo do Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC), caixa único do Estado, apresentou redução de 87,18% em relação ao final do exercício de 2018. Esses valores serão melhor explicitados no item 3.1.1.1.

A seguir, resume-se a composição do Caixa e Equivalente de Caixa:

Conta	Em milhões de R\$		
	2019	2018	Δ%
Caixa e Equivalente de Caixa (SIAC)	39,5	308,4	-87,18%
Caixa	0,0	0,1	-72,96%
Banco Conta Movimento	1.849,1	1.417,2	30,47%
<i>Poder Judiciário</i>	1.363,1	1.012,0	34,70%
<i>Poder Executivo</i>	249,3	201,7	23,61%
<i>Poder Legislativo</i>	2,7	2,3	22,02%
<i>Ministério Público</i>	0,4	26,8	-98,47%
<i>Defensoria Pública</i>	2,9	1,4	107,41%
<i>Autarquias</i>	172,0	151,2	13,72%
<i>Fundações</i>	8,2	11,2	-26,24%
<i>RPPS</i>	50,4	10,7	369,47%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (Recursos Livres)	15,5	16,3	-4,61%
<i>Poder Executivo</i>	15,1	14,3	5,23%
<i>Demais Poderes, Autarquias e Fundações</i>	0,5	2,0	-75,74%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (Recursos Vinculados)	857,0	735,2	16,56%
<i>Poder Executivo</i>	807,3	702,7	14,89%
<i>Demais Poderes, Autarquias e Fundações</i>	49,7	32,6	52,47%
Aplicações Fundo da Saúde	88,4	58,2	51,74%
Rede Bancária – Arrecadação	177,6	335,2	-47,02%
Total do Caixa e Equivalente de Caixa	3.027,2	2.870,7	5,45%

A conta com maior representatividade é a Banco Conta Movimento, que apresentou acréscimo de 30,47% em relação ao exercício de 2018, totalizando R\$ 1,85 bilhão ao final do exercício de 2019. Cabe destacar que esses valores não estão aplicados no SIAC, sendo que a maior parte se refere a fundos orçamentados e convênios, ou seja, recursos vinculados. O Poder Judiciário é o detentor de 73,72% desse saldo (R\$ 1,36 bilhão) e o restante está com os demais poderes, autarquias e fundações.

A segunda conta com maior representatividade é a de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata de Recursos Vinculados, que concentra as aplicações de convênios e transferências, geralmente em contas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, não estando, portanto, no saldo do SIAC.

3.1.1.1 Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC)

O Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC), instituído pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, destina-se a centralizar as disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, ou seja, o caixa único do Estado. O sistema é administrado pela Secretaria da Fazenda e executado pelo Banrisul.

O saldo do SIAC decorre das aplicações realizadas por órgãos e entidades do Estado, até determinada data, deduzidas do montante resgatado pelo Tesouro do Estado e do ajuste de consolidação. O referido ajuste consiste na eliminação das aplicações da administração indireta (autarquias e fundações), registradas em seus ativos, com o passivo registrado na administração direta. Tal informação pode ser assim demonstrada:

Em milhões de R\$		
	2019	2018
Ativo Administração Direta	20.582,1	19.255,0
Ativo Autarquias e Fundações	1.062,1	919,3
Passivo com Autarquias e Fundações	-1.062,1	-919,3
Resgates do Tesouro	-20.542,6	-18.946,6
Saldo	39,5	308,4

Das fontes de recursos que ingressaram no SIAC no exercício de 2019, destacam-se aquelas provenientes da movimentação do Programa de Reforma do Estado (R\$ 931,7 milhões), das aplicações da CEEE GT (R\$ 194,0 milhões), da Assembleia Legislativa (R\$ 150,9 milhões) e do Tribunal de Justiça (R\$ 129,7 milhões).

A seguir, são listadas as contas com saldo mais representativo na composição do total de aplicações do SIAC:

Em milhões de R\$

Composição do SIAC		
Conta	Valor	Participação %
Depósitos Judiciais	10.620,8	51,60%
Programa de Reforma do Estado	3.140,3	15,26%
Administração Indireta/ Fundos Especiais	2.772,0	13,47%
Poderes/Órgãos Autônomos (Exceto Poder Executivo)	1.550,7	7,53%
Fomentar	758,5	3,69%
Fundeb Seduc	584,2	2,84%
Ampara	323,0	1,57%
Outras	832,6	4,05%
Total	20.582,1	100,00%

A título de ilustração, na tabela seguinte, as aplicações são discriminadas de acordo com os saldos pertencentes a cada Poder/Órgão do Estado:

Em milhões de R\$

Aplicações SIAC por Poder	EXECUTIVO	JUDICIÁRIO	AL	TCE	MP	DPE	Total
<i>Recursos Livres</i>	54,9	452,6	402,8	39,1	104,1	99,2	1.152,7
<i>Recursos Vinculados</i>	5.583,7	258,8	118,0	6,8	69,3	-	6.036,6
<i>Depósitos Judiciais</i>	10.620,8	-	-	-	-	-	10.620,8
<i>Administração Indireta/ Fundos Especiais</i>	2.772,0	-	-	-	-	-	2.772,0
Total	19.031,4	711,4	520,8	45,9	173,4	99,2	20.582,1

3.1.2 Créditos a Curto Prazo e Ativo Realizável a Longo Prazo

Os créditos do Estado do Rio Grande do Sul, distribuídos entre Ativo Circulante e Ativo Não-Circulante, estão assim evidenciados:

3.1.2.1 Créditos Tributários a Receber – Auto de Lançamento

Os créditos tributários constituídos na fase de Auto de Lançamento totalizaram R\$ 7,79 bilhões, uma redução de 5,41% quando comparado com o estoque ao final de 2018 (R\$ 8,24 bilhões). Na tabela a seguir, são apresentados os saldos e a evolução anual dos Créditos de Auto de Lançamento:

Em milhões de R\$

Exercício	Saldo	Δ %
2016	4.912,9	-
2017	6.481,4	31,93%
2018	8.235,5	27,06%
2019	7.789,6	-5,41%

Foi registrado um Ajuste de Perdas de Créditos no valor de R\$ 120,6 milhões que se refere a perdas estimadas pela Receita Estadual do total de R\$ 7.789,6 em cobrança. Dessa forma, o valor líquido dos créditos de Auto de Lançamento era de R\$ 7.669,0 milhões ao final de 2019.

3.1.2.2 Clientes

Em 31 de dezembro de 2019, os valores a receber de Clientes estavam assim distribuídos entre curto e longo prazo:

Em milhões de R\$	
Clientes	
Entidades	Valor Inscrito
Curto Prazo	60,3
IRGA	20,9
Administração Direta	11,5
SUPRG	21,9
IPE Saúde	4,3
Outros	1,7
Longo Prazo	2,2
FETLSVC	1,5
Outros	0,7

No IrGA, os valores estão relacionados a arrendamentos e fornecimento de água para irrigação. No IPE Saúde, estão registrados valores de Devedores por Prestação de Serviços no Fundo de Assistência à Saúde. Na SUPRG, estão registrados valores de serviços portuários a receber.

Na Administração Direta os valores se concentram na Secretaria Estadual da Saúde, relacionados a prestações de serviços de saúde devidos pela União ou Municípios ao Estado e serviços de processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue, seus componentes e derivados.

3.1.2.3 Empréstimos e Financiamentos Concedidos

No quadro a seguir estão destacados os principais saldos, por Órgão/Entidade, da conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos:

Em milhões de R\$		
Órgão/Entidade	2019	2018
Instituto de Previdência do Estado do RS	482,7	482,8
Secretaria da Agricultura	302,1	292,8
Secretaria da Fazenda	91,7	91,7
Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura	43,7	57,2
Outras	15,3	15,8
Total	935,5	940,3

No IPE Prev e na Secretaria da Fazenda, os Empréstimos e Financiamentos Concedidos concentram-se em valores devidos por mutuários do Banco Nacional de Habitação.

Em 2019, na Secretaria da Agricultura, R\$ 224,4 milhões correspondem ao Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento de Pequenos Estabelecimentos Rurais e R\$ 77,4 milhões ao Fundo de Terras do RS.

Na Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o valor total está registrado no Fundo Pró-Guaíba, sendo R\$ 13,7 milhões referentes ao montante devido pela Corsan, que corresponde às parcelas vincendas do Contrato de Repasse de Recursos 01-95, firmado entre o Estado e a Companhia, as quais vêm sendo compensadas com faturas de água e/ou esgoto e outros valores devidos pelo Estado, conforme previsto em Termo de Acordo assinado pelas partes, em 21 de dezembro de 2006.

3.1.2.4 Dívida Ativa

A Dívida Ativa é composta por créditos tributários e não tributários em favor do Estado, não recebidos no prazo de pagamento, após apuração de certeza e liquidez. O valor total inscrito em dívida ativa pelo Estado é de R\$ 47,87 bilhões (somatório da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária no curto prazo e no longo prazo), sendo R\$ 46,17 bilhões da Administração Direta e R\$ 1,71 bilhão da Administração Indireta. No processo de consolidação, foram excluídos os valores devidos ao IPE Prev por outros órgãos do Estado no valor de R\$ 1,33 bilhão.

3.1.2.4.1 Dívida Ativa da Administração Direta

Os saldos da dívida ativa da Administração Direta são expressos na tabela a seguir:

Em milhões de R\$		
	2019	2018
Ativo Circulante	1.714,8	2.964,8
Dívida Ativa Tributária	1.700,0	2.942,4
Dívida Ativa Não-Tributária	14,8	22,4
Ativo Não Circulante	18.366,5	10.326,8
Dívida Ativa Tributária	44.071,2	41.631,7
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa Tributária	(26.022,5)	(31.622,1)
Dívida Ativa Não Tributária	380,2	349,5
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa Não Tributária	(62,4)	(32,3)
Total	20.081,3	13.291,5

Em atendimento às NBC TSP, anualmente são realizados a transferência para longo prazo e o ajuste das perdas esperadas referentes aos créditos inscritos em Dívida Ativa, que, apesar de todos os esforços para sua cobrança, possuem alta probabilidade de não realização.

Nesse sentido, foram realizados pelos Órgãos responsáveis pela gestão da dívida ativa, Receita Estadual (cobrança administrativa) e Procuradoria-Geral do Estado (cobrança judicial), estudos especializados sobre os créditos inscritos para cálculo do ajuste e transferência para o longo prazo dos valores cuja expectativa de realização supere o término do exercício financeiro de 2019. Os critérios utilizados para o cálculo do ajuste são apresentados a seguir:

a. Receita Estadual (Fase Administrativa)

As prováveis perdas relacionadas à cobrança administrativa da dívida ativa são calculadas pela Receita Estadual mediante aplicação dos seguintes critérios:

- I. Créditos Devolvidos pela PGE por Impossibilidade/Inviabilidade de Cobrança:** são aqueles remetidos para cobrança judicial e que foram posteriormente devolvidos pela PGE por impossibilidade ou esgotamento de tentativas de cobrança via execução fiscal. Nesses casos, a prescrição, que estava interrompida pelo despacho do juiz que ordenou a citação, é reiniciada após a desistência das ações. Assim, os créditos devolvidos permanecem em cobrança administrativa por mais cinco anos. O índice de recuperação desses créditos é ínfimo, tendo em vista o esgotamento das cobranças administrativas e judiciais. Desta forma, os créditos que se encontram nessa situação são considerados perdidos.
- II. Créditos Suspensos por Decisão Judicial:** são os créditos que se encontram em cobrança administrativa, porém questionados judicialmente, no todo ou em parte, pelo sujeito passivo. Sobrevindo decisão judicial favorável ao Estado, o crédito fica disponível para a continuidade das ações de cobrança. Caso a decisão beneficie o sujeito passivo, o crédito será total ou parcialmente excluído, conforme o que for decidido, ficando a parte não excluída disponível para cobrança. Foi realizado o levantamento das exclusões de créditos que estavam em discussão judicial nos últimos 8 (oito) exercícios, apurando-se uma média anual de 7,17%. Para fins de cálculo do ajuste para perdas, o referido percentual é aplicado sobre o saldo de créditos que se encontram suspensos por decisão judicial em 31 de dezembro de 2019.
- III. Créditos de Pequeno Valor (Abaixo do Valor mínimo de ajuizamento):** Uma parte dos créditos em cobrança não pode ser encaminhada à cobrança judicial, pois tem saldo inferior ao Valor Mínimo de Ajuizamento, previsto na Lei Estadual nº 9.298, de 9 de setembro de 1991. Outra parte desses créditos não é recuperada e acaba sendo excluída por prescrição após cinco anos.

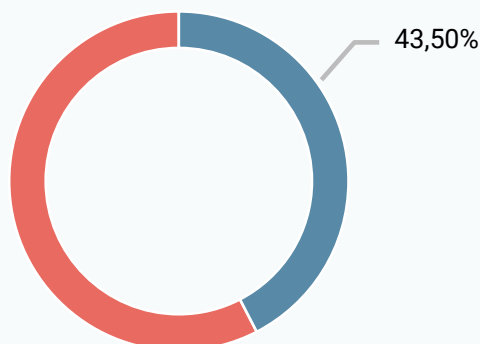
b. Procuradoria-Geral do Estado (Fase Judicial)

O critério de cálculo do Ajuste de Perdas para Dívida Ativa em Fase Judicial sofreu alterações para o exercício de 2019. Quando comparado com o critério utilizado em 2018, houve a inclusão de cinco novas fases de cobrança e reclassificação de viabilidade de cobrança de outras cinco fases já existentes:

Fase da Cobrança	Em 2019	Até 2018
	Viabilidade da Cobrança	Viabilidade da Cobrança
Remetido à PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Recebido PGE com Bem em Garantia	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Fase não informada até 2018
Fases Processuais Diversas	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Cancelado	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Liquidado	Não se aplica, pois o débito está quitado	Não se aplica, pois o débito está quitado
Parcelamento Judicial Cancelado Acerto de Saldo	Não se aplica, pois o débito está quitado	Não se aplica, pois o débito está quitado
Parcelado Judicialmente	Sim, sempre	Sim, sempre
Parcelamento Judicial Bloqueado	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Contra Massa Falida	Não	Não
Contra Massa Falida Empresa Baixada	Não	Não
Cobrança Suspensa Prazo Determinado PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada Carta Fiança Apresentada	Sim, sempre	Sim, sempre
Penhora Efetivada – Seguro garantia	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Execução Embargada	Sim, sempre	Sim, até 15 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Acordo Judicial	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Depósito Integral	Sim, sempre	Sim, sempre
Suspensão por Ordem Judicial	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Execução Garantida	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Penhora de Faturamento	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspensão por Adjudicação de Precatórios	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Liquidado Judicial	Não se aplica, pois o débito está quitado	Não se aplica, pois o débito está quitado
Excluído por Prescrição Judicial	Não	Fase não informada até 2018
Falência Encerrada	Não	Não
Ausência de Bens/ Devedor Não Localizado	Não	Não
Motivos Diversos	Não	Não
Extinto por Desistência Requerida	Não	Não
Extinto por Prescrição Requerida	Não	Não
Desistência Execução Pequeno Valor	Não	Não
Certidão Dívida Ativa Devolvida Parcialmente Prescrita	Não	Não

Essa alteração nos critérios diminuiu substancialmente o Ajuste de Perdas, resultando num aumento do Estoque Viável de Dívida Ativa para R\$ 20,08 bilhões dos R\$ 46,17 bilhões inscritos, portanto 43,50% do total em 2019, considerando que em 2018 o Estoque Viável era de 29,57%.

ESTOQUE VIÁVEL DE COBRANÇA (DÍVIDA ATIVA) ADMINISTRAÇÃO DIREITA



O ajuste realizado, a partir do Balanço do Estado de 2015, permite evidenciar o estoque real dos valores cobráveis em dívida ativa, sem repercussões orçamentárias e financeiras. Além disso, não há alteração na situação de cobrança dos créditos, que permanecem como direito do Estado.

Comparando-se os totais inscritos (sem considerar o ajuste a valor recuperável) em 2019 (R\$ 46,17 bilhões) e em 2018 (R\$ 44,95 bilhões), houve um crescimento de 2,71% do Estoque Total de Dívida Ativa. Segue tabela demonstrando a evolução anual dos saldos de dívida ativa antes da realização de ajustes a valor recuperável:

Em milhões de R\$

Estoque Total de Dívida Ativa		
Posição	Saldo	Variação no ano
31-12-2015	37.030,9	
31-12-2016	40.510,7	9,4%
31-12-2017	43.669,4	7,8%
31-12-2018	44.945,9	2,92%
31-12-2019	46.166,2	2,71%

Já a arrecadação de Dívida Ativa apresentou o seguinte desempenho:

Em milhões de R\$

Arrecadação Dívida Ativa			
	2019	2018	Variação
Valor Efetivamente Arrecadado	1.571	1.215,9	29,2%
Valor Compensado com Precatório	795	34,4	2211,09%
Total	2.366	1.250,3	89,23%

A alta no valor efetivamente arrecadado de dívida ativa está relacionada ao Refaz 2019, que previa redução de multas e juros dos tributos devidos. Já a alta nos valores compensados está relacionada ao programa Compensa/RS, instituído pelo Decreto nº 53.974, de 21 de março de 2018, que regulamentou a Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017, a qual estabeleceu os requisitos para a compensação de precatórios com dívida ativa. Essa lei determinou que o máximo a ser compensado com precatórios é 85% do valor da dívida ativa, devendo o restante ser pago pelo contribuinte à vista ou de forma parcelada. Os processos de compensação finalizados em 2019 totalizaram R\$ 795,0 milhões e também foram registrados como receita orçamentária de dívida ativa.

3.1.2.4.2 Dívida Ativa da Administração Indireta

A Dívida Ativa da Administração Indireta totalizou, em 2019, R\$ 1,71 bilhão e estava composta dos seguintes valores por Entidade:

Em milhões de R\$			
Dívida Ativa Administração Indireta			
Entidades	Valor Inscrito	Valor Ajuste de Consolidação	Saldo Consolidado
IPE Saúde	1.500,6	(1.303,3)	197,3
SUPRG	138,9	-	138,9
IPE Prev	38,5	(28,2)	10,28
DETRAN	10,2	-	10,2
DAER	17,6	-	17,6
Outras Entidades	2,3	-	2,3
Total	1.708,2	(1.331,5)	376,7

A Dívida Ativa do IPE Prev e do IPE Saúde é relativa, em sua maioria, a valores devidos pela Administração Pública Estadual, fazendo com que esses valores sejam excluídos na consolidação do Balanço.

Na SUPRG, a Dívida Ativa é composta por créditos relativos a serviços portuários, destacando-se o arrendamento de áreas e atracação de navios.

No DAER, os valores inscritos em Dívida Ativa concentram-se em imputações de responsabilidade a empresas, enquanto no DETRAN o valor está relacionado a multas de trânsito.

3.1.2.5 Devedores

Demonstra os débitos de pessoas físicas ou jurídicas, realizáveis independentemente de autorização orçamentária. Até o exercício de 2018, registrava em sua maior parte os pagamentos de Precatórios efetuados pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Regional do

Trabalho que ainda não haviam sido regularizados pela Secretaria da Fazenda, em virtude da falta de identificação dos valores por credor, dificultando, desta forma, a conciliação da conta. Além dos empenhos do ano corrente terem ocorrido na competência correta, em 2019 ocorreram regularizações de valores registrados em exercícios anteriores, que diminuíram significativamente os saldos de precatórios em Devedores do TJ, como segue:

Em milhões de R\$		
Devedores	2019	2018
Precatórios – Tribunal de Justiça	0,5	100,4
Precatórios – Tribunal Regional do Trabalho	42	30
Outros Pagamentos por Devedores	99,5	100,3
Total	142	230,7

3.1.2.6 Responsáveis por Pagamentos Irregulares e Sequestros Judiciais a Regularizar

A conta Responsáveis por Pagamentos Irregulares demonstra os pagamentos efetuados em que não houve o prévio empenho/liquidação ou, caso tenha havido, esteja pendente de regularização. Registrava até 31 de dezembro de 2014 os sequestros judiciais referentes à Requisições de Pequenos Valor (RPV) não pagas no prazo legal e as ações judiciais relacionadas à saúde. A partir de 1º de janeiro de 2015, os sequestros passaram a ser registrados na conta “Sequestros Judiciais a Regularizar”. Os sequestros judiciais estão relacionados ao não pagamento de RPV no prazo legal ou a ações judiciais da saúde. A falta de regularização ocorre por duas situações, a saber: 1) Há informação incompleta sobre o sequestro, caso em que foi efetuado empenho/liquidação, porém ainda falta a conciliação contábil; 2) Não há informação completa sobre o sequestro, caso em que a saída de numerário não foi reconhecida orçamentariamente.

A seguir, demonstra-se a movimentação das contas de Responsáveis e de Sequestros Judiciais a Regularizar:

Em milhões de R\$	
Responsáveis e Sequestros Judiciais a Regularizar	
Saldo de 31/12/2018 – Responsáveis	1.697,3
Saldo de 31/12/2018 – Sequestros Judiciais a Regularizar	1.457,6
Saldo Total de 31/12/2018	3.154,9
Sequestros judiciais de 2019	433,5
Pagamentos por Responsáveis de 2019 – Não regularizados	124
(-) Regularizações de Sequestros Judiciais de 2019	(295,3)
(-) Outras regularizações de 2019	(107,6)
Saldo Total de 31/12/2019	3.309,5
Saldo de 31/12/2019 – Responsáveis	1.713,7
Saldo de 31/12/2019 – Sequestros Judiciais a Regularizar	1.595,8

Salienta-se que, além da regularização de R\$ 295,3 milhões de sequestros judiciais (Regularização = Empenho/Liquidação + Conciliação Contábil), há mais R\$ 631,6 milhões de RPVs empenhadas e liquidadas no exercício de 2019 que continuam registradas no Passivo Circulante (retenções de tributos e retenções para regularização), pois estão pendentes de conciliação contábil com sequestros judiciais.

3.1.2.7 Demais Créditos de Curto e Longo Prazo (Financeiro)

Os valores dos Demais Créditos, tanto de curto quanto de longo prazo (atributo financeiro), concentram-se em depósitos realizados pelo Estado em demandas judiciais. Na resolução das demandas judiciais esses valores ou reverterão ao Estado ou serão destinados à outra parte no processo. No curto prazo, eles totalizam R\$ 582,3 milhões e no longo prazo R\$ 45,2 milhões.

3.1.2.8 Demais Créditos de Curto e Longo Prazo (Permanente)

No curto prazo, os valores de Demais Créditos (atributo Permanente) concentram-se em valores a receber de contribuições registradas no ativo do IPE PREV e Correções Monetárias e Encargos sobre Avais. O valor principal dos Avais está registrado na conta de Devedores, apresentados no quadro a seguir:

Entidade	Saldo	Movimentação		Saldo em 31/12/2019
		Débito	Crédito	
CEEE – GT	40,7	0	0	40,7
Principal	15,7	–	–	15,7
Correção Monetária	24,9	–	–	24,9
IPE PREV	137,7	42,3	0	191
Principal	30,5	–	–	30,5
Correção Monetária	118,2	42,3	–	160,5
Prefeitura Municipal de Montenegro	74,1	3	1,3	77,5
Principal	–	–	–	–
Correção Monetária	75,8	3	1,3	77,5

Quanto ao convênio firmado com o Município de Montenegro, com vista ao refinanciamento da dívida decorrente dos avais honrados pelo Estado, repactuado mediante o Segundo Termo Aditivo, datado de 15 de junho de 2004, pelo qual o Município reconheceu o montante da dívida de R\$ 44,5 milhões, a ser amortizada em 360 prestações mensais, cujos valores estão limitados ao percentual de 1,4% da Receita Líquida Real do Município, constata-se que os valores pagos são inferiores à correção monetária

agregada ao saldo devedor, o que permite supor a provável existência de resíduo no final do prazo de amortização.

O valor do aval referente ao IPE Prev é excluído na consolidação do Balanço Geral do Estado.

No longo prazo, os valores concentram-se nos Créditos Remanescentes da Extinta Caixa Econômica Estadual (CEERGS), compostos dos seguintes saldos:

Em milhões de R\$	
Créditos Remanescentes da Extinção da CEE – Diversos	
Carteira Comercial	905,8
Carteira Imobiliária	9,8
Outros	3,2
Total	918,8

O perfil da carteira da extinta CEERGS é composto por créditos de difícil realização, o que resulta no pequeno valor da receita de amortização desses empréstimos (R\$ 11,5 milhões), representando 1,25% do saldo da carteira.

3.1.3 Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Por esse método, o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo dos itens semelhantes no começo de um período e do custo dos itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada por meio de uma base periódica ou à medida que cada entrega adicional seja recebida, o que depende das circunstâncias da entidade.

Os estoques do Estado em 2019 totalizaram R\$ 265,9 milhões:

Em milhões de R\$	
Entidade	Valor
Secretaria da Saúde	209,9
Secretaria da Segurança Pública	33,2
Secretaria de Administração Penitenciária	3,4
Tribunal de Justiça	3,2
Defensoria Pública	1,9
Outras	14,2
Total	265,9

Há uma grande concentração de tais valores na Secretaria da Saúde, relacionados principalmente aos estoques de medicamentos.

3.1.4 Investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo

Os investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo pertencem em sua totalidade ao Fundoprev, que é administrado pelo IPE Prev. O saldo das aplicações cresceu 45,46%, pois, conforme demonstrado no Capítulo 2 – Gestão Fiscal, os fundos previdenciários iniciaram em 2011, portanto possuem poucos benefícios concedidos, o que gera um acúmulo de recursos para benefícios que devem ser pagos no futuro.

O Fundoprev é segregado entre Civil e Militar e as aplicações são assim distribuídas:

Fundo	Em milhões de R\$	
	2019	2018
Fundoprev Civil	2.290,8	1.609,9
Fundoprev Militar	441,4	268,4
Total	2.732,2	1.878,3

3.1.5 Imobilizado mantido para Venda

O valor de imobilizado mantido para venda em 2019 é composto por R\$ 17,0 milhões correspondes a Distritos Industriais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e por R\$ 15,6 milhões da carteira habitacional anteriormente administrada pelo IPERGS.

3.1.6 Participações Acionárias

As Participações Acionárias consistem em investimentos permanentes do Estado em outras empresas. Os registros contábeis são efetuados de acordo com a Instrução Normativa CAGE nº 3/2015, a qual dispôs que as participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa (empresas coligadas, controladas – exclusivamente ou em conjunto – e consórcios públicos) devem ser mensuradas ou avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Os demais investimentos em empresas permanecem sendo mensurados pelo valor de custo.

O MEP é a sistemática de mensuração ou avaliação em que o valor contábil do investimento, inicialmente registrado pelo custo de aquisição, é ajustado conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua. O registro de dividendos e de juros sobre o capital próprio, decorrentes de investimentos avaliados por esse método, tem como contrapartida a conta contábil do ativo correspondente. Já no método de custo, o registro no ativo não circulante é pelo valor inicial do investimento na empresa, e o recebimento de dividendos e de juros sobre o capital próprio é registrado como variação patrimonial ativa.

A seguir, apresentam-se os investimentos permanentes do Estado em outras empresas em 31 de dezembro de 2019 em comparação com 31 de dezembro de 2018.

Em milhões de R\$					
Empresas	% do Capital Social	2019	2018	Variação no Exercício	% sobre o Total (2019)
Empresas Controladas		7.370,6	7.405	-0,46%	76,96%
BADESUL	99,99%	708	711,9	-0,54%	7,39%
BANRISUL	49,94%	3.824	3.616,4	5,74%	39,93%
CADIP	99,99%	221,4	221,6	-0,07%	2,31%
CEASA	94,24%	16,1	15,9	1,2%	0,17%
CEEE	99,99%	-	209,6	-100%	-
CESA ¹	99,93%	-	-	-	-
CORAG ²	99,99%	-	27	-100%	-
CORSAN	99,99%	2.066,6	2.058,7	0,38%	21,58%
CRM	99,99%	312,3	293,5	6,38%	3,26%
EGR	100%	94,5	99	-4,56%	0,99%
PROCERGS	99,58%	20,3	57,1	-64,49%	0,21%
SULGÁS	51%	107,4	94,3	13,94%	1,12%
Empresas Controladas em Conjunto		1.803,2	1.713,1	5,26%	18,83%
BRDE ³	33,33%	1.803,2	1.713,1	5,26%	18,83%
Adiantamento para futuro aumento de capital		395,9	353,2	12,11%	4,13%
CESA		-	38	-100%	-
CORSAN		115,4	62,9	83,34%	1,2%
CRM		0,5	-	-	0,01%
PROCERGS		280	252,2	-	2,92%
Empresas Diversas		7,4	7,8	-5,61%	0,08%
Total de Investimentos em Empresas		9.577,1	9.479	1,04%	100%

Notas: 1: Os Patrimônios Líquidos da CEEE e da CESA são negativos, por isso o valor contábil do investimento é de zero; 2: A CORAG foi liquidada em 2019, conforme Lei nº 14.979, de 16 de janeiro de 2017, que autorizou sua extinção; 3: Participação calculada em 100% da Agência de Porto Alegre (RS), conforme estatuto.

Os investimentos permanentes do Estado em empresas totalizaram R\$ 9.577,1 milhões e aumentaram 1,04% em relação a 2018, o que se explica por alguns fatos que aumentaram o saldo e outros que o diminuíram. Para o aumento, influenciaram a realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital da PROCERGS e o Resultado Líquido Positivo de Equivalência Patrimonial, no valor de R\$ 416,3 milhões. Para a diminuição, o leilão para venda de 2.056.962 ações Preferenciais do Banrisul pelo valor unitário de R\$ 24,10 e a distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio.

O Resultado de Equivalência Patrimonial, apresentado a seguir, foi apurado levando em consideração Balanço ou Balancete da Investida emitido em 30 de setembro de 2019 ou em data posterior.

Em milhões de R\$

Resultado Positivo		Resultado Negativo	
BANRISUL	531,5	CEEE	(209,6)
BRDE	90,2	PROCERGS	(36,8)
CORSAN	48,7	CORAG	(27)
SULGÁS	46,8	CRM	(19,3)
CEASA	0,2	EGR	(4,5)
		BADESUL	(3,9)
		CADIP	(0,2)
Subtotal 1	717,3	Subtotal 2	(301)
Resultado Líquido da Equivalência Patrimonial		416,3	

Em 2019, a despesa do Estado foi de R\$ 80,2 milhões, referente a adiantamento para futuro aumento de capital, sendo R\$ 52,5 milhões para a CORSAN e R\$ 27,8 milhões para a CESA. Os valores repassados para CORSAN são provenientes de recursos transferidos pela União, mediante convênios com o Estado, para execução de obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário. Já os valores transferidos para CESA visam à cobertura de insuficiência financeira da Companhia.

Em milhões de R\$

Empresas	2019	2018
CESA	27,8	27,2
CORSAN	52,5	28,5
CRM	–	38
Total	80,2	93,7

O retorno financeiro das Participações Acionárias decorre dos pagamentos de dividendos e de juros sobre o capital próprio realizados pelas investidas, que em 2019 totalizaram R\$359,3 milhões – 21,29% a menos do que no exercício de 2018.

Em milhões de R\$

Valores Recebidos (Dividendos e Juros sobre Capital Próprio)			
Empresas	2019	2018	Variação %
BANRISUL	274,6	267	2,83%
CORSAN	50,8	152,4	-66,65%
SULGÁS	33,7	36,3	-7,23%
Outros	0,2	0,8	-69,46%
Total	359,3	456,5	-21,29%

3.1.7 Fundos para Financiamento

Alguns setores econômicos possuem fundos constituídos pelo Estado para financiamento. A seguir, demonstra-se o resumo desses investimentos:

Em milhões de R\$		
Fundo	2019	2018
FUNDOPEM	1.177,9	1.544,5
FOMENTAR	1.024,6	758,5
PROCRED	133,2	123,2
FUNAFIR	14,6	235,1
Outros Fundos	196,8	194,5
Total de Investimentos em Fundos	2.547,1	2.855,8

3.1.8 Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são contabilizados de acordo com a Instrução Normativa CAGE 06-2018, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019, atendendo ao prazo estipulado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015. Salienta-se que o Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) está implantado na Assembleia Legislativa, na Defensoria Pública, no Tribunal de Contas do Estado e em todos os Órgãos do Poder Executivo da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta que compõem o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado, o que, em decorrência de sua integração com a contabilidade, viabiliza o atendimento das NBC TSP. O Poder Judiciário e o Ministério Público, apesar de não utilizarem o APE, têm o seu imobilizado e intangível registrados de acordo com a IN CAGE 6/2018. A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Imobilizado do Estado:

Em milhões de R\$		
Títulos	2019	2018
Bens Móveis	3.541,9	3.351,3
Veículos	942,3	872,8
Bens de Informática	1.019,1	964
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	768,5	726
Móveis e Utensílios	578,3	552,3
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	148,7	147,1
Demais Bens Móveis	85	89,1
(-) Depreciação de Bens Móveis	(12,6)	-
Bens Imóveis	6.732,9	6.120,4
Total Imobilizado	10.262,3	9.471,7

Ainda conforme a IN 6/2018, a Depreciação de Bens Móveis contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o Imobilizado do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, com as seguintes taxas de depreciação e valores residuais.

Grupo	Vida Útil Estimada	Taxa de Depreciação Anual	Valor Residual
Bens Imóveis	–	0%	100%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10%	10%
Bens de Informática	5	20%	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%	10%
Mobiliário em Geral	10	10%	10%
Utensílios em Geral	10	10%	10%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	10	10%	10%
Veículos	15	6,67%	10%
Armamentos	20	5%	15%
Semoventes	10	10%	10%
Demais Bens Móveis	10	10%	10%

O Ativo Intangível também é objeto da IN 6/2018 e de registros contábeis por meio do Sistema de APE. O valor total do Intangível do Estado é R\$ 46,9 milhões, concentrados em softwares.

Também conforme a IN 6/2018, a Amortização de Bens do Ativo Intangível foi iniciada para aos bens que passaram a compor o patrimônio do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, calculadas a partir do prazo estimado de vida útil, informado no momento da aquisição/produção. Na ausência de prazo estimado, o bem não é amortizado.

3.2 Passivo

A posição do Passivo do Estado em 31 de dezembro de 2019 comparada com a do ano anterior está evidenciada no quadro a seguir:

Em milhões de R\$						
Títulos	Atributo*	2019		2018		2019/2018
		R\$	%	R\$	%	
Passivo Circulante		38.246,1	29,18%	29.942,6	25,61%	27,73%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais		3.663,6	2,79%	3.766,3	3,22%	-2,73%
Restos a Pagar Processados – Precatórios Judiciais	Financeiro	23,8	0,02%	13,5	0,01%	76,4%
Restos a Pagar Processados – Demais Obrigações	Financeiro	2.820,2	2,15%	3.023,6	2,59%	-6,73%
Provisão para Férias	Permanente	791,3	0,6%	701,1	0,6%	12,87%
Débitos Parcelados	Permanente	28,3	0,02%	28,2	0,02%	0,5%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		10.077,1	7,69%	7.820,6	6,69%	28,85%
Serviço da Dívida a Pagar	Financeiro	7.651,6	5,84%	4.201,6	3,59%	82,11%
Dívida Interna – Contratos	Permanente	2.048,3	1,56%	3.185,4	2,72%	-35,7%

(continua)

Em milhões de R\$

Títulos	Atributo*	2019		2018		2019/2018
		R\$	%	R\$	%	
Dívida Externa – Contratos	Permanente	377,2	0,29%	433,6	0,37%	-13%
Fornecedores e Contas a Pagar		2.123,6	1,62%	2.907,8	2,49%	-26,97%
Restos a Pagar Processados	Financeiro	784	0,6%	638,4	0,55%	22,8%
Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária	Permanente	632,5	0,48%	1.830,8	1,57%	-65,45%
Demais Obrigações	Permanente	707,2	0,54%	438,6	0,38%	61,24%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		64,5	0,05%	51,4	0,04%	25,31%
Restos a Pagar Processados	Financeiro	25,8	0,02%	22,6	0,02%	14,35%
Restos a Pagar Processados – Débitos Parcelados	Financeiro	1,1	0%	0	0%	18462,76%
Débitos Parcelados	Permanente	37,5	0,03%	28,8	0,02%	30,14%
Obrigações de Repartição a Outros Entes		0,3	0%	178,6	0,15%	-99,82%
Restos a Pagar Processados	Financeiro	0,3	0%	178,6	0,15%	-99,82%
Provisões a Curto Prazo		6.788,3	5,18%	–	–	–
Repartição Tributária	Permanente	6.786,6	5,18%	–	–	–
Indenizações Trabalhistas	Permanente	1,7	0%	–	–	–
Demais Obrigações a Curto Prazo		15.528,7	11,85%	15.217,8	13,02%	2,04%
Restos a Pagar Processados	Financeiro	460,3	0,35%	437,9	0,37%	5,11%
SIAC – Depósitos de Estatais, Fundos e Outros	Financeiro	1.710,1	1,3%	1.572,3	1,34%	8,77%
Rendimentos do SIAC a Pagar	Financeiro	4,3	0%	2,2	0%	92,09%
Depósitos Judiciais	Financeiro	10.595,7	8,08%	10.691,1	9,14%	-0,89%
Retenções e Consignações	Financeiro	1.542,2	1,18%	1.582,3	1,35%	-2,53%
Diversos	Financeiro	1.216,1	0,93%	931,9	0,8%	30,49%
Passivo Não Circulante		92.841,3	70,82%	86.975,4	74,39%	6,74%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais		10.059,5	7,67%	9.390,6	8,03%	7,12%
Precatórios Judiciais	Permanente	9.674,3	7,38%	8.973,5	7,68%	7,81%
Débitos Parcelados	Permanente	385,2	0,29%	417,1	0,36%	-7,65%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		66.935,5	51,06%	65.221,8	55,78%	2,63%
Dívida Interna – Contratos	Permanente	58.688,2	44,77%	57.186,8	48,91%	2,63%
Dívida Externa – Contratos	Permanente	8.247,3	6,29%	8.035	6,87%	2,64%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		1.929,1	1,47%	1.608,7	1,38%	19,92%
Precatórios Judiciais	Permanente	1.929,1	1,47%	1.608,7	1,38%	19,92%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		163,4	0,12%	206,8	0,18%	-20,98%
Débitos Parcelados	Permanente	163,4	0,12%	206,8	0,18%	-20,98%
Provisões a Longo Prazo		13.310,3	10,15%	10.137,6	8,67%	31,3%
Indenizações Trabalhistas	Permanente	1.704,1	1,3%	858,6	0,73%	98,46%

(continua)

Em milhões de R\$

Títulos	Atributo*	2019		2018		2019/2018
		R\$	%	R\$	%	
Provisão Atuarial do RPPS	Permanente	2.476,8	1,89%	3.133,9	2,68%	-20,97%
Pensões Integrais	Permanente	117,9	0,09%	118,7	0,1%	-0,72%
Riscos Fiscais	Permanente	–	–	326,7	0,28%	-100%
Riscos Cíveis	Permanente	58,8	0,04%	107,2	0,09%	-45,2%
Precatórios Judiciais	Permanente	4.013,2	3,06%	4.700,6	4,02%	-14,62%
Remuneração do SIAC a Pagar	Permanente	11,8	0,01%	883,8	0,76%	-98,67%
Outras Provisões	Permanente	4.927,8	3,76%	8,1	0,01%	60961,34%
Resultado Diferido		443,5	0,34%	409,8	0,35%	8,22%
Tributos Arrecadados Antes do Fato Gerador	Permanente	443,5	0,34%	409,8	0,35%	8,22%
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante		131.087,4	100%	116.918	100%	12,12%
Patrimônio Líquido		(68.267,7)		(62.129,9)		
Resultado Patrimonial do Exercício	Permanente	(7.393,5)		(6.364,5)		
Ajustes de Exercícios Anteriores	Permanente	1.255,7		(2.023,3)		
Resultado de Exercícios Anteriores	Permanente	(62.129,9)		(53.742,1)		
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		62.819,7		54.788		
Encargos evidenciados em contas de natureza orçamentária						
Restos a Pagar Não-Processados	Financeiro	1.312,8		1.227,7		6,9%

* Classificação segundo art. 105 da Lei nº 4.320/1964.

O saldo do Passivo Total do Estado cresceu 12,12% em 2019, sendo 27,73% no Passivo Circulante e 6,74% no Passivo Não Circulante.

O componente de maior representatividade do Passivo é a Dívida Contratual, em especial a Interna, que apresentou o valor de R\$ 68,39 bilhões em 2019 (R\$ 7,65 bilhões de serviço da dívida a pagar no Passivo Circulante, R\$ 2,05 bilhões de contratos no Passivo Circulante e R\$ 58,69 no Passivo Não Circulante), com aumento de 5,91% em relação a 2018. A dívida contratual externa, no valor de R\$ 8,62 bilhões (R\$ 377,2 milhões no Passivo Circulante e R\$ 8,25 bilhões no Passivo Não Circulante), apresentou aumento de 1,84% em relação a 2018. Maior detalhamento será apresentado no item 3.2.3 (Empréstimos e Financiamentos), podendo ainda ser consultado no capítulo da Gestão Fiscal (item 2.1.3).

No exercício de 2019, houve reconhecimento de provisões para Repartição Tributária no valor de R\$ 6,79 bilhões, o que não aconteceu em exercícios anteriores. Esses novos registros, que serão mais bem detalhados no item 3.2.6 (Provisões), decorreram da

antecipação de procedimentos contábeis previstos na Instrução Normativa CAGE nº 9, de 20 de dezembro de 2019.

3.2.1 Passivos Financeiros

Conforme art. 105, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária. O passivo financeiro é destacado na contabilidade com o “atributo F” e corresponde, no Balanço Patrimonial:

- Às obrigações correlatas a despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou não, que ainda não foram pagas; e
- Aos passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, consignações e retenções.

Na tabela precedente (item 3.2) os passivos com essa natureza estão indicados com o atributo “financeiro”, na segunda coluna, e podem ser resumidos conforme segue:

Em milhões de R\$			
Passivos Financeiros	2019	2018	Δ%
Restos a Pagar Processados	11.767	8.516,1	38,17%
Depósitos Judiciais	10.595,7	10.691,1	-0,89%
Passivos do SIAC	1.714,5	1.574,6	8,88%
Demais Passivos Financeiros	2.758,3	2.514,2	9,71%
Passivos Financeiros no Balanço Patrimonial	26.835,4	23.296	15,19%
Restos a Pagar Não Processados	1.312,8	1.227,7	6,93%
Total de Passivos Financeiros	28.148,2	24.523,7	14,78%

3.2.1.1 Restos a Pagar

Os Restos a Pagar Processados, que são as despesas empenhadas, liquidadas e não pagas, apresentaram variação de 38,17% em relação ao ano anterior, conforme demonstrado a seguir:

Em milhões de R\$			
Restos a Pagar Processados	2019	2018	Δ%
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	2.843,9	3.037	-6,36%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	7.651,6	4.201,6	82,11%
Fornecedores e Contas a Pagar	784	638,4	22,8%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	26,9	22,6	19,14%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,3	178,6	-99,82%
Demais Obrigações a Curto Prazo	460,3	437,9	5,11%
Total de Restos no Balanço Patrimonial	11.767	8.516,1	38,17%

O aumento está concentrado no Serviço da Dívida a Pagar (Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo) devido à execução orçamentária dos valores de dívida contratual interna não pagos em virtude de liminar. São representativos também os valores referentes à folha do 13º salário dos servidores de 2019, que está sendo paga ao longo do exercício de 2020, bem como o valor da folha salarial de dezembro de 2019, quitada no dia 14 de janeiro de 2020.

Cabe destacar que não constam no Passivo Circulante os restos a pagar processados intraorçamentários (R\$ 598,3 milhões), que foram excluídos no processo de consolidação. Quando somados ao quadro anterior, os restos a pagar processados totalizam R\$ 12.365,3 milhões ao final de 2019.

Os restos a pagar não processados, que não constam no Passivo Circulante, mas integram o Passivo Financeiro, segundo classificação da Lei nº 4.320/1964, totalizaram R\$ 1.312,8 milhões.

Dessa forma, o total de restos a pagar (processados e não processados, com a inclusão dos intraorçamentários) é de R\$ 13.678,1 milhões no exercício de 2019.

3.2.1.2 Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais abrangem os valores disponibilizados ao Estado com base nas Leis Estaduais nº 11.686, de 08 de novembro de 2001, e nº 12.069, de 22 de abril de 2004. O saldo devido ao final de 2019 (R\$ 10.595,7 milhões) é inferior ao devido ao final de 2018 (R\$ 10.691,1 milhões) em razão da devolução relacionada aos processos judiciais conclusos (com trânsito em julgado) e pelo fato de o Estado não ter efetuado novos saques, por força do disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.138, de 26 de março de 2018. Essa lei determinou que, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (previsto na Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017), o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais, enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, previsto na Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Cabe destacar que a Lei nº 15.232, de 1º de outubro de 2018, dispôs sobre a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados.

Do valor total dos depósitos judiciais em que o Estado não é parte, pode ser disponibilizado até 95%, conforme Lei 12.069/2004, sendo que o Estado utilizou 94,60%, conforme tabela abaixo:

Em milhões de R\$	
Total de Depósitos Judiciais em que o Estado não é parte	10.689,6
Percentual limite de utilização pelo Estado	95%
Limite de utilização pelo Estado	10.155,1
Valor Utilizado pelo Estado	10.112,8
Percentual utilizado pelo Estado	94,6%

Quanto aos depósitos judiciais em que o Estado é parte, o Banrisul, que os gerencia, separou-os da conta, para fins de alinhamento com a Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, a qual determinou o limite de 70% para esses depósitos (procedimento adotado conforme orientação do Ofício 242/2015 Secpres-TJRS). No entanto, o saldo utilizado pelo Estado é de 54,75%:

Em milhões de R\$	
Total de Depósitos Judiciais em que o Estado é parte	881,9
Percentual limite de utilização pelo Estado	70%
Limite de utilização pelo Estado	617,3
Valor Utilizado pelo Estado	482,8
Percentual utilizado pelo Estado	54,75%

A seguir, apresenta-se o saldo da utilização dos depósitos judiciais pelo Estado em 31/12/2019:

Em milhões de R\$			
Tipo de Depósito	Saldo total	Valor utilizado	%
Depósitos Judiciais em que o Estado não é parte	10.689,6	10.112,8	94,6%
Depósitos Judiciais em que o Estado é parte	881,9	482,8	54,75%
Total	11.571,5	10.595,7	91,57%

Em decorrência da disponibilização desses valores, o Estado dispendeu, no exercício de 2019, R\$ 474,8 milhões a título de rendimentos.

3.2.1.3 Passivos do SIAC

O passivo financeiro relacionado ao SIAC é demonstrado, no Balanço Patrimonial, no subgrupo Demais Obrigações de Curto Prazo. Os montantes devidos decorrem das aplicações realizadas no Sistema, conforme discriminado a seguir:

Em milhões de R\$		
Passivo Financeiro SIAC	2019	2018
Depósitos de Estatais	748,7	604,9
Depósitos de Fundos	893	835,3
Outros	72,8	134,5
Total	1.714,5	1.574,6

Cerca de 90% dos depósitos de Estatais referem-se às aplicações da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que totalizaram R\$ 440,8 milhões no exercício, e da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A (Cadip), com um montante de R\$ 221,6 milhões.

As aplicações do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização (Fomentar), no valor de R\$ 758,5 milhões, representam 85% dos depósitos de Fundos.

3.2.1.4 Demais Passivos Financeiros

Os valores dos Demais Passivos Financeiros concentram-se em Retenções e Consignações que incidiram sobre a folha de pagamento, contratos com Pessoa Física e Jurídica, Precatórios e RPVs e outros; e que estavam pendentes de pagamento ao final do exercício (R\$ 1.542,2 milhões).

Esses e outros valores estão evidenciados na tabela a seguir:

Em milhões de R\$		
Demais Passivos Financeiros	2019	2018
Retenções e Consignações	1.542,2	1.582,3
Depósitos para Recursos Judiciais	59	56,1
Cauções e Outros Depósitos Não Judiciais	302,3	255,1
Receitas a Classificar	136,7	95,2
Taxa Orizicultura a Transferir	290,9	254,8
Honorários	45,1	–
Saldo de Receitas do Serviço Extrajudicial	215,3	135,9
Diversos	166,8	134,9
Total	2.758,3	2.514,2

Os Depósitos para Recursos Judiciais e as Cauções e Outros Depósitos Não Judiciais referem-se a valores que posteriormente serão devolvidos ou reconhecidos como Receita do Estado, a depender de decisões ou acontecimentos posteriores.

Receitas a Classificar referem-se a ingressos de numerário em que ainda não houve a devida identificação para fins de classificação na receita orçamentária ou extraorçamentária correta.

O saldo de Taxa Orizicultura a Transferir, refere-se aos valores arrecadados pelo Estado (administração direta), pendentes de transferência ao IRGA.

Os honorários referem-se aos honorários sucumbenciais arrecadados pelo Estado e que ainda não tiveram destinação ou não foram reconhecidos como receita orçamentária. O mesmo se aplica ao saldo de Receitas do Serviço Extrajudicial, arrecadadas pelo Poder Judiciário, mas que ainda não houve decisão sobre a sua destinação.

3.2.2 Passivos Permanentes de Curto Prazo

Os Passivos Permanentes são aqueles que ainda não passaram pelo processo de execução orçamentária. Os passivos de longo prazo (não circulante) são todos

permanentes. A seguir, evidenciam-se os Passivos Permanentes de Curto Prazo que constam no Passivo Circulante:

Em milhões de R\$			
Passivos Permanentes de Curto Prazo	2019	2018	Δ%
Provisão para Férias	791,3	701,1	12,87%
Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária	632,5	1.830,8	-65,45%
Dívida Interna e Externa	2.425,5	3.619	-32,98%
Provisões a Curto Prazo	6.788,3	–	–
Débitos Parcelados	65,9	57	15,49%
Demais Obrigações	707,2	438,6	61,24%
Total do Passivo Circulante – Atributo Permanente	11.410,7	6.646,6	71,68%

O valor registrado como provisão para férias refere-se às férias vencidas e não prescritas, bem como àquelas que estão em aquisição (término do período aquisitivo em 2020), calculadas com a utilização da base de dados do sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), considerando o salário base dezembro/2019, acrescido do terço constitucional, conforme previsto na IN CAGE nº 9/2016.

A conta de Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária, relativamente a despesas incorridas, não pagas e não empenhadas, apresentou redução de 65,45% em relação a 2018. A maior parte da redução refere-se ao desreconhecimento de dívida do DAER com o IPE SAÚDE, que foi registrada como passivo contingente, em razão de incertezas relacionadas a liquidez.

A Dívida Interna e Externa, os Débitos Parcelados e as Provisões a Curto Prazo serão detalhados, respectivamente, nos itens 3.2.3, 3.2.4 e 3.2.6.

A maior parte do saldo de Demais Obrigações refere-se a valores médicos hospitalares pendentes de processamento pelo IPE Saúde.

3.2.3 Empréstimos e Financiamentos

Na tabela a seguir são apresentados os saldos de empréstimos e de financiamentos, por credor, discriminando-se as parcelas de curto e de longo prazo:

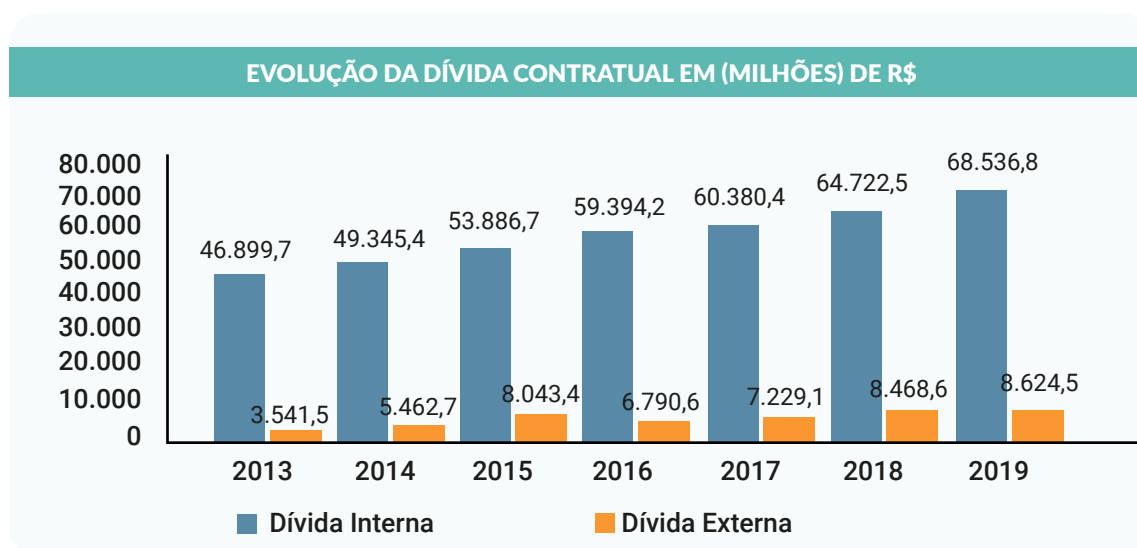
Houve aumento de R\$ 3,97 bilhões no saldo da dívida contratual. A variação decorre principalmente do incremento no saldo com o Governo Federal (R\$ 3,88 bilhões), cujos pagamentos estão suspensos desde julho de 2017 em razão da liminar que antecipou os efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), atualmente sendo negociado pelo Estado. Assim, a suspensão dos pagamentos à União tem gerado crescimento do montante devido pela aplicação dos encargos incidentes, que são de IPCA + 4% a.a.

Em milhões de R\$

	Circulante		Não Circulante		Total		Variação Absoluta	Variação %
	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Dívida Interna	9.699,9	7.387	58.688,2	57.186,8	68.388,1	64.573,9	3.814,3	5,91%
BB	–	–	683,7	681,6	683,7	681,6	2,1	0,31%
BNDES	151,4	193,5	584,4	591,2	735,9	784,6	(48,8)	-6,22%
Governo Federal	9.548	7.193	57.419,1	55.892,5	66.967,1	63.085,6	3.881,6	6,15%
Outros	0,4	0,5	1	21,5	1,4	22	(20,6)	-93,5%
Dívida Externa	377,2	433,6	8.247,3	8.035	8.624,5	8.468,6	155,9	1,84%
BIRD	255,5	298	6.446,6	6.255,2	6.702,2	6.553,2	149	2,27%
BID	121,7	135,6	1.800,7	1.779,8	1.922,4	1.915,4	7	0,36%
Total	10.077,1	7.820,6	66.935,5	65.221,8	77.012,6	73.042,4	3.970,2	5,44%

Em relação aos contratos externos, destaca-se o incremento de R\$ 155,9 milhões no saldo total, bem como uma pequena reestruturação na composição do curto e do longo prazo.

A seguir, apresenta-se graficamente a evolução do saldo devedor da dívida contratual do Estado, segregando as operações contratadas interna e externamente:



3.2.4 Débitos Parcelados

A tabela a seguir apresenta os saldos e a variação dos débitos parcelados registrados no Passivo Circulante e Não Circulante das entidades que integram o Setor Governamental do Estado:

Em milhões de R\$

Débitos Parcelados	2019	2018	Variação Absoluta	Variação %
INSS	413,5	445,3	(31,8)	-7,13%
Pasep	202,0	235,7	(33,6)	-14,26%
Total	615,6	681,0	(65,4)	

A diminuição de R\$ 31,8 no saldo parcelado de INSS decorre dos pagamentos efetuados no exercício. Da mesma forma, o decréscimo do saldo da dívida de Pasep é decorrente, principalmente, das amortizações ocorridas ao longo do ano relativas ao parcelamento ordinário efetuado junto à Receita Federal do Brasil (RFB), assinado em 13 de abril de 2018. Do valor original desse parcelamento (R\$ 142,2 milhões), restou, em 31 de dezembro de 2019, um saldo de R\$ 102,2 milhões.

A tabela não contempla o parcelamento dos débitos de Pasep da Administração Direta relativos ao período de 30 de junho de 1999 a 30 de abril de 2002, registrados como passivos contingentes no valor de R\$ 358,4 milhões, conforme explicado no item 3.3.2.

3.2.5 Precatórios, Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais

Os débitos de natureza judicial representam saldo significativo do passivo do Estado, bem como comprometimento anual de alto volume de recursos orçamentários e financeiros. Este item compreende Precatórios, Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e outros Pagamentos Determinados por Sentenças Judiciais.

3.2.5.1 Precatórios

Até 16 de novembro de 2015, os precatórios, no Estado do Rio Grande do Sul, eram emitidos quando a dívida fosse superior a 40 salários mínimos. Os créditos inferiores a esse valor eram pagos por RPV. Todavia, a Lei Estadual nº 14.757, de 16 de novembro de 2015, alterou esse procedimento quando dispôs que devem ser pagos por precatórios os créditos superiores a 10 salários mínimos. Assim, nas ações judiciais com trânsito em julgado posterior a essa data, passou a ser emitido RPV para créditos até 10 salários mínimos e precatório para os créditos acima desse valor.

A tabela a seguir apresenta o saldo dos Precatórios devidos pelo Estado em 31 de dezembro de 2019, que registraram aumento de 2,25% em relação a 31 de dezembro de 2018. Os registros ocorreram de acordo com a Instrução Normativa CAGE nº 03, de 23 de maio de 2018. As contas utilizadas para tais registros integram o Passivo Circulante (Composto pelos Valores Inscritos em Restos a Pagar) e o Passivo Não Circulante (Dívida Fundada e Provisão). O saldo devedor representa a totalidade de precatórios devidos, conforme informado pelos tribunais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal).

Em milhões de R\$			
Precatórios	2019	2018	Δ%
Passivo Circulante	23,8	13,5	76,4%
Precatórios Empenhados, Liquidados a Pagar	23,8	13,5	76,4%
Passivo Não Circulante	11.603,4	10.582,2	9,65%
Precatórios de Pessoal a Pagar	5.787,9	5.356,7	8,05%
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	3.886,4	3.616,8	7,45%
Precatórios de Fornecedores a Pagar	1.929,1	1.608,7	19,92%
Passivo Não Circulante – Provisões de Longo Prazo	4.013,2	4.700,6	-14,62%
Precatórios de Pessoal a Pagar	1.313,9	1.363,8	-3,65%
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	2.572,7	3.336,8	-22,9%
Precatórios de Fornecedores a Pagar	126,6	0,0	-
Total	15.640,4	15.296,2	2,25%

A seguir, evidencia-se o saldo devedor de precatórios por entidade:

Em milhões de R\$		
Precatórios	2019	2018
Estado – Administração Direta	7.346,3	6.698,8
IPE Prev	6.542	6.964,4
DETRAN	612,7	558,4
DAER	486,2	429,4
FASE	209,6	190,6
Demais entidades	443,7	454,6
Total	15.640,4	15.296,2

A maior parte dos valores refere-se a Administração Direta e IPE Prev, que representaram 88,80% do saldo devedor total de 2019. Do saldo de precatórios inscritos pelo DETRAN/RS, o mais relevante refere-se ao credor Sindicato dos Centros de Habilitação de Condutores, com valor original total de R\$ 546 milhões, que tem como objeto o reajuste dos preços dos serviços dos Centros de Formação de Condutores, cujos valores não foram reajustados no ano de 2008, em função da Portaria Detran nº 1/2008 (repercussão no período de fevereiro de 2009 a dezembro de 2014).

Os Precatórios requisitados em julho de cada ano são inscritos por variação patrimonial diminutiva, sem repercussão orçamentária, conforme artigo 3º da Instrução Normativa nº 3, de 23 de maio de 2018. A tabela a seguir apresenta as requisições de 2019, inscritas no Passivo Não Circulante:

Em milhões de R\$

Requisições	2019
Administração Direta	671
IPE Prev (RPPS)	275,4
DAER	46,3
FASE	20,7
METROPLAN	6,7
FGTAS	5,7
Demais entidades	16
Total	1.041,9

O valor inscrito em 2019, R\$ 1.041,9 milhões, foi 40,58% inferior ao inscrito no exercício de 2018, R\$ 1.753,3 milhões. Além disso, no exercício de 2019, de forma inédita, houve pagamentos superiores às novas inscrições/requisições, quando consideradas as compensações de precatórios com Dívida Ativa, conforme se demonstra a seguir.

Em milhões de R\$

Código	Recurso	Empenhado	Liquidado	Pago
0007	Precatórios Ordem Cronológica	311,6	311,6	303
0008	Precatórios Acordos	314,7	314,7	312,4
0009	Precatórios compensados com Dívida Ativa	933,1	933,1	933,1
Total		1.559,4	1.559,4	1.548,4

No exercício de 2019, além da transferência de 1,5% da Receita Corrente Líquida (RCL), efetuada nos termos do Decreto nº 47.063, de 8 de março de 2010 (opção do Estado pela modalidade prevista no inciso I do §1º do art. 97 do ADCT), houve transferência adicional relativa ao programa Compensa/RS.

O programa Compensa/RS foi instituído pelo Decreto nº 53.974, de 21 de março de 2018, que regulamentou a Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017, a qual estabeleceu os requisitos para a compensação de precatórios com dívida ativa. Essa lei determinou que o valor máximo a ser compensado com precatórios é de 85% do valor da dívida ativa, devendo o restante ser pago pelo contribuinte à vista ou de forma parcelada. Sobre o saldo não compensado, ou seja, sobre o valor pago à vista ou parcelado, deve ser transferido 3% para o Tribunal de Justiça para pagamentos adicionais de precatórios. A seguir, demonstram-se os valores transferidos para pagamento de precatórios.

Em milhões de R\$

Origem da Transferência	Valor Transferido	Ord. Cronológica	Acordos
1,5% da RCL (EC 62/2009)	571,2	285,6	285,6
Compensa/RS (Lei nº 15.038/2017)	0,4	0,2	0,2
Total	571,6	285,8	285,8

Os depósitos totalizaram R\$ 571,6 milhões em 2019, sendo metade do valor destinada aos pagamentos por ordem cronológica e a outra aos pagamentos efetuados por meio de acordo direto, conforme previsto na Lei Estadual nº 14.751, de 15 de outubro de 2015, que criou a Câmara de Conciliação de Precatórios, coordenada pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Embora os depósitos efetuados pelo Estado considerem o percentual de 50% para cada destinação (Ordem Cronológica e Acordos), o Tribunal de Justiça frequentemente efetua transferência da conta de Acordos para a de Ordem Cronológica quando o montante de acordos efetuados é inferior ao recurso disponível.

Sobre o programa Compensa/RS, destaca-se que podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas Autarquias ou Fundações. Os valores compensados são baixados do Ativo de Dívida Ativa e do Passivo de Precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são empenhados; e a Dívida Ativa é registrada como Receita, de acordo com a natureza do valor compensado. A seguir, evidenciam-se as compensações efetuadas no exercício de 2019, bem como as solicitações em andamento.

Compensa/RS	Em milhões de R\$		
	Precatório	Dívida Ativa	Retenções Legais
Compensações concluídas – efetuadas pela execução orçamentária	933,1	795,0	138,1
Compensações efetuadas, pendentes de execução orçamentária	–	100,5	–
Compensações homologadas, em processo de compensação	–	14,2	–
Solicitações não homologadas	–	145,2	–
Total	933,1	1.054,9	138,1

A diferença entre o valor de precatórios e de dívida ativa ocorre porque a compensação ocorre pelo valor líquido do precatório, ou seja, após as retenções legais, que nesse caso foram de R\$ 123,0 milhões de Imposto de Renda e R\$ 15,0 milhões de descontos previdenciários e assistenciais. Até 31 de dezembro de 2019, foram protocoladas compensações no valor total de R\$ 1,05 bilhão de Dívida Ativa, sendo R\$ 156,4 milhões solicitações em andamento (R\$ 14,2 milhões de solicitações homologadas e R\$ 145,2 milhões de solicitações não homologadas) e R\$ 895,5 milhões de compensações concluídas, ou seja, que geraram baixa da Dívida Ativa (R\$ 795,0 milhões de Receita Orçamentária em 2019 e R\$ 100,5 milhões de Receita Orçamentária pendentes de execução).

3.2.5.2 Requisições de Pequeno Valor e Outros Débitos Judiciais

A tabela a seguir apresenta o saldo de RPVs e outros débitos judiciais que constam no passivo circulante (restos a pagar) do Estado em 31 de dezembro de 2019, em comparação com 31 de dezembro de 2018.

Em milhões de R\$			
RPVs e Outros Débitos Judiciais	2019	2018	Δ%
Requisições de Pequeno Valor a Pagar	72,2	134,2	-46,16%
Outros Débitos Judiciais	251,5	168,1	49,61%
Total	323,7	302,3	7,09%

A Tabela seguinte apresenta a movimentação orçamentária relacionada às RPVs:

Em milhões de R\$			
RPVs	2019	2018	Δ%
Empenhado	426,8	484,4	-11,89%
Liquidado	428,5	486,2	-11,87%
Pago	377,9	324,6	16,41%

Todavia, o valor de R\$ 377,9 milhões não corresponde à totalidade de pagamentos de RPVs, em razão dos sequestros judiciais que ocorreram sem a execução orçamentária ou sem a conciliação com os empenhos efetuados. Maior detalhamento sobre sequestros judiciais consta no item 3.1.2.6.

Os pagamentos judiciais são efetuados geralmente por precatório ou por RPV. Alguns pagamentos, porém, não necessitam de tais títulos, como é o caso dos desembolsos relacionados às ações judiciais da área da Saúde (aquisição de medicamentos e tratamentos médicos e hospitalares). A seguir, apresenta-se a movimentação orçamentária desses outros débitos judiciais, ou seja, os que não foram incluídos em precatório ou em RPV:

Em milhões de R\$			
Outros débitos judiciais	2019	2018	Δ%
Empenhado	567,7	516,5	9,9%
Liquidado	575	507,9	13,21%
Pago	229,1	249,5	-8,15%

Dos R\$ 567,7 milhões empenhados no exercício de 2019, 95% (R\$ 539,1 milhões) referem-se às ações judiciais da área da Saúde.

3.2.6 Provisões

Provisões são passivos de prazo ou valor incerto. Consistem em obrigações decorrentes de eventos passados, que provavelmente demandarão recursos para sua extinção, cujo valor pode ser estimado de modo confiável. Apresenta-se, a seguir, o saldo das provisões em 31 de dezembro de 2019, em comparação com 31 de dezembro de 2018.

Em milhões de R\$			
Provisões	2019	2018	Δ%
Provisões a Curto Prazo	6.788,3	–	–
Provisão Repartição Tributária	6.786,6	–	–
Outras Provisões	1,7	–	–
Provisões a Longo Prazo	13.310,3	10.137,6	31,3%
Provisão de Precatórios a Pagar	4.013,2	4.700,6	-14,62%
<u>Provisão Atuarial do RPPS</u>	<u>2.476,8</u>	<u>3.133,9</u>	<u>-20,97%</u>
Plano Previdenciário	2.362,5	3.049	-22,52%
Plano Financeiro	114,3	84,9	34,58%
Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar	11,8	883,8	-98,67%
Provisão para Indenizações Trabalhistas	1.704,1	858,6	98,46%
Provisão para Riscos Fiscais	–	326,7	-100%
Provisão para Riscos Cíveis	58,8	107,2	-45,20%
Provisão de Pensões Integrais a Pagar	117,9	118,7	-0,72%
Outras Provisões de Longo Prazo	4.927,8	8,1	–
Total	20.098,6	10.137,6	98,26%

A provisão de precatórios a pagar refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos. Os valores foram detalhados no item 3.2.5.1.

3.2.6.1 Provisão de Repartição Tributária

São provisões que se referem, quase em sua totalidade, à repartição de créditos tributários do ICMS e do IPVA com os municípios, calculados a partir dos ativos de natureza tributária, evidenciados no item 3.1.2.

O cálculo da provisão de repartição do ICMS considerou o percentual de 25% e o da provisão de repartição do IPVA o percentual de 50%, incidentes sobre os créditos viáveis de cobrança, ou seja, após o desconto do ajuste para perdas. Os valores representam estimativas das transferências a serem efetuadas aos municípios quando os referidos tributos forem arrecadados pelo Estado.

Esse procedimento contábil foi implementado no exercício de 2019, em antecipação ao previsto na Instrução Normativa CAGE nº 9, de 20 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos contábeis aplicáveis aos créditos tributários.

Em milhões de R\$

Provisão Repartição Tributária	2019
ICMS	6.669
IPVA	117,6
Outros Tributos	0,1
Total	6.786,6

3.2.6.2 Provisão Atuarial do RPPS

A provisão atuarial do RPPS está dividida em Plano Previdenciário (capitalização) e em Plano Financeiro (repartição simples).

O valor da provisão do Plano Previdenciário representa o déficit atuarial reconhecido no IPE Prev, previsto para o regime previdenciário de capitalização dos servidores do Rio Grande do Sul (Fundoprev). O valor é apurado por meio de avaliação atuarial e evidencia insuficiência de recursos para a cobertura dos compromissos com benefícios previdenciários concedidos e a conceder. São consideradas na avaliação as contribuições que o Estado, os servidores (ativos e inativos) e pensionistas realizam ao Fundo; os valores que o Fundoprev deve receber de compensação previdenciária de benefícios concedidos a servidores que contribuíram para outros entes; e os valores previstos de aposentadorias/ pensões/ outros benefícios concedidos e a conceder, conforme segue.

Em milhões de R\$

Plano Previdenciário	Fundoprev Civil	Fundoprev Militar	Total
Provisão de Benefícios Concedidos	33,8	11,5	45,3
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	35,6	11,5	47,1
Contribuições do Estado	(0,9)	–	(0,9)
Contribuições de Aposentados	(0,3)	–	(0,3)
Contribuições de Pensionistas	(0,6)	–	(0,6)
Compensação Previdenciária	–	–	–
Provisão de Benefícios a Conceder	1.853,9	463,2	2.317,2
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	8.612,7	3.148,3	11.761,1
Contribuições do Estado	(3.053)	(1.378,9)	(4.431,9)
Contribuições dos Servidores	(2.817,4)	(1.266,6)	(4.084)
Compensação Previdenciária	(888,4)	(39,7)	(928,1)
Total da Provisão em 31/12/2019	1.887,8	474,7	2.362,5

O valor da provisão do Plano Financeiro representa o déficit atuarial reconhecido no IPE Prev, previsto para o regime previdenciário financeiro dos servidores do Rio Grande do Sul. A provisão atuarial dos benefícios a conceder é zerada porque o déficit é suportado pelo Tesouro. Já quanto à provisão para os benefícios concedidos,

embora o déficit também seja suportado pelo Tesouro, uma parte é suportada pelos Ativos (bens e direitos) do IPE Prev. Esse déficit suportado pelo Tesouro deveria ser reconhecido no passivo do Estado (encargos gerais), entretanto isso não é efetuado por falta de normatização, visto que a Secretaria do Tesouro Nacional não previu esse registro no MCASP nem a conta contábil no PCASP, sendo um assunto constantemente abordado nos fóruns de âmbito nacional, mas que ainda não resultou em orientação definitiva.

Em milhões de R\$			
Plano Financeiro	Civil	Militar	Total
Provisão de Benefícios Concedidos	114,3	–	114,3
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	203.921	116.867,3	320.788,3
Contribuições do Estado	(17.910,5)	(15.800,98)	(33.711,48)
Contribuição do Aposentado	(6.658,39)	(6.149,6)	(12.807,99)
Contribuições de Pensionistas	(2.296,87)	(1.750,88)	(4.047,75)
Compensação Previdenciária	103,4	–	103,4
Cobertura de Insuficiência Financeira	(177.044,38)	(93.165,82)	(270.210,2)
Provisão de Benefícios a Conceder	–	–	–
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	122.461,3	42.612,9	165.074,2
Contribuições do Estado	(30.250,46)	(9.727,62)	(39.978,08)
Contribuição do Ativo	(7.765,49)	(2.838,58)	(10.604,07)
Compensação Previdenciária	(11.437,08)	(172,5)	(11.609,58)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(73.008,31)	(29.874,19)	(102.882,5)
Total da Provisão em 31/12/2019	114,3	–	114,3

3.2.6.3 Provisão de Remuneração do SIAC

A provisão evidencia a remuneração calculada, pendente de pagamento, referente aos depósitos efetuados na forma do Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, que instituiu o SIAC. A remuneração dos recursos depositados no SIAC é zero, exceto nos casos em que houver imposição legal ou contratual, conforme disposto no decreto nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

As provisões do SIAC relativas a operações intraorçamentárias foram eliminadas no processo de consolidação do Balanço Patrimonial do Estado no exercício de 2019 que resultou em ajustes nas contas contábeis de natureza intraorçamentárias que até o exercício de 2018 não estavam sendo excluídas.

O valor da remuneração apropriada, objeto dessa provisão, é calculada com base nos contratos existentes e apurada por conta corrente bancária, conforme detalhado na tabela seguinte:

Em milhões de R\$

Conta	2019	2018	Δ%
Salário Educação	168	168,01	0%
SUPRG	166,8	163,61	1,97%
Poder Judiciário	126,3	142,42	-11,34%
Fundo Recursos Hídricos	135,6	130,08	4,28%
Assembleia Legislativa	118,8	84,24	41,06%
Ministério Público	77,5	74,06	4,59%
BIRD PROREDES	55,3	54,07	2,37%
Demais contas	99,1	67,29	47,34%
Ajuste de Consolidação	(935,8)	-	-
Total	11,8	883,77	-98,67%

3.2.6.4 Provisão para Indenizações Trabalhistas, Riscos Fiscais e Riscos Cíveis

Enquadram-se nesse caso os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência. O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 8, de 28 de dezembro de 2017. Uma das fontes de informação é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do artigo 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014. Esse documento derivou do relatório de passivos contingentes previsto no § 4º do artigo 6º do referido Decreto, elaborado pela Procuradoria Geral do Estado, o qual contém os riscos fiscais referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual esteja envolvida.

As Indenizações Trabalhistas, relacionadas a demandas trabalhistas, estatutárias e previdenciárias estão apresentadas na tabela abaixo e descritas a seguir.

Em milhões de R\$

Provisão para Indenizações Trabalhistas	2019	2018
Responsabilidade Subsidiária Serviços Terceirizados	349,9	-
Férias Indenizadas	336,6	-
Reajustes do vale-refeição	189,4	184,4
Horas extras, Adicional Noturno e Compensação de jornada	156,9	185,9
Vantagens Temporais e Incorporação Parcela SUDS	125,5	117,6
Ações envolvendo o Quadro Especial em Extinção	103	-
Habilitação de marido e companheiro como pensionista IPE Prev	84	-
Promoção de Classe do Magistério ano 2000	79,6	-
Abono Família – servidores em contrato emergencial	65,5	-
Reflexo do Abono Família e Auxílio Transporte na Gratificação Natalina	600	-
Contribuição Previdenciária Suplementar de 2%	50,2	-
Reflexo das horas extras na Gratificação Natalina	40,8	40,8
Incorporação da Gratificação de Incentivo Tecnológico	-	151,5
Adicional de Insalubridade – Servidores de Escola	-	61,1
Ação Civil Pública – FPERS (jornada de trabalho)	4,7	37,6
Outras Provisões para Indenizações Trabalhistas	58	79,8
Total	1.704,1	858,6

- Responsabilidade Subsidiária dos Entes Públicos pela Contratação de Serviços Terceirizados: Com o julgamento da ADC nº 16/DF reconhecendo a constitucionalidade do artigo 71, §1º, da Lei nº 8.666/1971, na Justiça do Trabalho, vige o entendimento de que a responsabilidade subsidiária dos entes públicos pela inadimplência de encargos trabalhistas praticada pelas empresas de terceirização de mão de obra contratadas não pode ser automática, baseada numa culpa presumida. Para que seja atribuída ao Poder Público, impende comprovar, no caso concreto, sua desídia na escolha da pessoa jurídica fornecedora do serviço e/ou na fiscalização da execução do contrato. A quantidade de demandas envolvendo o tema é bastante significativa, verifica-se um passivo acumulado de 10 mil ações, tendo como demandados o Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias e fundações.
- Férias Indenizadas: Servidores, ao se aposentarem, estão ajuizando demandas pretendendo indenização por períodos de férias não gozados, com base no artigo 74 da LC nº 10.098/1994. A tese defensiva do Estado é no sentido de que o artigo 74, pelo princípio da legalidade, não pode ser aplicado nos casos de aposentadoria, mas somente nos casos de exoneração. Existem atualmente 22.441 processos sobre a matéria.
- Reajustes do Vale-Refeição: Estimativa de aproximadamente 30 mil processos judiciais em execução contra o Estado, cujo objeto é o reajuste do vale-refeição que não era concedido periodicamente. A partir de 1º de abril de 2010, o Estado estabeleceu a revisão anual do vale-refeição, por força da Lei nº 13.429, de 5 de abril de 2010. A PGE e a Secretaria da Fazenda firmaram Termo de Cooperação e apresentaram acordo em cerca de 60 mil processos judiciais, aos quais houve aproximadamente 20 mil aderentes. A estimativa também inclui a previsão de desembolsos no âmbito da ação coletiva nº 001/1.14.0071510-6, ajuizada pela Associação dos Funcionários Extranumerários do Rio Grande do Sul, representando cerca de 2.200 associados.
- Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada (Fundações): A estimativa refere-se a demandas individuais postulando diferenças salariais em razão do incorreto pagamento das parcelas horas extras diurnas, horas extras noturnas, horas intervalares diurnas e noturnas, adicional noturno, contagem de hora noturna e jornada prorrogada, horas dobradas e jornadas irregularmente compensadas. As fundações que apresentam maior volume dessas demandas são a FASE e a FPERGS.

- Vantagens Temporais (Triênios, Adicionais por Tempo de Serviço) e Incorporação da Parcela Gratificação SUDS: A Lei Estadual nº 9.077, de 4 de junho de 1990, criou a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Rossler (FEPAM), que assumiu integralmente as atribuições e objetivos do Departamento do Meio Ambiente (DMA), absorvendo também os empregados lotados naquele órgão, mediante opção, nos termos do Decreto nº 33.765, de 28 de dezembro de 1990. Na época em que estavam vinculados ao DMA, esses servidores beneficiavam-se de avanços trienais de 5% e, ao serem incorporados ao quadro da FEPAM, passaram a receber avanços quinquenais de 5%. A mudança de quadros também implicou diferenças nos Adicionais por tempo de serviço (15% e 25%) e na complementação da parcela do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS). Há 62 demandas judiciais em fase de execução de sentença.
- Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção (Antiga Caixa Econômica Estadual – CEE): Refere-se a diversas ações tratando de demandas dos empregados da extinta CEE.
- Habilitação de marido e companheiro junto ao IPERGS na condição de pensionista: Demandas judiciais nas quais os autores, na condição de marido ou companheiro de servidora pública estadual falecida, postulam o reconhecimento do direito à habilitação na condição de pensionista à Previdência Estadual. A defesa do IPERGS centra-se no fundamento de que a norma aplicável – Lei Estadual nº 7.672/1982 e Lei nº 13.889/2011 – somente autoriza a inclusão dos requerentes como dependentes se comprovada a dependência econômica.
- Promoção de Classe do Magistério ano 2000: Trata-se da ação coletiva nº 001/1.09.0289337-1, ajuizada pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), na qual o ERGS foi condenado ao pagamento das diferenças de vencimentos decorrentes da promoção de classe do magistério, realizada no ano de 2004 mas com efeitos retroativos a contar de 15 de outubro de 2000, aos associados do Sindicato.
- Abono-família de servidores em contrato emergencial: Existem 2.430 processos de servidores contratados de forma emergencial, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, postulando o recebimento do Abono-família sob o argumento de que há previsão no art. 1º da Lei nº 6.526/1973. A defesa do Estado centra-se no fato de que a Lei nº 6526/1973 não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 e que o benefício regrado posteriormente na LC nº 10.098/1994, por ter natureza previdenciária, não se aplicaria a servidores

vinculados ao RGPS, que deveriam postular o recebimento de salário família junto ao INSS.

- Reflexos do Abono Família e do Auxílio Transporte na Gratificação Natalina: Servidores públicos vêm postulando o reflexo do Auxílio Transporte e do Abono Família sobre a Gratificação Natalina, com base na interpretação do artigo 104 da Lei Complementar nº 10.098/1994, bem como no conceito de remuneração dos artigos 79 e 85 do referido estatuto.
- Contribuição Previdenciária Suplementar de 2%: Trata-se de execução de Ação Coletiva nº 001/1.08.0095814-8, ajuizada pelo CPERS, em que o IPERGS foi condenado a restituir os valores de contribuição previdenciária suplementar instituídos pela Lei Complementar nº 10.588/1995 incidentes sobre aposentadorias e pensões dos associados do sindicato, demanda já transitada em julgado.
- Reflexo das horas extras na Gratificação Natalina: Refere-se a inúmeras ações ordinárias ajuizadas por servidores, especialmente os ligados à área da segurança pública, com pedido de pagamento de diferenças a título de gratificação natalina, sob o fundamento de que as horas extraordinárias realizadas nos meses de dezembro devem compor a base de cálculo da referida vantagem. Atualmente tramitam cerca de 5 mil ações postulando a integração de horas extras ou horas-aulas na base de cálculo da gratificação natalina.
- Incorporação da Gratificação de Incentivo Tecnológico: Esta provisão foi baixada devido à emissão de precatório.
- Adicional de Insalubridade de Servidores de Escola: Provisão desconstituída devido à baixa probabilidade de gerar obrigações futuras ao Estado, tendo sido inscrita em conta de controle de passivo contingente.
- Ação Civil Pública FPERGS (Jornada de Trabalho): Trata-se de ação ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 4ª Região contra a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, na qual há decisão transitada em julgado, em 25 de fevereiro de 2016, para que a Fundação se abstenha de prorrogar a jornada de seus empregados além dos limites legais ou previstos em normas coletivas. A estimativa foi baseada no valor da multa diária de R\$ 2.000 por jornada prorrogada além dos limites legais.

As Provisões para Riscos Fiscais relacionadas a demandas tributárias foram baixadas no Exercício de 2019 por tratar-se de estimativas de redução de arrecadação, não constituindo passivo contingente.

A tabela a seguir evidencia as provisões para riscos cíveis. Logo após, são apresentados esclarecimentos sobre cada item da tabela.

Em milhões de R\$		
Provisão para Riscos Cíveis	2019	2018
Ação Indenizatória de Danos Emergentes e Lucros Cessantes	29,1	–
Ação Indenizatória por Perdimento de Grãos	26,2	–
Outras Provisões para Riscos Cíveis	3,5	–
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	–	92,2
Ações Indenizatórias por superlotação de presídios	–	15
Total	58,8	107,2

- Ação Indenizatória de Danos Emergentes e Lucros Cessantes: Trata-se de execução provisória proposta pelo Clube de Investimento dos Empregados da CRT contra o Estado na qual é a pleiteada a indenização por danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da edição do Decreto Estadual nº 39.250/1999.
- Ação Indenizatória por Perdimento de Grãos: Trata-se de execução de sentença que tramita perante a 1ª Vara Federal de Porto Alegre, proposta pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) contra o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), com base em título executivo de ação de depósito relativo ao perdimento de mais de 8 milhões de quilogramas de arroz.
- Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios): Provisão desconstituída devido à baixa probabilidade de gerar obrigações futuras ao Estado, tendo sido inscrita em conta de controle de passivo contingente.
- Ações Indenizatórias por superlotação e/ou condições degradantes dos presídios: Provisão desconstituída devido à baixa probabilidade de gerar obrigações futuras ao Estado, tendo sido inscrita em conta de controle de passivo contingente.

3.2.6.5 Provisão de Pensões Integrais a Pagar

A Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1982, que dispôs sobre o IPE Prev, estabeleceu em seu artigo 27 a forma do cálculo da pensão por morte, correspondente a 45% do Salário de Benefício, acrescida de quotas de 5% por dependente habilitado, até o máximo de onze dependentes. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o benefício da pensão por morte deveria corresponder à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, porém o IPE Prev continuou realizando os pagamentos nos moldes da lei citada. Em decorrência disso, foram ajuizadas inúmeras ações judiciais requerendo diferenças de integralidade de pensão por morte, que foram julgadas procedentes, gerando uma enorme dívida de Precatórios para o IPE Prev.

O débito inscrito em precatório (ou em RPV) compreende as parcelas não prescritas (vencidas em até cinco anos antes do ajuizamento da ação judicial) até o trânsito em julgado da ação judicial. As diferenças de integralidade referentes às parcelas após o trânsito em julgado deveriam ter sido pagas administrativamente pelo IPE Prev, o que nem sempre ocorreu. O valor da provisão corresponde ao montante de parcelas vencidas apurado pelo IPE Prev após o trânsito em julgado das ações judiciais relacionadas a débitos de diferenças de integralidade de pensão por morte.

3.2.6.6 Outras Provisões de Longo Prazo

Das outras provisões de longo prazo, destacam-se as relacionadas a temas que estão em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Em milhões de R\$	
Outras Provisões	2019
Tema 810 STF: RPV – inconstitucionalidade da TR	2.172,3
Tema 1037 STF: Precatório/RPV – juros entre expedição e pagamento	1.548
Tema 96 STF: Precatório/RPV – juros entre data do cálculo e a expedição	972
Outras Provisões	235,4
Total	4.927,8

- Tema 810 STF – Inconstitucionalidade da aplicação da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública. Tramita no âmbito do Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário nº 870.947, em que se reconhece a repercussão geral e se controverte acerca da “Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009”.
- Tema 1037 STF – Trata-se do RE nº 1169289, com repercussão geral reconhecida, no qual se discute a “incidência dos juros da mora no período compreendido entre a expedição do precatório ou requisição de pequeno valor e o efetivo pagamento”, abrangendo inclusive o chamado período de graça (prazo legal de que dispõe a Fazenda Pública para realizar os pagamentos). O período de graça atualmente não compõe o cálculo realizado por ocasião do pagamento, tendo em vista o teor da Súmula Vinculante nº 17 do STF (durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos).

- Tema 96 STF – Tramitou no âmbito do Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário nº 579.431, no qual foi reconhecida a repercussão geral acerca “das questões que envolvem os juros de mora no período compreendido entre a data do cálculo de liquidação e a data da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório”. O referido tema já foi objeto de deliberação pelo Plenário da Corte, em 30 de junho de 2017, o qual decidiu que incidem juros moratórios no período compreendido entre a data da realização do cálculo e a da expedição da RPV ou do precatório.

3.2.7 Resultado Diferido

O Resultado Diferido representa a arrecadação efetuada de forma antecipada, ou seja, antes de ter ocorrido o fato gerador. O valor refere-se à arrecadação do IPVA, que ocorreu no mês de dezembro de 2019, e ao fato gerador, em 1º de janeiro de 2020.

Em milhões de R\$			
Resultado Diferido	2019	2018	Δ%
IPVA antecipado	886,9	819,6	8,22%
(-) Custo Diferido: Repartição com os Municípios	(443,5)	(409,8)	8,22%
Total	443,5	409,8	8,22%

O IPVA do exercício de 2020 foi liberado para pagamento a partir do dia 17 de dezembro de 2019. Os proprietários de veículos que recolheram o imposto até 30 de dezembro de 2019 tiveram redução por antecipação de 3%, além de manterem a Unidade de Padrão Fiscal (UPF/RS) sem atualização, que foi de 3,35%.

3.2.8 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido corresponde aos resultados do Estado acumulados e está dividido em Resultados de Exercícios Anteriores, Resultado Patrimonial do Exercício e Ajustes de Exercícios Anteriores. Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido totalizou R\$ 68,27 bilhões negativos e apresentou variação de R\$ 6,14 bilhões negativos em relação ao exercício anterior, sendo R\$ 7,39 bilhões negativos referentes ao Resultado Patrimonial do Exercício e R\$ 1,25 bilhão positivos referentes aos Ajustes de Exercícios Anteriores.

Em milhões de R\$	
Resultados acumulados	
Saldo de 31/12/2018	(62.129,9)
Resultado Patrimonial do Exercício	(7.393,5)
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.255,7
Saldo de 31/12/2019	(68.267,7)

3.2.8.1 Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial do Período é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), que evidencia, por competência, as alterações ocorridas no Patrimônio do Estado, resultantes ou independentes da execução orçamentária.

Em milhões de R\$		
Demonstração das Variações Patrimoniais	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas	120.814,2	161.023,9
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	42.725,2	40.801,0
Contribuições	18.611,6	16.722,5
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	388,4	357,6
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.236,4	670,3
Transferências e Delegações Recebidas	8.908,2	8.852,9
Valorização e Ganhos Com Ativos	11.340,2	19.879,6
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	37.604,1	73.740
Variações Patrimoniais Diminutivas	128.207,6	167.388,5
Pessoal e Encargos	30.607,6	27.012,6
Benefícios Previdenciárias e Assistenciais	16.662,4	15.747,1
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.099,5	6.999,4
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7.372,9	15.396
Transferências e Delegações Concedidas	18.120,1	17.378,7
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	7.191,8	14.356,2
Tributárias	466,3	699,9
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	40.687,1	69.798,5
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(7.393,5)	(6.364,5)

Cabe destacar que o resultado do exercício de 2019 foi fortemente impactado pelo reconhecimento de provisões de repartição tributária no valor de R\$ 6,79 bilhões, com a variação patrimonial incluída na linha “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas”. O detalhamento dessa provisão está explicado no item 3.2.6.1.

3.2.8.2 Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores totalizaram R\$ 1,26 bilhão positivo em 2019. Referem-se ao reconhecimento de variações patrimoniais relacionadas a exercícios anteriores, seja por causa de efeitos da mudança de política contábil, seja por retificação de operações que não possam ser atribuídas a fatos subsequentes.

Em milhões de R\$	
Ajustes de Exercícios Anteriores	Valor
Débito	(1.777,2)
Despesas de Exercícios Anteriores – Orçamentárias	(1.502)
Despesas de Exercícios Anteriores – Pendentes de Execução Orçamentária	(108,5)
Desreconhecimento de Ativos inscritos em exercício anteriores	(50,3)
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores – Financeiros	(85,8)
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	(30,7)
Crédito	3.032,9
Desreconhecimento de Passivos inscritos em exercícios anteriores	1.359,2
Reconhecimento de Ativos de exercícios anteriores	43,9
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores – Financeiros	0
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	1.629,8
IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 2019	1.255,7

A partir do exercício de 2016, todos os empenhos liquidados no elemento 92 (Despesas de Exercícios Anteriores), desde que não relacionados a despesas de capital, passaram a gerar débito na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores. Assim, as “Despesas de Exercícios Anteriores – Orçamentárias” referem-se às despesas orçamentárias executadas com o elemento 92 e que teriam como contrapartida uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) caso fossem despesas do exercício.

As Despesas de Exercícios Anteriores Pendentes de Execução orçamentária são as reconhecidas no exercício, incorridas em exercícios anteriores e que ainda não foram empenhadas nem pagas.

Os ativos reconhecidos indevidamente ou que deveriam ter sido baixados em exercícios anteriores somaram R\$ 50,3 milhões. Já os que deveriam ter sido reconhecidos em exercícios anteriores, mas que só foram inscritos em 2019, somaram R\$ 43,9 milhões.

O desreconhecimento de Passivos, no valor de R\$ 1,36 bilhão, refere-se, na maior parte, à redução do valor registrado na conta “Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária”, conforme explicado no item 3.2.2.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores Financeiros são as variações nos ativos financeiros (Caixa e Equivalente de Caixa e outras contas) que não são decorrentes da execução orçamentária e que deveriam ter sido computadas em exercícios anteriores.

O processo de consolidação (eliminação de ativos e passivos intraorçamentários) foi revisado e resultou em ajustes no Balanço Patrimonial do Estado do exercício de 2019 em contas contábeis de natureza intraorçamentária que até o exercício de 2018 não estavam sendo excluídas. Assim, a variação do exercício de 2019 nessas contas afetou o Resultado Patrimonial do Exercício, apurado na DVP (item 3.2.8.1); e o saldo anterior (até 31/12/2018) foi computado à conta de ajustes de exercícios anteriores, com

impacto de R\$ 1.599,1 milhões positivos (R\$ 30,7 milhões negativos, pela exclusão de saldos de contas do ativo; e R\$ 1.629,8 pela exclusão de saldos de contas do passivo).

3.2.8.3 Resultado de Exercícios Anteriores

Os Resultados de Exercícios Anteriores, acumulados até 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$ 62,13 bilhões negativos. Ressalta-se que 58,59% desse valor (R\$ 36,4 bilhões) refere-se ao resultado apurado em 2015, primeiro exercício a ter o reconhecimento de ajuste para perdas em Dívida Ativa (de R\$ 28,3 bilhões).

3.3 Contas de Controle

Nos itens 3.1 e 3.2 foram detalhados os valores que compõem o patrimônio do Estado, ou seja, os Ativos e Passivos. As Contas de Controle compreendem os registros dos atos potenciais (ativos e passivos), dos passivos contingentes e de outros controles específicos.

3.3.1 Atos Ativos e Passivos

Referem-se às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam afetá-lo, exceto as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e às contas com função precípua de controle. Tais valores, evidenciados no quadro das Compensações do Balanço Patrimonial, estão detalhados na tabela a seguir:

Em milhões de R\$	
Atos Potenciais Ativos	4.548,1
Garantias e Contrapartidas Recebidas	1.045
Cauções em Títulos e Valores	1.041,3
Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos	3,5
Outras Garantias e Contrapartidas Recebidas	0,2
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres	98,2
Auxílios a comprovar – FAPERGS	72,2
Auxílios a comprovar – Administração Direta	16,6
Auxílios a comprovar – Demais entidades	9,5
Outros Atos Potenciais Ativos	3.404,9
Contratos e Convênios em Execução – Administração Direta	981
Contratos e Convênios em Execução – Demais entidades	53,2
Valores em Discussão – DAER – Prestações de Serviços	2.068,5
Compensa – Solicitações em andamento	259,9
Lei 12.069/2004 – Saldo não utilizado dos depósitos judiciais	42,2
Atos Potenciais Passivos	336,8
Garantias e Contrapartidas Concedidas	126,8
Avais Concedidos	126,8

(continua)

	Em milhões de R\$
Obrigações Contratuais	12
Contratos em Execução	12
Outros Atos Potenciais Passivos	198
SPH – Responsabilidade sobre valores em consignação	129,1
Recursos FUNDOPEM para Aumento Capital Badesul	26,7
LEI 12.069/2004 – Saldo não utilizado dos depósitos judiciais	42,2

- Cauções em Títulos e Valores: trata-se de registro de avais, fianças e garantias similares recebidas. No DAER, o valor de R\$ 1,0 bilhão refere-se a seguros garantia contratados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras em rodovias. Os valores contratados reverterão ao DAER, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da empreiteira contratada. Por força da Instrução Normativa DAER DG nº 2/2017, o valor da garantia deve corresponder a 5% do valor atualizado do contrato.
- Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos: são seguros contratados pela administração incluindo os de imóveis, veículos e obras.
- Auxílios a comprovar: constituem auxílios concedidos pelo Estado a Pessoas Físicas ou Jurídicas que estão sujeitos a comprovação. Enquanto o credor do auxílio não prestar contas, o valor fica registrado como ato potencial ativo. A maior parte (R\$ 72,2 milhões) refere-se a apoio financeiro concedido pela FAPERGS a pesquisadores.
- Contratos e Convênios em Execução: enquadram-se aqui contratos e convênios em que o Estado é o contratante/concedente e o contratado/conveniente tem a obrigação de prestar contas dos valores recebidos.
- Prestações de Serviços – Valores em Discussão: são os prováveis, mas não totalmente certos, ingressos futuros de recursos relacionados a prestações de serviços. O valor de R\$ 2,07 bilhões refere-se a obras executadas pelo DAER por delegação do Governo Federal (DNIT).
- Compensa – Solicitações em andamento: solicitações em andamento do programa Compensa/RS, que regulamentou a compensação de precatórios com dívida ativa. O Decreto Estadual nº 53.974, de 21 de março de 2018, instituiu o programa, em regulamentação à Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017. Podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas Autarquias ou Fundações. Os valores compensados são baixados do Ativo de Dívida Ativa e do Passivo de Precatórios por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são empenhados e a Dívida Ativa é registrada como Receita Orçamentária, de acordo com a

natureza do valor compensado. As solicitações em andamento ficam registradas nas contas de Atos Potenciais Ativos, com a seguinte composição:

Compensa/RS – Compensações em Andamento	Em milhões de R\$	
	Valor	%
Solicitações não homologadas	145,2	55,86%
Compensações homologadas, em processo de compensação	14,2	5,47%
Compensações efetuadas, pendentes de execução orçamentária	100,5	38,67%
Total	259,9	100%

- Lei nº 12.069/2004 – Saldo não utilizado dos depósitos judiciais: demonstra o montante de recursos disponíveis e não utilizados pelo Estado. Há duas contas que registram este saldo, uma nos atos potenciais ativos (pelo potencial ingresso de caixa) e outra nos atos potenciais passivos (pelo potencial acréscimo de passivo). O Estado pode utilizar até 95% dos depósitos judiciais, conforme § 1º, artigo 1º, da Lei nº 12.069, de 22 de abril de 2004. O valor representa o saldo disponível, ou seja, o que o Estado ainda poderia utilizar para completar os 95%. Todavia, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.138, de 26 de março de 2018, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, previsto na Lei Complementar Federal nº 159, de 19 de maio de 2017, o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Cabe destacar que foi aprovada a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados, por meio da Lei Estadual nº 15.232, de 1º de outubro de 2018.
- Avais Concedidos: representam potenciais passivos assumidos pelo Estado ao conceder Avais a Terceiros. A maior parte do valor (R\$ 126,8 milhões) corresponde a Avais concedidos pelo Estado à CEEE e à Corsan, em contratos de empréstimo.
- Responsabilidade sobre valores em consignação: compreende o valor recebido em consignação e não repassado. A totalidade do saldo refere-se a dívidas da SPH para com o IPE Prev, referente a períodos compreendidos entre janeiro de 1991 e dezembro de 2008.
- Recursos FUNDOPEM para aumento de Capital do Badesul: representa a parcela de 30% dos retornos de financiamento destinada ao aumento de capital do Badesul, conforme artigo 15 da Lei Estadual nº 11.916, de 2 de junho de 2003, alterado pela Lei Estadual nº 14.744, de 24 de dezembro de 2015.

3.3.2 Passivos Contingentes

São riscos fiscais de média probabilidade de ocorrência (não provável, mas possível). O registro contábil em contas de controle ocorreu por força do artigo 5º da Instrução Normativa CAGE nº 8, de 28 de dezembro de 2017.

Os passivos contingentes totalizaram R\$ 52,62 bilhões no exercício de 2019, um aumento de 49,69% em relação a 2018. O acréscimo decorre principalmente de: a) atualização do possível reflexo da Implantação do Piso Nacional do Magistério; b) inconstitucionalidade da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública sobre o estoque de precatórios; c) Processos Individuais e Coletivos na Área da Saúde; e d) indenização pelo Parcelamento de Salários. Uma das fontes de informação é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do artigo 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014. Esse documento foi efetuado a partir do relatório de passivos contingentes previsto no § 4º do artigo 6º do referido Decreto, elaborado pela Procuradoria-Geral do Estado, que contém os riscos fiscais referentes às ações judiciais nas quais a Administração Pública Estadual está envolvida. A seguir, demonstra-se a composição do saldo de 2019, em comparação com 2018:

Objeto dos Passivos Contingentes	Em milhões R\$	
	2019	2018
Implantação Piso Nacional do Magistério	33.300,8	28.600
Inconstitucionalidade TR – estoque de precatórios e RPVs	5.791,8	–
Brasil Telecom	5.000	5.000
Processos Individuais na Área de Saúde	2.097,6	–
Ações Cíveis Públicas – Investimentos na área da saúde	1.915,6	–
Indenização pelo Parcelamento de Salários	1.050	–
Contribuições IPE Prev e IPE Saúde do DAER	986,8	–
Domínio Público	942,7	–
PASEP	358,4	361,4
Juros entre Expedição e Pagamento Precatórios/RPVs	270,8	–
Pagamentos atrasados URV no âmbito do TCE/RS	235	–
Ação Civil Pública Área da Segurança Pública	186,3	–
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	102,4	–
FGTS de Servidores Temporários	51,8	383,5
Ações Indenizatórias por superlotação dos presídios	15	–
Indenização por Vícios Construtivos	–	300
Outros	319,4	510,6
Total	52.624,4	35.155,5

- Implantação do Piso Nacional do Magistério: a Procuradoria-Geral do Estado vem atuando na defesa do Estado em milhares de demandas individuais e na

Ação Coletiva nº 011.1.11.0246307-9, ajuizada pelo Ministério Público, postulando a implantação do piso salarial nacional do magistério, previsto no artigo 2º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, além do pagamento de diferenças pretéritas.

- Inconstitucionalidade da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública sobre o estoque de precatórios: o Tema 810 do STF controverte acerca da validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previsto no artigo 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009. As Fazendas estaduais estão atuando conjuntamente na tentativa de alterar o quadro atual do julgamento, no qual já há maioria firmada pela manutenção da eficácia retroativa da inconstitucionalidade da TR, a contar da entrada em vigor da Lei 11.960/2009.
- Brasil Telecom: a Brasil Telecom/Oi ajuizou demanda, processo nº 1.06.0215436-0, na qual postula a condenação do Estado do Rio Grande do Sul a ressarcir-lhe os valores despendidos nas milhares de ações judiciais propostas pelos usuários dos serviços de telefonia fixa discutindo o valor das ações referentes às linhas telefônicas da extinta Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT).
- Processos Individuais na Área da Saúde: atualmente existem cerca de 115.292 processos na área de saúde demandando fornecimento de medicamentos, próteses, órteses e demais prestações na área de saúde. Existem ainda 135 demandas relativas a medicamentos e procedimentos de alto custo e sete processos com pedido do medicamento Spinraza (Nusinersen), sem comercialização no Brasil, custando no exterior o montante de US\$ 125 mil a dose, perfazendo um total de US\$ 750 mil em um ano de tratamento por pessoa, não havendo prazo para a duração do tratamento.
- Ações Cíveis Públicas (Investimentos na Saúde): O Ministério Público Estadual ajuíza, para cada exercício, desde o ano 2003, ações cíveis públicas contra o Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de compeli-lo a depositar os recursos próprios destinados às ações e serviços de saúde pública executados pela Secretaria da Saúde, no percentual de 12%, conforme previsão constitucional.
- Indenização pelo Parcelamento de Salários: Existem cerca de 45.895 ações judiciais e recursos, propostas por servidores públicos estaduais, insurgindo-se contra o parcelamento dos vencimentos/proventos e gratificações natalinas. Tais ações postulam o cumprimento da norma prevista no artigo 35

da Constituição Estadual, com o pagamento da remuneração/proventos até o último dia útil de cada mês, bem como o pagamento do 13º salário até 20 de dezembro, cumulado ou não com a pretensão de indenização por danos materiais e/ou morais.

- Contribuições IPE Prev e IPE Saúde do DAER: Refere-se à cobrança das contribuições ao IPE Prev, período de 1992-2017, no valor de R\$ 922 milhões e ao IPE Saúde, período de 2004-2019, R\$ 64,8 milhões. Encontra-se em análise a possível prescrição parcial e revisão da atualização monetária dos valores.
- Domínio Público: a Procuradoria-Geral do Estado atua em cerca de 19.691 processos na área de domínio público no interior do Estado. Desses processos, 19.135 tem média geral de valor da causa de R\$ 40.089,87. Os demais 278 processos apresentam alta repercussão (demanda individual superior a R\$ 1 milhão).
- PASEP: Em 14 de junho de 2002, com base na Medida Provisória nº 38, de 14 de maio de 2002, e na Instrução Normativa SRF 160, de 27 de maio de 2002, o Estado teve deferido o Termo de Opção pelo Regime Especial de Parcelamento relativo aos débitos com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), no período de 30 de junho de 1999 a 30 de abril de 2002, no valor de R\$ 161 milhões, os quais estão sendo amortizados de acordo com o inciso II, artigo 19, da Lei Federal nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 358,4 milhões e encontra-se registrado como Passivo Contingente até a solução judicial do pleito de restituição de valores pagos a maior, iniciado com a Ação Cautelar 2005.71.00.036910-1, que tramita no Supremo Tribunal Federal, cuja liminar foi concedida parcialmente para discussão do mérito em demanda própria, obstando a exigibilidade de parcelas compensadas, aquelas negadas pela Receita Federal em processo administrativo fiscal 11080.003229/2003-21.
- Juros entre Expedição e Pagamento de Precatórios/RPV: trata-se do RE nº 1169289, com repercussão geral reconhecida, no qual se discute a incidência dos juros da mora no período compreendido entre a expedição do precatório ou requisição de pequeno valor e o efetivo pagamento, abrangendo inclusive o chamado período de graça (prazo legal de que dispõe a Fazenda Pública para realizar os pagamentos). O período de graça atualmente não compõe o cálculo realizado por ocasião do pagamento, tendo em vista o teor da Súmula Vinculante nº 17 do STF: “Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos”.

- Pagamentos de atrasados de Unidade Real de Valor (URV) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado: Ação popular sob nº 6068926-85.2018.8.21.0001, tendo por objeto a declaração de nulidade de decisão do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE), exarada em julgamento do recurso administrativo de nº 008580-02.00/15-1 e que acolheu a pretensão da Associação dos Funcionários Aposentados do TCE (AFATCE), de recebimento de diferenças de URV referentes ao período de 1º de julho de 1994 a 30 de novembro de 1999 que causaria lesão de R\$ 235 milhões de reais ao patrimônio público.
- Ação Civil Pública Área da Segurança Pública: Ação promovida pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, processo nº 001/1.12.0181785-5. Por meio desta demanda foi postulada petição de cumprimento de sentença para a geração e o implemento de 3.387 vagas prisionais para recolhimento dos presos no regime fechado.
- Programa Estadual de Concessões Rodoviárias: trata-se de várias ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante cobrança de pedágio. As ações discutem a não concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão.
- FGTS de Servidores Temporários: refere-se a centenas de ações judiciais propostas por servidores contratados emergencialmente, principalmente por integrantes do magistério e servidores de escola, que alegam nulidade das renovações sucessivas dos contratos e postulam o depósito/pagamento de FGTS. Contudo, o decaimento, que repercute na condenação ao depósito do FGTS, atinge apenas os contratos declarados nulos pelo Poder Judiciário.
- Indenização por Vícios Construtivos: esse passivo contingente foi baixado das contas de controle, em razão da remota probabilidade de ocorrência. Trata-se de ação na qual o Estado, como sucessor legal da antiga Companhia Estadual de Habitação (COHAB), foi condenado a reparar os vícios das construções da extinta COHAB. Foi proferida sentença de extinção da execução do crédito principal em face do reconhecimento da prescrição, com ordem de processamento da execução da verba honorária.
- Ações Indenizatórias por superlotação dos presídios: Refere-se ao contingenciamento para possíveis ações interpostas contra o Estado tendo em vista o julgamento do Tema 365 pelo STF, "Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos

de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento”.

3.3.3 Outros Controles

São contas criadas para controle de outros fatos/ transações/ operações/ saldos que não se enquadram em nenhuma outra conta do PCASP. Demonstram-se, a seguir, alguns valores relevantes registrados:

Em milhões de R\$	
Outros Controles	Valor
Montante dos Depósitos Judiciais – Lei Estadual nº 11.667/2001	10.689,6
Participações Societárias em empresas controladas – capital subscrito	5.953,2

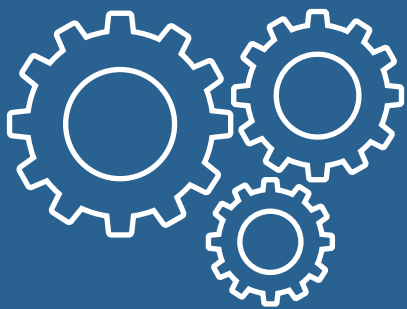
- Montante dos Depósitos Judiciais, Lei Estadual nº 11.667/2001: Registra o montante dos depósitos judiciais em dinheiro referidos na Lei nº 11.667, de 11 de setembro de 2001, sujeito ao limite de 95%, a ser disponibilizado para o Estado, conforme § 1º, artigo 1º, da Lei nº 12.069, de 22 de abril de 2004. A diferença entre o valor utilizado pelo Estado e o limite máximo de utilização (R\$ 42,2 milhões) está registrada nas contas de atos potenciais ativos e passivos, conforme item 3.3.1.

Em milhões de R\$	
Total dos Depósitos Judiciais, conforme Lei Estadual nº 11.667/2001	10.689,6
Percentual limite de utilização pelo Estado (Lei Estadual nº 12.069/2004)	95%
Limite de utilização pelo Estado	10.155,1
Valor Utilizado pelo Estado	10.112,8
Percentual utilizado pelo Estado	94,6%

Cabe destacar que o Banrisul, instituição que gerencia os depósitos judiciais, apartou dessa conta os depósitos em que o Estado é parte, para fins de alinhamento com a Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, que determina o limite de 70% para esses depósitos. Assim, além dos R\$ 10,11 bilhões utilizados pelo Estado, por força da Lei nº 12.069, de 22 de abril de 2004, também foram utilizados R\$ 482,8 milhões de um total de R\$ 881,9 milhões de depósitos judiciais em que o Estado é parte, conforme orientação do Ofício 242/2015 Secpres-TJRS. A seguir, apresenta-se o resumo da utilização dos depósitos judiciais pelo Estado:

Em milhões de R\$			
Tipo de Depósito	Saldo total	Valor utilizado	Percentual
Depósitos Judiciais – Lei Estadual nº 12.069/2004	10.689,6	10.112,8	94,6%
Depósitos Judiciais – Ofício 242/2015 Secpres-TJRS	881,9	482,8	54,75%
Total	11.571,5	10.595,7	91,57%

- Participações Societárias em empresas controladas, capital subscrito: demonstram o valor do capital subscrito nas empresas controladas pelo Estado. O montante do investimento é calculado pelo Método de Equivalência Patrimonial e reconhecido no Ativo Não Circulante.



4. GESTÃO FINANCEIRA

Neste capítulo, demonstra-se o patrimônio e a movimentação financeira consolidada segundo a classificação prevista no artigo 105 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Apresenta-se a seguir o balanço financeiro, conjugando-se as disponibilidades iniciais com os ingressos e desembolsos, de modo a evidenciar os saldos de disponibilidades existentes quando do término do exercício:

Em milhões de R\$	
INGRESSOS	2019
Receita Orçamentária (I)	70.429,2
Ordinários	25.419,3
Vinculada	45.009,9
Educação	8.460,6
Saúde	5.338,1
Previdência	17.173,0
Transferências Obrigatórias de Outros Entes	533,8
Transferências Voluntárias de Outros Entes	100,8
Fundos Estaduais	13.120,4
Operações de Crédito	283,3
Transferências Financeiras Recebidas (II)	–
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	–
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	–
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	–
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	–
Recebimentos Extraorçamentários (III)	48.697,7
Inscrição Restos a Pagar Processados	7.718,4
Inscrição Restos a Pagar Não Processados	822,6
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37.164,2
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.992,4
Saldo do Exercício Anterior (IV)	4.751,5
Caixa e Equivalentes de caixa	2.870,7
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.880,8
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	123.878,3

Em milhões de R\$	
DISPÊNDIOS	2019
Despesa Orçamentária (VI)	73.861,6
Ordinários	28.837,2
Vinculada	45.024,4
Educação	8.414,3
Saúde	5.212,0
Previdência	17.342,1
Transferências Obrigatórias de Outros Entes	197,2
Transferências Voluntárias de Outros Entes	156,4
Fundos Estaduais	13.460,3
Operações de Crédito	242,1
	—
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	—
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	—
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	—
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	—
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	—
	—
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	44.254,6
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	3.877,0
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	729,9
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	36.692,5
Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.955,2
	—
Saldo do Exercício Seguinte (IX)	5.762,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.027,2
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.734,9
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	123.878,3

As disponibilidades no exercício de 2019 (R\$ 3.027,2 milhões) apresentadas no Balanço Financeiro compreendem as contas Caixa e Equivalentes de Caixa (R\$ 475,0 milhões), Vinculado em Conta-Corrente Bancária (R\$ 2.501,7 milhões) e Investimentos de Liquidez Imediata do RPPS (R\$ 50,4 milhões), discriminados na tabela Composição do Patrimônio Financeiro. O RPPS também possui outros Investimentos que não têm liquidez imediata no valor de R\$ 2732,2 milhões, classificados como Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, conforme demonstrado no item 4.1.

4.1 Patrimônio Financeiro

A seguir, são apresentados os principais itens do Ativo Financeiro e do Passivo Financeiro.

Em R\$ milhões	
Títulos	2019
ATIVO FINANCEIRO	9.841,0
111 – Caixa e Equivalente de Caixa	3.027,2
Recursos livres	475,0
Recursos vinculados	2.501,7
Recursos previdenciários	50,4
113 – Demais Créditos a Curto Prazo	4.036,4
Depósitos Judiciais e Sequestros Judiciais a Regularizar	2.178,0
Devedores / Responsáveis	1.855,7
Outros	2,7
114 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	2.732,2
Títulos e Valores Mobiliários do RPPS	2.732,2
121 – Ativo Realizável a Longo Prazo	45,2
21 – PASSIVO FINANCEIRO	-28.148,2
211 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	-2.843,9
2111 – Pessoal a Pagar	-2.278,2
2112 – Benefícios Previdenciários a Pagar	-439,1
2114 – Encargos Sociais a Pagar	-126,7
212 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-7.651,6
2121 -Empréstimos a Curto Prazo – Interno	-7.651,6
213 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-784,0
2131 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	-784,0
214 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-26,9
2141 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	-26,8
2143 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	-0,2
215 – Obrigações de Repartição a Outros Entes	-0,3
2150 – Obrigações de Repartição a Outros Entes Municípios	-0,3
218 – Demais Obrigações a Curto Prazo	-15.528,7
2188 – Valores Restituíveis	-15.068,4
Depósitos Judiciais	-10.693,3
Demais	-4.375,1
2189 – Outras Obrigações a Curto Prazo	-460,3
631 – Execução de Restos a Pagar Não Processados	-1.312,8
6311 – Restos a Pagar Não Processados a Liquidar	-260,2
6317 – Restos a Pagar Não Processados Inscrição no Exercício	-1.052,6
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA	(18.307,3)

As contas do Ativo, em especial as dos subgrupos 111 (Caixa e Equivalente de Caixa) e 113 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo) são analisadas no Capítulo 3.

Os saldos de Restos a Pagar e de Serviço da Dívida a Pagar que, por sua natureza, possuem atributo “Financeiro” estão computados nos subgrupos Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo (211), Empréstimos e Financiamentos

a Curto Prazo (212), Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (213), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (214), Obrigações de Repartição a Outros Entes (215) e, parcialmente, nos itens Demais dos Títulos e Valores Restituíveis (2188) e Outras Obrigações a Curto Prazo (2189). Na tabela a seguir é apresentada a movimentação dos Restos a Pagar no exercício:

Em milhões de R\$			
TÍTULOS	RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR	TOTAL
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	
SALDO EM 31-12-2018	8.503,4	1.240,5	9.743,8
Anulações e Baixas	(109,9)	(230,0)	(339,9)
Pagamentos	(3.877,0)	(729,9)	(4.606,9)
Inscrições ao final do exercício	7.828,4	1.052,6	8.880,9
SALDO EM 31-12-2019	12.344,8	1.333,2	13.678,1

Os Restos a Pagar são analisados no Capítulo 3, item 3.2.1.

4.2 Recursos Vinculados e Situação Financeira Potencial

Denominam-se recursos vinculados as receitas que a Administração, em decorrência de dispositivos constitucionais e legais, é obrigada a aplicar em determinados fins.

As referidas receitas estão apresentadas e discriminadas, individualmente, com a respectiva aplicação, no Demonstrativo dos Recursos Vinculados, nos Volumes II (Administração Direta) e IV (Autarquias e Fundações), que compõem esta Prestação de Contas. Cada recurso é identificado mediante código numérico de quatro algarismos e seu respectivo nome.

Além dos recursos livres (Recurso 0001 na Administração Direta, Recurso 8000 nas Autarquias e Recurso 7000 nas Fundações), apesar de serem vinculados, não são considerados para fins desta análise, conforme tabela seguinte, os recursos vinculados relativos:

- à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que funcionam como agregadores de despesas, não tendo, portanto, receitas diretamente vinculadas, sendo formados por transposição de valores do recurso geral, ou seja, da receita arrecadada não vinculada;
- à alienação de bens e direitos, por constituírem receitas próprias, cujos recursos foram criados apenas para controle do disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe que essas receitas não podem ser aplicadas no custeio de despesa corrente, exceto as destinadas por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos; e
- às receitas de contribuições previdenciárias e do plano de assistência médica dos servidores que foram vinculadas ao recurso 8500 do IPE PREV.

Recursos Vinculados não Analisados

Ref.	Títulos
a	0002 – Tesouro – Educação
	0003 – Tesouro – Pesquisa
	0004 – Tesouro – Universidades
	0005 – Tesouro – Contrapartida
	0006 – Tesouro – Vinculado à Saúde
	0010 – Tesouro Art. 3 da Lei 15232/2018
	0011 – Tesouro – Outros Poderes
	0015 – Tesouro – Consulta Popular
	0016 – Tesouro – Saúde – Consulta Popular
	5001 – Contrapartida Recursos do Tesouro – Livres
	5003 – Contrapartida Recursos do Tesouro – Pesquisa
	5004 – Contrapartida Recursos do Tesouro – Universidades
	6001 – Contrapartida a Operações de Crédito Recursos do Tesouro – Livres
	6011 – Contrapartida a Operações de Crédito Recursos do Tesouro – Outros Poderes
b	0096 – Tesouro – Alienação de Bens e Direitos
	7096 – Recursos das Fundações Alienação de Bens e Direitos
	8096 – Recursos das Autarquias Alienação de Bens e Direitos
c	8500 – Regime Próprio de Previdência Social – Plano Financeiro

4.2.1 Receita Arrecadada e Parcelas Vinculadas

A receita arrecadada teve as seguintes parcelas vinculadas, segundo a fonte dos recursos, considerando-se, inclusive, o produto das respectivas aplicações financeiras, multas, restituições e anulação de Restos a Pagar.

Recursos	Em milhões de R\$			
	2019		2018	
	Arrecadação	%	Arrecadação	%
Tesouro-Vinculado pela Constituição	16.104,5	74,29%	15.226,3	72,43%
Tesouro-Vinculado por Lei	2.768,8	12,77%	3.402,6	16,19%
Convênios	225,0	1,04%	1.225,2	5,83%
Operações de Crédito Externas	214,4	0,99%	225,6	1,07%
Operações de Crédito Internas	75,7	0,35%	73,4	0,35%
Próprios das Autarquias	1.111,0	5,13%	863,5	4,11%
Transferências Obrigatórias	1.178,2	5,43%	4,4	0,02%
Próprios das Fundações	0,8	0,00%	0,6	0,00%
Total	21.678,4	100,00%	21.021,7	100,00%

Em 2018, as receitas vinculadas representaram 31,56% da receita total do Estado, que foi de R\$ 66.617,4 milhões. Em 2019, quando a receita total atingiu R\$ 70.429,2 milhões, a participação das receitas vinculadas foi de 30,78%, mantendo-se no mesmo nível em termos percentuais.

4.2.2 Movimentação Financeira dos Recursos Vinculados

A movimentação financeira dos recursos vinculados é representada pelos valores recebidos e sua respectiva aplicação, os quais, conjugados com os saldos do exercício anterior, resultam nos novos saldos, que passam para o próximo exercício.

No exercício de 2019, os recursos vinculados apresentaram as movimentações apresentaram o seguinte comportamento:

Em milhões de R\$							
Recursos	Receita	Despesa	Recebimentos de Recursos	Transferências de Recursos	Recebimentos de Numerários	Transferências de Numerários	Resultado
Tesouro-Vinculado pela Constituição	16.104,5	(16.390,6)	710,8	(279,8)	39,6	(39,6)	144,9
Tesouro-Vinculado por Lei	2.768,8	(3.163,7)	720,0	(670,3)	263,3	(28,4)	(110,3)
Convênios	225,0	(302,7)	22,9	(100,8)	1,5	(1,5)	(155,6)
Próprios das Autarquias	1.111,0	(227,9)	4,6	(4,6)	0,6	(0,6)	883,1
Operações de Crédito Externas	214,4	(178,3)	60,2	(60,2)	164,0	(164,0)	36,1
Operações de Crédito Internas	75,7	(70,9)	–	(2,5)	35,8	(35,8)	2,3
Transferências Obrigatórias	1.178,2	(944,6)	80,2	(3,8)	1,7	–	311,8
Próprios das Fundações	0,8	(0,2)	–	–	–	–	0,6
Total	21.678,4	(21.278,9)	1.598,7	(1.121,9)	506,4	(269,8)	1.112,9

Alguns recursos vinculados tiveram movimentação relevante, conforme tabela que segue:

Em milhões de R\$							
Recursos	Receita	Despesa	Recebimentos de Recursos	Transferências de Recursos	Recebimentos de Numerários	Transferências de Numerários	Resultado
Participação Municípios Receitas do Estado	10.532,5	(10.531,8)	–	–	–	–	0,7
FUNDEB	4.411,5	(4.249,5)	–	–	–	–	162,0
Fundo de Reforma do Estado (FRE)	929,6	(1.515,3)	89,7	–	–	–	(496,1)
Gestão Plena – SUS	911,2	(901,4)	21,0	–	–	–	30,7
Fundoprev	890,3	(12,0)	–	–	0,6	(0,6)	878,3
Salário Educação	364,1	(493,2)	–	–	–	–	(129,0)
Fundo Ampara RS	305,4	(241,3)	0,1	–	17,2	(17,2)	64,2
FESP	255,1	(251,3)	0,5	(234,9)	–	–	4,2
Transferência Leilão Pré-Sal	219,4	–	–	–	–	–	219,4
PROREDES-BIRD	144,6	(125,5)	–	(60,2)	(152,1)	(152,1)	(41,1)

As Participações dos Municípios nas Receitas do Estado são identificadas por recursos orçamentários específicos. As receitas vinculadas a esses recursos compõem a parte devida pelo Estado na arrecadação de tributos e transferências, logo, os repasses aos municípios são empenhados nesses recursos. A análise dessas participações é objeto do Capítulo 1.4.4.

Quanto ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o valor das receitas demonstradas na tabela refere-se principalmente ao retorno desse fundo recebido pelo Estado.

O Fundo de Reforma do Estado (FRE) foi criado pela Lei nº 10.607, de 28 de dezembro de 1995, e suas receitas são oriundas de créditos concedidos, bem como dividendos e juros sobre capital próprio de companhias em que o Estado possui participação acionária. Os recursos vinculados ao FRE devem ser utilizados na redução da dívida fundada do Estado, no suprimento transitório de insuficiências do tesouro estadual e em investimentos e/ou financiamentos à implantação de empreendimentos no Estado.

O recurso de Gestão Plena do SUS é composto por transferências do Governo Federal para custeio do Sistema Único de Saúde. Já o Salário Educação está previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal e é destinado a programas, projetos e ações voltados à educação básica pública.

O Fundroprev tem sua movimentação detalhada no Capítulo 2 – Gestão Fiscal.

O Fundo Ampara/RS tem como receitas as arrecadações do adicional de alíquota de 2% instituído sobre produtos considerados supérfluos. Essas arrecadações totalizam R\$ 305,4 milhões e as aplicações dos recursos, R\$ 241,3 milhões.

Já o Fundo Especial de Segurança Pública (FESP) tem como principal receita a participação em arrecadações do DETRAN. Esses valores são transferidos do DETRAN para a Secretaria de Segurança Pública, que realiza despesas em ações determinadas na lei de criação do Fundo.

O recurso de operação de crédito do PROREDES-BIRD teve ingressos de receitas e aplicações em 2019, conforme relatado no Capítulo 2 – Gestão Fiscal.

A Transferência de recursos arrecadados com o Leilão de Cessão Onerosa do Pré-Sal foi autorizada pela Lei 13956/2019 e resultou em uma receita para o Rio Grande do Sul de R\$ 219,4 milhões. Como a receita ingressou em 31-12-2019, a aplicação desse recurso vinculado ocorreu somente em 2020.

A conjugação da movimentação dos recursos vinculados com os saldos do exercício anterior e com o saldo que passou para o próximo exercício está demonstrada a seguir.

Em milhões de R\$

Recursos	Saldo do Exercício Anterior	Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Recebimentos de Recursos	Transferências de Recursos	Recebido de Numerários	Transferido de Numerários	Saldo a Empenhar
Tesouro-Vinculado pela Constituição	1.591,7	16.104,5	(16.390,6)	710,8	(279,8)	39,6	(39,6)	1.736,6
Tesouro-Vinculado por Lei	1.940,0	2.768,8	(3.163,7)	720,0	(670,3)	263,3	(28,4)	1.829,7
Convênios	708,8	225,0	(302,7)	22,9	(100,8)	1,5	(1,5)	553,3
Próprios das Autarquias	1.620,4	1.111,0	(227,9)	4,6	(4,6)	0,6	(0,6)	2.503,5
Operações de Crédito Externas	42,1	214,4	(178,3)	60,2	(60,2)	164,0	(164,0)	78,3
Operações de Crédito Internas	84,8	75,7	(70,9)	–	(2,5)	35,8	(35,8)	87,2
Transferências Obrigatórias	13,3	1.178,2	(944,6)	80,2	(3,8)	1,7	–	325,1
Próprios das Fundações	0,7	0,8	(0,2)	–	–	–	–	1,2
Total	6.001,9	21.678,4	(21.278,9)	1.598,7	(1.121,9)	506,4	(269,8)	7.114,8

Como se observa, houve um aumento de R\$ 1.112,9 milhões no saldo dos recursos vinculados, com a seguinte composição:

Em milhões de R\$

Recursos	Variação
Tesouro-Vinculado pela Constituição	144,9
Tesouro-Vinculado por Lei	(110,3)
Convênios	(155,6)
Próprios das Autarquias	883,1
Operações de Crédito Externas	36,1
Operações de Crédito Internas	2,3
Transferências Obrigatórias	311,8
Próprios das Fundações	0,6
Total	1.112,9

O aumento ocorreu sobretudo nos recursos “Próprios das Autarquias”, destacando-se aqueles vinculados ao Fundoprev, uma vez que há poucos benefícios previdenciários sendo pagos por esse Fundo. Já o aumento do saldo a empenhar das Transferências Obrigatórias é explicado principalmente pela Transferência da União para o Estado dos Recursos da Cessão Onerosa do Pré-Sal em 31-12-2019, com aplicação dos recursos apenas em 2020.

4.3 Situação Líquida Financeira

A situação líquida financeira é apurada a partir do saldo patrimonial financeiro e do saldo a empenhar dos recursos vinculados.

4.3.1 Situação Líquida Financeira Real

A Situação Líquida Financeira Real, conforme item 4.1, corresponde ao Saldo Patrimonial Financeiro do exercício anterior mais o resultado do exercício financeiro de 2019, ajustado pelas variações líquidas independentes da execução orçamentária:

Em milhões de R\$	
Título	Valor
Saldo Patrimonial Financeiro – 2018	(15.744,3)
Deficit Financeiro Ajustado do Exercício	(2.562,9)
Saldo Patrimonial Financeiro Atual	(18.307,3)

O deficit financeiro ajustado de 2019 foi de R\$ 2.562,9 milhões, apurado da seguinte forma:

Em milhões de R\$			
Título	Recursos vinculados	Recursos não vinculados e Vinculados não analisados	Total
1 – Resultado Orçamentário	399,5	(3.832,0)	(3.432,5)
Receita	21.678,4	48.750,7	70.429,2
Despesa	(21.278,9)	(52.582,7)	(73.861,6)
2 – Resultado das Variações	–	(86,0)	(86,0)
Ajustes de Exercícios Anteriores		(86,0)	(86,0)
3 – Ajustes de Consolidação	–	955,5	955,5
Deficit Financeiro Ajustado (1+2)	399,5	(2.962,4)	(2.562,9)

4.3.2 Situação Líquida Financeira Ajustada

A Situação Líquida Financeira Ajustada (SLFA) é obtida pelo acréscimo da Situação Líquida Financeira Potencial à Situação Líquida Financeira Real:

Em milhões de R\$	
Título	Valor
Saldo Financeiro Real	(18.307,3)
Saldo Financeiro Potencial (Saldo a empenhar dos recursos vinculados analisados)	(7.114,8)
Saldo Financeiro Ajustado	(25.422,0)

A conjugação do deficit financeiro real de R\$ 18.307,3 milhões com o deficit potencial de R\$ 7.114,8 milhões resulta na situação líquida financeira ajustada deficitária de R\$ 25.422,0 milhões. Ou seja, esse é o valor que falta para que o Estado possa saldar as obrigações do seu passivo financeiro e as despesas a empenhar correspondentes aos saldos de recursos vinculados.



ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC – Ato das Disposições Constitucionais
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AFA-TCE – Associação dos Funcionários Aposentados do TCE/RS
AGERGS – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS
AGO – Assembleia Geral ordinária
AGOE – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
AGRICULTURA – Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Regional
AL – Assembleia Legislativa
AL-GIA – Auto de Lançamentos – Guia de Informação do ICMS
APE – Administração do Patrimônio do Estado
ASPS – Aplicações em Ações e Serviços Públicos em Saúde
AUL – Auto de Lançamento
BADESUL – Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS
BAGERGS – Banrisul Armazéns Gerais S.A.
BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A.
BB – Banco de Brasil
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BJCI – Banco Japonês para a Cooperação Internacional (Japan Bank International Cooperation)
BM – Brigada Militar
BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CADIN/RS – Cadastro Informativo de Pendências
CADIP – Caixa de Administração da Dívida Pública do Estado S.A.
CAGE – Contadoria e Auditoria-Geral do Estado
CEASA – Centrais de Abastecimento do RS
CEE – Conselho Estadual de Educação
CEEE-D – Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
CEEE-GT – Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
CEEE-Par – Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações
CEERGS – Caixa Econômica do Estado do RS
CEF – Caixa Econômica Federal

CESA – Companhia Estadual de Silos e Armazéns
CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira
CF – Constituição Federal
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CFIL/RS – Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CIENTEC – Fundação de Ciência e Tecnologia
CMN – Conselho Monetário Nacional
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COHAB – Companhia de Habitação do RS (extinta)
COM – Companhia Operadora de Mineração
COMPENSA/RS – Programa com o objetivo de regulamentar os procedimentos para a compensação de débitos de natureza tributária ou de outra natureza, inscritos em dívida ativa, com precatórios vencidos do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias e fundações, próprios ou de terceiros, prevista na Lei nº 15.038, de 16 de novembro de 2017.
COMUDE – Conselho Municipal de Desenvolvimento
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária
CORAG – Companhia Riograndense de Artes Gráficas
COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento
CPERS – Centro de Professores do Estado do RS
CRM – Companhia Riograndense de Mineração
CRT – Companhia Riograndense de Telecomunicações – extinta
DA – Dívida Ativa
DAER – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens
DAT – Sistema de Cobrança de Crédito Tributário Inscrito em Dívida Ativa
DCC – Divisão de Custos e Controle Especiais
DCD – Divisão de Controle da Administração Direta
DCI – Divisão de Controle da Administração Indireta
DDiP – Divisão da Dívida Pública
DEE – Divisão de Estudos Econômicos
DEO – Divisão de Estudos e Orientação
DETRAN/RS – Departamento Estadual de Trânsito
DM – Deutsche Mark (Marco Alemão)

DMA – Departamento do Meio Ambiente
DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre
DNC – Divisão de Informação e de Normatização Contábil
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOE – Diário Oficial do Estado
DPE – Defensoria Pública do Estado
DTP – Divisão de Tecnologia e Projetos
EDP – Escritório de Desenvolvimento de Projetos
EGR – Empresa Gaúcha de Rodovias
EJA – Programa de Educação de Jovens Adultos
ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETROSUL – Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A.
EMATER/RS – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
ERGS – Estado do Rio Grande do Sul
ERS – Rodovia Estadual do RS
FAC – Fundo de Apoio à Cultura
FADERS – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades do RS
FAMURS – Federação das Associações dos Municípios do RS
FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS
FAS – Fundo de Assistência à Saúde
FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS
FBERGS – Fundação Banrisul de Seguridade Social
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDRH – Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos
FEAPER – Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social
FEDUC – Fundo Especial da Educação
FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FEGEP – Fundo Estadual de Gestão Patrimonial
FEMA – Fundo Estadual do Meio Ambiente
FEPAGRO – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler
FEPPS – Fundação Estadual de Proteção e Pesquisa em Saúde

FES – Fundo Estadual da Saúde
FESA – Fundo Estadual de Sanidade Animal
FESP – Fundo Estadual de Segurança Pública
FETLSVC – Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha
FGLTDPE – Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública Estadual
FGTAS – Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV – Fundação Getulio Vargas
FIGTF – Fundação Instituto de Tradição e Folclore
FINAME – Agência Especial de Financiamento da Indústria
FINEP – Financiamento de Estudos e Projetos
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNS – Fundo Nacional da Saúde
FOMENTAR – Fundo de Fomento Automotivo do RS
FOSPA – Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
FPE – Finanças Públicas Estaduais do Estado do RS
FPE-DF – Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal
FPERGS – Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FRE – Fundo de Reforma do Estado
FRH – Fundo de Recursos Hídricos
FRPJ – Fundo de Reparelhamento do Poder Judiciário
FRTE – Fundação Rádio e Televisão Educativa
FTSP – Fundação Teatro São Pedro
FUGAST – Fundação Riograndense Universitária de Gastroenterologia
FUNAFIR – Fundo de Apoio Financeiro e de Recuperação dos Hospitais Privados, sem fins Lucrativos e Hospitais Públicos
FUNAMEP – Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor e à Empresa de Pequeno Porte
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDECOOP – Fundo de Apoio ao Cooperativismo
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDERGS – Fundação de Esporte e Lazer do RS
FUNDETUR – Fundo de Desenvolvimento do Turismo

FUNDOPEM – Fundo Operação Empresa do RS
FUNDOPIMES – Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhoria Social
FUNDOPREV – Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do RS
FUNDOVITIS – Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura
FUNTERRA – Fundo de Terras do Estado do RS
FZB – Fundação Zoobotânica do RS
GTCON/RS – Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do RS
ICMS – Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação
IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IEF – Integração Estado-Fornecedor
IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado
IGTF – Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPE-Prev – Instituto de Previdência do Estado do RS
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do RS
IPE-Saúde – Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do RS
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPSAS – International Public Sector Accounting Standart
IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRGA – Instituto Riograndense do Arroz
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI – Imposto sobre a Transmissão inter vivos, por ato oneroso, de bens imóveis de direitos reais a eles relativos
ITCD – Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos
JUCISRS – Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
LC – Lei Complementar
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei do Orçamento Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MDF – Manual de Demonstrativos Fiscais
MEP – Método de Equivalência Patrimonial
METROPLAN – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
MF – Ministério da Fazenda
MJ – Ministério da Justiça
MP – Ministério Público
NAD – Natureza de Despesa
NBC TSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
ODCs _ Outras Despesas Correntes
PAC – Plano de Assistência Médica Complementar
PAMES – Plano de Assistência Médica Complementar
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC – Polícia Civil Aplicado ao Setor Público
PCASP – Plano de Contas
PEATE/RS – Programa Estadual de Apoio ao transporte Escolar do RS
PGE – Procuradoria-Geral do Estado
PIB – Produto Interno Bruto
PIPCP – Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PJ – Poder Judiciário
PLANEJAMENTO – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
PMAE – Projeto de Modernização da Administração Geral e Patrimonial
PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNAFE – Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros
POD – Programa de Oportunidades e Direitos
PPA – Plano Plurianual
PREVIC – Superintendência de Previdência Complementar
PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS
PROCONFIS – Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal
PROCRED – Programa de Crédito Educativo
PROES – Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária
PROFISCO – Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado

PRÓ-GUAÍBA – Fundo de Investimento do Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba

PROINVESTE – Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal

PROMOFAZ – Programa de Modernização Fazendária

PROREDES – Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do RS

PRÓ-RURAL – Fundo de Investimentos do Programa de Manejo de Recursos Naturais e Alívio à Pobreza Rural

PROTEÇÃO – Fundação Proteção do RS

RCL – Receita Corrente Líquida

RDAT – Relatório da Dívida Ativa Tributária

REFAZ – Programa de Recuperação de Créditos

REFIS – Programa de Recuperação Fiscal

RFB – Receita Federal do Brasil

RFPE – Relatório do Sistema de Finanças Públicas do Estado

RGF – Relatório de Gestão Fiscal

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RHE – Recursos Humanos do Estado

RLIP – Receita Líquida Impostos Próprios

RLIT – Receita Líquida de Impostos e Transferências

RLR – Receita Líquida Real

RPC – Regime de Previdência Complementar

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social

RPV – Requisição de Pequeno Valor

RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária

RRF – Regime de Recuperação Fiscal

RS-Prev – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado RS

RTL – Receita Tributária Líquida

SAAM – Secretaria de Articulação e Apoio aos Municípios

SAC – Sistema de Amortização Constante

SAM – Sistema de Administração de Materiais

SAR – Sistema de Arrecadação da Secretaria da Fazenda

SAT – Sistema de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda

SE – Secretaria da Educação

SE – Secretaria da Educação

SEAPEN – Secretaria da Administração Penitenciária

SEDAC – Secretaria da Cultura
SEDETUR – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
SEFAZ – Secretaria da Fazenda
SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SEMA – Secretaria do Ambiente e Infraestrutura
SES – Secretaria Estadual da Saúde
SGGE – Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa
SICT – Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia
SISBEX – Sistema de negociação de Títulos Públicos e Outros Ativos
SISCHE – Sistema de Cadastro de Habilitados do Estado – Convênios
SISPARCI – Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã
SJCDH – Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
SLFA – Situação Líquida Financeira Ajustada
SLFP – Situação Líquida Financeira Potencial
SME – Secretaria de Minas e Energia
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças
SOP – Secretaria de Obras e Habitação
SPH – Superintendência de Portos e Hidrovias
SSP – Secretaria da Segurança Pública
STAS – Secretaria do Trabalho e Assistência Social
STF – Supremo Tribunal Federal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUDS – Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde
SULGÁS – Companhia de Gás do Estado do RS
SUPRG – Superintendência do Porto de Rio Grande
SUS – Sistema Único de Saúde
TBF – Taxa Básica Financeira
TCE – Tribunal de Contas do Estado
TFI – Transferência Financeira Intragovernamental
TJ – Tribunal de Justiça
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
TJM – Tribunal de Justiça Militar
TNI – Transferência de Numerário Intragovernamental
TR – Taxa Referencial

TVE – Fundação Piratini – Rádio e Televisão

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UO – Unidade Orçamentária

UPF – Unidade Padrão Fiscal

VEA – Valor de Entrega Alternativo

VPD – Variação Patrimonial Diminutiva



DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS DO SETOR GOVERNAMENTAL

1 - Demonstração da Receita e da Despesa Segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1 - RFPE.....	149
2 - Programa de Trabalho - Demonstrativo de Funções, Programas e Subprogramas por Projetos Atividades - Anexo 7 - RFPE 61	150
3 - Demonstrativo da Despesa Por Funções, Programas, Subprogramas Conforme o Vínculo com os Recursos - Anexo 8 - RFPE 62	157
4 - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - RFPE 63.....	164
5 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10 - RFPE 64.....	165
6- Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 - RFPE 65	230
7 - Demonstrativo da Despesa Realizada por Categoria Econômica, Subcategoria Econômica, Elemento e Subelemento - RFPE 71	231
8 - Demonstrativo da Despesa Realizada por Órgão e Grupo de Despesa, com Desdobramento por Fonte de Recurso - RFPE 72.....	242
9 - Demonstrativo da Despesa Realizada por Função e Grupo de Despesa, com Desdobramento por Fonte de Recurso - RFPE 73.....	243
10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas e Notas Explicativas.....	248

EXERCÍCIO DE 2019

SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)
DEMONSTRACÃO DA RECEITA E DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RFPE060/00001
ANEXO N. 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
RECEITAS CORRENTES		DESPESA CORRENTE	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	45.431.624.923,68	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.744.575.850,30
CONTRIBUIÇÕES	3.709.273.059,86	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	2.726.275.576,24
RECEITA PATRIMONIAL	960.582.665,95	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.850.248.959,67
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.148.614,62		
RECEITA INDUSTRIAL	2.104,00	SOMA.....	71.321.100.386,21
RECEITA DE SERVIÇOS	513.043.992,92		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.865.127.935,86	TOTAL.....	71.321.100.386,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.040.134.075,91	DESPESA CAPITAL	
CONTRIBUIÇÕES - INTRA	3.907.422.540,01	INVESTIMENTOS	837.424.374,09
RECEITA DE SERVIÇOS	8.673.199,87	INVERSOES FINANCEIRAS	90.912.562,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA	11.463.099.668,04	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.612.197.780,16
SOMA.....	75.900.132.780,72		
DEDUÇÃO RECEITAS CORRENTES	6.310.671.834,36-	SOMA.....	2.540.534.716,67
		TOTAL.....	73.861.635.102,88
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	1.731.639.439,85		
TOTAL.....	71.321.100.386,21		
RECEITAS DE CAPITAL			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	191.868.025,31		
ALIENAÇÃO DE BENS	570.050.040,75		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	27.465.240,06		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	43.033.386,68		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	7.277.968,89		
SOMA.....	839.694.661,69		
DEFICIT	3.432.479.494,83		
TOTAL.....	73.861.635.102,88		
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES.....	69.589.460.946,36	DESPESAS CORRENTES.....	71.321.100.386,21
RECEITAS DE CAPITAL.....	839.694.661,69	DESPESAS DE CAPITAL.....	2.540.534.716,67
DEFICIT.....	3.432.479.494,83	SUPERAVIT.....	0,00
TOTAL.....	73.861.635.102,88	TOTAL.....	73.861.635.102,88

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2019

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00001
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
01	LEGISLATIVA	983.380,93	582.767.367,06	583.750.747,99
01.0031	ACAO LEGISLATIVA	912.665,39	281.496.782,11	282.409.447,50
01.0031.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		237.633.583,03	237.633.583,03
01.0031.0488	ACAO LEGISLATIVA	912.665,39	43.863.199,08	44.775.864,47
01.0032	CONTROLE EXTERNO	70.715,54	292.283.288,77	292.354.004,31
01.0032.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		262.484.107,41	262.484.107,41
01.0032.0517	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA	70.715,54	29.799.181,36	29.869.896,90
01.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		1.857.564,25	1.857.564,25
01.0128.0517	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA		1.857.564,25	1.857.564,25
01.0131	COMUNICACAO SOCIAL		6.989.618,34	6.989.618,34
01.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		6.989.618,34	6.989.618,34
01.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		140.113,59	140.113,59
01.0302.0517	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA		140.113,59	140.113,59
02	JUDICIARIA	203.981.872,58	2.182.939.383,63	2.386.921.256,21
02.0061	ACAO JUDICIARIA	203.981.872,58	1.766.473.376,22	1.970.455.248,80
02.0061.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.412.197.409,76	1.412.197.409,76
02.0061.0522	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA JUSTICA MILITAR ESTADUAL		2.652.576,80	2.652.576,80
02.0061.0526	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA	203.981.872,58	351.623.389,66	555.605.262,24
02.0122	ADMINISTRACAO GERAL		411.725.251,89	411.725.251,89
02.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		95.707.229,21	95.707.229,21
02.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		316.018.022,68	316.018.022,68
02.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		3.729.542,03	3.729.542,03
02.0128.0522	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA JUSTICA MILITAR ESTADUAL		26.831,30	26.831,30
02.0128.0526	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA		3.702.710,73	3.702.710,73
02.0131	COMUNICACAO SOCIAL		1.011.213,49	1.011.213,49
02.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.011.213,49	1.011.213,49
03	ESSENCIAL A JUSTICA	33.870.812,22	1.445.247.975,58	1.479.118.787,80
03.0091	DEFESA DA ORDEM JURIDICA		495.328,96	495.328,96
03.0091.0503	ACOMPANHAMENTO E EXECUCAO DA DEFESA DA ORDEM JURIDICA, DO REGIME DEMOCRATICO E D		495.328,96	495.328,96
03.0092	REPR.JUDIC./EXTRAJUDICIAL	130.212,77	290.274,91	420.487,68
03.0092.0485	ORIENTACAO JURIDICA, PROMOCAO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS INDIVID	130.212,77		130.212,77
03.0092.0539	REPRESENTACAO JUDICIAL, CONCILIAAO E CONSULTORIA AO ESTADO		290.274,91	290.274,91
03.0122	ADMINISTRACAO GERAL	33.740.599,45	1.444.419.271,71	1.478.159.871,16
03.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.363.670.048,95	1.363.670.048,95
03.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		6.320.459,05	6.320.459,05
03.0122.0485	ORIENTACAO JURIDICA, PROMOCAO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS INDIVID	12.536.779,20	42.560.294,22	55.097.073,42
03.0122.0503	ACOMPANHAMENTO E EXECUCAO DA DEFESA DA ORDEM JURIDICA, DO REGIME DEMOCRATICO E D	21.203.820,25	11.754.173,21	32.957.993,46
03.0122.0539	REPRESENTACAO JUDICIAL, CONCILIAAO E CONSULTORIA AO ESTADO		20.114.296,28	20.114.296,28
03.0131	COMUNICACAO SOCIAL		18.775,00	18.775,00
03.0131.0485	ORIENTACAO JURIDICA, PROMOCAO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS INDIVID		18.775,00	18.775,00
03.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR		24.325,00	24.325,00
03.0331.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		24.325,00	24.325,00
04	ADMINISTRACAO	11.046.305,28	1.598.486.426,68	1.609.532.731,96
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	272.025,81	2.850.401,23	3.122.427,04
04.0121.0475	PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	272.025,81	1.134.704,29	1.406.730,10
04.0121.0538	GOVERNO PARA RESULTADOS		1.715.696,94	1.715.696,94
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	9.683.935,00	1.481.724.711,04	1.491.408.646,04
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		848.173.343,68	848.173.343,68
04.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		15.663.153,82	15.663.153,82
04.0122.0467	SERVICOS TECNICOS E DE MODERNIZACAO DE TRANSITO		611.399.912,47	611.399.912,47
04.0122.0491	INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.591.360,94		1.591.360,94
04.0122.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL	50.000,00		50.000,00
04.0122.0538	GOVERNO PARA RESULTADOS		84.362,87	84.362,87
04.0122.0542	REGULACAO DOS SERVICOS DELEGADOS	440.890,45		440.890,45
04.0122.0545	RENOVACAO E OTIMIZACAO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL	7.601.683,61	6.403.938,20	14.005.621,81
04.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		10.340.454,90	10.340.454,90
04.0123.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		287.223,92	287.223,92
04.0123.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		10.053.230,98	10.053.230,98
04.0124	CONTROLE INTERNO		5.306.291,13	5.306.291,13
04.0124.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		87.505,87	87.505,87
04.0124.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		5.218.785,26	5.218.785,26
04.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		1.095.741,96	1.095.741,96

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00002
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04.0125.0466	DECADA DE ACAO PELA SEGURANCA NO TRANSITO		1.095.741,96	1.095.741,96
04.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	381.648,38	23.207.192,80	23.588.841,18
04.0126.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		22.182.967,90	22.182.967,90
04.0126.0497	FORTEALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA	39.999,37		39.999,37
04.0126.0537	GOVERNO DIGITAL	341.649,01	1.024.224,90	1.365.873,91
04.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	313.494,78		313.494,78
04.0127.0474	PRODUCAO, GESTAO E ANALISE DE DADOS ESPACIAIS	313.494,78		313.494,78
04.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS		60.345.836,56	60.345.836,56
04.0129.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.504.029,48	3.504.029,48
04.0129.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		4.611.000,00	4.611.000,00
04.0129.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		52.230.807,08	52.230.807,08
04.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES		873.597,65	873.597,65
04.0130.0542	REGULACAO DOS SERVICOS DELEGADOS		873.597,65	873.597,65
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL	395.201,31	11.509.587,00	11.904.788,31
04.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	395.201,31	116.650,47	511.851,78
04.0131.0466	DECADA DE ACAO PELA SEGURANCA NO TRANSITO		11.392.936,53	11.392.936,53
04.0182	DEFESA CIVIL		437.704,04	437.704,04
04.0182.0534	DEFESA CIVIL		437.704,04	437.704,04
04.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ		794.908,37	794.908,37
04.0391.0497	FORTEALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA		794.908,37	794.908,37
06	SEGURANCA PUBLICA	106.596.499,29	4.838.466.203,78	4.945.062.703,07
06.0122	ADMINISTRACAO GERAL	29.551.449,87	63.906.288,76	93.457.738,63
06.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	21.071.240,00	60.961.150,67	82.032.390,67
06.0122.0523	ADMINISTRACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	8.480.209,87		8.480.209,87
06.0122.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE		2.945.138,09	2.945.138,09
06.0131	COMUNICACAO SOCIAL		5.160,71	5.160,71
06.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		5.160,71	5.160,71
06.0181	POLICIAMENTO	50.299.396,61	3.373.301.507,09	3.423.600.903,70
06.0181.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.064.078.710,38	3.064.078.710,38
06.0181.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	50.299.396,61	309.222.796,71	359.522.193,32
06.0182	DEFESA CIVIL	7.801.052,92	396.722.079,97	404.523.132,89
06.0182.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		372.928.058,89	372.928.058,89
06.0182.0524	PROMOCAO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	7.801.052,92	23.794.021,08	31.595.074,00
06.0183	INFORMACAO E INTELIGENCIA	6.245.817,72	38.084.375,21	44.330.192,93
06.0183.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	6.245.817,72	38.084.375,21	44.330.192,93
06.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	2.764.486,02	5.896.215,68	8.660.701,70
06.0302.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	2.764.486,02	5.896.215,68	8.660.701,70
06.0421	CUSTODIA E REINT SOCIAL	9.934.296,15	691.105.172,37	701.039.468,52
06.0421.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		691.105.172,37	691.105.172,37
06.0421.0523	ADMINISTRACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	9.934.296,15		9.934.296,15
06.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF		206.361.985,92	206.361.985,92
06.0422.0523	ADMINISTRACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL		206.361.985,92	206.361.985,92
06.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		63.083.418,07	63.083.418,07
06.0846.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		63.083.418,07	63.083.418,07
08	ASSISTENCIA SOCIAL	939.000,00	377.126.410,46	378.065.410,46
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL		7.099.350,75	7.099.350,75
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		7.099.350,75	7.099.350,75
08.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		5.567.682,97	5.567.682,97
08.0125.0491	INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		5.567.682,97	5.567.682,97
08.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		3.182,74	3.182,74
08.0128.0473	PROTECAO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO		3.182,74	3.182,74
08.0131	COMUNICACAO SOCIAL		23.556,16	23.556,16
08.0131.0492	POLITICA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS		23.556,16	23.556,16
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	939.000,00	357.071.571,63	358.010.571,63
08.0243.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		319.356.962,97	319.356.962,97
08.0243.0473	PROTECAO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO		8.782.182,32	8.782.182,32
08.0243.0518	ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO RS	939.000,00	28.932.426,34	29.871.426,34
08.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		7.361.066,21	7.361.066,21
08.0244.0491	INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		70.840,25	70.840,25
08.0244.0492	POLITICA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS		7.290.225,96	7.290.225,96
09	PREVIDENCIA SOCIAL		16.676.237.298,92	16.676.237.298,92
09.0122	ADMINISTRACAO GERAL		49.064.716,10	49.064.716,10
09.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		49.013.649,90	49.013.649,90
09.0122.0494	GESTAO DA PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		51.066,20	51.066,20
09.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		196.242,42	196.242,42
09.0126.0494	GESTAO DA PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		196.242,42	196.242,42
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		16.583.313.903,27	16.583.313.903,27
09.0272.0494	GESTAO DA PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		16.583.313.903,27	16.583.313.903,27
09.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		27.776.966,89	27.776.966,89
09.0273.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		27.776.966,89	27.776.966,89
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL		15.885.470,24	15.885.470,24

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00003
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
09.0274.0494	GESTAO DA PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		15.885.470,24	15.885.470,24
10	SAUDE	368.469.295,80	6.940.981.596,00	7.309.450.891,80
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	266.945,09	1.115.084.373,90	1.115.351.318,99
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		697.057.304,04	697.057.304,04
10.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		409.525.727,44	409.525.727,44
10.0122.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA	266.945,09	8.501.342,42	8.768.287,51
10.0124	CONTROLE INTERNO		1.093.751,43	1.093.751,43
10.0124.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA		1.093.751,43	1.093.751,43
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		44.788,99	44.788,99
10.0125.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA		44.788,99	44.788,99
10.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	28.565.745,86		28.565.745,86
10.0126.0501	GOVERNANCA DA INFORMACAO EM SAUDE	28.565.745,86		28.565.745,86
10.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS		10.382.528,74	10.382.528,74
10.0128.0499	EDUCACAO, CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE		10.382.528,74	10.382.528,74
10.0131	COMUNICACAO SOCIAL		1.755.791,34	1.755.791,34
10.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		53.144,04	53.144,04
10.0131.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA		1.702.647,30	1.702.647,30
10.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		27.985,14	27.985,14
10.0273.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		27.985,14	27.985,14
10.0301	ATENCAO BASICA	139.846.800,65	196.290.716,51	336.137.517,16
10.0301.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA	1.000.000,00		1.000.000,00
10.0301.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA	138.846.800,65	196.290.716,51	335.137.517,16
10.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	199.789.804,20	4.434.569.457,30	4.634.359.261,50
10.0302.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA	199.789.804,20	2.223.901.054,61	2.423.690.858,81
10.0302.0516	GESTAO DA SAUDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		2.178.314.866,40	2.178.314.866,40
10.0302.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE		32.353.536,29	32.353.536,29
10.0303	SUP.PROFILAT.TERAPEUTICO		792.256.126,02	792.256.126,02
10.0303.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA		526.280.121,51	526.280.121,51
10.0303.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA		265.976.004,51	265.976.004,51
10.0304	VIGILANCIA SANITARIA		4.543.860,76	4.543.860,76
10.0304.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA		4.543.860,76	4.543.860,76
10.0305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		15.394.028,70	15.394.028,70
10.0305.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA		15.394.028,70	15.394.028,70
10.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR		4.924.137,97	4.924.137,97
10.0331.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA		4.924.137,97	4.924.137,97
10.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF		205.591,53	205.591,53
10.0422.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA		205.591,53	205.591,53
10.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL		2.986.029,31	2.986.029,31
10.0541.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA		2.986.029,31	2.986.029,31
10.0571	DESENV CIENTIFICO		315.900,98	315.900,98
10.0571.0499	EDUCACAO, CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE		315.900,98	315.900,98
10.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		361.106.527,38	361.106.527,38
10.0846.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		361.106.527,38	361.106.527,38
11	TRABALHO		54.075.015,85	54.075.015,85
11.0122	ADMINISTRACAO GERAL		1.040.946,82	1.040.946,82
11.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.040.946,82	1.040.946,82
11.0131	COMUNICACAO SOCIAL		1.954,83	1.954,83
11.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.954,83	1.954,83
11.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		1.160.218,04	1.160.218,04
11.0244.0491	INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		1.160.218,04	1.160.218,04
11.0334	FOMENTO AO TRABALHO		50.424.075,30	50.424.075,30
11.0334.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		44.317.962,80	44.317.962,80
11.0334.0489	EMPREGO, TRABALHO E RENDA		6.106.112,50	6.106.112,50
11.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF		1.447.820,86	1.447.820,86
11.0422.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.447.820,86	1.447.820,86
12	EDUCACAO	70.922.292,26	8.238.502.379,49	8.309.424.671,75
12.0122	ADMINISTRACAO GERAL	29.411.036,77	4.863.241.776,92	4.892.652.813,69
12.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		335.844.401,61	335.844.401,61
12.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		4.513.795.673,97	4.513.795.673,97
12.0122.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE		13.601.701,34	13.601.701,34
12.0122.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA	28.775.976,16		28.775.976,16
12.0122.0532	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FISICA E DOS ESPACOS ESCOLARES	635.060,61		635.060,61
12.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		4.848.791,62	4.848.791,62
12.0125.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA		4.848.791,62	4.848.791,62
12.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	3.268.519,78		3.268.519,78
12.0126.0530	DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM	3.268.519,78		3.268.519,78

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00004
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	32.072,92	4.490.130,28	4.522.203,20
12.0128.0530	DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM		4.490.130,28	4.490.130,28
12.0128.0531	AMPLIACAO DO ACESSO E QUALIFICACAO TECNICA DE NIVEL MEDIO DA EDUCACAO PROFISSION	32.072,92		32.072,92
12.0131	COMUNICACAO SOCIAL		81.267,51	81.267,51
12.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		81.267,51	81.267,51
12.0363	ENSINO PROFISSIONAL	254.342,72	98.933.666,67	99.188.009,39
12.0363.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		87.386.698,68	87.386.698,68
12.0363.0515	AMPLIACAO DO ACESSO COM QUALIDADE NA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA DA FUND		399.607,37	399.607,37
12.0363.0531	AMPLIACAO DO ACESSO E QUALIFICACAO TECNICA DE NIVEL MEDIO DA EDUCACAO PROFISSION	254.342,72	11.147.360,62	11.401.703,34
12.0365	ENSINO INFANTIL		3.022.238,48	3.022.238,48
12.0365.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.022.238,48	3.022.238,48
12.0367	EDUCACAO ESPECIAL		22.060.944,53	22.060.944,53
12.0367.0510	ACESSO E GARANTIA A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E A INCLUSAO DAS PESSOAS COM DEF		155.183,64	155.183,64
12.0367.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA		21.905.760,89	21.905.760,89
12.0368	EDUCACAO BASICA	37.956.320,07	3.241.823.563,48	3.279.779.883,55
12.0368.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.707.853.021,63	2.707.853.021,63
12.0368.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE		353.895,49	353.895,49
12.0368.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA	242.156,40	509.755.223,93	509.997.380,33
12.0368.0530	DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM	3.359.395,44	20.861.622,81	24.221.018,25
12.0368.0532	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FISICA E DOS ESPACOS ESCOLARES	34.354.768,23	2.999.799,62	37.354.567,85
13	CULTURA	2.519.357,45	56.977.944,74	59.497.302,19
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL		41.346.855,74	41.346.855,74
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		41.346.855,74	41.346.855,74
13.0131	COMUNICACAO SOCIAL		3.509,00	3.509,00
13.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.509,00	3.509,00
13.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ	2.105.118,69	6.990.820,73	9.095.939,42
13.0391.0469	JUNTOS PELA CULTURA	2.105.118,69	6.990.820,73	9.095.939,42
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	414.238,76	8.636.759,27	9.050.998,03
13.0392.0469	JUNTOS PELA CULTURA	414.238,76	8.636.759,27	9.050.998,03
14	DIREITOS DA CIDADANIA	52.792.942,19	19.957.328,95	72.750.271,14
14.0062	DEF.INT.PUB.PROC.JUDICIAR		2.309.791,11	2.309.791,11
14.0062.0486	PROTECAO E ACESSO A JUSTICA		2.309.791,11	2.309.791,11
14.0122	ADMINISTRACAO GERAL		4.060.656,68	4.060.656,68
14.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		3.940.589,67	3.940.589,67
14.0122.0482	PROTECAO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR		21.486,04	21.486,04
14.0122.0484	INTEGRACAO E TRANSVERSALIDADE DAS POLITICAS PUBLICAS DE DIREITOS HUMANOS		98.580,97	98.580,97
14.0131	COMUNICACAO SOCIAL	750.000,00	7.634,00	757.634,00
14.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		7.634,00	7.634,00
14.0131.0483	PROGRAMA DE OPORTUNIDADE E DIREITOS	750.000,00		750.000,00
14.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	2.252.771,75		2.252.771,75
14.0243.0484	INTEGRACAO E TRANSVERSALIDADE DAS POLITICAS PUBLICAS DE DIREITOS HUMANOS	744.489,75		744.489,75
14.0243.0486	PROTECAO E ACESSO A JUSTICA	1.508.282,00		1.508.282,00
14.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO		134.856,36	134.856,36
14.0306.0490	GESTAO DA POLITICA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTAVEL		134.856,36	134.856,36
14.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	49.790.170,44	13.444.390,80	63.234.561,24
14.0422.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		13.032.942,84	13.032.942,84
14.0422.0480	POLITICAS PARA AS MULHERES	28.005,93		28.005,93
14.0422.0482	PROTECAO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	287.090,00	288.504,54	575.594,54
14.0422.0483	PROGRAMA DE OPORTUNIDADE E DIREITOS	44.337.107,87		44.337.107,87
14.0422.0484	INTEGRACAO E TRANSVERSALIDADE DAS POLITICAS PUBLICAS DE DIREITOS HUMANOS	5.137.966,64	122.943,42	5.260.910,06
15	URBANISMO	3.046.757,44	13.603.251,74	16.650.009,18
15.0122	ADMINISTRACAO GERAL		13.603.251,74	13.603.251,74
15.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		13.603.251,74	13.603.251,74
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.045.896,44		3.045.896,44
15.0451.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME	3.045.896,44		3.045.896,44
15.0482	HABITACAO URBANA	861,00		861,00
15.0482.0541	PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUCAO HABITACIONAL, REGULARIZACAO FUNDIARIA E REASSENTAM	861,00		861,00
16	HABITACAO	5.000.000,00	33.964.271,17	38.964.271,17
16.0122	ADMINISTRACAO GERAL		33.964.271,17	33.964.271,17
16.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		33.964.271,17	33.964.271,17
16.0482	HABITACAO URBANA	5.000.000,00		5.000.000,00
16.0482.0541	PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUCAO HABITACIONAL, REGULARIZACAO FUNDIARIA E REASSENTAM	5.000.000,00		5.000.000,00
17	SANEAMENTO	4.810.973,16	52.994.174,52	57.805.147,68

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00005
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
17.0511	SANEAMENTO BASICO RURAL	4.810.973,16		4.810.973,16
17.0511.0476	PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO	4.810.973,16		4.810.973,16
17.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO		52.994.174,52	52.994.174,52
17.0512.0476	PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO		52.994.174,52	52.994.174,52
18	GESTAO AMBIENTAL	9.887.160,13	128.894.402,08	138.781.562,21
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL		58.716.351,31	58.716.351,31
18.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		58.716.351,31	58.716.351,31
18.0131	COMUNICACAO SOCIAL		16.492,12	16.492,12
18.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		16.492,12	16.492,12
18.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL	6.918.044,29	4.325.268,17	11.243.312,46
18.0541.0471	SUSTENTABILIDADE E GESTAO AMBIENTAL INTEGRADA	6.918.044,29	4.325.268,17	11.243.312,46
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL		65.836.290,48	65.836.290,48
18.0542.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		59.162.181,79	59.162.181,79
18.0542.0471	SUSTENTABILIDADE E GESTAO AMBIENTAL INTEGRADA		6.674.108,69	6.674.108,69
18.0544	RECURSOS HIDRICOS	2.969.115,84		2.969.115,84
18.0544.0540	GESTAO DE OBRAS PUBLICAS	2.969.115,84		2.969.115,84
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	815.286,62	157.773.155,35	158.588.441,97
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL		46.917.283,12	46.917.283,12
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		46.917.283,12	46.917.283,12
19.0131	COMUNICACAO SOCIAL		162.364,74	162.364,74
19.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		162.364,74	162.364,74
19.0364	ENSINO SUPERIOR	815.286,62	82.324.698,66	83.139.985,28
19.0364.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		76.064.494,72	76.064.494,72
19.0364.0493	PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTAVEIS, DO SETOR PROD	815.286,62	6.260.203,94	7.075.490,56
19.0571	DESENV CIENTIFICO		28.360.840,17	28.360.840,17
19.0571.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		74.684,30	74.684,30
19.0571.0493	PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTAVEIS, DO SETOR PROD		28.286.155,87	28.286.155,87
19.0572	DESENV TECNOL ENGENHARIA		7.968,66	7.968,66
19.0572.0493	PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTAVEIS, DO SETOR PROD		7.968,66	7.968,66
20	AGRICULTURA	28.101.239,21	398.572.022,25	426.673.261,46
20.0122	ADMINISTRACAO GERAL	132.512,00	187.213.820,29	187.346.332,29
20.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	132.512,00	187.154.625,86	187.287.137,86
20.0122.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL		59.194,43	59.194,43
20.0131	COMUNICACAO SOCIAL		1.745.339,00	1.745.339,00
20.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.745.339,00	1.745.339,00
20.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		8.459.590,43	8.459.590,43
20.0273.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		8.459.590,43	8.459.590,43
20.0571	DESENV CIENTIFICO		9.172.798,89	9.172.798,89
20.0571.0514	PESQUISA E INOVACAO TECNOLÓGICA AGROPECUARIA		9.172.798,89	9.172.798,89
20.0573	DIF CONHEC CIENTIFICO	2.175.010,96	7.236.717,53	9.411.728,49
20.0573.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUARIAS		7.236.717,53	7.236.717,53
20.0573.0514	PESQUISA E INOVACAO TECNOLÓGICA AGROPECUARIA	2.175.010,96		2.175.010,96
20.0605	ABASTECIMENTO		1.067.029,12	1.067.029,12
20.0605.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL		1.067.029,12	1.067.029,12
20.0606	EXTENSAO RURAL	3.333.623,74	177.117.138,57	180.450.762,31
20.0606.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	1.771.644,35	7.585.529,12	9.357.173,47
20.0606.0519	APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL	1.555.279,39		1.555.279,39
20.0606.0520	APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAUCHO	6.700,00		6.700,00
20.0606.0521	FOMENTO A EDUCACAO PROFISSIONAL, FORMACAO, CAPACITACAO, ASSISTENCIA TECNICA E EX		169.531.609,45	169.531.609,45
20.0607	IRRIGACAO	16.170.509,46		16.170.509,46
20.0607.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUARIAS	903.324,26		903.324,26
20.0607.0519	APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL	935.700,35		935.700,35
20.0607.0543	PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGACAO E USOS MULTIPLOS DA AGUA	14.331.484,85		14.331.484,85
20.0608	PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA	390.817,54	1.727.153,61	2.117.971,15
20.0608.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL		1.727.153,61	1.727.153,61
20.0608.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUARIAS	390.817,54		390.817,54
20.0609	DEFESA AGROPECUARIA	5.370.046,97	659.614,70	6.029.661,67
20.0609.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUARIAS	2.832.318,98		2.832.318,98
20.0609.0528	DEFESA AGROPECUARIA ESTADUAL	2.537.727,99	659.614,70	3.197.342,69
20.0631	REFORMA AGRARIA	528.718,54	1.513.162,81	2.041.881,35
20.0631.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	528.718,54	1.513.162,81	2.041.881,35
20.0692	COMERCIALIZACAO		2.659.657,30	2.659.657,30
20.0692.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUARIAS		2.659.657,30	2.659.657,30
22	INDUSTRIA	51.821,34	766.892,24	818.713,58
22.0661	PROMOCAO INDUSTRIAL	51.821,34	766.892,24	818.713,58
22.0661.0495	PROMOCAO DE UM AMBIENTE FAVORAVEL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO ESTADO	51.636,84	766.892,24	818.529,08
22.0661.0513	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVACAO TECNOLÓGICA	184,50		184,50

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00006
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
23	COMERCIO E SERVICOS	2.180.182,66	16.314.041,86	18.494.224,52
23.0122	ADMINISTRACAO GERAL		14.838.035,94	14.838.035,94
23.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		14.838.035,94	14.838.035,94
23.0131	COMUNICACAO SOCIAL		183.635,35	183.635,35
23.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		183.635,35	183.635,35
23.0691	PROMOCAO COMERCIAL		374.996,50	374.996,50
23.0691.0513	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVACAO TECNOLOGICA		374.996,50	374.996,50
23.0695	TURISMO	2.180.182,66	917.374,07	3.097.556,73
23.0695.0504	CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL		917.374,07	917.374,07
23.0695.0506	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TURISMO	2.180.182,66		2.180.182,66
24	COMUNICACOES		45.501.943,23	45.501.943,23
24.0122	ADMINISTRACAO GERAL		32.079.629,52	32.079.629,52
24.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		32.079.629,52	32.079.629,52
24.0131	COMUNICACAO SOCIAL		13.422.313,71	13.422.313,71
24.0131.0533	INOVACAO E MODERNIZACAO EM COMUNICACAO SOCIAL		13.422.313,71	13.422.313,71
25	ENERGIA		927.050,62	927.050,62
25.0122	ADMINISTRACAO GERAL		926.770,07	926.770,07
25.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		926.770,07	926.770,07
25.0751	CONSERVACAO DE ENERGIA		280,55	280,55
25.0751.0508	ENERGIA PELO RIO GRANDE		280,55	280,55
26	TRANSPORTE	452.252.235,04	242.207.182,78	694.459.417,82
26.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO		404.597,75	404.597,75
26.0121.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		404.597,75	404.597,75
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.373.471,83	179.050.450,15	180.423.921,98
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.373.471,83	179.050.450,15	180.423.921,98
26.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	283.165,66		283.165,66
26.0123.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME	283.165,66		283.165,66
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL		751.660,56	751.660,56
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		593.661,15	593.661,15
26.0131.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL		157.999,41	157.999,41
26.0181	POLICIAMENTO		18.214.653,71	18.214.653,71
26.0181.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL		18.214.653,71	18.214.653,71
26.0453	TRANSP COLETIVOS URBANOS		19.994.177,05	19.994.177,05
26.0453.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME		19.994.177,05	19.994.177,05
26.0781	TRANSPORTE AEREO	1.016.317,34	4.540.069,83	5.556.387,17
26.0781.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL	1.016.317,34	4.540.069,83	5.556.387,17
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	449.579.280,21	9.267.324,56	458.846.604,77
26.0782.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	24.619.230,00		24.619.230,00
26.0782.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL	424.960.050,21	9.267.324,56	434.227.374,77
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO		9.984.249,17	9.984.249,17
26.0784.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		9.984.249,17	9.984.249,17
27	DESPORTO E LAZER	7.784.739,94	2.605.692,83	10.390.432,77
27.0122	ADMINISTRACAO GERAL		2.004.789,69	2.004.789,69
27.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.004.789,69	2.004.789,69
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO		482.894,00	482.894,00
27.0811.0505	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER		482.894,00	482.894,00
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	7.784.739,94	118.009,14	7.902.749,08
27.0812.0505	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER	7.784.739,94	118.009,14	7.902.749,08
28	ENCARGOS ESPECIAIS		28.389.693.537,53	28.389.693.537,53
28.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		474.811.225,24	474.811.225,24
28.0123.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		474.811.225,24	474.811.225,24
28.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO		439.449.950,83	439.449.950,83
28.0272.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		439.449.950,83	439.449.950,83
28.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		10.639.266,29	10.639.266,29
28.0273.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		10.639.266,29	10.639.266,29
28.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL		3.896.308,69	3.896.308,69
28.0274.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		3.896.308,69	3.896.308,69
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA		3.759.115.982,18	3.759.115.982,18
28.0843.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		3.759.115.982,18	3.759.115.982,18
28.0844	SERVICO DA DIVIDA EXTERNA		570.781.864,24	570.781.864,24
28.0844.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		570.781.864,24	570.781.864,24
28.0845	OUTRAS TRANSFERENCIAS		10.543.105.123,75	10.543.105.123,75
28.0845.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		10.543.105.123,75	10.543.105.123,75
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		12.587.893.816,31	12.587.893.816,31
28.0846.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		5.246.145.131,79	5.246.145.131,79
28.0846.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		7.077.581.448,47	7.077.581.448,47
28.0846.0494	GESTAO DA PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		264.167.236,05	264.167.236,05

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE061/00007
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES		ANEXO N. 7 R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
TOTAL GERAL=>		1.366.052.153,54	72.495.582.949,34	73.861.635.102,88

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2019

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00001
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
01	LEGISLATIVA	583.750.747,99		583.750.747,99
01.0031	ACAO LEGISLATIVA	282.409.447,50		282.409.447,50
01.0031.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	237.633.583,03		237.633.583,03
01.0031.0488	ACAO LEGISLATIVA	44.775.864,47		44.775.864,47
01.0032	CONTROLE EXTERNO	292.354.004,31		292.354.004,31
01.0032.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	262.484.107,41		262.484.107,41
01.0032.0517	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA	29.869.896,90		29.869.896,90
01.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	1.857.564,25		1.857.564,25
01.0128.0517	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA	1.857.564,25		1.857.564,25
01.0131	COMUNICACAO SOCIAL	6.989.618,34		6.989.618,34
01.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	6.989.618,34		6.989.618,34
01.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	140.113,59		140.113,59
01.0302.0517	FISCALIZACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA EXTERNA	140.113,59		140.113,59
02	JUDICIARIA	2.023.619.835,61	363.301.420,60	2.386.921.256,21
02.0061	ACAO JUDICIARIA	1.635.654.030,28	334.801.218,52	1.970.455.248,80
02.0061.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.412.197.409,76		1.412.197.409,76
02.0061.0522	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA JUSTICA MILITAR ESTADUAL		2.652.576,80	2.652.576,80
02.0061.0526	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA	223.456.620,52	332.148.641,72	555.605.262,24
02.0122	ADMINISTRACAO GERAL	385.454.675,64	26.270.576,25	411.725.251,89
02.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	69.436.652,96	26.270.576,25	95.707.229,21
02.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	316.018.022,68		316.018.022,68
02.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	2.511.129,69	1.218.412,34	3.729.542,03
02.0128.0522	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA JUSTICA MILITAR ESTADUAL		26.831,30	26.831,30
02.0128.0526	MANUTENCAO E AMPLIACAO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTICA	2.511.129,69	1.191.581,04	3.702.710,73
02.0131	COMUNICACAO SOCIAL		1.011.213,49	1.011.213,49
02.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		1.011.213,49	1.011.213,49
03	ESSENCIAL A JUSTICA	1.445.975.632,07	33.143.155,73	1.479.118.787,80
03.0091	DEFESA DA ORDEM JURIDICA		495.328,96	495.328,96
03.0091.0503	ACOMPANHAMENTO E EXECUCAO DA DEFESA DA ORDEM JURIDICA, DO REGIME DEMOCRATICO E D		495.328,96	495.328,96
03.0092	REPR.JUDIC./EXTRAJUDICIAL		420.487,68	420.487,68
03.0092.0485	ORIENTACAO JURIDICA, PROMOCAO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS INDIVID		130.212,77	130.212,77
03.0092.0539	REPRESENTACAO JUDICIAL, CONCILIAÇÃO E CONSULTORIA AO ESTADO		290.274,91	290.274,91
03.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.445.932.532,07	32.227.339,09	1.478.159.871,16
03.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.360.648.891,45	3.021.157,50	1.363.670.048,95
03.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	6.320.459,05		6.320.459,05
03.0122.0485	ORIENTACAO JURIDICA, PROMOCAO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS INDIVID	44.052.530,52	11.044.542,90	55.097.073,42
03.0122.0503	ACOMPANHAMENTO E EXECUCAO DA DEFESA DA ORDEM JURIDICA, DO REGIME DEMOCRATICO E D	32.930.528,64	27.464,82	32.957.993,46
03.0122.0539	REPRESENTACAO JUDICIAL, CONCILIAÇÃO E CONSULTORIA AO ESTADO	1.980.122,41	18.134.173,87	20.114.296,28
03.0131	COMUNICACAO SOCIAL	18.775,00		18.775,00
03.0131.0485	ORIENTACAO JURIDICA, PROMOCAO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DOS DIREITOS INDIVID	18.775,00		18.775,00
03.0331	PROT/BENEF TRABALHADOR	24.325,00		24.325,00
03.0331.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	24.325,00		24.325,00
04	ADMINISTRACAO	1.395.104.133,21	214.428.598,75	1.609.532.731,96
04.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.562.543,81	1.559.883,23	3.122.427,04
04.0121.0475	PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1.163.281,31	243.448,79	1.406.730,10
04.0121.0538	GOVERNO PARA RESULTADOS	399.262,50	1.316.434,44	1.715.696,94
04.0122	ADMINISTRACAO GERAL	1.383.812.519,14	107.596.126,90	1.491.408.646,04
04.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	812.492.518,85	35.680.824,83	848.173.343,68
04.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	15.663.153,82		15.663.153,82
04.0122.0467	SERVICOS TECNICOS E DE MODERNIZACAO DE TRANSITO	553.540.232,21	57.859.680,26	611.399.912,47
04.0122.0491	INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.591.360,94		1.591.360,94
04.0122.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		50.000,00	50.000,00
04.0122.0538	GOVERNO PARA RESULTADOS	84.362,87		84.362,87
04.0122.0542	REGULACAO DOS SERVICOS DELEGADOS	440.890,45		440.890,45
04.0122.0545	RENOVACAO E OTIMIZACAO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL		14.005.621,81	14.005.621,81
04.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	287.223,92	10.053.230,98	10.340.454,90
04.0123.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	287.223,92		287.223,92
04.0123.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		10.053.230,98	10.053.230,98
04.0124	CONTROLE INTERNO	87.505,87	5.218.785,26	5.306.291,13
04.0124.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	87.505,87		87.505,87
04.0124.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		5.218.785,26	5.218.785,26
04.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		1.095.741,96	1.095.741,96
04.0125.0466	DECADA DE Acao PELA SEGURANCA NO TRANSITO		1.095.741,96	1.095.741,96

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00002
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.453.202,53	22.135.638,65	23.588.841,18
04.0126.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	47.329,25	22.135.638,65	22.182.967,90
04.0126.0497	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA	39.999,37		39.999,37
04.0126.0537	GOVERNO DIGITAL	1.365.873,91		1.365.873,91
04.0127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	304.854,78	8.640,00	313.494,78
04.0127.0474	PRODUCAO, GESTAO E ANALISE DE DADOS ESPACIAIS	304.854,78	8.640,00	313.494,78
04.0129	ADMINISTRACAO DE RECEITAS	5.985.082,69	54.360.753,87	60.345.836,56
04.0129.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.374.082,69	2.129.946,79	3.504.029,48
04.0129.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	4.611.000,00		4.611.000,00
04.0129.0535	SUSTENTABILIDADE FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL		52.230.807,08	52.230.807,08
04.0130	ADMINIST. DE CONCESSOES	541.537,59	332.060,06	873.597,65
04.0130.0542	REGULACAO DOS SERVICOS DELEGADOS	541.537,59	332.060,06	873.597,65
04.0131	COMUNICACAO SOCIAL	116.650,47	11.788.137,84	11.904.788,31
04.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	116.650,47	395.201,31	511.851,78
04.0131.0466	DECADA DE ACAO PELA SEGURANCA NO TRANSITO		11.392.936,53	11.392.936,53
04.0182	DEFESA CIVIL	158.104,04	279.600,00	437.704,04
04.0182.0534	DEFESA CIVIL	158.104,04	279.600,00	437.704,04
04.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ	794.908,37		794.908,37
04.0391.0497	FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GOVERNADORIA	794.908,37		794.908,37
06	SEGURANCA PUBLICA	4.499.099.587,34	445.963.115,73	4.945.062.703,07
06.0122	ADMINISTRACAO GERAL	50.624.894,92	42.832.843,71	93.457.738,63
06.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	47.679.756,83	34.352.633,84	82.032.390,67
06.0122.0523	ADMINISTRACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL		8.480.209,87	8.480.209,87
06.0122.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	2.945.138,09		2.945.138,09
06.0131	COMUNICACAO SOCIAL	5.160,71		5.160,71
06.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	5.160,71		5.160,71
06.0181	POLICIAMENTO	3.175.114.050,94	248.486.852,76	3.423.600.903,70
06.0181.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.064.078.710,38		3.064.078.710,38
06.0181.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	111.035.340,56	248.486.852,76	359.522.193,32
06.0182	DEFESA CIVIL	393.400.875,81	11.122.257,08	404.523.132,89
06.0182.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	372.928.058,89		372.928.058,89
06.0182.0524	PROMOCAO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	20.472.816,92	11.122.257,08	31.595.074,00
06.0183	INFORMACAO E INTELIGENCIA	43.511,00	44.286.681,93	44.330.192,93
06.0183.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	43.511,00	44.286.681,93	44.330.192,93
06.0302	ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL		8.660.701,70	8.660.701,70
06.0302.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE		8.660.701,70	8.660.701,70
06.0421	CUSTODIA E REINT SOCIAL	694.843.644,47	6.195.824,05	701.039.468,52
06.0421.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	691.105.172,37		691.105.172,37
06.0421.0523	ADMINISTRACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	3.738.472,10	6.195.824,05	9.934.296,15
06.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	121.984.031,42	84.377.954,50	206.361.985,92
06.0422.0523	ADMINISTRACAO E MODERNIZACAO DO SISTEMA PRISIONAL	121.984.031,42	84.377.954,50	206.361.985,92
06.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	63.083.418,07		63.083.418,07
06.0846.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	63.083.418,07		63.083.418,07
08	ASSISTENCIA SOCIAL	358.351.422,15	19.713.988,31	378.065.410,46
08.0122	ADMINISTRACAO GERAL	7.093.602,75	5.748,00	7.099.350,75
08.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	7.093.602,75	5.748,00	7.099.350,75
08.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO	5.567.682,97		5.567.682,97
08.0125.0491	INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	5.567.682,97		5.567.682,97
08.0128	FORMACAO RECURSOS HUMANOS	3.182,74		3.182,74
08.0128.0473	PROTECAO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO	3.182,74		3.182,74
08.0131	COMUNICACAO SOCIAL		23.556,16	23.556,16
08.0131.0492	POLITICA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS		23.556,16	23.556,16
08.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE	340.557.330,27	17.453.241,36	358.010.571,63
08.0243.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	319.356.962,97		319.356.962,97
08.0243.0473	PROTECAO ESPECIAL EM ACOLHIMENTO	4.029.987,73	4.752.194,59	8.782.182,32
08.0243.0518	ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO RS	17.170.379,57	12.701.046,77	29.871.426,34
08.0244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	5.129.623,42	2.231.442,79	7.361.066,21
08.0244.0491	INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		70.840,25	70.840,25
08.0244.0492	POLITICA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PEAS/RS	5.129.623,42	2.160.602,54	7.290.225,96
09	PREVIDENCIA SOCIAL	16.664.061.326,89	12.175.972,03	16.676.237.298,92
09.0122	ADMINISTRACAO GERAL	49.013.649,90	51.066,20	49.064.716,10
09.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	49.013.649,90		49.013.649,90
09.0122.0494	GESTAO DA PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		51.066,20	51.066,20
09.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		196.242,42	196.242,42
09.0126.0494	GESTAO DA PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		196.242,42	196.242,42
09.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	16.571.385.239,86	11.928.663,41	16.583.313.903,27
09.0272.0494	GESTAO DA PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	16.571.385.239,86	11.928.663,41	16.583.313.903,27
09.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	27.776.966,89		27.776.966,89
09.0273.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	27.776.966,89		27.776.966,89

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00003
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
09.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL	15.885.470,24		15.885.470,24
09.0274.0494	GESTAO DA PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL			
10	SAUDE	15.885.470,24		15.885.470,24
10.0122	ADMINISTRACAO GERAL	6.355.184.138,50	954.266.753,30	7.309.450.891,80
10.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.115.167.738,46	183.580,53	1.115.351.318,99
10.0122.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	696.899.123,51	158.180,53	697.057.304,04
10.0122.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA	409.525.727,44		409.525.727,44
10.0124	CONTROLE INTERNO	8.742.887,51	25.400,00	8.768.287,51
10.0124.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA		1.093.751,43	1.093.751,43
10.0125	NORMATIZACAO FISCALIZACAO	1.093.751,43		1.093.751,43
10.0125.0500	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA	5.473,47	39.315,52	44.788,99
10.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	5.473,47	39.315,52	44.788,99
10.0126.0501	GOVERNANCA DA INFORMACAO EM SAUDE	28.150.745,86	415.000,00	28.565.745,86
10.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	28.150.745,86	415.000,00	28.565.745,86
10.0128.0499	EDUCACAO, CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE	9.649.586,84	732.941,90	10.382.528,74
10.0131	COMUNICACAO SOCIAL	53.144,04	1.702.647,30	1.755.791,34
10.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	53.144,04		53.144,04
10.0131.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		1.702.647,30	1.702.647,30
10.0273	ENCARGOS ESPECIAIS	27.985,14		27.985,14
10.0273.0369	ATENCAO BASICA	27.985,14		27.985,14
10.0301	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA	334.208.169,50	1.929.347,66	336.137.517,16
10.0301.0500	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	1.000.000,00		1.000.000,00
10.0301.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA ASSIST.HOSP./AMBULATORIAL	333.208.169,50	1.929.347,66	335.137.517,16
10.0302	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA GESTAO DA SAUDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	3.727.104.666,30	907.254.595,20	4.634.359.261,50
10.0302.0502	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	1.516.436.263,61	907.254.595,20	2.423.690.858,81
10.0302.0516	SUP.PROFILAT.TERAPEUTICO	2.178.314.866,40		2.178.314.866,40
10.0302.0525	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA	32.353.536,29		32.353.536,29
10.0303	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA VIGILANCIA SANITARIA	770.779.031,98	21.477.094,04	792.256.126,02
10.0303.0500	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA VIGILANCIA SANITARIA	526.280.121,51		526.280.121,51
10.0303.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	244.498.910,47	21.477.094,04	265.976.004,51
10.0304	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	1.170.280,84	3.373.579,92	4.543.860,76
10.0304.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	1.170.280,84	3.373.579,92	4.543.860,76
10.0305	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA PROT/BENEF TRABALHADOR	2.691.090,45	12.702.938,25	15.394.028,70
10.0305.0502	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA PROT/BENEF TRABALHADOR	4.830.000,00	94.137,97	4.924.137,97
10.0331	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA DIREITOS IND, COLET E DIF	4.830.000,00	94.137,97	4.924.137,97
10.0331.0502	GESTAO DA SAUDE E INFRAESTRUTURA	79.964,49	125.627,04	205.591,53
10.0422	PREV/CONSERV AMBIENTAL	79.964,49	125.627,04	205.591,53
10.0422.0500	QUALIFICACAO E FINANCIAMENTO DA REDE DE ATENCAO CONSOLIDANDO A REGIONALIZACAO DA DESENV CIENTIFICO		2.986.029,31	2.986.029,31
10.0541	DESENV CIENTIFICO	2.986.029,31	156.167,23	3.150.000,00
10.0541.0502	EDUCACAO, CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE	159.733,75	156.167,23	315.900,98
10.0571	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	159.733,75	156.167,23	315.900,98
10.0571.0499	ENCARGOS ESPECIAIS	361.106.527,38		361.106.527,38
10.0846	TRABALHO	361.106.527,38		361.106.527,38
10.0846.0369	ADMINISTRACAO GERAL	54.057.857,09	17.158,76	54.075.015,85
11	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.040.946,82		1.040.946,82
11.0122	COMUNICACAO SOCIAL	1.040.946,82		1.040.946,82
11.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.954,83		1.954,83
11.0131	ASSISTENCIA COMUNITARIA	1.954,83		1.954,83
11.0131.0138	INCLUSAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.155.388,04	4.830,00	1.160.218,04
11.0244	FOMENTO AO TRABALHO	1.155.388,04	4.830,00	1.160.218,04
11.0244.0491	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	50.411.746,54	12.328,76	50.424.075,30
11.0334	EMPREGO, TRABALHO E RENDA	44.317.962,80		44.317.962,80
11.0334.0138	DIREITOS IND, COLET E DIF	6.093.783,74	12.328,76	6.106.112,50
11.0334.0489	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.447.820,86		1.447.820,86
11.0422	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.447.820,86		1.447.820,86
11.0422.0138	EDUCACAO	3.438.196.677,76	4.871.227.993,99	8.309.424.671,75
12	ADMINISTRACAO GERAL	3.211.135.841,87	1.681.516.971,82	4.892.652.813,69
12.0122	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	240.705.063,26	95.139.338,35	335.844.401,61
12.0122.0138	ENCARGOS ESPECIAIS	2.956.500.077,27	1.557.295.596,70	4.513.795.673,97
12.0122.0369	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	13.601.701,34		13.601.701,34
12.0122.0525	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA	329.000,00	28.446.976,16	28.775.976,16
12.0122.0529	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FISICA E DOS ESPACOS ESCOLARES		635.060,61	635.060,61
12.0122.0532	NORMATIZACAO FISCALIZACAO		4.848.791,62	4.848.791,62
12.0125	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA		4.848.791,62	4.848.791,62
12.0125.0529				

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE062/00004
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
12.0126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	279.960,00	2.988.559,78	3.268.519,78
12.0126.0530	DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM	279.960,00	2.988.559,78	3.268.519,78
12.0128	FORMACAO RECURSOS_HUMANOS	32.072,92	4.490.130,28	4.522.203,20
12.0128.0530	DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM		4.490.130,28	4.490.130,28
12.0128.0531	AMPLIACAO DO ACESSO E QUALIFICACAO TECNICA DE NIVEL MEDIO DA EDUCACAO PROFISSION	32.072,92		32.072,92
12.0131	COMUNICACAO SOCIAL	81.267,51		81.267,51
12.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	81.267,51		81.267,51
12.0363	ENSINO PROFISSIONAL	99.134.969,63	53.039,76	99.188.009,39
12.0363.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	87.386.698,68		87.386.698,68
12.0363.0515	AMPLIACAO DO ACESSO COM QUALIDADE NA EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA FUND	399.607,37		399.607,37
12.0363.0531	AMPLIACAO DO ACESSO E QUALIFICACAO TECNICA DE NIVEL MEDIO DA EDUCACAO PROFISSION	11.348.663,58	53.039,76	11.401.703,34
12.0365	ENSINO INFANTIL	3.022.238,48		3.022.238,48
12.0365.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.022.238,48		3.022.238,48
12.0367	EDUCACAO ESPECIAL	155.183,64	21.905.760,89	22.060.944,53
12.0367.0510	ACESSO E GARANTIA A UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS E A INCLUSAO DAS PESSOAS COM DEF	155.183,64		155.183,64
12.0367.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA		21.905.760,89	21.905.760,89
12.0368	EDUCACAO BASICA	124.355.143,71	3.155.424.739,84	3.279.779.883,55
12.0368.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	124.001.248,22	2.583.851.773,41	2.707.853.021,63
12.0368.0525	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE	353.895,49		353.895,49
12.0368.0529	ACESSO E PERMANENCIA COM QUALIDADE NA EDUCACAO BASICA		509.997.380,33	509.997.380,33
12.0368.0530	DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO EDUCACIONAL E QUALIFICACAO DA APRENDIZAGEM		24.221.018,25	24.221.018,25
12.0368.0532	MELHORIA DA INFRAESTRUTURA FISICA E DOS ESPACOS ESCOLARES		37.354.567,85	37.354.567,85
13	CULTURA	48.779.322,81	10.717.979,38	59.497.302,19
13.0122	ADMINISTRACAO GERAL	41.336.259,99	10.595,75	41.346.855,74
13.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	41.336.259,99	10.595,75	41.346.855,74
13.0131	COMUNICACAO SOCIAL	3.509,00		3.509,00
13.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.509,00		3.509,00
13.0391	PATRIMONIO HIST,ART E ARQ	6.970.820,73	2.125.118,69	9.095.939,42
13.0391.0469	JUNTOS PELA CULTURA	6.970.820,73	2.125.118,69	9.095.939,42
13.0392	DIFUSAO CULTURAL	468.733,09	8.582.264,94	9.050.998,03
13.0392.0469	JUNTOS PELA CULTURA	468.733,09	8.582.264,94	9.050.998,03
14	DIREITOS DA CIDADANIA	22.325.993,12	50.424.278,02	72.750.271,14
14.0062	DEF.INT.PUB.PROC.JUDICIAR	93.714,12	2.216.076,99	2.309.791,11
14.0062.0486	PROTECAO E ACESSO A JUSTICA	93.714,12	2.216.076,99	2.309.791,11
14.0122	ADMINISTRACAO GERAL	4.044.808,76	15.847,92	4.060.656,68
14.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.940.589,67		3.940.589,67
14.0122.0482	PROTECAO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	5.638,12	15.847,92	21.486,04
14.0122.0484	INTEGRACAO E TRANSVERSALIDADE DAS POLITICAS PUBLICAS DE DIREITOS HUMANOS	98.580,97		98.580,97
14.0131	COMUNICACAO SOCIAL	7.634,00	750.000,00	757.634,00
14.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	7.634,00		7.634,00
14.0131.0483	PROGRAMA DE OPORTUNIDADE E DIREITOS		750.000,00	750.000,00
14.0243	ASSIT.CRIANCA/ADOLESCENTE		2.252.771,75	2.252.771,75
14.0243.0484	INTEGRACAO E TRANSVERSALIDADE DAS POLITICAS PUBLICAS DE DIREITOS HUMANOS		744.489,75	744.489,75
14.0243.0486	PROTECAO E ACESSO A JUSTICA		1.508.282,00	1.508.282,00
14.0306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	8.926,76	125.929,60	134.856,36
14.0306.0490	GESTAO DA POLITICA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTAVEL	8.926,76	125.929,60	134.856,36
14.0422	DIREITOS IND, COLET E DIF	18.170.909,48	45.063.651,76	63.234.561,24
14.0422.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	13.032.942,84		13.032.942,84
14.0422.0480	POLITICAS PARA AS MULHERES		28.005,93	28.005,93
14.0422.0482	PROTECAO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR		575.594,54	575.594,54
14.0422.0483	PROGRAMA DE OPORTUNIDADE E DIREITOS		44.337.107,87	44.337.107,87
14.0422.0484	INTEGRACAO E TRANSVERSALIDADE DAS POLITICAS PUBLICAS DE DIREITOS HUMANOS	5.137.966,64	122.943,42	5.260.910,06
15	URBANISMO	9.075.790,30	7.574.218,88	16.650.009,18
15.0122	ADMINISTRACAO GERAL	9.074.334,72	4.528.917,02	13.603.251,74
15.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	9.074.334,72	4.528.917,02	13.603.251,74
15.0451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.455,58	3.044.440,86	3.045.896,44
15.0451.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME	1.455,58	3.044.440,86	3.045.896,44
15.0482	HABITACAO URBANA		861,00	861,00
15.0482.0541	PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUCAO HABITACIONAL, REGULARIZACAO FUNDIARIA E REASSENTAM		861,00	861,00
16	HABITACAO	33.964.271,17	5.000.000,00	38.964.271,17
16.0122	ADMINISTRACAO GERAL	33.964.271,17		33.964.271,17
16.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	33.964.271,17		33.964.271,17
16.0482	HABITACAO URBANA		5.000.000,00	5.000.000,00

EXERCÍCIO DE 2019		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)		RFPE062/00005
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS		ANEXO N.8		R\$
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
16.0482.0541	PROGRAMA ESTADUAL DE PRODUCAO HABITACIONAL, REGULARIZACAO FUNDIARIA E REASSENTAM		5.000.000,00	5.000.000,00
17	SANEAMENTO		57.805.147,68	57.805.147,68
17.0511	SANEAMENTO BASICO RURAL		4.810.973,16	4.810.973,16
17.0511.0476	PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO		4.810.973,16	4.810.973,16
17.0512	SANEAMENTO BASICO URBANO		52.994.174,52	52.994.174,52
17.0512.0476	PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO		52.994.174,52	52.994.174,52
18	GESTAO AMBIENTAL	96.932.035,36	41.849.526,85	138.781.562,21
18.0122	ADMINISTRACAO GERAL	41.392.704,69	17.323.646,62	58.716.351,31
18.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	41.392.704,69	17.323.646,62	58.716.351,31
18.0131	COMUNICACAO SOCIAL		16.492,12	16.492,12
18.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO		16.492,12	16.492,12
18.0541	PREV/CONSERV AMBIENTAL	186.334,76	11.056.977,70	11.243.312,46
18.0541.0471	SUSTENTABILIDADE E GESTAO AMBIENTAL INTEGRADA	186.334,76	11.056.977,70	11.243.312,46
18.0542	CONTROLE AMBIENTAL	52.383.880,07	13.452.410,41	65.836.290,48
18.0542.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	51.832.256,35	7.329.925,44	59.162.181,79
18.0542.0471	SUSTENTABILIDADE E GESTAO AMBIENTAL INTEGRADA	551.623,72	6.122.484,97	6.674.108,69
18.0544	RECURSOS HIDRICOS	2.969.115,84		2.969.115,84
18.0544.0540	GESTAO DE OBRAS PUBLICAS	2.969.115,84		2.969.115,84
19	CIENCIA E TECNOLOGIA	153.460.121,32	5.128.320,65	158.588.441,97
19.0122	ADMINISTRACAO GERAL	46.917.283,12		46.917.283,12
19.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	46.917.283,12		46.917.283,12
19.0131	COMUNICACAO SOCIAL	162.364,74		162.364,74
19.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	162.364,74		162.364,74
19.0364	ENSINO SUPERIOR	78.207.657,10	4.932.328,18	83.139.985,28
19.0364.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	76.040.757,10	23.737,62	76.064.494,72
19.0364.0493	PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTAVEIS, DO SETOR PROD			
	DESENV CIENTIFICO	2.166.900,00	4.908.590,56	7.075.490,56
19.0571	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	28.164.847,70	195.992,47	28.360.840,17
19.0571.0138	PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTAVEIS, DO SETOR PROD	74.684,30		74.684,30
19.0571.0493	DESENV TECNOL ENGENHARIA	28.090.163,40	195.992,47	28.286.155,87
19.0572	PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO SUSTENTAVEIS, DO SETOR PROD	7.968,66		7.968,66
19.0572.0493	AGRICULTURA	7.968,66		7.968,66
20	ADMINISTRACAO GERAL	243.796.518,75	182.876.742,71	426.673.261,46
20.0122	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	166.634.072,85	20.712.259,44	187.346.332,29
20.0122.0138	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	166.574.878,42	20.712.259,44	187.287.137,86
20.0122.0477	COMUNICACAO SOCIAL	59.194,43		59.194,43
20.0131	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.745.339,00		1.745.339,00
20.0131.0138	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	1.745.339,00		1.745.339,00
20.0273	ENCARGOS ESPECIAIS	8.459.590,43		8.459.590,43
20.0273.0369	DESENV CIENTIFICO	8.459.590,43		8.459.590,43
20.0571	PESQUISA E INOVACAO TECNOLÓGICA AGROPECUARIA	9.172.798,89		9.172.798,89
20.0571.0514	DIF CONHEC CIENTIFICO	9.172.798,89		9.172.798,89
20.0573	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS	7.236.717,53	2.175.010,96	9.411.728,49
20.0573.0511	AGROPECUARIAS			
20.0573.0514	PESQUISA E INOVACAO TECNOLÓGICA AGROPECUARIA	7.236.717,53	2.175.010,96	7.236.717,53
20.0605	ABASTECIMENTO	1.021.362,00	45.667,12	1.067.029,12
20.0605.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	1.021.362,00	45.667,12	1.067.029,12
20.0606	EXTENSÃO RURAL	41.954.767,22	138.495.995,09	180.450.762,31
20.0606.0477	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	8.503.067,22	854.106,25	9.357.173,47
20.0606.0519	APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL		1.555.279,39	1.555.279,39
20.0606.0520	APOIO E DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO GAUCHO	6.700,00		6.700,00
20.0606.0521	FOMENTO A EDUCACAO PROFISSIONAL, FORMACAO, CAPACITACAO, ASSISTENCIA TECNICA E EX	33.445.000,00	136.086.609,45	169.531.609,45
20.0607	IRRIGACAO	1.054.570,72	15.115.938,74	16.170.509,46
20.0607.0511	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS			
20.0607.0519	AGROPECUARIAS	903.324,26		903.324,26
20.0607.0543	APOIO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RURAL	151.246,46	784.453,89	935.700,35
20.0608	PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGACAO E USOS MULTIPLOS DA AGUA		14.331.484,85	14.331.484,85
20.0608.0477	PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA	1.727.153,61	390.817,54	2.117.971,15
20.0608.0511	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	1.727.153,61		1.727.153,61
20.0609	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS			
20.0609.0511	AGROPECUARIAS		390.817,54	390.817,54
20.0609.0528	DEFESA AGROPECUARIA	879.463,26	5.150.198,41	6.029.661,67
20.0631	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS			
20.0631.0477	AGROPECUARIAS		2.832.318,98	2.832.318,98
20.0631.0511	DEFESA AGROPECUARIA ESTADUAL	879.463,26	2.317.879,43	3.197.342,69
20.0692	REFORMA AGRARIA	1.251.025,94	790.855,41	2.041.881,35
20.0692.0511	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL	1.251.025,94	790.855,41	2.041.881,35
22	COMERCIALIZACAO	2.659.657,30		2.659.657,30
22.0661	DESENVOLVIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS			
	AGROPECUARIAS	2.659.657,30		2.659.657,30
	INDUSTRIA	781.742,03	36.971,55	818.713,58
	PROMOCAO INDUSTRIAL	781.742,03	36.971,55	818.713,58

EXERCÍCIO DE 2019		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)		RFPE062/00006
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS				ANEXO N.8
				R\$
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
22.0661.0495	PROMOCAO DE UM AMBIENTE FAVORAVEL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO ESTADO	781.742,03	36.787,05	818.529,08
22.0661.0513	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVACAO TECNOLÓGICA		184,50	184,50
23	COMERCIO E SERVICOS	15.396.667,79	3.097.556,73	18.494.224,52
23.0122	ADMINISTRACAO GERAL	14.838.035,94		14.838.035,94
23.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	14.838.035,94		14.838.035,94
23.0131	COMUNICACAO SOCIAL	183.635,35		183.635,35
23.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	183.635,35		183.635,35
23.0691	PROMOCAO COMERCIAL	374.996,50		374.996,50
23.0691.0513	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, EMPREENDEDORISMO E A INOVACAO TECNOLÓGICA	374.996,50		374.996,50
23.0695	TURISMO		3.097.556,73	3.097.556,73
23.0695.0504	CAMINHOS DO RIO GRANDE DO SUL		917.374,07	917.374,07
23.0695.0506	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TURISMO		2.180.182,66	2.180.182,66
24	COMUNICACOES	45.501.943,23		45.501.943,23
24.0122	ADMINISTRACAO GERAL	32.079.629,52		32.079.629,52
24.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	32.079.629,52		32.079.629,52
24.0131	COMUNICACAO SOCIAL	13.422.313,71		13.422.313,71
24.0131.0533	INOVACAO E MODERNIZACAO EM COMUNICACAO SOCIAL	13.422.313,71		13.422.313,71
25	ENERGIA	149.147,95	777.902,67	927.050,62
25.0122	ADMINISTRACAO GERAL	149.147,95	777.622,12	926.770,07
25.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	149.147,95	777.622,12	926.770,07
25.0751	CONSERVACAO DE ENERGIA		280,55	280,55
25.0751.0508	ENERGIA PELO RIO GRANDE		280,55	280,55
26	TRANSPORTE	327.726.190,64	366.733.227,18	694.459.417,82
26.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	399.448,75	5.149,00	404.597,75
26.0121.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	399.448,75	5.149,00	404.597,75
26.0122	ADMINISTRACAO GERAL	177.130.831,69	3.293.090,29	180.423.921,98
26.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	177.130.831,69	3.293.090,29	180.423.921,98
26.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA		283.165,66	283.165,66
26.0123.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME		283.165,66	283.165,66
26.0131	COMUNICACAO SOCIAL	509.744,53	241.916,03	751.660,56
26.0131.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	509.744,53	83.916,62	593.661,15
26.0131.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL		157.999,41	157.999,41
26.0181	POLICIAMENTO		18.214.653,71	18.214.653,71
26.0181.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL		18.214.653,71	18.214.653,71
26.0453	TRANSP COLETIVOS URBANOS	19.994.177,05		19.994.177,05
26.0453.0512	PLANEJAMENTO E FORTALECIMENTO DAS REGIOES METROPOLITANAS, MICRORREGIOES E AGLOME	19.994.177,05		19.994.177,05
26.0781	TRANSPORTE AEREO	2.040.360,80	3.516.026,37	5.556.387,17
26.0781.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL	2.040.360,80	3.516.026,37	5.556.387,17
26.0782	TRANSPORTE RODOVIARIO	117.667.378,65	341.179.226,12	458.846.604,77
26.0782.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	24.619.230,00		24.619.230,00
26.0782.0498	PLANEJAMENTO LOGISTICO - PRO - TRANSPORTE MULTIMODAL	93.048.148,65	341.179.226,12	434.227.374,77
26.0784	TRANSPORTE HIDROVIARIO	9.984.249,17		9.984.249,17
26.0784.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	9.984.249,17		9.984.249,17
27	DESPORTO E LAZER	2.152.921,33	8.237.511,44	10.390.432,77
27.0122	ADMINISTRACAO GERAL	2.004.789,69		2.004.789,69
27.0122.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.004.789,69		2.004.789,69
27.0811	DESPORTO DE RENDIMENTO		482.894,00	482.894,00
27.0811.0505	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER		482.894,00	482.894,00
27.0812	DESPORTO COMUNITARIO	148.131,64	7.754.617,44	7.902.749,08
27.0812.0505	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DO LAZER	148.131,64	7.754.617,44	7.902.749,08
28	ENCARGOS ESPECIAIS	16.322.818.898,89	12.066.874.638,64	28.389.693.537,53
28.0123	ADMINISTRACAO FINANCEIRA	474.811.225,24		474.811.225,24
28.0123.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	474.811.225,24		474.811.225,24
28.0272	PREV. REGIME ESTATUTARIO	439.449.950,83		439.449.950,83
28.0272.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	439.449.950,83		439.449.950,83
28.0273	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	10.639.266,29		10.639.266,29
28.0273.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	10.639.266,29		10.639.266,29
28.0274	PREVIDENCIA ESPECIAL		3.896.308,69	3.896.308,69
28.0274.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		3.896.308,69	3.896.308,69
28.0843	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	3.572.456.559,77	186.659.422,41	3.759.115.982,18
28.0843.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	3.572.456.559,77	186.659.422,41	3.759.115.982,18
28.0844	SERVICO DA DIVIDA EXTERNA	260.350.717,59	310.431.146,65	570.781.864,24
28.0844.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	260.350.717,59	310.431.146,65	570.781.864,24
28.0845	OUTRAS TRANSFERENCIAS		10.543.105.123,75	10.543.105.123,75
28.0845.0369	ENCARGOS ESPECIAIS		10.543.105.123,75	10.543.105.123,75
28.0846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	11.565.111.179,17	1.022.782.637,14	12.587.893.816,31
28.0846.0138	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	5.246.145.131,79		5.246.145.131,79
28.0846.0369	ENCARGOS ESPECIAIS	6.054.798.811,33	1.022.782.637,14	7.077.581.448,47
28.0846.0494	GESTAO DA PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	264.167.236,05		264.167.236,05

EXERCÍCIO DE 2019		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)		RFPE062/00007
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS				ANEXO N.8
R\$				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
TOTAL GERAL =>		54.140.262.923,30	19.721.372.179,58	73.861.635.102,88

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2019

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE063/00001
	DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES	ANEXO N.9
		R\$

FUNÇÕES	LEGISLATIVA	JUDICIARIA	ESSENCIAL A JUSTICA	ADMINISTRACAO
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	583.750.747,99	2.386.921.256,21	1.479.118.787,80	843.600.284,50
AUTARQUIAS				765.932.447,46
FUNDAÇÕES				
TOTAL.....	583.750.747,99	2.386.921.256,21	1.479.118.787,80	1.609.532.731,96

FUNÇÕES	SEGURANCA PUBLICA	ASSISTENCIA SOCIAL	PREVIDENCIA SOCIAL	SAUDE
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.945.062.703,07	12.952.305,34	1.575.657.449,82	5.080.254.657,96
AUTARQUIAS			15.100.579.849,10	15.655.238,68
FUNDAÇÕES		365.113.105,12		2.213.540.995,16
TOTAL.....	4.945.062.703,07	378.065.410,46	16.676.237.298,92	7.309.450.891,80

FUNÇÕES	TRABALHO	EDUCACAO	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.487.394,93	8.229.783.884,49	40.082.031,58	72.750.271,14
AUTARQUIAS			15.246.537,07	
FUNDAÇÕES	51.587.620,92	79.640.787,26	4.168.733,54	
TOTAL.....	54.075.015,85	8.309.424.671,75	59.497.302,19	72.750.271,14

FUNÇÕES	URBANISMO	HABITACAO	SANEAMENTO	GESTAO AMBIENTAL
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	861,00	38.964.271,17	57.805.147,68	73.139.839,01
AUTARQUIAS				
FUNDAÇÕES	16.649.148,18			65.641.723,20
TOTAL.....	16.650.009,18	38.964.271,17	57.805.147,68	138.781.562,21

FUNÇÕES	CIENCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	INDUSTRIA	COMERCIO E SERVICOS
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	35.946.211,27	379.744.391,63	818.713,58	3.656.188,58
AUTARQUIAS		46.928.869,83		14.838.035,94
FUNDAÇÕES	122.642.230,70			
TOTAL.....	158.588.441,97	426.673.261,46	818.713,58	18.494.224,52

FUNÇÕES	COMUNICACOES	ENERGIA	TRANSPORTE	DESPORTO E LAZER
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	45.501.943,23	927.050,62	21.011.748,48	10.390.432,77
AUTARQUIAS			653.170.326,63	
FUNDAÇÕES			20.277.342,71	
TOTAL.....	45.501.943,23	927.050,62	694.459.417,82	10.390.432,77

FUNÇÕES	ENCARGOS ESPECIAIS	TOTAL		
ÓRGÃOS				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.271.585.872,67	53.191.914.446,52		
AUTARQUIAS	889.679.667,47	17.502.030.972,18		
FUNDAÇÕES	228.427.997,39	3.167.689.684,18		
TOTAL.....	28.389.693.537,53	73.861.635.102,88		

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2019

EXERCÍCIO DE 2019		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)		RFPE064/00001
		COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA		ANEXO N. 10
				R\$
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
100000000000	RECEITAS CORRENTES	63.180.870.681,30	60.520.937.372,80	2.659.933.308,50-
110000000000	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	40.657.161.503,00	45.431.624.923,68	4.774.463.420,68
111000000000	IMPOSTOS	38.519.146.185,00	43.510.630.958,11	4.991.484.773,11
111300000000	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	2.345.749.711,00	3.227.974.916,18	882.225.205,18
111303000000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE	2.345.749.711,00	3.227.974.916,18	882.225.205,18
111303100000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO	2.274.127.955,00	2.981.304.999,18	707.177.044,18
111303110000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	2.274.127.955,00	2.981.304.873,43	707.176.918,43
111303110001	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - DEFENSORIA PUBLICA	29.855.204,00	39.656.254,63	9.801.050,63
111303110002	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - DEFENSORIA PUBLICA	10.612.175,00	14.213.469,13	3.601.294,13
111303110007	TRANSFERENCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - AUTARQUIAS E FUNDAC	6.899,00	31.434,37	24.535,37
111303110009	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA	480.000,00	674.672,42	194.672,42
111303110035	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES ADM INDIRETA - ATIVOS	87.253.328,00	333.490.118,37	246.236.790,37
111303110036	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - PODER EXECUTIVO	571.699.731,00	773.841.674,47	202.141.943,47
111303110037	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - PODER EXECUTIVO	822.665.937,00	947.637.367,37	124.971.430,37
111303110038	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - PODER EXECUTIVO	231.920.598,00	266.567.414,69	34.646.816,69
111303110039	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	32.152.933,00	36.605.281,70	4.452.348,70
111303110040	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	26.254.141,00	29.885.392,84	3.631.251,84
111303110041	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	39.548,00	42.179,28	2.631,28
111303110042	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS-TRIBUNAL CONTAS ESTADO	32.938.727,00	39.328.323,45	6.389.596,45
111303110043	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - TRIBUNAL DE CONTAS	31.122.602,00	41.258.022,04	10.135.420,04
111303110044	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	77.783,00	118.348,08	40.565,08
111303110045	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - PODER JUDICIARIO	172.869.878,00	202.887.135,47	30.017.257,47
111303110046	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - PODER JUDICIARIO	94.542.956,00	114.380.617,49	19.837.661,49
111303110047	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - PODER JUDICIARIO	885.702,00	1.034.323,02	148.621,02
111303110048	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES ATIVOS - MINISTERIO PUBLICO	88.836.791,00	112.300.708,51	23.463.917,51
111303110049	IRRF - REMUNERACAO DOS SERVIDORES INATIVOS - MINISTERIO PUBLICO	17.996.219,00	22.126.830,48	4.130.611,48
111303110050	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - MINISTERIO PUBLICO	710.394,00	966.763,16	256.369,16
111303110054	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES ADM INDIRETA - INATIVOS	242.751,00	435.080,79	192.329,79
111303110055	IRRF - REMUNERACAO PENSIONISTAS-ADM INDIRETA	17.970.781,00	0,00	17.970.781,00-
111303110056	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES JUSTICA MILITAR - ATIVOS	1.986.506,00	2.690.960,38	704.454,38
111303110057	IRRF - REMUNERACAO SERVIDORES - JUSTICA MILITAR - INATIVOS	971.695,00	1.119.317,55	147.622,55
111303110058	IRRF - REMUNERACAO DE PENSIONISTAS - JUSTICA MILITAR	34.676,00	13.183,74	21.492,26-
111303150000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - MULTAS	0,00	112,17	112,17
111303150099	MULTAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES	0,00	112,17	112,17

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00002
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
111303160000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - JUROS	0,00	13,58	13,58
111303160099	JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NAS FONTES	0,00	13,58	13,58
111303400000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS	71.621.756,00	246.669.917,00	175.048.161,00
111303410000	IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	71.621.756,00	246.669.917,00	175.048.161,00
111303410008	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA JURIDIC	239.591,00	561.073,90	321.482,90
111303410010	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE SOBRE ALUGUEIS	133.826,00	203.520,84	69.694,84
111303410034	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS	71.248.339,00	119.769.187,42	48.520.848,42
111303410035	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - PESSOA FISICA	0,00	3.108.041,35	3.108.041,35
111303410036	IRRF SOBRE PRECATORIOS COMPENSADOS COM DIVIDA ATIVA	0,00	123.028.093,49	123.028.093,49
111800000000	IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	36.173.396.474,00	40.282.656.041,93	4.109.259.567,93
111801000000	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	3.563.398.276,00	3.751.372.499,13	187.974.223,13
111801200000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	2.976.888.480,00	3.074.010.559,31	97.122.079,31
111801210000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - PRINCIPAL	2.745.146.947,00	2.799.054.745,62	53.907.798,62
111801210001	IPVA - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	2.745.146.947,00	2.799.054.745,62	53.907.798,62
111801230000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA	121.309.245,00	156.294.688,07	34.985.443,07
111801230001	RECEITA DO IPVA EM DIVIDA ATIVA	121.309.245,00	156.294.688,07	34.985.443,07
111801250000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS	55.159.095,00	59.418.796,39	4.259.701,39
111801250001	MULTAS DO IPVA	55.159.095,00	59.418.796,39	4.259.701,39
111801260000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - JUROS	10.592.160,00	6.179.156,53	4.413.003,47-
111801260001	JUROS DE MORA DO IPVA	10.592.160,00	6.179.156,53	4.413.003,47-
111801270000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	30.232.595,00	39.024.787,15	8.792.192,15
111801270001	MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA	30.232.595,00	39.024.787,15	8.792.192,15
111801280000	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA - JUROS	14.448.438,00	14.038.385,55	410.052,45-
111801280001	JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA (ART 69, LEI 6537/73)	14.448.438,00	14.038.385,55	410.052,45-
111801300000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	583.045.673,00	674.154.658,20	91.108.985,20
111801310000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - PRINC	570.453.197,00	659.887.318,82	89.434.121,82
111801310001	ITCD - IMPOSTO S/TRANSMISSAO CAUSA MORTIS E DOACAO DE QUAISQUER NATUREZA	570.453.197,00	659.887.318,82	89.434.121,82
111801330000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - DÍVIDA ATIV	2.072.932,00	3.124.562,51	1.051.630,51
111801330001	RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA	2.072.932,00	3.114.305,49	1.041.373,49
111801330011	PRECAT COMPE - RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA	0,00	10.257,02	10.257,02
111801350000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - MULTA	3.798.583,00	3.569.594,02	228.988,98-
111801350001	MULTAS DO ITCD	3.798.583,00	3.569.594,02	228.988,98-
111801360000	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - JUROS	3.658.073,00	3.047.206,80	610.866,20-
111801360001	JUROS DE MORA DO ITCD	3.658.073,00	3.047.206,80	610.866,20-
111801370000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - DÍVIDA ATIV	1.189.166,00	1.824.031,62	634.865,62
111801370001	MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	1.189.166,00	1.817.877,41	628.711,41

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00003
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
111801370011	PRECAT COMPE - MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	0,00	6.154,21	6.154,21
111801380000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - DÍVIDA ATIV	1.873.722,00	2.701.944,43	828.222,43
111801380001	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD (ART 74, LEI 6537/73)	1.873.722,00	2.257.181,67	383.459,67
111801380011	PRECAT COMPE - ITCD - DIVIDA ATIVA JUROS DE MORA	0,00	13.607,64	13.607,64
111801380101	DIVIDA ATIVA ITCD - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	431.155,12	431.155,12
111801400000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DIREITOS	3.464.123,00	3.207.281,62	256.841,38-
111801410000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DIREITOS - PRINCIPAL	3.442.796,00	3.207.281,62	235.514,38-
111801410001	ITBI - IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO DE BENS IMOVEIS	3.442.796,00	3.207.281,62	235.514,38-
111801430000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DIREITOS - DÍVIDA ATIVA	3.080,00	0,00	3.080,00-
111801430001	RECEITA DO ITBI EM DIVIDA ATIVA	3.080,00	0,00	3.080,00-
111801470000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DIREITOS - DÍVIDA ATIVA	1.841,00	0,00	1.841,00-
111801470001	MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ITBI	1.841,00	0,00	1.841,00-
111801480000	IMPOSTO TRANSMISSÃO "INTER VIVOS" DE BENS IMÓVEIS E DIREITOS - DÍVIDA ATIVA	16.406,00	0,00	16.406,00-
111801480001	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITBI (ART 74, LEI 6537/73)	16.406,00	0,00	16.406,00-
111802000000	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	32.609.998.198,00	36.531.283.542,80	3.921.285.344,80
111802100000	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTA	32.303.649.113,00	36.230.211.989,81	3.926.562.876,81
111802110000	ICMS - PRINCIPAL	31.454.892.508,00	33.892.082.540,23	2.437.190.032,23
111802110002	ICMS - IMP S/OPER REL CIRC DE MERCAD E S/PREST DE SERV DE TRANSP E DE COMUNI	30.714.691.733,00	33.212.033.813,99	2.497.342.080,99
111802110012	ICMS-IMP S/OPER REL CIRC DE MERCAD E S/ PREST DE SERV DE TRANSP E DE COMUNIC	740.200.775,00	680.048.726,24	60.152.048,76-
111802120000	ICMS - MULTAS E JUROS DE MORA	14.957,00	5.531,26	9.425,74-
111802120025	JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - AMPARA-RS	14.957,00	5.531,26	9.425,74-
111802130000	ICMS - DÍVIDA ATIVA	367.675.791,00	1.556.770.995,94	1.189.095.204,94
111802130002	RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA	367.675.791,00	761.247.522,11	393.571.731,11
111802130022	PRECAT COMPE - RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA	0,00	7.052.889,51	7.052.889,51
111802130102	DIVIDA ATIVA ICMS - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	788.470.584,32	788.470.584,32
111802150000	ICMS - MULTAS	156.344.389,00	139.622.888,49	16.721.500,51-
111802150002	MULTAS DO ICMS	13.727.946,00	19.631.447,66	5.903.501,66
111802150012	MULTAS MORATORIAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO	98.060.841,00	49.951.334,43	48.109.506,57-
111802150022	MULTAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO	44.555.602,00	70.040.106,40	25.484.504,40
111802160000	ICMS - JUROS	58.921.718,00	79.994.536,11	21.072.818,11
111802160002	JUROS DE MORA DO ICMS	4.408.503,00	24.240.759,72	19.832.256,72
111802160012	JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO	54.513.215,00	55.753.776,39	1.240.561,39
111802170000	ICMS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	106.099.832,00	222.730.963,16	116.631.131,16
111802170002	MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	46.482.594,00	165.964.753,65	119.482.159,65
111802170012	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	59.617.238,00	54.983.123,97	4.634.114,03-
111802170022	PRECAT COMPE - MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	0,00	861.205,29	861.205,29
111802170032	PRECAT COMPE - MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	0,00	921.880,25	921.880,25
111802180000	ICMS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	159.699.918,00	339.004.534,62	179.304.616,62

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00004
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
111802180002	JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS (ART 69, LEI 6537/73)	159.699.918,00	332.272.148,50	172.572.230,50
111802180022	PRECAT COMPE - JURO DE MORA DIVIDA ATIVA ICMS	0,00	6.732.386,12	6.732.386,12
111802200000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA	306.349.085,00	301.071.552,99	5.277.532,01-
111802210000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - PRINCIPAL	305.633.244,00	300.137.785,37	5.495.458,63-
111802210001	ICMS - IMP S/OPER CIRC MERCAD E S/PREST SERV TRANSP E COMUNIC - AMPARA/RS	304.359.031,00	298.901.161,17	5.457.869,83-
111802210012	ICMS-IMP S/OPER REL CIRC MERC E S/PREST SERV TRANSP E COMUNIC-AUL- AMPARA-RS	1.274.213,00	1.236.624,20	37.588,80-
111802230000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - DÍVIDA ATIVA	427.104,00	405.928,72	21.175,28-
111802230001	RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA - AMPARA-RS	427.104,00	405.928,72	21.175,28-
111802250000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - MULTAS	162.123,00	367.146,19	205.023,19
111802250001	MULTA DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	43.072,00	217.161,91	174.089,91
111802250012	MULTA DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA - RS	95.900,00	105.445,78	9.545,78
111802250022	MULTA MATERIAL DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA - RS	23.151,00	44.538,50	21.387,50
111802260000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - JUROS	5.382,00	18.249,50	12.867,50
111802260001	JUROS DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	5.382,00	4.159,54	1.222,46-
111802260012	JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA-RS	0,00	14.089,96	14.089,96
111802270000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	106.737,00	114.198,90	7.461,90
111802270001	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA-RS	106.737,00	87.939,05	18.797,95-
111802270022	MULTA MATERIAL DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA -RS	0,00	26.259,85	26.259,85
111802280000	ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - DÍVIDA ATIVA - JUROS	14.495,00	28.244,31	13.749,31
111802280001	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - ART 69 LEI 6537-73 - AMPARA-RS	14.495,00	28.244,31	13.749,31
112000000000	TAXAS	2.138.015.318,00	1.920.993.965,57	217.021.352,43-
112200000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.113.155.746,00	1.896.575.961,50	216.579.784,50-
112201000000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.662.984.268,00	1.617.821.406,81	45.162.861,19-
112201100000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.662.984.268,00	1.617.821.406,81	45.162.861,19-
112201110000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL	1.659.379.469,00	1.607.707.223,31	51.672.245,69-
112201110007	TAXA DE SERVICOS DE TRANSITO - UTILIZACAO DE RODOVIAS	0,00	310,26	310,26
112201110009	TAXA DE SERVICOS DE FLORESTAMENTO/REFLORESTAMENTO - FUNDEFLO	3.020.482,00	1.073.795,77	1.946.686,23-
112201110011	TAXA DE SERVICOS CULTURAIS - SECRETARIA DA CULTURA	288.828,00	220.976,68	67.851,32-
112201110012	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - SECRETARIA DA JUSTICA E DA SEGURANCA	5.917,00	83,84	5.833,16-
112201110013	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - BRIGADA MILITAR	2.063.367,00	1.515.477,20	547.889,80-
112201110014	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - COORDENADORIA-GERAL DE PERICIAS	31.580.845,00	30.896.679,09	684.165,91-
112201110016	SERVICOS DE SAUDE PUBLICA - FEASP	12.827.250,00	8.441.987,76	4.385.262,24-
112201110017	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FEASP	653.939,00	721.968,62	68.029,62
112201110018	SERVICOS RELATIVOS A EXPEDICAO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO - DETRAN	147.600.000,00	140.750.337,02	6.849.662,98-
112201110019	SERVICOS RELATIVOS A EXAME DE SAUDE E PSICOTECNICO - DETRAN	101.400.000,00	97.495.510,92	3.904.489,08-
112201110020	SERVICOS DE EXAME DE LEGISLACAO DE TRANSITO E PRATICO DE DIRECAO - DETRAN	42.300.000,00	38.748.480,82	3.551.519,18-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00005
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
112201110021	SERVICOS RELATIVOS A EXPEDICAO DE CRV/CRLV	683.200.000,00	678.791.503,14	4.408.496,86-
112201110022	SERVICOS DE VISTORIA E IDENTIFICACAO DE VEICULOS - DETRAN	117.000.000,00	116.015.603,47	984.396,53-
112201110023	SERVICOS RELATIVOS A ALTERACAO DE REGISTRO DE VEICULOS AUTOMOTORES - DETRAN	204.500.000,00	203.131.937,65	1.368.062,35-
112201110025	LICENCA E FISCALIZACAO DE EVENTOS NA VIA PUBLICA - DETRAN	4.400.000,00	2.520.786,20	1.879.213,80-
112201110026	SERVICOS DE REMOCAO E DEPOSITOS DE VEICULOS - DETRAN	66.200.000,00	77.878.674,51	11.678.674,51
112201110027	SERVICO DE ALVARAS DE CREDENCIAMENTO - HABILITACAO - DETRAN	1.124.000,00	1.049.668,83	74.331,17-
112201110028	TAXAS - AGERGS	13.312.567,00	14.410.472,92	1.097.905,92
112201110029	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FUNDOVITIS	22.246.942,00	25.565.283,23	3.318.341,23
112201110031	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FUNDOVINOS	1.305.347,00	1.234.802,97	70.544,03-
112201110032	SERVICO DE ALVARAS DE CREDENCIAMENTO - VEICULOS - DETRAN	1.050.000,00	919.251,37	130.748,63-
112201110033	SERVICOS DE SAUDE PUBLICA - FESA	53.027,00	11.593,18	41.433,82-
112201110036	TAXA DE COOPERACAO - BOVINOS	0,00	772,75	772,75
112201110037	TAXA DE COOPERACAO - OVINOS	643,00	666,54	23,54
112201110039	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - POLICIA CIVIL	820.229,00	1.303.312,65	483.083,65
112201110040	TAXA DE MANUTENCAO E SERVICOS DE RODOVIAS	5.586.636,00	5.595.436,91	8.800,91
112201110043	TAXA DE COOPERACAO E DEFESA DA ORIZICULTURA	112.000.000,00	59.357.184,73	52.642.815,27-
112201110044	SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - INSTITUTO-GERAL DE PERICIAS	34.371,00	34.301,80	69,20-
112201110045	TAXA DE AVALIACAO DE BENS	24.500.000,00	10.528.093,63	13.971.906,37-
112201110047	SERVICOS REGISTRO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO	53.000.000,00	81.628.701,01	28.628.701,01
112201110048	TAXA DE SERVICOS DE TRANSITO-COMUNICACAO DE VENDA	4.800.000,00	5.080.267,95	280.267,95
112201110049	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA-FUNDOMATE	1.207.229,00	1.230.740,73	23.511,73
112201110050	SERVICOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA-FUNDOLEITE	1.293.350,00	1.547.744,61	254.394,61
112201110052	TAXA ALVARA DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS - DETRAN	4.500,00	4.814,55	314,55
112201120000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS E JUROS DE MORA	501.944,00	105.077,27	396.866,73-
112201120043	MULTAS E JUROS DE MORA SOBRE A TAXA DE COOPERACAO E DEFESA ORIZICULTURA	501.944,00	105.077,27	396.866,73-
112201130000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA	1.057.279,00	7.703.693,83	6.646.414,83
112201130007	TAXAS E MULTAS DE TRANSITO VINCULADAS AO DAER, EM DIVIDA ATIVA	249.179,00	875.706,88	626.527,88
112201130013	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FESP (BM)	199.992,00	175.130,17	24.861,83-
112201130029	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVITIS	497.923,00	303.764,16	194.158,84-
112201130031	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVINOS	0,00	22.183,75	22.183,75
112201130033	TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA-FESA	7.247,00	8.653,53	1.406,53
112201130043	TAXA DE COOPERACAO E DEFESA DA ORIZICULTURA EM DIVIDA ATIVA	90.412,00	192.717,42	102.305,42
112201130098	RECEITA DA TAXA DE SERVICOS DIVERSOS EM DIVIDA ATIVA	10.142,00	5.928,85	4.213,15-
112201130099	RECEITA DE OUTROS TRIBUTOS EM DIVIDA ATIVA	2.384,00	69,44	2.314,56-
112201130129	PRECAT COMPE - RECEITA DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVITIS	0,00	2.581,51	2.581,51
112201130198	PRECAT COMPE - DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS DIVERSOS-NAO VINCULADA	0,00	1.114,68	1.114,68
112201130199	DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	6.113.985,57	6.113.985,57

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00006
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
112201130299	PRECAT COMPE - RECEITA DE OUTROS TRIBUTOS EM DIVIDA ATIVA	0,00	1.857,87	1.857,87
112201150000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS	214.130,00	324.637,46	110.507,46
112201150009	MULTA DA TAXA DE SERVICOS FLORESTAIS - FUNDEFLO	30.000,00	16.309,74	13.690,26-
112201150013	MULTA DE TAXAS DE SERVICOS DO FESP-BM	59.413,00	30.935,23	28.477,77-
112201150017	MULTA DE MORA-TAXA DE SERVICOS-FEASP	0,00	81.804,16	81.804,16
112201150029	MULTAS DE TAXAS DE SERVICOS DO FUNDOVITIS	86.206,00	103.637,45	17.431,45
112201150031	MULTAS DE TAXAS DE SERVICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA - FUNDOVINOS	6.912,00	17.894,92	10.982,92
112201150040	MULTAS DE MORA-TAXA DE MANUTENCAO E SERVICOS DE RODOVIAS	21.258,00	71.726,13	50.468,13
112201150049	MULTA DA TAXA DO FUNDOMATE	2.163,00	226,41	1.936,59-
112201150050	MULTAS DE TAXAS DE SERVICOS SECRETARIA DA AGRICULTURA -FUNDOLEITE	8.178,00	2.103,42	6.074,58-
112201160000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - JUROS	174.777,00	146.317,46	28.459,54-
112201160009	JUROS DE MORA SOBRE A TAXA SERVICOS FLORESTAIS - ART 69 DA LEI 6537/73-FUNDE	21.093,00	23.106,76	2.013,76
112201160013	JUROS DE MORA DE TAXA DE SERVICOS DO FESP-BM	45.792,00	15.376,35	30.415,65-
112201160017	JUROS DE MORA-TAXA DE SERVICOS-FEASP	0,00	16.893,57	16.893,57
112201160028	JUROS DE MORA TAXA AGERGS	7.343,00	7.165,80	177,20-
112201160029	JUROS DE MORA DE TAXA DE SERVICOS DO FUNDOVITIS	87.733,00	72.862,44	14.870,56-
112201160031	JUROS DE MORA SOBRE TAXA DE SERVICOS SECRETARIA AGRICULTURA-FUNDOVINOS	1.108,00	5.021,44	3.913,44
112201160040	JUROS DE MORA-TAXA DE MANUTENCAO E SERVICOS DE RODOVIAS	5.978,00	5.808,44	169,56-
112201160049	JURO DE MORA DA TAXA DO FUNDOMATE	608,00	3,84	604,16-
112201160050	JUROS DE MORA SOBRE TAXA DE SERVICOS SECRETARIA AGRICULTURA-FUNDOLEITE	5.122,00	78,82	5.043,18-
112201170000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	587.302,00	949.883,03	362.581,03
112201170007	MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE TAXAS DO DAER	104.371,00	352.079,61	247.708,61
112201170013	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM	117.962,00	105.378,27	12.583,73-
112201170029	MULTAS DIVIDA ATIVA TAXA SERVICOS-FUNDOVITIS	298.928,00	182.257,73	116.670,27-
112201170031	MULTAS DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FUNDOVINOS	0,00	8.873,51	8.873,51
112201170033	MULTAS DA TAXA DE SERVICOS EM DIVIDA ATIVA - FESA	4.348,00	5.192,42	844,42
112201170043	MULTA SOBRE A TAXA DE COOPERACAO E DEFESA DA ORIZICULTURA EM DIVIDA ATIVA	54.598,00	290.442,58	235.844,58
112201170098	MULTA MORATORIA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS DIVERSOS-NAO VINCULADA	6.085,00	3.557,15	2.527,85-
112201170099	MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	1.010,00	552,86	457,14-
112201170129	PRECAT COMPE - MULTAS DIVIDA ATIVA TAXA SERVICOS-FUNDOVITIS	0,00	1.548,90	1.548,90
112201180000	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	1.069.367,00	884.574,45	184.792,55-
112201180007	JUROS MORA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS E MULTAS VINCUL AO DAER (ART. 74 LEI 6537/	112.094,00	313.626,95	201.532,95
112201180013	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS FESP-BM (ART 69, LEI 6537/	89.909,00	91.695,45	1.786,45
112201180029	JURO MORA DIVIDA ATIVA TAXA DE SERVICOS DO FUNDOVITIS (ART 69, LEI 6537/73)	674.835,00	376.175,37	298.659,63-
112201180031	JUROS DE MORA DA TAXA DE SERVICOS - FUNDOVINOS	0,00	3.851,07	3.851,07
112201180033	JUROS DE MORA DA TAXA DE SERVICOS (ART. 69, LEI 6537/73) - FESA	7.552,00	10.010,59	2.458,59

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00007
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
112201180043	JUROS DE MORA SOBRE TAXA COOPERACAO DEFESA ORIZICULTURA EM DIVIDA ATIVA	142.433,00	54.578,00	87.855,00-
112201180098	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS (ART 69, LEI 6537/73)-NAO	34.007,00	21.187,94	12.819,06-
112201180099	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS (ART 69, LEI 6537/73)	8.537,00	1.070,09	7.466,91-
112201180129	PRECAT COMPE - JURO MORA DIVIDA ATIVA TAXA DE SERVICOS DO FUNDOVITIS	0,00	6.067,89	6.067,89
112201180198	PRECAT COMPE - JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE SERVICOS	0,00	6.311,10	6.311,10
112202000000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	268.216.781,00	277.600.306,79	9.383.525,79
112202100000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	268.216.781,00	277.600.306,79	9.383.525,79
112202110000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	267.697.633,00	277.084.477,61	9.386.844,61
112202110001	CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS	0,00	26,30	26,30
112202110003	CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS - LEI 12.613/06	52.947.597,00	41.312.040,26	11.635.556,74-
112202110004	CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS-SERVICOS INDIVIDUALIZADOS - LEI 12.613/06	584.754,00	501.914,24	82.839,76-
112202110005	TAXA UNICA DE SERVICOS JUDICIAIS	192.700.000,00	215.733.313,24	23.033.313,24
112202110053	TAXA JUDICIARIA	0,00	981,33	981,33
112202110054	TAXA JUDICIARIA - LEI 12.613/06	21.465.282,00	19.536.202,24	1.929.079,76-
112202130000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA	106.443,00	136.500,03	30.057,03
112202130001	RECEITA DAS CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS EM DIVIDA ATIVA	4.076,00	2.679,51	1.396,49-
112202130003	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS - LEI 12.613/06	67.649,00	73.457,49	5.808,49
112202130013	PRECAT COMPE - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS - LEI 12.613/06	0,00	432,36	432,36
112202130053	RECEITA DA TAXA JUDICIARIA EM DIVIDA ATIVA - LEI 12.613/06	34.718,00	59.304,72	24.586,72
112202130153	PRECAT COMPE - RECEITA DA TAXA JUDICIARIA EM DIVIDA ATIVA - LEI 12.613/06	0,00	625,95	625,95
112202140000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	0,00	2.450,35	2.450,35
112202140013	PRECAT COMPE - MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA DE CUSTOS JUDICIAIS - LEI 12613	0,00	2.450,35	2.450,35
112202150000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - MULTAS	6.998,00	684,11	6.313,89-
112202150004	MULTAS DE CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS - LEI 12.613/06	19,00	684,11	665,11
112202150054	MULTA DA TAXA JUDICIARIA - L12.613/06	6.979,00	0,00	6.979,00-
112202160000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - JUROS	3.298,00	78.872,87	75.574,87
112202160001	JUROS DE MORA S/CUSTAS JUDICIAIS ESTATIZADAS	0,00	78.872,87	78.872,87
112202160054	JUROS DE MORA DA TAXA JUDICIARIA - LEI 12.613/06	3.298,00	0,00	3.298,00-
112202170000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	89.952,00	51.588,23	38.363,77-
112202170001	MULTAS DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	2.446,00	1.607,63	838,37-
112202170003	MULTAS DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS - LEI 12.613/06	51.329,00	15.343,70	35.985,30-
112202170054	MULTAS DA DIVIDA ATIVA DA TAXA JUDICIARIA - LEI 12.613/06	36.177,00	34.636,90	1.540,10-
112202180000	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	312.457,00	245.733,59	66.723,41-
112202180001	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS (ART 69, LEI 6537/73)	10.259,00	8.468,02	1.790,98-
112202180003	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS (ART.69) - LEI 12.613/06	153.864,00	114.759,13	39.104,87-
112202180054	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA JUD (ART. 69) - LEI 12.613/06	148.334,00	122.506,44	25.827,56-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00008
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
112203000000	EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	181.954.697,00	1.154.247,90	180.800.449,10-
112203100000	EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS	181.954.697,00	1.154.247,90	180.800.449,10-
112203110000	EMOLUMENTOS E CUSTAS EXTRAJUDICIAIS - PRINCIPAL	181.954.697,00	1.154.247,90	180.800.449,10-
112203110001	TAXA DE SERVICOS EM GERAL	554.449,00	551.676,12	2.772,88-
112203110002	EMOLUMENTOS ABERTURA E ANDAMENTO OUTORGAS-FUNDO RECURSOS HIDRICOS	38.046,00	587.616,82	549.570,82
112203110003	TAXA DE SERVICOS DA SECRETARIA DA FAZENDA	162.202,00	14.954,96	147.247,04-
112203110004	EXCEDENTE TETO INTERINOS EXTRAJUDICIAIS	181.200.000,00	0,00	181.200.000,00-
112800000000	TAXAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	24.859.572,00	24.418.004,07	441.567,93-
112801000000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	24.859.572,00	24.418.004,07	441.567,93-
112801900000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS	24.859.572,00	24.418.004,07	441.567,93-
112801910000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - PRINCIPAL	24.717.812,00	24.297.502,79	420.309,21-
112801910001	TAXA DE FISCALIZACAO DE AGENCIAS E ESTACOES RODOVIARIAS	2.219.987,00	2.047.030,50	172.956,50-
112801910002	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL - TCFA-RS	22.497.825,00	22.250.472,29	247.352,71-
112801950000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - MULTAS	134.742,00	116.441,57	18.300,43-
112801950001	MULTA DA TAXA DE FISCALIZACAO DE AGENCIAS E ESTACOES RODOVIARIAS	134.742,00	116.441,57	18.300,43-
112801960000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - JUROS DE MORA	7.018,00	4.059,71	2.958,29-
112801960001	JUROS DE MORA-DA TAXA DE FISCALIZACAO DE AGENCIAS E ESTACOES RODOVIARIAS	7.018,00	4.059,71	2.958,29-
120000000000	CONTRIBUIÇÕES	3.569.771.070,00	3.709.273.059,86	139.501.989,86
121000000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.569.771.070,00	3.709.273.059,86	139.501.989,86
121600000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	1.635.445.931,00	1.702.710.490,89	67.264.559,89
121601000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - POLICIAIS MILITARES	173.298.872,00	193.833.139,32	20.534.267,32
121601100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - POLICIAIS MILITARES	173.298.872,00	193.833.139,32	20.534.267,32
121601110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - POLICIAIS MILITARES - PRINC	173.298.872,00	193.833.139,32	20.534.267,32
121601110002	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-P EXECUTIVO-PES MILITAR - AT	44.519.313,00	52.163.984,67	7.644.671,67
121601110004	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES P EXECUTIVO-PES MILITAR-INAT	96.308.798,00	106.668.248,01	10.359.450,01
121601110006	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS PODER EXECUTIVO - MILITAR	32.470.761,00	35.000.906,64	2.530.145,64
121603000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS	1.055.249.934,00	1.079.902.518,21	24.652.584,21
121603100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS	1.055.249.934,00	1.079.902.518,21	24.652.584,21
121603110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS - PRINCIPA	1.054.964.677,00	1.079.852.956,70	24.888.279,70
121603110001	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-P EXEC-PESSOAL CIVIL ATIVO	14.642.229,00	59.877.068,37	45.234.839,37
121603110003	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES P EXECUTIVO-PES CIVIL-INATIV	59.333.846,00	68.641.206,55	9.307.360,55
121603110005	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS P EXECUTIVO - CIVIL	29.402.032,00	29.611.668,40	209.636,40
121603110007	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-ASSEMB LEGISLATIVA-P CIVIL-A	6.000.000,00	4.539.996,66	1.460.003,34-
121603110008	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES- A LEGISLATIVA-PES CIVIL-INA	3.942.000,00	4.759.726,45	817.726,45
121603110009	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-CIV	1.458.000,00	1.254.339,19	203.660,81-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00009
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121603110010	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIB CONTAS-PESSOAL CIVIL-AT	3.700.000,00	3.493.919,01	206.080,99-
121603110011	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIB CONTAS-PESSOAL CIVIL-IN	4.430.400,00	5.176.530,21	746.130,21
121603110012	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-TRIBUNAL CONTAS ESTADO-CIV	769.600,00	763.823,51	5.776,49-
121603110015	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-PODER JUDICIARIO-CIVIL	0,00	7.036.470,15	7.036.470,15
121603110016	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES M PUBLICO-PESSOAL CIVIL-ATIV	8.100.000,00	7.871.840,24	228.159,76-
121603110017	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES M PUBLICO-PESSOAL CIVIL-INAT	1.716.000,00	2.908.543,29	1.192.543,29
121603110018	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-MINISTERIO PUBLICO - CIVIL	924.000,00	1.204.599,20	280.599,20
121603110019	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-AVULSAS	125.805.350,00	103.673.273,72	22.132.076,28-
121603110020	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-REINGRESSO 7,2%	0,00	136.680,54	136.680,54
121603110022	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-AUTARQUIAS-PESSOAL CIVIL-INA	0,00	891,14	891,14
121603110027	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA - PRECATORIOS/RPV	19.660.309,00	11.588.321,66	8.071.987,34-
121603110028	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIBUNAL JUSTICA-P CIVIL-ATI	25.270.993,00	25.791.005,22	520.012,22
121603110029	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-TRIBUNAL JUSTICA-P CIVIL-INA	20.613.074,00	21.701.038,55	1.087.964,55
121603110030	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-TRIBUNAL DE JUSTICA - CIVI	275.790,00	274.367,44	1.422,56-
121603110031	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-JUSTICA MILITAR-P CIVIL-ATIV	304.873,00	341.097,03	36.224,03
121603110032	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-JUSTICA MILITAR-P CIVIL-INAT	214.022,00	229.805,14	15.783,14
121603110033	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-JUSTICA MILITAR - CIVIL	10.552,00	179.955,28	169.403,28
121603110034	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PESSOAL CIVIL-INATIVOS FERROVIARIOS-EST	533.411,00	490.220,31	43.190,69-
121603110036	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PESSOAL CIVIL-INATIVOS DA EXTINTA CEERG	5.019.438,00	4.905.130,48	114.307,52-
121603110037	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-ATIVOS-DEFENSORIA PUBLICA	2.493.243,00	2.397.134,50	96.108,50-
121603110038	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-INATIVOS-DEFENSORIA PUBLICA	2.112.836,00	1.878.088,61	234.747,39-
121603110039	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-DEFENSORIA PUBLICA	208.962,00	213.697,53	4.735,53
121603110040	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SPH	321.384,00	24.766,56	296.617,44-
121603110041	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-IPERGS	2.073.235,00	59.457,86	2.013.777,14-
121603110042	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-DAER	1.238.730,00	1.097.258,10	141.471,90-
121603110043	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-IRGA	404.341,00	347.659,02	56.681,98-
121603110044	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FOSPA	249.236,00	298.893,03	49.657,03
121603110046	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SUPRG	537.706,00	630.042,65	92.336,65
121603110047	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-AGERGS	192.989,00	231.535,46	38.546,46
121603110048	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-DETRAN	2.392.056,00	2.149.888,01	242.167,99-
121603110050	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FASE	3.926,00	3.614,54	311,46-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00010
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121603110056	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-METROPLAN	3.850,00	3.129,06	720,94-
121603110057	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FDRH	0,00	16.751,14	16.751,14
121603110059	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FADERS	640,00	629,10	10,90-
121603110062	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FEPAGRO	5.639,00	106,96	5.532,04-
121603110067	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-FPERGS	2.982,00	0,00	2.982,00-
121603110068	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-AGDI	103.567,00	90.563,22	13.003,78-
121603110069	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SPH	1.145.158,00	934.324,00	210.834,00-
121603110070	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-IPERGS	1.179.087,00	0,00	1.179.087,00-
121603110071	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-DAER	3.548.623,00	3.331.514,17	217.108,83-
121603110072	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-IRGA	350.240,00	559.267,31	209.027,31
121603110075	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SUPRG	291.550,00	363.044,30	71.494,30
121603110076	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-AGERGS	13.585,00	16.180,04	2.595,04
121603110077	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-DETRAN	69.685,00	85.188,72	15.503,72
121603110084	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-FEE	30.099,00	0,00	30.099,00-
121603110097	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-SPH	1.091.401,00	1.027.520,90	63.880,10-
121603110098	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-IPERGS	647.840,00	712.464,64	64.624,64
121603110099	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-DAER	3.843.342,00	3.693.275,47	150.066,53-
121603110100	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-IRGA	79.042,00	83.610,70	4.568,70
121603110101	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-FOSPA	24.044,00	14.229,09	9.814,91-
121603110102	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-FIGTF	3.437,00	0,00	3.437,00-
121603110103	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-SUPRG	55.382,00	57.782,30	2.400,30
121603110105	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES-PENSIONISTAS-DETRAN	574.313,00	3.775,50	570.537,50-
121603110125	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SECRETARIA DA SAUDE	7.074.839,00	6.029.193,06	1.045.645,94-
121603110126	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SECRETARIA DA EDUCACA	75.257.312,00	66.681.724,94	8.575.587,06-
121603110127	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SECRETARIA DA SAUDE	8.948.498,00	8.049.961,42	898.536,58-
121603110128	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES INATIVOS-SECRETARIA DA EDUCA	125.144.562,00	126.254.960,33	1.110.398,33
121603110129	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-SECRETARIA DA SAUDE	1.994.150,00	1.984.103,52	10.046,48-
121603110130	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-SECRETARIA DA EDUCACAO	6.750.169,00	7.314.835,36	564.666,36
121603110133	CONTRIBUICAO ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-JUCERGS	74.361,00	107.864,06	33.503,06
121603110134	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS-SEGURANCA	43.926.687,00	0,00	43.926.687,00-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00011
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121603110136	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-SERVIDORES ATIVOS DO IPE SAUDE	0,00	45.878,89	45.878,89
121603110203	CONTRIBUICOES DO PAMES	169.268.109,00	184.886.277,99	15.618.168,99
121603110204	CONTRIBUICOES DO PAC	259.107.921,00	291.721.246,90	32.613.325,90
121603160000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS - JUROS	285.257,00	49.561,51	235.695,49-
121603160019	ENCARGOS DE MORA - CONTRIBUICOES AVULSAS	0,00	0,78	0,78
121603160203	ENCARGOS DE MORA - PAMES	68.165,00	29.076,94	39.088,06-
121603160204	ENCARGOS DE MORA - PAC	217.092,00	20.483,79	196.608,21-
121604000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS	406.897.125,00	428.974.833,36	22.077.708,36
121604100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS	406.897.125,00	428.974.833,36	22.077.708,36
121604110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS- PRINC	406.897.125,00	428.974.833,36	22.077.708,36
121604110132	CONTRIBUICAO ASSISTENCIA MEDICA-PENSIONISTAS-PREFEITURAS	474.236,00	447.273,33	26.962,67-
121604110205	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA - PREFEITURAS	351.711.100,00	369.157.156,11	17.446.056,11
121604110206	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA - CONVENIOS	54.711.789,00	59.370.403,92	4.658.614,92
121800000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	1.926.682.372,00	2.003.773.100,73	77.090.728,73
121801000000	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR CIVIL PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL-CPSSS - EST/DF/MUN	1.433.950.313,00	1.439.049.781,89	5.099.468,89
121801100000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO	899.883.146,00	911.936.238,34	12.053.092,34
121801110000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	899.883.146,00	911.936.238,33	12.053.092,33
121801110001	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-EXECUTIVO	87.183.901,00	266.539.399,99	179.355.498,99
121801110002	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-AVULSAS	2.269.018,00	1.895.345,09	373.672,91-
121801110003	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FASE	17.818,00	16.478,52	1.339,48-
121801110006	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FIGTF	4.030,00	0,00	4.030,00-
121801110007	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	8.970.000,00	8.538.093,68	431.906,32-
121801110008	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-METROPLAN	14.993,00	11.417,79	3.575,21-
121801110010	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS	19.982.535,00	18.878.413,83	1.104.121,17-
121801110012	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FEE	4.655,00	0,00	4.655,00-
121801110016	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	58.700.000,00	59.842.603,71	1.142.603,71
121801110030	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-JUSTICA MILITAR	1.317.803,00	1.388.514,11	70.711,11
121801110033	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	104.655.176,00	98.369.341,46	6.285.834,54-
121801110034	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SECRETARIA DA EDUCACAO	234.102.863,00	193.134.068,96	40.968.794,04-
121801110037	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SECRETARIA DA SAUDE	34.198.488,00	28.462.044,63	5.736.443,37-
121801110055	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-CEERGS	7.805.408,00	6.629.635,29	1.175.772,71-
121801110056	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-DAER	5.388.183,00	4.208.630,16	1.179.552,84-
121801110058	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SPH	779.132,00	76.999,49	702.132,51-
121801110059	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-IRGA	8.967,00	11.949,10	2.982,10

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00012
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121801110062	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-AGERGS	811.197,00	825.391,55	14.194,55
121801110064	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-IPERGS	2.097.840,00	2.004.906,51	92.933,49-
121801110066	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SUPRG	3.047.172,00	1.282.235,11	1.764.936,89-
121801110068	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIALATIVO CIVIL-DETRAN	6.772.561,00	6.569.663,52	202.897,48-
121801110070	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FOSPA	1.350.553,00	1.130.102,90	220.450,10-
121801110072	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FEPAGRO	16.385,00	56.971,27	40.586,27
121801110078	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-DEFENSORIA PUBLICA	14.300.000,00	14.554.397,67	254.397,67
121801110079	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-FADERS	3.630,00	3.129,37	500,63-
121801110081	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-AGDI	21.265,00	34.907,28	13.642,28
121801110083	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL ATIVO CIVIL-TVE	3.740,00	0,00	3.740,00-
121801110085	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL- ATIVO CIVIL-JUCERGS	618.940,00	758.872,07	139.932,07
121801110086	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-CEDIDOS	44.005,00	72.328,85	28.323,85
121801110087	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-SEGURANCA	130.775.854,00	0,00	130.775.854,00-
121801110089	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-IPE SAUDE	0,00	48.809,30	48.809,30
121801110101	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-EXECU	18.933.370,00	80.984.967,37	62.051.597,37
121801110107	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-ASSEMBLEIA	183.300,00	86.289,22	97.010,78-
121801110108	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-METRO	4.294,00	4.438,89	144,89
121801110110	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-TRIBUNAL DE CON	6.300.000,00	5.758.530,97	541.469,03-
121801110115	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIVIL-FPERG	14.724,00	14.768,83	44,83
121801110116	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-MINISTERIO PUBL	8.200.000,00	8.528.376,48	328.376,48
121801110130	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIVIL-JUSTICA MILIT	124.065,00	126.200,86	2.135,86
121801110133	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-TRIBUNAL DE JUS	28.916.403,00	29.662.203,85	745.800,85
121801110134	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME CAPITALIZACAO-AT CIV-SEC EDUCAC	44.098.349,00	43.680.023,43	418.325,57-
121801110137	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-SEC SAU	6.780.282,00	9.186.233,97	2.405.951,97
121801110156	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-DAER	1.033.643,00	727.537,91	306.105,09-
121801110159	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-IRGA	1.003.844,00	1.087.617,98	83.773,98
121801110162	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-AGERGS	433.557,00	417.030,38	16.526,62-
121801110164	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-IPERGS	1.172.090,00	1.238.523,78	66.433,78
121801110166	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-SUPRG	0,00	3.582,48	3.582,48
121801110168	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-DETRAN	4.836.141,00	4.690.191,00	145.950,00-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00013
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121801110170	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FO	280.887,00	234.829,91	46.057,09-
121801110172	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-FEPAGRO	12.747,00	70.287,96	57.540,96
121801110178	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-DEF PUB	7.164.634,00	9.550.807,58	2.386.173,58
121801110181	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-AG	494.266,00	456.739,43	37.526,57-
121801110184	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-FAPERGS	0,00	1.127,22	1.127,22
121801110185	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-JUCERGS	11.297,00	12.338,60	1.041,60
121801110187	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-SEGURAN	44.177.863,00	0,00	44.177.863,00-
121801110189	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIA-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIVIL-IPE SA	0,00	46.950,86	46.950,86
121801110213	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA SOBRE PAGAMENTOS EXTRAFOLHA	441.278,00	21.988,16	419.289,84-
121801130000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - DÍVIDA ATIVA	0,00	0,01	0,01
121801139999	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE CONTRIBUICOES - IPERGS	0,00	0,01	0,01
121801200000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO	389.818.615,00	395.840.656,17	6.022.041,17
121801210000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	389.818.615,00	395.840.656,17	6.022.041,17
121801210001	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-EXECUTIVO	93.131.124,00	243.791.687,77	150.660.563,77
121801210007	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	19.110.000,00	18.445.977,71	664.022,29-
121801210008	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-PES CIVIL-INATI	0,00	1.399.990,62	1.399.990,62
121801210010	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS	24.837.718,00	26.443.541,18	1.605.823,18
121801210012	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-FEE	217.963,00	0,00	217.963,00-
121801210016	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	13.800.000,00	16.161.089,89	2.361.089,89
121801210030	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-TRIBUNAL MILITAR	811.791,00	788.871,08	22.919,92-
121801210033	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	62.793.106,00	65.264.340,50	2.471.234,50
121801210034	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SECRETARIA EDUCACAO	12.207.873,00	0,00	12.207.873,00-
121801210037	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SECRETARIA DA SAUDE	13.955.755,00	0,00	13.955.755,00-
121801210055	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-CEERGS	4.578.115,00	4.354.639,44	223.475,56-
121801210056	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-DAER	4.760.048,00	4.514.523,18	245.524,82-
121801210058	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SPH	2.682.021,00	1.663.177,66	1.018.843,34-
121801210059	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-IRGA	5.708,00	5.189,08	518,92-
121801210062	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-AGERGS	36.769,00	42.021,39	5.252,39
121801210064	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-IPERGS	1.744.742,00	3.462.998,62	1.718.256,62
121801210066	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SUPRG	652.276,00	578.899,30	73.376,70-
121801210068	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-DETRAN	161.243,00	192.997,52	31.754,52
121801210072	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-FEPAGRO	0,00	214,42	214,42

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00014
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121801210078	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-DEFENSORIA PUBLICA	9.200.000,00	8.730.496,81	469.503,19-
121801210087	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO CIVIL-SEGURANCA	124.995.407,00	0,00	124.995.407,00-
121801210156	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-INAT CIV-DAER	136.956,00	0,00	136.956,00-
121801300000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS	104.695.645,00	108.855.348,79	4.159.703,79
121801310000	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS	104.695.645,00	108.855.348,79	4.159.703,79
121801310001	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-EXECUTIVO	61.521.263,00	65.521.169,42	3.999.906,42
121801310007	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATI	4.290.000,00	4.312.287,01	22.287,01
121801310010	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS	2.519.641,00	3.030.783,89	511.142,89
121801310016	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	5.400.000,00	5.901.839,84	501.839,84
121801310030	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL MILITAR	585.492,00	639.481,69	53.989,69
121801310033	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	22.833.857,00	21.381.432,73	1.452.424,27-
121801310034	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SECRETARIA DA EDUCAC	1.067.665,00	1.068.886,91	1.221,91
121801310037	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SECRETARIA DA SAUDE	1.735.940,00	1.703.848,14	32.091,86-
121801310056	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-DAER	2.341.956,00	2.440.699,57	98.743,57
121801310058	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SPH	781.112,00	750.676,13	30.435,87-
121801310059	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-IRGA	121.782,00	133.190,50	11.408,50
121801310064	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-IPERGS	448.503,00	831.667,64	383.164,64
121801310066	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SUPRG	58.825,00	61.697,56	2.872,56
121801310070	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-FOSPA	39.235,00	38.387,16	847,84-
121801310078	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-DEFENSORIA PUBLICA	700.000,00	838.000,30	138.000,30
121801310079	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-DETRAN	1.429,00	3.647,28	2.218,28
121801310087	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-SEGURANCA	67.256,00	0,00	67.256,00-
121801310099	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-PENSIONISTA CIVIL-PREFEITURAS	124.674,00	115.375,37	9.298,63-
121801310101	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-EXECUTIVO	8.833,00	16.607,72	7.774,72
121801310110	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL	46.800,00	46.558,20	241,80-
121801310178	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-DEFEN PUB	407,00	19.111,73	18.704,73
121801310187	CONTRIBUICOES PREVIDENCIA SOCIAL - CAPITALIZACAO-PENSIONISTA CIVIL-SEGURANCA	975,00	0,00	975,00-
121801400000	CPSSS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO	39.552.907,00	22.417.538,59	17.135.368,41-
121801410000	CPSSS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO -	39.552.907,00	22.417.538,59	17.135.368,41-
121801410027	CONTRIBUICAO PARA PREVIDENCIA SOCIAL - PRECATORIOS-REV	39.552.907,00	22.417.538,59	17.135.368,41-
121803000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - ESPECÍFICO DE EST/DF/MUN	1.289.173,00	1.234.253,18	54.919,82-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00015
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
121803100000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	1.289.173,00	1.234.253,18	54.919,82-
121803110000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	1.289.173,00	1.234.253,18	54.919,82-
121803110208	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PATRONAL-CEDIDOS CIVIL	1.289.173,00	1.234.253,18	54.919,82-
121805000000	CONTRIBUIÇÃO DE MILITARES E PENSIONISTAS PARA PREVIDÊNCIA MILITAR ESTADOS E	491.442.886,00	563.489.065,66	72.046.179,66
121805100000	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR ATIVO	207.342.477,00	228.568.965,66	21.226.488,66
121805110000	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR ATIVO - PRINCIPAL	207.342.477,00	228.568.965,66	21.226.488,66
121805110002	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO MILITAR-EXECUTIVO	168.505.533,00	167.896.795,87	608.737,13-
121805110102	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT MIL-EXECUTI	38.836.944,00	60.672.169,79	21.835.225,79
121805200000	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR INATIVO	225.957.742,00	262.242.656,81	36.284.914,81
121805210000	CONTRIBUIÇÃO DO MILITAR INATIVO - PRINCIPAL	225.957.742,00	262.242.656,81	36.284.914,81
121805210002	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-INATIVO MILITAR-EXECUTIVO	225.957.742,00	262.242.656,81	36.284.914,81
121805300000	CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS MILITARES	58.142.667,00	72.677.443,19	14.534.776,19
121805310000	CONTRIBUIÇÃO DOS PENSIONISTAS MILITARES - PRINCIPAL	58.142.667,00	72.677.443,19	14.534.776,19
121805310006	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL - PODER EXECUTIVO - PENSIONISTAS - MIL	58.142.667,00	72.677.443,19	14.534.776,19
121900000000	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	7.642.767,00	2.789.468,24	4.853.298,76-
121999000000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	7.642.767,00	2.789.468,24	4.853.298,76-
121999100000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	7.642.767,00	2.789.468,24	4.853.298,76-
121999110000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PRINCIPAL	7.642.767,00	2.789.462,50	4.853.304,50-
121999110001	CONTRIBUICAO AO PLANO SEG SOCIAL DOS PARLAMENTARES DO ESTADO DO RS - SEGURAD	180.440,00	103.504,25	76.935,75-
121999110002	CONTRIBUICAO RETROATIVA - PLANO SEG SOC PARLAMENTARES DO ESTADO DO RS - SEGU	480.870,00	19.862,58	461.007,42-
121999110004	PREMIO DO PECULIO FACULTATIVO	3.525.000,00	0,00	3.525.000,00-
121999110007	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	17.381,00	1.530,56	15.850,44-
121999110010	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	64.069,00	103.490,66	39.421,66
121999110016	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-MINISTERIO PUBLICO	38.230,00	25.794,86	12.435,14-
121999110030	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL MILITAR	42.465,00	0,00	42.465,00-
121999110133	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-TRIBUNAL DE JUSTICA	1.139.640,00	0,00	1.139.640,00-
121999110209	CONTRIBUICAO PENSIONISTA CIVIL-EXECUTIVO	2.154.672,00	2.535.279,59	380.607,59
121999160000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - JUROS	0,00	5,74	5,74
121999160004	ENCARGOS DE MORA - PECULIO FACULTATIVO	0,00	5,74	5,74
130000000000	RECEITA PATRIMONIAL	955.333.909,00	960.582.665,95	5.248.756,95
131000000000	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	81.092.905,00	78.896.841,82	2.196.063,18-
131001000000	ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO	71.188.072,00	68.599.480,78	2.588.591,22-
131001100000	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS	69.575.724,00	64.075.670,62	5.500.053,38-
131001110000	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	69.575.724,00	64.075.670,62	5.500.053,38-
131001110002	ALUGUEIS DE BENS IMOVEIS - VPA	2.803.645,00	2.333.248,89	470.396,11-
131001110003	ALUGUEIS - FUNDO PENITENCIARIO	991.527,00	1.962.874,62	971.347,62
131001110007	ALUGUEIS - FESP (BRIGADA MILITAR)	479.610,00	315.690,49	163.919,51-
131001110015	ALUGUEIS DE BENS MOVEIS	358.633,00	24.000,00	334.633,00-
131001110020	ALUGUEIS - FEGEF	30.168,00	5.990,81	24.177,19-
131001110022	RECEBIMENTO DE ALUGUEIS DE BENS IMOVEIS	95.000,00	6.751.912,13	6.656.912,13
131001110024	ARRENDAMENTOS - NAO VINCULADA	64.817.141,00	52.681.953,68	12.135.187,32-
131001200000	FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO	1.612.348,00	4.523.810,16	2.911.462,16

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00016
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
131001210000	FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO - PRINCIPAL	1.612.348,00	4.523.810,16	2.911.462,16
131001210002	FOROS - FEGEP	420.000,00	378.089,06	41.910,94-
131001210005	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS - NAO VINCULADA	466.713,00	14.971,35	451.741,65-
131001210006	LAUDEMIOIS - FEGEP	500.000,00	1.002.095,35	502.095,35
131001210007	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS - FEGEP	225.635,00	3.128.654,40	2.903.019,40
131002000000	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DIREITO USO BENS IMÓVEIS PÚBLICOS	9.904.833,00	10.297.361,04	392.528,04
131002100000	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DIREITO USO BENS IMÓVEIS PÚBLICOS	9.904.833,00	10.297.361,04	392.528,04
131002110000	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DIREITO USO BENS IMÓVEIS PÚBLICOS-	9.874.833,00	10.296.406,64	421.573,64
131002110001	CONCESSAO DIREITO USO AREA AEROPORTOS	1.011.815,00	1.511.688,79	499.873,79
131002110002	CONCESSAO DE USO - JARDIM BOTANICO	14.065,00	9.298,66	4.766,34-
131002110003	PERMISSAO USO - JARDIM BOTANICO	53.049,00	37.606,92	15.442,08-
131002110004	CONCESSAO DE USO - DEPENDENCIAS DE FOROS - FRPJ	4.200.000,00	4.427.243,33	227.243,33
131002110006	CONCESSOES E PERMISSOES DE USO DE BEM - FAPERGS	101.617,00	84.280,68	17.336,32-
131002110012	RECEITA DA PERMISSAO DE USO ONEROSO DA FAIXA DE DOMINIO - DAER	121.672,00	292.770,44	171.098,44
131002110015	PERMISSAO DE USO - MINISTERIO PUBLICO	40.350,00	22.607,07	17.742,93-
131002110017	CONCESSAO DE USO - FEGEP	675.783,00	554.432,98	121.350,02-
131002110018	PERMISSAO DE USO - FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEGEP	150.000,00	10.859,72	139.140,28-
131002110019	RECEITA CONCESSAO DE USO PARQUES-FUNDETUR	383.150,00	219.883,80	163.266,20-
131002110022	CONCESSAO DE USO - PARQUE ZOOLOGICO	291.497,00	167.321,46	124.175,54-
131002110027	AUTORIZACAO DE USO - FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEGEP	2.831.835,00	2.958.412,79	126.577,79
131002150000	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEI	30.000,00	954,40	29.045,60-
131002150027	MULTAS DA RECEITA NAO TRIBUTARIA - FEGEP	30.000,00	954,40	29.045,60-
132000000000	VALORES MOBILIÁRIOS	817.334.241,00	844.454.993,53	27.120.752,53
132100000000	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	664.216.164,00	789.539.055,71	125.322.891,71
132100100000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	100.806.764,00	102.142.794,01	1.336.030,01
132100110000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	100.806.764,00	102.142.794,01	1.336.030,01
132100110002	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FUNDO DE EDUCACAO	0,00	1.158,12	1.158,12
132100110005	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-ATENCAO SAUDE TRABALHADO	0,00	14,05	14,05
132100110006	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-GESTAO PLENA SES-RES 6/2	0,00	82,61	82,61
132100110007	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-HIV/AIDS E OUTRAS DSTS	0,00	9.366,13	9.366,13
132100110008	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-HIV/AIDS-FORMULA INFANTI	0,00	0,25	0,25
132100110009	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-SERVICO ATENDIMENTO MOVE	0,00	226,61	226,61
132100110010	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO SAUDE-GESTAO VIGILANCIA EM SAU	0,00	0,27	0,27
132100110012	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-FATOR INCENTIVO LABORATORIO C	0,00	621,28	621,28
132100110013	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-LACEN ACOES DIAGNOSTICO LABORATORIAL	0,00	24,25	24,25
132100110014	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-DOENCA AGRAVO NAO-TRANSMISSIV	0,00	2.038,73	2.038,73
132100110016	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-SERVICOS RESIDENCIAIS TERAPEU	0,00	1,16	1,16

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00017
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110017	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-REGISTRO CANCER BASE POPULACI	0,00	521,27	521,27
132100110018	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-ALIMENTACAO E NUTRICAO	0,00	1.591,83	1.591,83
132100110019	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-SUBSIST NACL EPID	0,00	31,47	31,47
132100110021	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MS/SS 2743/03-NUTRICAO/ALIM	0,00	138,32	138,32
132100110185	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-ASPS-SERVICOS DE SAUDE	1.296.213,00	336.131,49	960.081,51-
132100110186	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-PNAEI	0,00	806,26	806,26
132100110203	REM DEP BAN VINCULADO - TRANSF SUS - COMPLEXO REGULADORES	0,00	48,40	48,40
132100110204	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-COLEGIADO GESTAO REGIONAL	0,00	3,04	3,04
132100110206	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-EDUCACAO EM SAUDE	0,00	1.095,71	1.095,71
132100110207	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-MULTAS SISTEMA ESTADUAL AUDITORIA SU	15.000,00	9.360,07	5.639,93-
132100110209	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-LACEN	0,00	14,40	14,40
132100110213	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-SISTEMA GESTAO DE QUALIDADE	0,00	307,72	307,72
132100110216	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-SEDUC 203694/12	0,00	99.594,57	99.594,57
132100110218	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-SISTEMA DE AUDITORIA	0,00	33,80	33,80
132100110219	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO MS/SS 2971/07-PROC GESTAO	30.000,00	22.022,37	7.977,63-
132100110228	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIOVINCULADO-TR SUS-PAB VARL-AT INTEGL SAUDE HOMEM	0,00	59,22	59,22
132100110229	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-PAB VARL-ATENCAO SAUDE ADOLES	0,00	13,96	13,96
132100110230	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-VIG SAN-PISO ESTRATEGICO	0,00	5.880,38	5.880,38
132100110231	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAR 24215	0,00	72,44	72,44
132100110232	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC PAR 532/2014	0,00	3.995,74	3.995,74
132100110234	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO ME-UERGS 43-2013 - PNAEST	94.828,00	46.565,69	48.262,31-
132100110236	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -CONVENIO 813052-2014 MEC-UERGS	148.566,00	70.602,21	77.963,79-
132100110237	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -CONVENIO 824050-2015 ME-UERGS	10.460,00	5.301,16	5.158,84-
132100110239	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MEC-UERGS 839097-16	4.544,00	1.577,04	2.966,96-
132100110240	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR FNDE - PROGRAMA IMPLANT ETI	0,00	222.723,64	222.723,64
132100110302	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO REMUNERADO-CONVENIO SENAD-PR/SS 3/2007	0,00	2.593,31	2.593,31
132100110307	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-QUAL-POL E PROM SAUDE	0,00	3.475,77	3.475,77
132100110311	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-UNIDADE PRONTO ATENDIMENTO	0,00	2.336,94	2.336,94
132100110312	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNS-VIG EP AMBL-CONTROLE SURTOS	0,00	33,62	33,62
132100110314	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-QUALIFICACAO-PARTICIPA	0,00	554,63	554,63
132100110315	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-QUAL-AGENTES COMUNITAR	0,00	337,72	337,72

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00018
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110316	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-VIG SAN-GESTAO PESSOAS	0,00	1.632,05	1.632,05
132100110318	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TR SUS PAB VARL PROESF 2	0,00	767,08	767,08
132100110319	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-QUAL-PROFAPS	0,00	1.963,35	1.963,35
132100110320	REMUNER DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-TR SUS-VIG SAN-MONIT ALIMENTOS-LACEN-	0,00	1.492,08	1.492,08
132100110323	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC-TR SUS-GEST-PROJ INCL SOC TRAB-SAUDE MENT	0,00	0,88	0,88
132100110324	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-IMP AC SERV SAUDE-CAPS	0,00	25,87	25,87
132100110325	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-CONVENIO FNS-FEPPS 727956/2009	40.000,00	40.028,01	28,01
132100110326	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-TR SUS-INVEST-SERV HEMAT E HEMOT	0,00	6.082,92	6.082,92
132100110327	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-PAB VARIABEL-SAUDE ADOL CONFL	0,00	2.141,85	2.141,85
132100110328	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-VS-GEST PES-ANVISA-FNS	0,00	463,10	463,10
132100110329	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-PFVISA-FINLACEN-VISA	0,00	3.577,59	3.577,59
132100110330	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - FNS PORTARIA 3209 PVVPS	0,00	8.493,61	8.493,61
132100110332	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GEST-QUAL-IMPL FORT PARTICIPA	0,00	9,42	9,42
132100110333	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-INV-SEG TR QUAL SANGUE HEMODE	0,00	1.934,74	1.934,74
132100110334	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-PROG NAC PLANT MEDIC E FITOTE	0,00	3.998,68	3.998,68
132100110335	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-SERV RESID TERAPEUTICO	0,00	3.629,46	3.629,46
132100110336	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA SUS-QUALIF GESTAO-INOV	0,00	36,45	36,45
132100110338	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-QUAL REG ACESSO SAUDE	0,00	448,27	448,27
132100110341	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA SUS-INVESTIMENTO-REDE	0,00	13.067,08	13.067,08
132100110342	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-LEITOS SAUDE MENTAL	0,00	16,73	16,73
132100110343	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-INCEN REAB PSICOSSOCI	0,00	1,25	1,25
132100110344	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-INV-ESTR UNID ATEND ESPECIAL	0,00	2,77	2,77
132100110345	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-VIG SAUDE-PROJ VIDA TRANSITO	0,00	31,16	31,16
132100110346	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANFERENCIA SUS-VIG SAUDE-VIG S AMB	0,00	1,72	1,72
132100110348	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-PROG NAC REORIENT SAUD	0,00	473,97	473,97
132100110349	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FUNASA-SEHABS TC PAC 509-11	0,00	35.367,46	35.367,46
132100110351	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-GESTAO-PARTICIPASUS FOCO COAP	0,00	2.660,03	2.660,03
132100110352	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR SUS-ATENCAO MAC-CENTRAIS TRANSPLA	0,00	1.970,37	1.970,37
132100110353	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 794410-2013 FNS-FEPPS	20.000,00	52.893,97	32.893,97
132100110354	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TR FNS PES PRIV DE LIBER PRIS ASSIT	0,00	5.381,72	5.381,72

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00019
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110355	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TR CONV FNS-FEPPS 792571-2013	5.000,00	17.749,00	12.749,00
132100110357	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 801814-2014 FNS-SS	0,00	396,21	396,21
132100110358	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO FNS-FEPPS 794305-2013	10.000,00	24.808,11	14.808,11
132100110374	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SGPR/SJS 37/05-PROTEG	0,00	25,75	25,75
132100110380	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TERMO MDSCF/STCAS 22-CADASTRO UNICO	100.000,00	97.597,57	2.402,43-
132100110429	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FUNDO MUNICIPAL SAUDE-	185,00	49,32	135,68-
132100110430	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO ESTADUAL CRIANCA E ADOLESCENTE	120.000,00	326,76	119.673,24-
132100110434	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNORE	1.200.000,00	1.077.666,99	122.333,01-
132100110442	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA/SAA 173374-55/05	0,00	183,32	183,32
132100110450	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV FNS-SES 836272-16	10.000,00	2.086,53	7.913,47-
132100110477	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIOS FAPERGS	0,00	5.503,27	5.503,27
132100110478	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MIN/SEXTR 120/07	132.224,00	115.733,72	16.490,28-
132100110493	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-APRIMORAMENTO GESTAO	5.000,00	0,00	5.000,00-
132100110494	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS - FUNDO ESTL DO MEIO AMBIENTE	257.725,00	36.969,42	220.755,58-
132100110514	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID/SEHADUR 0237828-05/07	0,00	64.923,59	64.923,59
132100110517	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID/SEHADUR 0237831-52/07	0,00	94.761,17	94.761,17
132100110552	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNORE-PJ-SELO DIGITAL PJ RECEITA	700.000,00	519.014,83	180.985,17-
132100110553	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO-FUNORE-PJ-SELO DIGITAL SERVENTIAS ATOS GRATUIT	2.500.000,00	2.932.837,88	432.837,88
132100110554	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNORE-SELO DIGITAL SERVENTI COMPL R	200.000,00	323.102,56	123.102,56
132100110578	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSF REC VINC POR LEI-PODER JUDICI	33.000.000,00	47.345.699,47	14.345.699,47
132100110600	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO PMPA - SSP-BM 22-2009	0,00	8.113,63	8.113,63
132100110602	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TJ-ART 97, § 6, ADCT-CF	0,00	1.336.024,84	1.336.024,84
132100110603	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TJ-ART 97, § 8, ADCT-CF	22.689.640,00	6.865.507,81	15.824.132,19-
132100110604	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TRT-ART 97, § 6, ADCT-CF	0,00	263.343,22	263.343,22
132100110605	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PGTO PRECS TRT-ART 97, § 8, ADCT-CF	0,00	209.748,09	209.748,09
132100110622	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS CONTRATO MCID-SEHADUR 265364-98-2	0,00	186,71	186,71
132100110628	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSFERENCIA SUS	750.000,00	132.158,78	617.841,22-
132100110632	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-COTA-PARTE FUNDESP	15.973,00	0,00	15.973,00-
132100110636	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO EMBRAPA-FEPAGRO 1020009-026	0,00	63.350,78	63.350,78
132100110650	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR MDA-SDR AGRIC E PECUARIA FAMILIAR	0,00	0,11	0,11

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00020
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110652	REMUNERACAO DEPOSITOS BANC VINCULADO- TR SUS- ATENÇÃO MEDIA/ALTA COMPLEX AMBULAT	1.750.000,00	399.528,84	1.350.471,16-
132100110658	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 756494-11	0,00	1.978,96	1.978,96
132100110660	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 756477-11	0,00	857,00	857,00
132100110664	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO 75991911 FNCA-SEDH/TJ	0,00	5.412,52	5.412,52
132100110667	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV EMBRAPA-MAPA-FEPAGRO 1020010-02	0,00	125.329,08	125.329,08
132100110672	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEPM-SSP 762152-11	0,00	679,81	679,81
132100110684	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSF CONVENIO SPM-PR/SPM 762617/11	30.000,00	146.222,87	116.222,87
132100110689	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FNAS-IGDSUAS	117.138,00	42.465,11	74.672,89-
132100110690	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO DE REFORMA DO ESTADO	0,00	0,05	0,05
132100110691	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MCULT-SCULT 763224	100.000,00	114.406,05	14.406,05
132100110696	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC/SOPS 0242/2011	0,00	30.302,32	30.302,32
132100110697	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC/SOPS 244/2011	0,00	45.065,64	45.065,64
132100110701	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MC-SEDAC 763465-2011	100.000,00	94.604,48	5.395,52-
132100110707	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351071-73-2011	0,00	5.945,87	5.945,87
132100110708	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351139-78-2011	0,00	5.226,84	5.226,84
132100110714	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351152-51/2011	0,00	518,57	518,57
132100110718	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351140-05/2011	0,00	822,89	822,89
132100110719	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351149-39/2011	0,00	1.028,75	1.028,75
132100110721	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351153-65/2011	0,00	3.978,97	3.978,97
132100110723	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351142-23/2011	0,00	2.417,65	2.417,65
132100110729	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351155-84/2011	0,00	316,73	316,73
132100110730	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351144-41/2011	0,00	5.483,61	5.483,61
132100110732	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MCID-SEHABS 351150-32/2011	0,00	1.400,16	1.400,16
132100110738	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSFERENCIA SUS- VIGILANCIA SAU	750.000,00	1.582.989,52	832.989,52
132100110740	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FNAS-CAPACITACAO SUAS	125.573,00	47.213,66	78.359,34-
132100110750	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC-SEDAC 763465/2011-CONT	100.000,00	34.351,84	65.648,16-
132100110759	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-TRANSF SUS- ASSIST FARMACEUTICA	750.000,00	251.390,79	498.609,21-
132100110761	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MTE-FGTAS 04/2012-	330.000,00	197.448,53	132.551,47-
132100110763	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO MAPA-SEAPA 369989-43-2011	34.791,00	42.695,46	7.904,46
132100110765	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TERMO COMPROMISSO FNS-SEHABS 137/201	0,00	20.303,04	20.303,04

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00021
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110766	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TERMO COMPROMISSO FNS-SEHABS 150/201	0,00	29.538,99	29.538,99
132100110767	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDS-STDS 774438/2012	10.000,00	1.307,81	8.692,19-
132100110773	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VICNULADO-CONVENIO SENASP-MJ/SSP 776442/12	0,00	4.099,24	4.099,24
132100110780	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-INCRA/SDR 776410/12	500.000,00	0,00	500.000,00-
132100110781	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TRANSF INSTI PRIMADAS FEAIP	36.812,00	24.121,06	12.690,94-
132100110785	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MTUR-SETUR 778287/12	0,00	1.869,06	1.869,06
132100110789	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ/SSP 774563-2012	8.014,00	16.607,85	8.593,85
132100110790	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-MCID-SEHABS TC 35083253-11	0,00	749.160,28	749.160,28
132100110791	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35086771-11	0,00	652.066,88	652.066,88
132100110792	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 3579503-11	0,00	34.663,50	34.663,50
132100110793	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35086667-11	0,00	62.070,35	62.070,35
132100110794	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35092806-11	0,00	46.324,67	46.324,67
132100110796	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSF SUS- GESTAO SUS	500.000,00	253.118,77	246.881,23-
132100110797	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35083471-11	0,00	168.269,59	168.269,59
132100110798	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35093048-11	0,00	29.261,37	29.261,37
132100110800	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35092689-11	0,00	41.305,39	41.305,39
132100110801	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 35075960-11	0,00	64.116,57	64.116,57
132100110802	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO MPA-SDR 765060/12	0,00	14.202,71	14.202,71
132100110806	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 264734-35/08	0,00	91.214,59	91.214,59
132100110816	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONV SDH-PR SJDH 021 2011	5.000,00	27.451,67	22.451,67
132100110820	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 117/12	0,00	61.498,61	61.498,61
132100110821	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 119/12	0,00	51.251,46	51.251,46
132100110822	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 120/12	0,00	170.601,97	170.601,97
132100110823	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 121/12	0,00	7.147,04	7.147,04
132100110824	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 127/12	0,00	154.267,55	154.267,55
132100110825	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 139/12	0,00	35.438,13	35.438,13
132100110826	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 151/12	0,00	61.674,96	61.674,96
132100110827	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 152/12	0,00	134.687,01	134.687,01
132100110828	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 156/12 ES	0,00	31.923,25	31.923,25
132100110829	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 167/12	0,00	152.716,45	152.716,45

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00022
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110831	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MAPA-SEAPA 771474/12	947,00	0,00	947,00-
132100110832	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEDH-PR/SJDH 780343/12	0,00	1,50	1,50
132100110833	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SNJ-PR/SJDH 776120/12	0,00	1.515,08	1.515,08
132100110834	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MINC-SEDAC 761921/2011	100.000,00	28.567,74	71.432,26-
132100110840	RECUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO SNPDMJ-SJDH 774590	0,00	0,16	0,16
132100110843	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FINEP-FEPAGRO 00-12-0113-00	2.622,00	35.045,52	32.423,52
132100110854	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO ESTADUAL PESSOA IDOSA-FUNEPI	165.792,00	0,00	165.792,00-
132100110859	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MAPA-SDR 772296-2012	0,00	44.341,85	44.341,85
132100110861	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSF SUS- ATENCAO BASICA	0,00	7.446,31	7.446,31
132100110867	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 781071-12	726.441,00	644.970,67	81.470,33-
132100110870	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRATO BNDES/SDR-ASSENT REFORMA AG	0,00	10.968,67	10.968,67
132100110874	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MDS-SDR 774849/12	0,00	430.298,43	430.298,43
132100110882	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 792979/13	0,00	28.997,49	28.997,49
132100110885	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 794445/2013	62.051,00	0,00	62.051,00-
132100110889	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TAXA DE CONTROLE FISCALIZACAO AMBIEN	576.144,00	269.696,20	306.447,80-
132100110893	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 351158-15/20	0,00	167,52	167,52
132100110894	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MCID-SEHABS TC 351154-79/11	0,00	2.114,67	2.114,67
132100110906	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEDH-DEF PUBLICA 793183 201	0,00	39.104,03	39.104,03
132100110909	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-SDR 795533/2013	0,00	1.551.906,42	1.551.906,42
132100110914	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MDA-SDR 787974 2013	5.745,00	36.601,01	30.856,01
132100110926	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSF SUS- ATENCAO ESPECIALIZAD	250.000,00	141.005,93	108.994,07-
132100110931	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO IPHAN-SEDAC 111/14	100.000,00	6.445,52	93.554,48-
132100110932	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO IPHAN/SEDAC 110/2014	100.000,00	0,00	100.000,00-
132100110933	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO IPHAN/SEDAC 109/2014	100.000,00	6.290,07	93.709,93-
132100110934	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO IPHAN/SEDAC 108-2014	100.000,00	7.656,09	92.343,91-
132100110935	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-COTA-PARTE CIDE-OBRAES ESPECIAIS	14.179,00	6.625,66	7.553,34-
132100110936	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC 133/12	0,00	4.105,37	4.105,37
132100110937	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SEHABS TC 138/12	0,00	2.539,13	2.539,13
132100110939	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO CONVENIO TC MIN-SOP	0,00	47.325,98	47.325,98
132100110942	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO 114-2013 ANA-SEMA	10.000,00	34.006,98	24.006,98

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00023
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100110945	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TRANSF MDS-STDS ERRADIC TRAB INFA	39.821,00	21.693,46	18.127,54-
132100110948	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO FINEP-CIENTEC 0113038800	0,00	15,31	15,31
132100110949	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MJ-SSP 813495-2014	825,00	17.124,53	16.299,53
132100110953	REMUNERACAO DE DEPOSITO BANCARIO CONVENIO TC MIN-SOP BARRAGEM DO ARROIO JAGU	0,00	174.203,74	174.203,74
132100110957	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408.646-32-2013 MC-CEF-SEHABS SE	0,00	52.664,33	52.664,33
132100110958	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC TC 0408.692-02-2013 MC-CEF-SEHABS SES	0,00	30.985,09	30.985,09
132100110959	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408.701-15-2013 MC-CEF-SEHABS SE	0,00	190.221,32	190.221,32
132100110961	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408702-29-2013 MC-CEF-SEHABS PAR	0,00	68.345,21	68.345,21
132100110962	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINC CONV TC 0408699-72-2013 MC-CEF-SEHABS NSR	0,00	14.238,25	14.238,25
132100110966	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 798423-2013 CEF-SSP	217.190,00	353.447,64	136.257,64
132100110969	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - MULTA TERMO AJUSTE CONDUTA FASE-RE	0,00	37,54	37,54
132100110970	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 813545-2014 MDS-SDR	150.000,00	179.932,46	29.932,46
132100110971	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO INCRA-SDR 796851-2013	0,00	499.410,46	499.410,46
132100110976	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA CONVENIO MJ-SSP 774524	0,00	477.290,28	477.290,28
132100110988	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -CONVENIO MCID-SEHABS TC35086447-11	0,00	413.247,56	413.247,56
132100110991	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794758-2013	0,00	4.252,49	4.252,49
132100110992	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794274-2013	0,00	7.375,76	7.375,76
132100110993	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1199/2015 MC-METROPL	0,00	254.988,47	254.988,47
132100110994	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1203/2015 MC-METROPL	0,00	113.215,51	113.215,51
132100110995	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1202/2015 MC-METROPL	0,00	49.901,86	49.901,86
132100110996	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO TC/PAC 1201/2015 MC-METROPL	0,00	25.926,87	25.926,87
132100110997	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - PLANO SEG SOCIAL PARLAMENTARES DO	972.700,00	628.690,24	344.009,76-
132100110999	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 020223-2013 SINDICALC-FEP	201,00	20,12	180,88-
132100111000	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794470-2013	0,00	26.831,02	26.831,02
132100111003	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR CEEE - TAC - MPT - FASE	0,00	94,56	94,56
132100111004	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC - COMPENSACAO AMBIENTAL - SEMA	13.767,00	152.699,48	138.932,48
132100111008	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO BACEN-SSP 08-2016	20.565,00	5.431,37	15.133,63-
132100111009	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 822383-2015 MJ-SSP	4.170,00	23.617,21	19.447,21
132100111010	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO 822131-15 MJ-SSP	34.000,00	42.731,94	8.731,94
132100111011	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FOCEN-SOP	0,00	1.488,78	1.488,78

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00024
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100111012	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -FUNDO DE RECONSTITUICAO DE BENS LES	304.000,00	829.765,85	525.765,85
132100111013	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO 906-2016 CONFAZ - SEFAZ RS	0,00	307.278,61	307.278,61
132100111014	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR ANTAQ-SUPRG FUNDO DEPRECIACAO	14.463,00	3.934,36	10.528,64-
132100111017	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIOS VINCULADOS-CONVENIO P M CANOAS-SSP-140-16	20.000,00	9.403,06	10.596,94-
132100111018	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR FUNDOPEN-MJ PORT 1414-2016	2.812.219,00	1.032.880,49	1.779.338,51-
132100111019	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONV PGJ-SEDUC 1035-2016	0,00	42.133,66	42.133,66
132100111020	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC - MPT-FASE	0,00	2,32	2,32
132100111021	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-P CRIANCA FELIZ	50.165,00	13.940,41	36.224,59-
132100111022	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TAC FASE-SALA CABELEIREIRO	0,00	67,72	67,72
132100111023	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-ATENCAO DEFICIENCIA FISICA-A	0,00	125,51	125,51
132100111024	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 842267-2016	16.167,00	14.304,93	1.862,07-
132100111030	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-ATENCAO A CRIANCA-ABRIGO	1.000,00	786,46	213,54-
132100111031	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-ALIMENTACAO ESCOLAR QUILOMBOS-PNAQ-P	0,00	1,31	1,31
132100111033	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-DINHEIRO DIRETO ESCOLA-PDDE	0,00	6.097,12	6.097,12
132100111035	REMUNERACAO DEPOSITO RECURSO VINCULADO-TR FNDE-ALIMENTACAO ESCOLAR - PNAE	0,00	552,58	552,58
132100111037	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSPORTE ESCOLAR-RES CD/FNDE 18/04	0,00	8.177,21	8.177,21
132100111039	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-ALIMENTACAO ESCOLAR CHECHE-P	0,00	13,96	13,96
132100111041	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-ALIMENTACAO ESCOLA INDIGENA-	0,00	310,39	310,39
132100111136	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA SUS-ATENDIMENTO AMBULA	0,00	714,67	714,67
132100111164	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE/SE-EDUCACAO JOVEM E AD	0,00	248,64	248,64
132100111185	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INDESP-CAIXA/SE-GINASTO POL	0,00	9,42	9,42
132100111208	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO RECURSO VINCULADO-FUNDO PREVIDENCIARIO	0,00	10,14	10,14
132100111241	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-MEC/SE 812033-INDIGENA	0,00	14.052,02	14.052,02
132100111253	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-MEC/SE 864005/06	0,00	26,36	26,36
132100111299	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SPR-MIN/SAA 045/2004	0,00	9.121,86	9.121,86
132100111311	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MC/SC E84/96-OSPA	0,00	28.797,84	28.797,84
132100111313	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO RECURSO VINCULADO-CONVENIO MJ-DPRF/SJS-DETRAN	9.730,00	2.026,29	7.703,71-
132100111353	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE/SE 806053/07	0,00	154,04	154,04
132100111355	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSF FNDE-PROGRAMA BRASIL ALFABETI	0,00	26.640,84	26.640,84
132100111357	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-PNAE PRE-ESCOLA	0,00	230,22	230,22

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00025
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100111359	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE/SE 864012/07	0,00	126,45	126,45
132100111365	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO-CONVENIO ME/SUEPRO 23/2007-PQTP	0,00	955,75	955,75
132100111373	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INEP-MEC/SE 10/08	0,00	127,78	127,78
132100111379	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-INCLUSAO DO JOVEM URBANO	0,00	74,89	74,89
132100111383	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO ME-SE 750029-2008	0,00	132,40	132,40
132100111389	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNDE-PNAE DIV	0,00	745.308,09	745.308,09
132100111392	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO REAPARELHAMENTO PODER JU	0,00	21.419,53	21.419,53
132100111395	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS CONVENIO FNDE/MEC/SE 700001/2010	0,00	41,95	41,95
132100111401	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS-CONVENIO FNDE-SE 658799-2009-PAR	0,00	32.436,20	32.436,20
132100111405	RECUMERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INEP ME SE 755934 11	0,00	10,79	10,79
132100111409	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA FNDE PROJovem URBANO	0,00	327.025,79	327.025,79
132100111416	REMUNERACAO OUTRO DEPOSTO BANCARIO VINCULADO-FUNDOPARELHAMENTO MINISTERIO	2.990.000,00	2.706.725,58	283.274,42-
132100111419	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO ME-FNDE/SEDUC 710371-08	0,00	18,03	18,03
132100111421	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203588	0,00	62.594,93	62.594,93
132100111423	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203600	0,00	42.553,37	42.553,37
132100111427	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FINEP-MCT UERGS 701412 2011	0,00	3.086,09	3.086,09
132100111429	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FNDE-ME-SEDUC TC 4859-2012	0,00	3.839,02	3.839,02
132100111430	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	4.035,00	0,00	4.035,00-
132100111444	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - RECURSO 0179-ASSEMBLEIA LEGISLATIV	268.954,00	435.906,61	166.952,61
132100111445	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-SEDUC 203704/2012	0,00	49.527,32	49.527,32
132100111447	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-PODER JUDICIARIO	1.800.000,00	2.244.493,79	444.493,79
132100111450	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC 7399/2012	0,00	85.299,37	85.299,37
132100111460	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO ME-UERGS 774986-2012	0,00	1.636,31	1.636,31
132100111461	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONTRIBUICAO INTERVENCAO DOMINIO ECO	1.958.690,00	1.988.768,45	30.078,45
132100111463	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO ESPECIAL DO PTEROLEO	291.153,00	54.985,92	236.167,08-
132100111465	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-COMPENSACAO FIN RECURSO HIDRIC	332.246,00	303.125,84	29.120,16-
132100111470	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNDE-ME/SEDUC-PAR 201300880	0,00	2.649,41	2.649,41
132100111473	REMUNERACAO OUTRO DEPOSITO BANCARIO RECURSO VINCULADO-ASSIST BID-LEI 10923/9	0,00	0,05	0,05
132100111480	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TAXAS CUSTAS E EMOLUMENTOS-JUDICIA	3.000.000,00	2.819.737,63	180.262,37-
132100111494	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV ANEEL-MME/AGERGS-DESC ATIV ENER	233.185,00	212.678,08	20.506,92-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00026
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100111529	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-DPRF/SJS-DETRAN-MULTAS T	0,00	1,72	1,72
132100111539	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO FNDE-UERGS EMENDA PARL 19830020	5.734,00	3.547,56	2.186,44-
132100111540	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO ME-UERGS -SDR 0202 2017-	11.074,00	7.313,03	3.760,97-
132100111541	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - PDDE - FNDE RESOLUCAO 10-2013	0,00	10.624,85	10.624,85
132100111542	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TERMO DE COMPROMISSO-FNDE-SEDUC20170	0,00	40.982,55	40.982,55
132100111543	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO- CONVENIO FNDE-UERGS 840750-16	9.264,00	4.782,30	4.481,70-
132100111548	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO FNS-SES 836834-16	20.000,00	5.044,69	14.955,31-
132100111549	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - QUALIAGUAS - MONIT E DIVULG QUALID	3.176,00	19.406,37	16.230,37
132100111550	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO CNPQ - FAPERGS 837596-16	0,00	23.804,42	23.804,42
132100111551	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-FUNDO ESTADUAL ASSISTENCIA SOCIAL-FE	3.000,00	0,00	3.000,00-
132100111552	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MAPA - SDR 840059-2016	0,00	16.584,49	16.584,49
132100111553	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TAC FASE - CURSO INST HID - CECONP	0,00	4,79	4,79
132100111554	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC FASE PROJ EST GRAVACAO CECONP	0,00	213,11	213,11
132100111555	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO TAC FASE - PROJ. CURSO DE CHAPEACAO	0,00	2.114,86	2.114,86
132100111556	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MAPA SDR 1865-2016	0,00	51.912,88	51.912,88
132100111558	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TC 85-2017 OI SA-SSP-PC	858,00	2.103,59	1.245,59
132100111559	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO MDA-SDR 839460-2016	0,00	26.767,92	26.767,92
132100111560	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO SEDH-PRO EST PROT AUX E ASSIST A TES	30.000,00	22.233,84	7.766,16-
132100111561	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO INEP-SSP 849395-17	29.484,00	3.788,86	25.695,14-
132100111566	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULAO-TC FRAPORT-SSP TC 188-17	0,00	68.251,53	68.251,53
132100111567	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TRANSFERENCIA ANA-SEMA-PROCOMITES	0,00	43.341,49	43.341,49
132100111568	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO CEF-SEDUC 822768-2015	0,00	20.539,25	20.539,25
132100111569	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 853721-2017	0,00	871.604,64	871.604,64
132100111570	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 853747-2017	0,00	49.424,76	49.424,76
132100111571	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 855948-2017	0,00	9.018,29	9.018,29
132100111572	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 855949-2017	939.288,00	299.562,38	639.725,62-
132100111573	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 853717-2017	0,00	1.140,93	1.140,93
132100111575	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-SSP 853719-17	0,00	235.509,89	235.509,89
132100111579	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TR COMDICAU - FASE - PROJETO RECOM	0,00	10,77	10,77
132100111580	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS TRANSF SUS-VIGILANCIA EM SAUDE	250.000,00	132.019,95	117.980,05-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00027
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100111584	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS-CONECTA SUAS	5.000,00	43.788,78	38.788,78
132100111585	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR TC MT-SET 05-2017	0,00	4.402,17	4.402,17
132100111586	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	40.000,00	142.000,18	102.000,18
132100111587	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -EXCEDENTE TETO INTERINOS EXTRAJUDIC	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00-
132100111588	REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO VINCULADO - CONTRAPARTIDA DEPÓSITOS JUDICIAIS	1.000.000,00	1.012.605,28	12.605,28
132100111591	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 842285-2016	22.027,00	111.325,76	89.298,76
132100111592	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONV MDA-SDR 839160-2016	0,00	35.000,30	35.000,30
132100111593	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO SEDH-SJDH 839395-16	35.000,00	3.964,36	31.035,64-
132100111594	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-MAPA-SEAPI-839573-16	20.847,00	76.119,66	55.272,66
132100111598	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-TR FNAS ACESSUAS TRABALHO	0,00	154.540,87	154.540,87
132100111604	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - DOACOES VARAS PENAS	0,00	24,86	24,86
132100111605	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MC-OSPA 840798-16	0,00	19.777,28	19.777,28
132100111606	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO MJ-SSP 879765-2018	0,00	2.766,26	2.766,26
132100111607	CONVENIO MJ-SSP 880336-18 APARELHAMENTO - DECA	0,00	2.762,55	2.762,55
132100111608	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO BNDES-SEDUC 18205883	0,00	2.787,48	2.787,48
132100111609	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO FINEP-FAPERGS - 3263-18	0,00	2.910,82	2.910,82
132100111614	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TRANSF VEC VACARIA PROJ CASE CAXIA	0,00	1,32	1,32
132100111616	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO CONVENIO IFRS-FAPERGS 2019/888410	0,00	18,50	18,50
132100112001	REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS	4.898.164,00	6.724.520,71	1.826.356,71
132100112002	REMUNERACAO DE RECURSOS APLICADOS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINS DE CAIXA -	2.888,00	710,74	2.177,26-
132100112004	REMUNERACAO DE DEPOSITO JUDICIAL OU RECURSAL - NAO VINCULADOS	8,00	912.106,83	912.098,83
132100112005	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-NAO VINCULADO-OUTROS PODERES	105,00	72,16	32,84-
132100112007	REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS PARA PAGAMENTOS DE PRECATORIOS	147,00	0,00	147,00-
132100112008	REMUNERACOES DE DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS - SES	4.847,00	4.105,31	741,69-
132100112012	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - CONVENIO FNDE-SEDUC 201804286-8	0,00	233.312,89	233.312,89
132100112013	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC COMPENSACAO AMB - SEMA BR 101	0,00	5,45	5,45
132100112014	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC COMPENSACAO AMB - SEMA BR 448	0,00	1.471,84	1.471,84
132100112015	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - TAC COMPENSACAO AMB - SEMA TRANSPE	0,00	4.307,51	4.307,51
132100112017	REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO NAO VINCULADO - ICMS IMPOSTO S/ CIRCULACAO DE	0,00	375,19	375,19
132100112019	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS NAO VINCULADOS - PREMIO FUNDACAO BANCO DO BR	0,00	209,55	209,55
132100200000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS	0,00	16.613,84	16.613,84

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00028
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
132100210000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PRINCIPAL	0,00	16.613,84	16.613,84
132100211022	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS VINCULADOS - SALARIO-EDUCACAO	0,00	16.613,84	16.613,84
132100400000	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS	140.627.752,00	381.497.593,36	240.869.841,36
132100410000	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS - PR	140.627.752,00	381.497.593,36	240.869.841,36
132100410001	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS RPPS RENDA FIXA-FUNDOPREV-CIVIL	121.406.554,00	322.065.677,37	200.659.123,37
132100410002	REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS EM RENDA FIXA-FUNDOPREV-MILITAR	19.221.198,00	59.431.915,99	40.210.717,99
132100500000	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	136.008,00	51.906,82	84.101,18-
132100510000	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA - PRINCIPAL	136.008,00	51.906,82	84.101,18-
132100510003	JUROS DE TITULOS DE RENDA - NAO VINCULADA	136.008,00	51.906,82	84.101,18-
132100600000	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	422.645.640,00	305.830.147,68	116.815.492,32-
132100610000	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - PRINCIPAL	422.645.640,00	305.830.147,68	116.815.492,32-
132100610004	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO DE CONTROLADAS - CORAG	5.706.221,00	0,00	5.706.221,00-
132100610008	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO - BANRISUL CORRETORA	31.900.180,00	0,00	31.900.180,00-
132100610009	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO DE CONTROLADAS - SULGAS	6.521.958,00	3.078.790,34	3.443.167,66-
132100610015	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO - VIVO PARTICIPACOES S A	9.856,00	0,00	9.856,00-
132100610020	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO DE CONTROLADAS - BANRISUL	282.000.000,00	251.898.648,21	30.101.351,79-
132100610022	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO DE CONTROLADAS - CORSAN	96.507.425,00	50.820.935,57	45.686.489,43-
132100610026	JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO-KLABIN S/A	0,00	31.773,56	31.773,56
132200000000	DIVIDENDOS	150.307.453,00	53.464.781,63	96.842.671,37-
132200100000	DIVIDENDOS	150.307.453,00	53.464.781,63	96.842.671,37-
132200110000	DIVIDENDOS - PRINCIPAL	150.307.453,00	53.464.781,63	96.842.671,37-
132200110001	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-GERDAU S.A.	50.971,00	58.423,12	7.452,12
132200110002	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-MET GERDAU S.A.	5.523,00	22.196,40	16.673,40
132200110009	DIVIDENDOS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA - NAO VINCULADA	352.575,00	27.339,76	325.235,24-
132200110016	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS - TELEFONICA BRASIL S A	15.830,00	710,20	15.119,80-
132200110017	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS - OI SOC AN	0,00	2.418,83	2.418,83
132200110018	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS - KLABIN SA	256.048,00	103.390,03	152.657,97-
132200110099	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-RECURSOS LIVRES E PROPRIOS	0,00	481,34	481,34
132200110100	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL -BANRISU	17.799.187,00	22.663.396,30	4.864.209,30
132200110110	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL - SULGAS	131.827.041,00	30.586.290,06	101.240.750,94-
132200110111	DIVIDENDOS DE PARTICIPACOES DIVERSAS-ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.	278,00	135,59	142,41-
132900000000	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	2.810.624,00	1.451.156,19	1.359.467,81-
132900100000	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	2.810.624,00	1.451.156,19	1.359.467,81-
132900110000	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS - PRINCIPAL	2.810.624,00	1.451.156,19	1.359.467,81-
132900110005	JUROS E CORRECAO MONETARIA DE RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	12.196,00	32.202,83	20.006,83
132900110016	JUROS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS C/RECURSO DO EMPRESTIMOBID-PRO-GUAIBA 776/OC	2.304.662,00	1.029.969,22	1.274.692,78-
132900110019	JUROS E OUTRAS RENDAS DA CARTEIRA DE CREDITO IMOBILIARIO DA EXTINTA CEERGS	214.417,00	35.834,96	178.582,04-
132900110030	REMUNERACAO DEPOSITOS JUDICIAIS-SPH	1.998,00	18.846,15	16.848,15
132900110099	JUROS E CORRECAO MONETARIA DIVERSOS	277.351,00	334.303,03	56.952,03

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00029
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
133000000000	DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU L	9.401.000,00	9.986.579,41	585.579,41
133100000000	DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	8.691.682,00	8.946.727,50	255.045,50
133101000000	DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	8.691.682,00	8.946.727,50	255.045,50
133101100000	DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	8.691.682,00	8.946.727,50	255.045,50
133101110000	DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO - PRINCIPAL	8.691.682,00	8.946.727,50	255.045,50
133101110001	CONCESSOES E PERMISSOES DE SERVICOS - SETM	8.691.682,00	8.946.727,50	255.045,50
133200000000	DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA	709.318,00	1.039.851,91	330.533,91
133201000000	DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	709.318,00	1.039.851,91	330.533,91
133201100000	DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO PARA O	709.318,00	1.039.851,91	330.533,91
133201110000	DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO PARA O	709.318,00	1.039.851,91	330.533,91
133201110001	RECEITA DE CONCESSAO PARA EXPLORACAO DE SERVICOS DE ESTACAO RODOVIARIA	709.318,00	1.039.851,91	330.533,91
135000000000	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	679.230,00	2.343.003,53	1.663.773,53
135003000000	ROYALTIES PELA EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO OU CONHECIMENTO TRADICIONAL	679.230,00	2.343.003,53	1.663.773,53
135003100000	ROYALTIES PELA EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO OU CONHECIMENTO TRADICIONAL	679.230,00	2.343.003,53	1.663.773,53
135003110000	ROYALTIES PELA EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO OU CONHECIMENTO TRADICIONAL	679.230,00	2.343.003,53	1.663.773,53
135003110001	ROYALTIES SEMENTES - IRGA	679.230,00	2.343.003,53	1.663.773,53
136000000000	CESSÃO DE DIREITOS	4.670.000,00	965.544,83	3.704.455,17-
136001000000	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS	4.670.000,00	965.544,83	3.704.455,17-
136001100000	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS	4.670.000,00	965.544,83	3.704.455,17-
136001110000	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL	4.670.000,00	965.544,83	3.704.455,17-
136001110003	RECEITA DE CESSAO DO DIREITO DE OPERAC DA FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL - MP	0,00	965.544,83	965.544,83
136001110004	RECEITA DE CESSAO DO DIREITO DE OPERAC DA FOLHA DE PAGAMENTO PESSOAL - DEF P	4.670.000,00	0,00	4.670.000,00-
139000000000	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	42.156.533,00	23.935.702,83	18.220.830,17-
139000100000	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	42.156.533,00	23.935.702,83	18.220.830,17-
139000110000	DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS - PRINCIPAL	42.156.533,00	23.935.702,83	18.220.830,17-
139000110001	RECEITAS DE AUTORIZACAO DE USO DE VIA PUBLICA PARA EVENTOS DESPORTIVOS	103,00	0,00	103,00-
139000110002	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS DO FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEGEP	261.126,00	252.147,18	8.978,82-
139000110017	RECEITA POR AUTORIZACAO E ACESSO A FAIXA DE DOMINIO - DAER	1.228,00	1.054,25	173,75-
139000110026	RENDIMENTOS DOS DEPOSITOS JUDICIAIS-PODER EXECUTIVO, LEI 14739-2015	8.894.076,00	0,00	8.894.076,00-
139000110027	RECEITA CONTRAPARTIDA DEPÓSITOS JUDICIAIS	33.000.000,00	23.682.501,40	9.317.498,60-
140000000000	RECEITA AGROPECUÁRIA	35.907.961,00	1.148.614,62	34.759.346,38-
140000100000	RECEITA AGROPECUÁRIA	35.907.961,00	1.148.614,62	34.759.346,38-
140000110000	RECEITA AGROPECUÁRIA - PRINCIPAL	35.907.961,00	1.148.614,62	34.759.346,38-
140000110005	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL - NAO VINCULADA	491.182,00	69.731,40	421.450,60-
140000110006	RECEITA DA PRODUCAO DE LENHA	34.542.782,00	0,00	34.542.782,00-
140000110007	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL - FUNDEFLO	28.200,00	5.756,50	22.443,50-
140000110013	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS - FES	113.870,00	82.510,60	31.359,40-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00030
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
140000110017	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS - NAO VINCULADA	478.794,00	154.959,12	323.834,88-
140000110019	RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS - FESP (BRIGADA MILITAR)	253.133,00	830.797,00	577.664,00
140000110020	RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL - JARDIM BOTANICO - FEM	0,00	4.860,00	4.860,00
150000000000	RECEITA INDUSTRIAL	12.582,00	2.104,00	10.478,00-
150000100000	RECEITA INDUSTRIAL	12.582,00	2.104,00	10.478,00-
150000110000	RECEITA INDUSTRIAL-PRINCIPAL	12.582,00	2.104,00	10.478,00-
150000110005	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA - NAO VINCULADA	4.534,00	40,00	4.494,00-
150000110009	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO - FEASP	5.746,00	0,00	5.746,00-
150000110016	OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO - NAO VINCULADA	2.302,00	2.064,00	238,00-
160000000000	RECEITA DE SERVIÇOS	523.083.882,00	513.043.992,92	10.039.889,08-
161000000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	342.880.877,00	332.994.557,17	9.886.319,83-
161001000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	105.092.988,00	118.835.754,71	13.742.766,71
161001100000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	105.092.988,00	118.835.754,71	13.742.766,71
161001110000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS-PRINCIPAL	105.092.988,00	118.835.754,71	13.742.766,71
161001110005	RECEITA DE SERVICOS COMERCIAIS - PARQUE ZOOLOGICO	0,00	20.511,04	20.511,04
161001110008	RECEITA DA COMERCIALIZACAO DE ARROZ EM CASCA	0,00	66.878,03	66.878,03
161001110009	RECEITA DA COMERCIALIZACAO DE SEMENTES	29.652,00	0,00	29.652,00-
161001110010	RECEITA DA COMERCIALIZACAO DE SEMENTES - PROJETO "TROCA-TROCA"	15.227,00	0,00	15.227,00-
161001110012	RECEITA DE COMERCIALIZACAO DE ARROZ	766.686,00	0,00	766.686,00-
161001110013	RECEITA DE COMERCIALIZACAO DE ARROZ	766.686,00	0,00	766.686,00-
161001110016	RECEITA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FRMP	390.300,00	209.594,90	180.705,10-
161001110023	RECEITA AUTORIZACAO PARA UTILIZACAO DE VIA - RS 389 - ESTRADA DO MAR	157.337,00	198.899,82	41.562,82
161001110024	RECEITA DE AUTORIZACAO ESPECIAL DE TRANSITO - LEI FEDERAL 9.503/97-CTB	2.498.017,00	2.810.621,82	312.604,82
161001110025	RECEITA DE AUTORIZACAO DE TRANSPORTE ESPECIAL - RECEFITUR	1.595.752,00	1.211.542,87	384.209,13-
161001110027	RECEITA DE SERVICOS EM CURSOS DE EXTENSAO-UERGS	5.000,00	25.890,00	20.890,00
161001110029	RECEITA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FRTCE	2.000,00	6.184,65	4.184,65
161001110030	SERVICOS DE CANAIS DE DESCONTOS-CONSIGNATARIOS DO PODER LEGISLATIVO	416.000,00	326.316,07	89.683,93-
161001110034	SERVICOS CANAIS DE DESCONTOS-CONSIGNATARIOS REGIME PROPRIO PREVIDENCIA SOCIA	1.026.027,00	5.150.462,57	4.124.435,57
161001110036	RECEITA SERVICO DE REMESSA DE CONTRA CHEQUE	1.489,00	497.746,80	496.257,80
161001110234	RECEITA DE SERVICOS DE LOCACAO DE SISTEMA DE LINK	68.580,00	0,00	68.580,00-
161001110239	SERVICOS DE FOTOCOPIAS OU COPIAS HELIOGRAFICAS	0,00	2.470,74	2.470,74
161001110241	RECEITA DE SERVICOS EDUCACIONAIS - NAO VINCULADA	7.005.000,00	7.930.693,36	925.693,36
161001110243	RECEITA DE SERVICOS RECREATIVOS, ARTISTICOS E CULTURAIS - NAO VINCULADA	778.663,00	1.271.444,42	492.781,42
161001110244	RECEITA DE DECLARACAO DE LICENCIAMENTO	0,00	386,18	386,18
161001110245	ANALISE DE PROJETOS DE PARCELAMENTO DE SOLO - ANUENCIA PREVIA	176.185,00	708.446,30	532.261,30
161001110248	RECEITAS DE VEICULACAO DE CAMPANHAS PUBLICITARIAS	0,00	1.272,96	1.272,96
161001110250	SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NAO VINCULADOS	24.881.724,00	20.495.831,88	4.385.892,12-
161001110251	RECEITA DE SERVICOS AGROPECUARIOS - NAO VINCULADA	1.990.526,00	1.952.807,76	37.718,24-
161001110253	RECEITA DE LICENCIAMENTO PREVIO	4.826.308,00	4.691.669,94	134.638,06-
161001110256	SERVICOS DE CANAIS DE DESCONTO-CONSIGNATARIOS EM GERAL	1.024.854,00	1.614.485,91	589.631,91

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00031
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
161001110258	RECEITA DE INGRESSO DE VISITACAO NO PARQUE ZOOLOGICO DE SAPUCAIA DO SUL	2.650.000,00	1.339.649,00	1.310.351,00-
161001110259	RECEITA DE LICENCIAMENTO DE INSTALACAO	4.973.692,00	2.393.876,69	2.579.815,31-
161001110261	RECEITA DE INGRESSO DE VISITACAO NO JARDIM BOTANICO	350.000,00	82.189,36	267.810,64-
161001110262	RECEITA DE LICENCIAMENTO DE OPERACAO	30.240.805,00	43.464.828,98	13.224.023,98
161001110265	RECEITA DE SERVICOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	7.199.464,00	11.059.168,98	3.859.704,98
161001110268	RECEITA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FRPJ	400.000,00	582.128,38	182.128,38
161001110275	RECEITA DE VISITACAO EM PARQUES VINCULADOS A SEC. DO TURISMO	1.318.001,00	1.331.812,91	13.811,91
161001110277	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS-FUNPEEAB	8.497.886,00	8.787.133,79	289.247,79
161001110278	RECEITAS DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - FADEP	110.700,00	122.314,59	11.614,59
161001110279	RECEITA INGRESSO PARQUES-FEMA	616.513,00	167.039,22	449.473,78-
161001110281	SERVICO DE AGENCIAMENTO DE ALUNOS-LIBERATO	280.000,00	233.852,10	46.147,90-
161001110301	SERVICO DE ANALISE DE PROJETO DE REDE E LINHA TRANSVERSAL	23.066,00	53.890,49	30.824,49
161001110302	SERVICO ANALISE EXPEDIENTE DE ENGENHO PUBLICITARIO	0,00	1.253,64	1.253,64
161001110303	SERVICO DE ANALISE DE PROJETO DE ACESSO COMERCIAL E DE SERVICIO	10.848,00	22.458,56	11.610,56
161002000000	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	30.636.373,00	6.788.687,98	23.847.685,02-
161002100000	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	30.636.373,00	6.788.687,98	23.847.685,02-
161002110000	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS-PRINCIPAL	30.636.373,00	6.788.687,98	23.847.685,02-
161002110001	TAXA INSCRICAO CONCURSO PUBLICO - FDRH	0,00	14.034,19	14.034,19
161002110009	SERVICOS ADMINISTRATIVOS - CONCURSOS - FURPGE	1.750.000,00	0,00	1.750.000,00-
161002110012	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO - NAO VINCULADA	513,00	2.917.577,45	2.917.064,45
161002110018	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO-RECEITAS OPER FUNDO REAP PODER JUDICIA	27.300.000,00	3.853.476,34	23.446.523,66-
161002110028	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO - FRTCE	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00-
161002110034	TAXA DE INSCRICAO DO PROGRAMA DE RESIDENCIA MEDICA	85.860,00	3.600,00	82.260,00-
161003000000	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	205.297.954,00	204.192.737,62	1.105.216,38-
161003100000	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	205.297.954,00	204.192.737,62	1.105.216,38-
161003110000	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL	205.297.954,00	203.668.379,73	1.629.574,27-
161003110001	SERVICOS DE EXPEDICAO DE CERTIFICADOS	192,00	0,00	192,00-
161003110003	RECEITA DE SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO - NAO VINCULADA	12.808,00	16.133,43	3.325,43
161003110004	SERVICO DE MONITORAMENTO E DIVULGACAO DE DADOS DE QUALIDADE DE AGUA	500.000,00	677.600,00	177.600,00
161003110005	RECEITA DE EMISSAO DE SELO DIGITAL DE FISCALIZACAO NOTARIAL E REGISTRAL	173.800.000,00	170.639.930,00	3.160.070,00-
161003110007	RECEITA DO FUNDO NOTARIAL E REGISTRAL-FUNORE-SELO DIGITAL SERVENT ATOS GRATU	0,00	24.524,12	24.524,12
161003110073	RECEITA DE SERVICOS DA JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL	30.984.954,00	32.310.192,18	1.325.238,18
161003120000	SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO-MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	524.357,89	524.357,89
161003120005	MULTAS E JUROS-FUNDO NOTARIAL E REGISTRAL - FUNORE	0,00	524.357,89	524.357,89
161004000000	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	1.853.562,00	3.177.376,86	1.323.814,86
161004100000	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA	1.853.562,00	3.177.376,86	1.323.814,86
161004110000	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA-PRINCIPAL	1.853.562,00	3.177.376,86	1.323.814,86
161004110003	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES, TESTES E ENSAIOS - CIENTEC	966.820,00	14.983,46	951.836,54-
161004110004	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES, TESTES E ENSAIOS (LEI 6719/74) - CIENTEC	500.000,00	2.563.987,49	2.063.987,49

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00032
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
161004110020	RECEITA DOS SERVICOS DE ANALISES LABORATORIAIS	386.742,00	598.405,91	211.663,91
162000000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	90.211.796,00	85.568.215,19	4.643.580,81-
162001000000	SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO	236.825,00	90.631,80	146.193,20-
162001100000	SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO	236.825,00	90.631,80	146.193,20-
162001110000	SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO-PRINCIPAL	236.825,00	90.631,80	146.193,20-
162001110032	RECEITA SERVICO ACESSO AQUAVIARIO FORA DO CAIS	236.825,00	90.631,80	146.193,20-
162002000000	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	0,00	313,65	313,65
162002100000	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	0,00	313,65	313,65
162002110000	SERVIÇOS DE TRANSPORTE-PRINCIPAL	0,00	313,65	313,65
162002110004	RECEITA DE SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO	0,00	313,65	313,65
162003000000	SERVIÇOS PORTUÁRIOS	85.826.062,00	79.697.589,49	6.128.472,51-
162003100000	SERVIÇOS PORTUÁRIOS	85.826.062,00	79.697.589,49	6.128.472,51-
162003110000	SERVIÇOS PORTUÁRIOS-PRINCIPAL	85.206.784,00	79.555.405,19	5.651.378,81-
162003110002	RECEITA OPERACIONAL DO PORTO DE PORTO ALEGRE	7.874.684,00	7.313.465,21	561.218,79-
162003110003	RECEITA OPERACIONAL DO PORTO DE RIO GRANDE	76.292.869,00	70.816.920,89	5.475.948,11-
162003110004	RECEITA OPERACIONAL DO PORTO DE PELOTAS	1.039.231,00	1.425.019,09	385.788,09
162003130000	SERVIÇOS PORTUÁRIOS-DÍVIDA ATIVA	619.278,00	142.184,30	477.093,70-
162003130003	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - SERVICOS PORTUARIOS	619.278,00	142.184,30	477.093,70-
162004000000	SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS	4.148.909,00	5.779.680,25	1.630.771,25
162004100000	TARIFA AEROPORTUÁRIA	4.148.909,00	5.779.680,25	1.630.771,25
162004110000	TARIFA AEROPORTUÁRIA-PRINCIPAL	4.148.909,00	5.779.680,25	1.630.771,25
162004110001	TARIFAS AEROPORTUARIAS - NAO VINCULADA	4.148.909,00	5.768.631,83	1.619.722,83
162004110002	OPERACOES AEROPORTURARIAS EM HORARIO EXTRAORDINARIO	0,00	11.048,42	11.048,42
163000000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	16.472.290,00	14.383.649,45	2.088.640,55-
163800000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE - ESPECÍFICO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍP	16.472.290,00	14.383.649,45	2.088.640,55-
163801000000	SERVIÇOS DE SAÚDE - ESPECÍFICO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	16.472.290,00	14.383.649,45	2.088.640,55-
163801100000	SERVIÇOS HOSPITALARES	410.350,00	459.239,99	48.889,99
163801110000	SERVIÇOS HOSPITALARES-PRINCIPAL	410.350,00	459.239,99	48.889,99
163801110001	SERVICOS HOSPITALARES - HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR	410.350,00	459.239,99	48.889,99
163801300000	SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS	16.001.940,00	13.864.149,46	2.137.790,54-
163801310000	SERVIÇOS RADIOLÓGICOS E LABORATORIAIS-PRINCIPAL	16.001.940,00	13.864.149,46	2.137.790,54-
163801310005	RECEITA DE SERVICOS DE SAUDE - SUS	15.127.635,00	13.509.816,46	1.617.818,54-
163801310010	RECEITA SERVICOS SAUDE-PROCEDIMENTOS SANGUE CONVENIADOS	874.305,00	354.333,00	519.972,00-
163801900000	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	60.000,00	60.260,00	260,00
163801910000	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE-PRINCIPAL	60.000,00	60.260,00	260,00
163801910008	SERVICOS DE SAUDE DIVERSOS-HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR	60.000,00	60.260,00	260,00
164000000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	2.197.799,00	0,00	2.197.799,00-
164001000000	RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS	2.197.799,00	0,00	2.197.799,00-
164001100000	RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS	2.197.799,00	0,00	2.197.799,00-
164001110000	RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS-PRINCIPAL	2.197.799,00	0,00	2.197.799,00-
164001110002	COMISSAO DE CONCESSAO DE GARANTIA - CGC - FUNAMEP - CONVENIO 001-2012	2.197.799,00	0,00	2.197.799,00-
169000000000	OUTROS SERVIÇOS	71.321.120,00	80.097.571,11	8.776.451,11
169099000000	OUTROS SERVIÇOS	71.321.120,00	80.097.571,11	8.776.451,11

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00033
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
169099100000	OUTROS SERVIÇOS	71.321.120,00	80.097.571,11	8.776.451,11
169099110000	OUTROS SERVIÇOS-PRINCIPAL	71.321.120,00	80.097.571,11	8.776.451,11
169099110008	RECEITA DE OUTROS SERVICOS - FESP (BRIGADA MILITAR)	0,00	21.900,00	21.900,00
169099110009	RECEITA SERVICO GERENCIAMENTO SIST ARRECADACAO MULTAS INFRACAO TRANSITO - DE	70.000.000,00	78.808.912,78	8.808.912,78
169099110011	OUTROS SERVICOS - SETM	1.212.634,00	1.183.884,69	28.749,31-
169099110013	RECEITA DE SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA - FESP - BM	3.610,00	10.914,20	7.304,20
169099110028	RECEITA DE OUTROS SERVICOS - NAO VINCULADA	104.876,00	71.959,44	32.916,56-
170000000000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.120.771.074,00	8.865.127.935,86	255.643.138,14-
171000000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	4.628.536.880,00	4.402.067.256,79	226.469.623,21-
171800000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	4.628.536.880,00	4.402.067.256,79	226.469.623,21-
171801000000	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	2.765.298.164,00	2.762.066.817,64	3.231.346,36-
171801100000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	2.163.311.353,00	2.182.888.954,85	19.577.601,85
171801110000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL-PRINCI	2.163.311.353,00	2.182.888.954,85	19.577.601,85
171801110001	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS (FPE)	2.163.311.353,00	2.182.888.954,85	19.577.601,85
171801600000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES	549.536.618,00	533.798.480,47	15.738.137,53-
171801610000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES	549.536.618,00	533.798.480,47	15.738.137,53-
171801610001	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES	549.536.618,00	533.798.480,47	15.738.137,53-
171801700000	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	52.450.000,00	45.379.381,71	7.070.618,29-
171801710000	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO-PRINCIPAL	52.450.000,00	45.379.381,71	7.070.618,29-
171801710013	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	52.450.000,00	45.379.381,71	7.070.618,29-
171801800000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATI	193,00	0,61	192,39-
171801810000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATI	193,00	0,61	192,39-
171801810032	COTA-PARTE DO IMP S/OPERACOES CRED, CAMBIO E SEGURO - COMERCIALIZACAO DO OUR	193,00	0,61	192,39-
171802000000	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	46.280.784,00	30.556.387,85	15.724.396,15-
171802100000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS	33.406.838,00	22.007.347,37	11.399.490,63-
171802110000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS	33.406.838,00	22.007.347,37	11.399.490,63-
171802110011	COTA-PARTE DA COMPENSACAO FINANCEIRA DE RECURSOS HIDRICOS-CFRH	33.406.838,00	22.007.347,37	11.399.490,63-
171802200000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	9.012.844,00	3.803.979,89	5.208.864,11-
171802210000	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM-PRINCIPAL	9.012.844,00	3.803.979,89	5.208.864,11-
171802210020	COTA-PARTE DA COMPENSACAO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS-CFRM	9.012.844,00	3.803.979,89	5.208.864,11-
171802600000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	3.861.102,00	4.745.060,59	883.958,59
171802610000	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP	3.861.102,00	4.745.060,59	883.958,59
171802610070	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO-FEP	3.861.102,00	4.745.060,59	883.958,59
171803000000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO BLOCO CUSTEIO DAS AÇÕES E SERV	800.257.148,00	813.564.145,30	13.306.997,30
171803100000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO BÁSICA	5.500.000,00	5.269.143,35	230.856,65-
171803110000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO BÁSICA-PRINCIPAL	5.500.000,00	5.269.143,35	230.856,65-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00034
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
171803110003	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO BÁSICA	0,00	4.839.093,35	4.839.093,35
171803112755	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO BÁSICA	5.500.000,00	430.050,00	5.069.950,00-
171803200000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E H	752.000.000,00	770.052.564,70	18.052.564,70
171803210000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E H	752.000.000,00	770.052.564,70	18.052.564,70
171803210001	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO DE MAC - PRINCIPAL	0,00	770.052.564,70	770.052.564,70
171803212756	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBU	752.000.000,00	0,00	752.000.000,00-
171803300000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	18.000.000,00	20.457.406,59	2.457.406,59
171803310000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE-PRINCIPAL	18.000.000,00	20.457.406,59	2.457.406,59
171803310001	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	20.457.406,59	20.457.406,59
171803312757	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	18.000.000,00	0,00	18.000.000,00-
171803400000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	22.000.000,00	17.550.030,66	4.449.969,34-
171803410000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA-PRINCIPAL	22.000.000,00	17.550.030,66	4.449.969,34-
171803410005	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS - ASSISTENCIA FARMACEUTICA - PRINCIPAL	0,00	17.550.030,66	17.550.030,66
171803412758	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	22.000.000,00	0,00	22.000.000,00-
171803500000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS	1.000.000,00	235.000,00	765.000,00-
171803510000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS-PRINCIPAL	1.000.000,00	235.000,00	765.000,00-
171803510035	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTAO DO SUS	0,00	235.000,00	235.000,00
171803512759	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
171803900000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS POR TRANSFER	1.757.148,00	0,00	1.757.148,00-
171803910000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - OUTROS PROGRAMAS FINANCIADOS POR TRANSFER	1.757.148,00	0,00	1.757.148,00-
171803910005	TRANSFERENCIA SUS-PROGESUS	1.757.148,00	0,00	1.757.148,00-
171805000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-	645.896.231,00	432.127.029,65	213.769.201,35-
171805100000	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	563.361.231,00	343.672.428,33	219.688.802,67-
171805110000	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO-PRINCIPAL	563.361.231,00	343.672.428,33	219.688.802,67-
171805110001	TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	563.361.231,00	343.672.428,33	219.688.802,67-
171805200000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	83.000,00	154.848,93	71.848,93
171805210000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE-	83.000,00	154.848,93	71.848,93
171805210020	TRANSFERENCIAS FNDE-PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA-PDDE	83.000,00	1.017,78	81.982,22-
171805210030	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE - FNDE RESOLUCAO 10-2013	0,00	153.831,15	153.831,15
171805300000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNAE	78.000.000,00	68.614.976,39	9.385.023,61-
171805310000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNAE-PRINCIPAL	78.000.000,00	68.614.976,39	9.385.023,61-
171805310003	TRANSFERENCIAS FNDE-PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR-DIVERSOS	78.000.000,00	68.614.976,39	9.385.023,61-
171805400000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNATE	700.000,00	1.225.017,59	525.017,59
171805410000	TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE AO PNATE-PRINCIPAL	700.000,00	1.225.017,59	525.017,59
171805410030	TRANSFERENCIAS FNDE-PROGRAMA NACIONAL APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR-PNATE	700.000,00	1.225.017,59	525.017,59

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00035
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
171805900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE	3.752.000,00	18.459.758,41	14.707.758,41
171805910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DO FNDE-PRINCIPAL	3.752.000,00	18.459.758,41	14.707.758,41
171805910016	TRANSFERENCIA FNDE - PROGRAMA DE FOMENTO A IMPLANTACAO DE ESCOLAS TEMPO INTE	3.500.000,00	3.621.771,21	121.771,21
171805910017	TERMO DE COMPROMISSO-FNDE-SEDUC 201700014-AQUISICAO DE MATERIAL ESCOLAR-PAR	0,00	1.837.987,20	1.837.987,20
171805910018	TRANSFERENCIA FNDE-SEDUC 201800346-3 ETAPA ESTADUAL CONFERENCIA NACIONAL DE	252.000,00	0,00	252.000,00-
171805910019	CONVENIO FNDE-SEDUC 201804286-8 KIT LINGUA PORTUGUESA E MATEMATICA - PROVA B	0,00	13.000.000,00	13.000.000,00
171806000000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96	146.900.228,00	0,00	146.900.228,00-
171806100000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96	146.900.228,00	0,00	146.900.228,00-
171806110000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96-PRINCIPAL	146.900.228,00	0,00	146.900.228,00-
171806110001	TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERACAO - L.C. 87/96	146.900.228,00	0,00	146.900.228,00-
171808000000	TRANSFERÊNCIAS ADVINDAS DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	0,00	129.125.101,00	129.125.101,00
171808100000	TRANSFERÊNCIAS ADVINDAS DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	0,00	129.125.101,00	129.125.101,00
171808110000	TRANSFERÊNCIAS ADVINDAS DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS	0,00	129.125.101,00	129.125.101,00
171808110001	TRANSFERENCIAS EMENDAS PARLAMENTARES - ATENÇÃO DE MAC - PRINCIPAL	0,00	129.125.101,00	129.125.101,00
171810000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	58.615.554,00	8.897.848,53	49.717.705,47-
171810200000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	15.059.280,00	490.402,35	14.568.877,65-
171810210000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS EDUCAÇÃO-PRINCIP	15.059.280,00	490.402,35	14.568.877,65-
171810210101	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-SE 658799-2009 FORM PROFESSORES E PROFISSIONAIS-	132.400,00	0,00	132.400,00-
171810210103	CONVENIO FNDE-SE 2018001063 EVENTOS BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	4.926.880,00	0,00	4.926.880,00-
171810210120	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAR 24215-AMPLIACAO REFORMA ESCOLAS	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00-
171810210121	CONVENIO FNDE-ME/SEDUC PAR 532/2014-FORMACAO PROFESSORES E PRODUCAO MATERIAL	0,00	490.402,35	490.402,35
171810400000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE À FOM	654.000,00	0,00	654.000,00-
171810410000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO A PROGRAMAS DE COMBATE À FOME-PRINCIPAL	654.000,00	0,00	654.000,00-
171810410006	TRANSFERENCIA TERMO MDSCF/STCAS 22-CADASTRO UNICO PROGRAMA SOCIAL-BOLSA-FAMI	654.000,00	0,00	654.000,00-
171810900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	42.902.274,00	8.407.446,18	34.494.827,82-
171810910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO-PRINCIPAL	42.902.274,00	8.407.446,18	34.494.827,82-
171810910182	TRANSFERENCIAS CONVENIO ANEEL-MME/AGERGS-DESCENTRALIZACAO ATIVIDADES ENERGIA	2.095.472,00	3.189.973,05	1.094.501,05
171810910183	TRANSFERENCIAS CONVENIO MJ-DPRF/ST-DAER 2/99-CONTROLADORES DE VELOCIDADE	0,00	1.312,17	1.312,17
171810910192	TRANSFERENCIA CONVENIO ANTT/ST 013/2002-FISCALIZACAO VALE-PEDAGIO TRANSPORTE	650.000,00	0,00	650.000,00-
171810910379	TRANSFERECIA CONVENIO MTE-FGTAS 04/2012-ACOES SISTEMA EMPREGO TRABALHO E REN	8.989.562,00	0,00	8.989.562,00-
171810910382	TRANSFERENCIA CONVENIO MDS-SDRPC-777118/12-ACESSO AGUA PRODUCAO RURAL	75.000,00	0,00	75.000,00-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00036
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
171810910394	TRANSF CONVENIO MPA-SDR 765060/12-ASSIST TECNICA EXTENSAO PESQUEIRA AQUICOLA	350.000,00	0,00	350.000,00-
171810910403	TRANSFERENCIA CONVENIOS INCRA-SDR 780917 12 KITS PRODUTIV E CAPACIT FAMILIAS	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00-
171810910407	TRANSFERENCIA CONVENIO MINC-SEDAC 761921/2011-CRIATIVA BIRO	600.000,00	0,00	600.000,00-
171810910418	TRANSFERENCIA CONVENIO MPAQ-SDR 777894/12-APOIO FORMAS ASSOCIATIVAS PESCA AR	200.000,00	0,00	200.000,00-
171810910442	CONVENIO MDA-SDR 793995/13-CADASTRO GEOREFERENCIAMENTO ACO REG FUNDIARIA	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00-
171810910447	CONVENIO MDS-SDR 804904/2014-AQUISICAO ALIMENTOS AGRICULTURA FAMILIAR	12.500.000,00	0,00	12.500.000,00-
171810910449	TRANSFERENCIA CONVENIO IPHAN-SEDAC 111/14-RESTAURACAO MUSEU HIPOLITO JOSE CO	191.801,00	0,00	191.801,00-
171810910451	TRANSFERENCIA CONVENIO IPHAN/SEDAC 109/2014-RESTAURACAO MUSEU JULIO DE CASTI	132.971,00	0,00	132.971,00-
171810910452	CONVENIO IPHAN/SEDAC 108-2014-RESTAURACAO CORREIOS MEMORIAL ARQUIVO HISTORIC	177.645,00	0,00	177.645,00-
171810910454	CONVENIO ANA-SEMA 114-2013 PROGESTAO PROG CONSOLID PACTO PELA GESTAO DAS AGU	700.000,00	860.267,60	160.267,60
171810910467	CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794758-2013 APOIO A NUCLEOS EMERGENTES DE PESQUISA	0,00	436,14	436,14
171810910469	CONVENIO TC/PAC 1199/2015 MC-METROPLAN -PROTECAO CONTRA CHEIAS DO RIO GRAVAT	1.374.619,00	0,00	1.374.619,00-
171810910470	CONVENIO TC/PAC 1203/2015 MC-METROPLAN -GESTAO DAS INUNDACOES E EST RIO GRAV	1.500.000,00	4.874,46	1.495.125,54-
171810910471	CONVENIO TC/PAC 1202/2015 MC-METROPLAN -GESTAO DAS INUNDACOES RIO DOS SINOS	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00-
171810910472	CONVENIO TC/PAC 1201/2015 MC-METROPLAN -PROTECAO CONTRA CHEIAS DO RIO JACUI	1.275.204,00	0,00	1.275.204,00-
171810910474	CONVENIO CNPQ-FAPERGS 794470-2013 PROGRAMA DE APOIO A NUCLEOS DE EXCELENCIA	3.600.000,00	1.789.385,64	1.810.614,36-
171810910476	CONVENIO BACEN-SSP 08-2016-ESCOLTA VALORES AEROPORTO SALGADO FILHO	80.000,00	80.000,00	0,00
171810910478	CONVENIO SDH-PR-SJDH 08-2016-PPCAM	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00
171810910480	CONVENIO CNPQ - FAPERGS 837596-16 PROGRAMA PESQUISA SUS - GESTAO COMP EM SAU	0,00	335,58	335,58
171810910481	CONVENIO MAPA-SDR 840059-2016-QUALIFICACAO CADEIA PRODUTIVA QUEIJO ARTESANAL	500.000,00	0,00	500.000,00-
171810910482	CONVENIO MAPA-SDR 1865 2016 - PROMOCAO DIFUSAO TECNOL- AGRICULTURA BAIXO CAR	80.000,00	0,00	80.000,00-
171810910483	CONVENIO SEDH- PROGR EST PROT AUX E ASSIST A TESTEM AMEACADAS-MANUTENCAO PRO	1.000.000,00	429.124,28	570.875,72-
171810910485	CONVENIO MJ-SSP 880336-18 APARELHAMENTO - DECA	0,00	18.737,26	18.737,26
171810910486	CONVENIO FINEP-FAPERGS - 3263-18 - CENTELHA EMPREENDIMENTOS INOVADORES	0,00	333.000,00	333.000,00
171810910487	CONVENIO IFFAR-FAPERGS 2019/888298 APOIO PROJETOS DE PESQ APLICADA E	0,00	300.000,00	300.000,00
171810910488	CONVENIO IFRS-FAPERGS 2019/888410 APOIO PROJETOS DE PESQ APLICADA E	0,00	300.000,00	300.000,00
171810919999	RECEITA DE CONVENIOS - PARA FINS DE ORCAMENTO	30.000,00	0,00	30.000,00-
171812000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FNAS	1.461.170,00	0,00	1.461.170,00-
171812100000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FNAS	1.461.170,00	0,00	1.461.170,00-
171812110000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FNAS-PRIN	1.461.170,00	0,00	1.461.170,00-
171812110020	TRANSFERENCIA FNAS-INDICE GESTAO DESCENTR SISTEMA UNICO ASSISTENC SOCIAL-IGD	672.340,00	0,00	672.340,00-
171812110022	TRANSFERENCIA FNAS-PROGRAMA CRIANCA FELIZ	788.830,00	0,00	788.830,00-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00037
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
171899000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	163.827.601,00	225.729.926,82	61.902.325,82
171899100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	163.827.601,00	225.729.926,82	61.902.325,82
171899110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO-PRINCIPAL	163.827.601,00	225.729.926,82	61.902.325,82
171899110011	AUXILIO FINANCEIRO - FOMENTO AS EXPORTACOES DO PAIS	156.652.868,00	0,00	156.652.868,00-
171899110033	COTA-PARTE DO FUNDESP FEDERAL	7.174.733,00	6.367.371,90	807.361,10-
171899110042	TRANSFERENCIA PARCELA LEILAO DA CESSAO ONEROSA PRE-SAL LEI 13.885/2019	0,00	219.362.554,92	219.362.554,92
172000000000	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	21.240.053,00	14.196.351,24	7.043.701,76-
172800000000	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	21.240.053,00	14.196.351,24	7.043.701,76-
172810000000	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDA	21.240.053,00	14.196.351,24	7.043.701,76-
172810900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS	21.240.053,00	14.196.351,24	7.043.701,76-
172810910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS-PRINCIPAL	21.240.053,00	14.196.351,24	7.043.701,76-
172810910011	CONVENIO TJ-SSP-OBRA PROJETO RECONSTRUINDO IPF	3.232.053,00	0,00	3.232.053,00-
172810910012	CONVENIO 906-2016 CONFAZ - SEFAZ RS - SEFAZ VIRTUAL	18.008.000,00	14.196.351,24	3.811.648,76-
173000000000	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	6.661.442,00	8.024.791,05	1.363.349,05
173800000000	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS -ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	6.661.442,00	8.024.791,05	1.363.349,05
173810000000	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	6.661.442,00	8.024.791,05	1.363.349,05
173810900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS	6.661.442,00	8.024.791,05	1.363.349,05
173810910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS MUNICÍPIOS-PRINCIPAL	6.661.442,00	8.024.791,05	1.363.349,05
173810910001	TRANSFERENCIA CONVENIO FAMURS/BM-FISCALIZACAO DE TRANSITO	6.661.442,00	7.853.758,94	1.192.316,94
173810910016	TERMO COOPERACAO P M BENTO GONCALVES-SSP-APERFEICOAMENTO GUARDAS MUNICIPAIS	0,00	61.303,44	61.303,44
173810910017	CONVENIO POLICIA CIVIL-MUN FARROUPILHA 1081-2019	0,00	58.752,14	58.752,14
173810910018	CONVENIO POLICIA CIVIL-MUN PELOTAS 1420-2019	0,00	50.976,53	50.976,53
174000000000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	36.249.053,00	29.502.150,27	6.746.902,73-
174800000000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS-ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPI	36.249.053,00	29.502.150,27	6.746.902,73-
174810000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA EST/DF/MUN - NÃO ESPECIF	36.249.053,00	29.502.150,27	6.746.902,73-
174810100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA EST/DF/MUN - NÃO ESPECIF	36.249.053,00	29.502.150,27	6.746.902,73-
174810110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS PARA EST/DF/MUN - PRINCIPAL	36.249.053,00	29.502.150,27	6.746.902,73-
174810110011	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS-NAO VINCULAD	45.119,00	62.500,00	17.381,00
174810110012	DOACOES INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCEN	2.000.000,00	2.636.612,45	636.612,45
174810110025	DOACOES DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FESP-BM	5.550,00	0,00	5.550,00-
174810110038	TERMO DE COOPERACAO 85-2017 OI SA - SSP - PC DELEGACIA REPRESS CRIME PATR CO	204.000,00	192.898,46	11.101,54-
174810110043	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FAC-FUNDO DE APOIO A CULTURA	7.736.949,00	5.913.136,01	1.823.812,99-
174810110045	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE	4.986.442,00	2.066.194,70	2.920.247,30-
174810110046	TRANSFERENCIAS INSTITUIC PRIVADAS- FUNDO ESTADUAL DE APOIO A INCLUSAO PRODUT	249.849,00	121.614,76	128.234,24-
174810110047	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00038
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
174810110050	TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA - COMPENSACAO DE DANOS AMBIENTAIS - SEMA	0,00	519.712,25	519.712,25
174810110051	TRANSFERENCIA BANRISUL-FASE-JOGOS DE CONFRATERNIZACAO	36.227,00	0,00	36.227,00-
174810110065	TRANSFERENCIA CONVENIO AES SUL/PC 14/05-DELEGACIA REPRESSAO CRIME C/PATRIMON	0,00	13.942,17	13.942,17
174810110089	TRANSFERENCIA CONVENIO BANRISUL/ESTADO RS 1959/07-SISTEMA REMUNERACAO SERVID	3.000.000,00	2.272.267,56	727.732,44-
174810110091	TRANSFERENCIA CONVENIO FENASEG/DETRAN 2/08-APARELHAMENTO E MODERNIZACAO DETR	3.300.000,00	1.216.018,61	2.083.981,39-
174810110095	TRANSFERENCIA CONVENIO CORSAN-AGERGS-REGULACAO SANEAMENTO	12.684.917,00	13.445.336,25	760.419,25
174810110105	TERMO DE COOPERACAO TECNICA - RGE - FETLSVC - PROGRAMA EFICIENTIZACAO ENERGE	0,00	21.886,99	21.886,99
174810110106	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS AO FUNDO COMUNITARIO PRO-SEGURANCA	1.000.000,00	860.030,06	139.969,94-
174810110107	CONVENIO SSP-CORSAN PROGR APOIO ADMIN POLIC CIVIL - OPER DELEG REPRES CRIMES	0,00	85.000,00	85.000,00
174810110108	CONVENIO FUNDACAO BIENAL MERCOSUL - UERGS - 841/2019 PROJETO CURADORIA BIENA	0,00	25.000,00	25.000,00
174810110110	PREMIACAO FUNDACAO BANCO DO BRASIL TECNOLOGIA SOCIAL	0,00	50.000,00	50.000,00
175000000000	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	4.427.112.916,00	4.411.123.814,98	15.989.101,02-
175800000000	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E	4.427.112.916,00	4.411.123.814,98	15.989.101,02-
175801000000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	4.427.112.916,00	4.411.123.814,98	15.989.101,02-
175801100000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	4.427.112.916,00	4.411.123.814,98	15.989.101,02-
175801110000	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	4.427.112.916,00	4.411.123.814,98	15.989.101,02-
175801110002	TRANSFERENCIA FUNDO MANUTENCAO DESENV EDUCACAO BASICA VALORIZACAO PROFIL EDUC	4.427.112.916,00	4.411.123.814,98	15.989.101,02-
177000000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	970.730,00	213.571,53	757.158,47-
177800000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	970.730,00	213.571,53	757.158,47-
177810000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS FÍSICAS - ESPECÍFICAS DE E/DF/M	970.730,00	213.571,53	757.158,47-
177810100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS FÍSICAS - ESPECÍFICAS DE E/DF/M	970.730,00	213.571,53	757.158,47-
177810110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS FÍSICAS - ESPECÍFICAS DE E/DF/M - PRINCIPAL	970.730,00	213.571,53	757.158,47-
177810110005	DOACOES DE PESSOAS FISICAS AO FUNDO ESTADUAL PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE	134.613,00	74.658,04	59.954,96-
177810110013	TRANSFERENCIAS DE PESSOAS AO FAC-FUNDO DE APOIO A CULTURA	2.577,00	0,00	2.577,00-
177810110015	TRANSFERENCIA DE PESSOAS-FUNDO ESTADUAL DA PESSOA IDOSA-FUNEPI	94.254,00	54.800,00	39.454,00-
177810110018	DEVOLUCAO ESPONTANEA DE REMUNERACAO - PODER EXECUTIVO	121.286,00	3.023,07	118.262,93-
177810110019	DEVOLUCAO ESPONTANEA DE REMUNERACAO - PODER LEGISLATIVO	118.000,00	81.090,42	36.909,58-
177810110030	TRANSFERENCIA DE PESSOAS-FUNDO COMUNITARIO PRO-SEGURANCA	500.000,00	0,00	500.000,00-
190000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.318.828.700,30	1.040.134.075,91	7.278.694.624,39-
191000000000	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	289.225.092,00	305.007.316,01	15.782.224,01
191001000000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	277.589.093,00	268.076.529,78	9.512.563,22-
191001100000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	277.589.093,00	268.076.529,78	9.512.563,22-
191001110000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-PRINCIPAL	261.898.614,00	246.713.703,65	15.184.910,35-
191001110001	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO SANITARIA-FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	506.977,00	515.430,55	8.453,55
191001110003	MULTAS DE AUTO DE INFRACAO AS NORMAS SANITARIAS - PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	1.131.360,00	1.286.069,51	154.709,51

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00039
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191001110004	MULTAS DE AUTO DE INFRACAO AS NORMAS SANITARIAS - PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	868.113,00	927.630,69	59.517,69
191001110005	MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO - CONVENIO DETRAN-BM	21.250.000,00	19.523.980,21	1.726.019,79-
191001110006	MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO-CONVENIO DETRAN-BM/PMPA 371/2009	1.714.584,00	2.740.667,49	1.026.083,49
191001110010	MULTAS DE TERMINAIS RODOVIARIOS	18.623,00	59.485,74	40.862,74
191001110014	MULTAS DE FISCALIZACAO DE TRANSPORTE COLETIVO - REGULAR	168.578,00	520.490,09	351.912,09
191001110017	MULTAS INFRACOES ADMINISTRATIVAS - DESMANCHES - DETRAN RS	0,00	22.966,92	22.966,92
191001110018	MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO	132.100.000,00	130.629.500,80	1.470.499,20-
191001110020	MULTA INFRACAO TRANSITO MANUAL BATALHAO POLICIA RODOVIARIA - DAER	42.037.066,00	31.809.128,09	10.227.937,91-
191001110021	MULTA INFRACAO TRANSITO POR CONTROLADORES ELETRONICOS - DAER	56.950.205,00	54.845.187,94	2.105.017,06-
191001110023	MULTAS DE FISCALIZACAO DE TRANSPORTE COLETIVO - FRETAMENTO E TURISMO	1.592.344,00	1.107.459,80	484.884,20-
191001110024	MULTAS DE FISCALIZACAO DE TRANSPORTE COLETIVO - NAO OFICIAL	43.282,00	11.608,82	31.673,18-
191001110025	MULTAS DE FISCALIZACAO DO FUNDO DE APOIO A CULTURA - FAC	0,00	600,00	600,00
191001110028	MULTAS DE FISCALIZACAO DAS NORMAS S/ SISTEMAS DE PREVENCAO E PROTECAO INCEND	1.105,00	2.567,67	1.462,67
191001110030	MULTAS FISCALIZACAO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL REGIAO METROPOLITANA - METROPL	1.037.350,00	852.602,33	184.747,67-
191001110031	MULTAS DE FISCALIZACAO DAS NORMAS DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FECON	1.582.245,00	828.217,46	754.027,54-
191001110032	MULTAS APLICADAS A SERVIDORES PUBLICOS	89.035,00	53.146,28	35.888,72-
191001110033	MULTAS POR INFRACOES PREVISTAS EM LEI - PROCON	466.512,00	617.652,52	151.140,52
191001110037	MULTAS ATOS ILICITOS EM LICITACAO	321.541,00	262.375,80	59.165,20-
191001110039	MULTAS APLICADAS PELA AGERGS - RESOLUCAO NORMATIVA N 13-2014	19.694,00	96.650,07	76.956,07
191001110042	MULTAS OUTORGA E OUTRAS MULTAS RELACIONADAS AO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	0,00	284,87	284,87
191001120000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-MULTAS E JUROS DE MORA	5.949.203,00	6.870.675,11	921.472,11
191001120099	MULTAS E JUROS DE MORA POR DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE FISCAL	5.949.203,00	6.870.675,11	921.472,11
191001130000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-DÍVIDA ATIVA	983.802,00	1.945.106,66	961.304,66
191001130031	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDO	983.802,00	1.945.106,66	961.304,66
191001170000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-DÍVIDA ATIVA-MULTAS	6.363.032,00	9.707.798,05	3.344.766,05
191001170099	MULTAS DA DIVIDA ATIVA POR DESCUMPRIMENTO DE FORMALIDADE FISCAL	6.363.032,00	9.707.798,05	3.344.766,05
191001180000	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA-DÍVIDA ATIVA-JUROS	2.394.442,00	2.839.246,31	444.804,31
191001180033	JUROS DE MORA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUM	213.094,00	432.778,73	219.684,73
191001180099	JUROS MORA DIVIDA ATIVA DESCUMPRIMENTO FORMALIDADE FISCAL-ART 69, LEI 6537/7	2.181.348,00	2.406.467,58	225.119,58
191006000000	MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	3.554.793,00	25.649.157,40	22.094.364,40
191006100000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS	3.554.793,00	25.649.157,40	22.094.364,40
191006110000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-PRINCIPAL	328.418,00	24.085.507,62	23.757.089,62
191006110001	MULTAS DANOS AO MEIO AMBIENTE-TERMOS DE AJUSTE DE CONDOTA DO MINISTERIO PUBL	18.500,00	42.400,28	23.900,28

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00040
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191006110002	MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE-FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE-FEMA	294.818,00	22.332.871,66	22.038.053,66
191006110003	MULTAS POR DANO AO MEIO AMBIENTE-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL-FUNDEFLO	15.100,00	0,00	15.100,00-
191006110010	MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE FUNDEC/RS - P2R2	0,00	1.710.235,68	1.710.235,68
191006130000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-DÍVIDA ATIVA	2.326.196,00	1.131.066,68	1.195.129,32-
191006130002	DIVIDA ATIVA DAS MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	2.326.196,00	1.131.066,68	1.195.129,32-
191006160000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-JUROS	0,00	2,11	2,11
191006160001	JUROS E ENCARGOS DE MORA INDENIZACAO DANOS MEIO AMBIENTE DECORRENTES DE TACS	0,00	2,11	2,11
191006170000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-DÍVIDA ATIVA-MULTAS	159.714,00	146.557,79	13.156,21-
191006170003	MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA-FUNDEFLO	159.714,00	146.557,79	13.156,21-
191006180000	MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS-DÍVIDA ATIVA-JUROS	740.465,00	286.023,20	454.441,80-
191006180002	JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA POR DANOS AO MEIO AMBIENTE (ART 69 LEI 6537/73)	632.790,00	244.012,18	388.777,82-
191006180003	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DO FUNDEFLO (ART 69, LEI 6537/	107.675,00	42.011,02	65.663,98-
191007000000	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	1.586.467,00	1.024.561,07	561.905,93-
191007100000	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	1.586.467,00	1.024.561,07	561.905,93-
191007110000	MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	1.586.467,00	1.024.561,07	561.905,93-
191007110009	MULTAS APLICADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1.586.467,00	1.024.561,07	561.905,93-
191008000000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.219.796,00	1.364.983,89	145.187,89
191008100000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.219.796,00	1.364.983,89	145.187,89
191008110000	MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS-PRINCIPAL	1.219.796,00	1.364.983,89	145.187,89
191008110007	MULTAS DE SENTENCA PENAL CONDENATORIA - FUNDO PENITENCIARIO	1.219.796,00	1.364.371,82	144.575,82
191008110012	MULTA SENTENCA JUDICIAL-FPERGS-TRT4	0,00	612,07	612,07
191009000000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	5.274.943,00	8.892.083,87	3.617.140,87
191009100000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	5.274.943,00	8.892.083,87	3.617.140,87
191009110000	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINCIPAL	5.274.943,00	8.892.083,87	3.617.140,87
191009110046	MULTA CONTRATUAL - RECURSOS FEMA	27.295,00	21.763,07	5.531,93-
191009110068	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - CONVENIO HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR/IPERGS	0,00	3.780,00	3.780,00
191009110075	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS-RECEITAS DE SERVICOS DETRAN-FESP-LEI 10.847/96	590.780,00	192.532,09	398.247,91-
191009110077	MULTAS CONTRATUAIS - FEGEP	290.672,00	0,00	290.672,00-
191009110079	MULTAS CONTRATUAIS - FUNSEFAZ	24.872,00	25.339,15	467,15
191009110082	MULTAS CONTRATUAIS - SERVICO DE TRANSITO - ALTERACAO REGISTRO VEICULO AUTOMO	0,00	2.000,00	2.000,00
191009110083	MULTAS CONTRATUAIS - OUTROS PODERES	14.300,00	362.906,36	348.606,36
191009110100	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS-TRANSF REC VINC POR LEI-PODER JUDICIARIO	0,00	33.849,16	33.849,16
191009110109	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - RECURSO 0006 - VINC SAUDE	0,00	29.401,82	29.401,82
191009110114	MULTAS CONTRATUAIS-PROGRAMA DE APOIO A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO-PROREDES-	0,00	29.887,57	29.887,57
191009110123	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - TCFA	0,00	6.392,49	6.392,49
191009110125	MULTAS CONTRATUAIS-FRTCE	4.000,00	13.488,51	9.488,51
191009110168	MULTAS E JUROS MORA-TAXA DE SERVICO SAUDE PUBLICA - SAA - FEASP	134.789,00	0,00	134.789,00-
191009110169	MULTA CONTRATUAL - RECURSO 0105 - FUMPEEAB	8.114,00	0,00	8.114,00-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00041
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
191009110170	MULTA CONTRATUAL - RECURSOS 8016 - MULTAS DE TRANSITO	284.621,00	0,00	284.621,00-
191009110191	MULTAS CONTRATUAIS - SALARIO-EDUCACAO	0,00	467.429,39	467.429,39
191009110204	MULTAS CONTRATUAIS - FURPGE	9.372,00	0,00	9.372,00-
191009110206	MULTAS CONTRATUAIS - FADEP	0,00	2.388,89	2.388,89
191009110212	MULTAS CONTRATUAIS - COMPENSACAO FINANCEIRA PELA UTILIZACAO DE RECURSOS HIDR	0,00	157.869,73	157.869,73
191009110216	MULTAS CONTRATUAIS - FEASP	15.111,00	1.165,69	13.945,31-
191009110217	MULTAS POR ATRASO NA DEVOLUCAO DE MATERIAL BIBLIOGRAFICO-UERGS	468,00	5.481,63	5.013,63
191009110221	MULTAS CONTRATUAIS - FRPJ	1.800.000,00	4.016.034,48	2.216.034,48
191009110228	MULTAS CONTRATUAIS - FESP (FUNDESP)	20.904,00	6.790,00	14.114,00-
191009110230	MULTAS CONTRATUAIS - FESP (BRIGADA MILITAR)	6.768,00	0,00	6.768,00-
191009110237	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - NAO VINCULADA	1.928.807,00	2.952.091,83	1.023.284,83
191009110240	MULTAS CONTRATUAIS - FESP (COORDENADORIA-GERAL DE PERICIAS)	0,00	47.380,08	47.380,08
191009110241	MULTAS CONTRATUAIS-RECEITAS DEPARTAMENTO ESTUDUAL TRANSITO VINCULADA AO FESP	97.504,00	7.780,72	89.723,28-
191009110262	MULTAS CONTRATUAIS-FRAL	1.000,00	5.945,49	4.945,49
191009110265	MULTAS CONTRATUAIS - FUNDOPEM	15.566,00	0,00	15.566,00-
191009110271	MULTAS E JUROS CONTRATUAIS - PROGRAMA OPORTUNIDADES E DIREITOS-POD-BID	0,00	315.000,00	315.000,00
191009110272	MULTA E JUROS CONTRATUAIS - FUNSEFAZ	0,00	185.385,72	185.385,72
192000000000	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	7.886.468.613,30	295.388.114,77	7.591.080.498,53-
192100000000	INDENIZAÇÕES	7.397.505.933,30	18.212.810,02	7.379.293.123,28-
192101000000	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	4.576.018,00	15.303.561,56	10.727.543,56
192101100000	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	4.576.018,00	15.303.561,56	10.727.543,56
192101110000	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO - PRINCIPAL	4.576.018,00	15.303.561,56	10.727.543,56
192101110001	INDENIZACOES FUNDO DE RECONSTITUICAO DE BENS LESADOS	4.000.000,00	14.762.533,92	10.762.533,92
192101110002	INDENIZACOES POR DANOS AO PATRIMONIO-NAO VINCULADAS	576.018,00	541.027,64	34.990,36-
192103000000	INDENIZAÇÃO POR SINISTRO	0,00	23.440,00	23.440,00
192103100000	INDENIZAÇÃO POR SINISTRO	0,00	23.440,00	23.440,00
192103110000	INDENIZAÇÃO POR SINISTRO - PRINCIPAL	0,00	23.440,00	23.440,00
192103110014	RECEITA DE SEGUROS DE INDENIZACAO POR SINISTRO-NAO VINCULADA	0,00	23.440,00	23.440,00
192199000000	OUTRAS INDENIZAÇÕES	7.392.929.915,30	2.885.808,46	7.390.044.106,84-
192199100000	OUTRAS INDENIZAÇÕES	7.392.929.915,30	2.885.808,46	7.390.044.106,84-
192199110000	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	7.392.929.915,30	2.885.808,46	7.390.044.106,84-
192199110001	INDENIZACAO DANOS MEIO AMBIENTE DECORRENTES DE TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA-T	1.331.491,00	1.646.418,01	314.927,01
192199110007	INDENIZACOES - PODER LEGISLATIVO	310.000,00	233.080,69	76.919,31-
192199110008	INDENIZACOES ORIUNDAS DE CONDENACOES JUDICIAIS - FECON	0,00	396.094,44	396.094,44
192199110009	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS - FESP-CGP-REC 0174	0,00	324,19	324,19
192199110010	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-DETRAN-FESP-REC 8008	3.804,00	13.568,68	9.764,68
192199110011	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-DETRAN-FESP-REC 8013	178,00	0,68	177,32-
192199110013	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS - FESP-BM-REC 0170	10.494,00	103.206,44	92.712,44
192199110018	INDENIZACAO USO BENS PATRIMONIAIS-FUNDO REAPALHAMENTO TRIBUNAL CONTAS DO EST	55.000,00	63.807,88	8.807,88

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00042
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192199110019	INDENIZACOES PELO USO BENS PATRIMONIAIS-RECEITAS OPERACIONAIS-FUNDOPEN-REC01	1.334,00	766,60	567,40-
192199110020	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS - FESP-PC-REC 0171	43.683,00	63.932,93	20.249,93
192199110022	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-SERVICOS TRANSITO-FESP-REC 0199	4.225,00	0,00	4.225,00-
192199110023	INDENIZACOES POR DANOS EM BENS PATRIMONIAIS-NAO VINCULADAS	0,00	1.624,03	1.624,03
192199110024	INDENIZACOES ORIUNDAS DE CONDENACOES JUDICIAIS - NAO VINCULADAS	0,00	3.742,40	3.742,40
192199110026	INDENIZACOES DE DEBITOS FIXADOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	43.441,00	85.996,39	42.555,39
192199110030	INDENIZACOES PELO USO DE BENS PATRIMONIAIS-NAO VINCULADAS	290.176,00	273.245,10	16.930,90-
192199110999	DEMAIS COMPENSACOES FINANCEIRAS DA UNIAO (SOMENTE PARA FINS DE ORCAMENTO)	7.390.836.089,30	0,00	7.390.836.089,30-
192200000000	RESTITUIÇÕES	481.510.638,00	262.574.493,03	218.936.144,97-
192201000000	RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS	15.584.772,00	44.842.533,72	29.257.761,72
192201100000	RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	15.584.772,00	44.842.533,72	29.257.761,72
192201110000	RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS-PRINCIPAL	15.584.772,00	44.842.533,72	29.257.761,72
192201110063	RESTITUICOES DE CONVENIOS E AUXILIOS-NAO VINCULADAS	14.872.449,00	12.219.201,70	2.653.247,30-
192201110094	RESTITUICOES DE CONVENIOS DA SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - RECURSOS LIVR	0,00	21.676,18	21.676,18
192201110096	RESTITUICOES DE CONVENIOS-COTA-PARTE FUNDESP-ACORDO E GLOSA DE VALORES	2.030,00	0,00	2.030,00-
192201110102	RESTITUICOES DE CONVENIOS-COTA-PARTE FUNDESP-OUTROS	44.789,00	0,00	44.789,00-
192201110103	RESTITUICAO DE CONVENIOS-FEASP	144.216,00	21.546,50	122.669,50-
192201110104	RESTITUICOES DE CONVENIOS - BIRD - PROREDES	0,00	16.459.688,33	16.459.688,33
192201110105	RESTITUICOES DE CONVENIOS-SETM	0,00	9.615,13	9.615,13
192201110106	RESTITUICOES DE CONVENIOS-PROINVESTE BNDES	0,00	8.504,69	8.504,69
192201110108	RESTITUICOES DE CONVENIOS-BIRD-PROREDES TA	0,00	977.851,86	977.851,86
192201110115	RESTITUICOES DE CONVENIOS E AUXILIOS - RECURSO 0006	0,00	815.158,39	815.158,39
192201110116	RESTITUICOES CONVENIOS PREFEITURAS-PROREDES	0,00	25.375,03	25.375,03
192201110119	RESTITUICOES DE CONVENIOS - FUNDO NACIONAL DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO	361.409,00	165.155,70	196.253,30-
192201110123	RESTITUICOES DE CONVENIOS - FRH	159.879,00	22.468,20	137.410,80-
192201110125	RESTITUICOES CONVENIOS-ANA-SEMA PROGESTAO	0,00	2.204,83	2.204,83
192201110126	RESTITUICOES DE CONVENIOS DO MINISTERIO PUBLICO - RECURSO 11	0,00	132.035,16	132.035,16
192201110127	RESTITUICOES DE CONVENIOS/PARCEIRAS - FUNDOVITIS	0,00	13.424.893,94	13.424.893,94
192201110128	RESTITUICOES CONVENIOS E PARCEIRAS EMPRESTIMO BID-POD	0,00	537.158,08	537.158,08
192299000000	OUTRAS RESTITUIÇÕES	465.925.866,00	217.731.959,31	248.193.906,69-
192299100000	OUTRAS RESTITUIÇÕES	465.925.866,00	217.731.959,31	248.193.906,69-
192299110000	OUTRAS RESTITUIÇÕES-PRINCIPAL	465.921.888,00	217.713.932,99	248.207.955,01-
192299110036	RESTITUICOES - FEASP	801,00	155.742,84	154.941,84
192299110037	RESTITUICOES-PAGAMENTO DE APENADOS-FUNDO PENITENCIARIO	2.043.875,00	2.051.374,47	7.499,47
192299110039	RESTITUICOES - FURPGE	0,00	31.877,54	31.877,54
192299110044	RESTITUICOES - MINISTERIO PUBLICO	3.360.000,00	16.296,28	3.343.703,72-
192299110045	RESTITUICOES - PODER JUDICIARIO	2.380.000,00	4.334.290,31	1.954.290,31
192299110046	RESTITUICOES - COMPENSACAO FINANCEIRA PELA UTILIZACAO DE RECURSOS HIDRICOS	1.037,00	8.514,33	7.477,33
192299110049	RESTITUICOES DE VALES-REFEICAO E AUXILIO-TRANSPORTE	9.864.638,00	8.868.213,07	996.424,93-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00043
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192299110051	RESTITUICOES-SISTEMA ESTADUAL TRANSPORTE METROPOLITANO COLETIVO PASSAGEIROS-	3.428,00	2.622,21	805,79-
192299110056	OUTRAS RESTITUICOES	4.884.749,00	2.316.363,14	2.568.385,86-
192299110060	RESTITUICOES DE PREMIO DE SEGUROS	0,00	76,70	76,70
192299110062	RESTITUICOES DE DESPESAS BANCARIAS	1.941.895,00	2.064.009,37	122.114,37
192299110065	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - FESP-BM-REC 0170	371,00	0,00	371,00-
192299110066	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS - FESP-PC-REC 0171	830,00	0,00	830,00-
192299110070	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-DETRAN-FESP-REC 8008	35.759,00	79.093,42	43.334,42
192299110071	RESTITUICAO DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-DETRAN-FESP-REC 8013	31.350,00	18.767,19	12.582,81-
192299110074	RESTITUICOES-FUNDO DE REAPARELHAMENTO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1.170.000,00	1.177.760,68	7.760,68
192299110081	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-TCFA	110.101,00	281,67	109.819,33-
192299110082	RESTITUICOES - DETRAN-FESP-REC 8008	0,00	33.722,32	33.722,32
192299110100	RESTITUICAO DE BLOQUEIOS OU DEPOSITOS JUDICIAIS OU DEPOSITOS RECURSAIS	82.059.032,00	2.120.401,28	79.938.630,72-
192299110101	RESTITUICAO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS - OUTROS PODERES	3.000,00	743.144,19	740.144,19
192299110102	OUTRAS RESTITUICOES - OUTROS PODERES	0,00	1.252.609,08	1.252.609,08
192299110103	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS-NAO VINCULADAS	1.047.953,00	260.733,63	787.219,37-
192299110104	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-INDIRETA	14.546.463,00	12.978.857,43	1.567.605,57-
192299110106	RESTITUICOES - FAC	721.646,00	1.106.926,19	385.280,19
192299110108	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-DIRETA	53.959.237,00	40.551.314,28	13.407.922,72-
192299110109	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-FUNDO DE EDUCACAO	0,00	325.422,39	325.422,39
192299110111	RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-OUTROS PODERES	0,00	1.318.608,82	1.318.608,82
192299110117	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS - FEASP	118.675,00	151.447,63	32.772,63
192299110119	RESTITUICOES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS-FUNORE-SELO DIGITAL COMPL RENDA	0,00	19.906,22	19.906,22
192299110120	RESTITUICOES DE REMUNERACOES E INDENIZACOES PAGAS INDEVIDAMENTE A SERVIDORES	1.621.988,00	148.597,46	1.473.390,54-
192299110121	RESTITUICOES VALORES PAG POR RESPONSÁVEIS DECORRENTES DE DECISÕES JUD - REC	0,00	46.915.652,57	46.915.652,57
192299110189	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS DIARIAS-PROGRAMA MODERNIZACAO FISCAL-PROFISCO-	0,00	186,25	186,25
192299110191	RESTITUICOES DE ADIANTAMENTOS E DIARIAS- SIST ESTADUAL TRANSPORTE METROPOLIT	4.742,00	3.705,27	1.036,73-
192299110192	RESTITUICOES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS-RECURSO VINCULADO RPVS	0,00	143,70	143,70
192299110195	RESTITUICOES-PASSE LIVRE ESTUDANTIL	138.556,00	26.289,45	112.266,55-
192299110197	RESTITUICOES DE GARANTIAS FUNAMEP	1.378.456,00	1.447.643,72	69.187,72
192299110199	RESTITUICOES FUNSEFAZ	413.716,00	227.430,07	186.285,93-
192299110202	RESTITUICAO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS - TFAS - RECURSO 0001	50.000,00	24,46	49.975,54-
192299110204	RESTITUICOES - SALARIO-EDUCACAO	0,00	4.668.004,81	4.668.004,81
192299110207	RESTITUICOES FUNDO DE EDUCACAO	0,00	10.300,78	10.300,78
192299110209	RESTITUICAO CUSTO DE BENFEITORIA	0,00	348.513,44	348.513,44
192299110214	RESTITUICOES - PODER LEGISLATIVO	725.000,00	108.665,00	616.335,00-
192299110216	ORDENS DE PAGAMENTO DEVOLVIDAS	0,00	206.772,91	206.772,91
192299110217	RESTITUICOES-PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR	0,00	3.190.242,80	3.190.242,80

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00044
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
192299110218	RESTITUIÇÕES DA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES CEDIDOS-NAO VINCULADAS	9.373.993,00	18.887.063,88	9.513.070,88
192299110223	RESTITUIÇÕES - FRPJ	0,00	4.418,18	4.418,18
192299110225	RESTITUIÇÕES DE SALDOS NAO APLICADOS-PROGRAMA SOLIDARIEDADE-LEI 12.022/2003	153.108,00	33.798,58	119.309,42-
192299110226	RESTITUIÇÕES DE VALORES PAGOS POR RESPONSÁVEIS DECORRENTES DE DECISÕES JUDIC	22.409.581,00	7.833.426,64	14.576.154,36-
192299110239	RESTITUIÇÕES - ITBI	1.153,00	0,00	1.153,00-
192299110240	RESTITUIÇÕES DE PAGAMENTOS INDEVIDOS-NAO VINCULADAS	10.882.060,00	7.630.297,42	3.251.762,58-
192299110249	RESTITUIÇÃO DE ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS-FEMA	328,00	4.345,91	4.017,91
192299110252	RESTITUIÇÕES - FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE	13.558,00	126.688,07	113.130,07
192299110254	RESTITUIÇÕES - RECURSO 8015	424.809,00	20.279,23	404.529,77-
192299110256	RESTITUIÇÕES DE PRECATÓRIOS - RECURSO 007	180.000.000,00	0,00	180.000.000,00-
192299110257	RESTITUIÇÕES DE PRECATÓRIOS - RECURSO 008	60.000.000,00	0,00	60.000.000,00-
192299110260	RESTITUIÇÕES - FRMP	46.000,00	89.251,89	43.251,89
192299110264	RESTITUIÇÕES - TCFA	0,00	614,31	614,31
192299110267	DIVERSAS RESTITUIÇÕES-FEMA	0,00	79.070,69	79.070,69
192299110268	RESTITUIÇÕES - TR REC VINC P/LEI-PJ	0,00	7.093.289,62	7.093.289,62
192299110269	RESTITUIÇÕES - INVESTIMENTOS ESCOLAS - PROREDES BIRD 306	0,00	36.592.749,13	36.592.749,13
192299110270	RESTITUIÇÕES DE DESPESAS POR LOCATÁRIOS DE ÁREAS PÚBLICAS	0,00	27.156,52	27.156,52
192299110271	RESTITUIÇÃO CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERVIDORES DESLIGADOS RSPREV	0,00	933,55	933,55
192299120000	OUTRAS RESTITUIÇÕES-MULTAS E JUROS	3.978,00	18.026,32	14.048,32
192299120064	MULTAS SOBRE ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS - FUNDOPEN	546,00	2.096,31	1.550,31
192299120070	MULTAS SOBRE ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS - RECURSO 8008	0,00	142,99	142,99
192299120103	MULTAS E JUROS DE MORA SOBRE ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS-NAO VINCULADOS	3.432,00	15.787,02	12.355,02
192800000000	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - ESPECÍFICAS ESTADOS/DF/MUNICÍPI	7.452.042,00	14.600.811,72	7.148.769,72
192802000000	RESTITUIÇÕES - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	7.452.042,00	14.600.811,72	7.148.769,72
192802100000	RESTITUIÇÕES DE RECURSOS RECEBIDOS DO SUS-ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍ	7.452.042,00	14.600.811,72	7.148.769,72
192802110000	RESTITUIÇÕES DE RECURSOS RECEBIDOS DO SUS-ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍ	7.452.042,00	14.600.811,72	7.148.769,72
192802110059	RESTITUIÇÕES - SERVIÇOS DE SAÚDE - SUS	1.155.292,00	244.690,14	910.601,86-
192802110063	RESTITUIÇÕES - FES	64.153,00	26.754,27	37.398,73-
192802110074	RESTITUIÇÕES ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS - TR SUS-VIG SAN-PISO ESTRATÉGICO	0,00	956,49	956,49
192802110077	RESTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS-TRANSFERÊNCIAS DO SUS-FAEC	0,00	114.518,58	114.518,58
192802110083	RESTITUIÇÕES ADIANTAMENTOS E DIÁRIAS-VINCULADO SAÚDE	25.489,00	48.277,14	22.788,14
192802110085	RESTITUIÇÕES DE PAGAMENTO ANTECIPADO DE SERVIÇOS DO SUS - VINCULADO SAÚDE	3.726.180,00	1.238.284,00	2.487.896,00-
192802110086	RESTITUIÇÕES TRANSFERÊNCIA REPASSE FUNDO A FUNDO-VINCULADO SAÚDE	2.477.824,00	1.085.118,61	1.392.705,39-
192802110087	RESTITUIÇÕES RECURSO 2756- SISTEMA ESTADUAL DE SAÚDE	0,00	11.599.824,44	11.599.824,44
192802110092	RESTITUIÇÕES - RECURSO 0006	3.104,00	25.008,09	21.904,09
192802110094	RESTITUIÇÕES - RECURSO DA SAÚDE	0,00	63.224,55	63.224,55
192802110097	RESTITUIÇÕES - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	154.154,57	154.154,57
192802110099	RESTITUIÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS - GESTÃO DO SUS	0,00	0,84	0,84

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00045
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
193000000000	BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	265.804,46	265.804,46
193002000000	ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	0,00	265.804,46	265.804,46
193002100000	ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS	0,00	265.804,46	265.804,46
193002110000	ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS-PRINCIPAL	0,00	265.804,46	265.804,46
193002110001	RECEITA ALIENACAO DE SUCATA DESTRUIDA- LEI 14787-15	0,00	265.804,46	265.804,46
199000000000	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	143.134.995,00	439.472.840,67	296.337.845,67
199003000000	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVI	74.640.953,00	76.197.297,45	1.556.344,45
199003100000	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVI	74.640.953,00	76.197.297,45	1.556.344,45
199003110000	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVI	74.640.953,00	76.197.297,45	1.556.344,45
199003110001	COMPENSACAO FINANCEIRA ENTRE OS REGIMES DE PREVIDENCIA SOCIAL DA UNIAO E EST	74.640.953,00	76.197.297,45	1.556.344,45
199012000000	ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E RECEITAS DE ÔNUS DE SUCUMBÊ	34.250.442,00	11.372.139,15	22.878.302,85-
199012200000	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA	34.250.442,00	11.372.139,15	22.878.302,85-
199012210000	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA-PRINCIPAL	34.250.122,00	11.367.473,90	22.882.648,10-
199012210002	RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FURPGE - NOVO CODIGO CIVIL - LEI 13105-	29.040.308,00	4.015.825,44	25.024.482,56-
199012210003	HONORARIOS ADVOCATICIOS POR SUCUMBENCIA JUDICIAL-NAO VINCULADAS	19.814,00	124.462,84	104.648,84
199012210004	RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FURPGE - PREMIO PRODUTIVIDADE	0,00	3.021.157,50	3.021.157,50
199012210016	RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FADEP	5.190.000,00	4.206.028,12	983.971,88-
199012260000	ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA-JUROS	320,00	4.665,25	4.345,25
199012260002	JUROS DE MORA SOBRE RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FURPGE	320,00	829,23	509,23
199012260016	JUROS DE MORA SOBRE RECEITA DE HONORARIOS ADVOCATICIOS - FADEP	0,00	3.836,02	3.836,02
199099000000	OUTRAS RECEITAS	34.243.600,00	351.903.404,07	317.659.804,07
199099100000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS	34.243.600,00	12.045.549,14	22.198.050,86-
199099110000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS	24.889.423,00	6.399.990,98	18.489.432,02-
199099110001	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-CONVENIO HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR/IPERGS	50.000,00	0,00	50.000,00-
199099110002	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-FUNDO REAPARELHAMENTO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTA	3.122.000,00	43.262,38	3.078.737,62-
199099110003	RECEITAS EVENTUAIS-FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PUBLICA-POLICIA CIVIL	0,00	2.937,83	2.937,83
199099110005	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-NAO VINCULADAS	4.534.774,00	3.111.863,83	1.422.910,17-
199099110007	DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-SERVICOS DE SAUDE-REC 0182	0,00	8.778,57	8.778,57
199099110008	ANULACAO DE DIVIDAS EXTRAORCAMENTARIAS	0,00	190.586,78	190.586,78
199099110009	RECEITA DA VENDA DE MATERIAL INSERVIVEL	0,00	649.999,98	649.999,98
199099110010	RECEITA DA VENDA DE APARAS DE PAPEL E SUCATAS	3.931,00	0,00	3.931,00-
199099110015	OUTRAS RECEITAS DO FUNDO ESTADUAL DE GESTAO PATRIMONIAL-FEGEP	34.666,00	302.854,25	268.188,25
199099110017	OUTRAS RECEITAS - IPERGS	16.848.380,00	426.771,87	16.421.608,13-
199099110018	RECEITAS EVENTUAIS - REC OPERACIONAIS FUNDOPEN	91.655,00	58.341,19	33.313,81-
199099110022	RECEITA DE LEILOES	0,00	196.271,82	196.271,82
199099110024	TRANSFERENCIA JURIDICA A POLICIA CIVIL PELO MIN PUBL E PODER JUD	144.939,00	388.106,43	243.167,43
199099110030	DOACOES A FPERGS	50.000,00	253.183,00	203.183,00
199099110031	DESCONTOS RECEBIDOS	0,00	161.826,45	161.826,45

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00046
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
199099110035	DESCONTOS RECEBIDOS - RECURSO 0196	9.078,00	6.489,28	2.588,72-
199099110052	RECEITA DE VENDA DE MATERIAIS INSERVIVEIS E SUCATAS VINCULADA AO FESP-PC	0,00	65.700,00	65.700,00
199099111833	ANULACAO DE DIVIDA EXTRAORC FUNDO RECURSOS HIDRICOS	0,00	533.017,32	533.017,32
199099120000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	314.006,00	1.155.485,97	841.479,97
199099120003	JUROS DE MORA DA RECEITA NAO TRIBUTARIA	226.173,00	1.152.974,44	926.801,44
199099120011	JUROS DE MORA DA RECEITA NAO TRIBUTARIA - FEGET	87.833,00	2.511,53	85.321,47-
199099130000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	4.256.306,00	1.391.493,72	2.864.812,28-
199099130099	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS-PRINCIPAL	4.256.306,00	1.390.942,54	2.865.363,46-
199099130199	DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - COMPENSADO COM PRECATORIO - LEI 15038-2017	0,00	220,42	220,42
199099130299	PRECAT COMPE - RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS	0,00	330,76	330,76
199099140000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA MULTA E JUROS	0,00	21.407,67	21.407,67
199099140199	PRECAT COMPE - MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - NAO VINCULADO	0,00	21.407,67	21.407,67
199099150000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS	6.966,00	16.750,57	9.784,57
199099150099	MULTAS DA RECEITA NAO TRIBUTARIA	6.966,00	16.750,57	9.784,57
199099170000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	1.545.409,00	1.911.860,72	366.451,72
199099170099	MULTAS DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	1.545.409,00	1.911.860,72	366.451,72
199099180000	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	3.231.490,00	1.148.559,51	2.082.930,49-
199099180099	JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA (NA FORMA DO ART.74 DA LEI 6537	3.231.490,00	1.148.559,51	2.082.930,49-
199099200000	OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS	0,00	339.857.854,93	339.857.854,93
199099210000	OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS - PRINCIPAL	0,00	339.857.854,93	339.857.854,93
199099210203	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-SEDUC 203694/12	0,00	177.267,86	177.267,86
199099210270	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO MJ/SSP 774563/2012	0,00	26.573,96	26.573,96
199099210995	ANULACAO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS-TR FUNDOPEN-MJ PORT 1414-2016	0,00	1.037.862,12	1.037.862,12
199099211002	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECURSOS LIVRES E PROPRIOS	0,00	53.173.565,35	53.173.565,35
199099211004	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-RECURSOS DO TESOURO UTILIZADOS PELOS OUTROS PODER	0,00	21.440.797,67	21.440.797,67
199099211005	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-CONTRAPARTIDA TESOURO-CONVENIOS	0,00	456.622,08	456.622,08
199099211006	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONTRAPARTIDA OC-REC TES-LIVRES	0,00	34.107,00	34.107,00
199099211009	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECURSOS DO TESOURO - ADMINISTRACAO INDIRETA	0,00	2.786.521,00	2.786.521,00
199099211011	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECURSO 0006	0,00	52.185.523,53	52.185.523,53
199099211012	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FES	0,00	184,49	184,49
199099211013	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - SERVICOS DE SAUDE - SUS	0,00	413.114,55	413.114,55
199099211059	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TRANSFERENCIA SUS-EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCA	0,00	406.695,31	406.695,31
199099211077	ANULACAO RESTOS A PAGAR-GESTAO PLENA SISTEMA ESTADUAL SAUDE-RESOLUCAO CES/RS	0,00	111.167,30	111.167,30
199099211078	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PROGRAMA NACIONAL HIV/AIDS E OUTRAS DSTS	0,00	4.628,41	4.628,41
199099211082	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TRANSFERENCIA FNS-SERVICO ATENDIMENTO MOVEI EMERGENC	0,00	6.063,83	6.063,83
199099211084	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TR FATOR INC LAB CENT SAU PUB-FINLACEN-PORT GM-MS 26	0,00	54.250,00	54.250,00
199099211103	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TR SUS-ALIMENTACAO E NUTRICAO	0,00	447,00	447,00

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00047
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
199099211106	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TR-SUS-MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	0,00	75.424,20	75.424,20
199099211119	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TR SUS-PLANEJASUS	0,00	11.635,65	11.635,65
199099211126	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TR SUS-VIG SAN-PISO ESTRATEGICO	0,00	862.795,33	862.795,33
199099211128	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TR SUS PAB VAR PROESF2	0,00	900,00	900,00
199099211135	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TRANSFERENCIAS SUS-GESTAO-QUALIFICACAO-PROFAPS	0,00	11.216,66	11.216,66
199099211142	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TR SUS-ASSIST FARMAC-PROGR NAC DE PLANT MEDICINAIS	0,00	81.737,75	81.737,75
199099211143	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TR SUS-GESTAO-SERV RESID TERAPEUTICO-SRT	0,00	71.638,09	71.638,09
199099211151	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TRANSFERENCIA SUS-INVESTIMENTO-REDE FRIO	0,00	219.011,53	219.011,53
199099211153	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TR MAC AMBULAT HOSP-PLANO APOIO CENTRAIS TRANSPLAN	0,00	564,71	564,71
199099211159	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - SALARIO-EDUCACAO	0,00	14.960.322,88	14.960.322,88
199099211183	ANULACAO RESTOS A PAGAR-FUNDO DE EDUCACAO	0,00	70.226,86	70.226,86
199099211218	ANULACAO RESTOS A PAGAR-SERV CURSOS EXTENSÃO-UERGS	0,00	306,65	306,65
199099211241	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TR FNDE-PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	0,00	3.400,00	3.400,00
199099211247	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR-DIVERSOS	0,00	8.985,82	8.985,82
199099211261	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONTRAPARTIDA OPERACOES DE CREDITO-SALARIO EDUCACAO	0,00	29.594.386,14	29.594.386,14
199099211266	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO FNDE-ME/SEDUC 7399/2012-PLANO DE ACOES AR	0,00	564,00	564,00
199099211268	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203600/12	0,00	1.682,41	1.682,41
199099211282	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECEITAS DO FUNDOVITIS	0,00	12.775,82	12.775,82
199099211285	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FEASP	0,00	233.817,97	233.817,97
199099211286	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FUNDO PENITENCIARIO	0,00	30.101,54	30.101,54
199099211287	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FRPJ	0,00	27.752,13	27.752,13
199099211295	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FURPGE	0,00	910.232,24	910.232,24
199099211296	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FADEP	0,00	29.674,78	29.674,78
199099211300	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FESP (BRIGADA MILITAR)	0,00	226.921,73	226.921,73
199099211301	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FESP (POLICIA CIVIL)	0,00	60.392,06	60.392,06
199099211302	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FECA	0,00	3.150,00	3.150,00
199099211303	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FESP - COORDENADORIA GERAL DE PERICIAS	0,00	69.396,20	69.396,20
199099211305	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - MULTAS E TAXAS DE SERVICOSFLORESTAMENTO - FUNDE	0,00	273.871,56	273.871,56
199099211313	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FUNDO PENITENCIARIO - MULTAS PENAS	0,00	15.755,96	15.755,96
199099211314	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - TAXAS E MULTAS DE INFRACAO DE TRANSITO	0,00	170.998,65	170.998,65
199099211318	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - COTA-PARTE DO FUNDESP FEDERAL	0,00	461.334,13	461.334,13
199099211326	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FUNDO ESPECIAL - PETROLEO PRODUCAO NACIONAL-EST	0,00	47.474,13	47.474,13
199099211351	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - FECON	0,00	14.702,51	14.702,51
199099211354	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECEITAS VINCULADAS AO FUNDO ESTL DO MEIO AMBI	0,00	663.493,40	663.493,40
199099211358	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-SERVICOS SAUDE HOSPITAIS BRIGADA MILITAR	0,00	1.292.041,61	1.292.041,61

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00048
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
199099211405	ANULACAO RESTOS A PAGAR-REC VINC SIST ESTADUAL TRANSP METROP COLETIVO PASSAG	0,00	1.420.274,06	1.420.274,06
199099211440	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECURSO 8008	0,00	1.783.884,96	1.783.884,96
199099211442	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-CONVENIO ANEEL/AGERGS 08/98 COOP VISANDO DESCENT	0,00	12.304,29	12.304,29
199099211443	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECURSO 8013	0,00	2.659.505,63	2.659.505,63
199099211444	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-MULTAS INFRACAO TRANSITO APLICADAS POLICIA RODOVI	0,00	536.998,94	536.998,94
199099211445	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-MTS INFRACAO TRANSITO APLICADAS POR CONTR ELETR-	0,00	259,43	259,43
199099211454	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TERMO MDSCF/STCAS 22-CADASTRO PROGRAMAS SOCIAIS	0,00	17.749,60	17.749,60
199099211478	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - COMPENSACAO FINANCEIRA P/ UTILIZ RECURSOS HIDRI	0,00	2.617.625,57	2.617.625,57
199099211521	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TERMO COMPROMISSO FNS-SEHABS 150/2012	0,00	859.924,06	859.924,06
199099211525	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO FNS-SEHABS TC 138/12	0,00	11.943,11	11.943,11
199099211526	ANULACAO RESTOS A PAGAR - MULTAS DE TRANSITO - REC 8033	0,00	2.418.317,79	2.418.317,79
199099211528	ANULACAO RESTOS A PAGAR - COTA PARTE CIDE - PARTE ESTADO REC 0231	0,00	7.466.035,78	7.466.035,78
199099211532	ANULACAO RESTOS A PAGAR-FUNDO GESTAO PATR-FEGEP	0,00	380.812,83	380.812,83
199099211533	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO DETRAN/BM-MULTAS INFRACAO DE TRANSITO	0,00	558,32	558,32
199099211534	ANULACAO RESTOS A PAGAR-FUNSEFAZ/RS	0,00	1.014.437,73	1.014.437,73
199099211544	ANULACAO RESTOS A PAGAR CONVENIO ANTT/ST 13/02	0,00	7.568,14	7.568,14
199099211575	ANULACAO RESTOS A PAGAR-MULTAS DE TRANSITO DESTINADAS AO BATALHAO POLICIA RO	0,00	3.911,80	3.911,80
199099211585	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO FENASEG-DPVAT - DETRAN 2-08	0,00	440.422,25	440.422,25
199099211604	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PG PREC-REC 7	0,00	18.910.168,83	18.910.168,83
199099211605	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PGTO PRECATORIOS-REC 8	0,00	1.521.293,15	1.521.293,15
199099211621	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TR REC VINC P/LEI-PJ	0,00	2.040.398,66	2.040.398,66
199099211633	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TERMO COMPROMISSO REFAP/SEMA	0,00	102.982,65	102.982,65
199099211651	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR- FUNDO DE APOIO A CULTURA	0,00	381.833,06	381.833,06
199099211652	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-ALIENACOES BENS IMOVEIS LEIS 10793 E 10794/96	0,00	7.000,00	7.000,00
199099211658	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PROGRAMA DE APOIO A RETORNADA DO DESENV-PROREDES-BND	0,00	305.161,02	305.161,02
199099211662	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TRANSFERENCIA FNAS-IGDSUAS	0,00	82.558,29	82.558,29
199099211665	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PROGRAMA APOIO RETOMADA DESENVOLVIMENTO-PROREDES-BIR	0,00	20.837.095,86	20.837.095,86
199099211670	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-PAGAMENTO REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	0,00	31.457.675,73	31.457.675,73
199099211671	ANULACAO RESTOS A PAGAR-RECURSO DESTINADO AO CUSTEIO DE RPVS - LEI 13.756/20	0,00	118,27	118,27
199099211684	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PROREDES-BNDES	0,00	17.281.399,02	17.281.399,02
199099211695	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PROGR APOIO RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO-PROREDES-BIR	0,00	4.578.809,18	4.578.809,18
199099211696	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO MDS-STDS 774438/2012	0,00	24.721,00	24.721,00
199099211697	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - CONTRAP OC-PROINVESTE	0,00	31.772,86	31.772,86
199099211700	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-PROINVESTE-BNDES	0,00	17.657,48	17.657,48
199099211704	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-CONVENIO MI-SDR 769273-12	0,00	63.622,72	63.622,72
199099211706	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO EMBRAPA/FEPAGRO 10200.09/0265-7	0,00	212.412,45	212.412,45

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00049
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
199099211712	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TRANSFERENCIA CONVENIO MDS-SDRPC-777118/12	0,00	957.341,49	957.341,49
199099211718	ANULACAO RESTOS A PAGAR-OP DE CR-PROG DE CONSOLID DO EQUIL FISCAL-PROCONFIS-	0,00	4.499,69	4.499,69
199099211720	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONVENIO MTE-FGTAS 04/2012-ACOES SISTEMA EMPR TRAB E	0,00	1.063.739,47	1.063.739,47
199099211724	ANULACAO RESTOS A PAGAR-PGTO PRECATORIOS-REC 7	0,00	229.019,29	229.019,29
199099211734	ANULACAO RESTOS A PAGAR-CONV MDA-SDR 781065-12	0,00	20,00	20,00
199099211737	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONTRATO MAPA-SEAPA 369989-43-2011	0,00	58.869,66	58.869,66
199099211745	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO MINC-SEDAC 761921/2011-CRIATIVA BIRO	0,00	147.250,00	147.250,00
199099211746	ANULACAO RESTOS A PAGAR - FUNPEEAB	0,00	30.723,35	30.723,35
199099211755	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO IBRAM-SEDAC 780886-12	0,00	1.543,50	1.543,50
199099211756	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO IBRAM-SEDAC 771436-12	0,00	3.210,60	3.210,60
199099211764	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL - TCFA-	0,00	844.055,68	844.055,68
199099211765	ANULACAO RESTOS A PAGAR-OPERACAO DE CREDITO-LEI 14227-POD	0,00	288.364,74	288.364,74
199099211777	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO ANA-SEMA 114-2013	0,00	4.155,00	4.155,00
199099211789	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO MDS-SDR 804904/2014	0,00	118.099,76	118.099,76
199099211794	ANULACAO RESTOS A PAGAR - MDS-STDs ERRADIC TRAB INFANTIL	0,00	27.304,48	27.304,48
199099211796	ANULACAO RESTOS A PAGAR - FUNDOMATE	0,00	7.000,00	7.000,00
199099211800	ANULACAO RESTOS A PAGAR-AMPARA-RS	0,00	4.536.931,80	4.536.931,80
199099211826	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO ME-UERGS -SDR 0202 2017-	0,00	189,70	189,70
199099211827	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONV BACEN-SSP 08-2016	0,00	210,00	210,00
199099211828	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TC 161-2017 MP-SSP	0,00	1.822,75	1.822,75
199099211829	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONV 822131-15 MJ-SSP	0,00	45.863,62	45.863,62
199099211830	ANULACAO DE RESTOS A PAGAR - RECURSO 0002	0,00	11.051.395,31	11.051.395,31
199099211831	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO EGR/SSP-BM-81/2013	0,00	79.219,22	79.219,22
199099211832	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TRANSFERENCIA FNAS-CAPACITACAO SUAS	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
199099211833	ANULACAO RESTOS A PAGAR - RECURSO 0010	0,00	6.399.802,90	6.399.802,90
199099211834	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO FNDE/UERGS 788704	0,00	4.329,00	4.329,00
199099211835	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO 813052-2014 MEC-UERGS	0,00	13.613,52	13.613,52
199099211836	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONTRAPARTIDA A OC -RECURSOS DO TESOURO - EDUCACAO	0,00	696.905,71	696.905,71
199099211837	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO MJ-SSP 756494-11	0,00	5.800,00	5.800,00
199099211838	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO MJ-SSP 853721-2017	0,00	2.766.466,00	2.766.466,00
199099211839	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TR JUR A PC PELO MIN PUBL E PODER JUD	0,00	115.810,07	115.810,07
199099211840	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO MJ-SSP 853719-17	0,00	1.416.240,00	1.416.240,00
199099211841	ANULACAO RESTOS A PAGAR CONVENIO FRAPORT-SSP TC 188-17-OTIMIZACAO OPERACAO C	0,00	1.072.500,00	1.072.500,00
199099211843	ANULACAO RESTOS A PAGAR-TRANSFERENCIA MIN INT NACIONAL-DAER - PORTARIA 380-2	0,00	36.891,48	36.891,48
199099211844	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO MAPA-SDR 1865 2016	0,00	318.008,00	318.008,00
199099211845	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO MAPA-SDR 840059-2016	0,00	50.933,36	50.933,36

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00050
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
199099211846	ANULACAO RESTOS A PAGAR - FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE	0,00	7.200,00	7.200,00
199099211847	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONV SEDH-PRO EST PROT AUX E ASSIST A TEST AM	0,00	3.146,15	3.146,15
199099211848	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO TC MIN-SOP BARRAGEM DO ARROIO JAGUARI	0,00	104.953,99	104.953,99
199099211849	ANULACAO RESTOS A PAGAR - SUS-GESTAO-INVESTIMENTO-PROGRAMA REORIENTACAO PROF	0,00	7.378,50	7.378,50
199099211850	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO INCRA-SDR 796851-2013	0,00	20.162,06	20.162,06
199099211851	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO MDA-SDR 795533/2013	0,00	3.611.553,90	3.611.553,90
199099211852	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO CEF-SEDUC 822768-2015	0,00	49.004,50	49.004,50
199099211853	ANULACAO RESTOS A PAGAR - TR FNDE - PROGRAMA IMPLANT ETI	0,00	47.935,66	47.935,66
199099211854	ANULACAO RESTOS A PAGAR - CONVENIO FNDE-UERGS 840750-16	0,00	19.371,51	19.371,51
199099211855	ANULACAO RESTOS A PAGAR - QUALIAGUAS - MONIT E DIVULG QUALID AGU	0,00	0,01	0,01
199099211856	ANULACAO RESTOS A PAGAR - FNAS-PROGRAMA CRIANCA FELIZ	0,00	45.728,42	45.728,42
200000000000	RECEITAS DE CAPITAL	525.443.703,00	839.694.661,69	314.250.958,69
210000000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	268.484.759,00	191.868.025,31	76.616.733,69-
211000000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	77.500.000,00	58.065.000,00	19.435.000,00-
211200000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO	64.500.000,00	50.000.000,00	14.500.000,00-
211200100000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO	64.500.000,00	50.000.000,00	14.500.000,00-
211200110000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	64.500.000,00	50.000.000,00	14.500.000,00-
211200110027	OPERACAO DE CREDITO-PROGRAMA DE APOIO A RETOMADA DESENVOLVIMENTO-PROREDES-BN	64.500.000,00	50.000.000,00	14.500.000,00-
211800000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO - ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	13.000.000,00	8.065.000,00	4.935.000,00-
211801000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS DE ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	13.000.000,00	8.065.000,00	4.935.000,00-
211801500000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	13.000.000,00	8.065.000,00	4.935.000,00-
211801510000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	13.000.000,00	8.065.000,00	4.935.000,00-
211801510007	OPERACAO CREDITO INTERNA BNDES-PMAC-DEFENSORIA PUBLICA	13.000.000,00	8.065.000,00	4.935.000,00-
212000000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	190.984.759,00	133.803.025,31	57.181.733,69-
212200000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO EXTERNO	190.484.759,00	133.803.025,31	56.681.733,69-
212200100000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO EXTERNO	190.484.759,00	133.803.025,31	56.681.733,69-
212200110000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	190.484.759,00	133.803.025,31	56.681.733,69-
212200110011	OPERACAO DE CREDITO-PROGRAMA DE APOIO A RETOMADA DESENVOLVIMENTO-PROREDES-BI	116.110.000,00	70.650.750,86	45.459.249,14-
212200110013	OPERACAO DE CREDITO-LEI 14227-PROGRAMA OPORTUNIDADES E DIREITOS-POD-BID	48.214.759,00	52.071.939,45	3.857.180,45
212200110894	OPERACAO DE CREDITO-PROGRAMA DE APOIO RETOMADA DESENVOLVIMENTO-PROREDES-BIRD	26.160.000,00	11.080.335,00	15.079.665,00-
212800000000	OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNAS - ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	500.000,00	0,00	500.000,00-
212801000000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	500.000,00	0,00	500.000,00-
212801500000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	500.000,00	0,00	500.000,00-
212801510000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS PARA PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	500.000,00	0,00	500.000,00-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00051
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
212801510001	OPERACAO CREDITO EXTERNA-BID-MODERNIZACAO FISCAL-PROFISCO	500.000,00	0,00	500.000,00-
220000000000	ALIENAÇÃO DE BENS	12.303.346,00	570.050.040,75	557.746.694,75
221000000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	968.443,00	565.233.017,45	564.264.574,45
221100000000	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS	0,00	509.413.279,08	509.413.279,08
221100100000	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS	0,00	509.413.279,08	509.413.279,08
221100110000	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS - PRINCIPAL	0,00	509.413.279,08	509.413.279,08
221100110006	RECEITA COM DESCONSTITUICAO DE FUNDOS-FUNDOPEM	0,00	509.413.279,08	509.413.279,08
221300000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	968.443,00	1.935.556,64	967.113,64
221300100000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES	968.443,00	1.935.556,64	967.113,64
221300110000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	968.443,00	1.935.556,64	967.113,64
221300110002	ALIENACAO DE VEICULOS-FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO MINISTERIO PUBLICO	0,00	571.200,00	571.200,00
221300110003	ALIENACAO DE VEICULOS - NAO VINCULADO	37.559,00	20.900,00	16.659,00-
221300110004	ALIENACAO DE VEICULOS - FESP - BRIGADA MILITAR	581.021,00	1.013.905,41	432.884,41
221300110005	ALIENACAO DE VEICULOS - FESP - IGP	99.691,00	0,00	99.691,00-
221300110015	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS MOVEIS - NAO VINCULADA	250.172,00	329.551,23	79.379,23
221800000000	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS ESPECÍFICA PARA ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPI	0,00	53.884.181,73	53.884.181,73
221801000000	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS	0,00	53.884.181,73	53.884.181,73
221801100000	ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	0,00	4.624.489,31	4.624.489,31
221801110000	ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS - PRINCIPAL	0,00	4.624.489,31	4.624.489,31
221801110002	RECEITA DA ALIENACAO DE PARTICIPACOES SOCIETARIAS	0,00	4.624.489,31	4.624.489,31
221801200000	ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES	0,00	49.259.692,42	49.259.692,42
221801210000	ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES	0,00	49.259.692,42	49.259.692,42
221801210001	RECEITA DE ALIENACAO DE PARTICIPACOES SOCIETARIAS - FRE/RS	0,00	49.259.692,42	49.259.692,42
222000000000	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	11.334.903,00	4.817.023,30	6.517.879,70-
222000100000	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	11.334.903,00	4.817.023,30	6.517.879,70-
222000110000	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	11.334.903,00	4.817.023,30	6.517.879,70-
222000110001	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - NAO VINCULADA	1.104,00	16.392,98	15.288,98
222000110003	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - LEIS 10793 E 10794/96	1.119.701,00	1.341.450,30	221.749,30
222000110004	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-IRGA-REC 8204	107.049,00	30.729,29	76.319,71-
222000110005	RECEITA DA ALIENACAO DE BENS IMOVEIS - FEGEP	10.000.000,00	3.397.721,46	6.602.278,54-
222000110007	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS-IRGA-REC 8205	107.049,00	30.729,27	76.319,73-
230000000000	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	29.371.514,00	27.465.240,06	1.906.273,94-
230006000000	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS	27.156.188,00	25.248.258,38	1.907.929,62-
230006100000	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS	27.156.188,00	25.248.258,38	1.907.929,62-
230006110000	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS	27.156.188,00	25.248.258,38	1.907.929,62-
230006110002	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS-FDS-FEHIS-COHAB	299.981,00	10.600,82	289.380,18-
230006110003	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	13.736.243,29	13.736.243,29
230006110012	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS-CARTEIRA CREDITO IMOBIL DA EXTINTA CEE	121.422,00	1.473.604,88	1.352.182,88
230006110016	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS - CARTEIRA COMERCIAL ORIUNDA DA CEERGS	0,00	10.027.809,39	10.027.809,39
230006110026	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS-FUNDOPEM CAPITALIZACAO BADESUL	26.734.785,00	0,00	26.734.785,00-
230007000000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS	2.215.326,00	2.216.981,68	1.655,68
230007100000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS	2.215.326,00	2.216.981,68	1.655,68

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00052
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
230007110000	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS	2.215.326,00	2.216.981,68	1.655,68
230007110020	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL - RECURSOS PROPRIOS	127.229,00	0,00	127.229,00-
230007110021	AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL-RECURSOS SISTEMA FINANCEIRO HABITA	666.608,00	808.912,08	142.304,08
230007110027	AMORTIZACAO FINANCIAMENTO - AVAL CONCEDIDO PM MONTENEGRO	1.341.168,00	1.331.953,60	9.214,40-
230007110028	AMORTIZACAO DO FINANCIAMENTO DE DIVIDAS DOS MUNICIPIOS COM A CEEE - LEI 1101	80.321,00	76.116,00	4.205,00-
240000000000	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	215.284.084,00	43.033.386,68	172.250.697,32-
241000000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	209.451.291,00	33.642.379,56	175.808.911,44-
241800000000	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	209.451.291,00	33.642.379,56	175.808.911,44-
241804000000	TRANSFERÊNCIA DO SUS - BLOCO INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE S	1.500.000,00	1.040.000,00	460.000,00-
241804200000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS DESTINADOS À ATENÇÃO ESPECIALIZADA	1.000.000,00	1.040.000,00	40.000,00
241804210000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS DESTINADOS A ATENCAO ESPECIALIZADA - PRINC	1.000.000,00	1.040.000,00	40.000,00
241804210001	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS DESTINADOS À ATENÇÃO ESPECIALIZADA	0,00	1.040.000,00	1.040.000,00
241804212762	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS DESTINADOS À ATENÇA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-
241804300000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS DESTINADOS À VIGILÂNCIA EM SAÚDE	500.000,00	0,00	500.000,00-
241804310000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SUS DESTINADOS À VIGILÂNCIA EM SAÚDE - PRINCIPA	500.000,00	0,00	500.000,00-
241804312763	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS DESTINADOS À VIGILÂ	500.000,00	0,00	500.000,00-
241810000000	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	203.998.589,00	29.703.751,74	174.294.837,26-
241810200000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	10.460.312,00	759.144,72	9.701.167,28-
241810210000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO-PRINC	10.460.312,00	759.144,72	9.701.167,28-
241810210013	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203588/12-CONSTR QUADRAS ESPORTI	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00-
241810210014	TRANSFERENCIA CONV FNDE-ME/SEDUC TC PAC 203600/12-CONSTR COBERTUR QUADRAS ES	2.000.000,00	139.130,59	1.860.869,41-
241810210020	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-SEDUC 203704/2012-CONSTRUCAO DE 17 QUADRAS ESPOR	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00-
241810210021	TRANSFERENCIA CONVENIO FNDE-SEDUC 203694/12-CONSTR 65 COBERTURAS QUADRAS ESP	2.000.000,00	71.201,71	1.928.798,29-
241810210064	CONVENIO CEF-SEDUC 822768-2015 IMPL E MODERN INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	460.312,00	92.062,42	368.249,58-
241810210113	TRANSFERENCIA FNDE - PROGRAMA DE FOMENTO A IMPLANTACAO DE ESCOLAS TEMPO INTE	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00-
241810210123	CONVENIO BNDES-SEDUC 18205883 - CHAMADA PUBLICA INOVACAO EDUCACAO CONECTADA	0,00	456.750,00	456.750,00
241810500000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁ	0,00	7.416.617,81	7.416.617,81
241810510000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁ	0,00	7.416.617,81	7.416.617,81
241810510001	TRANSFERENCIA CONVENIO FUNASA-SEHABS TC PAC 509-11-ESGOTO SANITARIO ALTO ALE	0,00	482.934,97	482.934,97
241810510003	TRANSFERENCIA CONVENIO FNS-SEHABS TC 133/12-ABASTEC AGUA ASSENTAMENTO PA 28	0,00	300.952,03	300.952,03
241810510036	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351139-78/2011-ESGOTO SANIT ALVORADA-VIAM	0,00	830.126,97	830.126,97

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00053
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
241810510042	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351152-51/2011-ESGOTO SANIT CAPELA DE SAN	0,00	87.023,59	87.023,59
241810510046	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351140-05/2011-ESGOTO SANITARIO GUAIBA	0,00	271.906,93	271.906,93
241810510049	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351153-65/2011-ESGOTO SANITARIO MONTENEGR	0,00	524.113,87	524.113,87
241810510051	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351142-23/2011-ESGOTO SANITARIO PASSO FUN	0,00	451.183,35	451.183,35
241810510058	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351144-41/2011-ESG SANIT SAPUCAIA SUL-EST	0,00	993.063,32	993.063,32
241810510060	TRANSFERENCIA CONTRATO MCID-SEHABS 351150-32/2011-ESGOTO SANITARIO TRIUNFO	0,00	203.428,42	203.428,42
241810510062	TRANSFERENCIA CONVENIO MCID-SEHABS TC 351154-79/11-PROJETO EXECUTIVO SES NOV	0,00	103.322,68	103.322,68
241810510064	TRANSFERENCIA CONVENIO MCID-SEHABS TC 35083471-11 AMPL SIST ABAST AGUA LAJEA	0,00	839.386,24	839.386,24
241810510077	CONVENIO TC 0408.701-15-2013 MC-CEF-SEHABS SES SANTO ANTONIO DA PATRULHA	0,00	2.329.175,44	2.329.175,44
241810900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	193.538.277,00	21.527.989,21	172.010.287,79-
241810910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO - PRINCIPAL	193.538.277,00	21.527.989,21	172.010.287,79-
241810910126	TRANSFERENCIAS CONVENIO MJ-DPRF/SJS-DETRAN-MULTA TRANSITO FEDERAL-SEFA	770,00	134,05	635,95-
241810910284	TRANSFERENCIA CONVENIO MJ-SSP759563-11-REAPARELHAMENTO ESCOLA SERV PENITENCI	0,00	2.222,63	2.222,63
241810910311	TRANSFERENCIA CONVENIO MC-SEDAC 763465-2011-MODERNIZACAO DE BIBLIOTECAS	0,00	111.916,66	111.916,66
241810910322	TRANSFERENCIA CONVENIO MINC-SEDAC 763465/2011-CONTRUCAO MUSEU E TEATRO OSPA	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00-
241810910334	TRANSFERENCIA CONVENIO MDS-SDRPC-777118/12-ACESSO AGUA PRODUCAO RURAL	2.025.000,00	0,00	2.025.000,00-
241810910341	TRANSFERENCIA CONVENIO MDA-INCRA/SDR 776410/12-ESTRAD VICINAIS INFRAEST HIDR	90.000,00	0,00	90.000,00-
241810910363	TRANSFERENCIA CONVENIO MJ-SSP 264734-35/08-PENITENCIARIA JOVEM ADULTO S LEOP	0,00	300.000,00	300.000,00
241810910371	TRANSFERENCIA CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 119/12 ABASTECIMENT AGUA LAGOA VERM	0,00	1.218.902,49	1.218.902,49
241810910373	TRANSFERENCIA CONVENIO FNS-SEHABS TC PAC 121/12-ABASTECIMENTO AGUA VIADUTOS	0,00	167.904,67	167.904,67
241810910384	TRANSFERENCIA CONVENIO MI-SDR 769273-12-SISTEMAS ABASTECIMENTO DE AGUA RURAL	12.500.000,00	0,00	12.500.000,00-
241810910389	TRANSFERENCIA CONVENIO MPAQ-SDR 777894/12-APOIO FORMAS ASSOCIATIVAS PESCA AR	30.000,00	0,00	30.000,00-
241810910391	TRANSFERENCIA CONVENIO MPA-SDR 26022/12-APOIO PISCICULTURA FAMILIAR-ASSENTAM	110.000,00	0,00	110.000,00-
241810910474	CONVENIO MDA-SDR 793995/13-CADASTRO GEOREFERENCIAMENTO ACAO REG FUNDIARIA	100.000,00	0,00	100.000,00-
241810910481	CONVENIO MDA-SDR 839972-2016 QUALIFICACAO INFRAESTRUTURA BASICA AGRICULTURA	45.000,00	0,00	45.000,00-
241810910482	TRANSF CONVENIO INEP-SSP 849395-17 APOIAR SEGURANCA E SIGILO INSTRUMENTOS IN	589.680,00	372.967,92	216.712,08-
241810910650	CONVENIO MDA-SDR 795533/2013-QUALIFICACAO INFRAESTRUTURA BASICA PRODUTIVA AS	700.000,00	0,00	700.000,00-
241810910655	TRANSFERENCIA CONVENIO MDA-SDR 781065/2012-APOIO PUBLICOS ESPECIAIS E AGRICU	15.000,00	0,00	15.000,00-
241810910830	CONVENIO TC - MIN - SOP - OBRAS BARRAGEM NO ARROIO TAQUAREMBO	40.000.000,00	0,00	40.000.000,00-
241810910831	CONVENIO ANA-SEMA 114-2013 PROGESTAO PROG CONSOLID PACTO PELA GESTAO DAS AGU	50.000,00	0,00	50.000,00-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00054
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
241810910832	CONVENIO TC - MIN - SOP - OBRAS BARRAGEM NO ARROIO JAGUARI	56.000.000,00	0,00	56.000.000,00-
241810910836	CONVENIO 813545-2014 MDS-SDR - MODERNIZACAO DAS CENTRAIS DE AGRICULTURA FAMI	170.000,00	0,00	170.000,00-
241810910837	CONVENIO INCRA-SDR 796851-2013 REDES DE ABAST DE AGUA POTAVEL ASSENTAMENTOS	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00-
241810910847	CONVENIO BACEN-SSP 08-2016-ESCOLTA VALORES AEROPORTO SALGADO FILHO	320.000,00	320.000,00	0,00
241810910853	CONVENIO MDA-SDR 839160-2016-AQUISICAO VEICULOS E COMPUTADORES	600.000,00	0,00	600.000,00-
241810910855	CONVENIO MDA-SDR 839460-2016 AQUISICAO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICULTURA F	110.000,00	0,00	110.000,00-
241810910856	CONVENIO SEDH- PROGR EST PROT AUX E ASSIST A TESTEM AMEACADAS-MANUTENCAO PRO	0,00	917.145,87	917.145,87
241810910861	CONVENIO MJ-SSP 855949-2017 CERCAMENTO E MONITORAMENTO ELETRONICO RS	0,00	17.009.123,70	17.009.123,70
241810910865	TRANSFERENCIA TC MT-ST 05-2017-INVESTIMENTO AEROPORTO DE PASSO FUNDO	22.904.220,00	517.645,22	22.386.574,78-
241810910868	CONVENIO MJ-SSP 879765-2018 ARMAMENTO MENOS LETAL - POLICIA CIVIL	0,00	108.780,00	108.780,00
241810910869	CONVENIO MJ-SSP 880336-18 APARELHAMENTO - DECA	0,00	481.246,00	481.246,00
241810919999	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS COM A UNIAO - PARA FINS DE ORCAMENTO	41.178.607,00	0,00	41.178.607,00-
241899000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	3.952.702,00	2.898.627,82	1.054.074,18-
241899100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	3.952.702,00	2.898.627,82	1.054.074,18-
241899110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - PRINCIPAL	3.952.702,00	2.898.627,82	1.054.074,18-
241899110007	TRANSFERENCIA MIN INT NACIONAL - DAER - PORTARIA 380-2016 - OBRAS EMERG RSC	3.952.702,00	0,00	3.952.702,00-
241899110008	TRANSFERENCIA FUNDOPEN-MJ FUNDOPEN-SSP PORTARIA 1414-2016	0,00	2.048.627,82	2.048.627,82
241899110009	TRANSFERENCIA ANA-SEMA-PROCOMITES	0,00	850.000,00	850.000,00
244000000000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.832.793,00	7.197.597,22	1.364.804,22
244800000000	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS-ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPI	5.832.793,00	7.197.597,22	1.364.804,22
244810000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.832.793,00	7.197.597,22	1.364.804,22
244810100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.832.793,00	7.197.597,22	1.364.804,22
244810110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	5.832.793,00	7.197.597,22	1.364.804,22
244810110007	DOACOES DE INSTITUICOES PRIVADAS - FESP-POLICIA CIVIL	157.356,00	45.893,82	111.462,18-
244810110013	DOACOES DE INSTITUICOES PRIVADAS - FESP-BRIGADA MILITAR	344.304,00	451.111,83	106.807,83
244810110023	CONVENIO SSP-ACF- ASSOCIACAO CULTURAL FLORESTA-AQUISICAO DE BENS BM	1.710.000,00	0,00	1.710.000,00-
244810110024	TRANSFERENCIA FRAPORT-SSP TC 188-17-OTIMIZACAO OPERACAO CBM AEROPORTOS	3.621.133,00	3.621.133,23	0,23
244810110033	CONVENIO BNDES-SDR FPE 91-2016 PROGRMA DE APOIO AGRIC FAMILIAR E CAMPONESA	0,00	3.079.458,34	3.079.458,34
246000000000	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	2.149.634,14	2.149.634,14
246800000000	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	0,00	2.149.634,14	2.149.634,14
246810000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR NÃO ESPECIFICADAS ANTEIORMENTE	0,00	2.149.634,14	2.149.634,14
246810100000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR NÃO ESPECIFICADAS ANTEIORMENTE	0,00	2.149.634,14	2.149.634,14
246810110000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR NÃO ESPECIFICADAS ANTEIORMENTE - PRINCIPAL	0,00	2.149.634,14	2.149.634,14
246810110008	CONVENIO FOCEM-SOP-SANEAMENTO URBANO INTEGRADO ACEGUA-BRASIL-URUGUAI	0,00	2.149.634,14	2.149.634,14

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00055
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
247000000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	43.775,76	43.775,76
247800000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	0,00	43.775,76	43.775,76
247801000000	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	43.775,76	43.775,76
247801900000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	0,00	43.775,76	43.775,76
247801910000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE - P	0,00	43.775,76	43.775,76
247801910003	DOACOES DE PESSOAS AO FUNDO ESTADUAL DA SEGURANCA PUBLICA-BRIGADA MILITAR	0,00	8.892,00	8.892,00
247801910006	DOACOES DA VARA DE EXECUCOES PENAIAS PARA DESPESA DE CAPITAL	0,00	34.883,76	34.883,76
290000000000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	7.277.968,89	7.277.968,89
299000000000	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	7.277.968,89	7.277.968,89
299000100000	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	7.277.968,89	7.277.968,89
299000110000	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL - PRINCIPAL	0,00	7.277.968,89	7.277.968,89
299000110008	RECEITAS DECORRENTES DA EXTINCAO DA CORAG	0,00	7.252.396,69	7.252.396,69
299000110009	DEPOSITOS DE PENA DE PRESTACAO PECUNIARIA PARA DESPESAS DE CAPITAL	0,00	13.932,20	13.932,20
299000110010	TRANSF VEC VACARIA-FASE PROJ CASE CAXIAS DO SUL	0,00	11.640,00	11.640,00
700000000000	RECEITAS CORRENTES - INTRA	15.522.213.270,00	15.379.195.407,92	143.017.862,08-
720000000000	CONTRIBUIÇÕES - INTRA	4.207.279.261,00	3.907.422.540,01	299.856.720,99-
721000000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA	4.207.279.261,00	3.907.422.540,01	299.856.720,99-
721600000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	659.143.004,00	628.392.083,29	30.750.920,71-
721603000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS	654.911.599,00	628.057.766,20	26.853.832,80-
721603100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS	654.911.599,00	628.057.766,20	26.853.832,80-
721603110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - SERVIDORES CIVIS - PRINCIPA	654.911.599,00	628.057.766,20	26.853.832,80-
721603110001	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SPH - ATIVOS	2.557.944,00	1.857.469,60	700.474,40-
721603110002	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-IPERGS - ATIVOS	3.900.159,00	3.510.792,11	389.366,89-
721603110003	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DAER-ATIVOS	8.630.695,00	4.510.065,87	4.120.629,13-
721603110004	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-IRGA-ATIVOS	833.623,00	1.037.507,58	203.884,58
721603110005	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FOSPA-ATIVOS	273.279,00	294.149,40	20.870,40
721603110006	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FIGTF-ATIVOS	3.437,00	0,00	3.437,00-
721603110007	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SUPRG-ATIVOS	884.637,00	1.029.016,80	144.379,80
721603110008	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-AGERGS-ATIVOS	206.574,00	247.715,50	41.141,50
721603110009	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DETRAN-ATIVOS	3.036.054,00	2.235.076,73	800.977,27-
721603110011	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FASE-ATIVOS	3.926,00	3.562,98	363,02-
721603110016	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FEE-ATIVOS	30.099,00	0,00	30.099,00-
721603110017	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-METROPLAN-ATIVOS	3.849,00	3.129,06	719,94-
721603110018	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FDRH-ATIVOS	0,00	16.751,14	16.751,14

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00056
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721603110020	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FADERGS-ATIVOS	640,00	629,10	10,90-
721603110023	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FEPAGRO-ATIVOS	5.639,00	0,00	5.639,00-
721603110027	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-FPERGS-ATIVOS	2.982,00	0,00	2.982,00-
721603110028	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-AGDI-ATIVOS	103.567,00	89.848,35	13.718,65-
721603110029	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-JUCERGS-ATIVOS	74.361,00	99.249,64	24.888,64
721603110100	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - PODER EXECUTIVO-ATIVOS	103.378.108,00	307.105.428,33	203.727.320,33
721603110101	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-AT	11.400.000,00	11.361.124,99	38.875,01-
721603110102	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - TRIBUNAL DE JUSTICA-ATIVO	46.159.857,00	59.199.261,16	13.039.404,16
721603110103	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - TRIBUNAL DE CONTAS-ATIVOS	8.900.000,00	9.893.826,03	993.826,03
721603110104	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - MINISTERIO PUBLICO-ATIVOS	10.740.000,00	12.725.330,74	1.985.330,74
721603110105	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - AUTARQUIAS-ATIVOS	0,00	2.508.234,72	2.508.234,72
721603110106	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - FUNDACOES-ATIVOS	0,00	30.451,17	30.451,17
721603110107	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - JUSTICA MILITAR-ATIVOS	529.447,00	597.745,25	68.298,25
721603110108	CONTRIBUICOES PARA A ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL - DEFENSORIA PUBLICA-ATIVOS	4.815.041,00	4.278.136,25	536.904,75-
721603110111	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SECRETARIA DA SAUDE-ATIVOS	18.017.486,00	15.623.845,88	2.393.640,12-
721603110112	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SECRETARIA DA EDUCACAO-ATIVOS	207.152.044,00	184.764.554,42	22.387.489,58-
721603110113	CONTRIBUICAO PARA ASSISTE MEDICA-PATRONAL-PODER EXECUTIVO-PESSOAL MILITAR-AT	173.298.873,00	0,00	173.298.873,00-
721603110114	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-SEGURANCA-ATIVOS	43.926.687,00	0,00	43.926.687,00-
721603110115	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-ATIVOS DO IPE SAUDE	0,00	45.878,89	45.878,89
721603110147	CONTRIBUICAO PATRONAL ASSISTENCIA MEDICA - PRECATORIOS/RPV	6.042.591,00	4.988.984,51	1.053.606,49-
721604000000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS	4.231.405,00	334.317,09	3.897.087,91-
721604100000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS	4.231.405,00	334.317,09	3.897.087,91-
721604110000	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - OUTROS BENEFICIÁRIOS-PRINCI	4.231.405,00	334.317,09	3.897.087,91-
721604110039	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-DEFENSORIA-PENSIONISTAS	0,00	334.317,09	334.317,09
721604110206	CONTRIBUICAO PARA ASSISTENCIA MEDICA-PATRONAL-CONVENIOS	4.231.405,00	0,00	4.231.405,00-
721800000000	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	3.547.294.506,00	3.278.623.503,94	268.671.002,06-
721803000000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - ESPECÍFICO DE EST/DF/MUN	2.603.245.679,00	2.592.191.779,74	11.053.899,26-
721803100000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	1.620.083.034,00	1.377.337.865,09	242.745.168,91-
721803110000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	1.620.083.034,00	1.377.337.865,09	242.745.168,91-
721803110001	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-EXEC-OUTROS ORG	174.367.806,00	121.845.687,40	52.522.118,60-
721803110002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-METROPLAN	29.986,00	22.835,58	7.150,42-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00057
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721803110003	CONTRB PATRONAL PARA O RPPS - ATIVO CIVIL - FASE	35.635,00	33.135,20	2.499,80-
721803110006	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FIGTF	8.060,00	0,00	8.060,00-
721803110007	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS -ATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LEGISL	17.940.000,00	17.076.187,36	863.812,64-
721803110010	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-ATIVO CIVIL-TRIB DE CONTAS	39.965.070,00	37.759.536,23	2.205.533,77-
721803110015	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FADERS	7.261,00	6.258,74	1.002,26-
721803110016	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-ATIVO CIVIL-MINIST PUBLICO-MP	117.400.000,00	119.685.207,42	2.285.207,42
721803110030	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-ATIVO CIVIL-JUSTICA MILITAR	2.635.606,00	2.948.535,12	312.929,12
721803110033	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL JUSTICA	209.310.351,00	213.424.619,04	4.114.268,04
721803110034	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SECRETARIA EDUC	468.205.725,00	303.831.520,43	164.374.204,57-
721803110037	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SECRETARIA DA S	68.396.976,00	51.874.276,40	16.522.699,60-
721803110055	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-CEERS	15.610.815,00	0,00	15.610.815,00-
721803110056	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-DAER	10.776.367,00	12.171.221,99	1.394.854,99
721803110058	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SPH	1.558.263,00	1.172.654,83	385.608,17-
721803110059	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-IRGA	17.935,00	23.898,20	5.963,20
721803110062	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-AGERGS	1.622.394,00	1.531.333,10	91.060,90-
721803110064	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-IPERGS	4.205.679,00	3.563.482,50	642.196,50-
721803110066	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SUPRG	6.094.345,00	9.973,84	6.084.371,16-
721803110068	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-DETRAN	13.545.122,00	13.139.327,04	405.794,96-
721803110070	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FOSPA	2.701.106,00	2.102.476,48	598.629,52-
721803110072	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-FEPAGRO	32.769,00	0,00	32.769,00-
721803110078	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-DEFENSORIA PUBL	28.600.000,00	29.108.795,34	508.795,34
721803110080	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-AGDI	42.531,00	51.545,88	9.014,88
721803110083	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA SOCIAL-ATIVO CIVIL-FRTVE	7.480,00	0,00	7.480,00-
721803110085	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-JUCERGS	1.237.881,00	505.347,78	732.533,22-
721803110087	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO CIVIL-SEGURANCA	261.551.708,00	245.357.482,20	16.194.225,80-
721803110089	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - ATIVO CIVIL - IPE SAUDE	0,00	97.618,60	97.618,60
721803110101	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-PODER EXECUTI	63.111.233,00	81.450.560,32	18.339.327,32
721803110107	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-ASSEMBLEIA LE	183.300,00	89.441,17	93.858,83-
721803110108	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-METROPLAN	4.294,00	4.533,00	239,00
721803110110	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-TRIB DE CONTA	6.300.000,00	6.778.524,84	478.524,84
721803110115	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FPERGS	14.724,00	14.768,83	44,83

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00058
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721803110116	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-MINIST PUBLIC	8.200.000,00	8.529.688,96	329.688,96
721803110130	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-JUSTICA MILIT	124.065,00	130.146,47	6.081,47
721803110133	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-TRIBUNAL JUST	28.916.403,00	29.566.782,96	650.379,96
721803110134	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-SECRET EDUCAC	44.098.349,00	44.805.733,66	707.384,66
721803110137	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-SECRETARIA SA	6.780.282,00	9.103.582,47	2.323.300,47
721803110156	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-DAER	1.033.643,00	1.989.005,78	955.362,78
721803110159	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-IRGA	1.003.844,00	1.087.617,98	83.773,98
721803110162	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-AGERGS	433.557,00	412.126,30	21.430,70-
721803110164	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-IPERGS	1.172.090,00	1.092.474,87	79.615,13-
721803110168	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-DETRAN	4.836.141,00	4.596.590,74	239.550,26-
721803110170	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FOSPA	280.887,00	261.544,17	19.342,83-
721803110172	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FEPAGRO	12.747,00	40,80	12.706,20-
721803110178	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-DEFENSORIA PU	7.165.041,00	9.548.926,11	2.383.885,11
721803110181	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-AGDI	494.266,00	479.608,32	14.657,68-
721803110184	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO CIVIL-FAPERGS	0,00	1.127,22	1.127,22
721803110185	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA SOCIAL-REGIME DE CAPITALIZACAO-AT CIV-JUCERGS	11.297,00	9.400,82	1.896,18-
721803110189	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - REGIME DE CAPITALIZACAO - ATIVO CIVIL - IPE SAU	0,00	42.682,60	42.682,60
721803200000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL INATIVO	774.091.741,00	892.112.419,31	118.020.678,31
721803210000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	774.091.741,00	892.112.419,31	118.020.678,31
721803210001	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-EXEC-OUTROS	180.990.675,00	302.542.019,76	121.551.344,76
721803210007	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	38.220.000,00	39.721.911,22	1.501.911,22
721803210010	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	49.675.436,00	52.887.082,36	3.211.646,36
721803210012	CONTRIBUICOES PARA PREVIDENCIA PATRONAL-INATIVO CIVIL-FEE	435.927,00	0,00	435.927,00-
721803210016	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA RPPS - INATIVOS - MINISTERIO PUBLICO	27.600.000,00	32.322.179,78	4.722.179,78
721803210030	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	1.623.582,00	1.559.255,58	64.326,42-
721803210033	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - INATIVOS - TRIBUNAL DE JUSTICA	125.586.211,00	130.488.360,27	4.902.149,27
721803210034	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SECR EDUCACAO	24.415.745,00	14.846.139,85	9.569.605,15-
721803210037	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SECRETARIA SA	27.911.509,00	19.316.373,36	8.595.135,64-
721803210055	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL - CEERS	9.156.230,00	0,00	9.156.230,00-
721803210056	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-DAER	9.520.096,00	12.988.700,25	3.468.604,25
721803210058	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SPH	5.364.042,00	3.233.521,74	2.130.520,26-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00059
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721803210059	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-IRGA	11.415,00	10.378,16	1.036,84-
721803210062	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-AGERGS	73.537,00	198.792,28	125.255,28
721803210064	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-IPERGS	3.489.484,00	6.420.240,96	2.930.756,96
721803210066	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SUPRG	1.304.552,00	0,00	1.304.552,00-
721803210068	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-DETRAN	322.485,00	385.995,04	63.510,04
721803210078	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-DEF PUBLICA	18.400.000,00	17.460.993,62	939.006,38-
721803210087	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO CIVIL-SEGURANCA	249.990.815,00	257.729.883,78	7.739.068,78
721803210116	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA RPPS - INATIVOS - MINISTERIO PUBLICO	0,00	591,30	591,30
721803300000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS	209.070.904,00	318.457.208,24	109.386.304,24
721803310000	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL - PENSIONISTAS - PRINCIPAL	209.070.904,00	318.457.208,24	109.386.304,24
721803310001	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-EXECUTIVO-OUTRO	123.042.527,00	66.552.787,94	56.489.739,06-
721803310007	CONTRIBUICAO PATRONAL - PENSOES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	8.580.000,00	7.381.661,92	1.198.338,08-
721803310010	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - PENSOES - TRIBUNAL DE CONTAS DE ESTADO	5.039.282,00	5.204.385,72	165.103,72
721803310016	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA RPPS - PENSIONISTAS - MINISTERIO PUBLICO	10.800.000,00	10.974.385,32	174.385,32
721803310030	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - PENSIONISTAS - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	1.170.984,00	1.159.770,18	11.213,82-
721803310033	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS - PENSIONISTAS - TRIBUNAL DE JUSTICA	45.667.714,00	34.200.099,40	11.467.614,60-
721803310034	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SECR EDUCACAO	2.135.329,00	30.945.644,48	28.810.315,48
721803310037	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SECRETARIA DA S	3.471.879,00	2.684.804,30	787.074,70-
721803310056	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-DAER	4.683.912,00	0,00	4.683.912,00-
721803310058	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SPH	1.562.224,00	0,00	1.562.224,00-
721803310059	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-IRGA	243.565,00	0,00	243.565,00-
721803310064	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-IPERGS	897.005,00	0,00	897.005,00-
721803310066	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SUPRG	117.650,00	0,00	117.650,00-
721803310070	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-FOSPA	78.470,00	0,00	78.470,00-
721803310078	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-DEFENSORIA PUBL	1.400.000,00	1.442.215,14	42.215,14
721803310079	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA - DETRAN	2.858,00	0,00	2.858,00-
721803310087	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA-SEGURANCA	130.705,00	157.890.116,92	157.759.411,92
721803310110	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-PENSIONISTAS- TCE	46.800,00	6.993,30	39.806,70-
721803310178	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-PENSIONISTAS- DEFENSORIA	0,00	14.343,62	14.343,62
721803400000	CPSSS PATRONAL - ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO	0,00	4.284.287,10	4.284.287,10

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00060
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
721803410000	CPSSS PATRONAL - ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - SERVIDOR CIVIL ATIVO-PRINC	0,00	4.284.287,10	4.284.287,10
721803410027	CONTRIBUICAO PATRONAL PARA PREVIDENCIA SOCIAL - RPV	0,00	4.284.287,10	4.284.287,10
721807000000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA PREVIDÊNCIA MILITAR DE ESTADOS E DF	944.048.827,00	686.431.724,20	257.617.102,80-
721807100000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR ATIVO	375.848.009,00	367.275.320,96	8.572.688,04-
721807110000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR ATIVO - PRINCIPAL	375.848.009,00	367.275.320,96	8.572.688,04-
721807110002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-ATIVO MILITAR-PODER EXECUTI	337.011.065,00	306.657.927,24	30.353.137,76-
721807110102	CONTRIBUICAO PATRONAL RPPS-REGIME DE CAPITALIZACAO-ATIVO MILITAR-EXECUTIVO	38.836.944,00	60.617.393,72	21.780.449,72
721807200000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR INATIVO	451.915.484,00	319.156.403,24	132.759.080,76-
721807210000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - MILITAR INATIVO - PRINCIPAL	451.915.484,00	319.156.403,24	132.759.080,76-
721807210002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-INATIVO MILITAR-PODER EXECU	451.915.484,00	319.156.403,24	132.759.080,76-
721807300000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PENSIONISTAS MILITARES	116.285.334,00	0,00	116.285.334,00-
721807310000	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PENSIONISTAS MILITARES - PRINCIPAL	116.285.334,00	0,00	116.285.334,00-
721807310002	CONTRIBUICAO PATRONAL REGIME PROPRIO PREVIDENCIA-PENSIONISTA MILITAR-PODER E	116.285.334,00	0,00	116.285.334,00-
721900000000	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	841.751,00	406.952,78	434.798,22-
721999000000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	841.751,00	406.952,78	434.798,22-
721999100000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	841.751,00	406.952,78	434.798,22-
721999110000	DEMAIS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PRINCIPAL	841.751,00	406.952,78	434.798,22-
721999110001	CONTRIBUICAO AO PLANO SEG SOCIAL DOS PARLAMENTARES DO ESTADO DO RS - PATRONA	360.881,00	262.338,88	98.542,12-
721999110002	CONTRIBUICAO PLANO SEG SOC PARLAMENTARES DO ESTADO DO RS - PATRONAL RETROATI	480.870,00	144.613,90	336.256,10-
760000000000	RECEITA DE SERVIÇOS	10.564.400,00	8.673.199,87	1.891.200,13-
761000000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0,00	26.357,64	26.357,64
761001000000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0,00	26.357,64	26.357,64
761001100000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	0,00	26.357,64	26.357,64
761001110000	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS-PRINCIPAL	0,00	26.357,64	26.357,64
761001110004	SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NAO VINCULADOS	0,00	26.357,64	26.357,64
763000000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	10.564.400,00	8.646.842,23	1.917.557,77-
763800000000	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE - ESPECÍFICO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍP	10.564.400,00	8.646.842,23	1.917.557,77-
763801000000	SERVIÇOS DE SAÚDE - ESPECÍFICO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	10.564.400,00	8.646.842,23	1.917.557,77-
763801100000	SERVIÇOS HOSPITALARES	10.564.400,00	8.646.842,23	1.917.557,77-
763801110000	SERVIÇOS HOSPITALARES-PRINCIPAL	10.564.400,00	8.646.842,23	1.917.557,77-
763801110001	SERVICOS HOSPITALARES - HOSPITAIS DA BRIGADA MILITAR	10.564.400,00	8.646.842,23	1.917.557,77-
790000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA	11.304.369.609,00	11.463.099.668,04	158.730.059,04
792000000000	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	32.068.080,00	38.797.213,42	6.729.133,42
792800000000	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUN	32.068.080,00	38.797.213,42	6.729.133,42
792801000000	INDENIZAÇÕES- ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	1.645.630,00	1.088.808,23	556.821,77-
792801100000	INDENIZAÇÕES - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	1.645.630,00	1.088.808,23	556.821,77-
792801110000	INDENIZAÇÕES - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	1.645.630,00	1.088.808,23	556.821,77-
792801110001	INDENIZACAO PELA OCUPACAO E MANUTENCAO DE ESPACOS FISICOS	780.000,00	0,00	780.000,00-
792801110003	INDENIZACOES DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE PRESTACAO DE SERVICOS POR APENAD	865.630,00	1.088.808,23	223.178,23

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00061
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
792802000000	RESTITUIÇÕES - ESPECÍFICAS PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	30.422.450,00	37.708.405,19	7.285.955,19
792802900000	OUTRAS RESTITUIÇÕES-ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS-NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	30.422.450,00	37.708.405,19	7.285.955,19
792802910000	OUTRAS RESTITUIÇÕES-ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS-NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE-PR	30.422.450,00	37.708.405,19	7.285.955,19
792802910007	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS	12.566.700,00	529.439,62	12.037.260,38-
792802910009	DIVERSAS RESTITUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	2.453.660,39	2.453.660,39
792802910012	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS - TCE	2.330.000,00	3.228.552,61	898.552,61
792802910013	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS - TJ	420.000,00	317.456,45	102.543,55-
792802910014	RESTITUICAO DA REMUNERACAO DE SERVIDORES CEDIDOS - MP	640.000,00	0,00	640.000,00-
792802910016	RESSARCIMENTO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS - FESP	0,00	397.736,24	397.736,24
792802910017	RESSARCIMENTO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	14.465.750,00	19.183.259,11	4.717.509,11
792802910018	RESTITUICOES/COMP CFE PAR. 6º DO ART. 8º DO DECRETO 53.974-2018	0,00	11.598.300,77	11.598.300,77
799000000000	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	11.272.301.529,00	11.424.302.454,62	152.000.925,62
799001000000	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	11.272.301.529,00	11.424.302.454,62	152.000.925,62
799001100000	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	11.272.301.529,00	11.424.302.454,62	152.000.925,62
799001110000	APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS - PRINCIPAL	11.272.301.529,00	11.424.302.454,62	152.000.925,62
799001110001	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-OUTROS ORG EXEC-INA	658.202.905,00	707.779.714,76	49.576.809,76
799001110002	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-MILITARES-INATIVOS	2.406.900.499,00	1.903.875.579,23	503.024.919,77-
799001110007	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-ASSEMBLEIA LEGISLAT	129.105.224,00	118.437.985,22	10.667.238,78-
799001110010	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-TRIBUNAL DE CONTAS	97.039.241,00	123.462.245,96	26.423.004,96
799001110030	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-TRIBUNAL MILITAR	2.041.218,00	1.311.103,02	730.114,98-
799001110033	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-TRIBUNAL DE JUSTICA	306.455.157,00	331.531.366,46	25.076.209,46
799001110034	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-SECR EDUCACAO-INATI	3.856.457.803,00	3.915.103.210,86	58.645.407,86
799001110037	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-SECR SAUDE-INATIVOS	204.726.641,00	206.153.472,43	1.426.831,43
799001110056	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-DAER-INATIVOS	110.902.103,00	94.082.364,66	16.819.738,34-
799001110058	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-SPH-INATIVOS	0,00	23.472.955,11	23.472.955,11
799001110059	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-IRGA-INATIVOS	19.581,00	26.332,62	6.751,62
799001110078	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-DEFENS PUBL-INATIVO	39.500.000,00	11.461.075,66	28.038.924,34-
799001110079	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-SEGURANCA-INATIVOS	791.895.874,00	1.144.948.986,57	353.053.112,57
799001110081	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEF ATUARIAL-OUTR ORG EXEC-PENSIONIS	491.937.727,00	1.096.268.739,37	604.331.012,37
799001110082	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-MILITARES-PENSIONIS	1.008.856.340,00	82.355.836,75	926.500.503,25-
799001110083	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-S EDUCACAO-PENSIONI	237.784.122,00	274.766.434,24	36.982.312,24
799001110084	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-SEC SAUDE-PENSIONIS	69.994.747,00	63.907.366,29	6.087.380,71-
799001110085	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-DAER-PENSIONIS	136.708.742,00	0,00	136.708.742,00-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00062
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
799001110087	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-IRGA-PENSIONIS	2.948.958,00	0,00	2.948.958,00-
799001110088	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-DEFEN PUBL-PENSIONI	10.035.170,00	5.507.852,75	4.527.317,25-
799001110100	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-FUNDOPREV CIVIL	15.643.661,00	24.138.727,14	8.495.066,14
799001110101	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-FUNDOPREV MILITAR	1.644.683,00	2.338.336,64	693.653,64
799001110187	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL-PENSIONISTAS-SEGURA	441.530.568,00	1.035.980.887,30	594.450.319,30
799001110307	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL - PENSIONIS- ASSEMB	34.830.000,00	29.953.443,19	4.876.556,81-
799001110310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL - PENSIONISTAS - TC	21.241.077,00	8.019.771,36	13.221.305,64-
799001110330	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL - PENSIONISTAS - TJ	3.201.059,00	19.839.112,92	16.638.053,92
799001110333	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA AMORTIZACAO DEFICIT ATUARIAL - PENSIONISTAS - TJ	192.698.429,00	199.579.554,11	6.881.125,11
900000000000	DEDUÇÃO RECEITAS CORRENTES	5.865.588.723,30-	6.310.671.834,36-	445.083.111,06-
910000000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.321.115.914,40-	5.758.406.114,46-	437.290.200,06-
911000000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS	5.321.115.914,40-	5.758.406.114,46-	437.290.200,06-
911800000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	5.321.115.914,40-	5.758.406.114,46-	437.290.200,06-
911801000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	414.297.982,60-	442.145.758,87-	27.847.776,27-
911801200000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	297.688.848,00-	307.401.065,76-	9.712.217,76-
911801210000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - PRINCIPAL	274.514.694,70-	279.905.480,57-	5.390.785,87-
911801210001	DEDUÇÃO IPVA - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	274.514.694,70-	279.905.480,57-	5.390.785,87-
911801230000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - DÍVIDA ATIVA	12.130.924,50-	15.629.467,40-	3.498.542,90-
911801230001	DEDUÇÃO RECEITA DO IPVA EM DIVIDA ATIVA	12.130.924,50-	15.629.467,40-	3.498.542,90-
911801250000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - MULTAS	1.059.216,00-	5.941.883,97-	4.882.667,97-
911801250001	DEDUÇÃO MULTAS DO IPVA	1.059.216,00-	5.941.883,97-	4.882.667,97-
911801260000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - JUROS	5.515.909,50-	617.919,58-	4.897.989,92
911801260001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO IPVA	5.515.909,50-	617.919,58-	4.897.989,92
911801270000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES-DÍVIDA ATIVA-MUL	3.023.259,50-	3.902.476,76-	879.217,26-
911801270001	DEDUÇÃO MULTA MORA DIVIDA ATIVA IPVA	3.023.259,50-	3.902.476,76-	879.217,26-
911801280000	DEDUÇÃO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES-DÍVIDA ATIVA-JUR	1.444.843,80-	1.403.837,48-	41.006,32
911801280001	DEDUÇÃO JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPVA (ART 69, LEI 6537/73)	1.444.843,80-	1.403.837,48-	41.006,32
911801300000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS	116.609.134,60-	134.744.693,11-	18.135.558,51-
911801310000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS-PRINC	114.090.639,40-	131.977.461,78-	17.886.822,38-
911801310001	DEDUÇÃO ITCD - IMPOSTO S/TRANSMISSAO CAUSA MORTIS E DOACAO DE QUAISQUER NATU	114.090.639,40-	131.977.461,78-	17.886.822,38-
911801330000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS-DÍVIDA A	414.586,40-	624.911,29-	210.324,89-
911801330001	DEDUÇÃO RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA	414.586,40-	622.859,90-	208.273,50-
911801330011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - RECEITA DO ITCD EM DIVIDA ATIVA	0,00	2.051,39-	2.051,39-

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00063
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
911801350000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - MUL	759.716,60-	713.917,77-	45.798,83
911801350001	DEDUÇÃO MULTAS DO ITCD	759.716,60-	713.917,77-	45.798,83
911801360000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS - JUR	731.614,60-	609.440,32-	122.174,28
911801360001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ITCD	731.614,60-	609.440,32-	122.174,28
911801370000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO BENS E DIREITOS-DÍVIDA A	237.833,20-	364.805,12-	126.971,92-
911801370001	DEDUÇÃO MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	237.833,20-	363.574,33-	125.741,13-
911801370011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTAS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD	0,00	1.230,79-	1.230,79-
911801380000	DEDUÇÃO IMPOSTO TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO BENS E DIREITOS-DÍVIDA A	374.744,40-	454.156,83-	79.412,43-
911801380001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ITCD (ART 74, LEI 6537/73)	374.744,40-	451.435,35-	76.690,95-
911801380011	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - ITCD - DIVIDA ATIVA JUROS DE MORA	0,00	2.721,48-	2.721,48-
911802000000	DEDUÇÃO IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	4.906.817.931,80-	5.316.260.355,59-	409.442.423,79-
911802100000	DEDUÇÃO IMPOSTO OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÕES	4.845.548.114,80-	5.316.260.355,59-	470.712.240,79-
911802110000	DEDUÇÃO ICMS - PRINCIPAL	4.718.233.876,20-	5.083.812.363,48-	365.578.487,28-
911802110002	DEDUÇÃO ICMS - IMP S/OPER REL CIRC DE MERCAD E S/PREST DE SERV TRANSP E COMU	4.607.203.759,95-	4.981.805.053,39-	374.601.293,44-
911802110012	DEDUÇÃO ICMS-IMP S/OPER REL CIRC MERCAD E S/ PREST DE SERV TRANSP E COMUNIC-	111.030.116,25-	102.007.310,09-	9.022.806,16
911802120000	DEDUÇÃO IMPOSTO OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÕES	2.991,40-	0,00	2.991,40
911802120025	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO - AMPARA-RS	2.991,40-	0,00	2.991,40
911802130000	DEDUÇÃO ICMS - DÍVIDA ATIVA	55.151.368,65-	115.245.058,48-	60.093.689,83-
911802130002	DEDUÇÃO RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA	55.151.368,65-	114.187.127,12-	59.035.758,47-
911802130022	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA	0,00	1.057.931,36-	1.057.931,36-
911802150000	DEDUÇÃO ICMS - MULTAS	23.451.658,35-	20.943.434,76-	2.508.223,59
911802150002	DEDUÇÃO MULTAS DO ICMS	2.059.191,90-	2.944.718,41-	885.526,51-
911802150012	DEDUÇÃO MULTAS MORATORIAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO	14.709.126,15-	7.492.701,58-	7.216.424,57
911802150022	DEDUÇÃO MULTAS DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO	6.683.340,30-	10.506.014,77-	3.822.674,47-
911802160000	DEDUÇÃO ICMS - JUROS	8.838.257,70-	11.999.180,94-	3.160.923,24-
911802160002	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS	661.275,45-	3.636.114,92-	2.974.839,47-
911802160012	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANCAMENTO	8.176.982,25-	8.363.066,02-	186.083,77-
911802170000	DEDUÇÃO ICMS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS	15.914.974,80-	33.409.639,56-	17.494.664,76-
911802170002	DEDUÇÃO MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	6.972.389,10-	24.894.711,11-	17.922.322,01-
911802170012	DEDUÇÃO MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	8.942.585,70-	8.247.467,66-	695.118,04
911802170022	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	0,00	129.179,81-	129.179,81-
911802170032	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS	0,00	138.280,98-	138.280,98-
911802180000	DEDUÇÃO ICMS - DÍVIDA ATIVA - JUROS	23.954.987,70-	50.850.678,37-	26.895.690,67-
911802180002	DEDUÇÃO JURO DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS (ART 69, LEI 6537/73)	23.954.987,70-	49.840.821,65-	25.885.833,95-
911802180022	DEDUÇÃO PRECAT COMPE - JURO DE MORA DIVIDA ATIVA ICMS	0,00	1.009.856,72-	1.009.856,72-
911802200000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA	61.269.817,00-	0,00	61.269.817,00
911802210000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - PRINCIPAL	61.126.648,80-	0,00	61.126.648,80

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00064
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
911802210001	DEDUÇÃO ICMS - IMP S/OPER CIRC MERCAD E S/PREST SERV TRANSP E COMUNIC-AMPARA	60.871.806,20-	0,00	60.871.806,20
911802210012	DEDUÇÃO ICMS-IMP S/OPER CIRC MERC E S/PREST SERV TRANSP E COMUNIC-AUL-AMPARA	254.842,60-	0,00	254.842,60
911802230000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - DÍVIDA ATIVA	85.420,80-	0,00	85.420,80
911802230001	DEDUÇÃO RECEITA DO ICMS EM DIVIDA ATIVA - AMPARA-RS	85.420,80-	0,00	85.420,80
911802250000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - MULTAS	32.424,60-	0,00	32.424,60
911802250001	DEDUÇÃO MULTA DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	8.614,40-	0,00	8.614,40
911802250012	DEDUÇÃO MULTA DE MORA DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA - RS	19.180,00-	0,00	19.180,00
911802250022	DEDUÇÃO MULTA MATERIAL DO ICMS - AUTO DE LANÇAMENTO - AMPARA - RS	4.630,20-	0,00	4.630,20
911802260000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA - JUROS	1.076,40-	0,00	1.076,40
911802260001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DO ICMS - AMPARA-RS	1.076,40-	0,00	1.076,40
911802270000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA-DÍVIDA ATIVA-MU	21.347,40-	0,00	21.347,40
911802270001	DEDUÇÃO MULTA DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - AMPARA-RS	21.347,40-	0,00	21.347,40
911802280000	DEDUÇÃO ADICIONAL ICMS - FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA-DÍVIDA ATIVA-JU	2.899,00-	0,00	2.899,00
911802280001	DEDUÇÃO JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ICMS - ART 69 LEI 6537-73 - AMPARA-	2.899,00-	0,00	2.899,00
930000000000	DEDUÇÃO RECEITA PATRIMONIAL	0,00	35.618.157,29-	35.618.157,29-
932000000000	DEDUÇÃO VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	35.618.157,29-	35.618.157,29-
932100000000	DEDUÇÃO JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	0,00	35.618.157,29-	35.618.157,29-
932100100000	DEDUÇÃO REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	56,27-	56,27-
932100110000	DEDUÇÃO REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	0,00	56,27-	56,27-
932100112017	DEDUÇÃO REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO - ICMS	0,00	56,27-	56,27-
932100400000	DEDUÇÃO REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPP	0,00	35.618.101,02-	35.618.101,02-
932100410000	DEDUÇÃO REMUNERAÇÃO RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS-PRINC	0,00	35.618.101,02-	35.618.101,02-
932100410001	DEDUÇÃO REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS RPPS RENDA FIXA-FUNDOPREV-CIVIL	0,00	30.151.049,21-	30.151.049,21-
932100410002	DEDUÇÃO REMUNERACAO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS EM RENDA FIXA-FUNDOPREV-MILITA	0,00	5.467.051,81-	5.467.051,81-
970000000000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	544.472.808,90-	516.647.562,61-	27.825.246,29
971000000000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	544.472.808,90-	516.647.562,61-	27.825.246,29
971800000000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ESPECÍFICAS DE ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	544.472.808,90-	516.647.562,61-	27.825.246,29
971801000000	DEDUÇÃO PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	515.092.763,30-	516.647.562,61-	1.554.799,31-
971801100000	DEDUÇÃO COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERA	432.662.270,60-	436.577.790,68-	3.915.520,08-
971801110000	DEDUÇÃO COTA-PARTE FUNDO PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL-PRINCIP	432.662.270,60-	436.577.790,68-	3.915.520,08-
971801110001	DEDUÇÃO COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS ESTADOS (FPE)	432.662.270,60-	436.577.790,68-	3.915.520,08-
971801600000	DEDUÇÃO COTA-PARTE DO IMPOSTO PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-ESTADOS EXPORTADORES	82.430.492,70-	80.069.771,93-	2.360.720,77
971801610000	DEDUÇÃO COTA-PARTE DO IMPOSTO PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-ESTADOS EXPORTADORES	82.430.492,70-	80.069.771,93-	2.360.720,77

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE064/00065
	COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA	ANEXO N. 10
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
971801610001	DEDUÇÃO COTA-PARTE DO IMPOSTO PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-ESTADOS EXPORTADORES	82.430.492,70-	80.069.771,93-	2.360.720,77
971806000000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96	29.380.045,60-	0,00	29.380.045,60
971806100000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96	29.380.045,60-	0,00	29.380.045,60
971806110000	DEDUÇÃO TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. N° 87/96-PRINC	29.380.045,60-	0,00	29.380.045,60
971806110001	DEDUÇÃO TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERACAO - L.C. 87/96	29.380.045,60-	0,00	29.380.045,60
TOTAL		73.362.938.931,00	70.429.155.608,05	2.933.783.322,95-

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2019

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE065/00001
	COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA	ANEXO N.11
		R\$

TÍTULOS	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
DESPESA FIXADA	49.554.245.092,85	2.326.782.997,20	52.333.083.851,05
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SUPLEMENTAÇÕES	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	5.732.348.957,46	2.153.274.037,05	8.336.892.994,51
DESPESA AUTORIZADA	52.933.473.718,00	2.641.893.747,73	55.576.153.226,73
DESPESA REALIZADA	51.108.491.357,47	2.083.423.089,05	53.191.914.446,52
DIFERENÇA	1.824.982.360,53	558.470.658,68	2.384.238.780,21
AUTARQUIAS			
DESPESA FIXADA	16.931.429.776,00	305.727.949,00	17.812.732.401,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SUPLEMENTAÇÕES	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	539.124.564,24	49.008.525,42	599.509.589,66
DESPESA AUTORIZADA	17.442.537.660,64	507.447.986,32	18.514.183.822,96
DESPESA REALIZADA	17.073.832.299,56	428.198.672,62	17.502.030.972,18
DIFERENÇA	368.705.361,08	79.249.313,70	1.012.152.850,78
FUNDAÇÕES			
DESPESA FIXADA	3.169.988.101,14	47.134.577,81	3.217.122.678,95
CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
SUPLEMENTAÇÕES	0,00	0,00	0,00
REDUÇÕES	93.924.541,21	15.966.022,40	109.890.563,61
DESPESA AUTORIZADA	3.222.900.877,25	38.791.440,26	3.261.692.317,51
DESPESA REALIZADA	3.138.776.729,18	28.912.955,00	3.167.689.684,18
DIFERENÇA	84.124.148,07	9.878.485,26	94.002.633,33
TOTAL GERAL			
DESPESA FIXADA			73.362.938.931,00
CRÉDITOS ESPECIAIS			0,00
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			0,00
SUPLEMENTAÇÕES			0,00
REDUÇÕES			9.046.293.147,78
DESPESA AUTORIZADA			77.352.029.367,20
DESPESA REALIZADA			73.861.635.102,88
DIFERENÇA			3.490.394.264,32

CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS CONSIDERADOS PELO SEU VALOR DE ABERTURA, ESTANDO AS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES COMPUTADAS NAS SUPLEMENTAÇÕES E REDUÇÕES.

OBSERVAÇÃO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA E SUAS ALTERAÇÕES ESTÁ CONSIDERADA NAS DOTAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, APENAS NA COLUNA "TOTAL".

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2019

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.0.00.00.0000	DESPESA CORRENTE	71.321.100.386,21
3.1.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.744.575.850,30
3.1.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	31.160.327.246,47
3.1.90.01.0000	APOSENTADORIAS E REFORMAS	13.250.564.816,62
3.1.90.01.0101	FERROVIARIOS - RESPONSABILIDADE DO ESTADO	8.436.822,97
3.1.90.01.0102	INATIVOS - MILITAR	1.427.211.002,90
3.1.90.01.0103	INATIVOS CIVIS - ATUALIZACAO MONETARIA	64.696,91
3.1.90.01.0106	13 VENCIMENTO - INATIVOS MILITARES	152.477,60
3.1.90.01.0107	INATIVOS - CIVIL	3.950.545.541,77
3.1.90.01.0108	13 VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	21.921.924,63
3.1.90.01.0109	ABONO FAMILIA - INATIVO CIVIL	19.607.576,74
3.1.90.01.0110	PROVISAO PARA O DECIMO TERCEIRO VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	6.280,35
3.1.90.01.0112	REFORCO DE PROVENTOS	82.373.541,89
3.1.90.01.0115	ABONO FAMILIA INATIVO - MILITAR	4.814.587,79
3.1.90.01.0117	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO	4.287.396.842,63
3.1.90.01.0118	APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	11.291.058,81
3.1.90.01.0119	APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	117.350.756,40
3.1.90.01.0120	APOSENTADORIAS ESPECIAIS - ATIVIDADES DE RISCO	398.820.507,09
3.1.90.01.0121	APOSENTADORIAS ESPECIAIS - AGENTES NOCIVOS	16.334,15
3.1.90.01.0123	APOSENTADORIA PROFESSOR	635.791.404,65
3.1.90.01.0124	OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	2.401.151,31
3.1.90.01.0125	RESERVA POR TEMPO DE SERVIÇO	1.187.617.946,21
3.1.90.01.0127	REFORMA POR TEMPO DE SERVIÇO	91.112.264,05
3.1.90.01.0128	REFORMA POR INVALIDEZ	16.945.482,91
3.1.90.01.0129	13 SALARIO - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO	637.473.217,79
3.1.90.01.0130	13 SALARIO -APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	1.638.875,90
3.1.90.01.0131	13 SALARIO - APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	17.178.811,36
3.1.90.01.0132	13 SALARIO - APOSENTADORIAS ESPECIAIS - ATIVIDADES DE RISCO	56.989.838,37
3.1.90.01.0133	13 SALARIO -APOSENTADORIAS ESPECIAIS - AGENTES NOCIVOS	2.333,45
3.1.90.01.0135	13 SALARIO - APOSENTADORIA PROFESSOR	89.430.790,88
3.1.90.01.0136	13 SALARIO - OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	630.986,46
3.1.90.01.0137	13 SALARIO - RESERVA POR TEMPO DE SERVIÇO	167.188.584,68
3.1.90.01.0139	13 SALARIO - REFORMA POR TEMPO DE SERVIÇO	13.390.098,08
3.1.90.01.0140	13 SALARIO - REFORMA POR INVALIDEZ	2.447.757,49
3.1.90.01.0141	OUTRAS REFORMAS - PESSOAL MILITAR	275.905,35
3.1.90.01.0142	13 SALARIO - OUTRAS REFORMAS - PESSOAL MILITAR	39.415,05
3.1.90.03.0000	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	3.284.200.720,35
3.1.90.03.0302	PENSIONISTAS - MILITAR	1.142.929.489,86
3.1.90.03.0303	PENSIONISTAS - CIVIL	1.838.455.525,26
3.1.90.03.0304	13 VENCIMENTO - PENSIONISTAS CIVIS	210.022.474,47
3.1.90.03.0305	13 VENCIMENTO - PENSIONISTAS MILITARES	92.711.547,94
3.1.90.03.0309	PENSIONISTAS - JUROS	81.682,82
3.1.90.05.0000	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	391.873,32
3.1.90.05.0509	PRORROGACAO DO SALARIO-MATERNIDADE CELETISTAS	391.873,32
3.1.90.07.0000	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	10.667.251,43
3.1.90.07.0701	CONTRIBUICAO PATRONAL PREVIDENCIA COMPLEMENTAR RS PREV	4.667.251,43
3.1.90.07.0702	ADIANTAMENTO DE CONTRIBUICOES AO RS PREV	6.000.000,00
3.1.90.11.0000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	8.838.371.610,40
3.1.90.11.1102	VENCIMENTOS E SALARIOS - RPPS	1.940.438.134,91
3.1.90.11.1103	13 VENCIMENTO - RPPS	528.570.776,25
3.1.90.11.1104	GRATIFICACOES - RPPS	28.527.285,34
3.1.90.11.1105	VANTAGENS TEMPORAIS - RPPS	744.280.628,42
3.1.90.11.1107	OUTRAS VANTAGENS - RPPS	938.592.892,89
3.1.90.11.1108	JETON-RPPS	8.142.874,28
3.1.90.11.1109	AUXILIO BOLSA ESTUDO - ALUNOS ESCOLA POLICIA	6.975.131,41
3.1.90.11.1111	PROVISAO PARA O DECIMO TERCEIRO VENCIMENTO - ATIVO CIVIL - RPPS	58.421,25
3.1.90.11.1112	ABONO PERMANENCIA EC 41/03-RPPS	102.692.968,71
3.1.90.11.1113	GRATIFICACAO DE DIRECAO - JUDICIARIO	2.285.210,49
3.1.90.11.1114	PESSOAL ATIVO - ATUALIZACAO MONETARIA	106.579,20
3.1.90.11.1115	PESSOAL ATIVO-JUROS	129.620,77
3.1.90.11.1116	ABONO FAMILIA - CIVIL	27.372.993,76
3.1.90.11.1118	VENCIMENTOS E SALARIOS - RGPS	755.777.232,86
3.1.90.11.1119	13 VENCIMENTO - RGPS	116.787.313,22
3.1.90.11.1120	GRATIFICACOES - RGPS	7.284.701,13
3.1.90.11.1121	VANTAGENS TEMPORAIS - RGPS	105.084.228,13
3.1.90.11.1122	OUTRAS VANTAGENS - RGPS	152.905.068,79
3.1.90.11.1123	PROVISAO PARA O DECIMO TERCEIRO VENCIMENTO - ATIVO CIVIL - RGPS	9.693.249,76
3.1.90.11.1126	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES - RPPS	171.867.955,18
3.1.90.11.1127	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RPPS	35.366.862,38
3.1.90.11.1128	INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO-RPPS	44.812.468,40
3.1.90.11.1129	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO-RPPS	28.010.509,40
3.1.90.11.1130	REPRESENTAÇÃO MENSAL-RPPS	32.260.081,83
3.1.90.11.1131	INCORPORAÇÕES-RPPS	21.592.727,98
3.1.90.11.1132	GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS-RPPS	3.288.729,15
3.1.90.11.1133	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE-RPPS	33.067.359,13
3.1.90.11.1134	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE-RPPS	1.092.048,79
3.1.90.11.1135	ADICIONAL NOTURNO-RPPS	4.342.151,37
3.1.90.11.1136	SUBSÍDIOS-RPPS	2.107.849.405,17
3.1.90.11.1137	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RPPS	39.315.838,79
3.1.90.11.1138	FÉRIAS - AB CONSTIT-RPPS	195.992.694,53
3.1.90.11.1139	LICENÇA PREMIO RPPS	54.943,33
3.1.90.11.1140	FÉRIAS VENC PROPORC-RPPS	22.602.278,28
3.1.90.11.1141	ADICIONAL DE ATIVIDADES PENOSAS-RPPS	765.479,41
3.1.90.11.1142	VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL-RPPS	398.792,76
3.1.90.11.1143	INCR PLANO CARGOS SALÁRIOS PODER JUDICIÁRIO	1.462,32
3.1.90.11.1144	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES - RGPS	27.084.136,83
3.1.90.11.1145	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO - RGPS	317.866.011,79
3.1.90.11.1146	SUBSÍDIOS - RGPS	22.363.268,42
3.1.90.11.1147	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RGPS	97.196.527,78
3.1.90.11.1148	INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO - RGPS	8.547.913,65
3.1.90.11.1149	REPRESENTAÇÃO MENSAL - RGPS	38.350.779,03
3.1.90.11.1150	INCORPORAÇÕES - RGPS	5.764.759,59

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00002
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.1.90.11.1151	GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS - RGPS	764.903,54
3.1.90.11.1152	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - RGPS	3.404.136,06
3.1.90.11.1153	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - RGPS	5.558.257,37
3.1.90.11.1154	ADICIONAL NOTURNO - RGPS	8.235.682,24
3.1.90.11.1155	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RGPS	8.121.837,60
3.1.90.11.1156	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL-RGPS	41.854.754,93
3.1.90.11.1157	LICENÇA PREMIO RGPS	25.998,23
3.1.90.11.1158	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS-RGPS	8.195.221,50
3.1.90.11.1159	VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL-RGPS	1.656.106,14
3.1.90.11.1160	JETON - RGPS	49.425,28
3.1.90.11.1162	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS - RPPS	7.706.300,80
3.1.90.11.1164	LICENÇA PREMIO - CONVERSÃO EM PECUNIA - SERVIDORES ATIVOS - RGPS	206.014,47
3.1.90.11.1165	LICENÇA PREMIO - CONVERSÃO EM PECUNIA - SERVIDORES ATIVOS - RPPS	17.032.475,38
3.1.90.12.0000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL MILITAR	2.027.219.549,55
3.1.90.12.1202	SOLDO	487.557.061,56
3.1.90.12.1203	13 VENCIMENTO - PESSOAL MILITAR	150.974.253,00
3.1.90.12.1204	GRATIFICACOES - PESSOAL MILITAR	5.493.993,33
3.1.90.12.1205	VANTAGENS TEMPORAIS - PESSOAL MILITAR	170.104.245,22
3.1.90.12.1207	OUTRAS VANTAGENS - PESSOAL MILITAR	1.157.804.853,95
3.1.90.12.1209	ABONO FAMILIA - MILITAR	8.701.697,43
3.1.90.12.1210	ABONO PERMANENCIA EC 41/03	31.245,55
3.1.90.12.1216	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO	442.108,75
3.1.90.12.1217	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	46.050.031,40
3.1.90.12.1218	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS-MILITAR	60.059,36
3.1.90.13.0000	OBRIGACOES PATRONAIS	435.140.024,68
3.1.90.13.1302	SEGURO DE VIDA DE SERVIDORES	286.165,03
3.1.90.13.1303	PLANO DE SAUDE	8.129.192,24
3.1.90.13.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	362.441.867,13
3.1.90.13.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	52.302.732,33
3.1.90.13.1306	OUTRAS CONTRIBUICOES PATRONAIS	10.205.637,35
3.1.90.13.1307	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	29.645,72
3.1.90.13.1317	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS - RGPS	1.045.218,23
3.1.90.13.1319	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS	229.271,02
3.1.90.13.1322	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA APOS ACORDO/CONVENCAO COLETIVA	443.140,10
3.1.90.13.1323	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FGTS	27.155,53
3.1.90.16.0000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	338.479.572,45
3.1.90.16.1602	HORA EXTRA - RPPS	71.825.416,11
3.1.90.16.1603	ABONO PECUNIARIO - RGPS	1.076.963,14
3.1.90.16.1604	ABONO ESPECIAL - CIVIL VINCULADO AO RPPS	8.142,65
3.1.90.16.1606	HORA EXTRA - RGPS	61.798.311,78
3.1.90.16.1610	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO - RPPS	3.108.608,15
3.1.90.16.1611	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO - RGPS	78.764,54
3.1.90.16.1612	SUBSTITUIÇÕES-RPPS	189.862.013,30
3.1.90.16.1613	SUBSTITUIÇÕES - RGPS	1.760.458,08
3.1.90.16.1614	HORAS INTRA E INTER JORNADAS - RGPS	4.718.849,13
3.1.90.16.1698	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RGPS	597.405,74
3.1.90.16.1699	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	3.644.639,83
3.1.90.17.0000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL MILITAR	168.679.392,33
3.1.90.17.1701	GRATIFICACOES - PESSOAL MILITAR	83.986.328,54
3.1.90.17.1702	HORA EXTRA	77.849.990,61
3.1.90.17.1703	ABONO ESPECIAL - MILITAR	77.019,28
3.1.90.17.1707	GRATIFICACAO ENCARGO CURSO - MILITAR	6.766.053,90
3.1.90.59.0000	PENSOES ESPECIAIS	52.816.736,86
3.1.90.59.5901	PENSIONISTAS ESPECIAIS	52.816.736,86
3.1.90.91.0000	SENTENCAS JUDICIAIS	1.837.880.300,92
3.1.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	1.828.199.202,89
3.1.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	9.681.098,03
3.1.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	612.565.986,93
3.1.90.92.0101	FERROVIARIOS - RESPONSABILIDADE DO ESTADO	63.257,18
3.1.90.92.0102	INATIVOS - MILITAR	3.917.406,66
3.1.90.92.0103	INATIVOS CIVIS - ATUALIZACAO MONETARIA	74.111.713,87
3.1.90.92.0106	13 VENCIMENTO - INATIVOS MILITARES	113.656,96
3.1.90.92.0107	INATIVOS - CIVIL	39.976.547,43
3.1.90.92.0108	13 VENCIMENTO - INATIVOS CIVIS	844.948,48
3.1.90.92.0109	ABONO FAMILIA - INATIVO CIVIL	31.785,33
3.1.90.92.0112	REFORCO DE PROVENTOS	1.077.013,65
3.1.90.92.0113	PESSOAL INATIVO-JUROS	30.280.273,19
3.1.90.92.0115	ABONO FAMILIA INATIVO - MILITAR	4.875,99
3.1.90.92.0117	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO	8.573.719,57
3.1.90.92.0118	APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	2.515,17
3.1.90.92.0119	APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	283.870,27
3.1.90.92.0120	APOSENTADORIAS ESPECIAIS - ATIVIDADES DE RISCO	299.095,22
3.1.90.92.0123	APOSENTADORIA PROFESSOR	710.343,46
3.1.90.92.0124	OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	224.325,75
3.1.90.92.0125	RESERVA POR TEMPO DE SERVIÇO	101.902,61
3.1.90.92.0127	REFORMA POR TEMPO DE SERVIÇO	389.504,78
3.1.90.92.0129	13 SALARIO - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO	886.455,91
3.1.90.92.0130	13 SALARIO -APOSENTADORIAS COMPULSORIAS	153,52
3.1.90.92.0131	13 SALARIO - APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ	27.159,92
3.1.90.92.0132	13 SALARIO - APOSENTADORIAS ESPECIAIS - ATIVIDADES DE RISCO	69.658,55
3.1.90.92.0135	13 SALARIO - APOSENTADORIA PROFESSOR	313.553,69
3.1.90.92.0136	13 SALARIO - OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	16.377,87
3.1.90.92.0137	13 SALARIO - RESERVA POR TEMPO DE SERVIÇO	142.828,66
3.1.90.92.0139	13 SALARIO - REFORMA POR TEMPO DE SERVIÇO	72.039,72
3.1.90.92.0303	PENSTONISTAS - CIVIL	6.236.655,84
3.1.90.92.0304	13 VENCIMENTO - PENSIONISTAS CIVIS	187,78
3.1.90.92.0505	AUXILIO- DOENCA CIVIL	4.879.655,49
3.1.90.92.0507	SALARIO-MATERNIDADE CIVIL - FUNDOPREV	3.609.242,29
3.1.90.92.1102	VENCIMENTOS E SALARIOS - RPPS	16.657.785,67
3.1.90.92.1103	13 VENCIMENTO - RPPS	21.243.748,78
3.1.90.92.1104	GRATIFICACOES - RPPS	1.446.107,49
3.1.90.92.1105	VANTAGENS TEMPORAIS - RPPS	4.780.517,61

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00003
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.1.90.92.1107	OUTRAS VANTAGENS - RPPS	8.602.765,88
3.1.90.92.1108	JETON-RPPS	168.308,38
3.1.90.92.1109	AUXILIO BOLSA ESTUDO - ALUNOS ESCOLA POLICIA	423.698,94
3.1.90.92.1112	ABONO PERMANENCIA EC 41/03-RPPS	6.014.084,36
3.1.90.92.1114	PESSOAL ATIVO - ATUALIZACAO MONETARIA	22.277.354,39
3.1.90.92.1115	PESSOAL ATIVO-JUROS	4.843.390,07
3.1.90.92.1116	ABONO FAMILIA - CIVIL	273.928,38
3.1.90.92.1117	REMUNERACAO PELO EXERCICIO DE FATO	13.370,91
3.1.90.92.1118	VENCIMENTOS E SALARIOS - RGPS	3.887.188,80
3.1.90.92.1119	13 VENCIMENTO - RGPS	1.646.415,59
3.1.90.92.1120	GRATIFICACOES - RGPS	143.714,07
3.1.90.92.1121	VANTAGENS TEMPORAIS - RGPS	291.390,34
3.1.90.92.1122	OUTRAS VANTAGENS - RGPS	769.930,51
3.1.90.92.1124	DIFERENCAS SALARIAIS RPPS-OUTROS PODERES	219.722,49
3.1.90.92.1125	DIFERENCAS SALARIAIS RPPS-OUTROS PODERES-ISENTOS	637.958,52
3.1.90.92.1126	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES - RPPS	1.391.267,10
3.1.90.92.1127	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RPPS	287.916,83
3.1.90.92.1128	INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO-RPPS	110.851,69
3.1.90.92.1129	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO-RPPS	103.367,23
3.1.90.92.1130	REPRESENTAÇÃO MENSAL-RPPS	82.847,25
3.1.90.92.1131	INCORPORAÇÕES-RPPS	24.008,76
3.1.90.92.1132	GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS-RPPS	3.512,77
3.1.90.92.1133	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE-RPPS	871.563,10
3.1.90.92.1134	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE-RPPS	11.560,51
3.1.90.92.1135	ADICIONAL NOTURNO-RPPS	473.463,09
3.1.90.92.1136	SUBSÍDIOS-RPPS	5.844.293,83
3.1.90.92.1137	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RPPS	12.743.505,52
3.1.90.92.1138	FÉRIAS - AB CONSTIT-RPPS	4.967.097,97
3.1.90.92.1140	FÉRIAS VENC PROPORC-RPPS	933.694,18
3.1.90.92.1144	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES - RGPS	77.434,25
3.1.90.92.1145	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO - RGPS	364.131,80
3.1.90.92.1147	COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL - RGPS	277.662,76
3.1.90.92.1149	REPRESENTAÇÃO MENSAL - RGPS	39.399,36
3.1.90.92.1150	INCORPORAÇÕES - RGPS	37.887,59
3.1.90.92.1152	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - RGPS	371.311,30
3.1.90.92.1153	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - RGPS	34.658,28
3.1.90.92.1154	ADICIONAL NOTURNO - RGPS	250.983,48
3.1.90.92.1155	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO - RGPS	897.732,11
3.1.90.92.1156	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL-RGPS	419.970,17
3.1.90.92.1158	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS-RGPS	1.564.974,33
3.1.90.92.1160	JETON - RGPS	4.472,48
3.1.90.92.1162	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS - RPPS	425,52
3.1.90.92.1165	LICENCA PREMIO - CONVERSAO EM PECUNIA - SERVIDORES ATIVOS - RPPS	19.606.821,64
3.1.90.92.1202	SOLDO	1.983.516,62
3.1.90.92.1203	13 VENCIMENTO - PESSOAL MILITAR	18.396.803,75
3.1.90.92.1204	GRATIFICACOES - PESSOAL MILITAR	15.456,04
3.1.90.92.1205	VANTAGENS TEMPORAIS - PESSOAL MILITAR	684.030,17
3.1.90.92.1207	OUTRAS VANTAGENS - PESSOAL MILITAR	10.735.065,37
3.1.90.92.1209	ABONO FAMILIA - MILITAR	53.534,11
3.1.90.92.1210	ABONO PERMANENCIA EC 41/03	21.858,42
3.1.90.92.1216	GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO	1.159,40
3.1.90.92.1217	FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	716.397,65
3.1.90.92.1218	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS-MILITAR	21.139,89
3.1.90.92.1303	PLANO DE SAUDE	33.502,28
3.1.90.92.1304	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	2.033.488,20
3.1.90.92.1305	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO - FGTS	48.554,73
3.1.90.92.1306	OUTRAS CONTRIBUICOES PATRONAIS	60.855,86
3.1.90.92.1307	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	4.692,90
3.1.90.92.1317	MULTAS SOBRE OBRIGACOES PATRONAIS - RGPS	2.476,82
3.1.90.92.1323	JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FGTS	22,67
3.1.90.92.1601	GRATIFICACOES - PESSOAL CIVIL VINC RPPS	367,02
3.1.90.92.1602	HORA EXTRA - RPPS	7.199.394,67
3.1.90.92.1604	ABONO ESPECIAL - CIVIL VINCULADO AO RPPS	14.028,72
3.1.90.92.1606	HORA EXTRA - RGPS	100.947,74
3.1.90.92.1610	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO - RPPS	281.689,42
3.1.90.92.1611	GRATIFICACAO POR ENCARGO DE CURSO - RGPS	3.134,87
3.1.90.92.1612	SUBSTITUIÇÕES-RPPS	6.849.583,79
3.1.90.92.1613	SUBSTITUIÇÕES - RGPS	9.025,67
3.1.90.92.1698	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RGPS	14.837,29
3.1.90.92.1699	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	339.974,16
3.1.90.92.1701	GRATIFICACOES - PESSOAL MILITAR	10.133.457,80
3.1.90.92.1702	HORA EXTRA	8.108.459,64
3.1.90.92.1703	ABONO ESPECIAL - MILITAR	137.279,89
3.1.90.92.1707	GRATIFICACAO ENCARGO CURSO - MILITAR	1.086.474,25
3.1.90.92.5901	PENSIONISTAS ESPECIAIS	1.476.557,86
3.1.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	618.384,43
3.1.90.92.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	3.116.376,81
3.1.90.92.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	254.485,85
3.1.90.92.9326	ENCARGOS INCIDENTES NA CONVERSAO DE VENCIMENTOS DE URVS PARA REAIS	127.258.175,38
3.1.90.92.9347	LICENCA PREMIO - CONVERSAO EM PECUNIA	49.059.337,76
3.1.90.92.9402	INDENIZACOES TRABALHISTAS - PESSOAL CIVIL	35.210.980,54
3.1.90.92.9403	INDENIZACOES TRABALHISTAS - PESSOAL MILITAR	131.644,19
3.1.90.92.9601	RESSARCIMENTO	2.949.913,41
3.1.90.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	17.248.273,80
3.1.90.93.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	305.960,62
3.1.90.93.9326	ENCARGOS INCIDENTES NA CONVERSAO DE VENCIMENTOS DE URVS PARA REAIS	10.059.103,24
3.1.90.93.9347	LICENCA PREMIO - CONVERSAO EM PECUNIA	6.883.209,94
3.1.90.94.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	271.484.985,75
3.1.90.94.9402	INDENIZACOES TRABALHISTAS - PESSOAL CIVIL	252.097.518,33
3.1.90.94.9403	INDENIZACOES TRABALHISTAS - PESSOAL MILITAR	19.387.467,42
3.1.90.96.0000	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	14.616.151,08
3.1.90.96.9601	RESSARCIMENTO	14.616.151,08

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00004
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.1.91.00.0000	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	15.584.248.603,83
3.1.91.13.0000	OBRIGACOES PATRONAIS	15.512.612.824,87
3.1.91.13.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA - RPPS	652.934.547,17
3.1.91.13.1309	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICIT - PENSOES	2.800.034.339,66
3.1.91.13.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	1.763.279.304,33
3.1.91.13.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	1.300.100.760,39
3.1.91.13.1312	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/PENSIONISTAS - RPPS	320.017.618,86
3.1.91.13.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	8.386.916.002,28
3.1.91.13.1315	FUNDOPREV-CIVIL S/ATIVOS	201.060.464,40
3.1.91.13.1316	FUNDOPREV-MILITAR S/ATIVOS	61.563.090,72
3.1.91.13.1318	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA - RGPS	8.875.620,31
3.1.91.13.1321	CONTRIBUICAO PLANO SEG SOCIAL DOS PARLAMENTARES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO S	245.342,12
3.1.91.13.1324	FUNDOPREV-CIVIL S/INATIVOS	25.959,61
3.1.91.13.1325	COBERTURA DEFICIT ATUARIAL - FUNDOPREV CIVIL	15.830.575,54
3.1.91.13.1326	COBERTURA DEFICIT ATUARIAL - FUNDOPREV MILITAR	1.664.334,08
3.1.91.13.1328	FUNDOPREV-CIVIL S/ PENSIONISTAS	64.865,40
3.1.91.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	51.662.089,43
3.1.91.92.1301	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA - RPPS	35.632.564,36
3.1.91.92.1310	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/ATIVOS - RPPS	1.272.989,75
3.1.91.92.1311	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA S/INATIVOS - RPPS	664.249,14
3.1.91.92.1313	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA COBERTURA DE DEFICE - INATIVOS	200.434,17
3.1.91.92.1315	FUNDOPREV-CIVIL S/ATIVOS	1.645.428,64
3.1.91.92.1316	FUNDOPREV-MILITAR S/ATIVOS	895.680,60
3.1.91.92.1318	CONTRIBUICAO AO IPERGS PARA ASSISTENCIA MEDICA - RGPS	53.753,51
3.1.91.92.1321	CONTRIBUICAO PLANO SEG SOCIAL DOS PARLAMENTARES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO S	161.610,66
3.1.91.92.1325	COBERTURA DEFICIT ATUARIAL - FUNDOPREV CIVIL	9.611.790,04
3.1.91.92.1326	COBERTURA DEFICIT ATUARIAL - FUNDOPREV MILITAR	811.059,48
3.1.91.92.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	712.529,08
3.1.91.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	19.973.689,53
3.1.91.93.9323	RESSARCIMENTO DE PESSOAL CEDIDO	19.973.689,53
3.2.00.00.0000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	2.726.275.576,24
3.2.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	2.726.275.576,24
3.2.90.21.0000	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	2.709.571.399,08
3.2.90.21.2110	FUNDADA INTERNA - JUROS	2.449.469.531,55
3.2.90.21.2120	FUNDADA EXTERNA - JUROS	260.101.867,53
3.2.90.22.0000	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	16.704.177,16
3.2.90.22.2210	FUNDADA INTERNA - OUTROS ENCARGOS	16.455.327,10
3.2.90.22.2220	FUNDADA EXTERNA - OUTROS ENCARGOS	248.850,06
3.3.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.850.248.959,67
3.3.20.00.0000	TRANSFERENCIAS A UNIAO	15.007.272,10
3.3.20.41.0000	CONTRIBUICOES	196.615,41
3.3.20.41.4101	TRANSFERENCIAS A UNIAO	196.615,41
3.3.20.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	130.212,77
3.3.20.92.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	130.212,77
3.3.20.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	14.680.443,92
3.3.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	14.680.443,92
3.3.30.00.0000	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	96.000,00
3.3.30.40.0000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	96.000,00
3.3.30.40.4009	SERVICO EM NUVEM	96.000,00
3.3.40.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	10.714.415.342,01
3.3.40.41.0000	CONTRIBUICOES	170.940.082,49
3.3.40.41.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	167.562.185,50
3.3.40.41.4108	FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	3.377.896,99
3.3.40.81.0000	DISTRIBUICAO DE RECEITAS	10.543.109.259,52
3.3.40.81.8101	IMPOSTO SOBRE CIRCULACAO DE MERCADORIAS E SERVICOS DE TRANSPORTE E COMUNICAC	8.859.702.483,97
3.3.40.81.8102	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	1.537.004.534,34
3.3.40.81.8103	IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO DE BENS IMOVEIS	1.603.639,88
3.3.40.81.8104	IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES	133.449.620,13
3.3.40.81.8105	MULTAS DE TRANSITO	4.135,77
3.3.40.81.8109	CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	11.344.845,43
3.3.40.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	366.000,00
3.3.40.92.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	366.000,00
3.3.41.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	1.039.134.655,92
3.3.41.41.0000	CONTRIBUICOES	965.679.219,16
3.3.41.41.4102	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	893.999,19
3.3.41.41.4108	FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	959.726.396,55
3.3.41.41.4113	FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.058.823,42
3.3.41.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	73.455.436,76
3.3.41.92.4108	FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	73.455.436,76
3.3.50.00.0000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	130.572.633,22
3.3.50.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	374.996,50
3.3.50.39.3947	HABILITACAO E/OU CAPACITACAO PROFISSIONAL	374.996,50
3.3.50.41.0000	CONTRIBUICOES	31.278.368,87
3.3.50.41.4104	CONTRIBUICOES	31.278.368,87
3.3.50.43.0000	SUBVENCOES SOCIAIS	89.122.685,79
3.3.50.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	89.122.685,79
3.3.50.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	9.796.432,36
3.3.50.92.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	9.796.432,36
3.3.50.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	149,70
3.3.50.93.9332	RESTITUICAO DE RECEITAS A ENTIDADES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS	149,70
3.3.71.00.0000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	117.613,44
3.3.71.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	117.613,44
3.3.71.92.4104	CONTRIBUICOES	117.613,44
3.3.80.00.0000	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	3.936.324,07
3.3.80.41.0000	CONTRIBUICOES	2.851.879,07
3.3.80.41.4105	ORGANISMOS INTERNACIONAIS	2.851.879,07
3.3.80.43.0000	SUBVENCOES SOCIAIS	1.084.445,00
3.3.80.43.4301	SUBVENCOES SOCIAIS	1.084.445,00
3.3.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	9.920.002.892,38
3.3.90.04.0000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	1.987.996,44
3.3.90.04.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	1.987.996,44
3.3.90.08.0000	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAS	32.195.856,67

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00005
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.08.0803	AUXILIO FUNERAL	12.383.704,20
3.3.90.08.0804	BENEFICIO POR INVALIDEZ PERMANENTE OU MORTE	937.708,80
3.3.90.08.0805	AUXILIO CRECHE	15.213.904,06
3.3.90.08.0807	AUXILIO BABA	497.212,81
3.3.90.08.0809	PECULIO FACULTATIVO	3.163.326,80
3.3.90.14.0000	DIARIAS-CIVIL	49.915.556,69
3.3.90.14.1401	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL	2.061.600,13
3.3.90.14.1402	DIARIAS DE VIAGEM	36.336.287,21
3.3.90.14.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	834.049,01
3.3.90.14.1404	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	3.888.426,76
3.3.90.14.1406	VIAGENS DO GOVERNADOR, VICE-GOVERNADOR E PRIMEIRA DAMA	38.895,38
3.3.90.14.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	3.517.413,91
3.3.90.14.1408	DIARIAS POR RESSARCIMENTO	3.238.884,29
3.3.90.15.0000	DIARIAS-MILITAR	25.088.678,85
3.3.90.15.1501	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL - PES MIL	452.193,50
3.3.90.15.1502	DIARIAS DE VIAGEM- PESSOAL MILITAR	24.446.867,99
3.3.90.15.1503	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM - PESSOAL MILITAR	26.091,25
3.3.90.15.1504	DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO -PESSOAL MILITAR	28.396,42
3.3.90.15.1505	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO - PESSOAL MILITAR	135.129,69
3.3.90.18.0000	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	27.243.474,10
3.3.90.18.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	9.702.200,00
3.3.90.18.1802	ASSISTENCIA SOCIAL A ESTUDANTES	1.745.354,61
3.3.90.18.1803	PASSE LIVRE ESTUDANTIL	15.795.919,49
3.3.90.20.0000	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	20.755.555,87
3.3.90.20.2001	CONCESSAO DE SUBVENCOES A PESQUISADORES	20.755.555,87
3.3.90.27.0000	ENCARGOS PELA HONRA DE AVAIS, GARANTIAS,SEGUROS E SIMILARES	34.591,14
3.3.90.27.2702	ENCARGOS DE RISCO SOBRE FINANCIAMENTO HABITACIONAL	34.591,14
3.3.90.30.0000	MATERIAL DE CONSUMO	610.110.723,01
3.3.90.30.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	2.154.952,64
3.3.90.30.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	11.612.854,79
3.3.90.30.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	68.194.329,56
3.3.90.30.3005	FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	2.248.025,86
3.3.90.30.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	193.914.929,71
3.3.90.30.3007	EXPLOSIVOS E MUNICOES	12.332.567,50
3.3.90.30.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	54.401,75
3.3.90.30.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	8.419.135,77
3.3.90.30.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	554.294,54
3.3.90.30.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	3.336.241,12
3.3.90.30.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	3.786.645,53
3.3.90.30.3014	MATERIAL DIDATICO	14.100.567,97
3.3.90.30.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	640.632,67
3.3.90.30.3016	CENARIOS ARTISTICOS E/OU PARA EXPOSICOES	33.419,70
3.3.90.30.3017	MATERIA-PRIMA	293.813,81
3.3.90.30.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	92.650.647,78
3.3.90.30.3019	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	46.146.195,26
3.3.90.30.3020	SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	37.639,99
3.3.90.30.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	15.226.355,78
3.3.90.30.3022	REPROGRAFIA	51.039,00
3.3.90.30.3023	ADUBOS E/OU FERTILIZANTES	365.308,82
3.3.90.30.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	9.558.783,95
3.3.90.30.3027	GAS DE COZINHA	13.440.776,62
3.3.90.30.3028	LIMPEZA E HIGIENE	8.757.394,25
3.3.90.30.3029	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	45.022,40
3.3.90.30.3031	PROCESSAMENTO DE DADOS E MICROFILMAGEM	16.188,70
3.3.90.30.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	16.291.517,39
3.3.90.30.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS E AERONAVES	38.070.216,17
3.3.90.30.3034	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	43.448,82
3.3.90.30.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	177.800,19
3.3.90.30.3037	AQUISICAO DE ASFALTO PARA CONSERVACAO DE RODOVIAS	919.902,40
3.3.90.30.3038	MATERIAIS PARA OSTOMIA	43.152.948,60
3.3.90.30.3039	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	241.076,26
3.3.90.30.3040	EQUIPAMENTOS PARA TRATAMENTO DE SERVIDOR ACIDENTADO EM SERVICO	288.544,90
3.3.90.30.3041	MATERIAIS - AUXILIO A VITIMAS DE INTEMPERIES	158.104,04
3.3.90.30.3042	MATERIAL BIBLIOGRAFICO	42.042,70
3.3.90.30.3044	MATERIAL DE CONSUMO DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	2.752.956,07
3.3.90.31.0000	PREMIACOES CULTURAIS/ ARTISTICAS/ CIENTIFICAS/ DESPORTIVAS OU OUTRAS	5.153.420,91
3.3.90.31.3101	PREMIOS EM ESPECIE	5.052.731,85
3.3.90.31.3102	DIPLOMAS, CONDECORACOES, MEDALHAS E/OU PREMIO	100.689,06
3.3.90.32.0000	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	35.991,72
3.3.90.32.3202	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	14.930,00
3.3.90.32.3203	GENEROS ALIMENTICIOS	21.061,72
3.3.90.33.0000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	17.342.542,75
3.3.90.33.3301	LOCACAO DE VEICULOS	3.752.660,80
3.3.90.33.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	4.879.760,69
3.3.90.33.3303	TRANSPORTE DE PRESOS E/OU INTERNADOS	659.821,08
3.3.90.33.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	8.050.300,18
3.3.90.35.0000	SERVICOS DE CONSULTORIA	21.611.388,15
3.3.90.35.3501	AUDITORIA	10.470,00
3.3.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	21.118.664,42
3.3.90.35.3504	ADVOCACIA	482.253,73
3.3.90.36.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	381.732.579,03
3.3.90.36.3601	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	678.101,17
3.3.90.36.3604	PRESOS E INTERNADOS	2.535.303,43
3.3.90.36.3606	TAREFEIROS	4.500,00
3.3.90.36.3608	JUIZES LEIGOS E CONCILIADORES	7.209.035,82
3.3.90.36.3610	SERVICOS MEDICOS - IPERGS	175.368.440,76
3.3.90.36.3611	HONORARIOS	65.272.676,99
3.3.90.36.3613	LIMPEZA E HIGIENE	349.790,06
3.3.90.36.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	21.310.134,93
3.3.90.36.3615	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	95.364,50
3.3.90.36.3616	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	1.597,36
3.3.90.36.3617	MEDICINA E RESIDENCIA EM SAUDE	8.032.606,13

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00006
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.36.3618	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCAÇÃO DE IMOVEIS	524.050,11
3.3.90.36.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	88.948.708,24
3.3.90.36.3620	GESTÃO PLENA DO SUS - PF	4.042.696,81
3.3.90.36.3621	HONORARIOS DE PERITOS	7.056.240,98
3.3.90.36.3626	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	2.500,00
3.3.90.36.3629	CARTORIO	297.969,13
3.3.90.36.3631	LOCAÇÃO DE ESPACO PARA EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÃO	2.862,61
3.3.90.37.0000	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	433.082.230,64
3.3.90.37.3701	LIMPEZA E HIGIENE	147.947.394,60
3.3.90.37.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	123.892.967,20
3.3.90.37.3703	SERVICOS GERAIS	65.442.387,68
3.3.90.37.3704	SERVICOS TECNICOS	42.041.529,98
3.3.90.37.3705	VIGILANCIA - CORPO VOLUNTARIO DE MILITARES ESTADUAIS INATIVOS DA BRIGADA MIL	13.794.436,42
3.3.90.37.3706	SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	39.963.514,76
3.3.90.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.392.937.918,54
3.3.90.39.3901	AGUA E ESGOTO	98.361.626,23
3.3.90.39.3902	DIVULGAÇÃO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	37.505.308,02
3.3.90.39.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	1.519.270,51
3.3.90.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	1.043.700,49
3.3.90.39.3906	DRAGAGEM	2.969.115,84
3.3.90.39.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	4.316.040,31
3.3.90.39.3909	SERVICOS PRESTADOS PELOS CREDENCIADOS DETRAN/RS - CFC/CRVA/CRD	324.990.669,11
3.3.90.39.3910	CONCURSOS PUBLICOS	3.450.957,37
3.3.90.39.3911	INSPECAO E SUPERVISAO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS	6.839,12
3.3.90.39.3912	ENCARGOS COM PRESTADORES DE SERVICOS - MS/SUS	485.759.036,94
3.3.90.39.3913	PREVENCAO E TRATAMENTO DA AIDS	14.386,36
3.3.90.39.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	3.165.505,90
3.3.90.39.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	5.952.255,33
3.3.90.39.3917	DILIGENCIAS	39.127,96
3.3.90.39.3918	ENERGIA ELETRICA	152.257.318,39
3.3.90.39.3919	DESPESAS EVENTUAIS	23.908,84
3.3.90.39.3920	LOCAÇÃO DE IMOVEIS	27.785.877,48
3.3.90.39.3921	LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	84.983.744,91
3.3.90.39.3922	MORDOMIA	28.913,82
3.3.90.39.3923	PEDAGOGOS	10.333,43
3.3.90.39.3924	PROCESSAMENTO DE DADOS	233.454,25
3.3.90.39.3925	RECEPCOES E HOMENAGENS	268.212,09
3.3.90.39.3926	SEGUROS	1.472.996,93
3.3.90.39.3927	ALIMENTACAO	12.332.312,86
3.3.90.39.3928	CARTORIO	95.549,53
3.3.90.39.3929	COMUNICACAO	134.410.231,80
3.3.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	103.870.011,43
3.3.90.39.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	15.576.563,60
3.3.90.39.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS E AERONAVES	25.501.344,44
3.3.90.39.3933	DIVULGAÇÃO OBRIGATORIA	624.345,95
3.3.90.39.3934	SERVICOS GRAFICOS	36.424.738,80
3.3.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	3.875.778,23
3.3.90.39.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	457.051,47
3.3.90.39.3937	LEVANTAMENTO, PROSPECCAO ANALISE DE DADOS GEOGRAFICOS, TOPOGRAF E/OU AEROFOT	2.680.561,83
3.3.90.39.3938	PRODUCAO, OPERACAO, TRANSMISSAO OU RETRANSMISSAO DE PROGRAMAS DE TELEVISAO	654.204,30
3.3.90.39.3939	MEDICINA	1.375.134.682,27
3.3.90.39.3940	FOTOGRAFIA, CINEGRAFIA, SOM E PROJECAO	248.402,08
3.3.90.39.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCAÇÃO DE IMOVEIS	2.720.797,23
3.3.90.39.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	49.096.665,03
3.3.90.39.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	1.076.704,36
3.3.90.39.3944	CARGA, DESCARGA, EMPACOTAMENTO E PESAGEM	34.244,00
3.3.90.39.3945	ENCARGOS SOBRE LOCAÇÃO DE IMOVEIS DE RENDA - IPERGS	8.673,38
3.3.90.39.3946	PROFILAXIA VEGETAL E/OU ANIMAL	230.640,22
3.3.90.39.3947	HABILITACAO E/OU CAPACITACAO PROFISSIONAL	338.680,00
3.3.90.39.3948	MULTAS	4.044.953,40
3.3.90.39.3949	ENCARGOS DECORRENTES DE HOMOLOGACAO DE ACORDOS	217.624,61
3.3.90.39.3950	CUSTAS JUDICIAIS	151.718,18
3.3.90.39.3951	ENCARGOS DECORRENTES DE DIREITOS AUTORAIS	145.914,07
3.3.90.39.3952	DESPESAS BANCARIAS	27.479.448,48
3.3.90.39.3953	ENCARGOS FUNERARIOS	19.660,00
3.3.90.39.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	268.763,18
3.3.90.39.3955	MAO-DE-OBRA SUPLETIVA	16.292.684,14
3.3.90.39.3956	REBOQUE	22.680,41
3.3.90.39.3957	BENEFICIAMENTO	9.424,30
3.3.90.39.3958	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS	792.290,10
3.3.90.39.3959	SEMOVENTES	1.040,00
3.3.90.39.3960	RECUPERACAO DE MATERIAIS	7.670,00
3.3.90.39.3961	PROGRAMAS DE CAPACITACAO DE MENORES	5.130,00
3.3.90.39.3962	DOACAO DE ORGAOS	880.948,92
3.3.90.39.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS CARIMBOS E CERTIFICADOS DIGITAIS	442.617,52
3.3.90.39.3965	MANUTENCAO E CONSERVACAO DAS ESCOLAS PUBLICAS ESTADUAIS	76.638.070,51
3.3.90.39.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	885.338,35
3.3.90.39.3968	QUIMICA	9.826,00
3.3.90.39.3970	CONTRIBUICAO PARA CUSTEAR DESPESAS CONTRATUAIS - PNUD	184.410,00
3.3.90.39.3971	ENCARGOS COM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - MS/SUS	1.668.315,47
3.3.90.39.3975	GINASTICA LABORAL	105.630,59
3.3.90.39.3977	ARBITRAGEM DESPORTIVA - PJ	3.804.810,00
3.3.90.39.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	54.863.251,97
3.3.90.39.3979	TELEFONIA FIXA	8.738.109,63
3.3.90.39.3980	TELEFONIA MOVEL	827.735,50
3.3.90.39.3981	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	715.662,50
3.3.90.39.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	7.018.317,95
3.3.90.39.3984	LIMPEZA E HIGIENE	8.575.358,04
3.3.90.39.3987	ENCARGOS COM ASSISTENCIA MEDICA	42.159.766,61
3.3.90.39.3988	GESTÃO PLENA DO SUS - PJ	919.000.317,11
3.3.90.39.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	1.370.301,95
3.3.90.39.3990	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	26.674.171,27

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00007
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	19.168.970,20
3.3.90.39.3992	SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL	167.083.385,30
3.3.90.39.3993	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	17.692,27
3.3.90.39.3994	DESPESAS DE HOSPEDAGEM - DECRETO 24.846/76	146.119,27
3.3.90.39.3995	DESCARTE DE MATERIAIS	694.341,45
3.3.90.39.3996	LOCACAO DE IMOVEIS FORA DO ESTADO	150.965,18
3.3.90.39.3997	LOCACAO DE ESPACO PARA EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICACAO	103.701,67
3.3.90.40.0000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	419.052.175,60
3.3.90.40.4001	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	2.893.974,66
3.3.90.40.4006	LOCACAO / SUBSCRICAO DE SOFTWARE	23.493.997,71
3.3.90.40.4007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARE	92.384.897,74
3.3.90.40.4009	SERVICO EM NUVEM	15.678.229,49
3.3.90.40.4010	SUPORTE A USUARIOS DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	39.945.783,19
3.3.90.40.4011	SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	4.600.835,83
3.3.90.40.4012	MANUTENCAO E SUPORTE DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	6.972.736,21
3.3.90.40.4013	COMUNICACAO DE DADOS	85.354.829,49
3.3.90.40.4014	TELEFONIA FIXA E MOVEL - PACOTE DE COMUNICACAO DE DADOS	13.204.791,70
3.3.90.40.4015	DIGITALIZACAO / INDEXACAO DE DOCUMENTOS	117.926,25
3.3.90.40.4016	TERCEIRIZACAO DE SOLUCOES DE IMPRESSAO / DIGITALIZACAO	12.849.338,50
3.3.90.40.4020	REINAMENTO E CAPACITACAO EM TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	311.869,42
3.3.90.40.4023	CERTIFICADOS DIGITAIS	39.679,15
3.3.90.40.4099	OUTROS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	121.203.286,26
3.3.90.41.0000	CONTRIBUICOES	68.002.177,09
3.3.90.41.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	976.876,12
3.3.90.41.4107	ATENDIMENTO DE CRECHE (DAER)	1.135.068,84
3.3.90.41.4112	COMPENSACAO POR ATOS GRATUITOS - LEI 12.692 - FUNDO NOTARIAL	65.890.232,13
3.3.90.45.0000	EQUALIZACAO DE PRECOS E TAXAS	52.591.886,40
3.3.90.45.4503	OUTRAS EQUALIZACOES DE JUROS	52.591.886,40
3.3.90.46.0000	AUXILIO-ALIMENTACAO	355.808.265,98
3.3.90.46.4601	AUXILIO-REFEICAO - RPPS	158.413.456,78
3.3.90.46.4602	PMIL - AUXILIO-REFEICAO	16.020.526,00
3.3.90.46.4603	ETAPAS DE ALIMENTACAO	374.619,50
3.3.90.46.4604	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTACAO	51.154.124,11
3.3.90.46.4605	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTACAO - GENEROS ALIMENTICIOS	253.739,17
3.3.90.46.4606	AUXILIO-REFEICAO - RGPS	129.591.800,42
3.3.90.47.0000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	482.342.939,14
3.3.90.47.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	56.518.318,15
3.3.90.47.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	421.988.313,93
3.3.90.47.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	361.890,96
3.3.90.47.4705	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	3.715,19
3.3.90.47.4706	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	24.829,25
3.3.90.47.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	3.140.135,26
3.3.90.47.4711	LICENCA PARA O EXERCICIO PROFISSIONAL	19.174,64
3.3.90.47.4712	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	34,03
3.3.90.47.4714	JUROS DE MORA E ATUALIZACAO MONETARIA SOBRE RETENCOES	128.160,10
3.3.90.47.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	152.291,77
3.3.90.47.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	6.075,86
3.3.90.48.0000	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	6.638.547,23
3.3.90.48.4801	ASSISTENCIA SOCIAL A PESSOAS	5.793.902,00
3.3.90.48.4804	AJUDA FINANCEIRA A PESSOAS INSCRITAS NO PROTEGE	844.645,23
3.3.90.49.0000	AUXILIO-TRANSPORTE	87.410.641,60
3.3.90.49.4901	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RPPS	47.999.035,22
3.3.90.49.4902	PMIL - AUXILIO TRANSPORTE - RPPS	448.434,74
3.3.90.49.4903	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RGPS	38.963.171,64
3.3.90.91.0000	SENTENCAS JUDICIAIS	528.181.476,20
3.3.90.91.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	126.109.413,67
3.3.90.91.9102	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - MEDICAMENTOS	48.908.881,36
3.3.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	1.795.996,19
3.3.90.91.9104	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - TRATAMENTOS NAO MEDICAMENTOS	36.464.074,24
3.3.90.91.9105	PAGAMENTO DET SENT JUD.- BENS MAT E MANUTENCAO DE BENS	923.874,89
3.3.90.91.9106	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - HONORARIOS DE SUCUMBENCIA PF	23.834.919,85
3.3.90.91.9107	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - HONORARIOS DE SUCUMBENCIA PJ	6.340.809,64
3.3.90.91.9118	AQUISICOES DETERMINADAS POR SENTENCAS JUDICIAIS-MEDICAMENTOS-COMPONENTE ESPE	232.302.832,25
3.3.90.91.9119	AQUISICAO DETERMINADA POR SENTENCA JUDICIAL-MEDICAMENTOS-COMP ESPECIALIZADO	30.663.720,55
3.3.90.91.9120	PAGAMENTO DE OBRIGACOES JUDICIAIS NAO INCLUSAS EM RPV OU PRECATÓRIO	20.836.953,56
3.3.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.089.289.613,43
3.3.90.92.0401	SERVICO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	2.094,85
3.3.90.92.0803	AUXILIO FUNERAL	1.855.691,34
3.3.90.92.0804	BENEFICIO POR INVALIDEZ PERMANENTE OU MORTE	567.112,90
3.3.90.92.0805	AUXILIO CRECHE	99.946,64
3.3.90.92.0807	AUXILIO BABA	4.812,72
3.3.90.92.0809	PECULIO FACULTATIVO	8.164,28
3.3.90.92.1401	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL	108.224,44
3.3.90.92.1402	DIARIAS DE VIAGEM	1.212.868,01
3.3.90.92.1403	DIARIAS ESPECIAIS DE VIAGEM	2.656,10
3.3.90.92.1407	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO	77.657,75
3.3.90.92.1408	DIARIAS POR RESSARCIMENTO	254.506,31
3.3.90.92.1501	DIARIAS DE VIAGEM POR FOLHA DE PESSOAL - PES MIL	42.487,00
3.3.90.92.1502	DIARIAS DE VIAGEM- PESSOAL MILITAR	247.780,47
3.3.90.92.1505	DIARIAS DE VIAGEM PARA FORA DO ESTADO - PESSOAL MILITAR	38.292,21
3.3.90.92.1801	BOLSAS DE ESTUDOS	800,00
3.3.90.92.1803	PASSE LIVRE ESTUDANTIL	2.284.541,44
3.3.90.92.3002	SINALIZACAO, IDENTIFICACAO E SEGURANCA	16.066,00
3.3.90.92.3003	ARTIGOS CIRURGICOS E LABORATORIAIS	140.485,38
3.3.90.92.3004	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	760.097,92
3.3.90.92.3006	GENEROS PARA ALIMENTACAO	326.487,74
3.3.90.92.3008	ESPORTES E/OU RECREACAO	240,00
3.3.90.92.3009	MATERIAL DE EXPEDIENTE	70.641,74
3.3.90.92.3010	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	9.550,00
3.3.90.92.3011	ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	7.645,80
3.3.90.92.3013	MANUTENC, IDENTIFICAC, UTILIZAC E CONSERVAC DE BENS MOVEIS E EQUIPAMS	17.761,03
3.3.90.92.3014	MATERIAL DIDATICO	750,00

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00008
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92.3015	PROTECAO E PROFILAXIA	139,50
3.3.90.92.3018	PRODUTOS FARMACEUTICOS E ODONTOLOGICOS	829.787,91
3.3.90.92.3021	VESTUARIO E/OU UNIFORME	14.901,20
3.3.90.92.3025	PRODUTOS QUIMICOS, FISICOS E/OU BIOLOGICOS	138.120,51
3.3.90.92.3027	GAS DE COZINHA	1.591,20
3.3.90.92.3028	LIMPEZA E HIGIENE	64.305,90
3.3.90.92.3032	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	423.092,78
3.3.90.92.3033	CONSERVACAO DE VEICULOS E AERONAVES	720.840,31
3.3.90.92.3035	INSIGNIAS, FLAMULAS, BANDEIRAS, PLACAS, CARTEIRAS FUNCIONAIS	74,00
3.3.90.92.3038	MATERIAIS PARA OSTOMIA	80.956,20
3.3.90.92.3101	PREMIOS EM ESPECIE	788.885,68
3.3.90.92.3102	DIPLOMAS, CONDECORACOES, MEDALHAS E/OU PREMIOS	1.200,00
3.3.90.92.3301	LOCACAO DE VEICULOS	71.224,64
3.3.90.92.3302	TRANSPORTE DE PESSOAL	101.877,52
3.3.90.92.3303	TRANSPORTE DE PRESOS E/OU INTERNADOS	23.346,60
3.3.90.92.3304	TRANSPORTE DE PESSOAL POR VIA AEREA	37.411,25
3.3.90.92.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	432.319,29
3.3.90.92.3601	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	787,50
3.3.90.92.3610	SERVICOS MEDICOS - IPERGS	34.182.990,94
3.3.90.92.3611	HONORARIOS	208.755,16
3.3.90.92.3614	LOCACAO DE IMOVEIS	115.588,70
3.3.90.92.3618	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	54.513,01
3.3.90.92.3619	ESTAGIARIOS E MONITORES	146.952,16
3.3.90.92.3620	GESTAO PLENA DO SUS - PF	764.392,48
3.3.90.92.3629	CARTORIO	3.095,65
3.3.90.92.3701	LIMPEZA E HIGIENE	1.509.005,28
3.3.90.92.3702	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	3.164.490,72
3.3.90.92.3703	SERVICOS GERAIS	1.706.200,54
3.3.90.92.3704	SERVICOS TECNICOS	684.195,05
3.3.90.92.3705	VIGILANCIA - CORPO VOLUNTARIO DE MILITARES ESTADUAIS INATIVOS DA BRIGADA MIL	54.212,79
3.3.90.92.3706	SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	354.942,71
3.3.90.92.3901	AGUA E ESGOTO	2.180.785,91
3.3.90.92.3902	DIVULGACAO PROMOCIONAL OU INSTITUCIONAL	63.819,05
3.3.90.92.3903	ASSINATURA DE PERIODICOS E RECORTES	37,50
3.3.90.92.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	181.879,88
3.3.90.92.3907	ORGANIZACAO FEIRAS AMOSTRAS, CONGRESSOS, SEMINARIOS, SIMPOSIOS E CONGENERES	3.498,00
3.3.90.92.3909	SERVICOS PRESTADOS PELOS CREDENCIADOS DETRAN/RS - CFC/CRVA/CRD	3.119,11
3.3.90.92.3912	ENCARGOS COM PRESTADORES DE SERVICOS - MS/SUS	14.766.410,68
3.3.90.92.3914	CONDOMINIO DE PREDIOS DA ENTIDADE	506.710,86
3.3.90.92.3916	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	705,19
3.3.90.92.3917	DILIGENCIAS	43,00
3.3.90.92.3918	ENERGIA ELETRICA	4.676.736,64
3.3.90.92.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	68.674,31
3.3.90.92.3921	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	12.152.935,21
3.3.90.92.3923	PEDAGIOS	183,40
3.3.90.92.3926	SEGUROS	12.098,93
3.3.90.92.3927	ALIMENTACAO	35.831,70
3.3.90.92.3928	CARTORIO	239,86
3.3.90.92.3929	COMUNICACAO	579.914,61
3.3.90.92.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	2.970.909,03
3.3.90.92.3931	CONSERVACAO DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENTOS	499.203,17
3.3.90.92.3932	CONSERVACAO DE VEICULOS E AERONAVES	528.856,48
3.3.90.92.3933	DIVULGACAO OBRIGATORIA	28.418,02
3.3.90.92.3934	SERVICOS GRAFICOS	20.448,25
3.3.90.92.3935	ENSINO E TREINAMENTO	11.370,00
3.3.90.92.3936	ALIMENTACAO E/OU HOSPEDAGEM DE NAO SERVIDORES	901,92
3.3.90.92.3939	MEDICINA	518.767.104,28
3.3.90.92.3941	ENCARGOS CONTRATUAIS COM LOCACAO DE IMOVEIS	19.921,16
3.3.90.92.3942	ESTAGIARIOS E MONITORES	4.663,36
3.3.90.92.3943	BIOLOGIA E BIOMEDICINA	30.784,99
3.3.90.92.3945	ENCARGOS SOBRE LOCACAO DE IMOVEIS DE RENDA - IPERGS	8.977,41
3.3.90.92.3946	PROFILAXIA VEGETAL E/OU ANIMAL	6.062,50
3.3.90.92.3948	MULTAS	138.942,38
3.3.90.92.3949	ENCARGOS DECORRENTES DE HOMOLOGACAO DE ACORDOS	2.012,56
3.3.90.92.3952	DESPESAS BANCARIAS	5.113.409,14
3.3.90.92.3954	VISTORIA, INSPECAO, CLASSIFICACAO E AFERICAO	4.108,40
3.3.90.92.3955	MAO-DE-OBRA SUPLETIVA	59.689,58
3.3.90.92.3958	TAXA PELA OCUPACAO DE IMOVEIS	776,25
3.3.90.92.3962	DOACAO DE ORGAOS	183.598,47
3.3.90.92.3964	CARTEIRAS FUNCIONAIS, CRACHAS CARIMBOS E CERTIFICADOS DIGITAIS	1.343,03
3.3.90.92.3965	MANUTENCAO E CONSERVACAO DAS ESCOLAS PUBLICAS ESTADUAIS	9.160,00
3.3.90.92.3967	ANALISE CLINICA LABORATORIAL	117.292,64
3.3.90.92.3968	QUIMICA	3.460,00
3.3.90.92.3971	ENCARGOS COM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - MS/SUS	70.931,97
3.3.90.92.3978	TRANSPORTE DE NAO SERVIDORES	27.611,37
3.3.90.92.3979	TELEFONIA FIXA	168.786,77
3.3.90.92.3980	TELEFONIA MOVEL	244.231,27
3.3.90.92.3981	APRESENTACOES ARTISTICAS, CULTURAIS E/OU DESPORTIVAS	13.550,00
3.3.90.92.3982	ARMAZENAGENS, FRETES E/OU CARRETOS	184.484,39
3.3.90.92.3984	LIMPEZA E HIGIENE	276.316,91
3.3.90.92.3987	ENCARGOS COM ASSISTENCIA MEDICA	16.742.143,15
3.3.90.92.3988	GESTAO PLENA DO SUS - PJ	100.693.937,83
3.3.90.92.3989	VIGILANCIA E/OU ZELADORIA	10.102,11
3.3.90.92.3990	CONSERVACAO DE ESTRADAS DE RODAGEM	6.320.509,68
3.3.90.92.3991	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	1.512.834,20
3.3.90.92.3994	DESPESAS DE HOSPEDAGEM - DECRETO 24.846/76	3.581,78
3.3.90.92.4001	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	1.002.762,43
3.3.90.92.4006	LOCACAO / SUBSCRICAO DE SOFTWARE	431.484,97
3.3.90.92.4007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARE	2.767.997,58
3.3.90.92.4009	SERVICO EM NUVEM	374.818,67
3.3.90.92.4010	SUPORTE A USUARIOS DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	2.038.814,54
3.3.90.92.4011	SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	311.586,71

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00009
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.92.4013	COMUNICACAO DE DADOS	749.861,78
3.3.90.92.4014	TELEFONIA FIXA E MOVEL - PACOTE DE COMUNICACAO DE DADOS	230.965,94
3.3.90.92.4016	TERCEIRIZACAO DE SOLUCOES DE IMPRESSAO / DIGITALIZACAO	218.272,83
3.3.90.92.4099	OUTROS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	766.369,59
3.3.90.92.4106	ENCARGOS COM ASSOCIACOES	3.816,00
3.3.90.92.4107	ATENDIMENTO DE CRECHE (DAER)	10.237,32
3.3.90.92.4112	COMPENSACAO POR ATOS GRATUITOS - LEI 12.692 - FUNDO NOTARIAL	3.461,24
3.3.90.92.4503	OUTRAS EQUALIZACOES DE JUROS	255.329,57
3.3.90.92.4601	AUXILIO-REFEICAO - RPPS	3.622.352,91
3.3.90.92.4602	PMIL - AUXILIO-REFEICAO	551.826,35
3.3.90.92.4604	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTACAO	5.478.129,46
3.3.90.92.4605	PMIL - ETAPAS DE ALIMENTACAO - GENEROS ALIMENTICIOS	192,00
3.3.90.92.4606	AUXILIO-REFEICAO - RGPS	259.380,18
3.3.90.92.4609	ATUALIZACAO E JUROS-AUXILIO-ALIMENTACAO	2.185.388,45
3.3.90.92.4701	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - SERVICOS DE TERCEIROS	3.346.908,95
3.3.90.92.4702	PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO-PASEP	38.206.518,86
3.3.90.92.4703	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E CONTRIBUICAO DE MELHORIA	14.639,46
3.3.90.92.4705	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	21,35
3.3.90.92.4706	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.194,70
3.3.90.92.4707	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	357.386,09
3.3.90.92.4714	JUROS DE MORA E ATUALIZACAO MONETARIA SOBRE RETENCOES	2.663.578,33
3.3.90.92.4715	MULTAS SOBRE OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	9.963,33
3.3.90.92.4717	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES	4.849,14
3.3.90.92.4901	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RPPS	310.108,81
3.3.90.92.4902	PMIL - AUXILIO TRANSPORTE - RPPS	32.008,05
3.3.90.92.4903	AUXILIO TRANSPORTE - PCIVIL RGPS	195.477,56
3.3.90.92.9101	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS	6.926,28
3.3.90.92.9102	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - MEDICAMENTOS	145.021.732,88
3.3.90.92.9104	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - TRATAMENTOS NAO MEDICAMENTOS	31.176.028,53
3.3.90.92.9105	PAGAMENTO DET SENT JUD.- BENS MAT E MANUTENCAO DE BENS	5.407,98
3.3.90.92.9118	AQUISICOES DETERMINADAS POR SENTENCAS JUDICIAIS-MEDICAMENTOS-COMPONENTE ESPE	715.771,52
3.3.90.92.9119	AQUISICAO DETERMINADA POR SENTENCA JUDICIAL-MEDICAMENTOS-COMP ESPECIALIZADO	5.190,00
3.3.90.92.9120	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES JUDICIAIS NÃO INCLUSAS EM RPV OU PRECATÓRIO	19.089,45
3.3.90.92.9301	AJUDA DE CUSTO	2.480.521,38
3.3.90.92.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	1.768,14
3.3.90.92.9305	INDENIZACOES	14.020.876,32
3.3.90.92.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	1.663.921,33
3.3.90.92.9307	PMIL - AJUDA DE CUSTO	334.027,74
3.3.90.92.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	831.608,97
3.3.90.92.9309	RESSARCIMENTO DE DESPESA MEDICO-HOSPITALAR A SEGURADOS DO IPERGS	3.154.969,66
3.3.90.92.9310	RESSARCIMENTO DE DESPESAS - ENTIDADES DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIO	44.493,72
3.3.90.92.9311	AUXILIO-CONDUCAO-RPPS	36.564,92
3.3.90.92.9312	RESSARCIMENTO DE DESPESAS MEDICO-HOSPITALARES ART. 137 DA LEI 10.098-94	258.714,25
3.3.90.92.9317	INDENIZACAO 13 VENCIMENTO	61.537.406,51
3.3.90.92.9322	REPRESENTACAO DE CONSELHEIROS	375,80
3.3.90.92.9328	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSP, HOSPED E ALIMENTACAO - DEC 46072/2008	3.409,10
3.3.90.92.9331	CORRECAO MONETARIA SOBRE CONSIGNACOES RETENCOES E OUTROS DEPOSITOS	403,56
3.3.90.92.9335	AUXILIO MORADIA	4.029,38
3.3.90.92.9339	REPETIÇÃO DE INDEBITO - ICMS	755.386,08
3.3.90.92.9340	REPETIÇÃO DE INDEBITO - ITCD	379.965,43
3.3.90.92.9341	REPETIÇÃO DE INDEBITO - IPVA	435.453,86
3.3.90.92.9342	REPETIÇÃO INDEBITO - OUTROS TRIBUTOS	114.244,07
3.3.90.92.9343	INDENIZACAO POR ATRASO DA REMUNERACAO	774.251,10
3.3.90.92.9348	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS JUDICIAIS TRIBUTARIOS	14.229.754,78
3.3.90.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	811.456.665,20
3.3.90.93.9301	AJUDA DE CUSTO	6.618.070,34
3.3.90.93.9304	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ALIMENTACAO	718.603,33
3.3.90.93.9305	INDENIZACOES	25.990.304,02
3.3.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	3.925.372,99
3.3.90.93.9307	PMIL - AJUDA DE CUSTO	758.227,61
3.3.90.93.9308	INDENIZACAO PELO USO DE VEICULO PARTICULAR	13.992.837,57
3.3.90.93.9309	RESSARCIMENTO DE DESPESA MEDICO-HOSPITALAR A SEGURADOS DO IPERGS	19.962.814,02
3.3.90.93.9310	RESSARCIMENTO DE DESPESAS - ENTIDADES DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIO	589.337,75
3.3.90.93.9311	AUXILIO-CONDUCAO-RPPS	27.989.353,34
3.3.90.93.9312	RESSARCIMENTO DE DESPESAS MEDICO-HOSPITALARES ART. 137 DA LEI 10.098-94	81.216,61
3.3.90.93.9313	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM ENSINO E TREINAMENTO	172.083,25
3.3.90.93.9317	INDENIZACAO 13 VENCIMENTO	128.758.763,58
3.3.90.93.9318	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS JUDICIAIS - LEI 12.069/2004	474.811.225,24
3.3.90.93.9322	REPRESENTACAO DE CONSELHEIROS	23.204,13
3.3.90.93.9328	RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSP, HOSPED E ALIMENTACAO - DEC 46072/2008	98.918,72
3.3.90.93.9331	CORRECAO MONETARIA SOBRE CONSIGNACOES RETENCOES E OUTROS DEPOSITOS	351.653,45
3.3.90.93.9335	AUXILIO MORADIA	362.318,30
3.3.90.93.9339	REPETIÇÃO DE INDEBITO - ICMS	1.773.145,73
3.3.90.93.9340	REPETIÇÃO DE INDEBITO - ITCD	1.907.830,29
3.3.90.93.9341	REPETIÇÃO DE INDEBITO - IPVA	1.208.522,58
3.3.90.93.9342	REPETIÇÃO INDEBITO - OUTROS TRIBUTOS	350.638,23
3.3.90.93.9343	INDENIZACAO POR ATRASO DA REMUNERACAO	29.267.911,22
3.3.90.93.9345	AUXILIO-CONDUCAO-RGFS	18.003,50
3.3.90.93.9348	RENDIMENTOS DE DEPOSITOS JUDICIAIS TRIBUTARIOS	71.726.309,40
3.3.91.00.0000	TRANSFERENCIA INTRAGOVERNAMENTAL	26.966.226,53
3.3.91.35.0000	SERVICOS DE CONSULTORIA	50.000,00
3.3.91.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	50.000,00
3.3.91.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	4.142.547,95
3.3.91.39.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	64.695,78
3.3.91.39.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	300.354,45
3.3.91.39.3939	MEDICINA	3.417.072,38
3.3.91.39.3997	LOCACAO DE ESPACO PARA EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICACAO	360.425,34
3.3.91.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.492.734,20
3.3.91.92.3904	COMISSOES E/OU TAXA DE ADMINISTRACAO	3,38
3.3.91.92.3920	LOCACAO DE IMOVEIS	180.212,67
3.3.91.92.3939	MEDICINA	3.944.097,13
3.3.91.92.9305	INDENIZACOES	21.291,74

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00010
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
3.3.91.92.9324	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE SAUDE - EX-COMBATENTES	347.129,28
3.3.91.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	18.280.944,38
3.3.91.93.9305	INDENIZACOES	862.018,27
3.3.91.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	2.017,40
3.3.91.93.9321	RESSARCIMENTO DE DESPESAS A ENTIDADE DO MESMO GRUPO ECONOMICO	238.866,98
3.3.91.93.9324	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE SAUDE - EX-COMBATENTES	2.684.846,29
3.3.91.93.9327	INDENIZACAO PELA OCUPACAO E MANUTENCAO DE ESPACOS FISICOS	10.145.635,47
3.3.91.93.9346	RESTITUICOES/COMP CFE PAR. 6º DO ART. 8º DO DECRETO 53.974-2018	4.347.559,97
4.0.00.00.0000	DESPESA CAPITAL	2.540.534.716,67
4.4.00.00.0000	INVESTIMENTOS	837.424.374,09
4.4.20.00.0000	TRANSFERENCIAS A UNIAO	18.212.320,00
4.4.20.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	18.212.320,00
4.4.20.93.9316	RESTITUICAO DE RECEITAS DA UNIAO	18.212.320,00
4.4.40.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	13.741.145,37
4.4.40.42.0000	AUXILIOS	11.292.861,32
4.4.40.42.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	11.292.861,32
4.4.40.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.448.284,05
4.4.40.92.4201	ASSISTENCIA FINANCEIRA A MUNICIPIOS	2.448.284,05
4.4.41.00.0000	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	12.509.691,88
4.4.41.42.0000	AUXILIOS	12.509.691,88
4.4.41.42.4208	TRANSFERENCIAS A FUNDOS MUNICIPAIS DE SAUDE	12.509.691,88
4.4.50.00.0000	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	7.655.907,51
4.4.50.42.0000	AUXILIOS	6.728.219,63
4.4.50.42.4202	AUXILIOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	6.728.219,63
4.4.50.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	927.687,88
4.4.50.92.4202	AUXILIOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	927.687,88
4.4.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	785.305.309,33
4.4.90.35.0000	SERVICOS DE CONSULTORIA	250.851,33
4.4.90.35.3502	ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA	250.851,33
4.4.90.39.0000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	316.600,00
4.4.90.39.3930	CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	218.100,00
4.4.90.39.3935	ENSINO E TREINAMENTO	98.500,00
4.4.90.40.0000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	22.278.493,35
4.4.90.40.4002	CUSTOS SUBSEQUENTES DESENVOLVIMENTO CUSTOMIZACAO OU EVOLUCAO DE SOFTWARE	16.932.572,51
4.4.90.40.4003	CUSTOS INICIAIS DE DESENVOLV SOFTWARE CUSTOMIZACAO OU EVOLUCAO	155.209,04
4.4.90.40.4004	MELHORIA E SUPORTE DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	323.486,96
4.4.90.40.4005	AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	4.867.224,84
4.4.90.51.0000	OBRAS E INSTALACOES	513.467.784,93
4.4.90.51.5102	ELABORACAO DE PROJETOS	7.291.908,39
4.4.90.51.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	78.825.934,99
4.4.90.51.5104	INICIO DE OBRAS PUBLICAS	30.126.846,17
4.4.90.51.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	374.761.665,34
4.4.90.51.5106	INSTALACOES, EQUIPAMENTOS E/OU MATERIAIS INCORPORAVEIS A IMOVEIS	13.306.836,89
4.4.90.51.5107	OBRAS - GESTAO DEMOCRATICA DO ENSINO	123.265,97
4.4.90.51.5109	AQUISICAO DE ASFALTO PARA A CONSTRUCAO DE RODOVIAS	3.738.093,85
4.4.90.51.5110	OBRAS E BENFEITORIAS EM PROPRIEDADES DE TERCEIROS	4.791.770,49
4.4.90.51.5111	TAXAS VINCULADAS A OBRAS	501.462,84
4.4.90.52.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	206.866.826,44
4.4.90.52.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	35.668.910,61
4.4.90.52.5203	ARMAMENTO	3.047.658,93
4.4.90.52.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	1.876.366,50
4.4.90.52.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	891.968,38
4.4.90.52.5208	OFICINA, AJARDINAMENTO E CAMPO	11.732,98
4.4.90.52.5210	INSTRUMENTOS MUSICAIS	187.613,19
4.4.90.52.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	5.949.414,09
4.4.90.52.5213	MATERIAL BIBLIOGR. PECAS P/COLECOES D E BIBLIOT. DISCOT.FILMOT.E MUSEUS	514.663,96
4.4.90.52.5214	MOBILIARIO EM GERAL	23.582.233,66
4.4.90.52.5215	OBRAS DE ARTE, MATERIAIS E OBJETOS PARA DECORACAO	36.342,92
4.4.90.52.5216	TRATORES, EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E AGRICOLAS	298.152,00
4.4.90.52.5217	VEICULOS DE TRACAO PESSOAL OU ANIMAL	209.795,26
4.4.90.52.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	11.927.068,03
4.4.90.52.5220	TELECOMUNICACOES	1.477.593,47
4.4.90.52.5221	MOVEIS E/OU MATERIAIS PARA ALOJAMENTO	330.577,30
4.4.90.52.5222	SOM E/OU IMAGEM	21.273.565,21
4.4.90.52.5224	GESTAO DEMOCRATICA DO ENSINO	32.912.425,35
4.4.90.52.5226	AERONAVES E/OU EQUIPAMENTOS PARA AERONAVES	7.350,00
4.4.90.52.5229	EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E/OU RECREACAO	1.449,11
4.4.90.52.5230	ACONDICIONAMENTO E/OU EMBALAGEM	128.739,58
4.4.90.52.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	1.986.606,91
4.4.90.52.5233	MATERIAL DIDATICO	243.048,51
4.4.90.52.5235	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E COMUNICACAO	28.915.690,05
4.4.90.52.5242	DESKTOPS	24.738.486,00
4.4.90.52.5243	NOTEBOOKS E OUTROS COMPUTADORES PORTATEIS	1.335.280,00
4.4.90.52.5244	ATIVOS DE REDE	4.513.482,30
4.4.90.52.5245	SERVIDORES/STORAGES	4.664.157,60
4.4.90.52.5246	IMPRESSORAS	86.179,50
4.4.90.52.5299	CUSTOS SUBSEQUENTES - INCORPORACAO DE VALOR EM BEM PATRIMONIADO	50.275,04
4.4.90.91.0000	SENTENCAS JUDICIAIS	4.636.710,32
4.4.90.91.9103	PAGAMENTO DETERMINADO POR SENTENCAS JUDICIAIS - ISENTAS DE TRIBUTACAO	4.544.103,01
4.4.90.91.9105	PAGAMENTO DET SENT JUD.- BENS MAT E MANUTENCAO DE BENS	92.607,31
4.4.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	30.793.617,61
4.4.90.92.5103	CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE PREDIOS OU OUTRAS OBRAS PUBLICAS	289.853,92
4.4.90.92.5105	PROSSEGUIMENTO E/OU CONCLUSAO DE OBRAS PUBLICAS	26.995.000,98
4.4.90.92.5109	AQUISICAO DE ASFALTO PARA A CONSTRUCAO DE RODOVIAS	3.027.344,86
4.4.90.92.5201	VEICULOS E/OU EQUIPAMENTOS PARA VEICULOS RODOVIARIOS DE TRACAO MECANICA	122.442,00
4.4.90.92.5203	ARMAMENTO	9.058,14
4.4.90.92.5205	EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E CIRURGICOS	17.448,00
4.4.90.92.5207	LABORATORIOS E/OU GABINETES MEDICOS OU ODONTOLOGICOS	17.428,00
4.4.90.92.5212	MAQUINAS, MOTORES E/OU APARELHOS	147.473,97
4.4.90.92.5214	MOBILIARIO EM GERAL	11.253,74
4.4.90.92.5219	SEGURANCA E/OU PROTECAO	25.000,00
4.4.90.92.5220	TELECOMUNICACOES	8.550,00

EXERCÍCIO DE 2019	SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)	RFPE071/00011
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA, GRUPO NATUREZA DESPESA, MODALIDADE APLICAÇÃO E ELEMENTO DESPESA COM DESDOBRAMENTO DAS NATUREZAS DE DESPESA		
		R\$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA
4.4.90.92.5222	SOM E/OU IMAGEM	2.230,00
4.4.90.92.5231	EQUIPAMENTOS PARA ALOJAMENTO, LAVANDERIA, COPA E/OU COZINHA	120.534,00
4.4.90.93.0000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.694.425,35
4.4.90.93.9305	INDENIZACOES	281.316,11
4.4.90.93.9306	RESTITUICAO DE RECEITAS	1.724.871,48
4.4.90.93.9315	INDENIZACAO PELA DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS PARA USO DO ESTADO.	4.688.237,76
4.5.00.00.0000	INVERSOES FINANCEIRAS	90.912.562,42
4.5.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	90.912.562,42
4.5.90.61.0000	AQUISICAO DE IMOVEIS	849.800,00
4.5.90.61.6101	AQUISICAO DE IMOVEIS	849.800,00
4.5.90.65.0000	CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	51.345.428,50
4.5.90.65.6503	PARTICIPACAO EM CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL - EMPRESAS CONTROLADAS	51.345.428,50
4.5.90.66.0000	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.291.621,01
4.5.90.66.6605	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS PELO FEAPER	7.564.467,40
4.5.90.66.6606	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS EM GERAL	1.727.153,61
4.5.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	29.425.712,91
4.5.90.92.6503	PARTICIPACAO EM CONSTITUICAO OU AUMENTO DE CAPITAL - EMPRESAS CONTROLADAS	29.425.712,91
4.6.00.00.0000	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.612.197.780,16
4.6.90.00.0000	APLICACOES DIRETAS	1.612.197.780,16
4.6.90.71.0000	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	1.607.092.981,71
4.6.90.71.7110	FUNDADA INTERNA - AMORTIZACAO CONTRATOS	1.221.588.180,10
4.6.90.71.7111	DEBITOS PARCELADOS - PASEP	46.040.460,74
4.6.90.71.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	29.033.194,22
4.6.90.71.7120	FUNDADA EXTERNA - REFINANCIAMENTO DE CONTRATOS	310.431.146,65
4.6.90.92.0000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.104.798,45
4.6.90.92.7112	DEBITOS PARCELADOS - PREVIDENCIA SOCIAL	5.104.798,45
TOTAL GERAL =====>		73.861.635.102,88

* RESUMO *

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS => 46.744.575.850,30

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA => 2.726.275.576,24

OUTRAS DESPESAS CORRENTES => 21.850.248.959,67

TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES => 71.321.100.386,21

INVESTIMENTOS => 837.424.374,09

INVERSÕES FINANCEIRAS => 90.912.562,42

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA => 1.612.197.780,16

TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL => 2.540.534.716,67

TOTAL GERAL => 73.861.635.102,88

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2019

EXERCÍCIO DE 2019		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)						RFPE072/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR ÓRGÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO								
R\$								
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA							
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	30.247.867.736,81	2.726.275.576,24	18.134.348.044,42	411.393.827,03	90.912.562,42	1.581.116.699,60		53.191.914.446,52
TESOURO-LIVRES	17.915.649.683,01	2.726.275.576,24	1.930.653.347,81	106.367.562,45	37.068.587,90	1.084.026.130,54		23.800.040.887,95
PROPRIOS DA AUTARQUIA	1.547.880.482,93							1.547.880.482,93
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	1.021.268.830,76		1.005.305.436,80	88.849.353,75	849.800,00	497.090.569,06		2.613.363.990,37
CONVENIOS			42.154.961,67	96.366.655,01	52.994.174,52			191.515.791,20
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				6.978.950,86				6.978.950,86
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			14.126.526,70	44.872.861,85				58.999.388,55
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	9.763.068.740,11		13.628.075.389,10	22.841.167,61				23.413.985.296,82
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			1.514.032.382,34	45.117.275,50				1.559.149.657,84
AUTARQUIAS	15.846.130.576,81		1.227.701.722,75	419.552.980,34		8.645.692,28		17.502.030.972,18
TESOURO-LIVRES	273.980.154,20		41.405.370,47	92.149.421,95				407.534.946,62
PROPRIOS DA AUTARQUIA	15.140.164.644,44		1.176.908.310,66	105.268.614,03		8.645.692,28		16.430.987.261,41
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			2.226.091,33					2.226.091,33
CONVENIOS			1.070.322,22	2.144.525,29				3.214.847,51
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				63.963.708,22				63.963.708,22
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			1.335.860,72	117.951.750,18				119.287.610,90
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	431.985.778,17		4.755.767,35	37.284.698,82				474.026.244,34
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS				790.261,85				790.261,85
FUNDAÇÕES	650.577.536,68		2.488.199.192,50	6.477.566,72		22.435.388,28		3.167.689.684,18
TESOURO-LIVRES	414.595.627,36		114.098.365,26	1.300.286,80				529.994.279,42
PROPRIOS DA AUTARQUIA	15.508.838,31		2.275.276.166,68	438.301,50		22.302.406,68		2.313.525.713,17
PROPRIOS DA FUNDACAO	53.452.974,77		18.142.464,18	1.942.231,28		132.981,60		73.670.651,83
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			26.965.352,48	584.385,78				27.549.738,26
CONVENIOS			4.633.707,82	2.032.325,60				6.666.033,42
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	167.020.096,24		49.083.136,08	180.035,76				216.283.268,08
TOTAL	46.744.575.850,30	2.726.275.576,24	21.850.248.959,67	837.424.374,09	90.912.562,42	1.612.197.780,16		73.861.635.102,88

EXERCÍCIO DE 2019		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)							RFPE073/00001
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO									
R\$									
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL	
01 LEGISLATIVA	482.660.245,11		91.204.660,52	9.885.842,36				583.750.747,99	
TESOURO-LIVRES	482.660.245,11		91.204.660,52	9.885.842,36				583.750.747,99	
02 JUDICIARIA	1.729.237.448,50		563.937.551,42	93.746.256,29				2.386.921.256,21	
TESOURO-LIVRES	1.729.237.448,50		258.181.443,98	36.200.943,13				2.023.619.835,61	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			305.756.107,44	57.545.313,16				363.301.420,60	
03 ESSENCIAL A JUSTICA	1.226.255.252,70		205.376.389,13	47.487.145,97				1.479.118.787,80	
TESOURO-LIVRES	1.194.515.158,18		184.314.165,94	38.827.370,93				1.417.656.695,05	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	3.021.157,50		20.932.010,42	1.672.679,36				25.625.847,28	
CONVENIOS			130.212,77	8.144,82				138.357,59	
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				6.978.950,86				6.978.950,86	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	28.718.937,02							28.718.937,02	
04 ADMINISTRACAO	745.328.166,94		843.122.465,45	21.082.099,57				1.609.532.731,96	
TESOURO-LIVRES	556.644.980,87		75.135.489,06	102.013,89				631.882.483,82	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	111.412.885,48		645.338.739,84	1.548.152,23				758.299.777,55	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			118.322.968,88	7.844.377,63				126.167.346,51	
CONVENIOS			3.200.269,01	9.897.298,75				13.097.567,76	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			1.124.998,66	1.690.257,07				2.815.255,73	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	77.270.300,59							77.270.300,59	
06 SEGURANCA PUBLICA	4.188.281.553,39		659.061.280,99	96.870.068,69	849.800,00			4.945.062.703,07	
TESOURO-LIVRES	4.188.281.553,39		293.644.160,63	20.396.612,05				4.502.322.326,07	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			357.191.477,47	17.322.384,71	849.800,00			375.363.662,18	
CONVENIOS			8.225.642,89	59.151.071,93				67.376.714,82	
08 ASSISTENCIA SOCIAL	277.282.580,08		98.872.080,39	1.910.749,99				378.065.410,46	
TESOURO-LIVRES	277.282.580,08		79.650.692,50	1.284.262,80				358.217.535,38	
PROPRIOS DA FUNDACAO			4.085,90	182.270,00				186.355,90	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			17.043.980,45	199.516,63				17.243.497,08	
CONVENIOS			251.707,36	226.601,40				478.308,76	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			1.921.614,18	18.099,16				1.939.713,34	
09 PREVIDENCIA SOCIAL	16.458.651.788,98		189.373.333,87	435.209,18	27.776.966,89			16.676.237.298,92	
TESOURO-LIVRES					27.776.966,89			27.776.966,89	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	16.458.651.788,98		189.373.333,87	238.966,76				16.648.264.089,61	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS				196.242,42				196.242,42	

EXERCÍCIO DE 2019		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)							RFPE073/00002
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO									
R\$									
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL	
10 SAUDE	1.407.620.702,55		5.881.751.230,41	20.078.958,84				7.309.450.891,80	
TESOURO-LIVRES	99.704.849,59							99.704.849,59	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	16.122.065,39		2.196.745.314,86	438.301,50				2.213.305.681,75	
PROPRIOS DA FUNDACAO	192.686,09							192.686,09	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			9.644.873,75					9.644.873,75	
CONVENIOS			500.000,33	429.200,00				929.200,33	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	1.291.601.101,48		2.731.282.486,25	19.097.333,34				4.041.980.921,07	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			943.578.555,22	114.124,00				943.692.679,22	
11 TRABALHO	38.045.342,19		15.992.335,34	37.338,32				54.075.015,85	
TESOURO-LIVRES	38.045.342,19		15.905.669,71	23.756,00				53.974.767,90	
PROPRIOS DA FUNDACAO			86.665,63	13.582,32				100.247,95	
12 EDUCACAO	7.429.888.580,42		829.056.073,26	50.480.018,07				8.309.424.671,75	
PROPRIOS DA FUNDACAO			4.696.949,51	173.854,80				4.870.804,31	
CONVENIOS			13.699.468,33	3.109.123,65				16.808.591,98	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			3.351.906,99	3.580.905,37				6.932.812,36	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	7.429.888.580,42		249.721.983,22	3.261.254,09				7.682.871.817,73	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			557.585.765,21	40.354.880,16				597.940.645,37	
13 CULTURA	33.615.611,10		22.473.484,86	3.408.206,23				59.497.302,19	
TESOURO-LIVRES	33.615.611,10		15.294.093,19	804.534,07				49.714.238,36	
PROPRIOS DA AUTARQUIA			272.311,00	9.839,97				282.150,97	
PROPRIOS DA FUNDACAO			678.369,20					678.369,20	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			2.516.204,36	12.584,00				2.528.788,36	
CONVENIOS			3.712.507,11	2.581.248,19				6.293.755,30	
14 DIREITOS DA CIDADANIA	12.963.586,18		19.925.548,72	39.861.136,24				72.750.271,14	
TESOURO-LIVRES	12.963.586,18		9.851.395,22	4.797,50				22.819.778,90	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			2.712.518,30	254.639,33				2.967.157,63	
CONVENIOS			1.930.230,42					1.930.230,42	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			5.431.404,78	39.601.699,41				45.033.104,19	
15 URBANISMO	9.047.693,98		6.056.486,44	1.545.828,76				16.650.009,18	
TESOURO-LIVRES	9.047.693,98		1.455,58					9.049.149,56	
PROPRIOS DA FUNDACAO			4.552.817,76	1.545.828,76				6.098.646,52	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			861,00					861,00	
CONVENIOS			1.501.352,10					1.501.352,10	

EXERCÍCIO DE 2019		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)							RFPE073/00003
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO									
R\$									
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL	
16 HABITACAO	27.474.853,49		11.475.130,08	14.287,60				38.964.271,17	
TESOURO-LIVRES	27.474.853,49		6.475.130,08	14.287,60				33.964.271,17	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			5.000.000,00					5.000.000,00	
17 SANEAMENTO				4.810.973,16	52.994.174,52			57.805.147,68	
CONVENIOS				310.973,16	52.994.174,52			53.305.147,68	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS				4.500.000,00				4.500.000,00	
18 GESTAO AMBIENTAL	82.968.080,32		51.249.748,93	4.563.732,96				138.781.562,21	
TESOURO-LIVRES	41.886.569,22		8.117.109,22					50.003.678,44	
PROPRIOS DA FUNDACAO	38.317.511,25		5.940.600,07	22.901,40				44.281.012,72	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			27.475.456,02	4.529.233,56				32.004.689,58	
CONVENIOS			164.261,15	11.598,00				175.859,15	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			4.218.031,77					4.218.031,77	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	2.763.999,85							2.763.999,85	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			5.334.290,70					5.334.290,70	
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	104.021.946,04		52.578.925,61	1.987.570,32				158.588.441,97	
TESOURO-LIVRES	38.212.089,55		5.187.577,31	13.886,30				43.413.553,16	
PROPRIOS DA FUNDACAO			1.307.297,05	3.794,00				1.311.091,05	
CONVENIOS			3.124.856,41	1.805.946,20				4.930.802,61	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	65.809.856,49		42.959.194,84	163.943,82				108.932.995,15	
20 AGRICULTURA	144.959.763,85		249.514.460,92	22.907.415,68	9.291.621,01			426.673.261,46	
TESOURO-LIVRES	122.427.832,56		65.144.776,11	9.294,94	9.291.621,01			196.873.524,62	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	22.531.931,29		23.941.184,98	455.753,56				46.928.869,83	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			156.123.747,26	37.876,60				156.161.623,86	
CONVENIOS			2.737.672,34	22.404.490,58				25.142.162,92	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			1.567.080,23					1.567.080,23	
22 INDUSTRIA			818.473,03	240,55				818.713,58	
TESOURO-LIVRES			781.742,03					781.742,03	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI			36.546,50	240,55				36.787,05	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			184,50					184,50	
23 COMERCIO E SERVICOS	4.491.956,97		13.975.084,21	27.183,34				18.494.224,52	
TESOURO-LIVRES			558.631,85					558.631,85	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	4.491.956,97		10.318.895,63	27.183,34				14.838.035,94	

RESUMO

EXERCÍCIO DE 2019		SETOR GOVERNAMENTAL (CONSOLIDADO)							RFPE073/00005
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR FUNÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE DESPESA COM DESDOBRAMENTO POR FONTE DE RECURSO									R\$
ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA								
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTIGÊNCIA	TOTAL	
TESOURO-LIVRES	18.604.225.464,57	2.726.275.576,24	2.086.157.083,54	199.817.271,20	37.068.587,90	1.084.026.130,54		24.737.570.113,99	
PROPRIOS DA AUTARQUIA	16.703.553.965,68		3.452.184.477,34	105.706.915,53		30.948.098,96		20.292.393.457,51	
PROPRIOS DA FUNDACAO	53.452.974,77		18.142.464,18	1.942.231,28		132.981,60		73.670.651,83	
TESOURO-VINCULADOS POR LEI	1.021.268.830,76		1.034.496.880,61	89.433.739,53	849.800,00	497.090.569,06		2.643.139.819,96	
CONVENIOS			47.858.991,71	100.543.505,90	52.994.174,52			201.396.672,13	
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS				70.942.659,08				70.942.659,08	
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			15.462.387,42	162.824.612,03				178.286.999,45	
TESOURO-VINCULADOS PELA CONSTITUICAO	10.362.074.614,52		13.681.914.292,53	60.305.902,19				24.104.294.809,24	
TRANSFERENCIAS OBRIGATORIAS			1.514.032.382,34	45.907.537,35				1.559.939.919,69	
TOTAL	46.744.575.850,30	2.726.275.576,24	21.850.248.959,67	837.424.374,09	90.912.562,42	1.612.197.780,16		73.861.635.102,88	

PORTO ALEGRE, 31 DE DEZEMBRO DE 2019

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL				
BALANÇO GERAL DO ESTADO - CONSOLIDADO				
EXERCÍCIO DE 2019				
BALANÇO ORÇAMENTARIO CONSOLIDADO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	72.837.495.228,00	72.837.495.228,00	69.589.460.946,36	(3.248.034.281,64)
Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	35.336.045.588,60	35.336.045.588,60	39.673.218.809,22	4.337.173.220,62
Receita de Contribuições	7.777.050.331,00	7.777.050.331,00	7.616.695.599,87	(160.354.731,13)
Receita Patrimonial	955.333.909,00	955.333.909,00	924.964.508,66	(30.369.400,34)
Receita Agropecuária	35.907.961,00	35.907.961,00	1.148.614,62	(34.759.346,38)
Receita Industrial	12.582,00	12.582,00	2.104,00	(10.478,00)
Receita de Serviços	533.648.282,00	533.648.282,00	521.717.192,79	(11.931.089,21)
Transferências Correntes	8.576.298.265,10	8.576.298.265,10	8.348.480.373,25	(227.817.891,85)
Outras Receitas Correntes	19.623.198.309,30	19.623.198.309,30	12.503.233.743,95	(7.119.964.565,35)
Receitas de Capital (II)	525.443.703,00	525.443.703,00	839.694.661,69	314.250.958,69
Operações de Crédito	268.484.759,00	268.484.759,00	191.868.025,31	(76.616.733,69)
Alienação de Bens	12.303.346,00	12.303.346,00	570.050.040,75	557.746.694,75
Amortização de Empréstimos	29.371.514,00	29.371.514,00	27.465.240,06	(1.906.273,94)
Transferências de Capital	215.284.084,00	215.284.084,00	43.033.386,68	(172.250.697,32)
Outras Receitas de Capital	-	-	7.277.968,89	7.277.968,89
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	73.362.938.931,00	73.362.938.931,00	70.429.155.608,05	(2.933.783.322,95)
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	73.362.938.931,00	73.362.938.931,00	70.429.155.608,05	(2.933.783.322,95)
Deficit (VII)	-	-	3.432.479.494,83	3.432.479.494,83
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	73.362.938.931,00	73.362.938.931,00	73.861.635.102,88	498.696.171,88
Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para Créditos Adiconais)	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - g)
Despesa Corrente (IX)	69.655.662.969,99	73.598.912.255,89	71.321.100.386,21	70.533.974.003,94	63.929.981.744,88	2.277.811.869,68
Pessoal e Encargos Sociais	46.087.883.542,00	47.833.863.696,36	46.744.575.850,30	46.406.183.462,87	43.230.933.239,79	1.089.287.846,06
Juros e Encargos da Dívida	2.596.755.440,00	2.728.850.991,94	2.726.275.576,24	2.726.275.576,24	360.278.251,03	2.575.415,70
Outras Despesas Correntes	20.971.023.987,99	23.036.197.567,59	21.850.248.959,67	21.401.514.964,83	20.338.770.254,06	1.185.948.607,92
Despesa de Capital (X)	2.679.645.524,01	3.188.133.174,31	2.540.534.716,67	2.275.065.539,10	1.050.704.155,09	647.598.457,64
Investimentos	1.011.977.271,07	1.385.162.663,52	837.424.374,09	572.804.996,52	440.482.305,96	547.738.289,43
Inversões Financeiras	124.518.755,94	142.462.683,57	90.912.562,42	90.062.762,42	83.139.822,35	51.550.121,15
Amortização da Dívida	1.543.149.497,00	1.660.507.827,22	1.612.197.780,16	1.612.197.780,16	527.082.026,78	48.310.047,06
Reserva de Contingência (XI)	452.055.761,00	785.761,00	-	-	-	785.761,00
Reserva do RPPS (XII)	575.574.676,00	564.198.176,00	-	-	-	564.198.176,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	73.362.938.931,00	77.352.029.367,20	73.861.635.102,88	72.809.039.543,04	64.980.685.899,97	3.490.394.264,32
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XIV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	73.362.938.931,00	77.352.029.367,20	73.861.635.102,88	72.809.039.543,04	64.980.685.899,97	3.490.394.264,32
Superávit (XVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	73.362.938.931,00	77.352.029.367,20	73.861.635.102,88	72.809.039.543,04	64.980.685.899,97	3.490.394.264,32

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - CONSOLIDADO						
	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios	Em 31 de Dezembro				
	Anteriores	do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesa Corrente	115.510.527,74	523.920.402,14	358.249.825,76	351.170.685,35	143.342.636,83	144.917.607,70
Pessoal e Encargos Sociais	42.843.128,77	98.152.293,80	27.063.307,73	25.802.238,40	11.154.349,03	104.038.835,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	72.667.398,97	425.768.108,34	331.186.518,03	325.368.446,95	132.188.287,80	40.878.772,56
Despesa de Capital	48.001.365,99	540.272.543,87	379.433.807,87	373.299.757,00	86.484.775,17	128.489.377,69
Investimentos	48.001.365,99	540.239.296,37	379.400.560,37	373.266.509,50	86.484.775,17	128.489.377,69
Inversões Financeiras	-	33.247,50	33.247,50	33.247,50	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	163.511.893,73	1.064.192.946,01	737.683.633,63	724.470.442,35	229.827.412,00	273.406.985,39

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS - CONSOLIDADO					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios	Em 31 de Dezembro			
	Anteriores	do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesa Corrente	1.007.516.183,26	6.176.229.864,99	3.752.169.434,17	108.917.530,38	3.322.659.083,70
Pessoal e Encargos Sociais	179.045.651,70	2.816.274.239,51	2.755.396.055,32	98.525.487,23	141.398.348,66
Juros e Encargos da Dívida	764.913.028,86	2.245.199.987,28	-	-	3.010.113.016,14
Outras Despesas Correntes	63.557.502,70	1.114.755.638,20	996.773.378,85	10.392.043,15	171.147.718,90
Despesa de Capital	247.939.974,72	1.084.454.837,47	130.235.016,59	1.112.912,55	1.201.046.883,05
Investimentos	6.990.897,85	122.231.377,85	121.289.079,26	1.107.727,46	6.825.468,98
Inversões Financeiras	2.723.337,95	8.939.288,85	8.939.288,85	-	2.723.337,95
Amortização da Dívida	238.225.738,92	953.284.170,77	6.648,48	5.185,09	1.191.498.076,12
TOTAL	1.255.456.157,98	7.260.684.702,46	3.882.404.450,76	110.030.442,93	4.523.705.966,75

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	Notas	2019	2018
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.8, 11	3.027.166.504,80	2.870.699.420,68
Créditos a Curto Prazo	2.8, 12	14.701.253.709,21	16.470.853.669,08
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	13	2.732.217.311,82	1.878.272.686,31
Estoques	14	265.859.758,03	176.722.245,78
Imobilizado Mantido para Venda	15	32.635.089,57	17.042.450,93
Total do Ativo Circulante	2.8	20.759.132.373,43	21.413.590.472,78
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		19.627.191.164,32	11.552.398.626,75
Créditos a Longo Prazo	16	19.607.303.007,57	11.539.109.598,43
VPD pagas antecipadamente	17	19.888.156,75	13.289.028,32
Investimentos	18	12.124.213.232,00	12.334.783.552,17
Imobilizado	19	10.262.292.417,30	9.471.671.964,54
Intangível	20	46.875.689,20	15.590.856,81
Total do Ativo Não Circulante		42.060.572.502,82	33.374.445.000,27
TOTAL DO ATIVO	2.8	62.819.704.876,25	54.788.035.473,05
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	21, 22	3.663.599.824,11	3.766.342.523,81
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	24	10.077.110.815,82	7.820.606.770,46
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	23	2.123.635.512,74	2.907.804.963,56
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	25	64.460.646,43	51.441.340,67
Obrigações de Repartição a Outros Entes		320.281,11	178.594.674,78
Provisões a Curto Prazo	26	6.788.325.483,32	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.8, 27	15.528.654.725,35	15.217.803.819,26
Total do Passivo Circulante	2.8	38.246.107.288,88	29.942.594.092,54
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	21	10.059.520.440,56	9.390.643.123,18
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	24	66.935.533.554,35	65.221.829.912,51
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	22, 23	1.929.088.715,78	1.608.651.749,71
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	25	163.418.001,85	206.811.753,67
Provisões a Longo Prazo	22, 28	13.310.258.693,72	10.137.633.401,27
Resultado Diferido	29	443.460.324,51	409.786.203,02
Total do Passivo Não Circulante		92.841.279.730,77	86.975.356.143,36
Patrimônio Líquido			
Resultados Acumulados	30, 31	(68.267.682.143,40)	(62.129.914.762,85)
Total do Patrimônio Líquido	2.3	(68.267.682.143,40)	(62.129.914.762,85)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.8	62.819.704.876,25	54.788.035.473,05

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES CONSOLIDADO

	Notas	2019	2018
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		9.840.967.836,70	8.779.427.043,87
Ativo Permanente		52.978.737.039,55	46.008.608.429,18
Total do Ativo		62.819.704.876,25	54.788.035.473,05
Passivo (II)			
Passivo Financeiro		28.148.218.723,99	24.523.745.428,24
Passivo Permanente		104.251.957.649,61	93.621.909.647,40
Total do Passivo		132.400.176.373,60	118.145.655.075,64
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	2.3	(69.580.471.497,35)	(63.357.619.602,59)

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO CONSOLIDADO

	Notas	2019	2018
Atos Potenciais Ativos	32		
Garantias e Contrapartidas Recebidas		1.045.001.690,64	1.028.682.432,99
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres		98.241.081,20	84.897.822,84
Direitos Contratuais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		3.404.856.861,64	4.233.000.688,24
Total dos Atos Potenciais Ativos		4.548.099.633,48	5.346.580.944,07
Atos Potenciais Passivos	32		
Garantias e Contrapartidas Concedidas		126.750.217,94	126.750.217,94
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres		-	12.965.776,99
Obrigações Contratuais		11.967.651,99	-
Outros Atos Potenciais Passivos		198.048.258,09	203.511.658,63
Total dos Atos Potenciais Passivos		336.766.128,02	343.227.653,56

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO CONSOLIDADO

	Notas	2019	2018
01 Ordinários		10.599.301.150,61	18.354.470.088,99
02 Educação		(24.712.564.612,38)	(20.868.492.166,95)
03 Saúde		(24.939.601.301,94)	(21.134.775.150,69)
04 Previdência		524.575.977,62	(1.006.681.756,18)
05 Transferências Obrigatórias de Outros Entes		880.958.147,90	542.676.097,04
06 Transferências Voluntárias de Outros Entes		487.787.402,28	546.952.492,41
08 Fundos Estaduais		11.762.430.574,76	1.918.546.673,12
09 Operações de Crédito		6.165.045.413,50	5.933.459.554,79
Total das Fontes de Recursos		(19.232.067.247,65)	(15.713.844.167,47)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO

	Notas	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas			
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria		42.725.239.798,62	40.800.986.033,59
Contribuições		18.611.639.336,78	16.722.545.299,32
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		388.364.226,69	357.593.676,53
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.236.359.513,44	670.274.902,54
Transferências e Delegações Recebidas		8.908.161.322,54	8.852.941.038,40
Valorização e Ganhos Com Ativos		11.340.245.825,81	19.879.590.302,22
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		37.604.142.795,36	73.739.985.226,12
Total das variações Patrimoniais Aumentativas (I)		120.814.152.819,24	161.023.916.478,72
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos		30.607.597.042,41	27.012.621.143,46
Benefícios Previdenciárias e Assistenciais		16.662.368.183,60	15.747.138.690,90
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		7.099.519.538,63	6.999.378.093,26
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		7.372.939.383,65	15.395.993.199,48
Transferências e Delegações Concedidas		18.120.050.916,26	17.378.735.803,38
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		7.191.818.107,36	14.356.192.944,16
Tributárias		466.282.850,76	699.918.482,98
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		40.687.060.661,44	69.798.486.370,85
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		128.207.636.684,11	167.388.464.728,47
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	34	(7.393.483.864,87)	(6.364.548.249,75)

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO

	Notas	2019	2018
INGRESSOS			
Receita Orçamentária (I)		70.429.155.608,05	66.617.364.658,62
Ordinários		25.419.260.967,58	23.913.204.354,74
Vinculada		45.009.894.640,47	42.704.160.303,88
Educação		8.460.565.501,19	8.213.256.554,94
Saúde		5.338.074.434,83	5.046.616.217,02
Previdência		17.172.991.770,14	14.990.634.620,92
Transferências Obrigatórias de Outros Entes		533.768.596,83	346.104.400,88
Transferências Voluntárias de Outros Entes		100.811.735,42	283.639.540,76
Fundos Estaduais		13.120.389.002,13	13.532.485.771,69
Operações de Crédito		283.293.599,93	291.423.197,67
Transferências Financeiras Recebidas (II)		-	-
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		-	-
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		-	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		-	-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	2.8	48.697.668.589,01	55.987.932.723,94
Inscrição Restos a Pagar Processados		7.718.447.285,85	7.210.599.447,13
Inscrição Restos a Pagar Não Processados		822.644.062,13	560.880.537,98
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.8	37.164.157.371,40	42.492.176.398,39
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2.992.419.869,63	5.724.276.340,44
Saldo do Exercício Anterior (IV)	2.8	4.751.470.902,83	4.017.785.590,45
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.8	2.870.699.420,68	2.219.596.361,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.8	1.880.771.482,15	1.798.189.228,81
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	2.8	123.878.295.099,89	126.623.082.973,01
DISPÊNDIOS			
Despesa Orçamentária (VI)		73.861.635.102,88	69.355.126.284,23
Ordinários		28.837.231.896,61	26.903.166.584,87
Vinculada		45.024.403.206,27	42.451.959.699,36
Educação		8.414.296.717,31	8.346.700.823,84
Saúde		5.212.028.661,23	4.981.033.730,76
Previdência		17.342.057.086,44	14.925.929.173,52
Transferências Obrigatórias de Outros Entes		197.229.245,24	248.092.802,41
Transferências Voluntárias de Outros Entes		156.438.726,98	324.122.699,15
Fundos Estaduais		13.460.252.165,32	13.195.612.694,51
Operações de Crédito		242.100.603,75	430.467.775,17
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		-	-
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		-	-
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		-	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		-	-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	2.8	44.254.615.060,90	52.516.485.785,95
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		3.876.988.325,56	3.781.929.992,47
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		729.886.567,55	537.171.557,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.8	36.692.543.020,07	41.745.213.608,83
Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.8	2.955.197.147,72	6.452.170.626,76
Saldo do Exercício Seguinte (IX)	2.8	5.762.044.936,11	4.751.470.902,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.8	3.027.166.504,80	2.870.699.420,68
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.8	2.734.878.431,31	1.880.771.482,15
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	2.8, 35	123.878.295.099,89	126.623.082.973,01

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

	NOTAS	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos	2.8	69.256.881.060,32	64.710.076.940,29
Receitas derivadas e originárias		60.908.400.687,07	56.581.856.870,79
Transferências correntes recebidas		8.348.480.373,25	8.128.220.069,50
Outros ingressos operacionais	2.8	-	-
Desembolsos	2.8	68.426.061.298,53	63.655.169.313,40
Pessoal e Demais Despesas		55.666.139.143,14	51.704.344.382,20
Juros e Encargos da Dívida		360.278.251,03	326.432.046,91
Transferências concedidas		12.054.374.028,44	11.560.879.134,19
Outros desembolsos operacionais	2.8	345.269.875,92	63.513.750,10
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	2.8	830.819.761,79	1.054.907.626,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		597.515.280,81	877.043.961,83
Alienação de bens		570.050.040,75	851.974.509,58
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		27.465.240,06	25.069.452,25
Outros ingressos de investimentos		-	-
Desembolsos		979.680.695,21	1.308.684.346,52
Aquisição de ativo não circulante		817.608.061,63	1.110.648.408,11
Concessão de empréstimos e financiamentos		11.307.969,79	15.835.869,92
Outros desembolsos de investimentos		150.764.663,79	182.200.068,49
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		(382.165.414,40)	(431.640.384,69)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		234.901.411,99	476.846.093,14
Operações de crédito		191.868.025,31	270.199.089,27
Integralização do capital social de empresas dependentes		-	-
Transferências de capital recebidas		43.033.386,68	206.647.003,87
Outros ingressos de financiamentos		-	-
Desembolsos		527.088.675,26	449.010.276,30
Amortização/Refinanciamento da dívida		527.088.675,26	449.010.276,30
Outros desembolsos de financiamentos		-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (III)		(292.187.263,27)	27.835.816,84
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	2.8, 33	156.467.084,12	651.103.059,04
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	2.8	2.870.699.420,68	2.219.596.361,64
Caixa e Equivalentes de caixa final	2.8	3.027.166.504,80	2.870.699.420,68

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINARIAS CONSOLIDADO

	NOTA	2019	2018
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS			
Receita Tributária		39.673.218.809,22	36.029.921.450,73
Receita de Contribuições		7.616.695.599,87	16.937.934.342,92
Receita Patrimonial		135.425.452,95	488.475.947,35
Receita Agropecuária		1.148.614,62	1.621.071,17
Receita Industrial		2.104,00	5.800,93
Receita de Serviços		521.717.192,79	358.027.360,57
Remuneração das Disponibilidades		789.539.055,71	302.505.533,23
Outras Receitas Derivadas e Originárias		12.170.653.857,91	2.463.365.363,89
Total das Receitas Derivadas e Originárias		60.908.400.687,07	56.581.856.870,79

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS CONSOLIDADO

	NOTA	2019	2018
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		3.907.640.836,47	3.615.767.675,14
da União		3.885.419.694,18	3.593.484.683,05
de estados e Distrito Federal		14.196.351,24	15.185.103,45
de Municípios		8.024.791,05	7.097.888,64
Intragovernamentais		-	-
Outras transferências recebidas		4.440.839.536,78	4.512.452.394,36
Total das Transferências Recebidas		8.348.480.373,25	8.128.220.069,50
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		11.919.435.625,38	11.406.267.362,14
da União		33.832.782,53	64.951.824,02
de estados e Distrito Federal		-	-
de Municípios		11.885.602.842,85	11.341.315.538,12
Intragovernamentais		-	-
Outras transferências recebidas		134.938.403,06	154.611.772,05
Total das Transferências Concedidas		12.054.374.028,44	11.560.879.134,19

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO CONSOLIDADO

	NOTA	2019	2018
Legislativa		565.430.723,57	604.242.196,03
Judiciária		1.987.114.586,08	1.958.963.543,06
Essencial a Justiça		1.438.765.248,86	1.374.376.726,59
Administração		1.597.760.863,95	1.542.606.920,64
Segurança Pública		5.087.735.094,38	8.459.546.226,47
Assistência Social		360.103.450,35	338.801.233,05
Previdência Social		16.518.071.575,84	18.592.887.562,01
Saúde		5.947.268.578,87	5.827.742.552,86
Trabalho		53.213.785,43	50.916.565,02
Educação		7.818.586.772,04	8.029.552.970,38
Cultura		52.840.364,70	73.116.087,59
Direitos da Cidadania		25.391.623,97	23.220.659,60
Urbanismo		14.598.830,08	18.944.022,75
Habitação		38.443.018,34	35.478.882,11
Saneamento		-	526.176,50
Gestão Ambiental		143.253.459,98	137.168.671,41
Ciência e Tecnologia		154.292.046,03	164.600.194,27
Agricultura		396.287.151,01	444.334.973,29
Indústria		758.591,16	2.558.302,40
Comércio e Serviços		14.923.735,89	14.816.907,12
Comunicações		43.516.048,93	33.629.338,82
Energia		1.415.994,35	2.246.998,37
Transporte		263.528.909,07	326.563.764,43
Desporto e Lazer		2.386.869,42	1.927.308,68
Encargos Especiais		13.140.451.820,84	3.645.575.598,75
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função		55.666.139.143,14	51.704.344.382,20

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONSOLIDADO

	NOTA	2019	2018
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		99.860.665,87	96.300.621,63
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		260.101.867,53	200.757.171,65
Outros Encargos da Dívida		315.717,63	29.374.253,63
Total de Juros e Encargos da Dívida		360.278.251,03	326.432.046,91

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

- 1.1. O Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 87.934.675/0001-96, com sede administrativa na Praça Marechal Deodoro s/n, teve suas atividades no exercício de 2019 amparadas pelas disposições da Lei Estadual nº 15.237, de 21 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram a abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2019, que também dispuseram acerca dos orçamentos das Autarquias e Fundações do Estado.
- 1.2. As ações do Estado são agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicações, Energia, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais. Essas funções representam o maior nível de agregação das áreas de atuação do setor público estadual.
- 1.3. O Balanço Geral do Estado é apresentado de forma consolidada, incluindo, além da Administração Direta do Estado, suas Autarquias e Fundações. As Demonstrações Contábeis Consolidadas são elaboradas pelo processo de agregação dos saldos contábeis das referidas entidades, excluindo-se as transações e saldos existentes entre elas, conforme notas explicativas de consolidação (nota explicativa 36). O conjunto completo das Demonstrações Contábeis Consolidadas é composto pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. Todas as demonstrações são elaboradas com base no sistema FPE (Finanças Públicas do Estado) e referem-se ao exercício de 2019, comparativamente a 2018, refletindo o registro dos atos e dos fatos da administração direta dos três Poderes e do Ministério Público do Estado, bem como das Autarquias e Fundações vinculadas ao Estado.

2. Políticas e Procedimentos Contábeis e Orçamentários

- 2.1. O registro contábil dos atos e fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais, no patrimônio do Estado é realizado com base no Plano de Contas Estendido, estruturado em consonância com a Parte IV da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado pela Portaria 877-2018 da Secretaria do Tesouro Nacional. As demonstrações contábeis do Estado, por sua vez, são estruturadas a partir dos modelos estabelecidos na Parte V do referido Manual.
- 2.2. A classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, está em conformidade com o estabelecido nos itens 70 a 75 da NBC TSP 11, sobre as Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, para fins de cumprimento do Art. 105 da Lei nº 4.320-1964, os totais dos ativos e passivos – financeiros e permanentes –, além do saldo patrimonial, são apresentados em quadro destacado no Balanço Patrimonial. Tal classificação leva em conta a dependência ou não de autorização legislativa para a realização dos ativos e amortização ou resgate dos passivos.
- 2.3. A inscrição de restos a pagar não processados ocorre tão somente em contas das classes de Controle da Aprovação e Execução do Orçamento, sem efeito, pois, no Passivo de natureza patrimonial. Assim, a conciliação entre o total do Patrimônio Líquido, demonstrado no Balanço Patrimonial, e o Saldo Patrimonial, evidenciado em quadro destacado do mesmo demonstrativo, é assim apresentada:

	2019	2018
Patrimônio Líquido	(68.267.682.143,40)	(62.129.914.762,85)
Restos a Pagar Não Processados - Saldo de Exercícios Anteriores	(260.193.794,11)	(163.511.893,73)
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição no Exercício	(1.052.595.559,84)	(1.064.192.946,01)
Saldo Patrimonial	(69.580.471.497,35)	(63.357.619.602,59)

2.4. Registro em contas de controle, de natureza não patrimonial, conforme nota explicativa 32.

2.5. Os riscos de recebimento de créditos inscritos em Dívida Ativa são reconhecidos em conta de ajuste – redutora de Créditos a Longo Prazo, no subgrupo Realizável a Longo Prazo (nota explicativa 16). O montante de créditos com essa natureza, cujo recebimento é esperado para o ano de 2020, foi registrado em Créditos a Curto Prazo, no Ativo Circulante (nota explicativa 12).

2.6. Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF nº 163-2001 e STN nº 339-2001, o Passivo da Administração Direta não registra os seguintes valores:

- a) R\$ 220.341.852,18 a repassar às Autarquias e Fundações, referentes a despesas efetuadas à conta de recursos do Tesouro, inclusive vinculados, cujos empenhos foram liquidados até 31-12-2019; e,
- b) R\$ 70.397.857,60 referentes a despesas efetuadas pelas Autarquias e Fundações, à conta de recursos do Tesouro, inclusive vinculados, cujos empenhos não foram liquidados até 31-12-2019.

Como as entidades da Administração Indireta também não registram o ativo decorrente dos repasses a serem realizados pela Administração Direta, não há efeito no Balanço Patrimonial Consolidado.

2.7. Em atenção ao disposto na cláusula nona, inciso IV, letra b, do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 12.2.0085.1, de 25-4-2012, celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e o Estado, alterada pelo Aditivo nº 02, de 12-12-2013, apresenta-se a seguir o demonstrativo do Resultado Primário do exercício de 2019.

RESULTADO PRIMÁRIO	
Receitas Correntes (I)	53.870.407.683,51
Aplicações Financeiras (II)	449.541.963,20
Outras Receitas Financeiras (III)	-
Receitas Primárias Correntes (IV) = (I - II - III)	53.420.865.720,31
Receitas De Capital (V)	839.694.661,69
Operações de Crédito (VI)	191.868.025,31
Amortização de Empréstimos (VII)	27.465.240,06
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	4.624.489,31
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	49.259.692,42
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	-
Receitas Primárias De Capital (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	566.477.214,59
Receita Primária Total (XII) = (IV + XI)	53.987.342.934,90
Despesas Correntes (XIII)	52.662.396.525,14
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	360.278.251,03
Despesas Primárias Correntes (XV) = (XIII - XIV)	52.302.118.274,11
Despesas De Capital (XVI)	1.554.238.928,68
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	11.307.969,79
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	-
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	-
Amortização da Dívida (XX)	527.088.675,26
Despesas Primárias De Capital (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.015.842.283,63
Reserva De Contingência (XXII)	-
Despesa Primária Total (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	53.317.960.557,74
Resultado Primário - Acima Da Linha (XXIV) = (XII - XXIII)	669.382.377,16

Na 16ª Revisão do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), celebrada em outubro de 2019, o Estado foi dispensado da fixação de meta para o Resultado Primário, referente ao exercício de 2019, em virtude das negociações do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

- 2.8. Reapresentação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2018:** Com o objetivo de eliminar saldos escriturais que impactam a situação de caixa do Estado, foi modificada a política contábil relacionada a apresentação das disponibilidades financeiras centralizadas no SIAC (caixa único do Estado). A escrituração do SIAC envolve as contas do Ativo Circulante, de Caixa e Equivalente de Caixa e de Créditos a Curto Prazo; e do Passivo Circulante, de Demais Obrigações a Curto Prazo, sendo que essa última registra o Passivo da Administração Direta com as entidades da Administração Indireta, em decorrência das aplicações realizadas por elas no Caixa Único do Estado, bem como o montante historicamente utilizado das diversas aplicações realizadas no sistema. Em decorrência disso, o Caixa e Equivalente de Caixa e os Créditos a Curto Prazo, até o exercício de 2018, sempre foram apresentados com os saldos escriturais do SIAC, enquanto o valor resgatado, que deve ser considerado para apuração do saldo disponível, era apresentado no passivo. A partir das Demonstrações Contábeis de 2019, o saldo do SIAC será apresentado no Caixa e Equivalente de Caixa pelo valor líquido, deduzindo-se os valores resgatados que estão originalmente registrados no passivo. Para fins de comparabilidade, reapresenta-se a seguir as Demonstrações Contábeis de 2018 que foram impactadas pela mudança de política contábil:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO			
	2018		2018
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.542.263.683,40	(6.671.564.262,72)	2.870.699.420,68
Créditos a Curto Prazo	27.910.337.873,13	(11.439.484.204,05)	16.470.853.669,08
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.878.272.686,31		1.878.272.686,31
Estoques	176.722.245,78		176.722.245,78
Imobilizado Mantido para Venda	17.042.450,93		17.042.450,93
Total do Ativo Circulante	39.524.638.939,55	(18.111.048.466,77)	21.413.590.472,78
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo	11.552.398.626,75		11.552.398.626,75
Créditos a Longo Prazo	11.539.109.598,43		11.539.109.598,43
VPD pagas antecipadamente	13.289.028,32		13.289.028,32
Investimentos	12.334.783.552,17		12.334.783.552,17
Imobilizado	9.471.671.964,54		9.471.671.964,54
Intangível	15.590.856,81		15.590.856,81
Total do Ativo Não Circulante	33.374.445.000,27		33.374.445.000,27
TOTAL DO ATIVO	72.899.083.939,82	(18.111.048.466,77)	54.788.035.473,05
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	3.766.342.523,81		3.766.342.523,81
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	7.820.606.770,46		7.820.606.770,46
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.907.804.963,56		2.907.804.963,56
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	51.441.340,67		51.441.340,67
Obrigações de Repartição a Outros Entes	178.594.674,78		178.594.674,78
Provisões a Curto Prazo	-		-
Demais Obrigações a Curto Prazo	33.328.852.286,03	(18.111.048.466,77)	15.217.803.819,26
Total do Passivo Circulante	48.053.642.559,31	(18.111.048.466,77)	29.942.594.092,54
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	9.390.643.123,18		9.390.643.123,18
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	65.221.829.912,51		65.221.829.912,51
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.608.651.749,71		1.608.651.749,71
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	206.811.753,67		206.811.753,67
Provisões a Longo Prazo	10.137.633.401,27		10.137.633.401,27
Resultado Diferido	409.786.203,02		409.786.203,02
Total do Passivo Não Circulante	86.975.356.143,36		86.975.356.143,36
Patrimônio Líquido			
Resultados Acumulados	(62.129.914.762,85)		(62.129.914.762,85)
Total do Patrimônio Líquido	(62.129.914.762,85)		(62.129.914.762,85)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72.899.083.939,82	(18.111.048.466,77)	54.788.035.473,05

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO			
	2018	Ajustes	2018
	Apresentado		Reapresentado
INGRESSOS			
Receita Orçamentária (I)	66.617.364.658,62		66.617.364.658,62
Ordinários	23.913.204.354,74		23.913.204.354,74
Vinculada	42.704.160.303,88		42.704.160.303,88
Educação	8.213.256.554,94		8.213.256.554,94
Saúde	5.046.616.217,02		5.046.616.217,02
Previdência	14.990.634.620,92		14.990.634.620,92
Transferências Obrigatórias de Outros Entes	346.104.400,88		346.104.400,88
Transferências Voluntárias de Outros Entes	283.639.540,76		283.639.540,76
Fundos Estaduais	13.532.485.771,69		13.532.485.771,69
Operações de Crédito	291.423.197,67		291.423.197,67
Transferências Financeiras Recebidas (II)	-		-
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	-		-
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	-		-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	-		-
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	-		-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	65.939.543.247,91	(9.951.610.523,97)	55.987.932.723,94
Inscrição Restos a Pagar Processados	7.210.599.447,13		7.210.599.447,13
Inscrição Restos a Pagar Não Processados	560.880.537,98		560.880.537,98
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	52.443.786.922,36	(9.951.610.523,97)	42.492.176.398,39
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.724.276.340,44		5.724.276.340,44
Saldo do Exercício Anterior (IV)	20.527.494.177,84	(16.509.708.587,39)	4.017.785.590,45
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.726.743.117,29	(5.507.146.755,65)	2.219.596.361,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.800.751.060,55	(11.002.561.831,74)	1.798.189.228,81
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	153.084.402.084,37	(26.461.319.111,36)	126.623.082.973,01
DISPÊNDIOS			
Despesa Orçamentária (VI)	69.355.126.284,23		69.355.126.284,23
Ordinários	26.903.166.584,87		26.903.166.584,87
Vinculada	42.451.959.699,36		42.451.959.699,36
Educação	8.346.700.823,84		8.346.700.823,84
Saúde	4.981.033.730,76		4.981.033.730,76
Previdência	14.925.929.173,52		14.925.929.173,52
Transferências Obrigatórias de Outros Entes	248.092.802,41		248.092.802,41
Transferências Voluntárias de Outros Entes	324.122.699,15		324.122.699,15
Fundos Estaduais	13.195.612.694,51		13.195.612.694,51
Operações de Crédito	430.467.775,17		430.467.775,17
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	-		-
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-		-
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	-		-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	-		-
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	-		-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	60.866.756.430,54	(8.350.270.644,59)	52.516.485.785,95
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	3.781.929.992,47		3.781.929.992,47
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	537.171.557,89		537.171.557,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	50.576.326.495,82	(8.831.112.886,99)	41.745.213.608,83
Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.971.328.384,36	480.842.242,40	6.452.170.626,76
Saldo do Exercício Seguinte (IX)	22.862.519.369,60	(18.111.048.466,77)	4.751.470.902,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.542.263.683,40	(6.671.564.262,72)	2.870.699.420,68
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.320.255.686,20	(11.439.484.204,05)	1.880.771.482,15
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	153.084.402.084,37	(26.461.319.111,36)	126.623.082.973,01

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO			
	2018 Apresentado	Ajustes	2018 Reapresentado
Ingressos	65.810.980.697,26	(1.100.903.756,97)	64.710.076.940,29
Receitas derivadas e originárias	56.581.856.870,79		56.581.856.870,79
Transferências correntes recebidas	8.128.220.069,50		8.128.220.069,50
Outros ingressos operacionais	1.100.903.756,97	(1.100.903.756,97)	-
Desembolsos	63.591.655.563,30	63.513.750,10	63.655.169.313,40
Pessoal e Demais Despesas	51.704.344.382,20		51.704.344.382,20
Juros e Encargos da Dívida	326.432.046,91		326.432.046,91
Transferências concedidas	11.560.879.134,19		11.560.879.134,19
Outros desembolsos operacionais	-	63.513.750,10	63.513.750,10
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	2.219.325.133,96	(1.164.417.507,07)	1.054.907.626,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos	877.043.961,83		877.043.961,83
Alienação de bens	851.974.509,58		851.974.509,58
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	25.069.452,25		25.069.452,25
Outros ingressos de investimentos	-		-
Desembolsos	1.308.684.346,52		1.308.684.346,52
Aquisição de ativo não circulante	1.110.648.408,11		1.110.648.408,11
Concessão de empréstimos e financiamentos	15.835.869,92		15.835.869,92
Outros desembolsos de investimentos	182.200.068,49		182.200.068,49
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	(431.640.384,69)		(431.640.384,69)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos	476.846.093,14		476.846.093,14
Operações de crédito	270.199.089,27		270.199.089,27
Integralização do capital social de empresas dependentes	-		-
Transferências de capital recebidas	206.647.003,87		206.647.003,87
Outros ingressos de financiamentos	-		-
Desembolsos	449.010.276,30		449.010.276,30
Amortização/Refinanciamento da dívida	449.010.276,30		449.010.276,30
Outros desembolsos de financiamentos	-		-
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (III)	27.835.816,84		27.835.816,84
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	1.815.520.566,11	(1.164.417.507,07)	651.103.059,04
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	7.726.743.117,29	(5.507.146.755,65)	2.219.596.361,64
Caixa e Equivalentes de caixa final	9.542.263.683,40	(6.671.564.262,72)	2.870.699.420,68

3. Base de Mensuração dos Principais Elementos Patrimoniais

3.1. Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando houver saldo em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

As aplicações no SIAC são registradas por seus valores originais.

3.2. Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento da dívida ativa são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são passivos constituídos com base em estimativas das prováveis saídas de recursos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

3.3. Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Pelo método do custo médio ponderado, o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período, e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período. A média pode ser determinada por meio de uma base periódica ou à medida que cada entrega adicional seja recebida, o que depende das circunstâncias da entidade.

3.4. Investimentos Permanentes

As participações em empresas em que o Estado tenha influência significativa são mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP, o investimento é registrado inicialmente a custo e seu valor contábil é ajustado conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

As demais participações são mensuradas ou avaliadas pelo custo de aquisição.

3.5. Imobilizado

Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos com base no valor de aquisição, produção ou construção deduzidos de sua respectiva depreciação.

Os itens obtidos a título gratuito são registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

3.6. Precatórios

Os precatórios são registrados pelo valor atualizado até a data do Balanço Patrimonial, com base em informações recebidas do Tribunal de Justiça/RS, do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Regional Federal. Os precatórios inscritos no exercício são registrados pelo valor original e a atualização é lançada separadamente considerando o saldo acumulado dos precatórios.

3.7. Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP

A Portaria STN nº 548/2015 aprovou, na forma de anexo, o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. O Estado do Rio Grande do Sul está adequando os Procedimentos Contábeis com observância dos prazos, conforme tabela a seguir:

	PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio atual de Implantação no Estado do Rio Grande do Sul
1	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
2	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Implantado
3	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	Implantado
4	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	01/01/2017	Implantado
5	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	01/01/2017	Implantado
6	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	01/01/2019	Implantado
7	Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	01/01/2019	Implantado
8	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	01/01/2019	Implantado
9	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2019	Implantado
10	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	01/01/2019	Implantado
11	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	01/01/2020	Em implantação / Parcialmente Atendido
12	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	01/01/2020	Parcialmente atendido
13	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	Implantado
14	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2021	Parcialmente atendido
15	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2022	Planejamento GTCON RS
16	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	01/01/2022	Planejamento GTCON RS

Legenda:

Implantado: O procedimento encontra-se implementado e alinhado, na essência, às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP vigentes.

Em Implantação: Os normativos e/ou os guias de lançamentos contábeis foram expedidos e estão alinhados às regras estabelecidas nas NBC TSP e no MCASP. Os procedimentos foram iniciados em 01/01/2020.

Parcialmente Atendido: Os procedimentos contábeis atualmente adotados estão consideravelmente aproximados do estabelecido nas NBC TSP e no MCASP. Ajustes necessários serão realizados dentro do prazo estabelecido na Portaria.

Planejamento GTCON RS: Os procedimentos contábeis foram incluídos no planejamento do Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul - GTCON/RS, instituído pela Portaria SEFAZ/RS nº 45, de 10 de abril de 2019. Estudos serão iniciados no exercício de 2020.

Balanço Orçamentário

4. O Balanço Orçamentário Consolidado apresentou, no exercício de 2019, um déficit de R\$ 3.432.479.494,83, resultado de uma receita total de R\$ 70.429.155.608,05 frente a um total de despesas empenhadas de R\$ 73.861.635.102,88.
5. No Balanço Orçamentário estão registradas receitas e despesas intraorçamentárias de acordo com suas naturezas. Tais registros se referem, quase em sua totalidade, à contribuição patronal ao Fundo de Assistência à Saúde, à contribuição patronal ao RPPS - Regime de Repartição Simples e à contribuição patronal ao RPPS - FUNDOPREV, bem como à cobertura do déficit ao RPPS. Essas despesas têm como contrapartida as Receitas Intraorçamentárias, registradas no Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE PREV.

	2019	2018
Pessoal e Encargos Sociais	15.584.248.603,83	13.192.533.876,12
RPPS - Cobertura de Deficit	11.187.150.776,11	9.952.689.727,45
RPPS - Contribuição Patronal	3.385.334.922,47	2.432.351.911,57
Fundoprev - Cobertura de Deficit Atuarial	27.917.759,14	1.456.427,80
Fundoprev - Contribuição Patronal	265.255.489,37	229.744.421,66
Fundo de Assistência à Saúde (FAS)	697.496.485,35	565.535.761,25
Outros	21.093.171,39	10.755.626,39
Outras Despesas Correntes	26.966.226,53	18.879.375,28
	15.611.214.830,36	13.211.413.251,40

6. Por força do disposto nas Portarias Interministerial STN/SOF nº 163-2001 e STN nº 339-2001, as transferências financeiras previstas e realizadas entre a Administração Direta do Estado e as suas Autarquias e Fundações, que não decorram da aquisição de bens e serviços ou do pagamento de impostos, taxas e contribuições, não constituem receitas e despesas orçamentárias e, assim sendo, não integram o Balanço Orçamentário. Em 2019, tais operações atingiram os montantes discriminados no quadro a seguir, considerando-se, na despesa, os valores orçados e realizados nas Autarquias e Fundações à conta dos recursos do Tesouro do Estado.

Despesa em Autarquias e Fundações - Recursos do Tesouro		
Despesa	Orçada	1.925.472.714,95
	Autorizada	2.027.997.980,80
	Empenhada	1.842.926.839,25
	Liquidada	1.795.503.885,50
	Paga	1.630.936.369,20

Ressalta-se que apenas as transferências financeiras entre a administração direta e suas entidades não são demonstradas no Balanço Orçamentário, estando as despesas, previstas e realizadas, originalmente ocorridas em cada entidade e na administração direta, normalmente registradas de acordo com suas naturezas.

7. No Balanço Orçamentário, as receitas oriundas da anulação de restos a pagar estão computadas no item Outras Receitas Correntes e totalizaram R\$ 339.857.854,93, no exercício.

Desconsiderando tais receitas, em que não há ingresso financeiro, o déficit orçamentário seria de R\$ 3.772.337.349,76.

8. Em cumprimento às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e do Parecer Coletivo 1, de 21-11-2003, do Tribunal de Contas do Estado, foram expedidos o Decreto nº 54.883, de 27-11-2019, e a Instrução Normativa CAGE 07/19, de 13-12-2019, com base nos quais foram efetuados os seguintes procedimentos:
 - a) anulação das despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, no valor de R\$ 75.501.502,32, cujos empenhos foram emitidos entre 1º-1-2015 e 31-12-2018; e,
 - b) estorno de empenhos não liquidados emitidos em 2019, no valor de R\$ 48.892.323,49, excedentes ao saldo positivo de disponibilidade de caixa.

Ainda, em consonância com o Decreto Federal nº20.910, de 6-1-1932, ao longo de 2019, ocorreram prescrições de empenhos inscritos em Restos a Pagar referentes a exercícios anteriores ao de 2015, no valor de R\$ 13.294.740,95.

9. A Receita é demonstrada no Balanço Orçamentário já deduzida dos valores enviados, pelo Estado, ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Em 2019, esses valores totalizaram R\$ 6.275.053.677,07. A distribuição, aos Estados, dos recursos arrecadados por esse fundo é realizada com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último censo escolar, sendo computados os alunos matriculados no âmbito de atuação prioritária dos Estados, ou seja, ensino fundamental e médio. Tais ingressos somaram, em 2019, o montante de R\$ 4.411.123.814,98 e estão demonstrados nas Transferências Multigovernamentais (Transferências Correntes), no Balanço Orçamentário.
10. O grupo de Outras Despesas Correntes, no Balanço Orçamentário, registra, dentre outros, os valores decorrentes das transferências, a outras esferas de governo, de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, previstas na Constituição Federal ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do Estado. Em 2019, foram empenhados R\$ 10.543.109.259,52 relativos a essas transferências, que representam 48,25% do referido grupo.

Balanço Patrimonial

11. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2019	2018
Caixa	17.446,91	64.533,89
Bancos	1.849.082.586,71	1.417.206.767,22
Rede Bancária - Arrecadação	177.601.450,89	335.205.497,56
Saldo SIAC	39.547.321,83	308.441.364,11
APF de Liquidez Imediata	960.917.698,46	809.781.257,90
	3.027.166.504,80	2.870.699.420,68

11.1. Caixa – Registra o somatório de numerários em espécie e outros valores em tesouraria.

11.2. Bancos – Compreende o somatório das disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não sejam a Conta Única.

11.3. Rede Bancária – Arrecadação – Demonstra os valores da Receita Estadual em fase de arrecadação.

11.4. Saldo SIAC – O SIAC representa a centralização das disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta, atendendo ao princípio da unidade de caixa (caixa único). O sistema é administrado pela Secretaria da Fazenda e executado pelo Banrisul. O saldo SIAC representa as aplicações líquidas dos valores resgatados pela administração direta.

11.5. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

12. Créditos a Curto Prazo

	2019	2018
Créditos Tributários a Receber	7.668.964.750,65	8.150.126.474,41
Dívida Ativa	1.741.769.952,82	2.145.428.393,13
Tributária	1.700.000.000,00	2.942.356.187,08
Não Tributária	41.769.952,82	65.449.257,50
Pagamentos Extraorçamentários	3.451.449.401,38	3.385.644.676,87
Devedores	141.977.010,96	230.747.908,22
Responsáveis	1.713.712.613,51	1.697.311.853,23
Sequestros Judiciais a Regularizar	1.595.759.776,91	1.457.584.915,42
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	935.482.049,96	940.292.132,02
Outros Créditos a Curto Prazo	903.587.554,40	1.849.361.992,65
	14.701.253.709,21	16.470.853.669,08

12.1. Créditos Tributários a Receber – Demonstra os créditos tributários constituídos por meio de autos de lançamento, incluindo a obrigação tributária principal e seus respectivos acréscimos que totalizaram R\$ 7.789.610.640,41. O valor apresentado no quadro já está descontado do Ajuste para Perdas Estimadas com créditos de auto de lançamento no valor de R\$120.645.889,76, conforme calculado pela Receita Estadual.

12.2. Dívida Ativa – Saldo composto por créditos tributários e não tributários em favor do Estado, não recebidos no prazo e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez. Esse montante representa a expectativa de recebimento para os 12 meses seguintes à data do Balanço. Os créditos cujos recebimentos são esperados para períodos posteriores estão registrados no Ativo Não Circulante, devidamente deduzidos do respectivo ajuste para perdas, conforme nota explicativa 16.

12.3. Pagamentos Extraorçamentários – Demonstra os pagamentos não relacionados a empenhos/liquidações, conforme características descritas a seguir:

12.3.1. Devedores: Demonstra os débitos de pessoas físicas ou jurídicas, realizáveis independentemente de autorização orçamentaria. Registra, em sua maior parte, os pagamentos de Precatórios efetuados pelo Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Regional do Trabalho que ainda não foram regularizados pelo IPE PREV e Secretaria da Fazenda, em virtude da falta de identificação dos valores por credor, dificultando, desta forma, a conciliação desta conta.

A seguir, evidencia-se os valores registrados na conta devedores:

DEVEDORES	2019	2018
Precatórios - Tribunal de Justiça	504.133,47	100.425.198,43
Precatórios - Tribunal Regional do Trabalho	41.974.090,28	30.016.274,21
Precatórios do IPERGS - Tribunal de Justiça	30.557.497,79	30.506.379,94
FUNDOPREV	4.113.750,81	11.323.015,39
CEEE	15.748.514,25	15.748.514,25
Outros Pagamentos por Devedores	49.079.024,36	42.728.526,00
Total	141.977.010,96	230.747.908,22

12.3.2. Responsáveis: Demonstra as responsabilidades financeiras impostas a servidores pelo descumprimento das normas vigentes. Registrava, até 31-12-2014, os sequestros judiciais referentes às Requisições de Pequeno Valor (RPV) não pagas no prazo legal e as ações judiciais relacionadas à saúde. A partir de 1º-1-2015, os sequestros passaram a ser registrados na conta “Sequestros Judiciais a Regularizar”.

12.3.3. Sequestros Judiciais a Regularizar: A partir de 1º-1-2015, essa conta passou a registrar todos os sequestros judiciais da administração direta, sejam aqueles relacionados ao não pagamento de RPV no prazo legal ou aqueles relacionados a ações judiciais da saúde. Nesse caso, existem duas situações, a saber: 1) Há a informação completa sobre o sequestro, caso em que foi efetuado empenho/liquidação, porém ainda falta a conciliação contábil 2) Não há a informação completa sobre o sequestro, caso em que a saída de numerário não foi reconhecida orçamentariamente.

A seguir, evidencia-se a movimentação das contas de Responsáveis e de Sequestros Judiciais a Regularizar:

Saldo de 31-12-2018 - Responsáveis	1.697.311.853,23
Saldo de 31-12-2018 - Sequestros Judiciais a Regularizar	1.457.584.915,42
Saldo Total de 31-12-2018	3.154.896.768,65
Sequestros judiciais de 2019	433.468.694,65
Pagamentos por Responsáveis de 2019 - Não regularizados	123.954.707,81
(-) Regularizações de Sequestros Judiciais de 2019	(295.293.833,16)
(-) Outras regularizações de 2019	(107.554.082,63)
Saldo Total de 31-12-2019	3.309.472.255,32
Saldo de 31-12-2019 - Responsáveis	1.713.712.478,41
Saldo de 31-12/-019 - Sequestros Judiciais a Regularizar	1.595.759.776,91

Salienta-se que, além da regularização de R\$ 295.293.833,16 de sequestros judiciais (Regularização = Empenho/Liquidação + Conciliação Contábil), há mais R\$ 653.669.996,78 de RPVs empenhadas e liquidadas nos exercícios de 2019 e anteriores que continuam registradas no Passivo Circulante (Retenções para regularização), pois estão pendentes de conciliação contábil com os sequestros judiciais.

13. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo – Os investimentos e Aplicações Financeiras a Curto Prazo pertencem em sua totalidade ao FUNDOPREV que é administrado pelo IPE PREV. O saldo das aplicações cresceu 45,46%, pois os fundos previdenciários iniciaram em 2011, portanto possuem poucos benefícios concedidos, o que gera um acúmulo de recursos para benefícios que devem ser pagos no futuro.

O FUNDOPREV é segregado entre Civil e Militar e as aplicações são assim distribuídas:

Fundo	2019	2018
FUNDOPREV Civil	2.290.784.660,19	1.609.860.702,11
FUNDOPREV Militar	441.432.651,63	268.411.984,20
TOTAL	2.732.217.311,82	1.878.272.686,31

14. Estoques – Em 2019, os estoques totalizaram o montante de R\$ 265.859.758,03 (R\$ 176.722.245,78 em 2018), correspondendo principalmente a itens de almoxarifado. Desse valor, 79% se referem à Secretaria da Saúde.

15. Imobilizado Mantido para Venda – O valor de imobilizado mantido para venda em 2019 é composto por R\$ 17.042.450,93 correspondes a Distritos Industriais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e por R\$ 15.592.638,64 da carteira habitacional anteriormente administrada pelo IPE PREV.

16. Créditos a Longo Prazo

CRÉDITOS DE LONGO PRAZO	2019	2018
Dívida Ativa Tributária	18.048.768.018,27	10.009.605.865,12
Saldo	44.071.226.978,58	41.631.725.828,38
(-) Ajuste para Perdas	(26.022.458.960,31)	(31.622.119.963,26)
Dívida Ativa Não Tributária	496.968.105,99	464.846.988,19
Saldo	729.920.693,75	667.682.372,62
(-) Ajuste para Perdas	(232.952.587,76)	(202.835.384,43)
Crédito Remanescente Extinção da Caixa Econômica Estadual	918.905.061,67	920.549.595,80
Outros	142.661.821,64	144.107.149,32
TOTAL	19.607.303.007,57	11.539.109.598,43

16.1. Dívida Ativa Tributária – Representam os créditos de natureza tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

16.2. Dívida Ativa Não Tributária – Representam os créditos de natureza não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento e inscritos após a apuração de certeza e de liquidez, cuja expectativa de realização é superior a 12 meses.

16.3. Ajustes para Perdas (DA Tributária e DA Não Tributária) – Os créditos inscritos em Dívida Ativa, embora disponham de prerrogativas jurídicas que favoreçam sua cobrança, apresentam riscos que podem comprometer seu recebimento. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público 8ª edição, apesar de exigir que tais riscos sejam considerados no registro contábil desses ativos (ajuste para perdas), não especifica a metodologia a ser utilizada para sua mensuração. Ainda assim, o Manual atribui a responsabilidade pelo cálculo do referido ajuste aos órgãos responsáveis por sua gestão. No Estado do Rio Grande do Sul, os créditos da dívida ativa que se encontram nas fases de cobrança administrativa e judicial são administrados pela Subsecretaria da Receita Estadual e pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), respectivamente. Exceções a isso são os créditos não tributários com origem na administração indireta, que são administrados pela própria entidade, como é o caso do IPE PREV. Assim, a metodologia e o cálculo do ajuste para perdas com a dívida ativa são realizados, em cada caso, por tais Entidades. A seguir, são apresentados os critérios utilizados para o cálculo do ajuste.

Receita Estadual (Fase Administrativa)

As prováveis perdas relacionadas à cobrança administrativa da dívida ativa são calculadas pela Receita Estadual mediante aplicação dos seguintes critérios:

- i. **Créditos Devolvidos pela PGE por Impossibilidade/Inviabilidade de Cobrança:** são aqueles remetidos para cobrança judicial e que foram posteriormente devolvidos pela PGE por impossibilidade ou esgotamento de tentativas de cobrança via execução fiscal. Nesses casos, a prescrição, que estava interrompida pelo despacho do juiz que ordenou a citação, é reiniciada após a desistência das ações. Assim, os créditos devolvidos permanecem em cobrança administrativa por mais 5 (cinco) anos. O índice de recuperação desses créditos é ínfimo, tendo em vista o esgotamento das cobranças administrativas e judiciais. Desta forma, os créditos que se encontram nessa situação são considerados perdidos.
- ii. **Créditos Suspensos por Decisão Judicial:** são os créditos que se encontram em cobrança administrativa, porém questionados judicialmente, no todo ou em parte, pelo sujeito passivo. Sobrevindo decisão judicial favorável ao Estado, o crédito fica disponível para a continuidade das ações de cobrança. Caso a decisão beneficie o sujeito passivo, o crédito será total ou parcialmente excluído, conforme o que for decidido, ficando a parte não excluída disponível para cobrança. Foi realizado o levantamento das exclusões de créditos que estavam em discussão judicial nos últimos 8 (oito) exercícios, apurando-se uma média anual de 7,17%. Para fins de cálculo do ajuste para perdas, o referido percentual é aplicado sobre o saldo de créditos que se encontram suspensos por decisão judicial em 31 de dezembro de 2019.
- iii. **Créditos de Pequeno Valor – Abaixo do Valor mínimo de ajuizamento:** Uma parte dos créditos em cobrança não podem ser encaminhados à cobrança judicial, pois tem saldo inferior ao Valor Mínimo de Ajuizamento, previsto na Lei Estadual nº 9.298/91. Uma parte desses créditos não é recuperada e acaba sendo excluída por prescrição após cinco anos. Os valores excluídos da cobrança em 2019 foram somados no ajuste para perdas.

Procuradoria-Geral do Estado (Fase Judicial)

O critério de cálculo do Ajuste de Perdas para Dívida Ativa em Fase Judicial sofreu alterações para o exercício de 2019. Quando comparado com o critério utilizado em 2018, houve a inclusão de cinco novas fases de cobrança e reclassificação de viabilidade de cobrança de outras cinco fases já existentes:

Fase da Cobrança	Em 2019	Até 2018
	Viabilidade da Cobrança	Viabilidade da Cobrança
Remetido à PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Recebido PGE com Bem em Garantia	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Fase não informada até 2018
Fases Processuais Diversas	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Cancelado	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Parcelamento Judicial Liquidado	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelamento Judicial Cancelado Acerto de Saldo	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Parcelado Judicialmente	Sim, sempre	Sim, sempre
Parcelamento Judicial Bloqueado	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Contra Massa Falida	Não	Não
Contra Massa Falida Empresa Baixada	Não	Não
Cobrança Suspensa Prazo Determinado PGE	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Penhora Efetivada Carta Fiança Apresentada	Sim, sempre	Sim, sempre
Penhora Efetivada - Seguro garantia	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Execução Embargada	Sim, sempre	Sim, até 15 anos inscrição Dívida Ativa
Suspenso Judicial	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspenso por Acordo Judicial	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspenso por Depósito Integral	Sim, sempre	Sim, sempre
Suspenso por Ordem Judicial	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspenso por Execução Garantida	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspenso por Penhora de Faturamento	Sim, sempre	Sim, até 10 anos inscrição Dívida Ativa
Suspenso por Adjucação de Precatórios	Sim, sempre	Fase não informada até 2018
Liquidado Judicial	Não se aplica pois o débito está quitado	Não se aplica pois o débito está quitado
Excluído por Prescrição Judicial	Não	Fase não informada até 2018
Falência Encerrada	Não	Não
Ausência de Bens / Devedor Não Localizado	Não	Não
Motivos Diversos	Não	Não
Extinto por Desistência Requerida	Não	Não
Extinto por Prescrição Requerida	Não	Não
Desistência Execução Pequeno Valor	Não	Não
Certidão Dívida Ativa Devolvida Parcialmente Prescrita	Não	Não

Essa alteração nos critérios diminuiu substancialmente o Ajuste de Perdas, resultando num aumento do estoque viável de Dívida Ativa.

IPE Saúde

As prováveis perdas relacionadas à dívida ativa em cobrança pelo IPE Saúde, que constam no Balanço Consolidado, referem-se a créditos junto a CORSAN, considerados como perdas prováveis, enquanto não ocorrer a conclusão no processo que versa sobre a dívida.

17. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Refere-se ao repasse efetuado a título de adiantamento de contribuições previsto no artigo 32 da Lei Complementar nº 14.750, de 15 de outubro de 2015, que instituiu o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos estaduais titulares de cargos efetivos – RPC/RS. A citada lei autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a promover aporte no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a título de adiantamento de contribuições, necessário ao regular funcionamento inicial da entidade. Em decorrência disso, foi assinado Termo de Compromisso entre o Estado do Rio Grande do Sul (Patrocinador) e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS-PREV, o qual estabeleceu o aporte de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com a obrigação de compensação futura tão logo o aporte em questão deixe de ser necessário ao regular funcionamento da Fundação. Esse aporte foi efetuado no exercício de 2016, em 5 parcelas de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e registrado como pagamento por devedores (ativo circulante). Em 2018 foi assinado o primeiro aditivo ao Termo de Compromisso que estabeleceu o aporte complementar no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), também a título de adiantamento de contribuições, em 20 (vinte) parcelas mensais e iguais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) cada uma, sendo a primeira no mês de agosto de 2018 e as seguintes nos meses consecutivos. Tanto o valor do adiantamento, quanto o valor da correção monetária, incidente na forma da cláusula 3.1 do termo de compromisso, foram reclassificados para o Ativo

Não Circulante, Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente. A seguir detalha-se o valor evidenciado no balanço:

Adiantamentos de Contribuições ao RSPREV	19.888.156,75
Repasse Financeiros efetuados em 2016	10.000.000,00
Correção Monetária de 2016	99.611,38
Correção Monetária de 2017	297.670,89
Repasse Financeiros efetuados em 2018	2.000.000,00
Correção Monetária de 2018	391.746,05
Valor empenhado e liquidado em 2018, pago em 2019	500.000,00
Repasse Financeiros efetuados em 2019	2.500.000,00
Correção Monetária de 2019	599.128,43
Valor empenhado, liquidado e não pago em 2019	3.500.000,00

18. Investimentos

Os investimentos do Estado estão assim distribuídos:

Investimento	2019	2018
Participações Permanentes em Empresas	9.577.119.703,80	9.478.961.270,32
Investimentos em Fundos	2.547.093.528,20	2.855.822.281,85
Total de Investimentos	12.124.213.232,00	12.334.783.552,17

Fundos: São constituídos para financiamento de determinados setores econômicos. A seguir, demonstra-se o resumo desses investimentos:

Fundo	2019	2018
Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM	1.177.895.345,37	1.544.545.187,90
Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR	1.024.600.471,82	758.503.128,14
Fundo de Apoio Financ. e de Recup. dos Hosp. Priv., Sem Fins Lucr. e Hosp. Públic. - FUNAFIR	14.627.191,09	235.089.298,39
Fundo Rotativo de Crédito Educativo - PROCRED	133.159.657,28	123.206.600,62
Outros Fundos	196.810.862,64	194.478.066,80
Total de Investimentos em Fundos	2.547.093.528,20	2.855.822.281,85

Participações em Empresas: As participações em empresas sobre as quais o Estado tem influência significativa são registradas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), conforme Instrução Normativa CAGE 03-2015. O resultado da equivalência patrimonial de 2019 foi apurado levando em consideração Balanço ou Balancete emitido em 30-9-2019 ou em data posterior, sendo a diferença registrada em Variação Patrimonial Aumentativa ou em Variação Patrimonial Diminutiva, conforme o caso. Outras participações em empresas sobre as quais o Estado não exerce influência significativa, são registradas pelo custo. A seguir, demonstra-se o resumo das participações:

Empresas	% do Capital Social pertencente ao Estado	2019	2018
Empresas Controladas		7.370.637.370,30	7.404.965.905,83
BADESUL	99,99%	707.981.292,02	711.858.807,00
BANRISUL	49,94%	3.824.001.378,86	3.616.370.534,15
CADIP	99,99%	221.448.852,90	221.608.074,57
CEASA	94,24%	16.110.326,58	15.919.415,61
CEEE	99,99%	2.169,79	209.598.208,09
CESA ¹	99,93%	-	-
CORAG ²	99,99%	-	26.968.134,83
CORSAN	99,99%	2.066.611.188,42	2.058.706.115,15
CRM	99,99%	312.273.112,48	293.536.294,91
EGR	100,00%	94.514.243,02	99.029.893,14
PROCERGS	99,58%	20.273.658,87	57.090.007,75
SULGÁS	51,00%	107.421.147,36	94.280.420,63
Empresas Controladas em Conjunto		1.803.203.534,87	1.713.050.153,18
BRDE ³	33,33%	1.803.203.534,87	1.713.050.153,18
Adiantamento para futuro aumento de capital		395.387.639,68	353.151.997,12
CESA		279.984.970,36	252.208.003,47
CORSAN		115.402.669,32	62.943.993,65
CRM		0,00	38.000.000,00
Empresas Diversas		7.891.158,95	7.793.214,19
Total de Investimentos em Empresas		9.577.119.703,80	9.478.961.270,32

Nota¹: Patrimônio Líquido da CESA é negativo, por isso o valor contábil do investimento é de ZERO.

Nota²: A Corag foi extinta em 2019, conforme autorização da Lei nº 14.979, de 16 de janeiro de 2017.

Nota³: Participação calculada em 100% da Agência de Porto Alegre/RS, conforme estatuto.

19. Imobilizado

O Imobilizado é contabilizado de acordo com a Instrução Normativa CAGE 06-2018, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 atendendo ao prazo estipulado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para lançamentos contábeis referentes ao Imobilizado e Intangível, conforme Portaria STN 548, de 24 de setembro de 2015. Salienta-se que o Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) está implantado na Assembleia Legislativa, na Defensoria Pública, no Tribunal de Contas do Estado e em todos os Órgãos do Poder Executivo da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta que compõem o Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Estado, o que, em decorrência de sua integração com a contabilidade, viabiliza o atendimento das NBCASP. O Poder Judiciário e o Ministério Público, apesar de não utilizarem o APE, têm o seu imobilizado e intangível registrados de acordo com a IN CAGE 06-2018. A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Imobilizado do Estado:

Títulos	2019	2018
Bens Móveis	3.529.355.274,54	3.351.254.715,66
Veículos	942.314.295,74	872.816.148,96
Bens de Informática	1.019.094.861,66	963.982.282,45
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	768.541.570,16	725.973.434,27
Móveis e Utensílios	578.252.993,70	552.281.291,61
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	148.690.119,95	147.081.563,72
Demais Bens Móveis	85.046.273,11	89.119.994,65
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(12.584.839,78)	-
Bens Imóveis	6.732.937.142,76	6.120.417.248,88
Total Imobilizado	10.262.292.417,30	9.471.671.964,54

Também conforme a IN 06-2018, a Depreciação de Bens Móveis contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o Imobilizado do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, com as seguintes taxas de depreciação e valores residuais:

Grupo	Vida Útil Estimada	Taxa de Depreciação Anual	Valor Residual
Bens Imóveis	-	0%	100%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10%	10%
Bens de Informática	5	20%	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	10%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%	10%
Mobiliário em Geral	10	10%	10%
Utensílios em Geral	10	10%	10%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	10	10%	10%
Veículos	15	6,67%	10%
Armamentos	20	5%	15%
Semoventes	10	10%	10%
Demais Bens Móveis	10	10%	10%

20. Intangível

Assim como relatado na nota explicativa 19 sobre o Ativo Imobilizado, o Ativo Intangível também é objeto da IN 06-2018 e de registros contábeis por meio do Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE). A seguir, demonstra-se o resumo do Ativo Intangível do Estado:

Títulos	2019	2018
Softwares	46.894.582,44	15.580.436,81
Outros Ativos Intangíveis	10.420,00	10.420,00
(-) Amortização Acumulada	(29.313,24)	-
Total Intangível	46.875.689,20	15.590.856,81

Também conforme a IN 06-2018, a Amortização de Bens do Ativo Intangível contabilizada refere-se aos bens que passaram a compor o patrimônio do Estado a partir de 1º de janeiro de 2019. A IN prevê a utilização do método das cotas constantes, calculadas a partir do prazo estimado de vida útil, informado no momento da aquisição/produção. Na ausência de prazo estimado, o bem não é amortizado.

21. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Títulos	2019	2018
Passivo Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	3.663.599.824,11	3.766.342.523,81
Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar	2.182.169.928,98	2.006.160.176,27
Provisão para Férias	791.335.929,45	701.133.318,31
Precatórios de Pessoal a Pagar	23.773.667,50	13.477.358,58
RPV a Pagar	72.235.726,03	134.177.689,40
Benefícios Previdenciários a Pagar	439.070.328,72	393.882.415,48
Encargos Sociais a Pagar	155.014.243,43	517.511.565,77
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	10.059.520.440,56	9.390.643.123,18
Precatórios de Pessoal a Pagar	5.787.933.219,93	5.356.712.649,50
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	3.886.377.810,10	3.616.820.554,38
INSS Parcelado a Pagar	385.209.410,53	417.109.919,30
Total	13.723.120.264,67	13.156.985.646,99

21.1. Salário, Remunerações e Benefícios a Pagar: O saldo em 31-12-2019 refere-se principalmente às parcelas não quitadas dos vencimentos de dezembro de 2019 e do 13º salário do mesmo exercício.

21.2. Provisão para Férias: Refere-se às férias vencidas e não prescritas, bem como àquelas que estão em aquisição (período aquisitivo findo em 2020). Os valores foram calculados com base em aplicativo (*Qlik Sense*) que utiliza a base de dados do sistema de Recursos Humanos do Estado – RHE, considerando o salário atual acrescido de 1/3.

21.3. Precatórios: O saldo devedor de precatórios está subdividido em diversas contas, conforme explicado na nota explicativa 22.

21.4. Benefícios Previdenciários: O saldo em 31-12-2019 refere-se principalmente às parcelas não quitadas de pensões de dezembro de 2019 e do 13º salário do mesmo exercício.

22. Precatórios

O saldo devedor representa a totalidade de precatórios devidos, conforme informado pelos tribunais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal).

Demonstram-se a seguir os valores devidos em 31-12-2019:

Precatórios	2019	2018
Passivo Circulante	23.773.667,50	13.477.358,58
Precatórios Empenhados, Liquidados a Pagar	23.773.667,50	13.477.358,58
Passivo Não Circulante	11.603.399.745,81	10.582.184.953,59
Precatórios de Pessoal a Pagar	5.787.933.219,93	5.356.712.649,50
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	3.886.377.810,10	3.616.820.554,38
Precatórios de Fornecedores a Pagar	1.929.088.715,78	1.608.651.749,71
Passivo Não Circulante - Provisões de Longo Prazo	4.013.184.850,75	4.700.559.040,46
Precatórios de Pessoal a Pagar	1.313.926.266,27	1.363.750.366,98
Precatórios de Benefícios Previdenciários a Pagar	2.572.661.100,90	3.336.796.905,59
Precatórios de Fornecedores a Pagar	126.597.483,58	11.767,89
Total	15.640.358.264,06	15.296.221.352,63

22.1. Precatórios a pagar – Passivo Circulante: Refere-se a precatórios empenhados, liquidados, a pagar (passivo financeiro).

22.2. Precatórios a pagar - Passivo Não Circulante: Refere-se ao valor original dos precatórios que foram inscritos e ainda não foram empenhados.

22.3. Provisão de Precatórios a Pagar: Refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos.

22.4. Saldo por Entidade:

Precatórios	2019	2018
Estado - Administração Direta	7.346.266.700,55	6.698.829.977,87
IPERGS	6.542.010.960,05	6.964.409.065,93
DETRAN	612.654.658,66	558.366.952,66
DAER	486.198.334,09	429.409.557,03
FASE	209.576.402,38	190.598.507,68
Demais entidades	443.651.208,33	454.607.291,46
Total	15.640.358.264,06	15.296.221.352,63

23. Fornecedores e Contas a Pagar

Abaixo são apresentados os saldos de fornecedores e contas a pagar, por tipo, discriminando as parcelas de curto prazo (circulante) e de longo prazo (não circulante):

	Circulante		Não Circulante	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores Nacionais	1.229.362.320,78	894.747.318,22	-	-
Demais Contas	894.273.191,96	2.013.057.645,34	1.929.088.715,78	1.608.651.749,71
Obrig. Pend. de Exec. Orç.	632.509.546,40	1.830.804.887,23	-	-
Precatórios	-	-	1.929.088.715,78	1.608.651.749,71
Sentenças Judiciais	251.497.809,10	168.109.644,59	-	-
Outros	10.265.836,46	14.143.113,52	-	-
TOTAL	2.123.635.512,74	2.907.804.963,56	1.929.088.715,78	1.608.651.749,71

23.1. Fornecedores Nacionais: São as obrigações com fornecedores de bens e serviços que estão empenhadas e liquidadas (restos a pagar processados).

23.2. Obrigações Pendentes de Execução Orçamentária: Se referem às despesas incorridas, não pagas e não empenhadas. A maior parte da redução refere-se ao desconhecimento de dívida do DAER com o IPE SAÚDE, que foi registrada como passivo contingente, em razão de incertezas relacionadas a liquidez.

23.3. Precatórios: Conforme nota explicativa 22.2.

23.4. Sentenças Judiciais: Se referem às despesas judiciais não inseridas em precatórios ou em Requisições de Pequeno Valor – RPVs, que é o caso das despesas relacionadas às ações judiciais da área da Saúde (aquisição de medicamentos e tratamentos médicos e hospitalares).

24. Empréstimos e Financiamentos

Abaixo são apresentados os saldos de empréstimos e de financiamentos, por credor, discriminando as parcelas de curto prazo (circulante) e de longo prazo (não circulante):

	Circulante		Não Circulante	
	2019	2018	2019	2018
Dívida Interna	9.699.898.699,19	7.387.024.912,04	58.688.229.503,05	57.186.829.500,35
BB	-	-	683.687.440,88	681.589.104,42
BNDES	151.417.880,88	193.494.393,18	584.449.589,12	591.155.053,13
Governo Federal	9.548.043.675,71	7.193.029.714,46	57.419.096.860,56	55.892.545.575,38
CEF	437.142,60	500.804,40	995.612,49	1.369.093,29
Outros	-	-	-	20.170.674,13
Dívida Externa	377.212.116,63	433.581.858,42	8.247.304.051,30	8.035.000.412,16
BIRD	255.526.228,59	297.989.111,70	6.446.631.584,02	6.255.210.099,10
BID	121.685.888,04	135.592.746,72	1.800.672.467,28	1.779.790.313,06
TOTAL	10.077.110.815,82	7.820.606.770,46	66.935.533.554,35	65.221.829.912,51

O aumento no saldo de curto prazo se deve à suspensão dos pagamentos junto ao Governo Federal, amparada por liminar obtida em julho de 2017 que antecipou os efeitos do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), negociado atualmente pelo Estado. Esses valores estão devidamente registrados orçamentariamente.

25. Obrigações Fiscais

As Obrigações Fiscais de curto e de longo prazo (R\$ 64.460.646,43 e 163.418.001,85), respectivamente) se referem, quase em sua totalidade, a débitos de PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

26. Provisões a Curto Prazo

As Provisões a Curto Prazo demonstradas no Balanço Patrimonial Consolidado de 2019 se referem, quase em sua totalidade, a provisões de repartição de créditos tributários com municípios. Esses valores foram calculados a partir dos ativos de natureza tributária, evidenciados nas notas explicativas 12 e 16.

	2019
Provisão Repartição Tributária	6.786.604.071,75
ICMS	6.668.970.251,20
IPVA	117.553.808,48
Outros Tributos	80.012,07
Outras Provisões	1.721.411,57
Total	6.788.325.483,32

27. Demais Obrigações a Curto Prazo

	2019	2018
Passivo SIAC	12.310.141.890,26	12.265.702.203,72
Depósitos Judiciais	10.595.685.442,94	10.691.134.106,26
Depósitos de Estatais, Fundos Especiais e Outros	1.714.456.447,32	1.574.568.097,46
Consignações e Retenções	1.542.190.561,86	1.582.283.557,41
Parcerias, Convênios e Subvenções - Restos a Pagar	431.438.918,24	354.768.130,22
Outras Obrigações de Curto Prazo	1.244.883.354,99	1.015.049.927,91
Total	15.528.654.725,35	15.217.803.819,26

27.1 Passivo SIAC: Representa o Passivo da Administração Direta com as entidades da Administração Indireta, em decorrência das aplicações realizadas por elas no Caixa Único do Estado. O passivo relacionado ao SIAC também é composto pelos valores devidos pela utilização dos depósitos judiciais ao longo dos anos. Tais valores são exigíveis à medida que as causas as quais eles se destinam sejam decididas.

27.2 Consignações: Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores ou nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços.

27.3 Parcerias, Convênios e Subvenções – Restos a Pagar: São as obrigações empenhadas e liquidadas relacionadas aos contratos e instrumentos congêneres relacionados a parcerias, convênios e subvenções.

28. Provisões a Longo Prazo

Provisões a Longo Prazo	2019	2018
Provisão de Precatórios a Pagar	4.013.184.850,75	4.700.559.040,46
Provisão Atuarial do RPPS	2.476.779.263,45	3.133.921.689,60
Plano Previdenciário	2.362.500.272,85	3.049.004.808,98
Plano Financeiro	114.278.990,60	84.916.880,62
Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar	11.764.292,23	883.769.061,38
Provisão para Indenizações Trabalhistas	1.704.108.584,31	858.647.374,02
Provisão para Riscos Fiscais	-	326.700.000,00
Provisão para Riscos Cíveis	58.766.723,89	107.238.000,00
Provisão de Pensões Integrais a Pagar	117.874.899,66	118.728.022,61
Outras Provisões de Longo Prazo	4.927.780.079,43	8.070.213,20
Total	13.310.258.693,72	10.137.633.401,27

28.1. Provisão de Precatórios a Pagar: Refere-se ao registro das atualizações (correção monetária e juros) dos precatórios inscritos e não pagos, conforme explicado na nota explicativa 22.

28.2. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Previdenciário: representa o déficit atuarial, reconhecido no IPE Prev, previsto para o regime previdenciário de capitalização dos servidores do Rio Grande do Sul (FUNDOPREV). O valor é apurado por meio de avaliação atuarial e representa insuficiência de recursos para a cobertura dos compromissos dos benefícios previdenciários concedidos e a conceder. São consideradas na avaliação as contribuições que o Estado e os servidores e pensionistas realizam ao Fundo, os valores que o FUNDOPREV deve receber de compensação previdenciária de benefícios concedidos a servidores que contribuam para outros entes, bem como os valores previstos de aposentadorias/pensões/outros benefícios concedidos e a conceder, conforme segue:

PLANO PREVIDENCIÁRIO	FUNDOPREV Civil	FUNDOPREV Militar	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	33.831.998,52	11.487.933,04	45.319.931,56
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	35.619.892,42	11.487.933,04	47.107.825,46
Contribuições do Estado	(893.946,95)	-	(893.946,95)
Contribuições de Aposentados	(281.423,40)	-	(281.423,40)
Contribuições de Pensionistas	(612.523,55)	-	(612.523,55)
Compensação Previdenciária	-	-	-
Provisão de Benefícios a Conceder	1.853.930.588,96	463.249.752,33	2.317.180.341,29
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	8.612.745.068,39	3.148.341.184,50	11.761.086.252,89
Contribuições do Estado	(3.053.009.628,42)	(1.378.873.830,06)	(4.431.883.458,48)
Contribuições dos Servidores	(2.817.408.213,43)	(1.266.564.141,73)	(4.083.972.355,16)
Compensação Previdenciária	(888.396.637,58)	(39.653.460,38)	(928.050.097,96)
Total da Provisão	1.887.762.587,48	474.737.685,37	2.362.500.272,85

28.3. Provisão Atuarial do RPPS – Plano Financeiro: representa o déficit atuarial, reconhecido no IPE Prev, previsto para o regime previdenciário financeiro dos servidores do Rio Grande do Sul. A provisão atuarial dos benefícios a conceder é zerada porque o déficit é suportado pela Administração Direta. Já quanto a provisão para os benefícios concedidos, embora o déficit também seja suportado pela Administração Direta, uma parte é suportada pelos Ativos do IPE Prev.

PLANO FINANCEIRO	CIVIL	MILITAR	TOTAL
Provisão de Benefícios Concedidos	114.278.990,60	-	114.278.990,60
Aposentadorias/Pensões/Benefícios Concedidos	203.920.979.765,47	116.867.286.766,79	320.788.266.532,26
Contribuições do Estado	(17.910.504.425,22)	(15.800.975.328,70)	(33.711.479.753,92)
Contribuição do Aposentado	(6.658.385.931,81)	(6.149.603.406,61)	(12.807.989.338,42)
Contribuições de Pensionistas	(2.296.866.280,80)	(1.750.884.257,74)	(4.047.750.538,54)
Compensação Previdenciária	103.431.590,48	-	103.431.590,48
Cobertura de Insuficiência Financeira	(177.044.375.727,52)	(93.165.823.773,74)	(270.210.199.501,26)
Provisão de Benefícios a Conceder	-	-	-
Aposentadorias/Pensões/Benefícios a Conceder	122.461.336.663,08	42.612.882.503,95	165.074.219.167,03
Contribuições do Estado	(30.250.462.343,28)	(9.727.615.341,55)	(39.978.077.684,83)
Contribuição do Ativo	(7.765.485.780,60)	(2.838.580.903,83)	(10.604.066.684,43)
Compensação Previdenciária	(11.437.079.363,60)	(172.495.709,78)	(11.609.575.073,38)
Cobertura de Insuficiência Financeira	(73.008.309.175,60)	(29.874.190.548,79)	(102.882.499.724,39)
Total da Provisão	114.278.990,60	-	114.278.990,60

28.4. Provisão de Remuneração do SIAC a Pagar: Demonstra a remuneração calculada e pendente de pagamento referente ao SIAC.

28.5. Provisão para Indenizações Trabalhistas: São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas trabalhistas (estatutárias, previdenciárias e CLT). O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. A fonte de informação de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

Provisão para Indenizações Trabalhistas	2019
Responsabilidade Subsidiária pela contratação de serviços terceirizados	349.900.000,00
Férias Indenizadas	336.615.000,00
Reajustes do vale-refeição	189.403.800,00
Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, Adicional Noturno e compensação	156.865.057,54
Vantagens Temporais (Triênios e ATS) e Incorporação da Parcela SUDS	125.484.220,95
Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção	102.998.072,27
Habilitação de Marido e compenheiro junto ao IPE Prev na condição de pensionista	83.983.520,00
Promoção de Classe do Magistério ano 2000	79.613.300,00
Abono Família - servidores em contrato emergencial	65.510.783,10
Reflexo do Abono Família e do Auxílio Transporte na Gratificação Natalina	60.000.000,00
Contribuição Previdenciária Suplementar de 2%	50.197.547,00
Reflexo das horas extras na Gratificação Natalina	40.779.000,00
Outras Provisões para Indenizações Trabalhistas	62.758.283,45
Total	1.704.108.584,31

- **Responsabilidade Subsidiária dos Entes Públicos pela Contratação de Serviços Terceirizados** - A Administração Pública ao contratar a prestação de serviços continuados ou não que envolvam fornecimento de mão de obra responde de forma subsidiária pelo descumprimento das obrigações trabalhistas assumidas pelas empresas contratadas.

- **Férias indenizadas** - Servidores, ao se aposentarem, estão ajuizando demandas pretendendo indenização por períodos de férias não gozados, com base no art. 74 da LC nº 10.098/94. A tese defensiva do Estado é no sentido de que o art. 74, pelo princípio da legalidade, não pode ser aplicado nos casos de aposentadoria, mas somente nos casos de exoneração.
- **Reajustes do Vale-Refeição** – Demandas judiciais relativas ao cumprimento da Lei Estadual nº 10.002 de 6-12-1993 que estabelecia a revisão mensal dos valores de vale-refeição. A partir de 1º de abril de 2010 a Lei nº 13.429/2010 estabeleceu a revisão anual do vale-refeição e, com isso, houve acordo em cerca de 20 mil processos judiciais. No valor provisionado está incluído o valor estimado do percentual de processos judiciais sobre os quais existe perspectiva de acordo
- **Horas extras, horas dobradas, horas intervalares, adicional noturno e compensação de jornada (Fundações)** – Refere-se a inúmeras demandas individuais contra as Fundações Estaduais postulando diferenças salariais em razão do pagamento incorreto de horas extras diurnas, horas extras noturnas, horas intervalares diurnas e noturnas, adicional noturno, contagem de hora noturna e jornada prorrogada, horas dobradas e jornadas irregularmente compensadas. As fundações que apresentam maior volume dessas demandas são a FASE e a FPERGS;
- **Vantagens Temporais (Triênios e ATS) e Incorporação da Parcela SUDS** - Atualmente estão tramitando 62 ações do tipo “GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS. GRATIFICAÇÃO SUDS. SUS” onde contesta-se o congelamento de gratificações dos servidores do extinto Departamento do Meio Ambiente - DMA, vinculado à ex-Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado – SSMA. Com a publicação da Lei Estadual nº 9.077/90 que criou a FEPAM, fundação que assumiu as atribuições do DMA, os avanços trienais (5% a cada 3 anos) foram congelados e os funcionários passaram a perceber quinquênios (5% a cada 5 anos). Quanto à incorporação da parcela “Complementação SUDS” e/ou “Convênio SUDS”, decorre de convênio firmado entre a SSMA e o Ministério da Previdência e Assistência Social, com o objetivo de constituir no Estado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS/RS). O referido sistema estabeleceu a isonomia salarial baseada no maior valor entre os servidores da então SSMA e do INAMPS, porém, a parcela permaneceu inalterada por diversos períodos.
- **Ações envolvendo o pessoal do Quadro Especial em Extinção (Antiga Caixa Econômica Estadual - CEE)** – Refere-se a diversas ações tratando de demandas dos empregados da extinta CEE. Na reclamatória trabalhista nº 0018900-20.1995.5.04.0018 a 1ª Turma do TRT4 declarou a existência de um único contrato de trabalho entre as sucedidas Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, Habitasul Crédito Imobiliário S/A e Finhab Crédito Imobiliário S/A, empresas liquidadas extrajudicialmente, e a Caixa Econômica Estadual, atribuindo a esta a condição de sucessora para todos os efeitos trabalhistas. A reclamatória trabalhista nº 0034900-75.2007.5.04.0018 foi ajuizada pelo SINDICAIXA postulando a correção mensal do bônus refeição recebido pelos empregados da extinta CEE, conforme a variação da cesta básica medida pelo IEPE/UFRGS. Existem ainda reclamatórias trabalhistas alegando que o Estado não teria observado o prazo previsto no art. 145 CLT para o pagamento das férias. Algumas ações

judiciais tratam do adimplemento de promoções na carreira devidas aos empregados da extinta CEE. Outras ações tratam do reajuste salarial oriundo na diferença de 18,12% entre os reajustes previstos nos incisos I, II, III, IV e V da Lei Estadual nº 10.395/95 e aqueles concedidos a partir da incidência das Leis Estaduais nº 10.421/95 e 13.389/10. Existem também ações pleiteando reajuste salarial consistente na diferença entre os reajustes previstos no artigo 1º da Lei Estadual nº 11.467/00 e art. 1º da Lei Estadual nº 11.678/01.

- **Habilitação de marido e companheiro junto ao IPE PREV na condição de pensionista** - demandas judiciais nas quais os autores, na condição de marido ou companheiro de servidora pública estadual falecida, postulam o reconhecimento do direito à habilitação na condição de pensionista à Previdência Estadual.
- **Promoção de classe do Magistério ano 2000** - Trata-se da ação coletiva nº 001/1.09.0289337-1, ajuizada pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS, na qual o ERGS foi condenado ao pagamento das diferenças de vencimentos decorrentes da promoção de classe do magistério, realizada no ano de 2004 mas com efeitos retroativos a contar de 15 de outubro de 2000, aos associados do Sindicato.
- **Abono Família de servidores em contrato emergencial** – Existem 2.430 processos de servidores contratados de forma emergencial, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, postulando o recebimento do Abono Família sob o argumento de que há previsão no art. 1º da Lei nº 6.526/73. A defesa do Estado centra-se no fato de que a Lei nº 6526/76 não foi recepcionada pela CF/88 e que o benefício regrado posteriormente na LC nº 10.098/94, por ter natureza previdenciária, não se aplicaria a servidores vinculados ao RGPS, que deveriam postular o recebimento de salário família junto ao INSS.
- **Reflexos do Abono Família e do Auxílio Transporte na Gratificação Natalina** - Servidores públicos vêm postulando o reflexo do Auxílio Transporte e do Abono Família sobre a Gratificação Natalina, com base na interpretação do art. 104 da Lei Complementar nº 10.098/94, bem como no conceito de remuneração dos artigos 79 e 85 do referido estatuto.
- **Contribuição Previdenciária Suplementar de 2%** - Trata-se de execução de Ação Coletiva nº 001/1.08.0095814-8, ajuizada pelo CPERS, em que o IPE PREV foi condenando a restituir os valores de contribuição previdenciária suplementar instituídos pela Lei Complementar nº 10.588/95 incidentes sobre aposentadorias e pensões dos associados do sindicato, demanda essa já transitada em julgado.
- **Reflexo das horas extras na Gratificação Natalina** - Atualmente tramitam cerca de 9.670 ações ordinárias e recursos de servidores, especialmente os ligados à área da segurança pública, com pedido de pagamento de diferenças a título de Gratificação Natalina sob o fundamento de que as horas extraordinárias realizadas nos meses de dezembro devem compor a base de cálculo da referida vantagem.

28.6. Provisão para Riscos Cíveis: São os passivos contingentes de alta probabilidade de ocorrência, relacionados a demandas cíveis. O registro contábil no passivo ocorre por força do art. 4º da Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. A fonte de informação

de maior representatividade é o Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, elaborado pelo Tesouro do Estado, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, que contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte.

Provisão para Riscos Cíveis	2019	2018
Ação Indenizatória de Danos Emergentes e Lucros Cessantes	29.054.093,71	-
Ação Indenizatória por Perdimento de Grãos	26.221.054,70	-
Outras Provisões para Riscos Cíveis	3.491.575,48	-
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	-	92.238.000,00
Ações Indenizatórias por superlotação e/ou condições degradantes dos presídios	-	15.000.000,00
Total	58.766.723,89	107.238.000,00

- **Ação Indenizatória de Danos Emergentes e Lucros Cessantes** – Trata-se de execução provisória proposta pelo CLUBE DE INVESTIMENTO DOS EMPREGADOS DA CRT contra o Estado na qual é a pleiteada a indenização por danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da edição do Decreto Estadual nº 39.250/1999.
- **Ação Indenizatória por Perdimento de Grãos** - Trata-se de execução de sentença que tramita perante a 1ª Vara Federal de Porto Alegre, proposta pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB contra o Instituto Riograndense do Arroz - IRGA, com base em título executivo de ação de depósito relativo ao perdimento de mais de 8.000.000 kg de arroz.
- **Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)** – Essa provisão foi reclassificada para média probabilidade de ocorrência sendo os valores transferidos para contas de controle de Passivos Contingentes.
- **Ações Indenizatórias por superlotação e/ou condições degradantes dos presídios** - Essa provisão foi reclassificada para média probabilidade de ocorrência sendo os valores transferidos para contas de controle de Passivos Contingentes.

28.7. Provisão de Pensões Integrais a Pagar - São dívidas reconhecidas e pendentes de pagamento a pensionistas. Referem-se a diferenças de integralidade e da Lei Brito (Lei nº 10.395/95), perfazendo um valor total de R\$ 117.874.899,66.

28.8. Outras Provisões

Outras Provisões	2019	2018
Tema 810 STF: Inconstitucionalidade da TR nas RPVs	2.172.348.661,69	-
Tema 1037 STF (juros entre expedição de precatório/RPV e pagamento)	1.548.000.000,00	-
Tema 96 STF (juros entre data do cálculo e a expedição de precatório/RPV)	972.000.000,00	-
Outras Provisões	235.431.417,74	8.070.213,20
Total	4.927.780.079,43	8.070.213,20

- **Tema 810 STF** – Inconstitucionalidade da aplicação da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública. Tramita no âmbito do Supremo Tribunal Federal o

Recurso Extraordinário nº 870.947, no qual foi reconhecida a repercussão geral, no qual se controverte acerca da "Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009".

- **Tema 1037 STF** - Trata-se do RE nº 1169289, com repercussão geral reconhecida, no qual se discute a "incidência dos juros da mora no período compreendido entre a expedição do precatório ou requisição de pequeno valor e o efetivo pagamento", abrangendo, inclusive, o chamado período de graça (prazo legal de que dispõe a Fazenda Pública para realizar os pagamentos). O período de graça atualmente não compõe o cálculo realizado por ocasião do pagamento, tendo em vista o teor da Súmula Vinculante nº 17 do STF (Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos).
- **Tema 96 STF** - Tramitou no âmbito do Supremo Tribunal Federal o Recurso Extraordinário nº 579.431, no qual foi reconhecida a repercussão geral, acerca "das questões que envolvem os juros de mora no período compreendido entre a data do cálculo de liquidação e a data da expedição da requisição de pequeno valor ou do precatório". O referido Tema já foi objeto de deliberação pelo Plenário da Corte, em 30-6-2017, o qual decidiu que incidem juros moratórios no período compreendido entre a data da realização do cálculo e a da expedição da RPV ou do precatório.

29. Resultado Diferido

Representa a arrecadação efetuada de forma antecipada, ou seja, antes de ocorrido o fato gerador, conforme detalhamento abaixo:

Resultado Diferido	2019	2018
IPVA antecipado	886.920.649,03	819.572.406,04
(-) Custo Diferido: Repartição com os Municípios	(443.460.324,52)	(409.786.203,02)
Total	443.460.324,51	409.786.203,02

30. Resultados Acumulados

A variação dos Resultados acumulados decorre do Resultado Patrimonial do Exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (nota explicativa 34) e dos Ajustes de Exercícios Anteriores (nota explicativa 31):

Resultados acumulados	
Saldo de 31/12/2018	(62.129.914.762,85)
Resultado Patrimonial do Exercício	(7.393.483.864,87)
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.255.716.484,32
Saldo de 31/12/2019	(68.267.682.143,40)

31. Ajustes de Exercícios Anteriores: Refere-se aos valores reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, pois são decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da

retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não puderam ser atribuídos a fatos subsequentes. Os Ajustes de Exercícios Anteriores estão resumidos no quadro a seguir:

Ajustes de Exercícios Anteriores	2019
Débito	(1.777.189.634,77)
Despesas de Exercícios Anteriores - Orçamentárias	(1.502.020.902,19)
Despesas de Exercícios Anteriores - Pendentes de Execução Orçamentária	(108.455.622,80)
Desreconhecimento de Ativos inscritos em exercício anteriores	(50.255.897,76)
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores - Financeiros	(85.750.070,42)
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	(30.707.141,60)
 Crédito	 3.032.906.119,09
Desreconhecimento de Passivos inscritos em exercícios anteriores	1.359.204.167,37
Reconhecimento de Ativos de exercícios anteriores	43.887.252,64
Ajustes de Erros de Exercícios Anteriores - Financeiros	6.485,07
Ajustes Efetuados diretamente na Consolidação	1.629.808.214,01
IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.255.716.484,32

31.1. Despesas de Exercícios Anteriores – Orçamentárias: Referem-se às despesas orçamentárias executadas com o elemento 92 (Despesas de Exercícios Anteriores) e que teriam como contrapartida uma Variação Patrimonial Diminutiva – VPD caso fossem despesa do exercício.

31.2. Despesas de Exercícios Anteriores – Pendentes de Execução Orçamentária: São as despesas reconhecidas no exercício, porém que foram incorridas em exercícios anteriores e ainda não foram pagas e nem empenhadas.

31.3. Reconhecimento e Desreconhecimento de Ativos e Passivos: Referem-se a inscrições e baixas em bens, direitos e obrigações (exceto os de natureza financeira) que deveriam ter sido efetuadas em exercícios anteriores.

31.4. Ajustes de Exercícios Anteriores – Financeiros: São as variações que ocorreram nos ativos financeiros que não são decorrentes da execução orçamentária e que deveriam ter sido computadas em exercícios anteriores.

31.5. Ajustes efetuados diretamente na Consolidação: São os ajustes efetuados no processo de consolidação do Balanço Patrimonial do Estado do exercício de 2019 em contas contábeis de natureza intraorçamentária e que até o exercício de 2018 os seus saldos não estavam sendo excluídos. Assim, a variação do exercício, nessas contas, afetou o Resultado Patrimonial do Exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP; e o saldo anterior (até 31/12/2018) foi computado à conta de ajustes de exercícios anteriores. Melhor detalhamento do processo de consolidação pode ser consultado na nota explicativa 36.

32. Registros em Contas de Controle

a) Atos e fatos que possam afetar o patrimônio do Estado. Tais valores são evidenciados, no Balanço Patrimonial, no quadro das Compensações, e está mais bem detalhado no quadro a seguir:

Atos Potenciais Ativos	4.548.099.633,48
Garantias e Contrapartidas Recebidas	1.045.001.690,64
Cauções em Títulos e Valores	1.041.278.591,98
Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos	3.489.070,38
Outras Garantias e Contrapartidas Recebidas	234.028,28
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres	98.241.081,20
FAPERGS - Auxílios a comprovar	72.178.134,42
Administração Direta - Auxílios a comprovar	16.598.145,92
Demais entidades - Auxílios a comprovar	9.464.800,86
Direitos Contratuais	-
Outros Atos Potenciais Ativos	3.404.856.861,64
Administração Direta - Contratos e Convênios em Execução	980.981.456,65
Demais entidades - Contratos e Convênios em Execução	53.243.695,23
DAER - Prestações de Serviços - Valores em Discussão	2.068.465.054,01
COMPENSA - Solicitações em andamento	259.927.589,71
LEI nº 12.069/2004 - Saldo não utilizado dos depósitos judiciais	42.239.066,04
Atos Potenciais Passivos	336.766.128,02
Garantias e Contrapartidas Concedidas	126.750.217,94
Avais Concedidos	126.750.217,94
Direitos Conveniados e Outros instrumentos Congêneres	-
Obrigações Contratuais	11.967.651,99
Contratos em Execução	11.967.651,99
Outros Atos Potenciais Passivos	198.048.258,09
SPH - Responsabilidade sobre valores em consignação	129.074.407,57
Recursos FUNDOPEM p/Aumento Capital BADESUL	26.734.784,48
LEI nº 12.069/2004 - Saldo não utilizado dos depósitos judiciais	42.239.066,04

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos atos potenciais ativos:

- **Cauções em Títulos e Valores** - Compreende o registro de avais, fianças e garantias similares recebidas. No DAER, o valor de R\$ 1.032.074.012,46 refere-se a seguros garantia contratados pelas empreiteiras responsáveis pelas obras em rodovias. Os valores contratados reverterão ao DAER, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da empreiteira contratada. Por força da Instrução Normativa DAER DG nº 002-17, o valor da garantia deve corresponder a 5% do valor atualizado do contrato;
- **Contratos de Seguro para Cobertura de Riscos** - Compreende os seguros contratados pela administração (imóveis, veículos, obras, etc);
- **Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres** – Compreende os auxílios concedidos pelo Estado a Pessoas Físicas ou Jurídicas que estão sujeitos a comprovação. Enquanto o credor do auxílio não prestar contas o valor fica registrado como ato potencial ativo. A maior parte (R\$ 72.178.134,42) refere-se a apoio financeiro concedido pela FAPERGS a pesquisadores;
- **Contratos e Convênios em Execução** – Compreende os contratos e convênios em que o Estado é o contratante/concedente e o contratado/conveniente tem a obrigação de prestar contas dos valores recebidos;

- **DAER - Prestações de Serviços** – Valores em Discussão – Compreende os prováveis, mas não totalmente certos, ingressos de recursos relacionados a prestações de serviços. O valor de R\$ 2.068.465.054,71 refere-se a obras executadas pelo DAER por delegação do Governo Federal – DNIT;
- **COMPENSA, Solicitações em andamento** – Compreende as solicitações em andamento do programa COMPENSA/RS, que constitui na compensação de precatórios com dívida ativa. O Decreto Estadual nº 53.974/2018 instituiu o programa, em regulamentação a Lei nº 15.038-2017. Podem ser compensados os créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa até 25 de março de 2015, com qualquer precatório vencido do Estado do Rio Grande do Sul, suas Autarquias ou Fundações. Os valores compensados são baixados do Ativo de Dívida Ativa e do Passivo de Precatórios, por meio da execução orçamentária, ou seja, os precatórios são executados orçamentariamente; e a Dívida Ativa é registrada como Receita Orçamentária, de acordo com a natureza do valor compensado. As solicitações em andamento ficam registradas nas contas de Atos Potenciais Ativos, com a seguinte divisão:

COMPENSA/RS - Compensações em Andamento	259.927.589,71
Solicitações não homologadas	145.190.172,31
Compensações homologadas, em processo de compensação	14.227.256,46
Compensações efetuadas, pendentes de execução orçamentária	100.510.160,94

- **Lei nº 12.069/2004, Saldo não utilizado dos depósitos judiciais** – Demonstra o montante de recursos disponíveis e não utilizados pelo Estado. Há duas contas que registram este saldo, uma nos atos potenciais ativos (pelo potencial ingresso de caixa) e outra nos atos potenciais passivos (pelo potencial acréscimo de passivo). O Estado pode utilizar até 95% dos depósitos judiciais, conforme parágrafo 1º, art. 1º, da lei 12.069-2004. O valor representa o saldo disponível, ou seja, o que o estado ainda poderia utilizar para completar os 95%. Todavia, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 15.135-2018, a partir da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, previsto na Lei Complementar Federal nº 159-2017, o Estado estará impedido de realizar novos saques de depósitos judiciais enquanto não houver a recomposição do saldo mínimo do fundo de reserva, conforme disposto na Lei Complementar Federal nº 151-2015. Ademais, também foi aprovada a metodologia de recomposição do saldo dos depósitos judiciais utilizados, por meio da lei nº15.232-2018.

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos atos potenciais passivos:

- **Avais Concedidos** – Representam potenciais passivos assumidos pelo Estado ao conceder Avais a Terceiros. A maior parte do valor (R\$ 126.750.216,09) corresponde a Avais concedidos pelo Estado a CEEE e a CORSAN, em contratos de empréstimo;
- **SPH - Responsabilidade sobre valores em consignação** – Compreende o valor recebido em consignação e não repassado. A totalidade do saldo refere-se a dívidas da SPH para com o IPE PREV, referente a períodos compreendidos entre janeiro de 1991 e dezembro de 2008;
- **Recursos FUNDOPEM para aumento de Capital do BADESUL** – Representa a parcela de 30% dos retornos de financiamento destinada ao aumento de capital do BADESUL, conforme art. 15 da Lei Estadual nº 11.916, de 2-6-2003, alterado pela Lei Estadual nº 14.744, de 24-12-2015.

b) Passivos contingentes – são riscos fiscais de média probabilidade de ocorrência (não provável, mas possível). O registro contábil em contas de controle ocorreu por força do art. 5º da

Instrução Normativa CAGE nº 08, de 28 de dezembro de 2017. Os passivos contingentes totalizaram no exercício R\$ 52.624.352.733,83 (R\$ 35.155.536.835,60 em 2018). O acréscimo decorreu principalmente do reconhecimento dos possíveis impactos: 1) da inconstitucionalidade da TR nos estoques de precatórios e RPVs; 2) da indenização sobre o pagamento em atraso de proventos dos servidores; 3) das ações judiciais individuais para fornecimento de medicamentos, inclusive de alto custo, próteses e órteses e 4) das ações civis públicas promovidas pelo Ministério Público Estadual pela aplicação de recursos na área da saúde. O Relatório de Impacto Fiscal Potencial de Passivos Contingentes, nos termos do art. 8º do Decreto Estadual nº 51.153, de 24 de janeiro de 2014, contém a maior parte dos passivos contingentes e contempla os riscos fiscais levantados pela Procuradoria-Geral do Estado, referentes às ações judiciais em que a Administração Pública Estadual faz parte. A seguir, demonstra-se a composição do saldo de 2019, em comparação a 2018.

Objeto dos Passivos Contingentes	2019	2018
Implantação Piso Nacional do Magistério	33.300.800.000,00	28.600.000.000,00
Inconstitucionalidade TR - estoque de precatórios e RPVs	5.791.822.500,00	-
Brasil Telecom	5.000.000.000,00	5.000.000.000,00
Processos Individuais na Área de Saúde	2.097.566.591,38	-
Ações Cíveis Públicas - Investimentos na área da saúde	1.915.613.482,00	-
Indenização pelo Parcelamento de Salários	1.050.000.000,00	-
Contribuições IPE PREV e IPE SAÚDE do DAER	986.799.225,51	-
Domínio Público	942.699.686,45	-
PASEP	358.382.185,10	361.426.370,08
Juros entre Expedição e Pagamento Precatórios/RPVs	270.750.000,00	-
Pagamentos atrasados URV no âmbito do TCE/RS	235.000.000,00	-
Ação Civil Pública Área da Segurança Pública	186.285.000,00	-
Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)	102.441.488,71	-
FGTS de Servidores Temporários	51.841.500,00	383.472.714,09
Ações Indenizatórias por superlotação dos presídios	15.000.000,00	-
Indenização por Vícios Construtivos	-	300.000.000,00
Outros	319.351.074,68	510.637.751,43
Total	52.624.352.733,83	35.155.536.835,60

Apresenta-se, a seguir, breve descrição dos passivos contingentes de média probabilidade de ocorrência que possuem estimativa confiável:

- **Implantação do Piso Nacional do Magistério** – A Procuradoria-Geral do Estado vem atuando na defesa do Estado em milhares de demandas individuais e na Ação Coletiva nº 011.1.11.0246307-9, ajuizada pelo Ministério Público, postulando a implantação do piso salarial nacional do magistério, previsto no artigo 2º da Lei Federal nº 11.738-2008, além do pagamento de diferenças pretéritas;
- **Inconstitucionalidade da TR como índice de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública sobre o estoque de precatórios** – O tema 810 do STF controverte acerca da validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previsto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação

dada pela Lei nº 11.960/2009. As Fazendas estaduais estão atuando conjuntamente na tentativa de alterar o quadro atual do julgamento, no qual já há maioria firmada pela manutenção da eficácia retroativa da inconstitucionalidade da TR, a contar da entrada em vigor da Lei nº 11.960/09.

- **Brasil Telecom** – A Brasil Telecom/Oi ajuizou demanda, processo nº 1.06.0215436-0, na qual postula a condenação do Estado do Rio Grande do Sul a ressarcir-lhe os valores despendidos nos milhares de ações judiciais propostas pelos usuários dos serviços de telefonia fixa discutindo o valor das ações referentes às linhas telefônicas da extinta CRT;
- **Processos Individuais na Área da Saúde** – Existem cerca de 115.292 processos na área de saúde demandando fornecimento de medicamentos, próteses, órteses e demais prestações na área de saúde. Existem ainda 135 demandas relativas a medicamentos e procedimentos de alto custo e 7 processos com pedido do medicamento Spinraza (Nusinersen), sem comercialização no Brasil, custando no exterior o montante de US\$ 125.000,00 por dose, perfazendo um total de US\$ 750.000,00 em um ano de tratamento por pessoa, sendo que não há prazo para a duração do tratamento.
- **Ações Cíveis Públicas (Investimentos na Saúde)** – O Ministério Público Estadual ajuíza, para cada exercício, desde o ano 2003, ações cíveis públicas contra o Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de compeli-lo a depositar os recursos próprios destinados às ações e serviços de saúde pública executados pela Secretaria da Saúde, no percentual de 12%, conforme previsão constitucional;
- **Indenização pelo Parcelamento de Salários** - Existem cerca de 45.895 ações judiciais e recursos, propostas por servidores públicos estaduais, insurgindo-se contra o parcelamento dos vencimentos/proventos e gratificações natalinas. Tais ações postulam o cumprimento da norma prevista no art. 35 da Constituição Estadual, com o pagamento da remuneração/proventos até o último dia útil de cada mês, bem como o pagamento do décimo terceiro salário até 20 de dezembro, cumulado ou não com a pretensão de indenização por danos materiais e/ou morais.
- **Contribuições IPE PREV e IPE SAÚDE do DAER** - Refere-se à cobrança das contribuições ao IPE PREV, período de 1992-2017, no valor de R\$ 922.041.045,60 e ao IPE SAÚDE, período de 2004-2019, R\$ 64.758.179,91. Encontra-se em análise a possível prescrição parcial e revisão da atualização monetária dos valores.
- **Domínio Público** - A Procuradoria-Geral do Estado atua em cerca de 19.691 processos na área de domínio público no interior do Estado. Desses processos, 19.135 tem média geral de valor da causa de R\$ 40.089,87. Os demais 278 processos apresentam alta repercussão (demanda individual superior a R\$ 1.000.000,00).
- **PASEP** - Em 14-6-2002, com base na Medida Provisória nº 38, de 14-5-2002, e na Instrução Normativa SRF 160, de 27-5-2002, o Estado teve deferido o Termo de Opção pelo Regime Especial de Parcelamento relativo aos débitos com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, no período de 30-6-1999 a 30-4-2002, no valor de R\$ 160.975.757,22, os quais estão sendo amortizados de acordo com o inciso II, art. 19, da Lei Federal nº 10.637, de 30-12-2002. O montante atualizado em 31-12-2019 era de R\$

358.382.185,10 e encontra-se registrado como Passivo Contingente até a solução judicial do pleito de restituição de valores pagos a maior, iniciado com a Ação Cautelar 2005.71.00.036910-1 que tramita no Supremo Tribunal Federal, cuja liminar foi concedida parcialmente para discussão do mérito em demanda própria, obstando a exigibilidade de parcelas compensadas, aquelas negadas pela Receita Federal em processo administrativo fiscal 11080.003229/2003-21.

- **Juros entre Expedição e Pagamento de Precatórios/RPV** - Trata-se do RE nº 1169289, com repercussão geral reconhecida, no qual se discute a incidência dos juros da mora no período compreendido entre a expedição do precatório ou requisição de pequeno valor e o efetivo pagamento, abrangendo, inclusive, o chamado período de graça (prazo legal de que dispõe a Fazenda Pública para realizar os pagamentos). O período de graça atualmente não compõe o cálculo realizado por ocasião do pagamento, tendo em vista o teor da Súmula Vinculante nº 17 do STF: “Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos”.
- **Pagamentos de atrasados de Unidade Real de Valor (URV) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado** - Ação popular sob n. 6068926-85.2018.8.21.0001 tendo por objeto a declaração de nulidade de decisão do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE, exarada em julgamento do recurso administrativo de nº 008580-02.00/15-1 e que acolheu a pretensão da Associação dos Funcionários Aposentados do TCE (AFATCE), de recebimento de diferenças de URV referentes ao período de 1º-7-1994 a 30-11-1999 que causaria lesão ao patrimônio público de R\$ 235 milhões de reais.
- **Ação Civil Pública Área da Segurança Pública** – Ação promovida pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, processo nº 001/1.12.0181785-5. Por meio desta demanda foi postulado petição de cumprimento de sentença para a geração e o implemento de 3.387 vagas prisionais para recolhimento dos presos no regime fechado.
- **Programa Estadual de Concessões Rodoviárias (Pedágios)** – Existem várias ações propostas pelos consórcios que assumiram as estradas estaduais e federais delegadas no Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, mediante a cobrança de pedágio. As ações discutem a não-concessão de reajustes para o ano de 2012, o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o termo final do prazo de concessão;
- **FGTS de Servidores Temporários** – Refere-se a centenas de ações judiciais propostas por servidores contratados emergencialmente, principalmente por integrantes do magistério e servidores de escola, que alegam nulidade das renovações sucessivas dos contratos e postulam o depósito/pagamento de FGTS. Contudo, o decaimento, que repercute na condenação ao depósito do FGTS, atinge apenas os contratos declarados nulos pelo Poder Judiciário.
- **Ações Indenizatórias por superlotação dos presídios** - Refere-se ao contingenciamento para possíveis ações interpostas contra o Estado tendo em vista o julgamento do Tema 365 pelo STF “Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º da Constituição, a obrigação de

ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento”.

- **Indenização por Vícios Construtivos** – Esse passivo contingente foi baixado das contas de controle, em razão da remota probabilidade de ocorrência. Trata-se de ação na qual o Estado, como sucessor legal da antiga Companhia Estadual de Habitação - COHAB, fora condenado a reparar os vícios das construções da extinta COHAB. Foi proferida sentença de extinção da execução do crédito principal em face do reconhecimento da prescrição, com ordem de processamento da execução da verba honorária.

c) **Outros controles necessários para a gestão administrativa.** Demonstra-se, a seguir, alguns valores relevantes registrados:

Outros Controles	
Montante dos Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 11.667/2001	10.689.553.883,62
Participações Societárias em empresas controladas - capital subscrito	5.953.230.706,93

- **Montante dos Depósitos Judiciais, Lei Estadual nº 11.667-2001** – Registra o montante dos depósitos judiciais, em dinheiro, referidos na Lei nº 11.667-2001, sujeito ao limite de 95% a ser disponibilizado para o Estado, conforme parágrafo 1º, art. 1º da Lei nº 12.069-2004.

Total dos Depósitos Judiciais, conforme Lei Estadual nº 11.667/2001	10.689.553.883,62
Percentual limite de utilização pelo Estado, conforme Lei Estadual nº 12.069/2004	95%
Limite de utilização pelo Estado	10.155.076.189,44
Valor Utilizado pelo Estado	10.112.837.123,40
Percentual utilizado pelo Estado	94,60%

A diferença entre o valor utilizado pelo Estado e o Limite máximo de utilização (R\$ 42.239.066,04) está registrada nas contas de atos potenciais ativos e passivos, conforme tabela do item “a”.

Cabe destacar que o Banrisul, que gerencia os depósitos judiciais, apartou desta conta os depósitos judiciais que o Estado é parte, para fins de alinhamento com a Lei Complementar nº 151-2015 que determina o limite de 70% para estes depósitos. Assim, além dos R\$ 10.112.837.123,40 utilizados pelo Estado, por força da Lei nº 12.069-2004, também foram utilizados R\$ 482.848.319,54 de um total de R\$ 881.917.196,99 de depósitos judiciais que o Estado é parte, conforme orientação do Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS. A seguir, apresenta-se o resumo da utilização dos depósitos judiciais pelo Estado:

Tipo de Depósito	Saldo total	Valor utilizado	Percentual
Depósitos Judiciais - Lei Estadual nº 12.069/04	10.689.553.883,62	10.112.837.123,40	94,60%
Depósitos Judiciais - Ofício 242/2015 SECPRES-TJRS	881.917.196,99	482.848.319,54	54,75%
Total	11.571.471.080,61	10.595.685.442,94	91,57%

- **Participações Societárias em empresas controladas, capital subscrito** – Demonstra o valor do capital subscrito nas empresas controladas pelo Estado. O valor do investimento é calculado pelo Método de Equivalência Patrimonial e reconhecido no Ativo Não Circulante.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

33. A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta a movimentação das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) dentro do exercício, em três grupos, que expressam as entradas e saídas relacionando-as com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A soma dos resultados líquidos de cada um desses grupos totaliza a variação no caixa do período, que deve coincidir com a diferença entre os saldos respectivos das disponibilidades, constantes no Balanço Patrimonial, entre o início e o fim do período. O resultado positivo do Fluxo de Caixa decorre principalmente das atividades operacionais, que registraram ingressos de Receitas derivadas e originais superiores aos desembolsos com pessoal, juros e encargos da dívida e demais despesas correntes, exceto transferências. Outro fator que impactou positivamente no fluxo de caixa das atividades operacionais foram os ingressos extraorçamentários, depositados no SIAC, que foram utilizados para o pagamento de despesas operacionais. Por outro lado, o fluxo de caixa das atividades de financiamento impactou negativamente, diferentemente do exercício de 2018, em razão da redução dos ingressos relacionados a operações de crédito e a transferências de capital.

Demonstração das Variações Patrimoniais

34. Na Demonstração das Variações Patrimoniais as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são reconhecidas independentemente da execução orçamentária. O Resultado Patrimonial do Exercício não considera os Ajustes de Exercícios Anteriores que foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, conforme nota explicativa 31.

Balanço Financeiro

35. O Balanço Financeiro evidencia as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte e destinação de recursos. Apresenta também os ingressos e dispêndios não decorrentes da execução orçamentária, conjugados com os saldos de exercício anterior relacionados aos ativos financeiros (Caixa e Equivalente de Caixa e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados) e os que se transferem para o exercício seguinte.

Consolidação

36. A consolidação dos balanços e demonstrativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, que formam o Setor Governamental do Estado, foi realizada mediante os ajustes especificados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (Exclusões)					
ATIVO	Nota	(24.589.255.990,98)	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota	(24.589.255.990,98)
Ativo Circulante		(23.465.195.780,32)	Passivo Circulante		(22.710.382.976,80)
Caixa e Equivalente de Caixa	a	(8.211.885.238,24)	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	d	(588.345.826,56)
Créditos a Curto Prazo	b	(15.253.310.542,08)	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	e	(125.799.893,81)
			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	f	(127.945,33)
			Demais Obrigações a Curto Prazo	g	(21.996.109.311,10)
Ativo Não Circulante		(1.124.060.210,66)	Passivo Não Circulante		(1.648.302.942,45)
Ativo Realizável a Longo Prazo	c	(1.124.060.210,66)	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	h	(148.664.859,56)
			Provisões a Longo Prazo	i	(1.499.638.082,89)
			Patrimonio Líquido		(230.570.071,73)
			Resultados Acumulados	j	(230.570.071,73)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADO (Exclusões)					
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	NOTA		VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	NOTA	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	c.5	(118.820.208,45)	Pessoal e Encargos	d.2	(34.827.110,19)
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	b.3; b.4; b.5; c.2; c.4; e	(627.145.645,57)	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	i.2	(63.760.959,03)
			Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	b.5	(510.366.713,24)
			Resultado Patrimonial do Período		(137.011.071,56)

- a. Do Caixa e Equivalente de Caixa, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 8.211.652.313,54, referente aos valores resgatados do SIAC, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante; e R\$ 232.924,40 referente à diferença entre as aplicações do SIAC das Autarquias e Fundações e o passivo do SIAC registrado no Estado, contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido.
- b. Dos Créditos a Curto prazo, do Ativo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 15.253.310.542,08, referente:
- b.1.** Depósitos do SIAC da Administração Direta (Fundos), Autarquias e Fundações, bem como os valores resgatados do SIAC: R\$ 13.392.797.651,98, referente aos valores concomitantemente registrados no passivo, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante.
- b.2.** Saldos contabilizados pelo Estado cujo devedor é o Instituto de Previdência do Estado – IPE PREV: R\$ 43.867.737,57, contrapartida em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 13.393.520,67) e em Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante (R\$ 30.474.216,90).

- b.3.** Saldos contabilizados pelo IPE PREV e pelo IPE SAÚDE cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 1.561.942.161,52; contrapartida em Valorização e Ganhos com Ativos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 447.694.661,96); em Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante (R\$ 162.892.946,91) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 951.354.552,65).
- b.4.** Correção monetária sobre créditos do IPE PREV: R\$ 160.511.001,28; contrapartida em Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante (R\$ 118.190.642,66); em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 30.474.216,90) e em Valorização e Ganhos com Ativos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 11.846.141,72).
- b.5.** Bens e direitos de Autarquias e Fundações extintas: R\$ 82.975.894,89; contrapartida em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 1.866.984,15); em Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 510.366.713,24) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 591.475.623,98). Esses valores correspondem ao total de ativos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.
- b.6** Precatórios transferidos para o Tesouro: R\$ 11.216.094,84; contrapartida em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante.
- c.** Do Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante, foi excluído o montante de R\$ 1.124.060.210,66, referente:
- c.1.** Saldos contabilizados pela Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH (extinta) e transferidos para a Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG cujo devedor é o Estado: R\$ 228.515.841,93; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido.
- c.2.** Saldos contabilizados pelo IPE PREV e pelo IPE SAÚDE em Dívida Ativa cujos devedores são entidades do Estado: R\$ 1.331.504.022,68; contrapartida em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 120.959.094,11) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 1.210.544.928,57).
- c.3.** Saldo contabilizado pelo IPE SAÚDE em Ajustes para perdas da Dívida Ativa (conta retificadora): R\$ 1.118.652.217,11; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido.
- c.4.** Precatórios compensados com Dívida Ativa: R\$ 563.872.354,71; contrapartida em Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante (R\$ 563.763.564,23) e em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 108.790,48).
- c.5.** Remuneração SIAC a Receber: R\$ 118.820.208,45; contrapartida em Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais.

- d. De Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 588,345,826,56, referente:
- d.1. Saldos de precatórios transferidos para o tesouro, conforme nota b.6 (R\$ 11.216.094,84).
 - d.2. Saldos contabilizados pelas entidades do Estado cujo os credores são o IPE PREV e o IPE SAÚDE: R\$ 577.129.731,72; contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 542.302.621,53) e em Pessoal e Encargos, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 34.827.110,19).
- e. De Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 125.799.893,81; contrapartida em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 170.469.866,96) e em Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos, de Variações Patrimoniais Aumentativas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 44.669.973,15). Esses valores correspondem ao total de passivos inscritos nas entidades sucessoras do patrimônio das Autarquias e Fundações extintas e que também permanecem com saldos contábeis em seus setores governamentais de origem.
- f. De Obrigações Fiscais a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 127.945,33; contrapartida em Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido.
- g. De Demais Obrigações a Curto Prazo, do Passivo Circulante, foi excluído o montante de R\$ 21.996.109.311,10, referente:
- g.1. Passivos do Estado no SIAC e valores resgatados, em contrapartida de Caixa e Equivalente de Caixa, do Ativo Circulante (R\$ 8.211.652.313,54, nota "a") e em Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante (R\$ 13.392.797.651,98; nota b.1).
 - g.2. Passivos de consignações a favor do IPE PREV e IPE SAÚDE, em contrapartida de Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante (R\$ 176.286.467,58; notas b.2 e b.3).
 - g.3. Passivos de consignações a favor do IPE PREV e IPE SAÚDE, em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 215.372.878,00).
- h. De Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante, foi excluído o montante de R\$ 148.664.859,56; contrapartida em Créditos a Curto Prazo, do Ativo Circulante, conforme notas b.2 e b.4.
- i. De Provisões a Longo Prazo, do Passivo Não Circulante foi excluído o montante de R\$ 1.499.638.082,89, referente:
- i.1. Precatórios Compensados com Dívida Ativa, em contrapartida de Ativo Realizável a Longo Prazo, do Ativo Não Circulante (R\$ 563.763.564,23, nota c.4) e em Resultados Acumulados, do Patrimônio Líquido (R\$ 108.790,48).
 - i.2. Remuneração do SIAC a pagar, em contrapartida de Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, de Variações Patrimoniais Diminutivas, da Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 63.760.959,03) e de Ajustes de Exercícios Anteriores, do Patrimônio Líquido (R\$ 872.004.769,15).
- j. De Resultados Acumulados (Deficit), do Passivo Líquido, foi excluído o montante de R\$ 230.570.071,73, referente:

- j.1. As exclusões de consolidação de exercícios anteriores (R\$ 1.692.660.072,58), conforme notas b.3, b.5, c.1, c.2, c.3, “e” e “i.1”.
- j.2. As exclusões de consolidação que afetaram o Resultado do Exercício (R\$ 137.011.071,56), conforme quadro de exclusões da Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidado.
- j.3. Aos ajustes de exercícios anteriores de consolidação (R\$ 1.599.101.072,41 positivos), conforme notas a, b.4, d.2, f, g.3 e i.2.
- k. As transferências intragovernamentais foram excluídas da Demonstração de Variações Patrimoniais Consolidada, Do Balanço Financeiro Consolidado e da Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado.
- l. As exclusões de ativos e passivos financeiros evidenciadas nesta nota também impactaram o Balanço Financeiro Consolidado e a Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidada.